Historia do Café no Brasil




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

AFFONSO DE E. TAUNAY
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL

VOLUME UNDECIMO

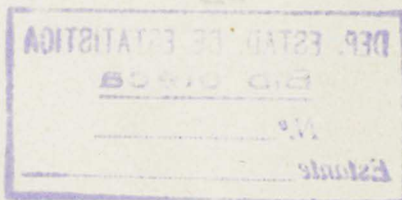
NO BRASIL REPUBLICA
1906 — 1927

(TOMO I)



Edição do
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ
Rio de Janeiro 1941






DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

Proseguindo no desempenho sobremodo desvanecedor do encargo com que nos honraram os dirigentes do Departamento Nacional do Café e ainda ultimamente renovado pelo Sr. Presidente Jayme Fernandes Guedes, redigimos os capitulos desta segunda parte da "Historia do Café no Brasil — Republica."

Abrange o periodo de 1906 a 1927, anno em que se realizaram as commemorações solemnes, bicentenarias, da introducção do cafeeiro em nosso paiz, festividades de tamanha monta e com tão grande repercussão mundial.

Nos diversos prefacios das demais secções desta obra assignalamos quanto de anno para anno a medida que se approximam os millesimos actuaes, avoluma-se a bibliographia cafeeira.

Nos vinte e um annos dos fastos cafeeiros que procurámos compendiar verdadeiras bibliotecas se publicaram sobre as questões attinentes á cultura e ao commercio, nacional e mundial, da fava ethiopica.

O nosso ponto de partida foi exactamente o anno de angustia de 1906 em que se encetaram as operações da chamada Valorização.

Já provocara o apparecimento de enorme bibliographia brasileira e alienigena. O decurso de suas transacções faria com que esta litteratura se multiplicasse extraordinariamente.

Os tão renhidos quanto longos debates parlamentares por ellas causados deram ensejo a que centenas e centenas de paginas se imprimissem. E taes debates tanto mais se avolumaram, assumindo o mais notavel relevo, quanto á questão da Valorização acompanhou, em intima correlação, a do estabelecimento da Caixa de Conversão.

Estas questões tiveram como consequencia immediata o apparecimento, na Europa e nos Estados Unidos, de numerosos estudos e monographias, maiores e menores, sobre o caso cafeeiro do Brasil. Jamais occorrera nos paizes extrangeiros, de longe siquer, tão grande surto de attenção relativa aos nossos problemas economico financeiros.

Foi o da Valorização analysado e debatido por muitas das

maiores autoridades europeias e norte americana em materia de Economia Politica e de Sciencia das Finanças.

E paralellamente, no Brasil, fez elle correr verdadeiros caudaes de tinta.

Diminuido o volume destas lucubrações, de maior e menor valia, ainda assim a bibliographia do periodo se mostra sobremodo avantajada, versando todos os aspectos possiveis da questão cafeeira. Outra não fora aliás a sua importancia na época de que nos occupamos em que o café representou uma media geral de 56,6, *no computo da nossa exportação nacional.*

Exactamente ao cabo do periodo que estudamos, no quatriennio de 1924 *a* 1927, *attingiu elle a sua phase apogeica expressa pela porcentagem media elevadissima de* 73,1.

Deste relevo excepcional não podia deixar de decorrer a opulencia da litteratura a ella referente. D'ahi a exigencia aos analystas de redobrado esforço.

Infelizmente não se acham as nossas maiores bibliotecas sufficientemente apparelhadas para fornecer aos seus consulentes os itens que as bibliographias lhes apontam.

Foi o que nos aconteceu em relação a grande numero de opusculos e monographias insertas em revistas estrangeiras e mesmo quanto a diversas publicações nacionaes.

Não conseguimos tel-as em mãos mas cremos haver em todo o caso compendiado o que de mais saliente e importante se escreveu sobre o assumpto. E, para tanto, valeu-nos o serviçalismo, a obsequiosidade inexcediveis de Rodolpho Garcia.

A este mestre impar da nossa historia devemos ter podido ler numerosos trabalhos, verdadeiras raridades collecionadas pela nossa grande livraria nacional, nos cem dias em que, neste anno de 1940, *assiduamente estivemos alli a procurar o que não nos fora possivel ter encontrado alhures. Mais uma vez mil e um agradecimentos a este mestre e amigo que não sabe o que é reservar, seja o que for do seu conhecimento de nossas coisas, nem deixar de dar mostras de sua contínua benevolencia e prestimosidade.*

Devemos tambem por dever de reconhecimento endereçar os nossos mais sinceros agradecimentos ao Sr. Dr. Theophilo de Andrade, o jovem Director do Departamento de Publicidade do D. N. C., moço cuja cultura corre parelhas com a ductilidade da intelligencia, a cada passo revelada nos orgãos de nossa imprensa especializada, onde cercada de tão justo prestigio surge a sua assignatura.

Com extraordinario serviçalismo esforçou-se por preencher muitas das lacunas que se nos depararam irremoviveis.

A elle e ao seu digno auxiliar Dr. José Teixeira de Oliveira, jovem e distincto sabedor das nossas coisas; os nossos agradecimentos efusivos.

Ao Sr. Presidente Jayme Fernandes Guedes e seus dignos companheiros da Directoria do Depatamento, Srs. Drs. Noraldino de Lima e Oswaldo P. de Barros, expressamos vivos protestos de gratidão pelo empenho com que procuraram auxiliar a nossa tarefa.

Assoberbado pelas mil e umas difficuldades da hora presente, que ao seu desvelo e tino de Presidente de enorme organização, causam as mais vivas preoccupações, nesta época de tamanhas angustias e aprehensões, em que a economia universal se acha perturbada do modo mais violento, e a nossa principal exportação tão duramente prejudicada, deu-nos o Sr. Jayme Fernandes Guedes demonstrações numerosas de quanto se interessa pelo bom exito deste trabalho a que generosamente appoz o mais honroso dos prefacios.

Nestes originaes agora terminados esforçamo-nos por nos documentar de todos os modos, acompanhando a directriz inicial que nos propuzemos seguir desde as primeiras linhas desta obra. Tiveram diversas das nossas tentativas resultados lacunosos mas temos a consciencia de que nos esforçámos, de todos os modos, para melhor servir ao desempenho do honrosissimo encargo que nos foi cometido.

AFFONSO DE E. TAUNAY.

São Paulo, 31 de outubro de 1940.




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

Introducção Geral



Ao se inaugurar no Brasil a nova ordem de coisas trazidas pela revolução de 15 de novembro de 1889 era a situação do café sobremodo promissora. No principio do ultimo decennio imperial verificara-se terrivel depressão de preços que chegara a trazer verdadeira angustia á lavoura e ao paiz.

Haviam os optimos preços de principios da decada de 1870-1880 provocado grande alargamento do plantio e o consequente augmento da producção para o final do periodo. Ainda se negociaram as quatro safras de 1876-1880 pelos preços sucessivos de Rs. 31.440, 28.740, 27.331 e 48.320 por sacca de 60 kilogrammos.

Mas fora se restabelecendo o equilibrio entre a offerta e a procura. Já a safra de 1880-1881 se vendera a 34$463, a segunda a 25$669 chegando-se para a de 1882-1883 a uma situação de quasi descalabro com o café negociado a 18$341.

Fora esta a época da famosa especulação chamada do *Syndicato,* tentativa de defesa dos preços, realizada por um consorcio de cafesistas do Rio de Janeiro e de Santos, ailiados a alguns elementos geralmente fracos, europeus e norte americanos. A estes precursores da valorização avisou, uma e diversas vezes a clara intelligencia de Luiz Couty, a prenunciar o fracasso infallivel de sua tentativa. Alicerçava-se sobre inconsistente base financeira e tinha temiveis adversarios, senhores de fortes capitaes.

A 4 de novembro de 1883 escrevia este espirito lucido: "subiu o preço do café de vinte e cinco por cento no Rio de Janeiro e em Santos. Assim pudessemos felicitar ao Brasil! Mas qual! esta alta artificial provocará desastrosa reacção. Os recursos dos mercados financeiros do Brasil parecem-nos demais fracos para lutar contra os especuladores organizados no sentido inverso, no Havre e alhures. Aos compradores, cheios de dinheiro, ricos de credito barato favorece um factor de baixa contra o qual é inutil lutar: o excesso da producção sobre o consumo."

O stock disponivel era nesta occasião de tres milhões de saccas, muito avultado para o vulto dos negocios cafesistas do tempo.



"Para poder lutar efficazmente contra a baixa seria necessario que o Brasil pudesse interromper todas as remessas durante varios mezes e armazenar uma quantidade de café correspondente á metade ou mesmo a dois terços das reservas accumulada em mãos dos consumidores."

Mas como conseguir isto? "este açambarcamento enorme" com os recursos de um mercado nacional, que só dispunha então de 192.000 contos de moeda fiduciaria aliás abaixo de sua paridade e onde havia, quando muito, vinte mil contos disponiveis.

Já os membros do syndicato estavam dando manifestos signaes de fraqueza de recursos. Fechavam vendas mas deixavam o café em mãos dos vendedores, em confiança. Donde provinha tal anomalia? da falta de dinheiro, exclusivamente! A cifra ainda *infima* de trezentos ou quatrocentos milheiros de saccas, já compradas, e mantidas em armazens, era pois mais apparente do que real pois que parte pelo menos destes cafés não fora immediatamente paga, segunda a voz geral.

Se as diretrizes da especulação continuassem a operar deste modo, sem poderem dispor de elasticidade de credito, sem reservas metalicas e até mesmo de papel moeda, com os bancos estrangeiros, prudentemente collocados fora deste negocio perigoso, era muito facil que, quando menos se esperasse, o Brasil se visse em presença de verdadeira catastrophe.

"Não queremos ser severos em demasia. E' natural que negociantes, intelligentes e audazes, aproveitem compromissos anteriores dos compradores para lhe vender mais caro a mercadoria."

"Muitos brasileiros estavam certos de obedecer ao patriotismo cooperando, nas fazendas e nos bancos, para a alta do café, baseada exclusiva e, infelizmente, numa diminuição local de producção. Mas o proprio Banco do Brasil tomara acerca das responsabilidades dos especuladores as garantias commerciaes possiveis, nas condições vigentes no mercado. E era perigoso que um banco de Estado empregasse os escassos recursos da movimentação que o commercio reclamava, numa especulação difficil, pouco util e condemnada, quiçá a fracasso certo."

Não era boa, entremente, a situação do paiz. Pensava-se até em vender a linha da D. Pedro II, uma das grandes joias do patrimonio nacional. O papel moeda além de escasso estava depreciado e mostrava-se absolutamente insufficiente para o giro dos negocios.

E ninguem se enganasse! Se, arriscando graves vicissitu-



des surgisse lucro da operação seria elle total para o Syndicato e nunca para os productores, pois os preços cahiriam fatalmente com a primeira colheita abundante.

Houvera, em 1878-1879, safra avultada de 4.909.000 saccas a que se tinham seguido duas outras fracas de .... 2.618.000 e 3.660.000. Fora porém enorme, para o tempo, a de 1882-1883 (6.687.000) annunciando-se outra forte como realmente viria a ser (5.316.000).

Ás propheticas palavras de Couty confirmaram os factos. Ruiu fragorosamente o plano do Syndicato. Varios brasileiros de grande destaque social, commissarios, banqueiros, fazendeiros, capitalistas, homens publicos, perderam grandes sommas. Alguns houve arruinados. Os mais felizes ficaram com as finanças por largo prazo sobremodo compromettidas.

No quinquennio commercial de 1880-1885, o Brasil entregou ao consumo 29.700.000 saccas; o resto do Universo produziu 23.325.000; assim o total da producção do Mundo attingiu 53.025.000 e o consumo absorveu neste prazo .... 50.225.000 saccas.

Mas como nas safras de 1885-1888 o Brasil produzisse 15.225.000 saccas e o Universo 27.060.000 e o consumo tomasse 30.725.000, cifras notavelmente crescentes, a situação cafeeira melhorou muito consideravelmente.

Assim os supprimentos visiveis haviam baixado de .... 5.265.000, a primeiro de junho de 1885, a 4.005.000; ..... 4.130.000 e 2.475.000 em iguaes datas de 1886 a 1888.

Annunciava-se para 1888-1889 grande colheita e realmente assim se deu, e até em proporções extraordinarias.

Apesar da desorganização do trabalho, provocada pela lei de 13 de maio, o Brasil produziu 6.925.000 saccas tendo se perdido muito café, no consenso unanime, por falta de colhedores o que com toda a justiça exasperara os fazendeiros. A producção mundial attingiu a 11.015.000 saccas, tendo excedido aos pedidos de consumo. Os supprimentos visiveis porém haviam continuado a baixar.

Assim a situação cafeeira a 15 de novembro de 1889 prenunciava-se excellente. Não houvera alargamento de lavouras e esta circunmstancia ia provocar o magnifico surto dos preços nos primeiros seis annos da Republica como se verifica dos algarismos do quadro (em milheiros de saccas).

Safras	Prod. do Brasil	Prod. mundial	Consumo	Stocks
1889-1890	4.405	842	10.330	2.435
1890-1891	5.525	9.285	9.960	1.905
1891-1892	7.695	11.940	11.020	2.990
1892-1893	6.535	11.275	11.255	3.165
1893-1894	5.040	9.400	10.585	2.165
1894-1895	7.235	11.765	11.070	3.060

Como vemos neste hexenio forneceu a producção . . . . 62.085.000 saccas e o consumo tomou 64.220.000. Estava-se ainda em situação deficitaria e os ultimos annos haviam consignado magnificos preços de venda da sacca.

1889	30$888	ou	£ 3,39
1890	37$168	ou	£ 3,49
1891	52$888	ou	£ 3,26
1892	62$096	ou	£ 3,09
1893	85$232	ou	£ 4,09
1894	78$505	ou	£ 3,74
1895	80$854	ou	£ 3,33

Assim a depressão cambial fizera com que as correspondencias ouro e papel se tivessem accentuado notavelmente. Mas como internamente o mil réis continuasse com a quasi totalidade do valor acquisitivo creou-se mentalidade especial, não só entre os fazendeiros como geral: a cambio baixo corresponderia café alto e vice-versa.

Ninguem attentara ainda para o enorme desenvolvimento da lavoura cafeeira, sobretudo no Estado de S. Paulo.

Não se encetara até então o serviço de estatistica cafeeira e a unica verificação do augmento da producção procedia do exame das safras exportadas. Sabia-se que era immenso o aproveitamento das terras cafeeiras paulistas de suave derrame permittindo a plantação de centenas de milhares, de milhões e milhões de arvores frequentemente sem a menor solução de continuidade nos grandes chãos parados do occidente.

O ultimo ensaio de estatistica, ainda da provincia de São Paulo, o de 1887 accusava grande augmento de lavouras mas assim mesmo viera sobremodo deficiente e lacunoso. De muitos municipios importantes nada se inscrevera nas columnas recenseadoras do cafesal paulista.

Mas bastava examinar as cifras da exportação para se

ter idéa de quanto vinham *chegando* as lavouras novas do oeste paulista, trazendo contribuição cada vez maior ao volume total da producção brasileira.

E isto quando o contingente mineiro e fluminense e os menores se mantinham dentro de razoaveis limites.

	S. Paulo	M. Geraes	R. de Jan.	E. Santo	Bahia
1889	2.298.301	1.157.424	1.309.271	227.484	130.287
1895	4.706.262	1.682.716	1.886.439	413.844	437.281
1896	4.006.591	1.801.762	1.191.935	419.229	260.981

Eram pois os numeros indices:

	S. Paulo	M. Geraes	R. de Jan.	E. Santo	Bahia
1889	100	100	100	100	100
1895	204	145	152	149	335
1896	172	154	91	150	200

Assim houvera, nos cinco principaes estados cafeeiros grande incremento do plantio, mas como as safras bahianás e espiritosantenses, fossem muito pequenas e seu augmento não influira muito no conjuncto da producção brasileira cujo grande, e enorme avultador seria S. Paulo.

E com effeito vejamos quaes os excessos entre este e os demais estados, nos mesmos annos, tomando-se como base a producção de 1889.

Annos	S. Paulo	Demais estados
1889	2.298.301	2.874.466
1895	2.407.951	1.655.814
1896	1.708.290	799.255

Quanto á exportação do Brasil ella subira muito, dentro dos limites do periodo.

1889	5.586.000	saccas
1895	6.720.000	"
1896	6.744.000	"

Como explicar este avultamento consideravel? São os autores unanimes em affirmar que se deveu a facilidade do

credito ou antes á abundancia de numerario, excessivo, depois da grande inflação do Ensilhamento coincidente com a verdadeira *fome de café* que se apoderara do Mundo, nos ultimos annos de Imperio.

Era muito natural que assim fosse, dadas as diversas coincidencias: facilidade de dinheiro, a existencia de terras esplendidas para os cafesaes, remuneração magnifica das lavouras, com os altos preços do genero, facilidade de transporte e extensão da rede ferroviaria, offerecimento do braço abundante pelo avultamento notavel da corrente immigratoria.

Verdadeiros eldorados se offereciam portanto nas grandes manchas de terra roxa do oeste paulista. Extensões extraordinarias de mattas haviam sido pois derrubadas e substituidas por cafesaes de producção absolutamente descomunal.

Tal abundancia de dinheiro que individuos de pequenas posses, moços, sahidos da adolescencia, sem a pratica da vida recebiam creditos vultosos para acquisição de fazendas montadas e negociadas por preços altos, as vezes altissimos, e para a plantação de lavouras novas.

O biennio seguinte ao 15 de novembro veria um accrescimo consideravel da producção paulista e o immediato outro ainda muito maior. A este surto acompanhariam ainda as lavouras mineiras, fluminenses, espiritosantenses muito mais modestamente, contudo.

Era signal de que cada qual dellas se esforçara por aproveitar da alta embora se notasse que a lavoura fluminense já em franca decadencia e a da Matta Mineira, cansada se mantivesse nos limites já attingidos.

Viam-se os fazendeiros de S. Paulo num circulo vicioso: forçados a satisfazer as exigencias dos colonos. Como que exigiam estes o plantio de lavouras novas de café afim de terem terras frescas para as suas roças de cereaes, principal fonte de lucros de sua nova vida rural americana.

O raciocinio simplista a que já alludimos ainda viria a dominar a mentalidade de grande numero de pessoas, algumas illustradas até.

E com effeito nos primeiros annos houvera curiosa e até mesmo impressionante coincidencia de antagonismo entre os preços do mil réis em moeda ingleza e os da arroba.

Safras	Media cambial	Media (kgm.) Rs.
1889-1890	25 ¼	665
1890-1891	20 ¼	815
1891-1892	13	1010
1892-1893	12 ⅜	1220
1893-1894	10 ⅜	1580
1894-1895	10 ¼	1470
1895-1896	9 ¾	1420
1896-1897	8 ½	1070

Tão arraigada a crença de que se estabelecia tal correlação forçosa que nos lembramos de ter ouvido em 1894, de um homem intelligente, formado em Direito, fazendeiro adeantado fluminense, muito caprichoso, no preparo de suas remessas, emittir verdadeiro absurdo a tal proposito.

Era adversario tenaz do governo do marechal Floriano Peixoto e ficara sobremodo desapontado com a victoria de 13 de março de 1894.

A guisa de consolo ouvi-o proferir: *À quelque chose malheur est bon!* O cambio *rodou* e vae rodar mais e assim a lavoura terá com esta e as futuras colheitas resultados como nunca conseguiu!

Ninguem se lembrava de indagar seriamente das causas deste phenomeno que não causava extranheza alguma: Todos se embalavam com um raciocinio, ingenuo em extremo: se o cambio baixava aviltava-se o mil réis e assim o comprador americano ou europeu poderia alargar os cordões da bolsa, ser *beau prince,* pagar mais pela arroba! Ainda assim lhe sahia isto muito barato.

Dahi este sentimento de euphoria entre a immensa maioria dos lavradores de café, euphoria baseada na crença de que podia contar com a generosidade dos compradores já a seu turno favorecida.

Havia tanta margem de lucro para estes desinteressados amigos dos produtores brasileiros...

Bastava cotejar os preços unitario da arroba por elles pagos nos ultimos annos.

	Rs.		£
1889	5140	ou	0,850
1890	6195	ou	0,87
1891	8815	ou	0,80
1892	10349	ou	0,77
1893	14206	ou	1,02
1894	14910	ou	0,92
1895	13475	ou	0,81
1896	12959	ou	0,73
1897	9259	ou	0,43

Não tardaria a que pesada desillusão viesse afligir a estes ingenuos pois a partir de 1897 assistiriam a uma depressão cambial do maior vulto e a uma queda cafeeira simultanea, cada vez mais acentuada, para as safras do triennio 1896-1899.

Annos	Taxa cambial	arroba
1897	7 23/52	9.259
1898	7 3/16	8.375
1899	7 7/16	8.034

Em 1900 inda maior desillusão teriam os sustentadores da abstrusa theoria: subiria o cambio e com elle o preço do café.

1900	9 ½	8817

O triennio seguinte lhes seria talvez desconcertante: o cambio subira notavelmente, no primeiro anno, e occorrera grande baixa cafeeira; no segundo um pouco mais se valorizara o mil réis e o café ainda baixara. No terceiro dera-se o inverso.

1901	11 3/8	5617
1902	11 31/32	4902
1903	12	5004

Mas tambem ahi, desde as safras de 1900-1901 e sobretudo de 1901-1902 não haveria mais quem quizesse estabelecer a extranha correlação de tamanha unilateralidade.

Despejara-se sobre Santos verdadeira catadupa de café.

Safras	Santos	R. de Janeiro	Brasil
1900-1901 . . .	7.970.000	2.930.000	11.285.000
1901-1902 . . .	10.165.000	5.330.000	16.145.000

O biennio de 1904-1905 daria novo e estrondoso desmentido aos incredulos pertinazes. Levantadas as taxas cambiaes, com as medidas postas em pratica no quatriennio Campos Salles e no do seu successor Rodrigues Alves continuou o mil réis em marcha ascendente, ganhando tres pences de 1904 para 1905. E esta valorização fora acompanhada pelo café.

1904	12 7/32	6.365
1905	15 57/64	7.145

Mais um anno e ver-se-ia a libra esterlina cahir de 237 réis, apenas ao passo que a arroba declinara de 2.289 réis.

Assim mesmo ainda havia scepticos a desilludir e não poucos. Foi o que levou o ministro da Fazenda do presidente Rodrigues Alves, Dr. Leopoldo de Bulhões a incumbir o presidente da Camara Syndical dos Corretores do Rio de Janeiro Dr. José Claudio da Silva a estudar a correlação do movimento cambial e cafeeiro. Dahi resultou o relatorio ponderado que esta autoridade apresentou sob o titulo: *O café e a moeda* (*movimento do café e do cambio de* 1808 *a* 1905).

Começou frizando o avolumamento extraordinario da exportação cafeeira do Brasil nos ultimos seis quinquiennios.

	Saccas
1876-1880	15.641.913
1881-1885	20.336.546
1886-1890	19.961.427
1891-1895	30.091.646
1896-1900	44.399.329
1901-1905	63.984.673
Total	193.515.531

As ultimas quinze safras do Brasil Imperio haviam sido de 55.939.886 e as primeiras quinze do Brasil Republica 137.575.648. Crescera a exportação de 282 por cento!

Convinha examinar o reverso da medalha, com a maior attenção.

Teria o consumo correspondido á producção, acompanhando-a na respectiva proporção?

Não existiam porventura, stocks escapando ao conhecimento publico? E de que importancia?

Representariam as estatisticas particulares os stocks em sua realidade?

Discriminavam sufficientemente as estatisticas particulares o café vendido e o consumido de modo a se conhecer perfeitamente o stock real, mas em ser, e, por conseguinte, não consumido?

Eram questões estas que exigiam severo estudo, como garantia do acerto de qualquer resolução que se houvesse de tomar sobre assumpto de tamanho vulto então agitado: qual o da projectada e chamada *valorização do café*.

Entendia o presidente da Camara Syndical que se devia preliminarmente estudar, e com o maximo cuidado, as relações entre os preços de café e as taxas cambiaes, como elemento subsidiario, de notavel importancia, para o esclarecimento do problema da valorização a que se filiava, e com tamanha relevancia, o projecto de creação da Caixa de Conversão e quiçá de nova quebra do padrão monetario nacional.

Depois de assaz longo historico sobre a flutuação cambial e a paridade do valor da moeda brasileira quanto á libra esterlina, e á fixação do padrão da moeda no Brasil, chegou o Dr. José Claudio da Silva á conclusão de que nenhum proveito resultara do fato de se haver procurado, em 1833 e 1846, regularizar as operações estabelecendo-se supposto padrão monetario. Dependiam de mil e uma imprevistas circunmstancias a elevação e a depressão do valor do papel-moeda.

Entretanto na questão que se levantara voltava-se a tratar da fixação do valor do papel-moeda, que se não devia confundir com o da fixação do Padrão monetario, regulador das transações.

O estabelecimento de uma Caixa de Conversão, á semelhança da da Republica Argentina fixando certo e determinado valor ao papel-moeda existente, em relação ao ouro importava em artificio improficuo e quiçá perturbador das relações economicas.

O cambio traduzindo os principios economicos das relações internacionaes, decorre da lei da offerta e da procura.

Dahi por sua vez a dependencia em que elle ficava do valor relativo do papel-moeda em confronto com o padrão ouro.

Poder-se-ia objetar que a lei da offerta e da procura, na pratica, estava arriscada a ser falseada pela intervenção da especulação de ordinario, reinante nos paizes de moeda inconvertivel, perturbando assim o natural equilibrio dos valores.

A especulação (que não occorria exclusivamente no Brasil) não era facto que se não conseguisse cohibir por meios e medidas adequadas.

Entendia o Dr. Claudio da Silva que a regulamentação se

vera do mercado cambial e a rigorosa confecção e observancia dos orçamentos nacionaes facultariam meios de attenuar, senão de melhorar, muito, a crise cafeeira.

Ao estudo do Presidente da Camara Syndical acompanha interessante quadro demonstrativo das taxas, maxima e minima, cambiaes e dos preços, maximo, minimo e medio, de café, vulto das safras exportadas pelo Brasil, annualmente, de 1 de janeiro de 1808 a 31 de dezembro de 1905. Ha aliás, neste quadro, erros serios em relação ás cifras de exportação. As transcriptas como para todo o Brasil são, em diversos annos, referentes apenas ás sahidas da Guanabara. Os preços medios reportam-se aos do Rio de Janeiro e são os do memorial de Costa Santos.

Desvaneceu-se, afinal, a chimera da interdependencia entre os preços de café e taxas cambiaes. E todas as attenções se voltaram para o estudo mais acurado das cifras da producção, do consumo e dos stocks visiveis. Dos grandes saldos positivos da exportação cafeeira é que deveria provir a influencia sobre o cambio.

A todos sobrou a convicção porém de que o café com as suas porcentagens elevadas no conjuncto do commercio nacional era o verdadeiro fornecedor das letras de cambio de que precipuamente precisava o Brasil para manter o seu standard de civilisação.

E realmente bastava olhar para estas porcentagens para que do perfunctorio exame resaltasse tal conclusão.

Annos	Exportação	Valor em contos	Valor em ouro	Porc.
1889	5.586	172.258	18.983	66,5
1890	5.109	189.894	17.850	67,7
1891	5.379	264.167	17.561	64,7
1892	7.109	441.443	22.028	71,4
1893	5.307	452.326	21.712	67,8
1894	5.582	499.615	20.884	68,5
1895	6.720	453.336	22.385	68,7
1896	8.744	524.338	19.663	69,4
1897	9.463	525.682	16.506	63,8
1898	9.267	465.664	13.830	55,3
1899	9.771	470.993	14.459	56,6
1900	9.155	484.342	18.889	56,9
1901	14.760	509.598	23.979	59,0
1902	13.157	409.841	20.327	55,8

1903	12.927	384.298	19.076	51,7
1904	10.025	391.587	19.958	50,6
1905	10.821	324.681	21.421	48,0
1906	13.966	418.400	27.616	52.0

Pode-se affirmar, com pequeno erro, que nos primeiros dezoito annos de vida republicana concorreu o café com tres quintos da exportação nacional, chegando a porcentagem media destes tres hexennios a 59.477. Naturalmente outros teriam sido os saldos da exportação brasileira não houvesse ocorrido a depressão cambial violenta acentuada de 1891 a 1898.

As dezoito exportações cafeeiras num total de 160.852.000 saccas vendidas pelos preços medios de 1889 teriam dado 4.968.396:576$ ou £ 545.288.280 em vez dos 7.492.663:000$ ou £ 357.927.000. Assim pois, a differença, a menos, em ouro, fôra de £ 187.631.280 ou em media annual £ 10.409.000.

Não era razoavel, pois inferir-se dahi que a depreciação do mil réis tivera capital importancia sobre as cotações do café.

O cambio dos ultimos mezes do Imperio, cotado acima do par, era ephemero, no pensar de todos os nossos tratadistas de finanças. Mas não seria dezarrazoado que se mantivesse a media do quinquiennio de 1885-1889, correspondendo isto á cotação da libra esterlina a 22-¼ ou sejam 10$780. Por esta cotação as quasi 161.000.000 de saccas exportadas teriam produzido £ 460.886.500 reduzindo-se o saldo ouro entrado no paiz a £ 102.959.500. A questão toda versava sobre o augmento despropositado das lavouras novas, sobretudo paulistas, que se não fizera logo sentir devido ao facto de precisarem os cafesaes de quatro annos para dar as primeiras cargas apreciaveis.

Assim era natural que estas lavouras, cada vez mais avultadas e plantadas sobretudo no periodo aureo da super-elevação dos preços, de 1890 e 1896 só viessem a provocar o fatal desequilibrio da offerta e da procura de 1897 em deante, trazendo o envilecimento do preço da arroba. E foi exactamente o que succedeu.

Quem ignorava quanto, especialmente a partir de 1880, crescera o cafesal brasileiro e sobretudo o paulista? Em 1870 e 1871 occorreram no planalto parananiano enormes geadas verdadeiramente catastrophicas. Aniquilaram as lavouras extensissimas e a não ser isto já em 1880 occorreria super-producção acentuada mais que provavel causadora de aguda crise.

Mas os fazendeiros de S. Paulo eram tenazes. Tentava-os a miragem das altas cotações que de 1871 a 1879 se tinham mantido numa media de cem francos, por cincoenta kilos preço para a época phenomenal. Em 1874 andavam beirando 150 francos! Dahi a intensidade do novo *rush* cafeeiro dasafiando as intemperies naquelles municipios então densamente florestados, tidos como verdadeiro ninhos de geada taes como S. Carlos, Araras, Descalvado e quantos mais!

Em 1881 começaram a produzir muito estas novas lavouras plantadas durante a alta Santos que em 1880-1881 dera 1.125.915 saccas tres annos depois exportou 2.094.721. Occorreu a crise aguda de 1881 e a queda dos preços. Cessaram praticamente as plantações durante seis annos.

Em 1887 reinou pavorosa secca provocando safra muito reduzida. Vieram depois a desorganização do trabalho,, com a approximação da Abolição, o exodo dos escravos para o littoral e deu-se immediato reflexo sobre as cotações, logo depois em grande alta.

A colheita de 1888 annunciou-se enorme e as cotações se reduziram a quasi 50 por cento. Mas em agosto verificou-se que metade da safra não se colheria por causa da Abolição e de chuvas, diluviaes, extemporaneas, durante a apanha do café. Nova e continua e grande alta que se accentuou cada vez mais e, a 15 de novembro, era a mais auspiciosa.

Avaliava-se o cafesal de S. Paulo, ao começar o anno de 1888 em cento e oitenta milhões de arvores. Neste anno foi extraordinaria a entrada de trabalhadores ruraes. E este movimento immigratorio não cessou. No decennio de 1887 a 1896 entraram em S. Paulo nada menos de 710.879 immigrantes.

Annos houve em que, como 1891 e 1896, as chegadas passaram muito além de cem mil.

A immensa maioria desta população de advenas era attrahida pelo cafesal. Assim no hexennio de 1890 a 1896 havia o numero de arvores passado a quinhentos milhões senão mais, pois os dados a tal respeito são imprecisos.

Eram as cotações vigentes no heptennio, engodo extraordinario como já frisamos o dinheiro abundantissimo e barato, a seis por cento, as terras fertilissimas e virgens. Nada mais natural e humano pois, do que este immenso desenvolvimento do plantio.

Quando este enorme cafesal abortivamente productivo começou a despejar novas safras era infallivel que occorresse

a derrocada dos preços, provocada pela incapacidade de absorpção do consumo e a accumulação forçosa dos stocks.

E assim succedeu, e os supprimentos visiveis cresceram assustadoramente.

Haviam sido a primeiro de junho, de cada anno e em milheiros de saccas.

Em

1891	1.905
1892	2.990
1893	3.165
1894	2.165
1895	3.060
1896	2.489
1897	3.977
1898	5.445
1899	6.876
1900	5.729
1901	11.305!

Quasi dobrara o stock num anno! E as lavouras no auge do vigor de sua seiva magnifica não dariam mais ensejo a que decrescessem estes depositos apavorantes.

As diversas e já enumeradas facilidades de preço credito e braço havia acrescido o espirito emprehendedor dos paulistas e as commodidades topographicas offerecidas ao alargamento da rede ferroviaria do Estado.

"Foi o café o grande *puxador* dos nossos trilhos de estrada de ferro," exclamou pittoresca e expressivamente um dos mais reputados engenheiros de S. Paulo.

— Quanta terra capaz de dar cargas em condições de fazer arreiar os cafesaes, viamos nós, caçadores, a percorrer a mattaria de Jahú e de Lençóes, e quantas mais dizia-nos em 1900 velho lavrador campineiro, sobremodo inclinado a excursões venatorias, pelos sertões de oeste. Quanta mattaria a não acabar mais de pau d'alho e cebolão!

Mas o frete tudo matava! Além do Rio Claro era, em 1860, loucura plantar café. A distancia de Santos tudo absorvia.

Assim a multiplicação da kilometragem ferroviaria viera em natural auxilio á coragem dos derrubadores da matta e plantadores de cafesaes.

A rede ferroviaria do Brasil Central, ninguem o ignora foi essencialmente imposta pelo café.

Nada mais interessante do que acompanhar este surto pela sucessão dos mappas.

Em 1877, por exemplo, a Companhia Paulista, attingia Rio Claro permittindo o aproveitamento da grande mancha riquissima de Jahú, as de Araraquara, e S. Carlos do Pinhal, de Pirassununga e Descalvado. A Mogyana com o seu tronco em Mogymirim ia começar a invadir o cerrado em direcção a Casa Branca e S. Simão. Ainda estava longe da maravilhosa chanaan de Ribeirão Preto mas já facilmente recebia os cafés da corda fronteiriça mineira de Pinhal, S. João da Boa Vista. O seu pequeno ramal de Amparo servia a uma zona que se cafeisava largamente.

A Ituana, curta e em zona de producção pouco abundante valia a Itú, Indaituba, Capivary, Piracicaba, Tietê. A Sorocabana detida em Ipanema não era ainda por assim dizer uma estrada cafeeira. E as terras excellentes de Botucatú della estavam longe ainda.

Em 1884 achava-se a Paulista em S. Carlos construindo em direcção a Araraquara, Pirassununga e Descalvado. A Mogyana attingira Ribeirão Preto e a Sorocabana fora a Tietê construindo para Botucatú. Fizera-se a Bragantina *puxando* os cafés da zona lindeira de Minas Geraes. Na Provincia do Rio e no Norte de S. Paulo tinham-se feito muitas linhas pequenas subsidiarias da Pedro II: Assim a Rezende a Areias, a Bananalense, a Valenciana, Commercio a Flores, Barra a S. Isabel do Rio Preto, S. Anna a Pirahy e Passa Tres.

A Contagalense estendera os trilhos de Nictheroy ás margens do Parahyba, na Pedra, mais tarde Itaocara. Á margem esquerda do grande rio a linha S. Fidelis a Santo Antonio de Padua, isolada, tinha o seu escoadouro no porto fluvial fidelense. A linha de Carangola explorava o seu tronco de Campos a S. Eduardo na fronteira espiritosantense, projectando-se o ramal destinado a servir a grande zona do oeste fluminense e do oriente mineiro que se cafeisavam.

Na Matta Mineira rapidamente se completava a rede nascida dos cafesaes. A União Mineira estendera trilhos de Serraria a Guarany; a Leopoldina caminhando de Porto Novo para o Norte e passando por Leopoldina, Cataguazes e Ubá parara no sopé da Serra de São Geraldo.

A 15 de novembro de 1889 tinha o Brasil 9.583 km. de estrada de ferro em trafego. A rede cafeeira, se assim podemos dizer avultava immenso neste computo. Só em São Paulo attingia a 2.329 km., quasi um quarto do total. Mais que dobrara em doze annos.

Em 1896 completava-se a rede fluminense que servia os cafesaes. Construira-se o ramal de Friburgo a Mello Barreto, a Grão Pará attingira S. José do Rio Pardo. O valle do Muriahé e a ultima zona cafeeira do Estado viam-se servidos pela linha de Murundú a Itaperuna S. Paulo de Muriahé, e Santa Luzia. E a Leopoldina entrando pelo Espirito Santo attingira o Cachoeiro do Itapemirim. Em Minas vencendo a serra de São Geraldo chegara a Viçosa, a Ponte Nova, a Saude. E ao mesmo tempo fizera novas ligações entre suas linhas.

Mas em S. Paulo é que a derrama cafeeira promovera grande desenvolvimento das estradas de binario metalico. Passaram de 2.329 a 3.048 km. A Paulista tinha os seus pontos extremos em Jahú, Jaboticabal e ligara-se á Mogyana em Lage.

A Mogyana desde muito passara por Batataes e Franca atravessara o Rio Grande. E não descurava de augmentar os seus ramaes. A Sorocabana chegara aos ferteis cafesaes de Botucatú e S. Manuel.

E esta extensa rede ia despejar sobre Santos a massa de mais de cinco milhões de saccas da safra de 1896-1897. Já porém nesta occasião soavam prognosticos de pessimismo e desalento.

Uma como que obnubilação trazida, certamente pelo estado euphorico decorrente da remuneração dos preços, que ainda se mantinham vantajosos em 1897 fazia com que os olhos se cerrassem aos avisos das estatisticas da posição reciproca da producção e do consumo.

Safras	mundial Prod.	mundial Consumo	Stocks	Preços
1889-1890	8.420	10.330	2.435	6.650
1890-1891	9.285	9.960	1.905	8.150
1891-1892	11.940	10.020	2.990	10.100
1892-1893	11.275	11.255	3.165	12.200
1893-1894	9.400	10.585	2.165	15.800!
1894-1895	11.765	11.070	3.060	14.700
1895-1896	10.395	10.966	2.389	14.200
1896-1897	13.915	14.427	3.977	10.700!

A inquietação generalizada ia começar em fins de 1899. As cotações peioravam continuamente.

1897-1898	16.050	14.582	3.997	8.550
1898-1899	13.725	12.994	5.445	7.300
1899-1900	13.805	14.252	6.176	7.800

Quando muito até 1897 os mais descrentes queixavam-se de que a acção official se mostrava tardonha senão inerte no sentido de promover o desenvolvimento do consumo pela abertura de novos mercados ao café brasileiro. Vinha sempre á baila, e com a maior insistencia, o descaso com que se cuidava da conquista de um mercado do vulto do da Russia que convinha arrebatar ao chá.

Quasi ninguem se lembrava de expor quanto o consumo geralmente pausado deixa de acompanhar os sobresaltos violentos da producção nascida de um *rush,* de um *boom* como no caso do Brasil.

Assim tomando as doze safras de 1888-1889 a 1899-1900 as medias quadriennaes da producção e do consumo haviam sido:

	Consumo	Producção
1888-1889 a 1891-1892	10.372	10.165
1892-1893 a 1895-1896	10.969	10.708
1896-1897 a 1899-1900	13.564	14.376

Eram pois os numeros indices:

	Consumo	Producção
1888-1889 a 1891-1892	100	100
1892-1893 a 1895-1896	106	105
1896-1897 a 1899-1900	130	141

Assim em doze annos crescera o consumo de 100 para 130 ao passo que já a producção se avantajara, na proporção de 100 para 141, o que ainda não constituia motivo para grande alarma.

Mas é que juntamente se chegara ao ponto de reversão da curva da crise com a perspectiva da entrada das safras provindas do enorme cafesal novo de S. Paulo.

A situação dos stocks mundiaes já prenunciava que o consumo, lento como era, não absorveria as fortes proporções sempre em augmento que a producção lhe offerecia como podemos ver das medias quadriennaes e respectivos numeros indices.

1888-1889 a 1891-1892	2.742	100
1892-1893 a 1895-1896	2.719	99
1896-1897 a 1899-1900	5.332	194!

Poder-se-ia objectar que o stock dos dois primeiros quadriennios haviam sido insufficientes para conter a alta mas ninguem poderia mais a partir do terceiro destes periodos deixar de impressionar-se com o seu enorme e por assim dizer subito augmento reflexo positivo da já manifesta incapacidade da absorpção do consumo.

Os primeiros avisos officiaes de alarma ante a gravidade de uma situação que parecia imminente a se desenhar partiram de Bernardino de Campos, então ministro da Fazenda de Prudente de Moraes.

A essa advertencia não tardou a associar-se a de Quintino Bocayuva.

Em 1897 surgiram inequivocas demonstrações de sobresalto do espirito publico traduzidos pela palavra de publicistas e economistas, com prolongados écos no recinto do Congresso Nacional.

Ainda assim appareciam optimistas inveterados como por exemplo Franco de Lacerda, aliás versado em assumptos cafeeiros, negando a evidencia da super-producção e accusando os importadores norte americanos dos maleficios da crise que se acentuava no Brasil. E o que é significativo suas palavras encontraram o mais alto apoio como o do Parlamento que mandou transcrever em suas actas, as lucubrações destes e outros como que panglossianos do café.

Em 1898 vaticinou Leopoldo de Bulhões na Camara, a proximidade do Krach cafeeiro e causaram grande sensação os artigos muito lidos e citados, de *Mercator,* advogando a eliminação dos cafés baixos.

Em 1899 aggravou-se muito a situação e começaram a reunir-se os congressos dos lavradores a discutir propostas e medidas, sensatas umas, absolutamente impraticaveis e mesmo abstrusas outras.

Precipitava-se verdadeira avalanche de café sobre os portos. Em seu relatorio celebre de Ministro da Fazenda expoz Joaquim Murtinho, com maravilhosa clareza, a situação cafeeira do Brasil, a grande estase da circulação de onde proviera a formação de elevado stock inabsorvivel de prompto pelo consumo, o que não viam os optimistas.

Relativa melhoria occorreu em 1900 trazendo a reviviscencia da crença em melhores dias. Surgiram, insistentemente, na arena das discussões sobre a situação debatedores de elevado e culto espirito, e grande projecção social, como os Irmãos Ferreira Ramos, Augusto e Francisco, Vicente de Carvalho, Augusto C. da Silva Telles, Luiz P. Barreto, Alexandre Si-

iiano. A. Candido Rodrigues. Francisco Motta entre muitos outros em S. Paulo Alfredo Ellis, Rodrigues Peixoto, Calogeras, Moura Brasil, Sylvio Ferreira Rangel, etc. no Rio de Janeiro.

E espalhou-se um diluvio de publicações pela imprensa ou autonomas, aventando mil e uma suggestões para a debellação da crise.

Cada vez mais embaraçosa se mostrava a situação da lavoura e uma corrente forte, poderosa, e dentro em breve invencivel, de opinião publica, no Estado de S. Paulo, levou os homens de Governo, aliás com ella solidaria a tratar das bases de um plano de defesa de producção por meio de grande empreza de socialismo de Estado. Se assim fosse necessario, com a collaboração da União e com a dos Estados cafeeiros em qualquer hypothese.

Agitavam-se idéas, multiplicavam-se os planos de toda a especie e emquanto isto os cafesaes, cada vez mais desenvolvidos, lançavam descommunaes colheitas aos mercados.

Se a de 1900-1901 fora enorme, nunca vista em São Paulo (7.970.000 saccas) dando para o Brasil todo 11.285, a de 1901-1902 apparecera immensa não só na zona tributaria da Guanabara (5.330.000) com e sobretudo na servida por Santos (10.165.000).

Os stocks cresceram desmesuradamente.

A 1.º de junho de

	Saccas
1900	5.729.000
1901	6.836.600
1902	11.305.000
1903	11.837.000

E fatalmente os preços reflectiram esta situação de impasse 7$600; 6$160; 5$340; 4$520 por 10 kilos em Santos nos quatro annos.

Entre 1895-1896 e 1902-1903 viera a arroba do *good average* de 14.260 rs. a 4.620!

Em oito annos cahira de 100 a 32,5. A economia cafeeira sobretudo a paulista comprometida ao ultimo ponto achava-se na imminencia de completa ruina.

Sob a ispiração inicial de Augusto Ramos haviam os poderes publicos estaduais decretado forte taxação sobre o plantio de novas lavouras. Nos ultimos oito annos o cafesal espraiara-se muito ainda, como denotava o desenvolvimento

da rede ferroviaria atrahida para oeste pelos novos nucleos cafesistas das terras virgens.

Em 1904 attingira a Paulista Bebedouro e Agudos, construira o grande ramal de Rincão — Pintangueiras, — Pontal. Novas e pequenas linhas serviam-lhe de tributarias: a Douradense, a Araraquarense que já aliás era consideravel: A Sorocabana prolongara-se até S. Manuel e Agudos, marchando para Baurú e contruira o extenso ramal de Avaré — Cerqueira Cesar, em demanda das terras virgens e ricas do Paranapanema.

Construira a Mogyana o grande ramal de Jardinopolis Ituverava marchando para o Rio Grande.

No Sul de Minas a antiga Minas e Rio caminhara em busca das terras cafeeiras de Varginha. Tres Pontas etc.

A Sapucahy ligara-se á Mogyana.

Na Matta Mineira a Leopoldina estabelecia novas ligações de seu antigo tronco com as linhas outr'ora da União Mineira da Carangola e da Piau.

A linha de Murundú, Itaperuna, S. Luzia, visava servir os grandes cafesaes novos do valle do Muriahé e regiões adjacentes indo a S. Paulo e a Palma, ligando-se á antiga paduana-fidelense.

No Espirito Santo os cafesaes do Sul teriam dentro em breve o escoamento ferroviario com a ligação de Itabapuana Mimoso, a Cachoeiro e a pequena rede de irradiação desta cidade.

Por toda a parte o café *puxava* os trilhos.

Acentuava-se, ao mesmo tempo, e cada vez mais, o desiquilibrio entre a producção paulista e a do resto do Brasil.

Safras	S. Paulo	Demais Estados
1893-1894	1.720	3.320
1894-1895	3.985	3.250
1895-1896	3.090	2.915
1896-1897	5.100	4.215
1897-1898	6.160	5.050
1898-1899	5.580	3.740
1899-1900	5.705	3.720
1900-1901	7.970	3.315
1901-1902	10.165	5.980
1902-1903	8.350	4.395
1903-1904	6.395	4.906

Cabendo a S. Paulo grande porcentagem no total das safras brasileiras era natural que a elle tambem tocasse a leaderança do movimento de defesa do producto commum.

E assim, de corpo e alma dedicaram-se os seus especialistas e homens do governo á procura de uma solução satisfactoria para uma situação que se antevia brevemente de extrema gravidade.

Os cafesaes repousados, e no viço da mocidade, aliás, para dentro em pouco promettiam phenomenal carga.

Os resultados em 1904-1905 e 1905-1906 haviam sido:

Safras	S. Paulo	Brasil
1904-1905	7.246	3.097
1905-1906	6.982	3.861

Era preciso agir. Arraigara-se na opinião publica paulista, aliás encabeçada pelo presidente do Estado Dr. Jorge Tibiriçá o seu Ministro da Fazenda Dr. Albuquerque Lins a convicção de que se procederia fosse como fosse a uma intervenção do Estado se acaso surgisse a colheita desconmunal que se prenunciava, subvertendo, por completo, as cotações dos mercados.

A Comissão de que fora encarregada o Dr. Augusto Ferreira Ramos, de estudar as condições da lavoura cafeeira hispano-americana dera os melhores resultados. Homem de lucida intelligencia, larga cultura e perfeita probidade de opiniões trouxera do seu contacto com os meios cafeeiros alienigenas, demoradamente visitados, a convicção de que da sua concorrencia não precisava o Brasil temer.

Ao mesmo tempo outro homem de grande descortinio Alexandre Siciliano incutia a necessidade de se não deixar em mãos do commercio estrangeiro as sobras de uma producção eventualmente exagerada sendo elle já senhor de tão largos stocks. O avolumamento destes o poria em condições de dictar as mais drasticas imposições aos productores brasileiros.

Era este supprimento visivel, a 1 de junho de 1904 de 12.277.000 saccas baixando, um e dois annos mais tarde, a 11.016.000 e a 9.702.000.

Veio, afinal, a grande, a immensa colheita esperada, a de 1906-1907 com 15.392.000 saccas sahidas de Santos, e.... 4.798.000 dos nossos demais portos.

Deu o Brasil 20.190.000 saccas, e o stock mundial a 1.º de julho de 1917 attingiu a cifra colossal de 16.380.000.

Mas já ahi o Estado de S. Paulo, assignado o Convenio de Taubaté, a 26 de fevereiro de 1906, com os de Minas Geraes e Rio de Janeiro, entrara nos mercados a adquirir café por determinado preço, de accordo com os delineamentos do plano Siciliano-Augusto Ramos, aperfeiçoado pelas medidas restrictivas da exportação de que muito se augurava, a completar a prohibição de novas lavouras, condições essenciaes para que a arriscada operação, unica no genero e em tal escala, não tivesse o retumbante fracasso que lhe vaticinavam os partidarios da velhas theorias da Economia Politica.

Encetara-se o que se chamava a *Valorização do café*, denominação infeliz como logo depois lembraria um publicista.

Infeliz, antipathica, armando contra as operações do governo paulista a opinião universal que se deixara impressionar com tão altisonante e desastrado titulo.

Outra seria a attitude do publico em relação a acolhida do plano se este se intitulasse simplesmente, por exemplo, Defesa do Café, lembrava, criteriosamente, outro reparador.

O titulo *Valorização* como que immediatamente suggeria a idéa de grande lucros almejados pelo governo paulista, quando este nada mais procurava do que pequeno excesso, na venda do producto, sobre o custo da producção.

Era esta a questão que iria vivamente occupar a attenção dos economistas de todos os grandes paizes, largamente interessados em acompanhar operações, que muitos acoimavam de cega se não alucinada aventura, legitimo e vulgar corner, que não podia deixar de produzir os mais desastrosos effeitos, como aspera e dogmaticamente prenunciou um dos maiores oraculos da economia politica e da sciencia das finanças da época: Paulo Leroy Beaulieu.

Era certamente a empreza a mais arriscada e contava com uma série de aleatorios sobremodo serios.

Mas não eram estes tão inflexiveis que não permitissem assaz consideraveis ensanchas de exito, entre ellas a da constancia da producção extra paulista, a restricção do plantio que vinha dando os primeiros e beneficos resultados a alternancia das safras grandes e pequenas, a da exportação com forte imposição dos cafés baixos e a das probabilidades do estancamento das colheitas excepcionaes permittiriam estes factores uma diminuição razoavel e paulatina do supprimento visivel.

Ao mesmo tempo como as operações não tendessem a provocar grande alta não era crivel que a concorrencia estran-

geira se espicaçasse esprajando os cafesaes tentada pela perspectiva de lucros consideraveis.

Assim mesmo era uma incognita da mais difficil determinação essa dos resultados deste corner quando o cafesal paulista compreendia, segundo um computo do tempo, setecentos milhões de arvores das quaes cerca de cento e vinte milhões de lavouras novas, até oito annos, e quatrocentos e trinta milhões em cafesaes de firme producção.

Quadruplicara quasi o cafesal de 1887, a menos de vinte annos antes! Ao mesmo tempo calculava-se o cafesal mineiro em 324 milhões de arvores, o fluminense em 61 e o espirito-santense em 64. Assim seria o cafesal dos quatro estados de cerca de 1.260.000 arvores.

A' exportação santista de 1886-1887 de saccas 2.583.458 contrapunha-se a de 1906-1907 de saccas 15.392.170.

Augmentara o cafesal de 392,7 % e a producção de 595,9 o que se devia á influencia das enormes lavouras novas e, em terras recem-desflorestadas.

Emfim *alea jacta erat!* E o governo de S. Paulo justamente intimidado com a perspectiva de immenso enxurro cafeeiro, despejado do planalto sobre o littoral, levando as cotações do *good average* quiçá a 1$500 por 10 kilos, tivera de tomar uma decisão heroica. Visava impedir verdadeira subversão economico-social que se lhe desenhava inevitavel a passagem de milhares de propriedades agricolas a mãos diversas daquellas que eram as de seus proprietarios, o abandono dos cafesaes o exodo em massa das populações ruraes, onde avultavam, em alta porcentagem, os estrangeiros recem-immigrados, uma série de descalabros emfim, reflectindo sobre toda a economia estadual e a trazer geral desorganização de imprevisiveis consequencias.

"Tão mal estavamos dizia Albuquerque Lins, cinco annos mais tarde, ao viajante francez, H. Rougier, que peior não poderiamos ficar! Era preciso, a todo o transe, impedir a derrocada subita que se preparava."

Apezar da enorme crise cafeeira continuara a rede ferroviaria a estender-se atravéz das zonas as mais apropriadas ao plantio da rubiacea.

Já em setembro em 1906 estavam em trafico os primeiros 92 km., da Estada de Ferro de Noroeste do Brasil, atravéz da frondosa mattaria virgem que de Baurú se prolongava intermina em direcção a oeste.

Em fevereiro de 1908, corriam os comboios pelos seus

trilhos, na extensão de 210 km., e em maio de 1910 chegava a linha á barranca do Paraná.

Pouco depois de 1906 attingiria a Sorocabana o Paranapanema em Salto Grande, cortando as terras magnificas de Ipaussú, Chavantes e Ourinhos.

Eram grandes as tentações para os inveterados plantadores de café.

E a facilidade do transporte dentre em breve traria enorme desenvolvimento dos plantios daquella zona nova far-western, onde a numerosas aggremiações se pode applicar o brocardo do *herisolitudo hodie civitas* das terras de povoamento tumultuario e como que instantaneo.

CAPITULO I

O anno economico e financeiro de 1906 — Vehemente opposição do Jornal do Commercio ao Convenio de Taubaté — Prenuncios de fracasso da Valorização — Opposição fortissima á creação da Caixa de Conversão

O *Retrospecto Comercial* de 1906 frisou a circumstancia de que o ano se encetara sob duas preocupações: uma de ordem politica outra economica: a eleição presidencial e a baixa do café que se antevia catastrophica sob a pressão de immensa colheita pendente, como jamais se vira igual.

Resolvera-se muito felizmente a primeira com a eleição, sem opposição do Conselheiro Affonso Penna a quem a 12 de outubro de 1905, num congresso de forças partidarias apontara Joaquim Murtinho quanto era indispensavel a continuidade da politica financeira do quatriennio Campos Salles prosseguida no periodo Rodrigues Alves. Permittira ella as extraordinarias realizações da presidencia transacta. Promettera Affonso Penna em tudo continuar na mesma directriz.

Tratando do caso da depreciação cafeeira mostrou-se o retrospectista irredutivel adversario do convenio de Taubaté. E o grande jornal brasileiro mostrou-se aliás sempre sobremodo infenso a valorização cujo schema lhe parecia absolutamente nefasto.

Analysando a posição do café no conjunto da economia brasileira dizia que uma campanha habilmente dirigida pelos representantes da lavoura paulista apresentara, fóra do Congresso e na tribuna deste, a situação dos fazendeiros como extremamente precaria. Uma frase sugestiva, insistentemente repetida, cristalizava o conceito que de tal situação se era compelido a formar: a lavoura agonizava...

Tamanho o sobresalto tamanha a apprehensão que essa revelação provocara, que a — questão do café — adquirira immediatamente a feição de grave problema nacional, cuja



solução era solicitada ao patrimonio de todos e ao estudo de cada qual.

Estudava o observador o panorama do Brasil que assim expunha:

A exportação do café creara a maior riqueza da Nação, garantindo-lhe a capacidade de sacar.

Paiz em progresso, mas sem notavel celeridade: lutava com as difficuldades inherentes á organização de serviços politicamente fundamentaes e economicamente imprescindiveis, graças á sua população escassa, iniciativa hesitante, orientação sociologica indecisa, a divisão em Estados confederados, autonomos, não adaptados completamente á noção da grande Patria una, e, por emquanto oscillantes dentro da esphera maior ou menor volumosa das respectivas regalias constitucionaes, nem todas aliás identificadas com os moldes da Constituição Federal; onde desgraçadamente, vigoravam impostos decretados para as producções de uns em transito pelos territorios de outros, como se nações extranhas fossem!

Com a immigração enfraquecida, colonização abandonada. viação ferrea insufficiente, apparelhos de credito atrophiados além de reduzidos; provido de industria natural acanhada e industrias artificiaes insaciaveis; que só medravam á sombra de tarifas exorbitantes, ás quaes o consumidor, empobrecido, via-se forçado a entregar as minguadas economias atravessava o Brasil penosa phase.

Era e, por longo tempo seria, grande importador das imprescindiveis utilidades, que o trabalho alheio lhe offerecia. Para pagar as dividas, que a vida collectiva se vira forçada a contrahir, a exportação fornecia a moeda; de modo que o aviltamento dos preços do café, genero do qual tinha de haurir os mais solidos elementos de troca internacional — deixava de ser um incidente da lavoura para converter-se em temeroso caso affetando a vida da Republica. Mas dahi a concordar com os projectos em andamento para o estabelecimento de um *corner* ia larga distancia.

Depois de historiar muito pormenorizadamente o caso do Convenio de Taubaté passou o articulista a estudar o projecto da creação de uma *Caixa de Conversão,* preposta á emissão, a uma taxa prefixada, dé moeda-papel conversivel, tendo como lastro a importancia de um emprestimo a ser contractado pelos Estados, com o endosso da União.

Os conferentes de Taubaté tinham vinculado a questão do café á monetaria; julgando interdependentes as duas, inse-

paraveis e indissoluveis, mas considerando ambas subordinadas á disponibilidade de recursos solicitados do credito.

Era a convicção dos tres presidentes consignatarios, que nem o emprestimo falharia, nem o endosso da União seria recusado; como acreditavam igualmente que o Congresso Nacional votaria as leis necessarias á installação da *Caixa*.

Tal esta convicção que até o cabeçalho do ajuste trazia as seguintes e expressivas palavras: Convenio para regular "o commercio do café e a creação da caixa de Conversão fixando o valor da moeda."

Era positiva tal exorbitancia de atribuição por parte dos presidentes a invadirem a orbita do Governo Federal.

A emissão se fundaria em lastro de ouro provindo de emprestimo, *com endosso da União,* e para abrigar a sua importancia a Caixa de Conversão se instituiria ou teria de ser creada pelo Congresso.

Mas este endosso seria regulado por artigo constitucional. Se se tornasse effectivo as condições do convenio não obrigariam os Estados cafeeiros.

Do Convenio, emfim, como fôra redigido, affirmava o reparador, não havia como pedir o endosso da União. A lei n. 1.452 promulgada a 31 de dezembro de 1905 não autorizava o Poder Executivo a tomar conhecimento do ajuste de Taubaté na parte atinente á Caixa da Conversão.

Applaudia o *Retrospecto* a attitude do Presidente Rodrigues Alves no tocante á prudencia com que agira, apezar de extraordinaria pressão da opinião publica paulista, official e privada.

Asperamente lembrava o articulista que de Minas Geraes e do Rio de Janeiro não constava houvessem partido analogas adhesões. Era muito de se notar, entretanto, que em meio das esperanças ruidosas que caracterizavam as demonstrações paulistas no tocante ao Convenio e a seus resultados, levadas ao ponto de o constituirem o "grande ideal da patria ou "o marco inicial de nova orientação nas normas de governo do paiz" voz alguma se fizesse ouvir para convidar os Governos contractantes a offerecerem á lavoura, que se propunham a proteger, e á nação, que desejavam felicitar, arrhas de sua sinceridade.

Explicando o mecanismo do Convenio frisava que da propria lavoura cafeeira sahiria, por meio da sobretaxa de tres francos, ouro, por sacca exportada, o pagamento da divida contrahida. E no entanto se proclamava que ella andava exangue ou quasi agonizante!

Não se indagara, ao architectar-se o Convenio, se estava esmagada pela baixa dos preços mercantis, *sómente* ou se era victima tambem de impostos, onus, alcavalas, tyrannias administrativas dentro do proprio domicilio, no territorio nacional. Não se alludira a taes impostos, ás difficuldades de transporte do producto, aos fretes excessivos das estradas de ferro, ás multiplas fintas fiscaes que, sommadas, representavam nada menos de *trinta a quarenta* por cento do preço do producto nos mercados de venda...

A respeito de todas estas circumstancias, os auctores do Convenio haviam mantido a mais impenetravel reserva; não se proferira uma unica palavra a respeito da *reducção dos fretes,* e sobretudo da *dos impostos.*

O pensamento crucial do Convenio fôra os seguintes: "Precisava a lavoura prementemente de dinheiro, as despezas de producção não eram cobertas pelo quantitativo das vendas, asphixiantes os impostos e os fretes, terriveis as exigencias fiscaes de toda a sorte. Pois bem: ir-se-ia aliviar a lavoura de tal carga. E como? contrahindo por sua conta uma divida, que ela propria teria de pagar, e com o producto da qual satisfaria pontualmente as novas exigencias fiscaes. Os fretes, não se alterariam, nem os direitos que lhe seriam cobrados .E ella que se alegrasse por se lhe haver proporcionado meios para, emquanto houvesse dinheiro emprestado, pagar o que deveria pagar!

Accusava o analysta os governos estaduaes, de sobrecarregarem de impostos a sua exportação pretendendo deslumbrar a Lavoura com joias de pechisbeque.

Depois de se estender longamente sobre a questão da offerta e da procura que era a do café brasileiro declarou que o caso do convenio se emquadrava admiravelmente na tão conhecida e tão praticada operação do *corner.* Não havia como fugir a este imperativo.

Era comtudo uma modalidade especial.

A prefixação de um preço minimo nos mercados nacionaes exigia preço superior nos estrangeiros, onde a mercadoria chegava onerada das despezas de expedição. Logicamente cogitava o Convenio destes preços superiores, para a venda do café. As cotações do producto, porém eram baixas (cerca de 47 francos por sacca) no estrangeiro, e porque seria manifesta loucura comprar por 55 para vender por 47, — os Estados cuidariam — de adquirir o café ao preço minimo e retel-o, afastal-o do consumo, effectuar o *corner,* á espera de que



os preços mercantis subissem e se pudesse offerecel-o á venda, sem perda de valor.

Demais, para manter um preço minimo nos mercados internos, o Convenio visava não a simples retirada do superavit da producção, mediante accordo com os possuidores do artigo — mas a immediata compra do producto. Era um *corner* especial, differente do conhecido, o qual se baseava na *warrantagen.*

Examinava o auctor as condições sob as quaes se iria processar.

As safras dos tres grandes estados cafeeiros em 1906-1907 attingiam 16 milhões de saccas do consumo. Ora dos stocks o visivel era de dez milhões. Analysara-se o invisivel seguramente em dois. As safras extra-brasileiras attingiam 4 milhões. Haveria portanto bastante café no mundo para se não comprar o do Brasil.

Verdade é que com a baixa dos stocks os preços subiriam mas sem influir sobre o varejo porque em 1907-1908 dar-se-ia sempre a entrada da safra não brasileira. As falsificações cresceriam immenso e occorreria fatalmente a chegada da safra nova do Brasil. Por outro lado verificar-se-ia uma resistencia enorme do consumo.

Qual seria em presença de taes factos a attitude dos dirigentes do *corner?*

Que parcella poderia ficar retida? Uma parte tal que, no fim da safra de 1906-1907, pudesse apresentar o stock visivel mundial diminuido ou mesmo que pudesse reduzir tanto a este como ao stock invisivel.

Se assim não succedesse, teria o *corner,* á custa de grandes sacrificios, reposto as coisas, ao cabo do primeiro ano de sua duração, no estado em que se achavam a 30 de junho de 1906, ou antes de começar as operações valorizadoras.

Feito o calculo verificava-se que o sequestro do café deveria applicar-se á quantidade superior a 4 milhões de saccas da safra de 1906-1907, ou approximadamente a 5 milhões no valor, segundo o Convenio, de 975 milhões de francos, ou, ao cambio de 15 d 174.884:000$000, equivalentes a £ 10.930.000.

Bastava esta cifra para demonstrar que dadas as condições financeiras dos tres Estados cafeeiros, o *corner* não poderia resistir longo tempo, admittindo o sequestro de cinco milhões de saccas. Mas, embora se admittisse que a retirada desta quantidade de producto fosse effectuada, a safra immediata, de 1907-1908, avaliada, em cerca de 9 milhões de saccas, viria juntar-se ao café represado, para formar um

total de 14 milhões. Esta massa encontraria as seguintes reservas:

	Saccas
Suprimento visivel de 1906, a 30 de junho ..	10.000.000
Dito invisivel	2.000.000
Café de outros paizes	4.000.000
Parte offerecida da safra brasileira (16-5) ..	11.000.000
Total	27.000.000
Consumo provavel	16.500.000
Suprimento visivel em 30 de junho de 1907 ..	10.000.000

ou quasi o mesmo que o *corner* encontrara.

No anno commercial de 1907-1908 a safra universal seria de 18 milhões, dos quaes 14 milhões do Brasil, 9 milhões da safra nova e 5 do café represado. E mesmo quando se acreditasse que o consumo crescesse de 500.000 sacas, — o total offerecido, junto ao suprimento visivel, daria a somma de 28 e meio milhões, para 17 milhões do consumo, donde um saldo de 11.500.000 sacas, — sensivelmente igual aos dos suprimentos reunidos de 30 de junho de 1906.

No tocante aos preços, portanto, teria o *corner* sido uma completa illusão. A lavoura brasileira, além de desacoroçoada, ficaria carregando o peso de uma divida excessiva e obrigada ainda á contribuição da sobretaxa de 3 francos.

Assim fracassaria lamentavelmente a pretensa valorisação.

Se o paiz em que se tentava ou realizava, o *corner*, não dispuzesse de recursos proprios para o manter, o emprestimo contrahido para tal operação viria fatalmente agravar com as quotas de amortização e juros, commissões e differenças de typo, as responsabilidades financeiras do processo.

E o emprestimo tornar-se-ia patentemente absurdo, se, em vez de destinar a fornecer ao dono da mercadoria uma porcentagem do seu valor, devidamente calculada sobre os preços mercantis da mercadoria — dada em penhor ao *corner* — fosse empregado na compra do genero, não pelo preço do mercado, mas pelo que se desejava que alcançasse! Fôra tal absurdo, que o Convenio preconizara como combinação maravilhosa!

O artigo 1.º do pacto de Taubaté desenhava, assim, a mais aventurosa de todas as fantasias aventurosas, e implicava uma revolta, por força mal succedida, contra as condições que presidiam o funcionamecnto dos *corners*.

Poder-se-ia objectar ao pessimista, parcial quanto possivel além da malevolencia, a positiva prevenção.

Quem poderia acreditar que após uma safra abortiva de 16 milhões de saccas, em 1906-1907, viesse outra de 14 milhões? E' verdade que a safra de 1906-1907 subiria a mais de vinte milhões de saccas, muito acima portanto dos 16 milhões previstos pelo reparador mas em compensação a seguinte attingiria a pouco mais de onze milhões.

Acusava o articulista a commissão de Finanças da Camara dos Deputados, extraordinariamente favoravel ao Convenio de não haver dito a verdade sobre o *corner* do algodão nos Estados Unidos e o das passas da Grecia. A seu ver não existia de todo paridade em taes casos.

Não havia boa vontade que aprehendesse a analogia entre o processo empregado nos Estados Unidos para deter a baixa do algodão, diante da restricção transitoria do consumo — processo, baseado no supprimento de recursos nacionaes internos, postos ao alcance dos productores, aliás sem juros e sem sobretaxas, e o projecto de Taubaté, apoiado em emprestimo externo, até uma somma avultada como esta de 15 milhões de esterlinos para crear preços arbitrarios, diante do phenomeno da superproducção que significava offerta superflua...

Felizmente o Congresso Nacional excluira do caso do Convenio o da Caixa da Conversão.

No dizer do retrospectista os governadores signatarios de accordo de 26 de fevereiro ao firmarem tal documento nem sabiam com que recursos poderiam contar para levantar dinheiro. Os intermediarios de negocios de toda a classe rondavam-lhes os gabinetes farejando gordas commissões e fazendo-lhes ver que lhes seria facil, senão facillimo, obter os desejados fundos. Assim ficariam embaladas por um *facile credimus quod volumus* que poderia ser muito enganoso.

Por outro lado os fazendeiros, com a perspectiva dos preços altos, minimos do Convenio, retinham as safras augmentando o stock invisivel.

Esperava-se anciosamente o advento do novo periodo presidencial, a 15 de novembro de 1906.

Como retardassem as operações valorizadoras começaram as queixas a se avolumar muito. Fôra então que o governo paulista resolvera agir por si.

Assim explicava o analysta esta actuação embora o que é curioso se declarasse imperfeitamente esclarecido a seu respeito.

Na impossibilidade de por em andamento, desde logo, o

Convenio de Taubaté, tivera o governo paulista a lembrança de instituir um arremedo do mesmo, sob a forma ou com a denominação de Convenio previo. Para isso, recorrera ás principaes casas exportadoras — até então consideradas inimigas da lavoura e contra as quaes o Convenio açacalara as melhores armas — e com ellas concertara um arranjo, tanto industrial como bancario, surto em outubro de 1906.

Por esse arranjo — ainda mal conhecido em seus pormenores — o grupo de exportadores, que eram igualmente os maiores compradores do café brasileiro, — adiantaria 80 % do valor do genero apenhado, entrando o Estado de S. Paulo com os 20 % restantes. Sobre os 80 %, o café retido pagaria contribuição que sommadas attingiriam a cerca de 15 % ao anno. Deveria o contracto vigorar por 12 mezes, segundo uns, por 22, segundos outros. Não havia ainda a palavra official sobre este pormenor até então reservado.

Como, porém, não era o Convenio que estava em execução, e sim um arranjo preliminar, o grupo compraria o café typo 7, americano, ao preço de 7$000 a arroba, entrando dest'arte com 5$600 e o Estado com 1$400.

Sobre os 5$600 cobraria juros e outros proventos na importancia de 15 % mais ou menos. Por este calculo, o penhor, ao cabo de um anno, estaria representado por 6$240 para a arroba do typo 7, americano, e para que o Estado não tivesse prejuizo era mistér que o café valesse para tal typo 7$640, além do juro da quantia com que o Estado entrara para a compra e levantada por emprestimo.

Suppondo que este ultimo vencesse o juro de 7 %, cada arroba de café, ao fim do primeiro anno, precisaria ser vendida por 7$738, ou 30$952 a sacca de 60 kilos, typo 7, americano. Ajuntando-se a este valor a sobretaxa de 3 francos ou, ao cambio de 15 d. 1$907, concluia-se que o preço de venda deveria ser 32$859.

Mostrava-se o censor muito sceptico sobre o desfecho favoravel da operação. Só o futuro diria se o grupo de exportadores que a encabeçava se conformaria com o pagamento de 32$859 por saca em conta de venda do penhor.

Até fins de dezembro de 1906 só o Estado de S. Paulo se achava vinculado ao contracto contando ainda com os quinze milhões de libras que de principio esperava obter, mesmo sem o endosso da União.

Mas este ouro como que se mostrava esquivo. A sobretaxa ainda não pesava sobre os cafés paulistas e o comercio fluminense embora influenciado pelas operações em Santos e re-

sentindo-se da mesquinhez dos preços não se mostrava fundamente perturbado.

Se as cotações eram baixas a procura comtudo não se retrahira.

Isentos os cafés de Minas e do Rio da sobretaxa, parecera ao governo paulista que tão imprudente desegualdade reclamava immediato correctivo. Actuando sobre os governos dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas, promettendo-lhes custear as despezas da transplantação do arranjo para a praça do Rio de Janeiro e allegando, que fazia sacrificios para a valorização do café, — da qual os mesmos Estados se aproveitavam — induzira-os a estabelecer para os respectivos productos a sobretaxa, ordenando ás mezas de rendas que a arrecadassem.

CAPITULO II

Protestos contra a valorização partidos de diversos pontos do paiz — Projectos e planos numerosos e de todo o jaez para a defesa do café — Depoimentos de visitantes estrangeiros sobre a crise cafeeira em S. Paulo e a vida fazendeira

Assignado por seu presidente e secretario, Srs. Trajano C. Rodrigues Pires e Olympio da Costa Neves, e datado da Cidade d'O Salvador a 16 de maio de 1906 apresentou a Associação Commercial da Bahia uma representação ao Congresso Nacional contra a approvação do Convenio de Taubaté, sobre a valorisação do café e fixação do valor da moeda.

Protestava contra o que pretendiam os signatarios do Convenio fazer com que a Nação assumisse a *temeraria responsabilidade* das operações de credito determinadas no sobredito accordo. Nada justificava tamanho favor em beneficio de uma cultura regional, quando não se concediam estes auxilios aos demais productos nacionaes.

O Convenio representava monopolio de facto com o risco do Thesouro Nacional. Havia o perigo da preponderancia de um grupo director á acção dirigente do proprio governo da União.

As disposições do Convenio estabeleciam a collisão entre a lei paulista de 29 de dezembro de 1905 e a federal de 30 do mesmo mez e anno dispondo sobre o commercio e valorização e propaganda de café.

Em summa o Convenio era anti-economico, anti-commercial, anti-thetico e até burlesco. A sua approvação seria o mais serio desacerto.

Que queria dizer valorização de café ou de qualquer producto quando se sabia que a sciencia economica ensinava de sobra quanto nenhuma mercadoria poderia ter valor arbitrario e artificial?

Ao monopolio se oppunha o fatal correctivo da lei natural da concorrencia.



Doutos e presumidos, visionarios e aventureiros não cansavam de submetter á opinião publica responsavel a hypnose de suas originalidades cada qual mais erma de fundo judicioso.

Quanto ao projecto da Caixa era elle o mais impraticavel na época. Outróra fora muito mais facil quando verdadeiramente se despejava sobre o paiz real torrente de ouro.

Os Estados celebrantes do Convenio não podiam pretender que fosse de crise a penuria a que a ambição desmarcada levara a lavoura pela super-producção.

A creação de uma Caixa de Conversão não resistia á critica dos factos da Historia o exemplo da Republica Argentina era o mais fallaz.

Da leitura desta peça cabe ao leitor a impressão de que os seus redactores formavam muito imperfeita idéa do que pretendiam realizar os defensores do Convenio e os propugnadores da fundação da Caixa de Conversão.

Entre os numerosos planos contemporaneos do Convenio de Taubaté e que deram azo a reparos mais e menos extensos surgiu o do Dr. Joaquim Canuto de Figueiredo, advogado do Banco do Brasil, profissional de nomeada.

Pretendia realizar a unificação da offerta e a regularisação do commercio de café, expondo o seu projecto numa memoria publicada em meiados de 1906: *A questão do café.*

Impressionado com o acirrado debate que ia pelo paiz entre as duas correntes dos partidarios e dos adversarios do Convenio de Taubaté dizia o abalisado causidico que ao seu ver era mais forte a corrente dos adversarios do que a dos seus contrarios pelo menos a que se oppunha á quebra do padrão. Era dos scepticos quando ao exito da Valorização. Advogava a diminuição das tarifas ferroviarias e tributação do café somente no acto da exportação, a baixa dos direitos aduaneiros extorsivos, a diminuição dos intermediarios, a organização do credito agricola.

Entendia que a tributação do producto á chegada ás praças exportadoras era altamente prejudicial embaraçando seriamente o commercio cafeeiro, tirando-lhes grandes sommas que deveriam ser entregues ao giro da lavoura. A diminuição dos impostos aduaneiros em varios paizes podia ser obtido mediante uma reciprocidade equitativa por parte do Brasil que deveria deixar sua politica absurdamente protecionista.

Advogava o Dr. Figueiredo o monopolio cafeeiro do Estado para se alcançar a unificação da offerta. Em seu projecto sobre a regularisação do commercio propunha a instituição de um commissariado official de café e o *Centro de Café Nacio-*

nal, com commissario em numero limitado, nomeados pelo Presidente da Republica e incumbidos de venda, exclusivamente.

Estes commissarios seriam obrigados a adiantar aos comittentes até 50 por cento do valor do café consignado, a juro não excedente de dez por cento ao anno, a emittir sobre o café armazenado lettras negociaveis por endosso, recebiveis nas repartições publicas com desconto de 6 por cento ao anno.

O commercio do café nacional seria superintendido por uma junta de cinco membros, com o presidente nomeado pelo governo, e os demais de eleição da totalidade dos commissarios de todas as praças.

Eram estes os primeiros dispositivos de um plano que não logrou o menor exito aliás.

A solução que advogava era inadequada num momento em que todos reclamavam a intervenção energica commercial dos poderes publicos para sustar a baixa continua das cotações cafeeiras.

Ao tempo em que se esboçavam os preliminares para as grandes operações da defesa do café occorreram numerosos planos, os mais variados, de particulares e consorcios, muitos delles sem base alguma de realidade revelando apenas a anarchia dos espiritos de quem os ideava.. Particulares houve que dispondo de recursos muito mediocres se propuzeram a chamar a si operações de enorme envergadura financeira, que só poderiam ser effectuadas por poderosos capitaes.

Pessoas houve que com a maior ingenuidade se offereceram a troca de favores dos poderes publicos, por vezes avultados, a arrojar-se a transacções de enorme vulto.

Assim se deu com o caso de certos proponentes que solicitaram do governo fluminense o estabelecimento de uma sobretaxa de 250 réis por arroba para o imposto de exportação de café sobre taxa que lhes seria devolvida. Em compensação se compromettiam a adquirir todo o café de typo 7 a base de sete mil réis por arroba.

Apresentada esta petição a Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro sobre ella foi incumbido de pronunciar-se o Dr. Sylvio Ferreira Rangel, reputado especialista de questões cafeeiras e autor de diversas monographias sobre o assumpto.

Ao seu parecer como prova de apreço mandou a Sociedade Nacional de Agricultura imprimir e fazer larga distribuição.

Depois de recordar que os periodos de crise provocavam verdadeira alluvião de projectos mais e menos *salvadores,* dos

mais discutiveis como viabilidade e efficiencia aproveitou o Dr. Rangel para fazer ligeiro historico das causas da crise cafeeira, a seu ver filha do Ensilhamento, a documentar phase de verdadeira loucura economica.

Não tinha confiança nos dados estatisticos relativos ao café. Eram falsos, por desidia, no Brasil, e deshonestos por conveniencia no Exterior. Só valiam os seus resultados como cifras approximativas. Mas haveria baixa de preços no estrangeiro para o consumidor? Não, quando muito pequena depressão em relação á época em que se pagava caro a producção brasileira. Valia-se o grande commercio cafeeiro mundial da nenhuma resistencia do commercio nacional.

Misoneista, obsoleto, em seus moldes coloniaes, inerte se mostrava o commissariado archaico e emperrado.

Referindo-se ao Estado do Rio de Janeiro, lembrava o deputado fluminense a desorganização trazida na lavoura de seu Estado pelo 13 de maio. O regimen do trabalho livre creara a necessidade de mais frequentes e avultados supprimentos aos fazendeiros e este appello não fora nem era attendido. Os productores urgidos pela necessidade soltavam a producção por preços não remuneradores aos exportadores, cujo numero era limitado, verdadeiros agentes dos importadores e açambarcadores estrangeiros poderosos.

O ensaccador exercia a funcção de preparador das ligas, ao sabor do exportador.

Estragavam os bons typos que haviam custado, frequentemente sacrificio ao lavrador. Não havia propriamente super-producção cafeeira o que existia era o aproveitamento do trabalho cafeeiro do Brasil, atravéz da inepcia da debil e vetusta organisação commercial que precisava ser transformada nas vias novas dos syndicatos e cooperativas agricolas approximadoras de productores e consumidores.

O que os peticionarios pretendiam era um ensaio de *trust* que fatalmente fracassaria e não convinha de todo ser incentivado. Pessima idéa de se conceder monopolio a emprezas a que se acorrentariam os governos.

Paiz de curso forçado o que perturbava as relações da permuta e afugentava os capitaes estrangeiros pela instabilidade da moeda corrente não podia o Brasil arriscar-se a aventuras, tanto mais quanto vivia envolto na trama de processos obsoletos. A producção precisava ser barateada, aperfeiçoada e não valorizada artificialmente como pretendia certo empirismo economico a custo de sacrificios impostos a uma nação inteira.

O opusculo da Antonio Ribeiro *Uma questão do dia*, publicado em 1906 sobre a questão da valorização pouca valia tem.

Seu subtitulo *A valorização do café sob o ponto de vista pratico* pouco corresponde ao que delle se espera. O que ha de mais interessante no opusculo é o depoimento do auctor sobre o que verificara viajando longamente nos Estados Unidos.

Vira quanto na grande republica era o café brasileiro desestimado do publico graças ás manobras dos *roasters* que escondiam a procedencia do producto. O *postum* fazia larga carreira. Delle reclame immenso realisavam os seus fabricantes.

Visitando o Brasil em fins do seculo XIX o viajante francez Estevam de Rancourt autor de interessante livro: *Fazendas e estancias* notou que no Estado do Rio de Janeiro cada vez mais se deprimia a producção cafeeira em face da crise. Indo a S. Paulo encontrou a situação dos fazendeiros sobremodo difficil com a baixa continua do seu producto.

O infeliz lavrador era obrigado a se confinar em sua fazenda. Bem feliz ainda o que alli podia permanecer sem o perigo de se ver expulso por algum credor desejoso de recuperar capital e juros.

A colonia italiana, passava por soffrer muito com a crise e muitas actividades se voltavam para a industria manufactureira.

Era penoso para o agricultor paulista saber que o seu meio kilo de café se vendia em França a 2 francos e meio até 3 quando lhe fora comprado por um terço de franco!

Apregoavam-se muitas as vantagens da polycultura depois da formidavel super-producção de fins do seculo. O pé de café que valera de 5 a 6 francos, formado, baixara a um franco e pouco.

Aturdidos com os lucros fabulosos dos ultimos annos havia fazendeiros que tinham contrahido dividas a 24 por cento ao anno, com prazos exorbitantes que os ligavam aos credores de pés e mãos atados no caso do não cumprimento de um só destes prazos. O peior fôra que com este dinheiro da usura uns se divertiam a gastar prodigamente e outros a derrubar a matta e plantar lavouras novas.

Viera a baixa: o café cahira de 110 frs. a 32. Muita lettra fora protestada, muita hypotheca se vencera, muitos fazendeiros ricos de antanho estavam na palha.

Naquelle momento affirmava E. de Rancourt quem comprasse o pé de café a 600 réis, apezar de toda a crise, faria admiravel negocio.

Cento e sessenta mil pés por cem contos de réis podiam dar 50 contos de renda liquida! Teria o nosso autor andado mais acertadamente a fazer uma restricção ao leitor: sob a condição de que este cafesal naquelle momento desse pelo menos oitenta arrobas por mil pés ou d'ahi para cima.

Havia fazendeiros absolutamente certos de que os preços subiriam e que as fazendas desvalorisadas na proporção apavorante de 75 por cento voltariam a valer muito.

Mas no momento reinava em S. Paulo uma especie de panico semelhante ao que decorria nas Bolsas mesmo com titulos de toda a solidez e deprimidos pelas circumstancias momentaneas.

Que optimismo delirante o dos fazendeiros de S. Paulo outr'ora haviam tomado dinheiro a dois por cento ao mez sob a clausula de que vencida uma prestação sem ser satisfeita passaria a propriedade empenhada do devedor ao credor. Os pobres devedores desesperados, elles proprios promoviam a venda das fazendas com larga perda, preferindo este desastre a ver passar ás mãos dos emprestadores impiedosos uma propriedade valendo o duplo senão muitas vezes o triplo do que haviam adeantado sobre ellas.

Teria a crise do café attingido o ponto de reversão da malfadada crise da baixa indagava de Rancourt? Só se se detivesse a super-producção pois que o consumo progredia muito lentamente.

Percorrendo 1200 kilometros no interior paulista verificou o viajante francez em numerosos pontos a existencia de lavouras novas atravessou florestas abrazadas para darem lugar a cafesaes o que demonstrava a confiança tenaz dos fazendeiros no futuro.

Havendo visitado um grande lavrador notou de Rancourt quanto este e sua familia tinham aspecto placido e feliz. Este homem vivia rodeado pela familia propria e numerosos parentes, um tio, uma tia, sobrinhos e um amigo ainda.

"Este paiz é o paraiso dos parentes pobres annota. Não poderia Balzac aqui descrever as tristezas do Primo Pons."

Extraordinaria a cordealidade e a hospitalidade do fazendeiro paulista.

Feita a apresentação sentiu-se em casa, podendo ir e vir a vontade.

"Vous resterez trois jours ou trois mois, comme il vous plaira. Sans que jamais vous puissiez soupçonner être de trop." Mons. Ferdinand Terrien da Sociedade das Missões de Lyon,

delegado da Propaganda Fide tendo visitado o Brasil em 1882 tornou ao nosso paiz muito mais tarde.

Conhecera as fazendas sob o regimen servil e voltava a vel-os sob o do colonato.

Em 1903 publicava o seu *Douze ans dans l'Amérique du Sud* em que consagrou umas tantas paginas ao Brasil .

Em seu livro transcreve interessante apanhado feito por D. Margarida Prado Pereira Pinto Calogeras sobre uma grande fazenda paulista, a de Santa Cruz em Araras com 420.000 arvores.

Descreve a autora paulista os trabalhos do cafesal e os do terreiro, a transformação do pessoal empregado nas lavouras, do escravo de cor aos colonos italianos, agrupados em aldeiolas espalhadas dentro dos cafesaes, ás vezes com centenas de almas, vivendo numa abastança que ignoravam na terra natal.

"Outr'ora habitar na fazenda significava para o fazendeiro uma permanencia de varios annos e a obrigação de se conformar a uma vida laboriosa, frequentemente monotona e desprovida de qualquer conforto.

Agora graças á facilidade das communicações ia-se á fazenda como a uma casa de campo alli passar alguns mezes agradaveis pois o conforto entrava nas casas dos proprietarios. Além disto os aperfeiçoamentos sobrevindos aos methodos culturaes e o emprego das machinas facilitaram os trabalhos, multiplicando a producção mas estragando talvez, como todas as descobertas modernas, o aspecto pittoresco e primitivo da fazenda."

CAPITULO III

Medidas preliminares ás operações para a defesa do café — A legislação paulista do Convenio de Taubaté — A sobretaxa — Os primeiros emprestimos para a acquisição de café — As primeiras compras — Destino dos cafés a se armazenarem — O conjuncto das operações até 31 de dezembro de 1907

Pela lei 959 de outubro de 1905 ficara o Governo Paulista autorisado a entrar em accordo "com o Governo Federal e com os dos Estados interessados na cultura do café para adopção de medidas que assegurassem a valorização e ao mesmo tempo facilitassem a propaganda desse producto."

Para a execução dos accordos realizados e planos combinados em virtude de tal autorisação, poderia fazer quaesquer contractos convencionando os compromissos necessarios e garantindo os juros pela forma e durante prazo a estipular-se.

Os accordos e contractos celebrados em virtude de tal Lei, sómente começariam a produzir quaesquer effeitos de direito depois de approvados pelo Congresso Estadual.

O Art. 20 da Lei de 29 de dezembro de 1905, creara a taxa de tres francos, ouro, sobre cada saca exportada de 60 kilos. Seria a arrecadação deste imposto feita em Santos e no Rio de Janeiro, podendo o Governo paulista para tal fim fazer os accordos necessarios. O producto arrecadado destinar-se-ia exclusivamente á Valorisação e ao serviço de operações de credito a ella attinentes.

A cobrança só começaria, comtudo, quando entrasse em vigor o plano de valorisação.

Assignado o Convenio de Taubaté constituiu o assumpto do projecto de 1906 na sessão legislativa extraordinaria indo ás commissões de Industria e Fazenda. Approvado pelo Congresso do Estado de S. Paulo a 1.º de junho de 1906 foi sanccionado pela lei n. 990 de 4 de junho de 1906, e pelo Governo Federal pelo Decreto de 6 de agosto de 1906.



Foram-lhe feitas modificações e additamentos ao Convenio a 4 de julho de 1906, conforme já expuzemos em volume anterior a este.

A questão de cobrança da sobretaxa assumptos do projecto n. 52 de 1906 ficou definitivamente approvado pelo Congresso Paulista a 26 de outubro de 1906, sendo convertido em lei promulgada a 5 de novembro immediato (lei 1.020).

Para á execução destes accordos expediu o governo paulista o decreto de 26 de setembro de 1906 regulamentando a cobrança dos tres francos por saca produzida em territorio de S. Paulo e exportada por Santos.

Tal pagamento seria effectuado na recebedoria da mesma cidade, por occasião do pagamento dos Direitos de exportação, constava do mesmo despacho o Regulamento annexo ao decreto de 21 de dezembro de 1898.

O café de producção de S. Paulo exportado pelo Rio de Janeiro, pagaria a mesma taxa á Recebedoria de Minas Geraes ex-vi do accordo celebrado a 24 de maio de 1905, ou de outro porventura necessario.

Effectuar-se-ia em moeda do paiz equivalente a tres francos ouro, ao cambio official do dia, affixado na Recebedoria de Rendas, á vista da informação da Camara Syndical dos Corretores.

O pagamento poderia tambem ser feito em ouro ou em cambiaes approvadas, á vista, contra banqueiros de Londres. fazendo-se nas Recebedorias de Santos ou Rio de Janeiro o calculo para se reduzir o franco á libra esterlina, conforme o cambio da vespera, entre Paris e Londres.

Em ambas as Recebedorias haveria livro caixa especial para a escripturação da taxa assim como no Thesouro do Estado de S. Paulo.

A Recebedoria de Santos era obrigada a diariamente remetter as cambiaes que recebesse em pagamento. As de Minas no Rio de Janeiro diaria ou semanalmente, conforme se combinasse. Assim tambem quanto aos balancetes de arrecadação da taxa.

Adoptou o Governo de Minas Geraes o mesmo systema de arrecadação.

O aviso da Secretaria da Fazenda, de 19 de novembro de 1906, autorizara o recebimento da taxa em moeda nacional, nos pequenos despachos inferiores a 15 sacas, tomando-se por base o cambio á vista sobre Paris, que houvesse vigorado no dia anterior ao do despacho.

Autorizava ainda a dispensa da taxa, nos pequenos des-

pachos. até 15 kilos de café, acaso feitos por passageiros ou tripulantes de navios.

Para facilitar ao commercio o expediente da Recebedoria de Santos, ficara tambem o Thesouro autorizado a mandar receber naquella Repartição — cheques ouro — á vista, devidamente visados pelos banqueiros contra quem fossem saccados.

Estes vales, ou cheques ouro, deviam depois ser substituidos pelos Bancos, por cambiaes á vista, contra banqueiros de Paris ou Londres, e a favor do Thesouro do Estado.

Até 31 de dezembro de 1907 eram recebidos pela Recebedoria de Santos, vales emittidos pelos seguintes estabelecimentos:

London & Brazilian Bank Lt.
London & River Plate Bank Lt.
Britisch Bank of South America Lt.
Banco do Commercio e Industria de S. Paulo.
Brasilianische Bank für Deutschland.
Banca Commerciale Italo Brasiliana e no Rio de Janeiro, os Bancos estrangeiros acima indicados e mais o Banco do Brasil.

Desde o principio o serviço de vales ouro, para pagamento da taxa se operou com a maior regularidade, e sem a menor contrariedade.

A arrecadação da taxa encetada a 1.º de dezembro de 1906 produziu até 31 de dezembro de 1907 frs. 38.825.745,56 ou 24.490:984$602 dos quaes 1.243:944$000 pertencentes a Minas. Foram applicados á defesa do café 21.127:729$ havendo pois um saldo de 2.119:308$000.

Para iniciar o serviço de defesa o Governo de São Paulo realisou uma operação de caracter provisorio por intermedio do Brasilianische Bank für Deutschland.

Consistiu no desconto de letras do Thesouro, representando um milhão esterlino, a prazo de um anno, pagaveis na praça de Londres á succursal do grande banco Desconto Gesselschaft.

Este emprestimo produziu a importancia liquida de £ ... 919.000.

Mais tarde se lançaram dois emprestimos de dois milhões esterlinos em Londres por meio de J. Henry Schroeder & C. e um milhão em Nova York pelo National City Bank com a garantia da sobretaxa ouro dos tres francos typo liquido de

93 por cento e juros de cinco por cento e sem prazo de resgate.

Nenhum emprestimo futuro poderia ser feito pelo Estado sem que fosse resgatado este de tres milhões com os juros integraes, rezavam os termos contractuaes.

Ficaria o Governo comtudo livre de realizar emprestimos para outros serviços, como colonização, saneamento e estradas de ferro, não podendo dar porém em penhor especial as taxas de exportação.

No caso de ser insufficiente o producto da sobretaxa para fazer face ao serviço de juros o Governo immediatamente o completaria com recursos tirados dos rendimentos geraes.

O contracto provisorio para estes emprestimos foi lavrado a 14 de dezembro de 1906 em S. Paulo e a ratificação a 1.º de fevereiro de 1907. Um segundo emprestimo de libras tres milhões em bonds se assignou em Londres, a 3 de outubro de 1907, entre o Governo Brasileiro e N. M. Rothschild and Sons, resgatavel em quinze annos, ao typo de noventa e cinco por cento. Além das despezas menores de annuncios, sellos, telegrapho etc., deu o Estado de S. Paulo como endossante a União.

O excedente da sobretaxa, depois de paga a prestação precisa ao serviço do emprestimo de tres milhões contractado pelo Estado a oito de dezembro de 1906, ficaria para o Governo da União até 31 de dezembro de 1911.

Dahi em deante todo o producto da sobretaxa entraria para os cofres federaes até se completar a somma necessaria ao serviço annual da amortisação e juros. No caso de não ser elle sufficiente ao serviço da divida, o Estado de S. Paulo tiraria da sua receita ordinaria a quantia precisa para completar a somma das prestações a que ficava obrigado, de modo que até 31 de dezembro e 30 de junho de cada anno o Governo da União houvesse recebido a quantia de £ 142.500 para os juros e a amortisação de cada semestre.

Poderia o Estado adiantar a amortisação do emprestimo ou mesmo liquidal-o inteiramente, e em qualquer tempo, com o Governo Federal dentro do prazo marcado para a sua extincção, recebendo a competente quitação. No caso de resolver vender todo ou parte do stock do café adquirido seria o resultado da operação applicado á amortisação dos compromissos estaduaes para o serviço da Valorisação.

Além destes recursos provenientes dos emprestimos consolidados o Thesouro lançou mão tambem de outros de ca-



racter provisorio como os saques contra embarques de café e a emissão de letras.

Ao encerrar-se o exercicio, a divida desta proveniencia era de £ 8.798.812 — 17 — 4 equivalente a réis 137.247:532$310 e correspondendo a 6.159.644 sacas de cafés consignados.

Os consignatarios eram 3 firmas de Antuerpia, 10 de Hamburgo, 3 de Nova York, 12 do Havre, 2 de Londres, Rotterdam, Bremen, e Trieste e uma de Marselha.

Assim se distribuiam:

	Saccas
Antuerpia	1.075.000
Hamburgo	1.800.000
Nova York	1.405.000
Havre	1.654.644
Londres	300.000
Rotterdam	200.000
Bremen	120.000
Trieste	120.000
Marselha	100.000

Ao encerrar-se o exercicio de 1907 os encargos desta proveniencia importavam em Rs. 16.060:422$890 representados por letras do Thesouro, em ouro £ 20.264, frs. 1.125.000 e o restante Rs. 15.020:682$890 em moeda nacional.

As letras do Thesouro estavam sobretudo em poder de Prado Chaves & C. (13.763 contos) seguindo-se-lhe o Banco do Commercio e Industria de S. Paulo (1870) e outros.

As compras de café por conta do Governo iniciaram-se a 20 de agosto de 1906.

Dahi a 31 de dezembro de 1907 foram effectuadas compras nos diversos mercados do mundo por intermedio das casas:

Pieman, Ziegler & C., de Hamburgo.

Syndicato Europeu e Norte Americano, representado pela Casa Theodor Wille, de Hamburgo.

Crossmann & Sielcken, de New York.

F. A. Neubauer & C. Hamburgo, e Conrad Heinrich Donner, do Havre, representados em S. Paulo pela Casa Schmidt & Trost.

Societé Financière et Commerciale Franco-Brésilienne, de S. Paulo.



Prado, Chaves & C., S. Paulo e Santos.

Comptoir Commercial Anversois, Bunge & C. Antuerpia.

Por deliberação do Governo paulista, a 7 de maio de 1907 foram encarregados de fiscalizar os cafés pertencentes ao Estado e armazenados na Europa o Dr. Francisco Ferreira Ramos e o Sr. Ruy Trindade, Commissario Geral do Governo em Anvers, e Secretario Geral do Commissariado.

A 15 de maio dava o Dr. Ferreira Ramos começo á sua missão. Communicou que os armazens de Antuerpia onde se achavam depositados os cafés do Estado tinham sido inspeccionados pelo Sr. Trindade, que os encontrara em perfeitas condições de asseio e boa ordem. Naquella occasião estavam sendo arrumadas cerca de 200.000 saccas de consignação do Estado.

A 9 de agosto do mesmo anno, o Dr. Ferreira Ramos communicava estar inspeccionando os armazens do Havre, prestando sobre o assumpto a seguinte informação:

"Todos os consignatarios acham-se encantados com os cafés de Santos, cujo valor é muito superior á base que o Estado tomou para os seus saques. Nas Docas, os cafés são depositados em armazens officiaes, e não ha possibilidade de fraudes."

A 19 de agosto o Sr. Trindade escrevia sobre os cafés de Antuerpia que os armazens eram todos de primeira ordem, abonados pelo Banco Nacional da Belgica, e seguros contra incendio pelas mais importantes Companhias do Continente.

Todo este café era warrantado.

De Hamburgo avisava o Dr. Ferreira Ramos em novembro de 1907 que as operações de compra haviam sido feitas segundo as praxes estabelecidas havia muito no commercio a termo da Allemanha e do Havre.

Do exame nos cafés depositados nos armazens em Hamburgo, verificava-se que o genero representava fielmente a qualidade e quantidade indicadas nos titulos.

A todo o café comprado a termo acompanhava um titulo (warrant) e um certificado da caixa de liquidação, assignados pelos Directores. Guardavam estes o certificado original dos correctores, officiaes, e no qual se declarava que o café valia certo numero de pfenigs, acima ou abaixo do *good average*, Santos que assim se compunha:

1/3 de qualidade superior, metade de *good* e um sexto de qualidade regular.

A 24 de fevereiro de 1908, communicava o fiscal do governo que inspeccionara os cafés do Estado, armazenados em

Londres, tendo-os encontrado convenientemente armazenados e perfeitamente garatidos. Bastava dizer que em Londres, eram os cafés paulistas armazenados nas mesmas Docas que guardavam os marfins e os vinhos finos do Porto e Xerez, para se ter uma idéa de como tudo era bem zelado.

Em resumo, a 31 de dezembro de 1907 o balanço geral do serviço de defesa do café pelo Estado de S. Paulo consignava um total de cafés comprados e armazenados de ..... 8.146.123 saccas no valor de Rs. 270.578:554$948 das quaes 5.149.644 dos contractos com Theodoro Wille & C. .... 1.000.000 com o Comptoir Commercial Anversois e Bung & C. 822.997 com Prado, Chaves & C. (contractado e consignado) 500.000 com Peimann Zingler & C. 452.570 com Crosmann e Sielcken 110.782 com a Societé Financière et Commerciale Franco Brésilienne, 78.000 com F. A. Neubauer e 22.000 com Heinrich Doner.

Os seis milhões de esterlinos dos emprestimos com o Governo Federal, Schroeder C. National City Bank representavam um passivo de 94.449 contos. Os saques contra embarques de café e o adeantamento em conta corrente montavam a 184.045:271$ e as letras do Thesouro ainda em circulação 16.060:422$000. Assim havia um liquido de 2.119:310$000 representados pelo saldo de arrecadação da taxa de tres francos.

O activo da valorisação, representado pelo café armazenado, attingira 270.578:554$948 e o passivo 294.554:694$096. Havia um debito da caixa commum do Thesouro ao serviço de valorisação de 26.095:449$874 a contrapor-se ao activo liquido do saldo de arrecadação da sobretaxa de tres francos.

Havia sido este o movimento financeiro relativo ás operações para a defesa do café tão desastradamente rotulado de Valorisação, titulo infelicissimo que attrahia sobre si a desconfiança geral e a antipathia de muitos.

CAPITULO IV

Inicio de compra dos cafés da Valorisação — O caso dos cafés baixos — Criticas acerbas — Protestos da Associação Commercial do Rio de Janeiro e da Sociedade de Agricultura — Medidas governamentaes — Projectos de emprestimo exterior — Consulta á Casa Rothschild e resposta negativa — Combate á Caixa de Conversão

A 2 de janeiro de 1907 declarava-se a Casa Theodoro Wille autorisada a comprar, por conta dos governos dos tres grandes estados cafeeiros o typo 7 americano ao preço de 7$000, e até 15.000 saccas diarias.

Funda comoção causou esta noticia no mercado carioca, porque os cafés baixos de typo 8 e 9 e em grandissimo *stock*, estavam tendo sahida regular. Assim podiam os commissarios attender ás exigencias e saques dos lavradores, com a costumada solicitude.

Desde, porém que taes cafés se viram refugados pelos representantes dos tres Estados, pareceu a sua depreciação inevitavel, e como os exportadores extranhos ao arranjo não quizessem adquiril-os a preços correspondentes ao de 7$000 por arroba de 7 americano soffrera o mercado um estonteamento consideravel havendo nas transações verdadeiro colapso.

Queixava-se o commercio de que o typo 7 americano, da casa Wille era superior ao da mesma designação na praça fluminense, de qualidade superior quasi a emparelhar com o typo 6 carioca.

Assim o commercio se achara em presença de uma quarta combinação defluente do plano de Taubaté, o qual já registravam em sua folha outras tres: a inicial, de 9$000, por arroba; a de Bello Horizonte, de 8$000; a de Nictheroy, de 7$000; e, agora, a da casa Wille, de cerca de 6$600, todas do typo 7 americano.

Nestas condições quer a lavoura, quer o commercio de café haviam-se movido para protestar.



Disse o retrospectista do *Jornal do Commercio* que a anuencia dos governos fluminense e mineiro á interpelação paulista significava inexplicavel condescendencia.

Não estando o convenio em execução nada tinham que ver com o aditamento paulista celebrado sem a sua audiencia, verberou. Não lhes era extranha a situação dos mercados, como tambem a da lavoura dos respectivos territorios. Assim não tinham o direito de ignorar que a sobretaxa de 3 francos imposta aos cafés de typo 8 e 9 constituia verdadeira expoliação. Nem mesmo se lhes deveria attribuir, no caso, a força moral precisa para um acto de autoridade tão singular.

No convenio se declarara que se haveria de proceder ao rebeneficio dos cafés baixos opportunamente.

Mas nada se fizera até então. Assim se condemnara a lavoura a duro sacrificio.

Praticara-se friamente um abuso de poder. Aliás, o artigo 2.º do Convenio era verdadeira monstruosidade. Se o seu intuito visava melhorar as qualidades do café, não podia ir ao ponto de crear difficuldades á exportação devendo limitar-se a estabelecer vantagens para o producto beneficiado.

Cercear a liberdade do dono de um producto exportavel, não era certamente decisão elogiavel.

Sob o ponto de vista pratico, o pensamento do artigo mostrava-se contraproducente. Affirmava o convenio a necessidade da propaganda constante e systematica em favor do consumo do café. Tão vulgarisado se achava a infusão arabica nos Estados Unidos e na Europa, que as safras actuaes não seriam bastante para satisfazel-o, se a bebida ingerida em larguissima escala fosse o infuso do verdadeiro café torrado.

Ou porque porém ainda se mantivessem altos os preços do varejo, ou a torrefação do café não se fizesse regularmente em muitos centros consumidores, — a industria das misturas prosperara de modo surpreendente.

Na Allemanha, aliás, grande consumidora do café brasileiro, o grão da rubiacea entrava na confecção das misturas procuradas pelo povo, isto é, pelas classes menos abastadas que constituiam a maioria em proporção de 10 a 30 %; na França, o uso de plantas torradas, de mistura com insignificante quantidade de café, estava generalisado; na Italia havia usinas, numerosas e ricas, a preparar café totalmente artificial.

Proseguindo nas queixas dizia o articulista que na Austria a falsificação se alastrava, na Hespanha o uso do café verdadeiro era pouco conhecido, mas tomava-se muito café facticio. No proprio Portugal em Lisboa, havia torração em que a bo-

lota torrada constituia o maximo peso do producto vendido sob o nome de café.

Se, em lugar de semelhantes misturas; o consumo usasse do café genuino, não precisariam os Estados cafeeiros preoccupar-se com a super-producção, pois ella não existiria em relação ás necessidades do consumidor. A propaganda, portanto de que devia o Brasil cogitar, não era tanto á figurada pelo Convenio, como orientada no sentido de substituir, pouco a pouco, o uso das misturas pelo do producto puro.

Não se conseguiria facilmente esse ideal, porquanto os industriaes fabricantes do café artificial trabalhavam na propria terra, dispunham de capitaes poderosos, contavam com relações uteis e efficaz amparo. Se porém o preço do café barateasse notavelmente a guerra á falsificação poderia terminar pela victoria. Ora, precisamente os cafés de baixo preço eram os procurados pelos falsificadores para suas misturas, e os typos 8 e 9 tinham sahida nos mercados porque essas misturas o exigiam.

No dia em que a exportação destes typos commerciaes se supprimisse, não iriam os falsificadores buscar os cafés caros em quantidade equivalente á dos baratos agora comprados. Abster-se-iam de introduzir nas misturas qualquer especie de café e continuariam a vendel-as, porque para ellas encontravam mercado.

O programma do Convenio de só favorecer a exportação das qualidades altas mostrava-se pois inteiramente desarrazoado: as qualidades baixas representavam valores exportados. Desde que houvesse quem as comprasse, seria inqualificavel leviandade difficultar-lhes a sahida.

Muito havia de sensato nestas ponderações, muito de exagerado pela má vontade contra a operação do *corner* que obscurecia numerosos argumentos positivos em favor da retenção. Mostrava-se muito complexa a questão. Eram os cafés de São Paulo geralmente de melhor beneficio do que os de seus vizinhos, o custeio das fazendas paulistas muito mais elevado, por causa da superioridade dos salarios.

O padrão da vida do fazendeiro tambem em geral se mostrava mais modesto em Minas e Rio de Janeiro. O pequeno lucro auferido dos cafés baixos que se escoavam para a Guanabara contentava aos seus productores que não haviam pago pelas terras lavouras e bemfeitorias o que os lavradores de São Paulo tinham desembolsado.

Mas assim mesmo a sua situação era má embora não

tanto quanto a da grande lavoura paulista coberta em geral de hypothecas pesadissimas.

Dizia o analysta que os Estados de Minas e do Rio, grandes productores de cafés baixos, poderiam talvez firmar o Convenio de Taubaté, persuadidos de que a execução do artigo 2.º presupunha a execução anterior do artigo 5.º, mas não tinham o direito de associar-se ao arranjo de S. Paulo com o syndicato exportador, para prescrever os typos 8 e 9, desde que não haviam lealmente facultado aos lavradores os meios necessarios para melhorar o seu producto pelo rebeneficio.

Sua condescendencia fôra pois verdadeiramente espantosa e sobremodo lesiva aos productores estabelecidos em seu territorio.

A declaração da casa Theodoro Wille trouxera á praça carioca extraordinaria perturbação e o commercio a ella correra a lhe fazer offertas apresentando-lhe as amostras de que dispunha.

Entretanto, a compra diaria era limitada; o stock avultado; a necessidade de vender intensa. Os lavradores, donos destes cafés baixos sacavam contra os commissarios, e estes não encontrando a quem vender as partidas, respondiam não poder fazer remessas de dinheiro o que provocara grande grita.

Não encontravam mais a quem vender a sua producção.

Os exportadores em geral retrahiam-se. O seu interesse era comprar pelo minimo, e como houvesse grande quantidade de cafés baixos esperavam que a necessidade crescente de vender trouxesse, naturalmente, a crescente desvalorização do producto.

Na Associação Commercial, assim como na Sociedade de Agricultura, reuniram-se commerciantes e lavradores para trocar alvitres e sugerir expedientes.

Na primeira aprovou-se uma indicação em que se pedia aos Governos dos tres Estados a observancia do Convenio e a suppressão da sobretaxa imposta aos cafés inferiores, na segunda decidiu-se nomear uma commissão para pedir providencias ao Presidente da Republica.

Chegando a exaltação ao periodo agudo, determinou o Governo de S. Paulo que dois emissarios seus, aos quaes mais tarde se juntou o Secretario da Fazenda do Estado, fossem ao Rio de Janeiro solicitar concessões e favores do Governo Federal.

Realizaram-se então muitas conferencias entre estes commissarios e o Presidente da Republica, o Ministro da Fazenda,

o Presidente do Estado do Rio de Janeiro, com assistencia do representante do Governo de Minas, deputado Carlos Peixoto Filho.

Delas resultou que o Banco do Brasil emprestaria ao Estado de S. Paulo, sobre garantia, a somma de 6.000:000$000, a serem empregados na compra dos cafés 8 e 9 por uma casa de commercio nacional, em uniformidade de vistas com Theodoro Wille & C. Prestaria a União o endosso reputado indispensavel, para uma operação de credito destinada a por em execução integral o Convenio de Taubaté.

Fizera o Governo de S. Paulo pressão sobre o Presidente da Republica para que interviesse, com todo o seu prestigio, afim de apressar a conclusão do emprestimo destinado á Valorização.

Correram boatos de que o Governo Brasileiro sondara a casa Rothschild a tal respeito falando na possibilidade de uma tomada de cinco milhões esterlinos a serem applicados em compras de cafés baixos.

Affirmou o *Jornal do Commercio* que a resposta dos grandes banqueiros fôra peremptoria.

Responderam ao Governo do Rio de Janeiro muito pezarosos por não poder ligar o nome de sua casa a uma operação como esta, de caracter tão altamente especulativo.

Não animariam o Brasil a enveredar numa verdadeira aventura reprovada pelo senso commercial e financeiro universal, que a seu ver tanto prejudicaria o credito da Republica.

Ao mesmo tempo assegurava a casa Rothschild que se se tratasse de operação do proprio Governo, sem connexão immediata com o augmento artificial do valor de um dos productos nacionaes, ella se poria á sua disposição pois seu credito continuava a ser excellente tão cabalmente ia desempenhando seus compromissos.

Um emprestimo, porém, na fórma pela qual era proposto, a deixava em difficuldades insuperaveis apezar do muito que lhe merecia o Governo brasileiro e do seu maior desejo para lhe cumprir as ordens.

Commentando o tom rispido desta resposta-advertencia, desagradavel de se ouvir declarou o *Jornal do Commercio* que a intervenção do Presidente da Republica além de infeliz fôra improficua.

Infeliz porque a lei n. 1452 o autorisava a prestar o endosso da União ás operações de credito que os Estados fizessem para valorizar o café, sem o autorizar comtudo a consti-

tuir-se procurador dos governos estaduaes, em questões attinentes a sua economia peculiar e ao credito, que, porventura, gozassem ou pudessem vir a gozar, perante os capitalistas estrangeiros, infeliz ainda, porque reforçando as garantias offerecidas pela sobretaxa com o endosso da União, envolvera esta ultima no comentario applicado ao plano de valorização motivador das reflexões desairosas dos banqueiros londrinos de que o paiz todo tivera conhecimento com verdadeiro pezar.

Em suma dizia o acerbo adversario da valorização: "o malfadado (sic) convenio de Taubaté, verdadeira aventura, e nada mais, fôra para a Lavoura um presente de grego, para o commercio tremendo golpe, para o credito publico pretendia converter-se em tremendo corrosivo! (sic). A' critica seguia-se verdadeira objugatoria.

Era inadmissivel que espiritos educados no estudo e versados na observação dos phenomenos economicos universaes tanto se illudissem, e com tamanho desaso. Chegavam a acreditar achar-se o mercado mundial acorrentado a injunções caprichosas em virtude das quaes se cogitaria da imposição de preços a quem tinha menor necessidade de comprar do que necessidade de vender quem pretendia impor.

Pensavam os obcecados defensores de tal plano ser licito a este ou aquelle governo, em momento dado, instante de aperto ou afflicção, fixar para determinado producto exportavel arbitrario preço, a seu talante, desobediente á velha mas inexoravel lei da troca, lei que não podia ser infringida impunemente, desafiando as contestações da filaucia humana.

Acenavam á Lavoura, angustiada, com esperanças risonhas, sem previa avaliação da capacidade de as realizar e certeza plena da posse dos meios precisos para o cumprimento da promessa!

Celebravam um convenio, cuja execução ficava subordinada ao levantamento de um emprestimo externo, sem haverem cautelosamente sondado o animo, a disposição e as opiniões daquelles a quem este mesmo emprestimo deveria ser solicitado. Animavam-se a lançar a desordem nos calculos, e na vida da lavoura e do commercio, desorientando a primeira com as anciedades de prolongada espectativa, tanto mais cruciante quanto passara ella pelos dias amargos de precisar recursos para satisfazer, sem demora, compromissos inadiaveis e exigentissimos, e perturbando o segundo, por collocar o negociante na contingencia de attender ao lavrador, que o intimava a não vender os cafés remettidos emquanto o convenio os não tivesse valorizado, e ao mesmo tempo de desattendel-o, recusando adi-

antar dinheiro sobre productos ainda não vendidos á espera de opportunidade, indeterminada e cega — em que a venda pudesse ser effectuada nas condições que a valorização assignalava.

A esta acerba tirada terminava uma explosão nativista de verdadeira virulencia: o que pretendiam os negociadores do Convenio era instituir no Brasil um syndicato de estrangeiros, com poderes para, em nome da autoridade brasileira, dirigir, regular, superintender e amesquinhar o commercio interno do café!

Não se podia admittir além de tudo que governos conspicuos, como os dos tres Estados cafeeiros, proclamassem, lamentosamente á face do mundo, o desfallecimento da sua principal fonte de renda e a urgencia de soccorro á desfallecida, sem que, ao menos para salvar as apparencias, aliviassem a desditosa de uma parte qualquer, das contribuições excessivas que um fisco insaciavel lhe arrancava...

Assim prophetisava o acerrimo adversario do Convenio que este teria vida ephemera. Mas a sua curta existencia assignalaria malefica sementeira de infortunios!

A estes argumentos oppuzeram-se os de numerosos ensaistas defensores acerrimos, alguns da valorização, e outros mais calmos e ponderados. Grande litteratura existe a tal respeito melhor e peor.

Tambem combateu o *Jornal do Commercio* opportunamente e com a maior vehemencia o projecto da Caixa da Conversão, mecanismo a seu ver nefasto quanto possivel.

Defrontavam-se duas mentalidades e dois interesses, uma representava os exportadores outra era o porta voz do enorme commercio importador sobretudo fluminense.

Os pregoeiros da valorização combatiam a alta cambial queriam ouro caro e café caro. Ouro caro significava cambio baixo, a diminuição da capacidade aquisitiva nacional.

Para provar que o prejuizo commum era fartamente coberto pelos lucros da lavoura, haviam inventado os valorizadores diziam os seus adversarios sophistica divisão de classes, da qual resultava que — todos os que não pertenciam á dos productores — representavam no centro economico verdadeira funcção parasitaria.

Fingiam esquecer que todas as actividades eram productoras. No balanço final do movimento da Nação, todos os productos se equivaliam: quer os colhidos no cafesal, quer os resultados da energia e da intelligencia! (sic).

Era erro, infelizmente enxertado em livros que de tal

ignorancia deviam estar expungidos, suppor-se que o cambio baixo favorecia o custeio dos estabelecimentos industriaes proporcionando lucros maiores ao productor. Na apparencia, na superficialidade, sem a devida analyse do phenomeno economico, assim podia ser; mas o exame da questão evidenciava que os figurados lucros representavam uma expoliação, não significando portanto um beneficio.

Mesmo sob o ponto de vista da lavoura cafeeira o lucro do fazendeiro fatalmente diminuiria. Cambio baixo significava encarecimento de vida e alta fatal dos salarios.

Eram estes prognosticos aliás exagerados pois sabemos quanto foi lenta a queda de capacidade acquisitiva do mil réis internamente.

Na representação do Senado Paulista ao Congresso Nacional, em 1.º de junho de 1906 continuava o analysta se continha verdadeiro absurdo economico.

Affirmava ella que de facto, a baixa cambial de 1868 a 1870 elevara a 20 milhões esterlinos, em média, uma exportação que de 1861 a 1871 fôra tambem em media de 14. Assim tambem a alta de cambio de 1871 a 1877 a fizera cahir para uma media de 18 milhões de 1877 a 1886. Fôra finalmente o cambio excessivamente baixo de 1892 a 1900, que proporcionara em 1901 a enorme exportação de £ 40.621.993, dando o extraordinario saldo de £ 19.355.889, por si só correspondente á média da exportação dos ultimos annos do Imperio.

Falavam eloquentemente estes algarismos para demonstrar iniludivelmente a influencia salutar do cambio baixo para o augmento da exportação brasileira e a elevação de seus saldos.

Quanta complexidade de factores interviera no emtanto para a formação destes saldos! E as diferenças dos volumes das safras? as crises economicas mundiaes motivadoras de retracção do consumo? Quanta cousa concomitante a influir para uma resultante de componentes muito variaveis!

CAPITULO V

Ataques á projectada Caixa de Conversão — O simile argentino — A quebra do padrão monetario — Opposição ao projecto David Campista — Cambio e café — Triumpho das ideias de Campista — Opposição de Murtinho — Ideias de Rodrigues Alves adversas á valorisação

Havia no que pretendiam os corypheus da Valorização extranha confusão entre estabilização do valor da moeda, quebra do padrão, conversão immediata, fixação do valor da moeda ouro em papel nacional.

O valor do papel nacional estava perfeitamente fixado pela lei de 1846, qualquer fixação nova importaria em alteração da mesma lei, ou em quebra de padrão.

A estabilização cambial projectada alvejava firmar a taxa em certo e determinado grão da escala, inferior ao limite de 27 d. por 1$000 da lei de 1846. Pretendia substituir o limite alludido por outro. Assim portanto se quebraria o padrão. Ainda mais: para se alcançar tal fixação, recorria-se ás condições economicas da nação — reputadas incompativeis com as taxas altas e acommodadas ao cambio baixo. Isto significava que o papel circulante valia menos ouro do que o estipulado pela lei de 1846. Correspondia a reconhecer-se que a nação não podia, com os recursos economicos de que dispunha, ter papel caro, isto é, resgatavel pela quantidade de ouro designado pelo padrão — julgado excessivo.

Declarassem os valorizadores qual o meio preferido para medir as condições economicas do Brasil, de modo a se considerarem autorizados a falar em seu nome a pleitear o cambio baixo. Nenhuma resposta sensata aparecia; mas, em compensação clamava-se que a taxa vigente de cerca de 16 d. era artificial mero fruto dos repetidos emprestimos que após a expiração do *funding loan* a União e os Estados haviam contrahido.

O que os valorizadores pretendiam impedir era a elevação



do cambio com a entrada dos quinze milhões esterlinos para as suas operações dos preços minimos de acquisição do café.

O senado de S. Paulo suggerira que para attender ás necessidades sempre crescentes do desenvolvimento do paiz attrahindo-se capitaes e braços que espontaneamente o procuravam, repellidos pela instabilidade do valor da moeda, receberia a projetada Caixa de Conversão moedas de ouro de curso legal, entregando em troco bilhetes ao portador representativos de valor igual ao das moedas recebidas, calculado esse valor pelas taxas fixadas, bilhetes de curso legal a serem pagos em moeda ouro ao mesmo typo cambial de emissão, a quem os apresentasse e entregasse á troca na propria Caixa de Conversão.

Deste modo, sem emissão de papel-moeda pelo Thesouro, o que constituiria verdadeiro desastre para o credito externo do Brasil, sem emissão sobre lastro metalico ao cambio de 27, o que determinaria o exodo de todo o ouro accumulado, se teria conseguido augmento consideravel do meio circulante como evidentemente exigiam as permutas commerciaes da Republica.

De modo algum se alterariam os compromissos de qualquer ordem, externos ou internos, publicos ou particulares, contrahidos sobre a base ouro. Continuariam em pleno vigor e o mesmo valor, garantida de modo inatacavel a conservação do deposito ouro que a Caixa recebesse. Assim não havia objecção ponderosa contra o intuito consubstanciado no artigo oitavo do convenio que a ninguem prejudicaria, excepto aos jogadores de cambio ou aquelles que espreitavam a alta afim de transferirem capitaes para o estrangeiro.

Estas idéas se concretizaram num projecto de David Campista. A principio se destacou da aprovação do Convenio a questão da Caixa da Conversão para depois apresentar tal projecto á Camara que o aprovou tendo tambem obtido a sanção do Senado.

Longamente, discutiu o *J. do Commercio* a questão da creação da Caixa que os seus defensores queriam estabelecer como um simile de um caso argentino quando absolutamente tal não se verificava.

A Caixa de Conversão da Republica Argentina começara a operar numa época em que havia prodigiosa prosperidade economica no paiz, ora o contrario justamente se dava com a situação da lavoura cafeeira em 1906.

O que os valorizadores pretendiam era lançar uma emissão contra uma divida (o ouro do emprestimo) e não contra um saldo de balança economica, como occorrera no paiz vizinho.

A prefixação da taxa cambial equivalia á quebra do padrão brasileiro. E isto quando o Brasil acabava de galhardamente recuperar a saude financeira.

Ora tal quebra seria um esbulho um ludibrio, verdadeira trahição (sic) depois dos oito annos de penosos sacrificios impostos á Nação para a compressão do meio circulante afim de se levantar o nivel cambial.

Em virtude deste programma administrativo, preconizado pelos Governos, aplaudido pelos Congressos, elogiado pela Nação, bem aceito pelo povo, se haviam formado dois fundos, um de resgate, outro de garantia, destinados, o primeiro, ao pagamento do papel moeda, em quotas annuaes, por via da destruição; o segundo ao fornecimento de lastro metallico crescente para a valorização effectiva do papel restante em circulação.

Os dois fundos, por acção conjunta, representavam a funcção de duas forças agindo em sentido opposto. Ao de garantia tocava o encargo de actuar de baixo para cima, prestando apoio, cada vez mais solido ao papel. Ao de resgate cabia actuar de cima para baixo, reduzindo, cada vez mais, a massa de papel. Era o systema perfeito, de exito seguro mathematicamente previsto. Obtivera-se o mais brilhante resultado, quem o ignorava? com a aplicação deste systema executado pela honestidade e a sisudez. Não havia paridade pois de circumstancias entre o caso brasileiro e o platino.

A razão maxima do plano da caixa brasileira era a da urgencia dos soccorros á lavoura do café, cuja crise se filiava incontestavelmente á super-producção, e não, de modo algum, á questão da moeda.

As grandes fortunas de origem agricola do Brasil datavam das phases de cambio alto. Decorrera o ensilhamento rural da super-inflação de 1890 e 1891. Dahi a super-producção quem o ignorava?

Era pois mister tratar a questão do café como questão commercial, de excesso de offerta, ou de genero superfluo, exorbitante das necessidades do consumo, sem a envolver com a da moeda.

Não convertia moeda quem quizesse fazel-o e sim só quem podia fazel-o. A conversão só devia ser decretada quando o paiz se achasse em condições de estabelecer a circulação metallica.

Ora não era este o caso do Brasil com papel moeda depreciado de cerca de quarenta por cento da paridade.



Esta tão suspirada conversão viria decorrente da ordem, da boa politica, do trabalho e da prudencia da administração.

Assim a projetada Caixa de Conversão ia tornar-se effectivamente um arremedo installando um simulacro de circulação metallica, sem visos de seriedade. constituida sómente para a emissão de notas sobre ouro depositado, pertencentes ao dono do ouro e não trocadas pelo papel-moeda.

Não haveria, pois, conversão no sentido proprio do termo, e apenas augmento de circulação pela emissão de bilhetes. Esta só poderia ter duração precaria como emissão de notas conversiveis ao portador e á vista. Precisaria acautelar-se contra as eventualidades de oscillação cambial, por meio de operações bancarias ligadas á manutenção das taxas.

Esquecia-se o auctor do projecto de que a idéa de conversão effectiva era antagonica á de sustentação artificial do cambio por quaesquer processos e quaesquer recursos. Dahi se deduzia, tambem, que se as manobras da chamada — mecanica do cambio não surtissem os desejados effeitos, ficaria a conversão sustada, pelo curso forçado, ou destruida, pelo troco das notas. Era positivamente absurdo, além de ridiculo, que uma administração instruida se occupasse de converter moeda por um lado, e sustentar cambios, por outro, para que a manobra conversivel não declarasse fallencia.

Accrescia occorrer fatal dilemma, ou a Caixa emittia pouco, ou muito; no primeiro caso não passaria de mero brinquedo, sem influencia apreciavel sobre as relações monetarias, no segundo tornar-se-ia um perigo, por determinar a inflação do meio circulante.

Improcedente o argumento de que a circulação conversivel era regulada automaticamente quanto ao seu quantitativo util, sendo trocados os bilhetes em excesso e exportado o ouro resultante do troco. Sabiam os estudiosos que um paiz qualquer podia supportar quantidades crescentes de bilhetes conversiveis, sob a condição de que o valor dos bilhetes diminuiria, relativamente pelo encarecimento proporcional das mercadorias consumidas. Mesmo na ausencia de afluxo de bilhetes a troco, a alta dos preços geraes podia evidenciar uma inflação que a exportação de ouro dos lastros não annunciaria.

Por maior que fosse o vulto das objecções contra a creação do apparelho commercial, não quiz o Congresso a ellas tomar em consideração. David Campista porta voz do Executivo no Congresso e logo depois ministro da Fazenda de Affonso Penna apresentou á Camara um projecto de lei, pelo qual era instituida "uma Caixa de Conversão, destinada a re-

ceber o ouro que espontaneamente a procurasse e sobre elle emittir bilhetes de troco prompto ao cambio prefixado de 15 d. por 1$000 e com curso legal."

Dispunha o projecto, ainda, que quando o deposito ouro attingisse £ 20.000.000, ou 320 mil contos de bilhetes conversiveis, fixaria o Congresso Nacional nova taxa cambial para as emissões a se fazerem sendo então recolhida a precedente e substituida pela do novo typo.

Ainda consagrava o projecto o dispositivo de que os pagamentos até então contractados em ouro, ao cambio de 27, seriam satisfeitos de accordo com o contrario. Assim tambem as despezas ordenadas a esse mesmo cambio continuariam feitas, como de costume.

Em opusculo de larga divulgação proclamou Campista quanto a instituição argentina lhe merecia os applausos. Era o meio de fixar o cambio, objecto de desabalada e nefasta jogatina no Brasil. Se o paiz não possuia ouro era porque aos seus saldos de exportação, aliás favoraveis, devorava a especulação. Desappareciam elles no abysmo das taxas oscillantes. Desde muito se cogitara de aplicar potente freio a taes desmandos de bolsa, e sempre sem exito sensivel.

Com a Caixa de Conversão seria a especulação obrigada a capitular. Precisava o Governo para as operações da Caixa, fixar taxa cambial que espelhasse a verdadeira situação economica do paiz. Parecia-lhe que a de 15 d. satisfazia plenamente tal exigencia. O novo instituto offereceria seguro abrigo ao ouro, que do Brasil costumava evadir-se por falta de garantias. Assim estava fadada a ser o cofre predilecto, dos saldos commerciaes do paiz.

O accumulo dos bilhetes conversiveis emittidos em troca do ouro enthesourado espalharia a riqueza publica accumulada e inerte. Assim se introduziria pouco a pouco, na circulação monetaria sangue novo e vivo, com força bastante para operar o saneamento do meio circulante e abreviar, conseguintemente, o advento do desejado metalismo aureo.

E isto sem violencia, ou antes com suavidade. Não haveria quebra de padrão, porque o typo monetario da lei de 6 de setembro de 1846 continuava respeitado, tendo o papel-moeda o mesmo valor de sempre, á espera de que o cambio chegasse a 27 d.

Em taes condições quem teria o direito de queixar-se? Tanto os que pugnavam pela intangibilidade do padrão de 27 viam suas opiniões acatadas, como os que entendiam que o cambio baixo era verdadeiro favor celeste. Nenhuma razão



encontrariam uns e outros para reputar elevada a taxa de 15. A questão do cambio alto ou do cambio baixo era todavia muito secundaria, sendo a principal a do cambio fixo, permittindo o calculo sobre o valor da producção e o da moeda.

A Caixa, de facto, haveria de fixar o cambio, por tornar impossivel a alta e a baixa. Pagando 16$000 por libra, não haveria quem fóra de seus guichets fosse vender ouro por menos, isto é, a taxa superior á de 15 d. Assim contrariaria a alta. A baixa, combateria porque a "tendencia economica do paiz era para a alta" e os fundos, já creados, de resgate e garantia, asseguravam a resistencia melhor contra a descida das taxas. Assim fixado o cambio ter-se-ia conseguido o escopo visado desde remotos tempos pelos estadistas brasileiros, quer do Imperio quer da Republica, os que mais se haviam esforçado pela regularisação da moeda e o desenvolvimento do credito nacional.

Contestando estas asserções assegurou o *Jornal do Commercio* que ellas não representavam a verdade. A fixação do cambio argentino não fôra de todo uma estabilização cambial e sim verdadeira quebra de padrão monetario.

O que Campista pretendia era mascarar outros intuitos, hesitante como se achava em propor a quebra. Quão longe se achava da franqueza rude, mas leal, do projecto Pellegrini!

Declarava o financista brasileiro que a baixa cambial não era de se temer. O que convinha era obstar a alta. Os dois fundos de resgate e garantia se oporiam, com eficiencia, ás depressões.

Apaixonado apologista da alta cambial amargamente commentava o reparador: Bastava a referencia dos defeitos intrinsecos apontados — dissimulada quebra do padrão, certeza de que o cambio não baixaria, e animo deliberado de impedir a subida natural e esperada do cambio, para que ao projecto rejeitasse o Congresso.

O novo Presidente era porém, ao que se dizia, seu partidario. Dahi o seu triumpho nas camaras e tão assignalado que logo Campista lhe fizera aditamentos essenciaes.

Incorporara ao deposito da Caixa os valores do fundo de garantia, instituido por lei, criara, ainda, como annexos á Caixa, uma carteira de cambio e uma agencia em Londres.

Mostrava-se o publico alarmado com a idéa de transferencia para a projectada Caixa dos valores do fundo de garantia. Para que? Acaso para servir de lastro de emissão? Tal hypothese era inadmissivel. Se assim fosse as notas emittidas seriam postas em circulação

Ora, havia dois meios de o fazer: ou com elles comprar mais ouro para lastro de novas emissões, ou com elles resgatar papel-moeda. O primeiro expediente apresentava-se anarchico, nota pertencia, em plena propriedade, ao vendedor do ouro, e esse tinha o direito de, quando lhe conviesse, ir buscar na Caixa o contra-valor metallico da nota. Que contra-valor? o que havia entregue? absolutamente não; porque este já respondia por outro bilhete emittido. Ficaria assim o fundo de garantia ameaçado, e por verdadeiro acto commercial de venda.

Pouco risonha se lhe affigurava a perspectiva.

Seria acaso conveniente empregar estes fundos em resgate de papel-moeda? A lei de julho de 1899, que instituira o fundo de garantia, permittia, quando conveniente, que os fundos de resgate e de garantia fosses invertidos um no outro, com a condição de não se desfalcar o de garantia de mais de metade do seu valor.

Compreendia-se bem o intuito da lei. Se a retirada de papel-moeda se tornasse necessaria, e a taxa cambial fosse baixa, os valores do fundo de garantia, adjudicados a resgate, retirariam grande quantidade de papel-moeda, e essa retirada, parallelamente, valorizaria o papel remanescente. A lei determinava comtudo tal restricção referente ao quantitativo do fundo que deveria conservar-se intangivel, para que ao papel remanescente não viesse a faltar a base effectiva em ouro. Quanto á inversão do fundo de resgate em fundo de garantia, era obvio o intuito da lei n. 581.

Se a taxa cambial estivesse alta, não haveria urgencia de diminuir a massa do papel circulante e sempre patente vantagem em augmentar o respectivo lastro ouro.

Continuando a acerba critica dizia o reparador que a disposição relativa á creação de uma carteira de cambio na Caixa de Conversão correspondia a completo desastre. Um estabelecimento emissor não devia especular em cambios, e se a carteira em questão não se destinava a operar como as congeneres, ninguem atinaria com o genero de operações que lhe estaria reservada.

Restava a agencia de Londres, instituto verdadeiramente sybilino. Fôra talvez inventado para dar ensejo á creação de lugares bem remunerados na capital ingleza! (sic).

Da Camara dos Deputados ao Senado passou a proposta da creação da Caixa. Na Camara Alta o relator da Commissão de Finanças, o futuro Vice Presidente da Republica, Urbano Santos, por ela se mostrou encantado.

Em compensação: Joaquim Murtinho, então Vice Presidente do Senado renunciou ao mandato declinando de responsabilidades, coherente com as idéas expostas um anno antes por occasião de saudar Affonso Penna, então candidato de sua corrente politica. Pretendeu Urbano Santos demonstrar que o projecto em andamento nada mais era do que o remate do plano financeiro Campos Salles-Rodrigues Alves.

Nenhum antagonismo enxergava entre esse plano e o projecto. Naquelle, não se cogitava de quebra do padrão L mas o projecto tambem não decretara, ostensivamente, abertamente, que o padrão monetario se quebraria. A fixação do cambio, a emissão de bilhetes a uma taxa por lei predeterminada, poderia, em rigor, ser taxada de quebra do padrão; comtudo a disposição concernente á creação de outra taxa mais alta que a de 15 d., indicava, até aos cegos, que longe de haver quebra, haveria succéssão consoladora de padrões elevados.

Em todo o caso, com os mais exigentes, se condescenderia: quebra, sim, mas transitoria; nunca definitiva, emquanto não tocasse a taxa de 27 dinheiros.

Além disso, inquiria o relator, enthusiasmado: qual o objectivo derradeiro do plano Campos Salles-Murtinho? A obtenção da circulação metallica, exactamente o mesmo da Caixa. Ora a identidade de objectivos implicava a similitude de processos... Disso concluia, logicamente, que a Caixa era o verdadeiro complemento do plano. Guiado por esta demonstração, o Senado aprovou o projecto, que subindo á sanção, se converteu em lei a 6 de dezembro de 1906, pouco mais de nove mezes após a conferencia de Taubaté.

O Senado vetou porém a idéa de funccionamento da carteira cambial na Caixa de Conversão transferindo-a ao Thesouro Nacional.

Determinou uma emenda que, do fundo de garantia para a valorização do papel-moeda, fossem retirados tres milhões de libras afim de que o Thesouro, com a superintendencia do Ministro da Fazenda, comprasse e vendesse cambios. O restante do mesmo fundo, recolhido á Caixa, serviria de lastro de emissão, com elle se resgatando papel-moeda. Desappareceria, pois, o fundo de garantia ou no resgate ou no cambio.

Destas innovações se auguravam successos que não podiam encerrar surprezas, tão certas eram ellas de se divizar, "decorrentes dos desvarios de uma politica financeira, prejudicial aos interesses brasileiros, á proporção de seu lamentavel surto", vaticinou o *Jornal do Commercio*.

Ao deixar o governo, em sua ultima mensagem presi-

dencial ao Congresso tivera Rodrigues Alves o ensejo de falar com rude e leal franqueza.

Sobre a questão cafeeira emittira as mais sensatas opiniões. Mostrara-se infenso á aventura do *corner*, contrapondo-lhe as sugestões da conveniencia de cessar a exportação dos cafés baixos, do reforço de uma propaganda honesta intensa e sobretudo inteligente e a organização de credito agricola e real.

Medidas imprudentes poderiam produzir o effeito negativo de restringir o consumo do café, provocar a reacção hostil dos paizes que o recebiam e levar aos mercados a ameaça de agitações cujos effeitos uma experiencia muito recente ensinara a evitar.

Sobre a fixação de cambio a um typo baixo expendera conceitos tambem os mais exactos.

Era desacerto pensar que a lavoura brasileira não poderia prosperar sem cambio baixo. Uma corrente se formara em favor da idéa de uma taxa que a beneficiasse. Demonstrava as estatisticas pelo contrario, que com taxas melhores do que as vigentes os preços do café haviam tido alternativas de alta e baixa, mas a lavoura vivera e prosperara.

Referindo-se ao caso argentino explicava o Presidente, que os paizes partidarios da fixação de um cambio para uso de suas finanças, haviam-no feito como preliminar logico para a quebra do padrão. Ainda assim em um delles, onde a reforma conseguira impressionar o espirito dos lavradores brasileiros, annos de inercia decorreram sem que aquella providencia exercesse na economia nacional influencia alguma. Só quando a producção se avolumara e os preços por causas extraordinarias e algumas imprevistas, haviam subido, fôra que a situação economica se desenhara prospera, sem que tal prosperidade pudesse, portanto, ser attribuida exclusivamente áquelle factor.

Aliás, nada tinha a valorização do café com a questão monetaria, como tão criteriosamente affirmara a Associação Commercial do Rio de Janeiro e elle proprio, presidente, tivera a occasião de ponderar, com lealdade, todas as vezes que se vira chamado a pronunciar-se sobre o grande empenho da lavoura.

Affirmava o Presidente que o Brasil se achava numa phase de rejuvenescimento economico notavel, decorrente da continuidade das vistas financeiras dos dois quatriennios de 1898-1906. Nada justificava pois perigosas innovações.

Em toda a parte, o problema da moeda era encarado como o de mais delicado funccionamento nos apparelhos da grande machina administrativa e o padrão legal, uma vez estabelecido

só se alterava se começava a faltar confiança nos recursos do paiz.

Não era esta, felizmente, a situação do Brasil. Tudo indicava que elle podia e devia perseverar na execução dos planos iniciados pelos governos antecedentes e pelo seu proprio com vantagem para o credito publico e tendentes á valorização da moeda.

Terminava o Presidente por um appello á sensatez e ao criterio do Congresso. Seria erro recuar, como obra de patriotismo afastar das suas deliberações a idéa de quebra do padrão monetario e a de fixação do cambio que contrariava profundamente planos já com tanto exito experimentados.

Contemporaneamente se insurgiu contra a idéa da quebra de padrão um homem de autoridade e prestigio como financista o Dr. Custodio Coelho de Almeida, Director da Carteira Cambial do Banco do Brasil.

Apontou a incoerencia, a seu ver flagrante, do Governo de S. Paulo. Repudiava a alta cambial e, ao mesmo tempo, queria levantar dois emprestimos externos de £ 16.800.000 que forçosamente provocariam a alta das taxas, determinante segura de grave perturbação economica.

Não podia o União endossar uma operação sob a base de penhor mercantil de um producto cujo preço dependia de mercados estrangeiros onde circulava a moeda verdadeira.

Ainda depois de deliberada a fixação da taxa de 15 pence por mil réis e o levantamento do emprestimo valorizador, voltava Custodio Coelho á carga alegando a opinião da casa Rothschild a elle infensa.

Falava-se abertamente e muito se discutia a respeito do plano de valorisação, não obstante estarem todos convencidos de que a maioria das pessoas de são criterio, não se podiam patentear senão infensos a semelhante medida. Assim acentuou que tudo quanto por natureza se mostrava artificial só poderia, no longo correr dos tempos, produzir ilimitados desastres.

No fim do anno annunciou Custodio Coelho que os recursos em ouro accumulados no Banco do Brasil permittiam o funccionamento immediato da Caixa de Conversão. Até fins de março de 1907, poderia dispor de dez milhões esterlinos. As indicações por elle ministradas foram *in totum* acceitas pelo novo Governo. E este pediu ao banqueiro que continuasse no exercicio das funcções.

Commentando estes factos dizia o *Jornal do Commercio*:

"Uma vez assentada a idéa da Caixa de Conversão com a base criminosa de se usar do fundo de garantia, deve o paiz relevante serviço ao Sr. Dr. Custodio Coelho por ter deparado ao novo Governo, e até preparado, para elle, outra base, de certo legitima e legal."

CAPITULO VI

A exportação do Brasil em 1906 — A balança commercial do paiz — Calculo de safras de café — Medidas parlamentares para a propaganda de café — Relatorio do Ministro da Fazenda Leopoldo de Bulhões ao Presidente Rodrigues Alves sobre a situação cafeeira — Palavras do presidente de Minas Geraes Dr. Francisco A. de Salles sobre o Convenio de Taubaté

A exportação do Brasil em 1906 foi no dizer do *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* de 799.670:295$. A de 1905 attingira 685.456:600$ numeros quasi identicos aos do *Commercio Exterior do Brasil* verificando-se pois os dois saldos de 230.467 e 300.382 contos.

A exportação do café em 1906 havia sido:

	Saccas
Pela Guanabara	3.495.213
Por Santos	10.172.873
Total	13.668.086

Negociaram-se durante o anno:

	Saccas
No Rio de Janeiro . . .	1.343.500
Em Santos	7.125.709
Total	8.469.209

Os preços extremos do typo 7 haviam sido por arroba 6.000 e 7.600. O primeiro em dezembro e o segundo em agosto. Media 6.800 portanto. Isto no Rio de Janeiro.

Em Santos as cotações por dez kilos haviam regulado entre 3$950 e 4$700. Assim a arroba attingira os preços de de 5$925 e 7$050. Pequena pois a differença entre as cotações fluminense e paulista.

Praças	Minimas	Maximas
Rio de Janeiro	6$000	7.600
Santos	5$925	7.050

Assim se haviam encaminhado as exportações:

Portos	Estados Unidos	Europa
Rio de Janeiro . . .	1.881.183	1.067.830
Santos	2.959.611	4.169.208
Totaes	4.840.794	5.237.038

During e Zoon calculavam as safras da seguinte maneira:

	1906-1907	1907-1908
Santos	13.000.000	6.125.000
Rio	3.500.000	4.000.000
Victoria	375.000	400.000
Bahia	225.000	200.000
Totaes	17.100.000	10.725.000

As 13.965.800 saccas de café exportadas em 1906 se avaliavam em réis 418.399:724$000 papel ou 245.474:525$ ouro. No Rio o cambio aproximado sobre Londres tivera os seguintes extremos: 17 7/32 em janeiro e 15 13/64 em abril.

Os stocks a 31 de dezembro de 1906 eram:

Rio de Janeiro	691.913
Santos	2.156.014
Total	2.847.927

E os preços correntes nos doze mezes de 1906.

	Maximo	Minimo	Medio
Rio, typo 7 por 15 kg.	5$174	4$085	4$608
Santos, good average por 10 kg. .	4$433	3$733	4$084
Nova York, disponivel por £ . . .	8,87	7,00	8,04

E os principaes cambios assim se haviam cotado em 1906, em seus extremos:

Inglaterra por 1$	14 1/2 a 17 5/8
França Rs. por franco	542 a 661
Allemanha Rs. por marco . . .	669 a 816
Estados Unidos Rs. por dollar.	2$846 a 3$454
Italia Rs. por lira	550 a 668
Portugal por cento	300 a 369

As taxas cambiaes medias do quiquennio demonstravam a alta continua do mil réis.

1902 (11,93 d) 1903 (11,99) 1904 (12,2 d) 1905 (15,94 d) 1906 (16,17 d).

Para incentivar a propaganda do café brasileiro determinou o Congresso que o Executivo poderia auxiliar a fundação de um jornal em Paris medida que a imprensa fluminense violentamente atacou.

A propaganda proficua consistiria, como os esforços de alguns temerarios e benemeritos brasileiros demonstrara, em estabelecer nas grandes capitaes — casas para a venda de cafés torrados e ás chicaras, como já se tentara em Paris, e, com exito regular em Buenos Aires.

Com subsidio ou garantia contra os deficits certos dos dois ou tres primeiros annos, não faltariam negociantes brasileiros idoneos que se animassem a fundar estabelecimentos para vender, acreditar e dilatar o consumo de genuinos cafés brasileiros em Londres, Paris, Berlim, Viena, Roma, Bruxellas e outras capitaes da Europa.

Como prova de tal estava o exito das operações da *Sociedade dos Torradores Allemães* que pretendia o augmento do consumo do café e o combate contra as falsificações e os succedaneos.

Terminando a analyse do panorama economico do anno de 1906 desferiu o redactor financeiro do *Jornal do Commercio* algumas zargunchadas novas e violentas contra a valorização e os planos de propaganda do café.

Todas as vezes que o Estado se mettia a industrial e a commerciante, pela certa arriscava o capital dos seus credores — os contribuintes de impostos.

A propaganda de determinado genero só devia ser feita a expensas de quem especialmente explorasse tal artigo, mas no caso da producção de um genero representando a principal riqueza de um paiz tornava-se necessario que o Governo inter-

viesse nessa propaganda, auxiliando-a, mas unicamente de modo indirecto. Mais podiam e conseguiam muitos interessados pequenos na dilatação do consumo deste artigo, do que um só interessado grande. Sem os pequenos vendedores interessados não era possivel o grande fabricante.

E appellando para o grande prestigio de um homem da notoriedade de um dos maiores politicos francezes da época, o presidente do Conselho Julio Méline, recordava as palavras que este estadista proferira combatendo a idéa do monopolio do café, propugnada segundo ouvira dizer, pelo governo brasileiro. Tal sistema, repousava *in totum* sobre tremendos erros de calculo."

O Estado vendendo o café não o poderia fazer em melhores condições que o commerciante. E o consumidor, que nada ganharia com a operação, acabaria perdendo porque o café, vendido pelo Estado, haveria de em pouco valer o que por exemplo valiam os detestaveis phosphoros monopolizados pelo Governo.

Além disso seriam necessarios milhares de funccionarios para os serviços de contabilidade e fiscalização do depositario.

O commercio do varejo ficaria prejudicado. Milhares de familias modestas soffreriam fundamente.

O caminho a seguir devia ser acabar com os monopolios. Um paiz se tornava infeliz no dia em que o Estado se convertia em fabricante e negociante universal.

A 21 de dezembro de 1906 aprovava a Camara dos Deputados uma emenda do orçamento da pasta de Viação concedendo um credito de quatro mil contos de réis, ouro, para desenvolver no estrangeiro o consumo de diversos productos agricolas brasileiros.

Quanto ao café determinava: As subvenções seriam principalmente concedidas ás emprezas e aos particulares que; nas localidades, onde já existissem casas que negociando café em grão, estabelecessem, por conta propria, torrefações onde o café moido fosse vendido a retalho ou já preparado como nos cafés do Rio de Janeiro.

Nessas localidades ou em suas proximidades se fundariam casas onde fosse o grão vendido moido ou já preparado, mas sempre comprado nas torrefações acima designadas.

Nas localidades onde não existissem casas negociando nesse producto, especialmente nos pquenos povoados, fossem essas casas installadas tendo ao lado, pequenas torrefações, para a venda do café, já moido ou preparado.

No relatorio apresentado em 1906 ao Presidente Rodri-



gues Alves pelo Ministro da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões adduziu o Secretario de Estado as considerações que sobre as crise cafeeira fizera não muito antes o Director de Finanças do Estado do Rio de Janeiro em 1904.

A tributação do café, a mais forte parcella da receita fluminense, decrescia a olhos vistos. Assim em 1903 produzira quasi quinhentos contos menos do que a previsão orçamentaria.

A differença assignalada não se explicava senão pela marcha descrescente da producção, quer em quantidade, quer em qualidade, parallelamente com a baixa dos preços porquanto era certo que o algarismo orçado ficava muito inferior á média dos tres ultimos exercicios, segundo a regra empirica; mas nem assim o café recuperara a desequilibrada posição. Jamais voltaria ao antigo nivel, affirmava o relator successivamente decahira de anno para anno.

Procedendo por ordem cronologica, passava a recordar em primeiro lugar, os esforços do proprio Governo do Estado do Rio de Janeiro, (em junho de 1902) para a valorização do café, projectando estabelecer um preço minimo de commum accordo com os quatro Estados: São Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro e Espirito Santo.

Demonstrou então que os torradores americanos tiravam um lucro de 12 cents., cerca de 495 ao cambio da época, quando o café entrado valia por libra 6,5 cents. ou 268. Isto é, vendiam-n'o ao consumidor sobrecarregado de mais de 84 por cento do custo!

Deduzia-se dahi que a expansão do consumo pela baixa do preço era impedida, porque o preço só era definido para o productor.

O projecto, fazendo cobrar de imposto a differença entre a cotação mais baixa e o limite minimo pre-estabelecido, teria por effeito impedir a sahida dos cafés, de typos inferiores que tanto desacreditavam a procedencia brasileira.

Diminuida por este meio a offerta, visava normalizar a elevação do preço corrente, e contribuiria mesmo para a aperfeiçoar os processos de cultura, colheita e beneficiamento do grão.

A clausula do commum accordo dos quatro Estados productores de café, sobre a qual se baseava, tornava-o artificioso e inexequivel.

Recordava o Ministro que, em 1901, a Directoria do Centro Commercial do Rio de Janeiro, propuzera se alterasse o regulamento da Junta dos Corretores de Mercadorias do Rio

de Janeiro para se crear uma Bolsa de Café, subordinada e dependente do Governo Federal, fundando-se ao mesmo tempo outras em Santos, Victoria e Bahia.

Discutira-se então muito o assumpto pela imprensa, provocando o apparecimento de diversos planos entre os quaes causara sensação o do Dr. Manuel Rodrigues Peixoto que entendia haver uma unica solução para a crise: o estabelecimento do monopolio do Estado.

A seu ver cinco eram as causas efficientes da baixa:

As oscillações disparatadas do cambio em paiz de circulação fiduciaria em desordenado excesso como o Brasil.

O augmento rapido das plantações e colheitas pelo deslumbramento da terra fertil, o triplicado algarismo do preço corrente devido á illusão cambial.

A affluencia de typos ou qualidades de café, inferior, fazendo-se questão de quantidade e não de qualidade.

A diminuição ou quasi suppressão da procura e consequente pressão de exagerada offerta do genero em mãos dos commissarios e ensaccadores.

Finalmente, a forma anachronica da tributação.

Na impossibilidade de se abolir o imposto a elle muito se reduzisse a um maximo de quatro por cento.

Fosse applicada uma tabella differencial ou escala movel, para assegurar aos productores um preço remunerador, de modo a vedar a exportação de cafés de typos ou qualidades somenos.

Acreditava o Dr. Peixoto que por este meio, pouco complicado e comprehendido na esphera da acção do Governo, pudesse a intervenção official manter os preços de venda em nivel mais alto, em proveito geral da agricultura e da Nação.

Não se effectivara porém o projecto da creação das Bolsas.

Dando conta ao Congresso Legislativo Mineiro do que fizera como consignatario do Convenio de Taubaté explicava o Presidente Dr. Francisco Antonio de Salles em sua mensagem de 1906, a attitude do seu governo.

Referiu-se á defesa que o Dr. José Luiz Alves fizera no Congresso Federal, do proteccionismo aduaneiro, do novo projecto de tarifas, falou dos trabalhos e alvitres do Congresso Agricola Mineiro que recommendara medidas proveitosas e affirmou que na ordem das providencias mais urgentes e reputadas necessarias para a defesa do maior producto de exportação do Paiz e fonte mais importante da riqueza publica e particular do Estado destacavam-se as que consta-

vam do Convenio de Taubaté, comprehendendo um plano de valorização do café julgado o mais conveniente, não só no momento, como para garantia de preços remuneradores no futuro.

As medidas de caracter transitorio do Convenio destinavam-se a estabelecer o equilibrio da offerta e da procura, garantindo para o café preço remunerador do custo de sua producção; as permanentes visavam preparar situação mais estavel e conveniente para o futuro — regularizando o commercio do café e promovendo o desenvolvimento do seu consumo e ao mesmo tempo sobreestando o augmento da producção, emquanto o equilibrio da offerta e da procura não se restabelecesse.

Já o governo mineiro fora, pela Lei de 13 de setembro de 1905, autorisado a entrar em accordo com o Governo Federal e o dos Estados interessados na cultura do café, para a adopção de medidas que tivessem por fim elevar do producto, regularizar-lhe a exportação e normalizar um commercio podendo para tal fim elevar-se a taxa de exportação a mais de 4 ½, desde que ella não viesse onerar ainda mais o productor.

Assim usara o Presidente de tal faculdade, collaborando no Convenio. Convinha lembrar que na parte que fixava em tres francos a sobretaxa por sacca de café exportada de cada um dos Estados havia uma exorbitancia da lei de 13 de setembro de 1905 pois que assim se excedia aos 4 ½ % fixados naquella lei, desde que o preço minimo do producto fosse inferior a 67 francos por sacca. Era provavel que tal acontecesse no inicio das operações em que esse minimo seria de 55 francos.

Solemnemente declarava o Dr. F. A. de Salles que para o effeito de se valorizar o café, os Governos dos Estados não podiam adoptar senão o plano consignado no Convenio de Taubaté, já consagrado em lei federal, na do orçamento em vigor da União, quando o Congresso Nacional autorizava o executivo a entrar em accordo com os dos Estados cafeeiros para regular o commercio do café e promover a valorização.

Esse plano adoptado no Convenio não fora mais novidade — era o resultado de ponderado estudo, refletindo exame dos competentes, acceito pelos poderes publicos federaes, largamente discutido no Parlamento Nacional e depois sanccionado pelo Presidente da Republica, que, aliás, se interessara vivamente pela sua approvação.

Tão seguros se achavam os poderes publicos federaes do



acerto do plano que adoptando-o, entrara em particularidades, de modo a não poder soffrer modificações na execução.

Assim a lei de 20 de dezembro de 1905, autorizava o Executivo a endossar as operações de credito que, para a defesa do café, fizessem os governos estaduaes, quando observadas certas operações de credito o resultado destas só poderia ser aplicado para manter um preço minimo para o café de exportação, não podendo ser destinado a emprestimos de qualquer outra natureza ou adeantamento a lavradores, commissarios e exportadores ou a quem quer que fosse, nem desviado para qualquer outro fim.

Prohibiam-se os processos indirectos de valorização por meio da resistencia dos productores auxiliados com o credito publico ou com recursos fornecidos pelo Estado. Só se cogitava da valorização por meio da fixação de preço minimo, que só poderia ser mantido pela intervenção directa dos Estados no mercado, comprando todo o café que não encontrasse collocação ao preço minimo estabelecido.

Portanto, os tres signatarios do Convenio nada mais teriam feito do que promover a execução de uma lei da Republica, convencidos, por certo, de que consultavam elevado inresse publico. Attendiam a uma necessidade imperiosa de salvar de aguda crise a maior fonte de riqueza do Brasil e pelo unico meio que se lhes afigurava efficaz.

Quando se tratara da obtenção de recursos financeiros para a execução do plano surgira a idéa da creação da Caixa de Conversão. Encontrara elle comtudo resistencia e até forte hostilidade por parte dos propulsores da alta cambial.

Como não alterasse o actual padrão monetario, cada vez mais se arraigara no espirito do presidente mineiro a convicção, da conveniencia, necessidade e urgencia da medida, a seu ver benefica para todo o Paiz e todas as fontes de producção nacional.

Declarou-se o Presidente Salles partidario convicto das medidas consubstanciadas no Convenio.

Era dever imperioso do patriotismo empregar todo o esforço, empenhar o maximo de energia na adopção do plano formulado ou de outro reputado mais efficaz para a valorização do café. Não era razoavel, nem licito, ou politico manterem-se os poderes publicos indifferentes, em face das classes productoras, inactivos deante da afflictiva situação dos elementos de ordem, progresso e riqueza do Paiz e até de segurança da Republica.

Era a inercia injustificavel naquelle momento da vida

da Nação, a menos que os responsaveis pela direcção dos negocios publicos pretendessem convencer á lavoura de que nada devia esperar em pról de seus interesses, do Governo da Republica, mesmo quando estes não colidiam com os do Estado, e pelo contrario se harmonizavam inteiramente com os delle.

Não havia a menor intransigencia por parte dos defensores do Convenio.

Acceitavam qualquer outro collimando o mesmo fim, desde que apresentasse certa segurança de exito e sem delongas na applicação, das medidas suggeridas.

O que se não podia admittir era o *non curat* — porque a situação da lavoura e da industria do Paiz reclamava *a attenção* do Estado, ainda que com sacrificio.

CAPITULO VII

As operações de compra de café em 1907 — Novos ataques á valorisação — Protestos do commissariado fluminense e da Associação Commercial do Rio de Janeiro e do Centro de Commercio — Actuação do Governo de S. Paulo — Preparativos para a obtenção de emprestimos — As cotações e os stocks — Os esforços do Estado de S. Paulo — Acquisição de oito milhões de saccas

Encetou o retrospectista do *Jornal do Commercio*, a sua analise de 1907 assignalando quanto o tom da mensagem presidencial de Affonso Penna era documento do mais decidido optimismo.

E a tal proposito notou o esforço do ministro da fazenda, David Campista, em preconizar os meritos da Caixa de Conversão. Ao seu entender, coisa alguma convertia. Era o seu papel dar notas conversiveis, verdadeiros vales na proporção de 16$ por libra esterlina depositada na casa forte da Caixa pelo tempo que aprouvesse ao depositante.

E de passagem continuando na attitude anterior desferia nova e forte zargunchada ao Convenio de Taubaté, a seu ver *monstro tricephalo* (sic).

Na guerra movida ás deliberações do Convenio de *disparatados e nefastos effeitos*, viu-se o jornal acompanhado por alguns orgãos da imprensa brasileira, como varios da imprensa estrangeira. Na reprovação ao *corner* salientaram-se alguns dos mais prestigiosos como o *Times*, o *Financial News*, *Daily Mail*, de Londres; *Le Temps*, *Le Figaro*, *Les Debats*, *Le Moniteur des Tirages Financières*, *L'Epargne Française*, *L'E'conomiste* e *La France E'conomique et Financière*, de Paris; a *Gazeta* de *Frankfort*, da Allemanha e *La Nacion*, de Buenos Aires.

Mas os valorizadores e fixadores de cambio *a fortiori* a tudo se haviam mantido surdos, queixando-se o analysta.

Ridicularizando a actuação da Caixa de Conversão de-



clarava que ella se instituira com um lastro de cerca de dois milhões esterlinos do Banco do Brasil avolumando-se progressivamente com entradas de ouro obtido pelos depositantes ao preço muito inferior a 16$. Não se tratava portanto, de caixa de conversão, mas de verdadeiro cofre-forte, aonde quem quizesse guardaria sem juro algum aliás, o seu precioso metal.

Com o producto de boa parte das notas conversiveis emittidas sobre o lastro de ouro propriamente seu o Governo iniciara na praça do Rio as compras de café

A principio por intermedio de Theodoro Wille & C. a quem depois se associara a firma Araujo Maia & C.

Asperamente profligou o reparador as operações valorizadoras denunciando serias irregularidades.

A prova pratica das falsas theorias do Convenio de Taubaté haviam-nas tido desde os primeiros dias, os agricultores e os commissarios. As compras effectuadas em escala, comparativamente inferior ás entradas, só tinham beneficiado os intermediarios compradores por parte do Governo. Compravam pela base do Convenio o café comprado por terceiros a preços minimos, recebendo ainda do Governo a commissão, como era corrente no mercado. Assim o denunciara no Parlamento o Senador Barata Ribeiro.

Assim tambem asseveraram respeitaveis commissarios cafesistas como por exemplo Meirelles Zanith & C., em publicações pela imprensa. Os commissarios compradores por parte do Convenio não haviam a tal respeito tugido nem mugido.

Com o estabelecimento da Caixa da Conversão estava praticamente quebrado o padrão monetario do paiz e firmado na base de 15 dinheiros por mil réis, imposto pelo *hoc volo sic jubes* governamental.

Mas a lavoura continuava as remessas aos portos. E os mercados estrangeiros, fazendo frente ao *corner* brasileiro como que timbravam em baixar as cotações. E isto á medida que os delegados do convenio adquiriam o genero. Augmentavam ao mesmo tempo as difficuldades da obtenção de dinheiro para as operações de compra.

Os commissarios de café haviam-se desde logo posto a protestar contra o *modus faciendi*. Por seu turno a Associação Commercial do Rio de Janeiro representou neste sentido, em 10 de janeiro ao Presidente da Republica.

Ao Governo do Estado do Rio de Janeiro tambem se dirigiram deputações de lavradores fluminenses e mineiros, pedindo providencias sobre o modo pelo qual começava a ser executado o Convenio.

O Centro do Commercio de Café, a 22 de abril de 1907, enviou tambem á Presidencia da Republica uma representação assinada por 72 firmas commerciaes da praça do Rio de Janeiro afirmando que as compras officiaes não eram effectuadas na latitude a que a praça estava habituada e a necessaria para se desafogar. Assim a situação mostrava-se tremendamente inquietadora.

Era preciso muito dinheiro para proseguir nas compras do Convenio e como não existissem recursos no paiz, tentou-se grande emprestimo externo, cerca de cinco milhões de libras esterlinas.

Embora conhecida a opinião desfavoravel da casa Rothschild, o Governo pleiteou novo emprestimo obtendo a reiteração de formal recusa dados os fins aleatorios que se tinha em vista executar.

Tentou-se levantamento de emprestimo na Belgica, mas nada se conseguiu, apezar das conferencias em Antuerpia, do Dr. Francisco Ferreira Ramos, commissario geral do Governo de S. Paulo.

Ao passo que se malogravam todas as tentativas para um grande emprestimo externo, o Banco do Brasil, convalescente da estagnação em que estivera pelo espaço de cinco annos, decorrente da concordata pelo Governo a credores e accionistas, emprestou 6.000 contos ao Estado de S. Paulo e depois mais 12.000.

Comentavam sarcasticamente os adversarios de valorizações que o governo paulista lançara mão de todos os recursos possiveis.

Realizara o arrendamento da Estrada de Ferro Sorocabana a um syndicato americano conseguindo mais £ 2.000.000 por intermedio da Société Générale Française ou liquidos apenas £ 1.800.000. Afinal tendo adquirido sete milhões de saccas em Santos e no Rio parecia que cessara a sua actuação.

Corriam boatos de que obteria emprestados pelo Dresdner Bank mais dois milhões esterlinos mas soubera-se que o governo paulista telegrafara ao seu Commissario Geral em Bruxellas dando por terminadas as compras de café e declarando que o Estado conservaria por prazo indefinido o stock adquirido até então por sua conta e o que viesse a ser adquirido futuramente, não o vendendo em hypothese alguma por preço inferior a 45 ou 50 francos.

A 11 de junho de 1907 se declarou na praça do Rio de Janeiro que não haveria mais compras e a 15 se proclamava a cessação definitiva das acquisições por conta do Convenio.



O Presidente da Republica mandou então a Camara dos Deputados a representação recebida do Governo de S. Paulo, solicitando o auxilio de £ 3.000.000 para ultimar o plano de valorização.

A 8 de agosto aprovou o Congresso, sendo a 12 do mesmo mez sanccionado pelo Presidente da Republica, o projecto de um emprestimo relativo a esta quantia em Londres, lançado pelos Rothschild os quaes sempre haviam negado apoio á aventura do *corner* cafeeiro nunca havendo deixado comtudo de prestar apoio ao credito do Brasil, diziam os irreductiveis adversarios do Convenio a explicar a attitude dos grandes banqueiros.

O stock visivel a 30 de junho de 1907 era de 8.917.000 saccas na Europa (e em viagem para este continente) de 3.398.000 nos Estados Unidos, ou em viagem para essa republica.

No Brasil existiam 2.993.000 saccas das quaes 1.943.058 em Santos, 967.973 no Rio de Janeiro, 81.969 em Bahia e outros portos.

Calculava-se a safra mundial de 1907 e 1908 em....... 14.475.000 saccas das quaes 10.975.000 do Brasil.

Assim como o consumo neste periodo seria de 16.500.000 saccas haveria apezar do anno de falha, um superavit de 968.000 saccas o que elevaria o stock a 30 de junho de 1908 a 14.283.000 saccas.

Eram estas cifras eloquentes dizia o analista do *Jornal do Commercio*. Por ellas se evidenciava quanto houvera de temerario e improficuo nas operações do Convenio de Taubaté. O desastre da liquidação, na opinião do *Times* só poderia ser adiado e não evitado, pois se tornava preciso dominar dois elementos, infelizmente não susceptiveis de serem dirigidos ao talante da vontade: ás colheitas futuras e a procura do genero.

Assignalou o *Retrospecto* quanto as receitas federaes se haviam avantajado nos ultimos annos. Infelizmente as despezas tambem como se comprova do quadro.

Annos	Receitas	Despezas	Saldos	Deficits
1896	346.213	386.605	—	40.372
1897	303.411	381.550	—	78.139
1898	324.053	787.671	—	463.618
1899	333.105	295.363	37.642	—
1900	353.607	448.160	—	94.553

1901	318.559	334.513	—	15.954
1902	343.814	298.691	45.123	—
1903	408.589	378.187	30.402	15.751
1904	433.802	439.553	—	—
1905	358.908	358.590	318	
1906	473.034	740.990	—	267.856

Assim o defict dos dez exercicios attingira á somma muito consideravel de 842.678 contos de réis da qual avultava immenso a parcella das differenças de cambio. A colheita de immensa safra de 1906-1907 attingira a cifra enorme de..... 20.137.387 saccas ou fossem 3.073.387 além da previsão dos tão cautelosos Dunring e Zoon de Rotterdam.

Assim se distribuira:

Santos	15.392.170
Rio de Janeiro	4.195.217
Bahia, Victoria etc. . .	550.000

Em 1907 haviam sahido por Santos 11.561.871 saccas e pela barra da Guanabara 3.857.210 ou um total de 15.419.081.

Haviam se vendido em Santos 9.306.037 saccas, no Rio 1.847.000 (neste ultimo numero não se computavam as vendas do Convenio).

Na praça do Rio haviam sido estas as fluctuações dos preços:

	1906	1907
Janeiro	6$400 a 6$700	5$600 a 6$200
Fevereiro	6$600 a 7$200	6$100 a 6$400
Março	6$800 a 7$500	5$900 a 6$200
Abril	7$000 a 7$600	5$200 a 5$900
Maio	6$300 a 7$200	5$200 a 5$400
Junho	6$300 a 6$700	4$700 a 5$200
Julho	6$200 a 7$400	4$700 a 5$200
Agosto	6$400 a 7$600	5$000 a 5$400
Setembro	6$200 a 7$200	5$100 a 5$600
Outubro	6$500 a 7$200	5$100 a 5$600
Novembro	6$200 a 6$600	4$700 a 5$200
Dezembro	6$000 a 6$500	4$800 a 5$200

Assim os preços extremos haviam sido 4$700 em junho, julho e 6$400 em fevereiro.

Quanto aos principaes destinos tinham elles sido:

Praças	Europa	Estados Unidos	Diversos
Santos	7.128.973	2.959.611	84.290
Rio de Janeiro . .	1.622.621	1.743.892	297.574
Totaes . . .	8.751.594	4.703.503	381.864

Total da exportação brasileira: 13.836.961 saccas.

Os preços extremos em Santos haviam attingido por dez kilos 2$550 e 4$225.

As taxas extremas cambiaes das letras particulares em 1907 sobre Londres 15,5/32 — 15,9/16; Paris 624-629; Hamburgo 771-777.

As chegadas e embarques no Rio de Janeiro:

Mezes	Entradas	Embarques
Janeiro	290.892	242.481
Fevereiro	231.243	267.892
Março	352.421	165.547
Abril	321.311	297.173
Maio	248.946	85.192
Junho	204.947	157.425
Julho	146.807	425.972
Agosto	301.308	468.468
Setembro	433.775	404.841
Outubro	496.335	416.192
Novembro	328.868	317.355
Dezembro	228.710	266.502

As vendas tinham sido as seguintes:

Mezes	Convenio	Exportação	Media da cotação por arroba
Janeiro . . .	348.000	76.000	5$856
Fevereiro. . .	275.000	50.000	6$204
Março. . . .	198.000	56.000	6$207
Abril	208.000	68.000	5$450
Maio	191.000	54.000	5$225
Junho	76.500	103.000	4$950
Julho	—	198.000	5$046
Agosto. . . .	—	199.000	5$184



Setembro. . .	—	280.000	5$354
Outubro . . .	—	308.000	5$298
Novembro. . .	—	232.000	4$915
Dezembro. . .	—	223.000	4$996

Em Santos o movimento fora o seguinte:

Mezes	Entradas	Embarques	Vendas
Janeiro	1.432.086	679.736	1.090.501
Fevereiro	793.383	816.895	831.372
Março	894.151	925.943	1.026.943
Abril	1.001.384	989.088	1.026.050
Maio	933.236	1.388.471	805.408
Junho	806.490	1.189.343	966.483
Julho	706.792	1.423.763	606.466
Agosto	896.648	821.273	449.203
Setembro	1.165.508	686.596	643.977
Outubro	1.296.287	1.038.912	675.767
Novembro	870.346	728.739	554.456
Dezembro	520.620	873.112	620.327

Depois de explicar que as condições da lavoura e do commercio paulistas prementissimas, haviam obrigado o seu governo a operar com a maior rapidez, iniciando as compras do café determinadas pelo convenio de Taubaté, dizia o Presidente Jorge Tibiriçá, em sua mensagem de 1907, ao Congresso de S. Paulo, que encetara as compras já em agosto de 1906.

Até o encerramento do exercicio, achavam-se completamente liquidadas pelo Thesouro as acquisições referentes á compra e consignação de 2.569.566 saccas, todas de qualidade superior. Nellas empregara o Estado 89.017:976$761.

Fora esta despeza coberta com os recursos tirados do producto dos emprestimos externos no valor nominal de:

£ 4.000.000 ou	26.972:189$846
e ainda dos saques feitos sobre os banqueiros correspondentes da Valorização, na proporção de mais ou menos 80 % sobre o valor dos cafés embarcados pelo Estados, £ 3.454.847 12-5 e Marcos 7.253.571-81	62.045:786$915
Grande total	89.017:976$761

No exercicio de 1907 continuara o Estado com as compras de café completando approximadamente 8.000.000 de saccas. Tudo se pagara, como tambem as margens devidas em consequencia das baixas havidas nos preços. Achava-se o café armazenado nas praças do Havre, Hamburgo, Nova York, Bremen, Londres, Antuerpia e em outras da Europa e da America do Norte, mediante contractos para consignação celebrados pelo Estado. Restava cerca de 800.000 saccas no Rio e Santos. Seriam embarcadas opportunamente, e warrantadas na forma dos contractos.

Tendo o Governo retirado da praça mais do que o excesso proveniente da safra de 1906-1907, julgava desnecessario continuar a intervenção directa e continua nos mercados, dando assim lugar a restabelecer-se a livre concorrencia, para voltar o commercio á sua normalidade habitual.

Continuava o Governo firmemente deliberado porém a reter pelo tempo que fosse necessario os cafés adquiridos, só delles dispondo delles quando as necessidades do consumo viessem a exigil-o, e por preços correspondentes ás vantagens que tinha em vista assegurar á lavoura, salvaguardados quanto possivel os interesses do Thesouro. Tudo sem preoccupação porém de lucros ou prejuizos, pois ás operações da valorização não presidia caracter especulativo algum.

Além dos recursos de que o Governo dispunha provenientes da arrecadação da sobretaxa e das operações de credito já feitas e que devia continuar autorisado a fazer, contava com o apoio dos Estados signatarios do Convenio de Taubaté o concurso do Governo da União, ainda ultimamente affirmado com o acolhimento do projecto para o emprestimo de £..... 3.000.000.-0-0 ao Estado de S. Paulo a juizo da deliberação do Congresso Federal e cujo producto se destinava a auxiliar o governo paulista na inteira execução do seu plano.

A lei 1071 de dezenove de agosto de 1907 aprovara o contracto provisorio para a emissão do emprestimo exterior de dois milhões esterlinos que o Congresso Estadual acceitara.

No Senado paulista o Dr. Rodrigues Leite apresentara uma proposta modificando a lei n. 861. As de 1902 relativo ao plantio do café, essas vieram a ser projecto rejeitado.

A lei 1099 de seis de novembro de 1907 determinou continuar com inteiro rigor o imposto sobre terras occupadas por novas lavouras cafeeiras.

Em 1907 o Presidente de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva lembrava em sua mensagem presidencial ao Congresso mineiro que para a execução das medidas estipula-

das no Convenio de Taubaté fora expedido o Decreto de 24 de dezembro de 1906 mandando cobrar os 3 francos da sobretaxa por sacca de café exportada.

A super-producção já existente, aggravada pela extraordinaria colheita de 1906-1907 attenuara-se, quanto possivel, pelo conjuncto das medidas combinadas.

Já em 1903, lembrara elle Presidente, perante o Congresso Industrial, então reunido, que a seu ver como producção, o café devia vencer, porque o producto brasileiro, sem competição no Mundo, dava á maior Republica sulamericana no mercado internacional, uma posição dominadora; porque, emquanto era capaz de produzir quasi tudo quanto importava, a sua principal mercadoria não podia ser produzida na quasi totalidade dos paizes consumidores e além disto protegida pela fatalidade das circumstancias naturaes.

A facilidade da producção, as poucas exigencias do acondicionamento, a facil conservação em stock, o mercado estrangeiro extenso, alargando-se rapidamente, todas estas condições lhe constituiam natural protecção.

O negocio teria sido sem exemplo e o Brasil nunca deveria limital-o, se as facilidades do consumo da mercadoria do Mundo, fossem iguaes ás facilidades da producção.

Não o eram infelizmente. Amarga experiencia o demonstrava.

Dahi a necessidade da intervenção governamental para a correcção da verdadeira febre cafeeira que se apossara do Brasil, fazendo esquecer as outras fontes de exploração agricola, donde resultara situação sobremodo angustiosa.

Explicando o que se passara com as operações de valorisação dizia o Presidente Conselheiro Affonso Penna ao Congresso em sua mensagem de 3 de maio de 1907, depois de se referir á baixa das cotações devidas á enorme safra de 1906 a 1907 que a acção dos governos dos tres principaes Estados cafeeiros da Republica, confiada a S. Paulo, conseguia retirar do mercado crescido numero de saccas. Assim impedira que a baixa assumisse proporções desoladoras.

Conforme autorizara o Parlamento podia a União prestar fiança ás operações de credito que os tres estados haviam feito para a regularização do mercado. Tal intervenção não fora ainda precisa por não terem os Governos Estaduaes levantado o emprestimo autorizado em lei; mas seria effectuada, desde que a reclamassem pois se tratava de interesse nacional,



segundo o reconhecera o proprio Congresso. Bastava observar o *quantum* da exportação do café do Brasil para se ver que o genero constituia sua principal industria fornecendo grande parte do ouro necessario ao saldamento das transacções externas do paiz.

CAPITULO VIII

Opiniões estrangeiras sobre o andamento das operações da Valorisação — Proposta de regularisação dos despachos de café

Visitando em 1907 o Brasil o Sr. Henrique Turot, membro do Conselho Municipal de Paris e encarregado de uma missão economico-financeira official teve o ensejo de se por em contacto com os principaes elementos representativos da administração, do commercio e do mundo bancario brasileiro. Em seu livro *En Amérique Latine,* publicado em 1908, coube-lhe o ensejo de expender impressões sobre os resultados da Valorização.

Havia muito scepticismo no Brasil em relação ao exito das operações do plano e a maioria dos observadores acreditava que os seus resultados praticos seriam mediocres. Entretanto já se tinha a impressão nitida de que o futuro sorria aos ousados iniciadores da Valorização.

Já haviam subido as cotações do café e o nosso autor queria tranquilizar os capitalistas francezes, de que tantos havia fortemente interessados no credito e na prosperidade do Brasil e de S. Paulo.

O Brasil parecia proseguir no terreno de uma offensiva aduaneira.

Reclamara a reducção dos direitos sobre o café em França ameaçando de represalias a industria franceza o que era grave.

Aventou então Turot a idéa de se crear a *regie* do café em seu paiz.

Para tanto bastaria que a França comprasse um milhão de saccas brasileiras em vez das oitocentas mil que costumava comprar sendo que das suas colonias quasi nada lhe vinha. Dahi poderiam vir para o Estado francez vantagens immensas. Venderia a mercadoria entre 4 e 5 francos quando esta oscillava entre 4 e 7 francos por kilo. Isto traria vantagens aos consumidores e um total para o Estado de 280 milhões de



francos. Se desta somma se descontassem as commissões, despezas de manipulação e de transporte, que seriam inferiores a 60 milhões, ainda assim teria o Estado o lucro de cem milhões de francos. Os prejudicados com este monopolio seriam os grandes importadores apenas, não interessando a grita que levantariam os especuladores e falsificadores do producto.

A questão da valorização attrahiu, com grande interesse, a curiosidade de reputado publicista e economista italiano o Dr. Vicente Grossi que veio ao Brasil estudar *in loco* os planos de defesa de café demorando-se largo tempo em S. Paulo.

De sua viagem resultou um estudo que teve grande repercussão *La crisi del café e il progetto per la fissazione del cambio al Brasile,* publicado na tão prestigiada revista *La Nuova Antologia* (CCVIII, 484).

A 3 de outubro de 1905 realizou o economista italiano uma conferencia muito concorrida na Sociedade Paulista de Agricultura, a que chama benemerita repetidamente, expondo os seus pontos de vista.

Depois de lembrar que a Italia acompanhava com o maximo interesse uma questão de tão grande importancia para mais de um milhão e trezentos mil italianos, envoltos na cultura da rubiacea expendeu a opinião de que tres eram as causas da crise cafeeira: as oscillações cambiaes a super-producção e a especulação bolsista desenfreada.

A crise brasileira apresentava as maiores analogias com a argentina recem resolvida. Ocorrera esta contemporaneamente á depressão cambial de que proviera o augmento inconsiderado das lavouras. De 1885 a 1895 verificara-se a acção vigorosa e rapida e progressiva da depressão do papel moeda e a ficticia prosperidade dos cultivadores de cereaes.

De 1895 se precipitara a desillusão que chegara a ser a mais cruel arrazando as mais fagueiras esperanças com ares de verdadeira solidez.

A crise cafeeira proviera e crescera com a instabilidade cambial. Só havia dois meios para se corrigir ou a conversão pela media de taxa cambial em vigor na época das emissões como aventura o Conselheiro Antonio Prado ou a uma taxa abaixo de 17 como queriam entretanto o Dr. Francisco Ferreira Ramos, Joaquim M. Martins da Siqueira e outros.

Em dois discursos então muito notados os de 29 de setembro e 23 de outubro de 1905 no Senado Paulista, o Dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida, fizera a apologia desta medida com abundancia impressionadora de argumentos. A taxa advogada pelo Dr. Siqueira era a de quinze dinheiros. Entendia

Grossi que a verdadeira taxa conveniente era a de 12. A lei argentina que creara a Caixa de Conversão, 3.891 de 31 de outubro de 1899, feria sobremaneira a attenção da opinião publica brasileira.

Tudo fazia pensar que o Brasil imitaria o exemplo de sua vizinha do sul e que o emprestimo projectado de 15 milhões esterlinos serveria de garantia á emissão ouro da Caixa de Conversão.

Quanto á super-producção restava saber se seria absoluta ou relativa de caracter permanente ou transitorio. Dava-se singular antinomia já vigorosamente documentada pelos trabalhos do Dr. Augusto C. da Silva Telles. Diminuia a producção sensivelmente sem que os preços do varejo se alterassem no Exterior quando o que o consumo pagava á producção tanto cahira.

Demonstrara Assis Brasil o poderio dos *roasters,* cujos lucros eram immensos, escandalosamente avultados. Impunha-se a alliança dos productores e consumidores contra os intermediarios, formando uma como que Liga Internacional sob o principio fecundo da cooperação. Preconisar-se-ia ao mesmo tempo a limitação da producção e a propaganda do genero.

Aos leitores italianos fez Vincenzo Grossi interessante rascunho dos principaes factos da campanha de imprensa e opinião publica de que resultara a Valorização. Começara pela exposição das idéas do *Jornal do Commercio* relativas á destruição do genero em abril de 1898; seguira-se a campanha em prol do Monopolio das Bolsas de Café em 1901 por parte do Centro da Lavoura e Commercio do Rio de Janeiro.

O vice-consul italiano no Rio de Janeiro, Francesco Croce, publicara em dezembro de 1902 um estudo: *La crisi del café nel Brasile* que dera que falar de si na Italia, inserta que fora no *Boletino del Ministero degli Affari Esteri.* Occorrera a conferencia cafeeira de 1902 em que o Dr. Assis Brasil tomara parte saliente.

Destacou Grossi ainda os projectos de Quintino Bocayuva, Antonio Candido Rodrigues e Alexandre Siciliano este ultimo apresentado a 5 de agosto de 1903 e o de Cresta e Raschiera de setembro de 1905.

Qualificou o publicista italiano de inconsistente o projecto do Centro de Lavoura e Commercio que pedia a decretação do monopolio com preços de café fixados em Bolsa. Não havia preparação alguma quando esta era imprescindivel, nem organisação de meios financeiros para fazer frente á reacção inevitavel e poderosa dos baixistas, dispondo os *roasters* de enor-

mes capitaes. Desapontado com a opposição geral demittira-se a directoria do Centro.

O projecto Quintino Bocayuva, tambem de feitio monopolista, pretendia organizar de modo indirecto a resistencia á especulação mercantil e por outro aos grandes stocks, principaes baluartes dos torradores.

A valorização obter-se-ia pela elevação gradual das cotações por meio da retenção dos excessos de exportação. Pretendia realizar-se graças ao consorcio dos quatro grandes estados cafeeiros mediante o preço minimo de libras duas por sacca.

Parecia o plano de engenhosa e facil actuação mas não attendia ás circumstancias exactas do mercado internacional. Faltar-lhe-iam os recursos financeiros para resistir á potente organização dos *roasters*.

O projecto Antonio Candido Rodrigues era typicamente o do monopolio estatal afastava-se da realidade dos factos: tudo esperava do Estado — providencia.

Quanto ao plano Alexandre Siciliano fundava-se na fixação de um preço minimo, a regularisação das vendas e a valorização gradual.

Ao primeiro aspecto podia o projecto parecer bom pela simplicidade mas um exame mais aprofundado mostrava certa ingenuidade e as illusões que lhe serviam de base, uma não menos perigosa do que as outras. Erro fora não persistir no caminho que Assis Brasil apontara de renovação das conferencias cafeeiras que se inaugurara com grande exito nos Estados Unidos.

O Terceiro Congresso Pan Americano poderia ser excellente complemento das medidas de defesa. A Liga Internacional de Defesa Cafeeira, idéada pelo venezuelano J. A. Olavarria poderia ter actuação muito proficua. Impunha-se, dizia Grossi, do modo mais imperativo, a fixação cambial. "Io rimango al quanto perplesso e dubbioso intorno i resultati pratici di quell'accordo stipulato *sub conditione*", concluia o prestigioso economista italiano.

Na Europa continuava o Convenio de Taubaté a provocar asperas criticas e a imprensa xenobrasileira, com o *Le Brésil*, de Paris, contribuia notavelmente para reforçar a corrente anti-valorizadora.

Em abril de 1906 commentava este jornal o boato de que o pretendido emprestimo dos quinze milhões esterlinos serviria a crear nova emissão de notas-ouro para um total equiva-

lente destinado não á conversão do papel moeda e sim á valorização do café.

Este papel novo conversivel coexistindo com o velho inconvertivel viria a soffrer as consequencias da lei infallivel de Gresham. A moeda velha e má o expulsaria da circulação.

A nova emissão conversivel, augurava o jornal franco brasileiro provocaria a depreciação da antiga e o cambio viria fatalmente abaixo da taxa de conversão para retirar a moeda metallica que reemigraria. Iria o Brasil ver-se de novo a braços com o seu meio circulante inconversivel ainda mais depreciado do que outr'ora. "E o esforço realizado nos ultimos oito annos para fazer o paiz sahir do regimen do papel do curso forçado que intoxica e desconcerta o organismo economico brasileiro, para nada terá servido!" prophetisava o orgão parisiense.

Terminando dizia o publicista italiano que o problema de defesa do café impunha o complemento da Caixa de Conversão e a fixação cambial.

Fazia votos para que os poderes publicos brasileiros, federaes e estaduaes jamais se esquecessem de que as medidas por elles postas em pratica deviam agir como estimulantes de actividade nacional e de iniciativa privada, nunca como "paralizzatori e adormentatori di questi."

Em 1907 recommendou o Dr. Adolpho Augusto Pinto, cuja autoridade era grande nos meios financeiros e economicos a permanente regularização da offerta do café no mercado exportador como meio de se valorizar o artigo e garantir a estabilidade dos bons preços.

Achava-se o mercado em condições especialissimas: ia entrar a producção dos ultimos cafesaes paulistas, os formados em 1902, e achava-se desconcertado com a presença de extranho especulador, o governo de S. Paulo possuidor de mais da metade do stock universal, além de se encontrar ainda sob a impressão da formidavel safra de 1906-1907. A' safra paulista de 1822, trinta mil saccas contrapuzera-se a media do ultimo quadriennio imperial 2.001.894 saccas, a do ultimo quatriennio do seculo XIX 6.350.000 a do quatriennio de 1905-1909: quasi nove e meio milhões de saccas!

Vivia-se sob a apprehensão do desfecho de operações da valorização.

Os dados que encerravam a chave da situação economica seriam os do quatriennio, futuro, os das colheitas a se fazerem de 1909 a 1912. Todo o interesse da questão do café estava con-



centrado no volume das safras que se haveriam de apurar nesse periodo.

Se era impossivel calcular a colheita a fazer-se cada anno do novo quatriennio, tornava-se facil, todavia, avaliar qual seria mais ou menos o termo medio dessas quatro colheitas.

Dadas as condições do cafesal paulista com enormes lavouras novas já *chegadas* mas *subindo* no vigor da mocidade, a media para o quatriennio 1909-1912 seria a mesma que a do anterior. Não haveria exagero em pensar que iria até provavelmente dez milhões de saccas. Se não houvesse grandes seccas e geadas esta seria a media. E no caso contrario menor e muito menor ainda.

Como se comportariam os preços? Era indubitavel que se alargara o consumo e bastante. Em 1887 andara entre 9 e 10 milhões de saccas. Em 1907 avaliava-se em 17.250.000. Eram as perspectivas excellentes, augurava Adolpho Pinto. Em 1913 recomeçaria uma phase de escassez de producção e novos tempos aureos se comtudo se mantivesse a prohibição de novas plantações. O supprimento visivel seria em fins de 1912 apenas de oito milhões de saccas e em 1913 de sete.

O que se tornava indispensavel vinha a ser a regularização da offerta como o mais proficuo dos meios de defesa.

O exame das cotações apresentava o mais eloquente dos argumentos: Com um supprimento visivel de 1.888.000 saccas attingira o café ao seu apogeu 132 fs. por 50 kilos. Em 1902 cahira a 56 ante um stock de 6.781.000. Viera a 33 ante o de 11.219.160 da safra de 1901. Subira a 49 com a reducção do supprimento mundial a 9.625.000 para cahir a 34 com a safra grande de 1906 e um stock de 16.400.000! E não fôra a intervenção do Estado sabe Deus aonde teria ido parar. Todo o mal do Brasil era jamais haver regulado a offerta do artigo exportavel pondo um freio ás desordens da producção.

Era imperativo fazel-o agora.

CAPITULO IX

O anno financeiro e commercial de 1908 — Difficuldades financeiras do Estado de S. Paulo para o proseguimento das operações da defesa — Novas e acerbas criticas á valorisação — Exposição dos presidentes de S. Paulo e Minas Geraes aos respectivos parlamentos estaduaes — As cotações em 1908

Declarou o autor do retrospecto do *Jornal do Commercio*, de 1908 que este anno não apresentava traços notaveis que o tornassem marco milliario, na historia economica e financeira do Brasil.

Verberou o analysta e asperamente os processos politicos brasileiros. Quer sob o Imperio quer sob a Republica "nunca fôra esclarecida e elevada a orientação que presidira á criteriosa e prudente administração dos grandes problemas nacionaes."

Atacou vehementemente os processos governamentaes que se preoccupavam com os interesses meramente partidarios sem prestar attenção á necessidade indeclinavel de se velar incessantemente sobre a criteriosa arrecadação e a conveniente distribuição dos dinheiros publicos.

Por isto precipitando-se no abysmo das grandes emissões inconversiveis, fôra o Brasil cahir na moratoria de que graças a um quatriennio de bom governo, que a Historia consagraria, pudera sahir.

Para fazer face a esta situação preciso fôra lançar sobre a Nação tributos galhardamente supportados para honrar o bom nome do paiz.

Infelizmente continuava muito aspero o gravame dos tributos.

Queixava-se o retrospectista de continuo augmento da despeza publica. Fôra em media:



		Contos
De 1889 a 1891	. . . . .	209.134
De 1892 a 1894	. . . . .	317.554
De 1895 a 1898	. . . . .	475.148
De 1899 a 1903	. . . . .	344.113
De 1903 a 1906	. . . . .	422.349
Em 1907	. . . . .	473.224

Ora o cambio subira muito e a despeza annual conseguira attingir as cifras dos peores annos de crise!

D'ahi um deficit de cem mil contos em dois annos.

A União e os Estados continuavam a pedir dinheiro emprestado ao estrangeiro.

Coherente com a sua posição em face do caso da valorização do café dizia o retrospectista que o Estado de S. Paulo contrahira novos emprestimos externos cujo total importava em libras 16.250.000 ou 260 mil contos, dos quaes quinze milhões ou 240 mil contos com o endosso do Governo Federal. Tudo para acudir ás operações em má hora iniciadas do *celebre* Convenio de Taubaté.

A mensagem presidencial referia-se ao collapso da borracha mas não ao do café.

No emtanto, não desconheciam nem contestavam os poderes publicos o estado quasi miseravel da lavoura, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes, suffocada não só pelos elevados gastos da producção e transporte, como pelos impostos exageradamente absorventes, federaes, estaduaes, municipaes, entorpecedores da producção. Difficultava-se o transito dos productos, matava-se a iniciativa particular, limitava-se, entravava-se, abafava-se a expansão commercial!

Commentava o analysta com o maior amargor a affirmar que a magna questão do commercio de café, do commercio, logo que pelos governadores dos Estados de S. Paulo, Minas e Rio, fôra estabelecido o *celebre Convenio de Taubaté* dera no anno immediato ao seu funccionamento os resultados previstos e apontados, preditos pelas columnas do *Jornal do Commercio* um anno antes.

O typo 7, base das compras do Convenio, compras que até 14 de julho de 1908 haviam sido de 8.474.623 saccas, segundo a Mensagem do Presidente, Albuquerque Lins, ao Congresso Paulista a despeito do *trust* governamental do Brasil e da colheita muito menor, não provocara a imaginada e esperada

alta de preço. No anno da safra de 1906-1907, o preço por 50 kilos no Havre, e correlativo nos demais mercados europeus fôra de 50 a 35 francos, e no de 1907-1908 44,75 e 35,50 francos.

A safra de 1906-1907 fora de 20.137.387 saccas e a de 1907-1908 apresentava as seguintes parcellas:

Rio de Janeiro	3.409.203
Santos	7.203.809
Victoria.	483.047
Bahia	230.708
	11.326.767

Em maio de 1908 o Governo de S. Paulo comprehendendo os effeitos desastrados da persistencia do *Corner,* iniciara a venda de cafés em leilão nos mercados de Rotterdam, Hamburgo, Havre e Trieste.

A 14 do mesmo mez, o Banco de França avisara o commercio do Havre que não mais receberia warrants, de café do Brasil, calculados ao preço superior de 40 francos a termo.

Esta medida fora assaz discutida pela imprensa. Em circular de 6 de junho, declaravam os Srs. Hayn Roman & C. do Havre que "a Valorização devia renunciar á idéa de ditar preços ao commercio. Esta pretenção já lhe causara grandes prejuizos." Conseguira obter, algumas vezes, cotações acima do valor real do dia; mas nada havia que tanto desanimasse os compradores como as vãs tentativas de lutar contra os cafés não vendidos em leilão e cedidos mais tarde, á socapa, e por preços inferiores.

Do estrangeiro vinham protestos sobre protestos contra a Valorização. O Conselho Municipal do Havre por 26 votos contra 6, contra ella representava: assim como os corretores e negociantes daquella praça em memorial ao Ministro brasileiro em Paris declarando que o *corner* brasileiro era altamente lesivo aos interesses do Havre.

A municipalidade considerava-o verdadeiro attentado á liberdade commercial. Haveria de se insurgir energicamente contra elle.

E no emtanto e apezar de todos pezares, o emprestimo de 15.000.000 libras esterlinas para o Estado de S. Paulo, no dizer da imprensa de Paris, fôra coberto numerosas vezes!

O stock visivel do mundo, a 30 de junho de 1908, segundo

os dados dos Srs. G. Duuring Zoon & C., de Rotterdam, era de 14.130.000 saccas contra 16.307.000 a 30 de junho de 1907 a saber:

Na Europa	9.243.000
Em viagem	179.000
	9.422.000
Nos Estados Unidos .	3.432.000
Em viagem	291.000
	3.723.000
Brasil:	
Rio de Janeiro	221.000
Santos	722.000
Bahia etc.	51.000
	994.000
Total	14.139.000

A producção de 1908-1909, se calculava em 15.500.000 saccas, sendo no Brasil:

(Rio e Santos)	11.500.000	
(Bahia e Espirito Santo)	500.000	
Em outros paizes, dado que a colheita fosse a mesma que a anterior	3.500.000	15.500.000
		29.639.000
E o consumo de 1908-1909, dado que fosse o mesmo de 1907 a 1908	16.500.000	
Com taes elementos era licito calcular que o stock visivel, provavel, do mundo a 30 de junho de 1909, diferiria apenas de 1.000.000 de saccas do stock do anno immediatamente anterior, que fora de.	14.139.000	

O supprimento visivel do mundo, a 31 de dezembro de 1908, segundo a estatistica de G. Dunring Zoon & C., de Rotterdam, era de 15.819.000 saccas.

O Congresso Legislativo do Estado de São Paulo approvara, em 3.ª discussão, a lei 1127 de 25 de agosto de 1908 estabelecendo as medidas essenciaes á salvação da Valorização. Immediatamente promulgada: dispunha que sobre o excesso de café a sahir do Estado que ultrapassasse nove milhões de saccas, no anno agricola de 1908-1909, e de nove milhões e quinhentos mil saccas, nos millesimos seguintes arrecadar-se-ia o imposto addicional de 20 por cento *ad valorem.*

Ficava elevada a cinco francos, ou a seu equivalente em moeda corrente, calculada ao cambio official do dia, a sobretaxa creada pela lei de 29 de dezembro de 1905, e que vigoraria para todo o café sahido de S. Paulo.

Ficava o Governo do Estado autorizado a realizar, desde logo, um emprestimo externo até o maximo de quinze milhões esterlinos, cujo producto se destinaria a completar as medidas necessarias á defesa do café e a converter em divida consolidada as operações fluctuantes de credito já realisadas com o mesmo fim.

O emprestimo que viesse a ser contrahido teria, além das garantias geraes, a especial do café que o Governo adquirira e possuia, além do producto da sobretaxa.

Seria aplicado á amortização do emprestimo contrahido. o producto das vendas que se verificassem opportunamente.

O Governo estipularia no contracto do emprestimo as condições de juros, amortização, typo, prazos, isenção de impostos e outras julgadas necessarias.

O beneficio fugaz que a lavoura colhera com a venda ao Governo de S. Paulo de alguns milhões de saccas ao preço de 7$000 por arroba, em 1907, iria pagal-o com usura prophetisava o retrospectista. Ahi vinham os 5 francos da sobretaxa e ainda o imposto addicional de 20 por cento sobre o café exportado de 1.º de junho de 1908 em deante e excedente de nove milhões de saccas. E por cima de tudo os encargos de nova divida de quinze milhões esterlinos!

Mirificos os resultados auferidos do Convenio de Taubaté, pela lavoura de S. Paulo, magnificas as vantagens da interferencia e da protecção do Estado em negocios! Os lavradores que batiam palmas ao Convenio, por obterem do Estado os fascinantes sete mil reis pela arroba de typo 7, pensando que tal protecção seria gratuita, estavam agora vendo os impostos crescer e o Estado, ou antes a União, emmaranhar-se

nos encargos de mais uma divida de 15 milhões esterlinos, a bagatela de duzentos e quarenta mil contos!

Pequeno, muito pequeno o movimento da praça do Rio de Janeiro em 1908. Poucas companhias se haviam fundado, nem se viam companhias novas, estrangeiras, operar no Brasil. Nullos os emprestimos de empresas nacionaes lançadas no estrangeiro e insignificantes os lançados na praça.

Pretender que o Brasil vendesse mais e melhor os seus productos quando taxava os alheios constituia rematada asneira.

O Sr. Franklin Hermogenes Dutra antigo e prestigioso commissario em sua *Exposição sobre a baixa do café,* memorial que impressionara a opinião publica atacara rudemente o Convenio, "aberrante das leis e ensinamentos da Economia Politica."

Realizara-se contra a opinião dos economistas e da imprensa insuspeita de todo o mundo.

Era preciso amparar a producção e favorecera-se apenas meia duzia de afortunados espertalhões á custa dos cofres publicos e da lavoura em geral.

O fracasso, aliás, prognosticado, suscitara durante todo o anno de 1907 representações senão verdadeiras supplicas sobre a decretação de nova medida que viesse atenuar os effeitos do desastrado *corner,* e soerguer os fazendeiros.

Como era coisa mais facil contentar afflictos com promessas não fôra difficil achar a medida salvadora. O decreto do Poder Legislativo, de 28 de setembro de 1907, autorizara a creação de um Banco Central Agricola, com o capital de...... 30.000 contos, destinado a fornecer á Lavoura capitaes e credito.

Nos Boletins da Associação Commercial do Rio de Janeiro, foram, em successivos artigos analysados os inconvenientes da fundação do tal Banco pelos moldes estabelecidos, partindo do principio que o regimen de exagerada protecção havia sido, no Brasil, a nota predominante creadora do habito da tutela do Estado em toda a vida economica.

Certo era que, todas as instituições até então instituidas no designio de auxiliar a Lavoura, haviam tido o mais desastroso fim, como o Banco de Credito Real do Brasil, o Banco de Credito Real de S. Paulo. Já não se falasse nas carteiras de Bancos sob a tutela do Governo e que, por determinação deste, haviam, em tempo, feito avultados emprestimo a fazendeiros.

Quando, em principios de março de 1908 alguem interpelara o Dr. David Campista, Ministro da Fazenda, sobre a

creação do tal Banco, elle respondera, que haveria de ser estabelecido, que o Governo delle estava cuidando. E acrescentara:

"Toda a gente está com os olhos no Banco, pensando talvez que vamos ter novo *Ensilhamento*."

Mas estavam totalmente enganados os corvejadores de negocios dubios.

Estas haviam sidos as cifras da exportação no biennio:

	1907 Saccas	1908 Saccas
Santos	9.306.037	5.995.213
Rio de Janeiro . .	1.847.000	2.148.000

Os preços extremos de café typo 7 por 5 kilos, em 1908 comparativamente aos de 1907 tinham sido:

	1907	1908
Janeiro	5$600 a 6$200	4$800 a 5$400
Fevereiro	6$100 a 6$200	5$000 a 5$300
Março	5$900 a 6$200	4$900 a 5$200
Abril	5$200 a 5$900	4$900 a 5$500
Maio	5$200 a 5$400	5$200 a 5$500
Junho	4$700 a 5$200	5$200 a 5$400
Julho	4$700 a 5$200	5$200 a 5$500
Agosto	5$000 a 5$400	5$100 a 5$300
Setembro	5$100 a 5$600	5$200 a 5$500
Outubro	5$100 a 5$600	5$000 a 5$400
Novembro	4$700 a 5$200	5$200 a 5$500
Dezembro	4$800 a 5$200	5$300 a 5$600

Os preços extremos do typo 7, por 10 kilos, em Santos, no anno de 1908, comparativamente a 1907, mais alto sahiriam apresentados:

1907	2$550 a 3$700
1908	3$100 a 3$700

A exportação do Brasil em 1908 fôra de 704.827:697$ e em 1907 de 860.089:882$000.

As sahidas de café assim se cifravam:



Rio	3.409.203
Santos	7.203.809
Victoria	483.047
Bahia	203.708
Total	11.326.767

As de 1908 tinham sido:

	Rio	Santos
Estados Unidos	1.398.698	3.604.889
Europa	1.032.403	5.224.474
Outros	138.869	167.725

Neste anno haviam entrado no Brasil 94.695 immigrantes dos quaes 46.216 desembarcados no Rio e 39.333 em Santos.

Fora o augmento da rede ferroviaria de 439 k. 119.

Na mensagem annual ao Congresso Paulista, em 1908, relatava o Presidente Dr. Manuel Joaquim de Albuquerque Lins que, cumprindo determinação de lei, organisara o serviço de propaganda do café no Exterior.

Haviam ficado estabelecidas as bases para a concessão de auxilios em dinheiro, e em especie, ás emprezas que se tinham proposto a promover a expansão do consumo no estrangeiro. O encargo da fiscalisação fora confiado a uma commissão de quatro membros, á qual ainda competiria o estudo das condições dos mercados e tudo quanto se relacionasse com o assumpto.

Aconselhara a pratica algumas alterações no regimen determinado pelo decreto, ainda não executado em todas as suas partes por motivos dignos de ponderação. Opportunamente, seriam feitas modificações, no sentido de ficar o Governo habilitado a auxiliar a facilitar tão importante serviço.

Para não protelar mais a acção official o Governo Paulista já assignara com a firma E. Johnston and C., de tão grande nomeada, o primeiro contracto neste sentido, visando a propaganda no Reino Unido e outro com os Srs Rio Midzuno e Dr. Raphael Monteiro para identico fim no Japão.

Julgava conveniente proseguir nesta propaganda, visando principalmente os paizes onde o consumo era limitado e poderia naturalmente desenvolver-se, sem crear concorrencia ao commercio já estabelecido. Cingia-se quanto a outros paizes,

aos processos de publicidade tão conhecidos e adoptados para o desenvolvimento do consumo de productos semelhantes.

As operações da valorização continuavam firmemente. Já o Estado de S. Paulo adquirira 8.146.123 saccas armazenadas no Brasil, Estados e Europa despendendo Rs. .... 270.578:554$000.

Esta avultada somma proviera sobretudo de saques contra remessas de café (184.045:271$000). Letras do Thesouro do Estado (16.060:422$000) dois emprestimos de tres milhões de libras, em 1906, por J. Henry Schroeder e National City Bank of New York, e em 1907, pelo Governo Federal 94.449:000$000.

Estas quantias estavam perfeitamente garantidas pelos cafés armazenados e a taxa de tres francos.

O excesso destas importancias havia sido remettida para o serviço de juros, amortização de emprestimos, reformas de contractos e outras despezas.

Os contractos de consignação estavam sendo regularmente reformados, em seus vencimentos, tendo o Estado satisfeito, com a mais escrupulosa pontualidade, todas as obrigações assumidas ao chamar a si a grande responsabilidade de tal operação.

Depois do encerramento do balanço de 1907, recebera o Governo mais 328.500 saccas, que, addicionadas ás 8.146.123 sommavam um total de 8.474.623.

Mas já os effeitos da valorização se faziam sentir.

Minguava o stock mundial e começavam as solicitações dos commerciantes candidatos á acquisição dos cafés retidos. Determinara o Governo que nada se venderia a menos de 50 francos por 50 kilos.

E assim abrira mão de 305.160 saccas em Nova York, Havre, Hamburgo, Rotterdam, Londres e Trieste. De modo que o stock real da valorização era agora de 8.169.463 saccas.

Iniciando-se a entrada da nova safra de 1908-1909, o Governo declarava não se interessar em realizar novas vendas, continuando firmemente deliberado a reter, pelo tempo necessario, os cafés adquiridos.

Na execução do plano que se traçara em favor dos grandes interesses da lavoura e do commercio do Estado, encontrara o Governo o franco apoio da opinião e o concurso dedicado e leal de todos quantos tinham interesses na solução do magno problema.

Alcançado o principal objectivo, a saber o afastamento da offerta insistente dos mercados e excesso e producção da

immensa safra de 1906-1907, poder-se-ia considerar restabelecido o equilibrio do mercado, convindo firmar de vez esta feliz situação, a que se antolhava assaz dilatado prazo.

Na mensagem de 1908 declarava o presidente Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro achar-se em phase de plena execução o contracto solemne do Convenio de Taubaté.

Devendo o governo de Minas Geraes dada a situação do problema, cobrar a sobretaxa, affirmava o Presidente, que a faria reverter integralmente aos productores, promessa antiga que agora se reaffirmava.

Para tal fim, ouvindo abalizadas opiniões, combinara uma série de medidas visando systematicamente a não intervenção de elementos estranhos junto aos productores.

O dinheiro devia voltar-lhes auxiliando-se a se reunirem em cooperativas. Dar-lhes-ia o Estado machinas de rebeneficiamento, sob a fórma de premios; estabelecendo, por conta propria, armazens de depositos nos portos de exportação e importação, creando nos de exportação, o credito bancario para descontos, subvencionaria na Europa, representantes idoneos das cooperativas, que lhes collocassem os productos; conferindo premios em dinheiro para o café collocado crú, premios que seriam maiores para as torrefações onde estas não existissem.

De par com estas medidas de feição pratica, instituira-a secção especial do café, dependencia da Directoria de Agricultura, com a exposição de centenas de typos do producto, correntes no estrangeiro, denominações, methodos de acondicionamento e preços, com a informação dos lugares onde eram habitualmente consumidos; mais tarde, e, principalmente, installadas nesta secção de café, ver-se-iam as machinas que no estrangeiro separavam preparavam e davam o acabamento.

As cooperativas e os interessados ficavam por conseguinte habilitados a dar ao café do Brasil tão desvalorizado, a positiva e verdadeira valorização do rebeneficiamento industrial, no qual se via que do café brasileiro, typo 7, se retiravam todos os demais typos dos mais finos e dos melhores reputados.

Esperava o presidente mineiro notaveis resultados desta campanha de melhoria do beneficio.

Acrescia ainda, para o Estado de Minas a circumstancia de que, na maior parte da zona productora do café, não era dos maiores o rendimento das lavouras proporcionalmente á superficie cultivada. Este facto collocava-o em posição inferior relativamente ás terras ferteis e algumas fertilissimas de outras regiões, de feição topographica mais adaptada ao em-

prego de machinas agricolas aperfeiçoadas. Forçava-o pois a compensar-se dessa grande inferioridade, tirando do producto todas as vantagens do rebeneficiamento e da venda directa.

Mandara o Governo de Minas prepostos estudar a situação e as possibilidades dos pequenos mercados de consumo.

Já se haviam organizado cooperativas em Cataguazes, Rio Branco, S. João Nepomuceno, S. Paulo de Muriahé e Ponte Nova.

O Estado mantinha dois representantes na Europa, um em Santos e outro no Rio de Janeiro.



CAPITULO X

Debates parlamentares, vivissimos, a proposito do endosso da União ao emprestimo de quinze milhões esterlinos para as operações da Valorisação — O parecer da commissão de Finanças da Camara dos Deputados sobre o projecto 394 de 1908 — Argumentção de Serzedello Corrêa — Vehemente contradicta de Calogeras — Revide de Cincinato Braga — Contestação de Barbosa Lima — Defesa de Ribeiro Junqueira e Alcindo Guanabara — Minudente analyse da situação cafeeira por este ultimo parlamentar

Ao surgir no Congresso Nacional a mensagem presidencial que solicitava a permissão do Legislativo para o endosso até o maximo nominal de quinze milhões de libras, relativo ao emprestimo externo que o Estado de S. Paulo pretendia contrahir a fim de liquidar as operações effectuadas para a valorização do café recomeçou a campanha tenaz contra o systema de operações decorrente do Convenio de Taubaté que já em 1906, tão ruidosos écos deixara nos recintos parlamentares.

Redobrariam agora os esforços da opposição pouco numerosa mas valorosa e tenaz.

A' Camara dos Deputados, na sessão de 16 de novembro de 1908, entregou a Commissão de Finanças, o parecer de que era relator o Dr. Innocencio Serzedello Correia parecer com um voto vencido (Julio de Mello) outro com restricções (Pereira Lima) e as assignaturas dos demais seis membros.

Abria-o uma consideração opportuna:

Paiz de moeda inconversivel, onde a letra de cambio era o unico instrumento de todos os pagamentos no exterior, bem se comprehendiam as razões de ordem propria e nacional que tinham levado o Estado de S. Paulo a fazer o que se chamara a valorização do café. Da taxação da exportação do genero provinha para o Estado a quasi totalidade das receitas, e para a Nação cerca de tres quartas partes dos recursos pre-



cisos a todos os pagamentos das utilidades importadas e a liquidação de todas as despezas no Exterior.

Avisara a Presidencia de S. Paulo que continuava com toda a constancia a executar as medidas decorrentes do plano de defesa do café.

As operações a serem consolidadas montavam a £...... 12.707.074-9-5, possuia o Estado 6.994.920 saccas de café em Nova York, Hamburgo, Havre, Bremen, Antuerpia, Marselha, Londres, Trieste, Rotterdam. E dispunha ainda da garantia da sobretaxa. Esta situação solida lhe valera excellente acolhimento por parte dos banqueiros das mais importantes praças do Mundo.

Mas era a transacção muito avultada e havia ainda o caso das relações internacionaes a complicar muitas passadas e exigindo a intervenção federal. D'ahi o appello do Governo paulista ao da União cuja responsabilidade seria puramente nominal ante a solidez das garantias offerecidas. Ora o Presidente Affonso Penna declarara cathegorico, que attendendo aos grandes interesses nacionaes postos em jogo pelo commercio de café, e o reflexo desfavoravel sobre a economia do paiz do desamparo, por parte da União, dos esforços de S. Paulo em impedir a venda desordenada dos seus cafés, parecia acertada a concessão da garantia solicitada.

Lembrou a Commissão de Finanças a terrivel situação da lavoura em face da super-producção, sem credito bancario, obrigada a vender apressadamente para fazer face a imperiosas despezas e ás voltas com desalmados especuladores dotados de poderosos recursos.

Dois caminhos unicos se apresentavam para solver a crise.

Um natural — o de cruzarem os braços os governos Federal e Estadual, deixando que a offerta se normalizasse espontaneamente e se submettesse rigorosamente ás condições da procura, desapparecendo os mais fracos, ou menos aptos. Outro artificial — o da intervenção do Governo por meio de forte organização defensiva, como agira a Russia contra a especulação allemã em memoravel crise do trigo.

Mas para com exito enfrentar poderoso adversario eram indispensaveis:

Recursos vultosos e persistencia de esforços a prazo longo.

Diminuir e nunca deixar augmentar a producção.

Dilatar largamente o consumo.

Claro era que se fosse possivel retirar do consumo pelo prazo necessario, o excesso das safras a isto se seguindo a diminuição da producção ou o augmento sensivel de consumo,

de modo a pouco e pouco, fornecerem-se aos mercados consumidores os cafés retirados sem d'ahi provir excesso de offerta, ou se reproduzirem as condições causadoras da crise, claro era que os preços se normalizariam e manteriam razoaveis.

Mas seria isto o que se estava praticando?

Affirmou Serzedello Corrêa que infelizmente os recursos do Estado de S. Paulo para tanto não haviam chegado.

Certa quantidade de saccas fôra subtrahida ao consumo, mas por meio de recursos de adeantamento a prazo curto, warrantando-se o proprio café a esses emprestimos com prazos venciveis a toda a hora. O Estado não dispunha de meios, a não ser por meio de nova e larga operação de credito, para evitar que os cafés em stock fossem desordenadamente atirados ao consumo para liquidação de adeantamentos, tanto mais quanto o mechanismo e a execução de plano estavam em mãos de intermediarios envolvidos no proprio commercio do café.

Por outro lado, como a nova safra não fosse pequena, e não diminuisse a producção, e como tambem não augmentasse o consumo convenientemente, via-se quão insegura fôra a primitiva operação e a melindrosa posição em que ficara o Estado de S. Paulo. Reflectia-se tal perigo sobre a Nação, pois tres quartas partes dos recursos cambiaes de que necessitava a Republica provinham das letras do café.

Era o momento melindroso. Havia em deposito cerca de sete milhões de saccas warrantadas no valor de £ .... 12.707.074-9-5.

E offerecia-se um dilemma:

Se o Estado de S. Paulo abandonasse taes cafés ás exigencias dos prestamistas a venda desordenada que se daria, aggravada pela safra corrente, deprimiria enormemente os preços, em mais talvez de 50 %, o que para o Estado acarretaria prejuizos immensos e uma situação de incalculavel gravidade.

Arruinar-se-lhe-ia a lavoura, produzindo profunda crise economica, compromettendo no sorvedouro voraz do deficit não só a vida financeira paulista como a economia de toda a Republica e a do Governo Federal, pela inevitavel e espantosa reducção de rendas com o enorme decrescimo dos recursos da Exportação.

Desappareceriam por completo os saldos entre os valores exportados e os importados, saldos já naquelle momento fundamente diminuidos.

Se conforme pedia o Presidente de S. Paulo, desse a

União a garantia ao emprestimo de 15.000.000 de libras para sahir o Estado da precaria situação em que estava, emprestimo a largo prazo para permittir aguardar-se occasião conveniente á venda dos cafés em stock de modo a não se dar a baixa dos preços evitar-se-iam os prejuizos e perigos que a Commissão assignalara.

Entendia o Presidente Affonso Penna acertada a concessão da garantia mas desde que não houvesse alargamento da producção brasileira.

Pensava sabiamente o governo paulista que devia por ponto final ás compras de café, convencido que continuar a empenhar mais capitaes na valorização e augmentar o stock, seria a mais temeraria senão louca aventura, desde que era impossivel contar, em prazo curto, com safras futuras reduzidas, e menos ainda com um acrescimo de consumo conveniente. Isto sem contar que a existencia do enorme stock constituia enorme força a nutrir a tendencia da especulação para a baixa.

Se a Camara votasse o endosso da União havia ainda outros aspectos a considerar: ou os cafés em stock seriam dados aos proprios credores como garantia, e a receita decorrente da sobretaxa paga aos mesmos pelo Estado de S. Paulo, ou passaria o stock ao Governo Federal em garantia do endosso.

Deveria então a renda da sobretaxa ser recolhida ao Thesouro Federal ou á ordem da União para esta pagar aos credores e dispor dos cafés em occasião opportuna.

Deante das relações moraes entre o Estado de S. Paulo e a União, desde que não pudessem ser vendidos os cafés em deposito senão de accordo com os dois governos o federal e o estadual, unicos juizes da opportunidade da venda, identicos seriam os resultados praticos.

Mas como no caso da impossibilidade de venda, futura desse stock, o serviço do emprestimo ficaria apenas garantido pela sobretaxa de cinco francos propunha a Commissão que a receita dahi decorrente fosse recolhida aos cofres da União, fazendo esta o serviço do emprestimo, ao mesmo tempo que, dado o stock em garantia aos credores deveria no contracto do emprestimo ficar claro que só mediante accordo dos governos federal e paulista, e como o assentimento da União, poderiam ser vendidos os cafés, applicando-se logo o producto da venda, exclusivamente, á amortização do emprestimo.

A proposta da Commissão de Finanças era no sentido da Camara autorizar o endosso dispondo comtudo que as importancias da sobretaxa seriam depositadas semanalmente onde

o Governo Federal designasse, destinadas ao serviço de juros e amortização do emprestimo, não podendo de modo algum, ser desviadas de tal fim.

No caso de insufficiencia da sobretaxa, o Estado de São Paulo se comprometteria a entrar com a importancia necessaria ao pontual, exacto cumprimento do serviço do emprestimo. Qualquer excesso annualmente verfiicado seria conservado em deposito para ulteriores pagamentos.

No contracto do emprestimo poderia servir de garantia aos credores o stock de 6.994.920 saccas do Estado de São Paulo, mas no mesmo instrumento se deveria estipular que a venda dos cafés só se faria mediante accordo entre o Governo Federal e o de S. Paulo.

As receitas provindas das vendas seriam exclusivamente destinadas á amortização do emprestimo.

Se por qualquer eventualidade houvesse conveniencia em reduzir o Estado de S. Paulo o imposto sobre a exportação de café, não poderia tal medida de modo algum affectar a sobretaxa.

Abrigava-se o Estado de S. Paulo a manter em vigor a lei estadual de 25 de agosto de 1908, reguladora da exportação do café. Tal obrigação só cessaria quando completamente resgatado o emprestimo.

Foi o parecer largamente discutido por Calogeras na propria sessão de 18 de novembro.

Lembrou quanto se mostrara sempre adversario tenaz do *corner* desde 1903, quanto em 1906 se batera contra a licença legislativa que tornava a União solidaria com os processos decorrentes do Convenio de Taubaté.

Ainda em 1907 impugnara a lei relativa ao emprestimo de tres milhões de libras destinadas ao mesmo fim. Se o novo sacrificio pedido á União puzesse termo á aventura valorizadora, encerrasse decisiva e definitivamente, o cyclo de suas consequencias funestas, ahi e com a consciencia tranquilla, votaria favoravelmente.

Por mais que estudasse, entretanto, as componentes e as derivadas de tal orientação financeira, não lograra enxergar no endosso da União, a sahida liberatoria do pesadelo economico em que o accordo de Taubaté mergulhara o Brasil.

Violenta e inefficaz a intromissão official nos mercados tentando fixar preços! O consumo não se desenvolvia ou antes se restringia; o recuo, no Exterior, do café brasileiro ia dar enorme vantagem aos concorrentes do Brasil, aos succedaneos e ás falsificações. Era pois immoral exigir dos contri-

buintes, novos sacrificios, para acudir a difficuldade de fazendeiros.

Estava-se em frente de um phenomeno de alucinação collectiva. Iam as operações de valorização muito mal, acudiam os desenganos uns após outros.

Recursos proprios; auxilios fornecidos pelo Banco do Brasil; £ 3.000.000 do City Bank, da Casa Schroeder; £.... 2.000.000 provenientes do arrendamento da Sorocabana £... 3.000.000 votados em 1907, tudo se sumira no baratro da especulação altista official.

E sempre se affirmava, a cada operação nova realizada, que essa seria a última até que em mensagem notavel, datada de junho de 1907 culminara a affirmação positiva do Presidente de S. Paulo, declarando achar-se encerrado, com o emprestimo de £ 3.000.000 o auxilio federal para as operações indispensaveis ao triumpho do *corner!*

Como é que agora vinha o mesmo governo paulista solicitar endosso para novo emprestimo de quinze milhões esterlinos, verdade é que destinado a consolidar compromissos já assumidos no valor de treze milhões esterlinos?

Ora sahira o café adquirido a cerca de 54 francos por sacca quando nos mercados estrangeiros oscilara entre 48 e 49. Contavam-se uns 42 milhões de francos de prejuizo no balanço de Valorização, apezar do governo paulista haver comprado cafés finos.

Mas nem todas as despezas resultantes da acquisição do café figuravam nas dividas a consolidar.

Era natural, que não fosse possivel em vendas fraccionadas, dispor de todo esse café, em poucas vezes, sem abalo nos preços.

Era natural portanto que baixasse, não na proporção exagerada a que alludira o relator do parecer, pois havia um limite inferior que se não podia transpor permanentemente: o custo da producção.

Objectou Serzedello Correia que o abandono do stock e a venda da safra corrente traria verdadeira derrocada, depreciando-se o genero de mais de cincoenta por cento. E Calogeras respondendo emittiu a sua duvida sobre a possibilidade do Governo de S. Paulo resistir até que a melhora do preço permittisse dispor de massa tão avultada de saccas.

Ao lado do custo crescente do genero á medida que os prazos de deposito fossem augmentando, occorreria a depreciação que depois de certo limite sempre se faria dos cafés

depositados em condições pouco favoraveis á sua perfeita conservação.

A argumentação do illustre parlamentar não foi feliz. Trouxe á Camara argumentos apaixonados, oriundos de fontes suspeitas como o facto de admittir que a safra de 1908 pudesse ser igual á abortiva producção de 1906-1907 que deixara os cafesaes exhaustos.

Podia-se affirmar que a safra, que terminaria a 30 de junho de 1910, não seria igual á colheita monstro de 1906-1907.

Era certo; mas não differeria tanto quanto todos desejariam.

Mas se em S. Paulo não se esperava tamanha colheita, em outros pontos do Brasil, que naquelle mesmo anno não tinham contribuido com grandes contingentes para a safra monstro, houvera desenvolvimento da producção, com prognosticos todos favoraveis.

Outro argumento sobremodo fraco a porcentagem pequena das colheitas extra paulistas.

Assim, ia renovar-se a situação de 1906-1907.

Ia tornar a formar-se immenso stock, comparavel, até, em cifra áquelle que determinara a politica intervencionista no mercado. E immediatamente surgiria o cortejo nefasto de suas consequencias!

Cada vez mais vehemente dizia Calogeras:

"Quando amainará este vento de insania financeira?"

Tão avultada operação como a que se pretendia trazia no bojo elementos para causar enorme damno ao paiz todo.

A muito avultada colheita de 1908-1909, permittira formar-se além do stock comprado pelo governo de S. Paulo, novo stock, quasi igual ao de 1906.

A proxima daria lugar dentro de dois annos a que se renovasse a situação angustiosa da hora presente levando novamente as partes interessadas ao pedido do auxilio official.

Era portanto inevitavel a crise. A questão estava em saber se a União para ella concorreria com tres ou dezoito milhões esterlinos, como se pedia.

Com que direito se podia exigir que o Brasil inteiro se tornasse responsavel, pelos erros da lavoura paulista? porque em S. Paulo e só em S. Paulo se haviam desenvolvido por fórma tão inconsiderada as plantações cuja super-producção causavam os males da situação presente.

Localizado o mal, pagaria S. Paulo as consequencias dos erros commettidos pela sua Lavoura. E, quer individual, quer

socialmente seria este o melhor e o mais fecundo dos ensinamentos.

Dar-se-iam transferencias de dominio na propriedade territorial e homens seriam arruinados e as peores fazendas abandonadas. Os cafesaes, porém, permaneceriam, continuando a produzir. Novas fortunas lançariam as primeiras bases, e dentro de algum tempo a propria taxa de preço (cuja extensão tão grande como se allegava ainda era ponto a discutir) permittiria que, as culturas paulistas reconquistassem os lucros e proventos de que se haviam visto privadas, graças á politica valorizadora.

Alludiam os valorizadores ás consequencias da negação do endosso do emprestimo sobre a situação cambial do Brasil.

Negado o emprestimo, ficava, com certeza e virtualmente, forçada a liquidação do stock do estrangeiro. Emquanto se effectuassem as vendas do café de S. Paulo, não se exportaria café novo. Dahi a escassez de letras, corrida á Caixa de Conversão, quéda das taxas. Esta era a serie de argumentos apresentados.

As mesmas observações, os mesmos receios se haviam manifestado por occasião do memoravel debate de 1906. E, entretanto, apezar do augurio, a safra colossal de mais de 20 milhões de saccas, de 1906 a 1907, fôra toda exportada.

Declarava o deputado por Minas Geraes não receiar os resultados da interrupção das operações valorizadoras.

A par das vendas dos cafés warrantados, seria remettido o café da safra, senão totalmente pelo menos em grande fracção. Quando mesmo nem se escoasse a metade, que representava a diminuição de 11 a 12 milhões esterlinos na balança internacional do Brasil?

Para enfrentar semelhante deficit os recursos da Caixa de Conversão (creada para taes occasiões, no dizer de seus enthusiastas), os elementos offerecidos pela acção prudente e conjuncta do Governo do Banco da Republica e dos negociantes de café (de passagem se lembrasse que não se havia sufficientemente lançado mão dos grandes recursos que a especulação podia trazer ao mercado), e além disto, com os novos elementos trazidos por politica que favorecesse o estabelecimento de industrias verdadeiramente nacionaes, fundadas com capitaes estrangeiros, com todos estes elementos seria possivel fazer frente ás difficuldades, do semestre consecutivo á resolução altamente salutar do Governo de não mais intervir no mercado cafeeiro.

Ironicamente repontou Serzedello Correa a observar uma



incoherencia attribuida ao adversario. Entendia este que o endosso seria nefasto, prophetisando crise muito maior, dentro de dois annos e no emtanto achava que fosse qual fosse a derrocada do café, esteio da exportação nacional, encontraria o Brasil recursos dentro de sua normalidade financeira para enfrentar a crise!

Respondeu-lhe Calogeras objectando que apenas se devia localizar a crise e não estendel-a ao paiz todo. A super-producção continuaria a menos que não interviessem factores os mais aleatorios como os meteorologicos. Mas ninguem podia contar com semelhantes elementos para com elles jogar em caso tão objectivo.

Apezar do immenso apreço em que tinha o Estado de São Paulo achava que não era licito comprometter as finanças nacionaes, que acabavam de se restabelecer, em arriscadissima operação. Não podia o paiz todo pagar os erros e desatinos da lavoura paulista, reaffirmou.

Ao Estado de S. Paulo, cujo nitidez de visão dos phenomenos parecia toldada por fallaz miragem, era necessaria houvesse quem advertisse que tal programma aggravava incalculavelmente todos os erros anteriores, sem resolver a nova e inevitavel crise que se aproximava.

Em nome da bancada paulista levantou-se para responder a Calogeras o Dr. Cincinato Braga e com vehemencia encetou o revide.

Offerecia o problema, dois aspectos. Um, o mais amplo, politico-social; outro, o mais restricto, economico-financeiro.

Um Estado da Federação via-se a braços com longa e fatal crise agricola tendo inimigos ultramarino e interno poderosos o capitalismo voraz e o fisco inexoravel, colligados contra a justa recompensa do trabalho nacional.

Combatia heroicamente, para salvar trophéos que eram tambem os da Nação.

Deveria a União abandonal-o á furia dos adversarios?

Referia-se a caso concreto: Em 1907, o café representara 453.764 contos dos 860.890 da exportação toda do paiz, 52,7 por cento desse total. De 1908 a 1906, mantivera-se sempre este indice entre 50 e quasi sessenta, a não ser em 1905 em que chegara a 48.

Devia-se notar que de 1901 a 1907, dera-se justamente a quéda dos preços, proseguimento da crise encetada em 1895. Não obstante o preço vil, seu valor representava desde muitos annos o maior elemento de resistencia do Brasil no intercambio

internacional: *mais de metade* da exportação nacional em todo o periodo citado.

O caso não era como Calogeras o apresentara e sim eminentemente nacional.

Ao café devia o Brasil mais de metade das mercadorias estrangeiras, que não produzia, mas de que gosava.

No commercio internacional, mercadoria se pagava com mercadoria e não com dinheiro.

Ai do Brasil se tivesse de pagar por meio da moeda as utilidades recebidas do estrangeiro... Onde iria buscar essas quantias? Com o seu papel-moeda, sem lastro-ouro, sem valor fóra de suas fronteiras?

As facturas particulares, as dos commerciantes e industriaes só podiam ser pagas ao estrangeiros *em ouro*. Não tendo ouro, como precisava fazer? offerecendo a producção em troca de ouro, para que, por meio das letras de cambio, se valessem particulares, commerciantes, industriaes, afim de saldarem contas com o estrangeiro.

Constituia o café, mais da metade da exportação ouro. A elle devia o Brasil mais de metade dos recursos de que se utilizava e para as suas necessidades e conforto de povo civilizado.

Era a defesa cafeeira, portanto, problema nacional, e não local.

A queda do café, arrastaria poderoso reflexo sobre a importação, dahi o colapso de rendas alfandegarias. De que iria viver a União?

Ao café correspondia mais da metade dos recursos do Thesouro Nacional por meio dos impostos alfandegarios.

Ao café tocava mais de metade dos elementos com que o paiz podia contar para o progressivo saneamento de sua moeda.

Não era pois, favor ao Estado de S. Paulo, interessarem-se os poderes federaes pela sorte do café. A vida commercial da Nação e a do Thesouro Federal a elle se achavam indissoluvelmente presos.

A iniciativa de S. Paulo se devia a defesa do maior patrimonio nacional.

Com o intuito de diminuir a offerta nos mercados, e assim crear melhor procura do genero, effectuara operações em virtudes das quaes retirara do gyro commercial, sete milhões de saccas.

Para operação de tamanha monta precisara empregar recursos proprios, hauridos do credito. Estava a dever as

quantias levantadas sobre warrants, a prazos curtos como costumavam sempre ser as operações de tal natureza.

Precisava tal debito ser consolidado por prazo largo, para gerar no commercio mundial a confiança de que essa avalanche de café não viria de momento para outro, ao vencimento de úm warrant, não prorogado, derruir todos os calculos do commercio legitimo.

Para essa consolidação de compromissos entrava o Estado de S. Paulo no mercado monetario de Londres, a *clearing house* universal. Offerecera todas as garantias a seu alcance, mas, os banqueiros lhe exigiam a solidariedade da União na divida.

Não porque entendessem que S. Paulo não fosse por si capaz, de arcar com tal compromisso; mas, porque não tendo S. Paulo representação internacional, os titulos de tão avultado emprestimo não conseguiriam cotação official nas bolsas européas.

Consolidada tal divida a largo prazo, subtrahido esse café ao consumo, a procura nos mercados nacionaes se manteria, proporcionando á economia geral do paiz, as letras de cambio necessarias, á vida normal.

Dado o interesse capital, da União em manter vivas as forças productoras do café, tornava-se indiscutivel que, por instincto de propria conservação, tinha o dever não só de comparticipar da operação ,como ainda de pedir aos Estados cafeicultores todos os sacrificois possiveis para não abondonarem esta lavoura, a bem da patria commum.

Entendia o Dr. Cincinato Braga que o optimismo de seu illustre collega era absolutamente injustificavel em face do terrivel krack que em Santos e no Rio occorreria se acaso se mallograssem as operações de valorização.

Era ao seu ver fallaz a esperança de mudar a situação do mercado com a retirada do stock do governo, pois maiores safras viriam e tal retirada não teria influencia. Por outro lado, a propria intervenção da especulação commercial constituiria elemento de defesa na crise que occorresse.

Razão alguma lhe assistia. Qualquer que fosse a previsão sobre a producção futura, era inquestionavel que a retirada do mercado, de sete milhões de saccas, fatalmente produziria effeito opposto ao que traria a avalanche subita desse enorme volume de mercadoria tombando sobre os consumidores.

Declarava o deputado paulista faltar-lhe inteligencia para comprehender que a subtração desse stock ás disponibilidades

do mercado não viesse alterar consideravelmente a offerta do genero!

As circumstancias naturaes em que seu oppoente tanto confiava estavam longe de satisfazer a mais modesta exigencia das praças de café no Brasil.

A especulação, elemento com que Calogeras declarava contar para se manterem o fornecimento habitual de letras de cambio no mercado, e a continuidade das operações internas e internacionaes, era elemento com que se poderia contar, sem duvida, em caso de krack; mas contra o Brasil e ainda do modo mais cruel.

Era a grande especulação sobre a baixa, a fonte dos lucros dos argentarios do mundo nos primeiros tempos do panico. Passados tres, seis mezes, um anno, fosse quanto fosse, auferiria lucros consideraveis por sobre as ruinas dos tombados.

Esboçou o orador o negrume do quadro do fracasso do plano de defesa.

Negava-se a União a entrar na operação? O emprestimo não se faria! Era a debacle das praças do paiz. O stock pertencente a S. Paulo entraria de chofre no mercado de consumo, a resto de barato. Os warrants contractados por S. Paulo o haviam sido sobre base muito abaixo dos preços correntes. Para os prestamistas estrangeiros, a operação de se pagarem pelo café warrantado, apresentava-se estupendamente lucrativa. Poderiam vender o stock abaixo das actuaes cotações dos mercados nacionaes, e ainda realizariam lucros formidaveis.

Appellava o deputado paulista para a opinião publica. No Estado de S. Paulo todo não haveria talvez dez mil pessoas adversas ao convenio de Taubaté. Algumas personalidades das mais eminentes do paiz como por exemplo Assis Brasil o apoiavam vivamente.

A responsabilidade da Valorização não cabia exclusivamente a S. Paulo, aos seus governantes, ninguem o esquecesse. Era tambem a dos poderes de Minas Geraes e Rio de Janeiro, do Congresso Nacional, que votara a lei de 30 de dezembro de 1905, do Presidente da Republica que a sanccionara.

E concluindo lembrava que entre o votado por tres Estados da Republica e o Congresso Nacional, e o praticado por S. Paulo, só havia uma differença. Caminhara S. Paulo solitario na arena do combate por onde devera andar acompanhado, sem a solidariedade promettida em que sempre confiara.

Isolado não viria agora depender do concurso da União,

se não pertencesse á Federação e se a esta não coubesse a representação politico-diplomatica perante o estrangeiro.

Não lhe parecia inconstitucional a restricção da exportação. Era aliás o caso uma questão juridica que não estava na alçada do Congresso dirimir.

Opiniões havia de brasileiros sustentando que a União devia deixar S. Paulo ao desamparo. Para elles, o laço federativo não era grilhão bastante forte para exprimir a solidariedade nacional na boa ou má fortuna.

Mas que se examinasse S. Paulo em face dos recursos proprios, que se visse se podia abalançar-se ás operações que realizara!

Como poderia ser medida a capacidade devedora de um Estado? Não havia estalão pelo qual se aferisse tal medida. Neste assumpto o criterio das relatividades dominava em absoluto. Impunham-se as comparações.

Era indubitavel que a capacidade debitoria do Brasil se achava longe de exgotar-se. Em que pesasse aos pessimistas, a divida publica brasileira nada tinha de extraordinario comparada á dos outros povos civilizados. A responsabilidade, *per capita,* figurava entre as menores dentre os povos cultos.

Não havia nenhum termo de comparação mais natural e mais proximo do que examinar a situação de S. Paulo e a da União, confrontados os recursos da producção.

	Exportação total do Brasil	Exportação só de S. Paulo
1902.	735.940:125$000	280.131:978$000
1903.	712.632:278$000	242.759:430$000
1904.	776.367:418$000	254.867:611$000
1905.	685.456:606$000	219.605:652$000
1906.	799.670:295$000	308.164:603$000
1907.	860.890:882$000	342.688:366$000

Queria isto dizer que, na phase da peor crise de baixa, ainda S. Paulo cifrava para a sua exportação quasi metade do valor da do paiz. Adoptado tal criterio, poderia dever em condições identicas ás da União, quasi metade da divida federal.

Os adversarios da Republica frequentemente accusavam os governos republicanos da facilidade em augmentarem a divida nacional, sem prestar attenção aos progressos do paiz, fosse notado de passagem.

Por isto, nem todos acceitavam talvez como saudavel termo de comparação, para apreciar-se a capacidade debitoria de São Paulo, o estado da divida publica federal.

Simile fosse procurado no estado da divida e dos recursos do Brasil nos ultimos annos do Imperio, quando, como ás vezes se alardeiava, as finanças nacionaes eram governadas com prudencia.

A comparação resultava favoravel a S. Paulo.

S. Paulo por si só, em 1908, dispunha do volume de exportação superior a todo o Brasil de 1889, e devia muito menos do que todo o Brasil naquelle millesimo.

No ultimo triennio os saldos de exportação sobre a importação estaduaes havia sido:

Em 1905. . . .	141.232:693$000
Em 1906. . . .	211.775:208$000
Em 1907. . . .	208.013:498$000

Depois de demonstrar que a divida *per capita* do Brasil era relativamente pequena em relação á grande maioria da de outras nações explicava o orador que o proprio Estado de São Paulo tinha recursos para custear os juros do emprestimo cujo endosso solicitava.

A renda ordinaria e extraordinaria do Estado em 1907, fôra de 66.400:439$000; mas, o serviço do emprestimo de 15.000.000 teria de ser feito com a arrecadação de *renda especial ouro*, de cinco francos por sacca exportada, só se recorrendo á ordinaria para supprir defficiencias especial.

Sendo a média annual da exportação de S. Paulo ..... 10.000.000 de saccas, era evidente que esse imposto renderia 50.000.000 de francos, ou 2.000.000 esterlinos.

Convinha lembrar que o serviço de juros e amortização do emprestimo diminuiria á medida que se realisassem vendas parciaes do stock, cujo producto se applicaria á amortização do emprestimo.

Cada Estado do Brasil precisava ter a certeza de que a Federação era a formula *um por todos, todos por um!*

No caso concreto, a ingerencia da União no negocio era um dever moral, indiscutivel, para com S. Paulo.

Terminando o discurso o deputado paulista apontava os desvarios do *Ensilhamento* como o grande causador da superproducção.

E frisantemente allegava:

"A perturbação economica em que S. Paulo está se de-

batendo é mais obra da União e dos outros filhos do Brasil, do que dos paulistas, porque foi a União que, vilipendiando a moeda, levou a golpes de emissões tresloucadas a desordem ao seio da producção agricola cafeeira."

Datava das emissões imprudentes de papel moeda a triplicação das lavouras paulistas, origem e causa da super-producção.

E essas plantações não eram obra exclusiva dos paulistas, mas sim de todos os filhos do Brasil que para lá haviam encaminhado a actividade e a fortuna, já que S. Paulo, era na realidade, verdadeiro Districto Federal, onde qualquer brasileiro, tinha carreira a fazar de accordo com o merito, na lavoura, commercio, artes, profissões liberaes, administração publica e até na propria politica. S. Paulo não se convertera em producto de egoismo. Ao contrario, constituia um regaço de carinhoso agazalho para todas as energias boas.

A peroração do Dr. Cincinato Braga vibrantissima apontou ás Camaras a immensa contribuição dos paulistas na obra de construcção do Brasil no decorrer dos seculos.

Na sessão de 19 de novembro tomou a palavra o Dr. Alexandre J. Barbosa Lima que, como Calogeras, em 1906, tanto combatera a approvação do Convenio.

Affirmou que mantinha attitude coherente. Renovou os argumentos anti valorizadores e infensos á creação da Caixa de Conversão.

Queixou-se da pressão exercida então sobre o Congresso, procedimento verdadeiramente tyrannico infringente do Regimento e até da Constituição da Republica.

Dera o Parlamento apoio a uma medida que a seu ver não passava de mera panacéa financeira, economica, aberrante das sãs doutrinas da Economia Politica e da Sciencia das Finanças.

A seguir acerbamente analysou a marcha das operações do Convenio.

Em 1907, realisara-se o primeiro emprestimo, tomado á União. Tres milhões de esterlinos para commemorar o primeiro anniversario do Convenio!

Dizia-se, então, que, feito tal emprestimo, estaria effectivamente resolvida a questão. Era o que se lia na mensagem do presidente paulista.

A lei a elle relativa marcara condições e exigira garantias. Infelizmente nada esclarecia o relatorio do Ministro da Fazenda no sentido de se saber se taes condições haviam sido cumpridas e tornadas effectivas as garantias.

Recebido o dinheiro entrara o Estado de S. Paulo logo

no mercado como comprador, emmaranhando-se no cipoal dos *corners,* syndicatos, açambarcamento do genero, sempre em busca de uma chimera — a Valorização.

Interviera como comprador para evitar desastres, dizia o documento official, com este outro fim, devendo obter este e aquelle resultado. Essas affirmativas haviam depois sido satanicamente desmentidas pelos factos.

Com tal emprestimo voltara-se a affirmar, não haveria necessidade de novos compromissos. Que era pois o que a camara ia votar.

Os compromissos de então multiplicados por cinco! Que viria depois?

Verberava o deputado pelo D. Federal o segredismo que envolvia as condições sob as quaes devia realizar-se o emprestimo.

Dizia a mensagem do Presidente da Republica que elle teria como garantias o stock paulista exterior, no valor de 6.994.920 saccas, e o producto da sobretaxa de cinco francos. Por que então o capitalista estrangeiro, a despeito de taes garantias, pedia o endosso da União?

Era bem conhecido o debate sobre a lei 25 de agosto de 1908 no Congresso paulista. Estipulava-se que não se poderiam exportar mais de 9.000.000 de saccas em 1909 e em 1910 e mais 500.000 em 1911, isto no presupposto de que as safras viessem a ser as que se havia conjecturado. Mas se a previsão falhasse? Se baixasse o cambio, o que representariam os cinco francos?

Criticou Barbosa Lima severamente a attitude do Presidente da Republica que em mensagem ao Parlamento declarara não vetar a approvação do compromisso dos quinze milhões esterlinos. Invertia o chefe de Estado as situações.

Não vetaria porque?

A discussão no Parlamento era feita para encaminhar a opinião e esta podia apresentar-se, sob a fórma de votação, num sentido ou noutro. O debate poderia generalizar-se, revelações e as mais graves surgir, e por fim o projecto ser adoptado por pequena maioria de votos.

Como pois poderia discretamente o Chefe do Estado assegurar que não o vetaria?

Não constituia isto verdadeira inversão do regimen?

Cruzar os braços seria agir prudentemente como apontavam as suggestões de Murtinho. Se o Estado de S. Paulo fosse forçado a abandonar o stock perderia o café mais de cincoenta por cento do valor, affirmavam o relator do parecer

e os corypheus do Convenio. Dava isto a justa medida do valor de tal stock.

Ainda bem pensava sabiamente o governo de S. Paulo dever definitivamente encerrar a operação, para se não embrenhar na mais temeraria e louca das aventuras.

Quanto ao facto de, de golpe, se conquistarem novos e grandes mercados, como por exemplo o inglez, no pensar do deputado Francisco Veiga constituia isto simplesmente a mais absurda chimera.

Havia em todo este processo a maior nebulosidade. Era natural pois nascera torto o Convenio de Taubaté e assim tarde ou nunca se endireitaria.

A lavoura cafeeira que se curvasse ou se espelhasse na desgraça dos algodoeiros pernambucanos.

Tão acirrado se achava o orador que havia vinte e poucos mezes se tinham encetado as compras de valorização e elle alargava este prazo para tres annos.

Respondendo directamente a Cincinato Braga declarava achar mysteriosa, subtil esta ligação que se pretendia estabelecer entre o café como succedaneo da moeda e os recursos a serem fornecidos pelo Thesouro Federal para se valorizar o producto.

Se este genero podia valer como moeda, podia tambem fazer o effeito de succedaneo da moeda pelo valor intrinseco, pelo que valia, tal qual entregue á actividade mundial. Valorizado á custa de impostos e emprestimos significava incorporar a esse succedaneo da moeda valores addicionaes que não possuia intrinsecamente. Valeria como esforço subtilmente exercido, para distribuir pele totalidade dos brasileiros que trabalhavam, sob a fórma de taxação imposta para acudir ao serviço de emprestimos com este destino, os prejuizos que tal mercadoria por si teria de acarretar em consequencia da desvalorização, oriunda da super-producção.

Como succedaneo da moeda poderiam valer neste caso tambem a borracha, o assucar, o cacau, o algodão e tudo quanto no mercado da exportação pudesse fornecer letras de cambio.

E continuando a usar de poderosa mas apaixonada dialectica dizia o deputado pelo Districto Federal que suppor, portanto pudesse o mecanismo da valorização influir sobre o cambio era dar ao problema aspecto verdadeiramente mysterioso Então, já não seria o valor ouro que se conseguiria aperceber, e adquirir pelo café levado aos mercados mundiaes. Era assim o valor ouro que se supunha acrescido, o valor resultante do mecanismo artificial da elevação, resultante da addição que

se lhe emprestava pelo esforço da collectividade. Dava esta uma mão, quando por outra pedia o ouro sob a fórma de emprestimo para acrescer um valor que desfallecia. Se valia, valia por si; intrinsecamente. Tudo quanto acrescera não era delle e sim do conjuncto de sacrificios reclamados á toda a Nação.

Por outro lado, não havia como reduzir a vida de um paiz sómente ás suas relações no mercado da exportação para o estrangeiro.

A actividade de 16 a 18 milhões de brasileiros não se podia aferir sómente pela bitola possivel atravez da pauta da exportação.

Como viviam o Amazonas? Pernambuco? Piauhy? Acaso do café?

Não se podia de todo generalizar uma crise local, um mal passageiro, tentar cural-o por meio de uma creação verdadeiramente parentaria.

O grande problema do Brasil era o monetario o saneamento do meio circulante, pela espontaneidade das producções que dispensavam artificios officiaes, provindas da capacidade de cada zona, pela intervenção do Estado a quem fallecia o direito de absorver todas as energias para as empregar em determinado destino, concluiu Barbosa Lima ao encerrar as suas considerações de adversario extrenuo da valorização cafeeira.

Foi extraordinariamente agitada a sessão de 20 de novembro. Rompeu o debate o Deputado por Minas Geraes Dr. Ribeiro Junqueira que *in totum* apoiou a formula Cincinato Braga.

Não viera S. Paulo pedir propriamente favor á União, senão propor-lhe negocio que, a seu ver se mostrava tão vantajoso a ella, quanto ao Estado.

Quem negaria que o café representava mais de metade do valor da exportação nacional? Assim sendo, tornava-se fóra de duvida que qualquer debacle do genero influiria forçosamente sobre a situação cambial.

Tornava-se indispensavel que a União concorresse com o auxilio no sentido de evitar uma baixa acarretadora de prejuizos economicos directos e immediatos.

Não se podia incriminar o Convenio de Taubaté a cuja execução não se procedera ainda.

O grande emprestimo que lhe serviria de base á execução das medidas preestabelecidas, nunca se realizara, o que importava na não realização de ajuste.

Portara-se o governo paulista com toda a lealdade em

relação aos seus dois demais cosignatarios. Comprara tambem café na praça do Rio de Janeiro, beneficiando deste modo os lavradores mineiros e fluminenses. E se nas compras não mantivera o preço estipulado no Convenio, comtudo as fizera por preço superior ao anterior.

S. Paulo assim procedia com recursos proprios, tornando-se bem claro que a sobretaxa cobrada por Minas e Rio de Janeiro não respondia por essas operações por elle exclusivamente feitas.

Desde que se retirasse do mercado, os outros dois Estados poderiam desde logo deixar de cobrar a sobretaxa. Como prova de solidariedade promulgara Minas uma lei tornando effectiva tal cobrança. E, como não quizesse despender este dinheiro senão em beneficio da propria lavoura, estabelecera cooperativas, determinando que o producto arrecadado lhe voltasse por seu intermedio.

Fôra a intervenção paulista a mais benefica para a lavoura cafeeira do paiz todo. Muitos males teriam sido evitados se a União, desde 1906, houvesse fornecido os quinze milhões esterlinos. E assim a seu ver se os tres Estados se achassem armados desta somma, teriam tido, intervenção vantajosissima no mercado do café, ao passo que a falta deste capital fizera com que S. Paulo precisasse entregar-se aos proprios exportadores.

O Convenio de Taubaté nunca fôra executado, por conseguinte, não se podia lançar á sua culpa o fracasso ou vantagem que, porventura, decorresse do processo de valorização adoptado pelo governo paulista.

Em todo o caso assegurava a S. Paulo a solidariedade integral de Minas Geraes.

A esta altura interveio no debate o deputado pelo Districto Federal Dr. Alcindo Guanabara.

Apezar de opposicionista politico ao governo da Republica, declarou, nem por isto deixava de ser ardente partidario da intervenção do Estado para a defesa e a propulsão, das forças productoras nacionaes. Divergia dos partidarios extrenuos da liberdade economista. Este modo de se encarar a solução da crise por meio da simples transferencia da propriedade dos insolvaveis para outros solvaveis não correspondia á realidade dos factos.

Lembrou a exposição exacta de Quintino Bocayuva, então presidente do Estado do Rio de Janeiro, ao pintar a situação da lavoura cafeeira fluminense.

"Quando os proprios fazendeiros endividados pedem aos

credores hypothecarios que mandem tomar conta das suas fazendas e quando, ao seu turno, os credores por hypotheca pedem aos devedores que não abandonem as fazendas, embora continuando a não lhes pagar nem juros, nem amortização da divida, é evidente que nos achamos num periodo de desorganização que embaraça seriamente a adopção de qualquer providencia legislativa local."

Surgiam ás dezenas os projectos salvadores da lavoura cafeeira demonstrando a terrivel desorientação dos espiritos.

Havia se chegado aos fins de 1905, e a safra monstro de 1906-1907 desenhava-se no horizonte de S. Paulo, com as caracteristicas de verdadeiro cyclone. Erro da lavoura paulista? diagnosticavam uns. Erro do governo paulista? corrigiam outros. Erro de ambos! conciliavam terceiros. Evidentemente, deante da situação, os responsaveis pelo governo não se decidiam a perder tempo no exame das causas remotas de taes effeitos.

Haviam agido e agido bem.

Era muito outro o erro apontado pelos adversarios do endosso.

Consistira em que se haviam desenvolvido extraordinariamente as plantações de café nas terras roxas, extraordinariamente fecundas, do Oeste de S. Paulo.

Houvera um momento, que se poderia chamar da *allucinação do café*. Não só os paulistas, como os brasileiros dos quatro cantos do paiz de estrangeiros de todos os paizes haviam affluido para aquellas terras ricas, desbastando florestas e alinhando cafezaes. O numero de cafeeiros subira a 700 milhões, representativos de colossal riqueza.

Pretender-se, porém que o movimento fôra desordenado, puramente local, fomentado exclusivamente pela leviandade, se não pelo crime, das emissões costumeiramente attribuidas ao Governo Provisorio, vinha a ser fallaz.

Estudo mais minudente da materia mostraria, que o occorrido fôra phenomeno commum, um milhão de vezes repetido na historia do mundo: a alta do preço do café, verificada após a crise de 1886, determinara essa febre, não só em São Paulo, como em outros paizes, com condições de producção inferiores ás do Brasil.

Assim em Guatemala, como havia pouco eloquentemente frisara a alta autoridade de Augusto Ramos. Para aquella republica se encaminhara enorme affluxo de capitaes.

Era incontestavel, entretanto, que as emissões realizadas de 1890 em deante haviam permittido esse desenvolvimento

enorme, o que demonstrava, que o erro das emissões não consistia tanto nellas mesmas senão na precipitação, no malbarato consequente á intempestiva retirada do ministerio de 15 de novembro, e derrocada de seu plano financeiro.

Applicadas intelligente e utilmente, as emissões de papel-moeda teriam gerado outras riquezas, além da cafeeira, seu mal se traduzira pelo desbastamento das florestas do oeste paulista e o excessivo plantio do café. Assim só por meio de extranha inversão da logica se poderia pretender que isto fôra erro da lavoura paulista, do governo paulista, ou de ambos, e não se reconhecer que o erro proviera dos poderes federaes, do Governo e do Congresso nacionaes, erro que a lavoura paulista, o governo paulista haviam de soffrer, sem meios efficazes para evitar ou combater. Como poderiam os poderes publicos impedir que os cidadãos beneficiados por verdadeira avalanche de notas, as trocassem por terras virgens e o trabalho dos que as cobriam das linhas interminas dos cafesaes?

Contrariando as palavras de Barboza Lima que verberava asperamente a decisão do governo paulista de impedir lavouras novas, com toda a logica explicou Alcindo Guanabara a extensão extraordinaria das lavouras.

Se o café dava preços tão altamente remuneradores, que mais valia plantal-o do que colher pepitas de ouro, se os poderes federaes derramavam a mancheias papel-moeda, a que impunham poder liberatorio, se S. Paulo fôra dotado pela Natureza de terras maravilhosamente aptas a essa cultura e se os que possuiam aquelle papel, affluiram para essas terras, na esperança de virem a gozar daquelles preços, e se isso era erro, porque seria erro da lavoura ou do governo paulista? Pois se todos nelle collaboravam e para elle cooperavam; se, mais ainda, quando se tivesse percebido o mal, não estaria nas mãos do governo paulista evital-o ou corrigil-o, que principio de justiça animava os que se levantavam agora para fazel-o unico e supremo responsavel?

Seria acaso ao menos verdade, que, realmente, houvesse isto sido erro? Erro trabalhar? augmentar a producção e a riqueza do paiz?

O conjuncto maravilhoso da facilidade do credito, do encaminhamento das actividades diversas para a região, e feracidade e condições excepcionaes para a cultura e producção do café, provocara uma situação que se momentaneamente se tornara difficil e angustiosa, traduzia-se definitivamente pelo goso do monopolio virtual da producção de uma mercadoria

de largo e progressivo consumo no Universo. Trouxera uma situação traduzida por um augmento da riqueza nacional.

Nos ultimos trinta annos, a producção de café ficara estacionaria ou pouco crescera nas demais zonas productoras, senão em algumas decrescera. Em S. Paulo subira porém, de um para dez.

Assim o confronto da porcentagem tomando para numeros indices os da safra de 1877-1878 dava:

Santos	100	1.544!
Rio	100	166
Bahia, Victoria . .	100	334
Brasil	100	530
Outros paizes . .	100	81

Com espirito de opportunidade e clareza continuou o deputado carioca a desenvolver sua argumentação.

Para 1906-1907 estivera-se em vesperas de uma safra de vinte milhões de saccas de café brasileiro.

Era o stock visivel de 16.380.000 saccas, o preço medio, no Havre, frs. 41,5. Todos sentiam que, no momento em que se começasse a campanha e se projectassem aos mercados os 23 ou 24 milhões de saccas, producção total do mundo, para a qual só o Brasil contribuira com vinte milhões, o preço baixaria de 50 % ou mais e a arroba de café viria produzir 2$000, ou menos, isto é, abstracção feita por completo, do juro do capital empregado na acquisição das fazendas e transporte.

Que fazer em tão apertada conjunctura? Organizar o credito agricola? Arregimentar syndicatos? Fundar cooperativas? Reorganizar o systema do commercio? Rever a tributação? Usar, cogitar e empregar outra qualquer das medidas indirectas, tão preconizadas pelos adversarios do malsinado Convenio de Taubaté. Mas sem discutir os meritos e as vantagens de taes medidas, todos esses remedios quando muito seriam o que o proloquio attribue á cevada offerecida ao asno morto.

Era a situação premente e urgente: o café amadurecia nas arvores, ou era colhido, ou apodrecia. A instancia, a urgencia que Barboza Lima assignalara, como existente no Parlamento, á hora em que se deliberava sobre aprovação do convenio, não passavam de mero reflexo da premente situação natural, que nenhum poder humano conseguiria attenuar ou reprimir.

Qualquer medida, por mais sabia desde que não se pudesse concretizar em effeitos immediatos e praticos, valeria tanto

como nada fazer. O que importava, era agir com acerto e presteza.

A questão se apresentava no seu ponto nodal.

A producção extraordinaria do café, excedendo de muito a procura, ameaçava aviltar os preços, fazendo-os puramente nominaes. A situação desenhava-se, por conseguinte, sobremodo grave. Só havia dois meios de corrigil-a: dilatar o consumo, até a absorpção da offerta; restringir a offerta, até as neccessidades da procura.

Ora, a dilatação do consumo, só se conseguia lentamente, por penetração demorada. Não haveria, em que pesasse a quantos criticos de obra feita surgissem, vara magica capaz de instantaneamente, dilatar pelo mundo afóra a ancia de consumir café, de modo que a safra extraordinaria de 1906-1907 fosse absorvida, por preços razoaveis. Assim, não havia, sequer, a liberdade da escolha: a situação desenhava-se inexoravel. Era absolutamente indispensavel restringir a offerta.

Firmara-se o Convenio de Taubaté que reflectia cogitações serenas, longamente examinadas. E elle repousava sobre o emprestimo dos quinze milhões esterlinos.

Se o mercado de café permanecesse na situação de ameaça de uma offerta de cerca de 34 milhões de saccas de café, 24 de producção; 10 de stock em algarismos redondos, descontaria, antecipadamente, essa situação, e os preços baixariam, talvez, a vinte francos, ou menos ainda.

Nessa situação seriam as fazendas abandonadas, não teriam as estradas de ferro o que transportar. Passaria a receita do Estado a ser nulla, e, de golpe, os recursos de todo o Brasil, para os pagamentos internacionaes, ficariam reduzidos de metade. A bancarrota fatal seria, não sómente do Thesouro, mas de todo o paiz. Impunha-se por conseguinte, aos Estados e á União o dever, a necessidade, mais imperiosa do que o dever, de intervir efficazmente, ainda á custa de sacrificios para evitar sacrificio incomparavelmente maior, cujas consequencias maleficas se prolongariam pelo tempo e o espaço, coagindo o Parlamento áquella hora não a discutir uma lei, resguardadora do credito nacional, mas a examinar o que é que ainda ao Brasil restaria, para levar ao usurario, afim de poder affirmar que ainda vivia!

A muitos espiritos inspirava verdadeiro horror a idéa do Estado envolver-se em *corners, trusts,* e *cartels,* valendo-se dos ensinamentos da Historia. Mas esta era a antiga e não a contemporanea pois a cada passo se vira, ultimamente, taes pro-

cessos passarem a recursos comesinhos de protecção á producção.

O caso do algodão americano ahi estava aliás apontado por Miguel Calmon adversario vehemente da valorização.

O resultado esperado da operação fôra apparentemente negativo no primeiro terço de 1905. Houvera depois insensivel melhora das cotações.

Mas já era enorme coisa não ter occorrido uma derrocada de preços!

Verificara-se depois extraordinaria alta. Desde que a especulação perdera a esperança de ver atirados ao mercado os dois milhões retirados á offerta, haviam os preços subido. A retirada debilitara os *stocks* permittindo collocar a futura colheita por preços remuneradores. E aliás, sem se restringir o consumo. Como pois se podia invocar tal exemplo para fulminar o que se fazia com o café no Brasil?

O simile invocado para o caso dos antigos monopolios do Estado por meio de grandes organizações vinha a ser absolutamente inaceitavel. Não se tratava do açambarcamento como pretendiam as famosas companhias hollandezas das Indias em relação ás especiarias. Francia com o matte paraguayo e o Banco Federal dos Estados Unidos com o algodão.

As combinações dos productores não visavam de todo, supprimir a intervenção do commercio; e sim regularizar os preços, normalizando a offerta e a procura, como se praticara no caso do algodão.

O temor da repercussão de taes operações sobre o consumo eram completamente injustificadas. Em primeiro lugar a elevação viera a ser muito pequena, o que se queria era bater o intermediario inexoravel aproveitador que nunca diminuiria os preços apezar dos lucros cada vez maiores decorrentes da depressão por elle obtida.

O consumo augmentava, mau grado a elevação dos preços no periodo das grandes altas. Viera a super-producção e uma baixa muito pequena nos preços de revenda dos varejistas.

Ao convenio de Taubaté combatera, e com o maior rigor, a Associação Commercial do Rio de Janeiro, advogando, aliás, outro plano. Entretanto agora a propria Associação discordava de quantos sustentavam não haver crise nem especulação na questão do café.

Affirmava pelo contrario existir especulação commercial accentuada, o que se demonstrava por publicação de seu boletim. Representava esta argumento dos mais opportunos e decisivos.



No primeiro anno do decennio da super-producção cafeeira do Brasil, 1895-1896, houvera offerta total á producção mundial de 13.395.000 saccas para um consumo de 10.965.000; donde um saldo negativo de 17,9 %.

A sacca custava ao atacadista 186 francos e rendia no varejo 240, donde um lucro commercial de frs. 54.

No ultimo anno de decennio fôra a offerta de 25.500.000, o consumo de 15.500.000; donde um saldo negativo de 37,9. A sacca passara a custar ao atacadista frs. 135,6 e rendia no varejo os mesmos 240 frs. Donde um lucro de 104,40 %.

O lucro do commercio francez duplicara, quasi; e o ganho do productor brasileiro descera de 85$200 a 30$900, ou cerca de 67 %.

Se o preço do café, no Havre, traduzisse, exclusivamente, o effeito economico da super-offerta, seria, de todo, impossivel a duplicação do lucro do commerciante francez: porque a super-offerta reflectiria, sem duvida, no varejo, diminuindo-o. Isto, porém, não succedera.

Continuara o consumidor a pagar o que pagava; o fisco francez a receber o que recebia. Mas o productor brasileiro vira-se impellido ás bordas da ruina, e o commerciante francez — augmentara os lucros de perto de 100 %!

Lembrou A. Guanabara que o Governo Federal agira dubiamente em relação ao Convenio de Taubaté cuja verdadeira base era o emprestimo de quinze milhões esterlinos.

Haveria quem ignorasse que o Governo Federal vacillara e afinal, virtualmente, negara a indispensavel cooperação a esse plano?

Recusando-se a aprovar o contracto entre tres Estados, remettendo-o ao Congresso, exigindo que delle se apartasse a questão da Caixa de Conversão, o Governo enfraquecera-o, patenteara que de todo não prestigiava e abrira a porta por onde se tinham retirado dois dos Estados pactuantes.

O Convenio de Taubaté não tivera effectivamente, existencia real.

Mais interessado do que os outros Estados, porque era o que contribuia com maiores quotas para a colheita monstro, emprehendera S. Paulo desacompanhado a execução do seu plano.

Fizera com os recursos proprios, obtivera a principio, um emprestimo de um milhão, concedido pelo Desconto Gesellschaft, de Berlim. Tomara depois tres milhõs ao City Bank, de Nova York, e á casa Schroeder, de Londres, e já reembolsara o Desconto.

Conseguira ainda um milhão do Banco Nacional do Brasil e dois graças ao arrendamento da Sorocabana.

Finalmente, em 1907, obtivera o emprestimo federal de tres milhões. Assim de junho de 1906 a julho de 1907, o Estado de S. Paulo comprara pouco mais de 8 milhões de saccas, ao preço medio de 42,50 francos, por 50 kilos, representando um capital de perto de 400 milhões de francos, total em que os emprestimos representavam perto de 225 milhões de francos sendo o excedente, 175 milhões de francos, adiantado pelos intermediarios, que tinham comprado café garantindo-o por meio de depositos, effectuados nos principaes mercados do mundo.

Assim, sobre uma operação de um total de 400 milhões de francos, o auxilio pedido por S. Paulo á União, apenas montava a 75 milhões, mas não era menos certo que tal emprestimo jamais se fizera e que, a não ser o auxilio dos tres milhões esterlinos, a cooperação da União, nesta obra, apenas fôra de palavras e votos platonicos.

Mas acaso seria possivel, a um homem de boa fé, negar os resultados já alcançados dos sacrificios que o Estado de São Paulo se impuzera? Não! Evitara o aviltamento dos preços apezar da safra monstro de 1906-1907. E isto fôra immenso. O preço medio no Havre, se cotara a 41,5 superior aos de 1897-1898, 1899-1900, 1900-1902, 1903-1904.

Impedira-se o desastre que se queria conjurar.

Não havia entretanto, negar que, emquanto estivesse oscillante aquella pilha de seis milhões de saccas, ameaçando desabar sobre os mercados não se firmariam os preços. Retrahira-se a especulação, como aliás o proprio commercio em grosso.

O que era indispensavel fazer-se, agora, vinha a ser impedir que aquelles milhões de saccas fossem atiradas desordenadamente ao mercado. E liquidar as operações de credito garantido a prazo curto, resgatar os warrants, collocar na posse absoluta e incontestavel do governo de S. Paulo o stock ameaçado.

Que era para isto preciso? Dinheiro! Como havel-o? Por emprestimo! Para este emprestimo já contractado, e a realizar-se pedia o Estado o endosso da União.

Impunha-se a liquidação! Emquanto subsistisse a situação vigente a especulação se manteria afastado. O proprio commercio ordinario, ante a perspectiva, no desejo ou receio de que, de um momento para outro, a normalização que se conseguira no mercado fosse gravemente perturbada por alguma venda precipitada, restringia as compras ao estricto necessario e recusava reconstituir o proprio stock. Limitava-a á procura e assim impedia a alta.

Não havia muito, o Sr. Nortz, chefe da bem conhecida firma que tanto combatera a valorização do café e viera pessoalmente ao Brasil examinar a situação, declarara em entrevista concedida ao *Jornal do Commercio,* que o mercado estava paralysado, e a especulação retrahida, aterrada pelo fantasma dos sete milhões de saccos. O problema consistia portanto, em arredar a ameaça de tal desabamento.

O problema em debate, dizia A. Guanabara, se reduzia a resposta aos seguintes itens: Podia e devia a União dar o endosso? ou por outra forma correria a União algum risco e tinha interesse em dal-o?

Melhorara a situação estatistica do café. A producção e o saldo do stock a 30 de junho de 1908, dariam um total disponivel de 29.850.000 saccas para o anno commercial de 1908-1909 e um consumo de 17.750.000.

Donde um saldo de 12.100.000.

Com cifras exageradas para a producção mundial de 1909 a 1910 haveria para esta campanha um total de 32.600.000 saccas em face de um consumo de 18.250.000, donde um supprimento visivel de 14.350.000 a 30 de junho de 1910.

Mas com as acquisições de S. Paulo, o saldo commercial disponivel baixaria a apenas 5 milhões de saccas.

Esta situação era equivalente á de 1884 a 1886, em que a escassez dos stocks determinara a alta dos preços e alta geradora da crise de excessiva producção, em que se debatia o Brasil.

Assim, a 30 de junho de 1909, ver-se-ia um saldo de...... 14.350.000 de saccas das quaes 7 milhões do Estado de São Paulo. Por conseguinte, o disponivel commercial seria de..... 7.350.000.

Posição admiravel! Significava que os preços subiriam fatalmente, porque o stock existente e o disponivel commercial se mostrariam insufficientes. Era exactamente o receio ou o medo, ou o desejo de que se viesse a derrubar aquella pilha de 7 milhões de saccas lançadas á offerta por pouco mais de nada. Era só por este motivo que o commercio se retrahia e deixava de concorrer ao mercado.

Ninguem ignorava que generos como o café, como o petroleo e outros, tinham stocks commerciaes muito desproporcionados em relação ao consumo e á procura; stock quasi igual, ou pouco distante, differente do consumo de um exercicio annuo.

Em sua opposição ferrenha lembrara Barboza Lima, aliás fortemente contradictado, o argumento de irrisorio valor de

que no Mexico se plantara muito café além de que os succedaneos prejudicavam muito o consumo.

Reiterou A. Guanabara, que o que se quizera conseguir com os esforços commerciaes, empregados por S. Paulo, fôra obtido, isto é, impedira-se que os preços do café ameaçados de reducção de 50 %, soffressem tal depreciação.

Haviam-se os preços mantido conseguindo-se evitar o effeito que a cifra de 20 milhões de saccas iria determinar nos mercados consumidores.

Ao que o deputado pelo Distrito Federal redarguiu que não se conseguira o preço prefixado pelo Convenio de Taubaté. Demonstrava-se pois, a toda evidencia que a utopia se desvanecera, a do Convenio.

Retrucando affirmou Guanabara que o Convenio se não realizara. Por ser utopico? Por impraticavel? Por não poder realizal-o? Não: Porque lhe faltara o apoio da União para o emprestimo de quinze milhões. Porque não se contrahira tal emprestimo? Porque o Governo Federal assim não quizera! Por que não? Por ser impossivel realizal-o? Não: a prova em contrario era que dentro em breve seria effectivada.

Depois de allusões á má vontade do governo Rodrigues Alves para com a execução do plano de Taubaté collocou Guanabara a questão nos termos que lhe pareciam incontraditaveis.

O eixo do Convenio de Taubaté, a base do systema, era o emprestimo que deveria vir em especie e serviria de lastro á Caixa de Conversão. E elle não se fizera. O Estado de São Paulo, á custa de esforço proprio valendo-se de seu credito e patrimonio conseguira levantar 400 milhões de francos, empregados em adquirir sete milhões de saccas.

A situação em fins de 1908 resumia-se apenas nisto, em dar-se aos mercados consumidores a sensação de que os sete milhões de saccas existentes se manteriam effectivamente retirados da offerta. Não seria o governo de S. Paulo, obrigado, para solver dividas existentes, a lançal-os á venda, de modo a se dissipar assim do espirito do commercio internacional o receio, ou a esperança, de poder vir a ser destruido, ou enriquecido, pela circunstancia dessa venda precipitada.

Retirados effectivamente da offerta os sete *milhões* de saccas, verificar-se-ia uma situação de um stock insufficiente ás necessidades do commercio; por conseguinte, collocar-se-ia a procura na contigencia fatal de vir comprar café para reforçar seus stocks; d'ahi a alta fatal dos preços.

A unica objecção seria a da superveniencia de alguma

safra abortiva, que se annunciasse. Mas o exame das cifras mais recente levava a suppor que ella não excederia de dez milhões.

A esta affirmativa repontou Barbosa Lima ironico *appella-se para a intervenção da Divina Providencia sob a forma das geadas!* Respondeu-lhe Guanabara com toda a propriedade que ninguem ignorava o facto da alternancia de uma safra grande e duas bem menores.

Grande ou pequena a safra paulista exportavel só podia ser de nove milhões de saccas.

Ao aparte de Barbosa Lima que alludira ao crescimento do stock interno revidou o orador.

Organizava-se com effeito novo stock interno, mas este não permanecia entretanto, porque desde 1 de janeiro do anno seguinte poderia a exportação começar. O que se fazia era normalizar a offerta, de modo que não se accumulasse consideravel massa de café em determinado momento, espaçando-se esta offerta gradualmente.

Fôra a operação contractada pelo Estado de S. Paulo, e perfeitamente garantida sob o ponto de vista commercial; absolutamente necessaria sob o ponto de vista economico, profundamente util e necessaria sob o ponto de vista finenceiro.

Para se realizar, os prestamistas do E. de S. Paulo, ignorantes da situação politica do Brasil, ou reconhecendo que só a União Federal dispunha da representação internacional, e querendo regularizar as coisas, pediam o endosso da União. Se examinada a situação, de tal endosso não decorria responsabilidade para a União, por que o negar?

Depois de acirrado debate em que os opposicionistas recordaram similes estrangeiros e nacionaes invocou Alcindo Guanabara em sua peroração as perspectivas da situação que se crearia para o Brasil, se a União recusasse a cooperar com São Paulo.

O governo de S. Paulo, premido pelos credores, entregaria o stock empenhado.

Lançados ao commercio os sete milhões de saccas, vendidas por qualquer preço, que succederia?

De lado se deixasse o fragor da catastrophe, a repercussão moral sobre o credito. Materialmente, palpavelmente, quaes as consequencias? Seria o preço do café nominal. Quanto valeria a sacca? Duas libras? Uma libra?

Desde logo o paiz arruinar-se-ia na proporção dessa desvalorização do café. O valor effectivo, em ouro, das exportações do Brasil se desfalcaria immenso. Em 1907, o total da

exportação de 860.000 contos, ficaria desde logo, desfalcado de 453.000 contos.

Assim como primeira consequencia ver-se-ia a exportação do Brasil reduzida a 400.000 contos apenas!

A capacidade de venda do paiz ficaria reduzida á metade, a de comprar igualmente reduzida de metade.

Donde, as rendas da Alfandega soffreriam reducção equivalente.

Como Barbosa Lima o interrompesse com ironico: *Logo o Brasil é o café!* o deputado carioca lançou-lhe em resposta o axioma emittido pela Associação Commercial do Rio de Janeiro. *No dia em que a lavoura cafeeira fizer ponto estará o Brasil fallido!*

Contar com a contribuição do consumo para o restabelecimento do equilibrio era illusorio, pois elle crescia do modo mais lento, á razão de um meio a dois por cento annuaes, minimo portanto.

Fazia o café funcção de moeda no Brasil, com a borracha e o cacau. Mas como negar a sua preponderancia na exportação nacional?

Fosse como fosse era incontestavel a sua influencia sobre a situação financeira do paiz. Se elle tinha de pagar as contas no estrangeiro com o valor da producção exportada, e se o café representava mais de metade desse valor, era evidente que se o preço cahisse o total do valor se reduziria á proporção de tal quéda e, evidentemente, que a capacidade de comprar soffreria equivalente reducção.

Rompendo-se o equilibrio do balanço de contas e tendo de procurar ouro para supprir a deficiencia das letras da mercadoria, era tambem evidente que o agio desse ouro, subiria e portanto o cambio baixaria não tendo o Brasil recurso algum para mantel-o á taxa fixada.

Assim, tinha a União todo o interesse que se mantivessem em termos regulares os preços do café. Se para isto fosse necessario contrahir um emprestimo, desde que o producto deste se empregasse commercialmente, não percebia por que tanto repugnava a projecto aos seus opposicionistas.

O Brasil aproveitara de um affluxo de capitaes europeus. Quando essa corrente fosse si não extincta, ao menos reduzida, e se tornasse preciso pagar os juros dos capitaes tomados por emprestimo, a balança economica não se poderia inclinar de outro lado e derramar na Europa todo o ouro da Caixa de Conversão? Sobretudo, se os preços do café continuassem a cahir e tanto diminuissem as exportações da Republica?

Habilmente encerrando a exposição fez Guanabara uma concessão ao adversario.

Não comprehendia, como o Brasil empenhado em tão avultada operação de credito, parassem os seus dirigentes e não se deixassem guiar por verdadeiro espirito reformista, retomando a questão, como já fôra proposta, alliando a salvação commercial do café á definitiva solução do problema monetario.

Avultava na linha das primeiras necessidades nacionaes o saneamento do meio circulante, a extincção do papel-moeda, o estabelecimento da moeda verdadeira e sã. Mas não se podia deixar de crer que interessasse menos desenvolver e multiplicar as forças economicas do paiz.

Declarava comtudo não confiar naquillo em que a seu contraditor tanto acreditava: no effeito mirifico do *laisser faire laisser passer*, para a solução da crise. Eram ainda indispensaveis, capitaes e a intervenção do Estado.

CAPITULO XI

Discursos obstructores de Barbosa Lima — Emenda da Bancada Paulista — Partidarios e adversarios do endosso Pedro Moacyr, Pereira Lima, Cassiano do Nascimento, Paulino de Souza — Defesa do projecto por Serzedello Corrêa — Debates vivissimos — Discurso do Almirante José Carlos de Carvalho sobre a inferioridade do café brasileiro — Emendas diversas — Volta de Calogeras á tribuna — Resposta de Galeão Carvalhal em nome da Bancada Paulista — Approvação do projecto n.º 394 de 1908 pela Camara dos Deputados — Ultimos esforços obstruccionistas

Na sessão de 21 de novembro de 1908 proferiu Barbosa Lima longo discurso de obstrucção.

O que pretendia era protestar contra uma these perigosa que Guanabara sustentara achando que a União acabava sempre responsavel pelos emprestimos contrahidos pelos Estados.

O endosso a seu ver existira sempre.

E longamente debateu o caso de terem ou não os Estados representação e dominio internacional. Assim queria como motivo de elementar prudencia apresentar uma emenda ao projecto em debate.

O Governo, por intermedio das legações brasileiras, tornaria publico, por occasião de operações de credito, em que se empenhassem no estrangeiro os Estados e as municipalidades brasileiras, que a União não assumiria a minima responsabilidade por taes compromissos, senão quando lhes desse expressamente o necessario endosso, neste caso autorizado por lei federal.

Discutindo as cifras em que se baseiavam os corypheus da valorização garantiu que a colheita paulista de 1909-1910 seria igual á *safra grande* de 1906-1907.

As sobras da exportação avultariam fatalmente e dentro de poucos annos, surgiriam dois stocks, duas pilhas, duas amea-



ças, na phrase do parecer, a provocar a imaginação dos financeiros e agricultores.

De um lado os oito milhões do stock actual; de outro lado novo stock, desta vez dentro de S. Paulo, sem sahir de Santos, sem vir ao Rio de Janeiro, impedido de se exportar mas existente.

Era quanto bastava para reproduzir os mesmos males que o Convenio de Taubaté, procurara minorar, de modo que, dentro de periodo talvez de tres annos, se reproduziria o novo circulo das afflicções que se dizia ter desapparecido. Neste momento, qual seria a solução? Em que, pois a operação remediaria o mal? Que liquidara ella? Continuava a questão a ser a mesma; a principio circumscripto o problema a S. Paulo, agora generalizados os prejuizos á totalidade da União, em virtude da allegada solidariedade nacional.

A lavoura, para cujos soffrimentos se solicitava a attenção carinhosa da União, ficava, desde logo, pela propria legislação regional, dividida em dois grupos: um, o dos que podiam exportar o café e outro, o daquelles cujo café ficaria nas tulhas, desamparado de recurso ao credito agricola, sem dinheiro que não fosse o que resultava, como quasi até agora decorrera da venda dos proprios cafés.

Por outro lado, estes lavradores passariam a pagar o imposto de cinco francos, ouro, por sacca, em vez de tres. Não perdiam nos preços, que se teriam aviltado e descido muito mais se não houvesse a intervenção concretizada do Convenio de Taubaté e outras providencias do Estado de S. Paulo. Mas, por outro lado, aquillo que se lhes dava sob a fórma de acrescimo artificial provocado por taes combinações, tirava-se-lhes com outra mão, sob a fórma de imposto, a principio de tres francos e depois de cinco, em relação aos cafés superiores ao typo taxado de 300 réis por kilo, para não poderem ser exportados.

Augmentavam os encargos da União dia a dia.

Se o cambio baixasse a 12, facto perfeitamente previsivel, tanto mais quanto se allegava que o emprestimo actual era necessario para amparar o cambio e a Caixa de Conversão, os cinco francos valeriam quatro mil réis, ainda se agravando assim as difficuldades do productor, desamparado pela inexistencia, das instituições de credito.

A terminar dizia o vehemente adversario que com tal concepção da riqueza nacional enkistada na baga rubra dos cafesaes, e assediada pelo phantasma do cambio, seria o Brasil e

cada vez mais, o paiz do papel-moeda, das finanças avariadas, do desssocego e da instabilidade.

O emprestimo ideado não só não trazia remedio á crise, como ainda ameaçava o Congresso de dentro em pouco ter de discutir a necessidade não de um emprestimo de quinze, mas de cincoenta milhões, ou decretar a bancarrota do Brasil envolvido na aventura do Convenio de Taubaté.

A bancada paulista em emenda propoz modificar um item do artigo 2.º do projecto.

"O Estado de S. Paulo obriga-se a manter em vigor a lei estadual de 25 de agosto de 1908, reguladora da exportação do café. Esta obrigação só poderá cessar quando tiver sido completamente resgatado o emprestimo."

Passaria a ser:

"O Estado de S. Paulo obriga-se a manter em vigor a lei estadual de 25 de agosto de 1908, reguladora da exportação do café, até a effectiva liquidação do emprestimo, salvo accordo com o Governo Federal, na adopção de qualquer outra providencia em substituição á consignada na mesma lei."

O deputado rio-grandense do sul Pedro Gonçalves Moacyr, tambem muito infenso ao endosso, declarou duvidar da constitucionalidade da politica intervencionista da União nos negocios economicos relativos a qualquer Estado da Federação Brasileira.

A seu ver tratava-se de intervenção indebita que pelo privilegio concedido a S. Paulo e outros estados cafeeiros podia justamente provocar igual solicitação dos demais componentes da Federação.

Protestava quanto ao facto do Governo paulista haver combinado ajustes com os prestamistas antes de saber se obteria ou não a acquiescencia da União.

Na mensagem do Presidente da Republica, nem no parecer da Commissão de Finanças, não havia uma palavra que siquer habilitasse a Camara a saber em que condições ia o emprestimo ser feito.

O Congresso Nacional poderia na confecção da lei autorizadora do emprestimo não descer ás minudencias das condições concernentes ao typo, juros, amortização, etc. mas a obrigação moral do Poder Executivo Federal e Estadual era fornecer os dados indispensaveis á critica do Parlamento, para que este soubesse se a operação seria ou não realmente vantajosa. Mas facto innegavel vinha a ser que o emprestimo se faria em condições desastrosas.

Insistiu o deputado rio-grandense na critica de que em



vez da intervenção deveria promover-se o alargamento do consumo.

Criticou o governo paulista pela restricção da exportação e a prohibição do plantio prophetisando que as safras seriam em S. Paulo uma após outra de doze milhões de saccas, exagero absoluto entre parentheses.

Acrescia que a applicação da lei paulista, estabelecendo o imposto prohibitivo de 20 % sobre a exportação, além de certo limite, viria crear situações profundamente desiguaes na lavoura, porque os fazendeiros, que tivessem protecção, poderiam embarcar o seu café para Santos a tempo de constituir a somma legal dos nove milhões de saccas.

Os não protegidos ficariam com os productos armazenados, constituindo o principio desse novo stock de café. Certo recorreriam aos tribunaes contra o governo do Estado, para rehaver damnos e prejuizos causados.

Taes reclamações não deixariam de ser attendidas, em face do artigo 72 da Constituição.

Pretendeu o deputado rio-grandense demonstrar que entre o parecer da Commissão de Finanças e a defesa do projecto pelo deputado Guanabara havia as maiores contradicções.

Manifestou as mais sérias duvidas sobre a solidez das garantias dadas ao emprestimo projectado.

Supportar a sobretaxa de tres francos já era difficil á Lavoura a de cinco francos viria constituir tortura intoleravel ao cabo de dois ou tres annos.

No *Diario Popular* de S. Paulo publicara-se interessante carta, em que um entendido fizera o calculo de quanto poderia ganhar o lavrador paulista sob o regimen tributario em que se via.

Pagas as quotas de, ensaccamento, expedição, armazenagem, commissarios, etc., sobretaxa e outros impostos, restavam ao productor 511 réis por sacca! ora isto não fora contestado por pessoa alguma!

Assim os lavradores de S. Paulo poderiam supportar durante quando muito dois ou tres annos nova sobretaxa.

Se falhassem os recursos desta affirmou Moacyr o E. de S. Paulo não conseguiria recursos para entrar com a differença.

Além disto a sobretaxa, dependente do beneplacito legislativo poderia ser revogada de uma legislatura para outra.

Verificada a insufficiencia das outras duas bases do emprestimo, o producto do stock dos 7 milhões de saccas e a sobretaxa, o Poder Executivo, plenamente autorizado pelo

artigo terceiro da lei que o Congresso ia votar, daria em garantia deste emprestimo coisas, haveres, o que constituiria verdadeiro perigo e verdadeira calamidade nacional!

E, nesta occasião, Camara e Senado não teriam o direito de allegar de que não haviam cuidado.

Terminando appellava o Dr. Moacyr para S. Paulo, trabalhador, amigo da lei, da paz, da politica systematica, do trabalho, para o S. Paulo conservador, inimigo da aventura.

Na sessão de 23 de novembro o deputado carioca Pereira Lima explicou os motivos de seu voto de membro da Commissão de Finanças, voto restrictivo.

Parecera-lhe haver contradicção ou pelo menos confusão nos paragraphos referentes ás clausulas das garantias dadas ao Governo da União pelo endosso do emprestimo. Assim declarava votar com restricções, á espera de esclarceimentos ulteriores por não querer embargar a votação do parecer.

A seu ver a emenda recente da bancada paulista augmentara tal confusão.

Pelo projecto o E. de S. Paulo obrigava-se a entregar ao Governo da União a sobretaxa, emquanto não se realizasse o ultimo pagamento do emprestimo. Pela emenda poderia haver accordo em que se alterasse de qualquer modo tal disposição, excluindo o Congresso de intervir na indicação da garantia para o endosso da União.

Explicou então o deputado Galeão Carvalhal que a emenda se referia á limitação do emprestimo.

Declarou o Dr. Pereira Lima que, fosse como fosse, votaria pelo projecto e solemnemente expendeu:

"Na conjuntura actual se o Governo e União se mostrasse indifferente e não tomasse uma providencia, em relação ao pedido do Estado de S. Paulo, entendo que praticaria erro grave e talvez um crime."

Retomando a palavra annunciou Serzedello Correa que estudaria a questão sob as suas multiplas faces.

Descutindo o primeiro item lembrou que dada a posição excepcional do café na economia nacional, no computo da Exportação brasileira, o reflexo que a derrocada traria sobre as rendas alfandegarias causaria a quasi ruina da União. Tornava-se pois imprescindivel acudir a S. Paulo.

O grande erro commettido nesta questão estava justamente neste facto. Não haviam em tempo cuidado o Governo Federal e os governos estaduaes, das providencias que podiam e deviam ser tomadas.

Uma producção que crescia de anno para anno, constituida

por genero não de indispensavel necessidade, cujo valor depois de uma alta excepcional começava a declinar ante safras que se avolumavam, devia, mesmo quando essa producção não fosse o forte vigamento em que assentava o organismo nacional, attrahir os cuidados dos poderes publicos federal e estaduaes.

Não pensava como Calogeras, que as crises economicas ou financeiras, na sua fatalidade e resultados, agiam como os terremotos escapos á previdencia humana. As crises eram factos da sua vida, da acção, da direcção do trabalho humano e graças á sciencia, tornava-se possivel prevel-as, medir-lhes a extensão, circumscrever-lhe o raio de acção de modo a evitar males e perigos.

Em tempo, por mais que clamasse o orador, nada se fizera, e quando se cuidara em o fazer, quando as medidas de previdencia que dilatassem o consumo e evitassem o crescimento da producção não podiam mais ter consequencias proximas e de preço, o E. de S. Paulo, só e isolado, como quem tinha o dever de defender a vida, lutara esquecido da Federação.

Nesta luta, defendia todo o organismo social brasileiro um patrimonio que haviam feito deste Estado uma nação, trazendo tres quartas partes dos recursos com que a União defendia o territorio nacional.

No terreno concreto o caso se limitava ao exame de quatro itens.

1.º — deveria a União auxiliar o Estado pelo endosso?
2.º — poderia tal endosso ser dado sem ferir interesses dos demais Estados?
3.º — até que ponto iria a responsabilidade da União? Era o endosso nominal ou havia perigo em que o Estado não pudesse fazer o serviço da divida que ia contrahir?
4.º — seria a operação conveniente de futuro, afastando de vez a crise?

Respondendo ao primeiro dizia Serzedello que o endosso poderia não vir mas ahi occorreria penosa subversão da economia paulista e com ella não menos pavorosas difficuldades da União.

O endosso não poderia ferir interesses de outros estados se o cataclysma que ameaçava o café ao mesmo tempo ameaçava as rendas federaes e a economia toda do paiz.

Devia a União dar o endosso por considerações de ordem politica economica e financeira e no proprio interesse tambem. Não feria o acto interesses da federação. Ou antes os amparava e protegia. Este endosso, só deante de um cataclysma que subvertesse e anniquilasse S. Paulo, deixaria de ser nominal. A operação era no presente de enorme vantagem e no futuro, se acaso não impedisse a crise, não a aggravaria!

Fez S. Correia considerações sobre a possivel superveniencia de novas crises. Estas occorreriam se as condições do meio actual não se modificassem, não desapparecendo as geradoras da actual, e a não continuar a super-producção. Neste sentido deviam convergir todás as cogitações dos homens que amavam S. Paulo e estremeciam a felicidade da Patria commum.

O exame da producção do café infelizmente não tranquillizava o espirito do orador e isso transpareceu no seu parecer.

Exhibiu Serzedello Correia á Camara diagrammas da questão cafeeira apresentados a Lord Rothschild e abrangendo o periodo de 1896-1908. Nelles as ordenadas da producção e dos stocks cada vez mais se alteiavam, assustadoramente, sobre as do consumo.

Assim o estrangeiro dominava a situação por completo. Com um stock avultado, pouco empenho mostrava e realmente tinha em comprar os cafés e não ser por preço vil. Que fazer então? Cruzar os braços, como queria Barbosa Lima? Esperando que a prosperidade voltasse como consequencia do espontaneo desenvolvimento das culturas e industrias que no Brasil pudessem vir a expandir-se como pretendia Calogeras? Mas era essencial curar os vivos, isto é, do futuro; ver o que se podia fazer para corrigir a crise, circumscrever-lhe o raio de acção, para não deixar morrer os que podiam viver. Mas, era preciso tambem cuidar da hora presente, reduzindo, a tempo, os males ao minimo possivel. E isto só se conseguiria amparando o Estado de S. Paulo e mais do que isto: a propria União.

Não era admissivel que se verificasse a hypothese de Calogeras a saber que o instincto dos que possuiam o stock os levaria a vendel-o lentamente para evitarem prejuizos.

Se se desse o despejo de toda a massa accorreria o krack fatal de S. Paulo e da União.

Na peor das hypotheses, os cafés da safra nova teriam compradores a preço vil. Mas isto não era admissivel. O café exportavel representava tres quartos das letras de cambio alimentadoras do mercado cambial. Era pois questão nacional, affectava a moeda, o cambio, a importação, as rendas do The-

souro, o equilibrio orçamentario, toda a vida emfim material da Federação.

Accusou Serzedello Correia aos opposicionistas ao projecto de agirem sob o imperio da paixão. Assim Pedro Moacyr lera o parecer da Commissão das Finanças ás avessas. Vira ahi que se determinava que novas garantias seriam dadas aos prestamistas quando as garantias a exigir pelo endosso, eram para a União e não para os credores.

Calogeras achara deprimentes as condições, para o amor proprio dos paulistas quando tal não se dava. A prova da confiança da União estava no endosso.

Inadmissivel o que Moacyr pretendia, a imposição do typo, juro, quotas da amortização, prazo, comissão dos banqueiros. Seria tratar S. Paulo como um interdicto! Como eram portanto logicos os que impugnavam o projecto!

Achara Barbosa Lima nebulosos, enigmaticos os termos do projecto quando nelle tudo era claro como a luz meridiana.

Autorizara a União a endossar simplesmente. Mas o que? A emprestimo qualquer ou com fins quaesquer, ao sabor de S. Paulo? Não. Ao emprestimo destinado a liquidar as operações de credito que o Estado effectuara para a valorização do café, operações certas, determinadas, definidas no valor, na expressão do stock declarado na mensagem presidencial de S. Paulo e no parecer da Commissão.

Sabia-se como as praças estavam, e como se isso não bastasse, se declarava ainda em que consistiria essa liquidação ou como se iria operar.

Nada mais era do que converter as varias dividas fluctuantes, de prazo curto, em uma só consolidada, de prazo longo?

Tudo feito com a maior honestidade e sinceridade a declaração da importancia das dividas paulista na importancia de £ 12.687.074.

Declarava-se a natureza da operação commercial quando se fallava em cafés warrantados a esses consignatarios, que a prazo curto haviam adiantado dinheiro para que taes cafés se afastassem ao mercado. Só faltava uma coisa em relação aos pormenores sobre o stock: o nome dos consignatarios. Seria isto o que queria o deputado opposicionista?

Approvado a redacção do primeiro artigo do projecto numero 394 passou-se a discutir o immediato.

Voltou Barbosa Lima á tribuna, com grande vehemencia a prophetizar a derrocada cafeeira inevitavel. O seu grande argumento era que as safras paulistas continuariam immensas ao passo que o consumo caminharia de modo mais tardo.

Para que o consumo vencesse tamanha producção era preciso que o Globo bebesse em pipas em vez de o fazer em chicaras!

De que serveria pois este paliativo do endosso, em face da irremediavel catastrophe?

E amargamente vaticinava que o stock de valorização não liquidaria a situação. A nada sanearia. Perpetuava a crise o que aggravava, generalizava, federativamente fallando. E de modo injusto, porque distribuia pela totalidade das outras lavouras, das outras manifestações da actividade dos mais fracos o conjuncto de prejuizos que até então repousavam sobre o mais forte.

S. Paulo, o mais forte vinha agora pedir o apoio dos mais fracos o da Amazonia e do Nordeste, dos Estados flagellados pela secca, com producção igualmente flagellada pela depreciação!

Com felicidade objectou-lhe então o deputado paulista José Cardoso de Almeida.

"Depois de S. Paulo faltar aos compromissos, poderá V. Ex. dizer isto."

Bateu B. Lima longamente a tecla de quanto era perigosa esta responsabilidade da União em assumir os compromissos dos juros dos Estados. Falou longamente, muito contradictado até o final do discurso a declarar que a acceitação do projecto era grande golpe contra o estatuto constitucional de 24 de fevereiro de 1891.

A Barbosa Lima seguiu-se o almirante José Carlos de Carvalho que fez larga demonstração de sua affeição ao Estado de S. Paulo. Entretanto era infenso ao projecto, como estudioso da questão cafeeira, director antigo que fora das Docas do Rio de Janeiro, relacionado com os grandes *managers* dos negocios cafeeiros nos Estados Unidos.

Fez longo historico da questão, tratou da super-producção, dos pessimos cafés entregues ao consumo, das falsificações, dos succedaneos, das misturas de cafés brasileiros, do detestavel beneficiamento e acondicionamento pela saccaria.

Retomando a 24 de novembro de 1908 o thema da vespera dizia o almirante José Carlos de Carvalho considerar a questão do café um caso nacional, questão de vida e morte para a principal lavoura do paiz.

Depois de se referir á posição privilegiada do Brasil como productor declarava acreditar que a producção brasileira, tão grande como se tornara, ainda não seria bastante para,

addicionada á do resto do Mundo, permittir que, por toda a parte, onde se bebia café, se tomasse realmente café.

A seu ver apenas dois terços dos bebedores de café do Universo ingeria realmente o decocto da rubiacea; a maior parte engulia uma tisana muito ascorosa e no emtanto acceita pelo paladar dos diversos povos!

Mas não se podia, como pretendiam alguns, transformar, de momento para outro, habitos inveterados nos povos que consumiam tal café, para que usassem a bebida preparada, como no Brasil, preparo exigindo maior quantidade de grão.

Não se podia, por meio de propaganda agitada e desordenada, conseguir que taes povos abandonassem os velhos methodos para consumir o café ao sabor brasileiro e deste modo augmentar-se o consumo.

Mas do lado brasileiro tambem havia grandes motivos de erro.

Desde muito vivia elle, orador, a aconselhar, a pedir, a demonstrar praticamente a enorme inconveniencia em se transportar das fazendas aos portos de exportação, e mais além, aos grandes centros de distribuição, uma quantidade enorme de productos imprestaveis como se fossem productos bons.

Desde que taes productos fossem seleccionados com o devido cuidado na propria fazenda, não se teria aproveitado em favor do lavrador uma differença de despezas com o carreto de cafés ordinarios, imperfeitos, misturados com toda a sorte de varreduras de terreiros e paióes, pedras e immundicies? Não era facil verificar-se que tanto pagava de direitos alfandegarios uma sacca. de café bom como outra de café depreciado, com todas as varreduras, avolumando-se o numero de saccas para se inscrever, mas estatisticas internacionaes, que o Brasil exportava 14 ou 15 milhões de saccas, quando poderia ter o mesmo resultado remettendo apenas oito milhões de bom preparo?

O maior culpado desta afflictiva situação era o proprio brasileiro, não só os productores e intermediarios, como os legisladores, autoridades, municipaes e federaes, cumplices de uma situação que todos agora deploravam.

Na Europa verificara *de visu* e numerosas vezes que dos cafés exportados os mais mal preparados eram exactamente os do Brasil.

Com um producto tão descuidosamente beneficiado como pretendia o Brasil concorrer com o producto de outras procedencias, muito reduzido, mas alcançando nos centros consumidores melhores preços?

Acrescia ainda que o café no Brasil começava a ser damnificado desde que sahia da fazenda, e continuava a sel-o chegando ao armazem do ensaccador e dahi até ao porão do navio.

Em Santos onde o café sahia directamente das Docas para o navio e no Rio de Janeiro, onde por excepção um ou outro navio de vela atracava ás Docas Nacionaes, e recebia o carregamento directamente, todo o embarque se realizava em más condições.

O café do Brasil se avaliava nos mercados estrangeiros pelo typo da mistura ou liga, e não pelo qualidade real do producto ao sahir das fazendas.

Vinha a proposito informar como era considerado na França e de que modo tratado nas operações commerciaes, tanto bolsistas como da venda a varejo.

Na França o café das diverssa procedencias se classificava como café *completo, incompleto, neutro* e *café de máo gosto.*

Na primeira serie estavam os cafés do Haiti, e outras procedencias antilhanas, Guatemala, Honduras, Ceylão e Indias Hollandezas, considerados completos, porque uniam ao vigor e aroma a côr avelludada do grão. O vigor se determinava pela persistencia do sabor que o tornava mais ou menos tonico, e por isto esta qualidade ainda se subdividia em *completo forte* e *completo doce.*

O forte era daquellas procedencias, o doce os do Mexico, Colombia, alguns da Venezuela e Ilhas do Oceano Indico e Arabia.

Na classe do incompleto figurava na subdivisão de forte, o typo Rio, series superiores e ordinarias, e na subdivisão do doce o typo Santos.

Considerava-se incompleto aquelle a que faltava qualquer dos caracteristicos citados. Assim se dava com os do Rio uns de gosto acre, tendo, entretanto, todos os demais caracteristicos do completo forte, ao passo que ao Santos apresentando sabor adocicado faltavam as demais qualidades.

Nesta categoria tambem formavam os cafés de Costa Rica, alguns de Venezuela e das Ilhas do Oceano Indico.

Na ordem dos cafés neutros figuravam os do Brasil, Santos, series ordinarias e ainda o de Manilha, por não ter vigor nem aroma. Misturados com outros activavam, porém, a sua acção sem a modificar demasiado.

Os cafés das series inferiores, do Rio e Bahia, embora

muito vigorosos, mas de gosto excessivamente acre, eram classificados de máo gosto.

Os da Costa d'Africa, provenientes de Casengo (Rio Nunes) além de muito fracos tinham o gosto de infusão de feno secco, sendo os de Moçambique fracos e de sabor pharmaceutico.

Na França a preferencia para o consumo de café desta ou daquella qualidade, variava conforme a região. Nos departamentos do Norte tinha o do Brasil grande consumo, mas não figurava no mercado com este nome, mas sob o de Moka, Bourbon e Martinica.

Entretanto, do café Martinica, diziam as proprias autoridades francezas que elle não existia praticamente sob o ponto de vista commercial sendo que o Moka e o Bourbon só figuravam nas importações francezas em proporção absolutamente minima.

Na Bretanha preferia-se o café do Brasil de qualidade superior typo — Rio — do mesmo modo que em Paris e nas principaes cidades de Franças a classe operaria só consumia tal café.

O Santos segundo, não carecia de referencia especial, por ser consumido um pouco por toda a parte sob o nome das misturas.

Para se certificar do que avançavam declarou o Almirante que examinara dois lotes grandes de café typo 7, um de São Paulo e outro de Minas, respectivamente, chegando á seguinte conclusão para as porcentagens de mistura.

	Cafés paulistas	Cafés mineiros
Typo 5	75,6	78,4
Typo 6	1,3	1,5
Moka	7,9	3,6
Moka typo 6 . .	1,3	0,8
Typo 8	12,6	14,2
Escolha	1,3	1,5

O café do Brasil, explicou ainda o Almirante Carvalho passava pelo processo da mistura, para a formação do typo corrente no commercio de exportação o typo 7.

A exportação de typos superiores ou de café especial contava com mercados proprios e era feita em quantidade limitadas. Por isto o typo 7 constituia a base do grande commercio de ex-

portação dos cafés brasileiros. Havia occasião até em que as qualidades boas e especiaes eram sacrificadas pela necessidade de formação do typo 7 a entregar em prazo certo.

Nos paizes exportadores, os da Europa principalmente, esse mesmo typo se desdobrava por uma separação cuidadosa das differentes qualidades para que as melhores fossem entregues á especulação como procedentes de outros paizes já vantajosamente reputados como productores.

O que se fazia no Rio de Janeiro era justamente o que occorria no estrangeiro em grande escala, para que as qualidades superiores pudessem figurar de mistura como os similares de outras procedencias ficando tão somente as inferiores apresentadas como brasileiras.

Poderia o café do Brasil supplantar os similares estrangeiros quando sahisse para os mercados importadores beneficiado, na expressão genuina do termo e não arruinado pelos artificios da especulação commercial, abandonado pelo productor e as leis que prohibissem a exportação de immundicies e misturas ordinarias rotuladas de café do Brasil.

Desde que não sahisse café de typos ordinarios, nem residuos imprestaveis das safras, não haveria certamente, quem fóra do Brasil, ousasse dizer que só o ruim era produzido por este paiz.

Acrescia, que o café brasileiro, exportado sob a base do typo 7, soffria nos centros importadores desdobramento tão cuidadoso, que da mesma sacca sahiam qualidades superiores de differentes typos, que iam servir para augmentar uma producção não existente de outras procedencias, E isto para satisfazer as exigencias do consumidor sobrando o resto miseravel de escolha imprestavel, e esta mesma ruim, para se affirmar que um paiz que se blasonava de produzir tantos milhões de saccas, em verdade fornecia apenas uma massa de qualidade imprestavel, incapaz de competir com os productos das melhores procedencias.

Ia o café do Brasil para o Havre, Hamburgo, Londres, Marselha e Estados Unidos. O importador, sujeitava-o á separação e ahi procedia á operação, inteiramente inversa da que se realizava no Brasil onde fora preparado e misturado para a exportação. Por meio dessa operação, separava-se o café em 6, 7, ou 8 classes differentes, succedendo mesmo que o chamado café caracorilho podia ser misturado com o typo *caracorilho verdadeiro* e vendido por alto preço.

O typo chato ou de terreiro era igualmente separado e vendido directamente aos consumidores que lhe davam preferen-

cia, como se fosse de Porto Rico ou qualquer procedencia bem reputada.

Deste modo fazia-se o aproveitamento dos differentes typos do Brasil, vendidos como de outras procedencias!

O que restava era o arruinado, defeituoso, chôcho e as impurezas do café podre, galhos, folhas seccas, emfim, tudo quanto podia por occasião da escolha, perturbar a combinação de typos de reputação firmada universal.

De modo que, quando o proprio café do Brasil, lá separado dava preço 10 vezes maior do que o escolha, incorporado á mesma sacca, queixavam-se os nossos financeiros, a reclamarem a valorização! Como não haveria de ser depreciado tal producto? Só havia um recurso — o emprestimo!

Desta maneira porém o Brasil não se salvaria de uma agonia lenta, dolorosa, continua, que tantos embaraços creava ao já tão grande movimento commercial do paiz.

Era a ingenuidade tão grande que o Estado de S. Paulo mandara á exposição brasileira do centenario da Louisiana, em 1903, e em S. Luiz de Missouri, grande separador para provar que do typo 7 brasileiro podiam-se tirar todos os demais typos!

Gerente das docas do Rio de Janeiro, durante dez annos, continuou o Almirante Carvalho, ficara horrorizado com os serviços de ensaque e embarque.

Desde o ensaque até á collocação no porão do navio, tudo concorria, mais ou menos, para comprometter o café do Brasil.

A saccaria era o que podia haver de mais ordinario e mais improprio. E como certo dia procurasse o orador desejando ser proveitoso ao paiz, estudar a substituição da saccaria vira-se extraordinariamente combatido e até vilipendiado!

Estudara a substituição do sacco de aniagem pelo de fibra nacional que tambem era uma das riquezas do paiz podendo ser tão subida como o café.

Convinha quanto antes procurar, no Brasil central, levantar a lavoura do café, e no norte a industria do assucar e a lavoura do algodão.

Quem nos portos de Nova York, Havre, Liverpool, Marselha, visse abrir-se o porão de um vapor cheio de café do Brasil, certamente nunca mais beberia café!

Se havia artigo de producção brasileira muito delicado, reclamando bom preparo e tratamento especial, era este: o café. E no emtanto que se fazia com elle? Exportava-se-o em porões prejudicados para esse fim pelo transporte de mercadorias com que tinham chegado abarrotados da Europa e Estados Unidos.

Se os vapores procediam de Liverpool, traziam toda a

sorte de mercadorias: oleos, essencia, alcatrão, tintas e muitos outros de que se deprendiam não só máos cheiros como até gazes infectos que impregnavam os porões prejudicando a nossa delicada mercadoria.

A precipitação das descargas, a falta de tempo, para arejar os porões, tanto no Rio de Janeiro como em Santos, faziam com que continuassem aquelles locaes impregnados de gazes mephiticos, o que iria influir nas excellentes qualidades do café de que se abarrotavam os vapores.

O café ahi collocado, nem sempre bem acondicionado em boas saccas, accumulado dentro de porões fechados hermeticamente, durante uma travessia de muitos dias, sob temperaturas muito elevadas, muitas vezes encostado ao anteparo das machinas, soffria o effeito de fermentação continua e prejudicial.

Quando se abria uma escotilha no porto de destino, a primeira baforada que della sahia era tão asquerosa, tão perturbadora, de tudo quanto pudesse preparar o espirito curioso por ver o producto sahido da terra classica do café, que a decepção se tornava grande.

Em Marselha, a impressão ainda decorria peor, porque os vapores vindos de Buenos Aires e Montevidéo, carregados de lã bruta, couros seccos e salgados, graxas, etc., etc., traziam os porões impregnados de tudo quanto podia prejudicar o café, depreciando-lhe o valor e impondo sua venda forçosamente em condições pouco vantajosas.

Se se observasse ainda o meio de transporte em outros vapores chegar-se-ia á conclusão de que o café attingido em melhores condições aos portos de destino, embora com viagem muito longa, era o embarcado em veleiros, principalmente nos excellentes navios de Baltimore, nos grandes clippers americanos, que transportavam dos Estados Unidos para o Brasil a farinha de trigo.

Sem os inconvenientes das machinas, nem desprendimento de gazes nephiticos, dos cheiros de graxas e outros, o navio de vela confortavel aliás para o passageiro, mostrava-se muito mais vantajoso para o transporte de certas mercadorias delicadas, como o café.

Uma das primeiras coisas que deveriam ter os porões era a seccura. E esta se apresentava perfeita nos veleiros, principalmente nos de Baltimore, que traziam a farinha de trigo ao Brasil, porque este genero, durante a viagem, fazia seccar os porões, absorvendo-lhes a humidade. Assim, quando os navios, terminavam a descarga, tinham os porões perfeitamente enxutos. Se nestas condições recebessem o café, chegaria este aos

portos dos Estados Unidos em circumstancias favoraveis. As partidas do genero assim remettido, embora não pudessem ser grandes, eram relativamente apreciadas encontrando muito bom preço nos lugares do desembarque.

Era impossivel affirmava o Almirante J. C. de Carvalho valorizar o café com o dinheiro e só pelo dinheiro.

Relembrou então e applaudiu vivamente a campanha do Dr. Vicente de Carvalho em principios do seculo, no sentido de se crear um imposto de vinte por cento em especie para serem eliminadas qualidades baixas, escolhas e escorias.

Afiançou que o Brasil devia impedir a sahida de quatro milhões de saccas daquellas varreduras detestaveis que exportava.

Se o café era moeda, esta moeda que podia ser bôa, para honra do Brasil, havia de ser de um padrão diverso do americano, que tanto compromettera a reputação de sua lavoura, typo que se tornara o algoz de todo o negocio em que repousava a vida financeira do paiz.

Declarou ainda o Almirante Carvalho que mantinha relações estreitas com os principaes mercadores de café do Universo. Delles recebera e recebia numerosas cartas reprovando o Convenio de Taubaté e a Valorização, e achando inexequivel o plano Siciliano.

Não haveria banco que o financiasse.

E as previsões destes pessimistas iam se verificando.

Apresentou o Almirante Carvalho duas emendas.

Exigiria o Governo dos Estados cafeeiros medidas immediatas para impedir a exportação de cafés baixos, inclusive o *typo americano* afim de evitar o descredito do producto e reduzir, pela eliminação de taes typos, as quantidades destinadas aos mercados importadores.

Ficaria autorizado o Governo a garantir até a importancia de £ 5.000.000, os emprestimos que o estrangeiro quizessem contrahir os Estados com o intuito de ampararem os respectivos productos, como o assucar, o cacáo, o algodão, o fumo e a borracha.

Na sessão de 25 de novembro foi approvado o artigo primeiro do projecto 394 de 1908 autorisando o endosso, pela União, do emprestimo dos quinze milhões esterlinos. Teve 98 votos favoraveis, 20 contrarios dos quaes oito da bancada pernambuca, tres da bahiana, tres da do Districto Federal, dois da mineira e quatro da do Rio Grande do Sul.

Passando-se á votação dos artigos segundo, terceiro e

quarto do projecto foram elles tambem approvados, e rejeitadas as emendas Barbosa Lima.

As da bancada paulista e do Almirante J. C. de Carvalho passaram para a terceira discussão a pedido de seus apresentadores.

Na sessão de 26 de novembro appareceram novas emendas.

A da bancada paulista era a seguinte:

"O Estado de S. Paulo obriga-se a manter em vigor a lei estadual de 25 de agosto de 1908 até effectiva liquidação do emprestimo, salvo accordo com o Governo Federal na adopção de qualquer outra providencia, que substitua a limitação da exportação do café consignada na mesma lei."

A ella se seguia a de Barbosa Lima autorisando o Prefeito do Districto Federal a contrahir um emprestimo de £ 5.000.000 para a unificação das dividas internas do Districto e a do Almirante Carvalho relativa a mais £ 5.000.000 para o amparo e valorização da borracha, cacau, algodão e assucar auxilio a ser concedido a nada menos de dez estados.

Rompeu o debate o deputado pelo Estado do Rio de Janeiro Dr. Paulino José Soares de Souza Junior.

Lembrou quando combatera o Convenio de Taubaté.

A seu ver o caso da lavoura cafeeira paulista era muito diverso do da fluminense e mineira. Por isso se batera contra a coparticipação do Estado do Rio de Janeiro nas operações da Valorização.

Em S. Paulo havia super-producção e no Rio de Janeiro a producção cafeeira baixara notavelmente. Cahira de 86 mil contos em 1895 a 27 mil em 1907.

O Estado do Rio de Janeiro precisava continuar a vender todo o seu café, mesmo o dos typos baixos e aproveitar as ultimas terras apropriadas a esta cultura. Nada devia fazer para limitar a producção.

Tudo o que o café ainda pudesse produzir era preciso aproveitar para alivio da tarefa de transição economica por que estava passando o Estado da antiga monocultura para outros ramos do trabalho, a industria fabril e a pastoril, a polycultura etc.

A parada na exportação do café não importava porém em affirmação de decadencia economica da região central, cujo grande nucleo commercial era a cidade do Rio de Janeiro.

A exportação de S. Paulo orçara em mais de 15 milhões de saccas de café; ao passo que a producção exportada pela Guanabara não passara de 4 milhões. Entrando o movimento

de importação pelo mesmo porto rendera para a Alfandega do Rio 56.000:000$000 papel, e 31.000:000$000, ouro, ao passo que Santos recebera 33.000:000$000 papel, e .... 18.000:000$000, ouro.

De um lado, exportação quasi seis vezes maior que a do Rio, mas por outro, importação muito menor, quasi de 50 %.

Esquecia-se o deputado fluminense de lembrar que a alfandega do Rio de Janeiro tambem servia a enorme e populosa zona de Minas Geraes muito mais rica no conjuncto do que o seu Estado.

Era falho portanto seu argumento.

Se o Brasil, dirigindo-se ás nações estrangeiras que tambem produziam café, mas de producção de ha muitos annos estacionaria, lhes pedisse que compartilhassem dos onus e riscos, de uma valorização, ellas lhes responderiam aliás muito bem; recusando. Quem augmentara a producção havia sido quem propuzera o convite.

Minas e Rio de Janeiro bem podiam responder do mesmo modo. Não haviam incrementado a producção; do progresso paulista soffriam as consequencias. Tinham as rendas diminuidas, ao passo que as paulistas se achavam colossalmente acrescidas.

Como culpar os dois estados por deixarem S. Paulo isolado em seus esforços heroicos?

Verberando o Convenio de Taubaté que não passava de legitimo *corner* ou *trust* lembrava o fracasso absoluto e recente de operações similares: a valorização tentada do cobre e da prata nos Estados Unidos e do trigo na Russia.

Havia além de tudo o phantasma da inexaurivel producção das terras fertilissimas do oeste paulista.

Duvidava da exacção das palavras do Presidente de São Paulo quando affirmara, havia poucos mezes, que, alcançado o principal objectivo, isto é, afastar-se da offerta insistente dos mercados o excesso da producção da immensa safra de 1906 a 1907, podia-se considerar restabelecido o equilibrio do mercado.

Qual fora tal resultado? O Convenio propuzera fixar-se 7$000 para o typo 7. O Estado de S. Paulo entrara no mercado, comprara por este preço, aproximadamente, 8.000.000 de saccas retirara-se dando como restabelecido o equilibrio do mercado. Quando começara, haviam os preços baixado ainda mais. Ao findar a operação os preços continuaram a baixar. Em 1905 tinham sido: maximo 9$500 minimo 6$200; em

1906: maximo 7$600, minimo 6$200; em 1907: maximo 6$400, minimo 4$700!

De anno para anno mais baixo!

E como o deputado paulista Dr. Adolpho da Silva Gordo affirmasse que não fora a intervenção official a depressão seria muito maior acrescentou o Dr. Paulino de Souza Junior que era muito difficil argumentar com o condiccional. E assim peremptorio declarou que o alvo do Convenio de Taubaté era a elevação dos preços o que não se conseguira nem se conseguiria!

A lei natural da offerta e procura continuava vigorosa a resistir á sua postergação.

O naufragio do Convenio e do plano valorizador de São Paulo, o que era o mesmo, vinha a sêr um facto.

Não receiava o deputado fluminense a influencia do despejo dos oito milhões de saccas do stock sobre os preços. Haveria quando muito baixa momentanea e dentro em pouco tudo se normalisaria.

Contestava que as emissões volumosas dos principios da Republica fossem as causadoras da super-producção paulista. Vinha elle de muito mais longe. Puzera-se S. Paulo desde 1875 a alargar immenso os cafesaes, affirmação esta exageradissima em face dos numeros.

A causa era outra. Causa natural: a descoberta de terras mais apropriadas ao plantio do café do que as até então exploradas.

Observou o Dr. Galeão Carvalhal, deputado por S. Paulo que os preços altos haviam attrahido para S. Paulo capitaes não só de paulistas como de todos que para lá haviam querido ir.

Poderia ter objectado que sem a grande derrama de dinheiro não haveria a facilidade de credito e portanto a isto se devia o cerceamento das plantações.

Divergia Paulino de Souza dos impugnadores do endosso. Achava sufficiente as garantias paulistas.

Havia ainda a vantagem de se por ponto final, liquidando-a, a infeliz tentativa da valorização. O pensamento do Governo de S. Paulo, conforme se proclamara, era dispor do stock, embora lentamente. Esta tentativa não poderia ser renovada, não só, pelo exemplo da primeira, que serviria de escarmento, como pela apertada situação financeira, em que ficava o Estado, especialmente por não poder mais aplicar a cobrança da taxa de cinco francos, dada em garantia á União, a quaes-

quer outras operações de credito, capazes de resuscitar o plano do Convenio.

Mas, se não havia risco para a União e existia a vantagem, que indirectamente redundaria em proveito della de se libertar S. Paulo de tão angustiosas situação, parecia um dever e um serviço publico prestar-lhe o auxilio pedido já que sobretudo a União respondia perante o estrangeiro por todos os emprestimos contrahidos pelos Estados e até pelas municipalidades.

No direito interno, nacional, cada qual era responsavel por seus emprestimos, externos ou internos mas não assim nas relações internacionaes. Perante o estrangeiro só existia a Nação, Brasileira, a União.

No dia da execução em que houvesse perigo de occupação ou qualquer medida de força, teria esta forçosamente de intervir.

Votaria pois pelo endosso mas a lastimar que o auxilio a ser concedido não entendesse com melhoramentos o progresso e a grandeza do Estado de S. Paulo, e sim representasse a funesta consequencia do grande erro, que, por muito tempo, pesaria sobre o trabalho e a fortuna paulistas.

Voltou Calogeras á tribuna. Queixou-se de que lhe haviam attribuido opiniões que nunca tivera, e esquecido por completo os motivos da tenaz resistencia á intervenção official na questão do café.

Queria lembrar, antes de tudo, que representava Minas Geraes onde o café assumia extraordinaria importancia. Timbrava em estudar o problema economico. Alheando-se de qualquer paixão appellava para a razão e o bom senso.

Queria estudar pois as hypotheses das consequencias do endosso e do não endosso.

Negando-o a União que succederia: crise immediata.

Os cafés warrantados viriam ao mercado e de accordo com os interesses do emprestador, de modo a não produzir a quéda brusca e notavel de preços. Não poderiam descer abaixo dos 40 — 42 francos por 50 kilos, valor médio se não minimo, adeantado sobre a mercadoria.

Isto mostrava a inanidade do argumento *ad terrorem* para se acenar com o phantasma da bancarrota immediata. Tal preço serviria de base ás compras no Brasil. Relativamente escassa a colheita de 1908-1909, poderia o governo paulista lançar mão de recursos efficazes para impedir a avolumação dos stocks pela safra immediata de 1909-1910. Entre taes recursos figuraria sem duvida o imposto *in natura* cujo producto

deveria ser incinerado emquanto as sobras da producção se não normalizassem.

Quaes os prejuizos?

Em primeira linha o pagamento pela União dos encargos do emprestimo de £ 3 milhões. A escassez de letras de cobertura se fazia sentir, menor do que se suppunha entretanto; pois o supprimento visivel de café não abasteceria o mercado durante um anno, exigindo a exportação da mór parte da safra de 1908-1909. Esta mesma escassez reiterava-o deveria ser combatida com os recursos da Caixa de Conversão do Thesouro, do Banco do Brasil e dos negociantes de café operando sobre depositos; além dos elementos trazidos por uma politica favorecedora da introducção de novas industrias, com raizes no paiz, e incrementadas com capital estrangeiro.

Ahi existiria mais do que o sufficiente para enfrentar as difficuldades de falta de letras no primeiro semestre consecutivo á entrega dos cafés warantados. Não havia exagero em tal allegação para quem conhecesse o mecanismo commercial brasileiro e estivesse ao par dos balanços economicos do Brasil nos ultimos annos.

A situação interna dos fazendeiros se regularizaria pelos accordos entre mutuantes e mutuarios, execução de penhores, transferencias de dominio, as mil e uma modalidades salvadoras das crises.

Ver-se-ia saneada a posição financeira das culturas, barateado o custo da producção, revigorada esta ultima para resistir á baixa dos preços.

Accordos com as vias-ferreas, facilidades aduaneiras para a importação directa da saccaria, e, sacrificio dos Estados no tocante aos impostos de exportação, ainda facultariam o resurgimento agricola.

Em todos esses actos, a collaboração, directa ou indirecta, do Governo Federal, poderia e deveria fazer-se sentir. Os sacrificios, compensados dentro em curto prazo, seriam menores que os onus oriundos do emprestimo de £ 15.000.000.

Que traria a segunda hypothese?

O stock visivel a 30 de junho de 1908 (14.130.000) e mais a safra provavel de 1908-1909, (Brasil 12.500.000 e Estrangeiro 4.000.000) daria um total de 30.630.000 saccas. Assim o stock a 30 de junho de 1909 seria de 13.330.000. Com as lavouras repousadas a safra de 1909-1910 seria enorme em S. Paulo. Falava-se até em dezoito milhões. Que lhe concedessem 14 e 18.500.000 para o Brasil. Era o caso de se



avaliar o stock visivel a 30 de junho de 1910 em 15.530.000 saccas.

Onde se iria parar?

Ahi se encontrava a justificação da ameaçadora affirmativa, leal, feita pelo Sr. Alcindo Guanabara, de que S. Paulo não podia assumir o compromisso de não ter de novamente recorrer á União em novas crises de super-producção!

Admittido, que os cafés, retirados do mercado, não viessem a pesar sobre este, ainda assim ficaria um stock negociavel de cerca de onze milhões de saccas, analogo ao que existia em vesperas da operação valorizadora, e ainda com a previsão de nova safra regular superior ao consumo. Que emprestimo se deveria então pedir?

Era ficticia a allegação de que o stock official, arredado do mercado, não influia sobre este.

Além de tudo, guardado o genero por largo prazo, as armazenagens, commissões, seguro, juros, dentro em pouco, tanto pesariam que cada dia augmentaria notavelmente o prejuizo da liquidação.

Não havia, pois, pessimismo, em affirmar que o emprestimo viria apenas agravar, adiando-a por dois annos, a liquidação da crise da super-producção cafeeira.

Não se podia affirmar que elle viria encerrar definitivamente a politica de auxilios federaes e estaduaes ao commercio do café?

Tanto os adversarios como os defensores de taes medidas: concordavam em dizer que os stocks existentes, sommados ás colheitas previsiveis, geravam supprimentos crescentemente superiores ás necessidades do consumo. Sem descuidar do alargamento deste ultimo, moroso por sua essencia, era, na limitação da offerta que se encontrava o remedio unico, e prompto.

Nada haveria de melhor do que o imposto *in natura* aliás difficil nos primeiros tempos.

Para se manterem as condições actuaes do mercado seria necessario eliminar este augmento de 3,5 milhões, ou pouco mais de 25 % da safra paulista de 1909 a 1910. Difficil seria aliás cobrar semelhante contribuição, além da sobretaxa e dos impostos correntes, sem arruinar os fazendeiros menos favorecidos pelas condições naturaes da producção. Ahi residia o motivo pelo qual se recuava ante a solução natural e normal da crise.

Outro remedio precisava ser encontrado sem prejuizo deste, como recurso contra o desenvolvimento inconsiderado

das culturas. E este se encontraria na destruição do stock de sete milhões de saccas, propriedade do Governo, paulista.

Assim apresentava a Camara uma emenda mandando incinerar as 6.994.920 saccas da Valorização armazenadas na Europa e nos Estados Unidos.

A Calogeras seguiu-se na tribuna o deputado por São Paulo Dr. Galeão Carvalhal.

Fez longo historico da questão, rebatendo a suspeita de inconstitucionalidade do endosso apregoada por Barbosa Lima e Moacyr. Demonstrou quanto havia de vitalidade no organismo economico de S. Paulo. Estavam as finanças do Estado prosperas. Não se enfraquecera a capacidade tributaria paulista; longe disto.

Rebateu os dizeres pessimistas e injustos do deputado Americo Werneck que depois de analyse violenta do Convenio de Taubaté e das operações praticadas pelo Estado de S. Paulo, prognosticara a ruina das finanças da União, exclamando que para semelhante situação só havia duas sahidas, a revolta ou o abandono das culturas!

A' Camara não podia deixar de protestar contra o programma aconselhado pelo deputado fluminense.

A indole conservadora e progressista dos paulistas e brasileiros não acceitava soluções violentas para os problemas economicos e financeiros. Nem a Lavoura estava moribunda e nem os lavradores dispostos a abandonar os cafesaes. Se as medidas governamentaes, tendo em vista a prosperidade da Lavoura, não surtissem effeito, só restaria esperar a liquidação dos negocios, encaminhada com a maior severidade, tendo sempre em vista o bem publico.

Era a riqueza publica paulista consideravel. A União arrecadara no Estado mais de cinco milhões esterlinos. O progresso e a civilização não haviam descontinuado dentro de uma area onde viviam tres milhões de almas ordeiras e trabalhadoras.

Se S. Paulo deixasse de satisfazer os compromissos de honra, porque o empobrecimento geral o anniquilara, então o Brasil inteiro experimentaria as mais duras privações.

A Calogeras respondeu Serzedello Correia taxando-o de incoherente. Passara do *laissez faire* á idéa da queima do stock da valorização! Revidou increpações do deputado Dr. Pedro de Toledo que declarara haver nas clausulas do projecto o proposito de se humilhar o Estado de S. Paulo.

Protestava contra esta asserção com a maior vehemencia.

Porque se exigia que o Estado depositasse o que arreca-

dasse da sobretaxa em repartição designada pelo Governo Federal sentir-se-ia elle deprimido?

Mas, já para o emprestimo Schroeder não depositava com antecedencia as quantias precisas ao serviço de tal emprestimo?

No assumpto em questão havia uma parte commercial, e ante as duas espheras de responsabilidades, cabia o dever de se darem á União todas as garantias, sem que isto importasse em desconsideração para com S. Paulo.

Declarava Serzedello Correia que S. Paulo não era um Estado, e sim, por assim dizer, uma nação.

Sem o trabalho paulista não seria o Brasil a grande, a poderosa Nação que se constituira.

O leader da bancada do Rio Grande do Sul, Dr. Cassiano do Nascimento, declarou que queria explicar ao paiz o apoio proprio e o da grande maioria de seus collegas ao endosso.

Infenso a este, aliás, considerava-o aberrante das leis da sciencia economica. O stock, retido aqui ou alli, era sempre stock; sempre a determinar a alto ou a baixa e naturalmente a baixa, por constituir sempre uma ameaça.

Por estas e outras considerações chegara á conclusão de que o plano adoptado pelo E. de S. Paulo não fora, aos seus olhos e aos dos seus collegas da maioria da bancada, feliz.

Mas agora não se tratava de valorização do café, e sim de amparar o credito de S. Paulo, ao qual se ligava o nacional para se evitar inevitavel crack.

Quanto á ameaça do novo stock quiçá a emenda de Calogeras e outras quaesquer não conseguissem tirar o paiz das difficuldades existentes graças ao stock de 7.000.000 de saccas e acaso creado pela super-producção devida á safra paulista de 1909-1910, que todos diziam ser grande.

A culpa da crise a ninguem cabia. Era phenomeno natural. O homem corria sempre em busca de lucros e estes lhe haviam sido fartamente offerecidos no feraz oeste paulista. Dava-se o caso em toda a parte e continuaria a occorrer em todas as épocas.

Não havia assim incoherencia, nem illogismo, no pronunciamento da bancada do Rio Grande do Sul, aliás, infensa ás chamadas valorizações.

Proseguindo no plano de combater, de todos os modos, a concessão do endosso da União, apresentara Barbosa Lima, como vimos, uma emenda e o Almirante José Carlos de Carvalho outra.

A Commissão de Finanças recusou-se a receber a ambas,

peremptoriamente, allegando que nem o Prefeito do Districto Federal nem os governos dos estados haviam solicitado os subsidios que se lhes queria dar não sabendo a Commissão até se elles cogitavam de realizar taes operações valorizadoras.

Apresentou o Almirante J. C. de Carvalho segunda emenda propondo que o Governo promovesse accordo com os Estados cafeeiros para a uniformização de medidas immediatas destinadas a impedir a exportação de cafés baixos, inclusive do typo 7 americano, afim de se conseguir pela eliminação, a reducção da quantidade de saccas destinadas aos mercados importadores, e assim se evitar o descredito do café brasileiro no estrangeiro.

Foi recusada sob a allegação que tal medida escapava á competencia do Congresso.

Quanto á emenda de Calogeras expendeu a Commissão de Finanças o alvitre de que a Camara a recusasse sob o pretexto de que não só fora o stock penhorado como poderia a incineração do café constituir verdadeira imprevidencia dada a irregularidade conhecida da producção paulista.

Sem duvida era elle elemento a influir sobre a baixa; mas isso se dava especialmente com os stocks que precisavam forçosamente ser vendidos. Com um stock feito para não ser vendido a toda a hora, que não seria alienado se as condições não o permittissem vir a ser vendido aos poucos, por pequenas parcellas, se as condições do consumo assim o exigissem, muito se modificara a posição do problema e a força da acção catalitica por elle exercida sobre a depressão dos preços.

Recommendou a Commissão a adopção da medida proposta pela bancada paulista quanto á vigencia da lei reguladora da exportação.

Encerrando exactamente o mesmo intuito do dispositivo do projecto, dava todavia ao Estado maior amplitude para agir em assumpto de natureza delicada e constituia o eixo de toda a questão a efficacia da operação que S. Paulo ia realizar.

Encetou-se a discussão sobre as emendas, e Barbosa Lima defendeu o seu projecto sobre o auxilio do Districto Federal cujas finanças estavam, declarou, avariadissimas. Esta situação trazia a maior irritação á população, carioca que sabia quanto o erario municipal se vira prejudicado pela megalomania do governo presidencial de 1902 a 1906.

Combatida por Serzedello Correia foi a emenda rejeitada. O Almirante Carvalho quiz tambem defender a sua e protestou contra o parecer da Commissão de Finanças não logrando

maior exito. Foi tambem rejeitada a de Calogeras, obtendo approvação a da bancada paulista.

Afinal surgiu a tela dos debates a redacção final do projecto n. 394 de 1908.

Decretou o Congresso Nacional: ficava o Presidente da Republica autorizado a garantir até o maximo nominal de £ 15.000.000, o emprestimo externo que o E. S. Paulo contrahisse para liquidar as operações effectuadas para a valorização do café, e converter em divida consolidada as operações fluctuantes de credito já realizadas com o mesmo fim.

Para tal effeito, o Estado se obrigaria a acceitar e por em execução diversas disposições.

As importancias da sobretaxa de cinco francos, por sacca exportada, seriam depositadas, semanalmente, em estabelecimento que o Governo Federal designasse, e destinadas ao serviço de juros e amortização do emprestimo. Não poderiam de modo algum, qualquer que fosse o fundamento, ser desviadas de tal fim.

No caso de insufficiencia do producto da sobretaxa de cinco francos, ficaria o Estado de S. Paulo obrigado a entrar com a importancia necessaria, em tempo proprio, para o pontual e exacto cumprimento do serviço do emprestimo, devendo qualquer excesso, annualmente verificado, ser conservado em deposito para pagamentos ulteriores.

Ao emprestimo seria dado como garantia aos credores o stock de 6.994.920 saccas que no Exterior possuia o Estado de S. Paulo. Mas nesse mesmo contracto se deveria estipular que a venda destes cafés so poderia ser feita mediante accordo entre o Governo Federal e o de S. Paulo e autorização do primeiro.

As receitas obtidas das vendas dos cafés em stock seriam exclusivamente destinadas á amortização do emprestimo.

Se por qualquer eventualidade houvesse conveniencia em reduzir o E. de S. Paulo o imposto sobre a exportação de café, tal reducção não poderia, de todo, affectar a sobretaxa de cinco francos.

Obrigava-se o Estado de S. Paulo a manter em vigor a lei estadual de 25 de agosto de 1908 até effectiva liquidação do emprestimo, salvo accordo com o Governo Federal na adopção de qualquer outra providencia que substituisse a limitação da exportação do café, consignada na mesma lei.

Ficava o Presidente da Republica autorizado a adoptar, além das garantias pre-estabelecidas, todas as que entendesse

necessarias e decorrentes da natureza da operação a que se referia a lei.

Protestou Barbosa Lima, energicamente, a lembrar, com amargor, que a redacção final do projecto não procedia da commissão de Finanças quando se tratava de projecto envolvendo medidas de caracter financeiro.

Extranhava ainda o facto.

Como, pois, e immediatamente após a votação, sem que nenhum dos deputados presentes a este trabalho se tivesse erguido da sua cadeira, poderia a Camara conhecer e approvar uma redacção que não podia ainda estar feita?

Como, pois, tratando-se de tão delicado caso e immediatamente após a votação, (sem que se tivesse reunido a Commissão competente e sem a audiencia da de Finanças que em regra fazia o papel de Commissão de Redacção nestes assumptos) era o projecto de lei enviado do modo mais celere, ao Senado?

O deputado Gonçalo Souto explicou que nada mais fizera a Commissão de Redacção do que se orientar pelo espirito reinante na Assembléa. Bem estava ao par das emendas quaes seriam approvadas e quaes as rejeitadas.

A esta declaração pontuou Barbosa Lima com os mais calorosos e ironicos bravo! bravo!

CAPITULO XII

Discussão no Senado Federal do pedido de endosso da União para o emprestimo de quinze milhões esterlinos para as operações da Defesa do Café — Parecer da Commissão de Finanças — Palavras do relator Urbano Santos — Voto em separado de Francisco Sá — Opposição de Severino Vieira — Debates muito acalorados — Vehemente opposição de Barata Ribeiro — Resposta de Alfredo Ellis — Approvação pelo Senado da concessão do endosso

Na sessão de 4 de dezembro de 1908 appareceu na ordem do dia do Senado Federal o exame do parecer da Commissão de Finanças sobre a proposição n. 190 de 1908 da Camara dos Deputados.

Subscreviam-n'a o relator Urbano Santos, o presidente interino da commissão, Feliciano Penna, e os demais membros Francisco Glycerio, Oliveira Figueiredo, José Joaquim de Souza, Alvaro Machado e Francisco Sá sendo que este assignara vencido.

Começava o parecer por uma rapida explicação da Valorização.

O Convenio de Taubaté não visara combinação entre os productores de café, ou uma concentração de suas forças. Mirara unicamente regularizar a offerta do producto, independente mesmo da vontade dos productores. Não tivera em vista um interesse permanente, e sim transitorio; não julgava crear uma organização definitiva como a syndicalização da Lavoura e sim unicamente obter um resultado occasional para a debellação da crise.

Na falta de organização residia o maior perigo. Nunca houvera combinação entre os productores para a limitação da producção.

A regularização da offerta decorria destas medidas, naturalmente, sendo os productos retidos na propria fonte de proveniencia.

Não assim no caso do monopolio da especulação que vinha a ser o collimado pelo Convenio.

Ahi se rompia a harmonia dos interesses: o do monopolio consistia em regularizar a offerta e dominar o mercado. Procurava, portanto, a esta diminuir, accommodando-a á procura.

O interesse do productor era aproveitar os preços, melhorados pela acção do monopolio, por isso concorria ella para avolumar a offerta, perturbando o equilibrio commercial. Estabelecera-se uma opposição de interesses, verdadeiro antagonismo de forças esforçando-se o monopolio por amplial-a. O resultado natural da acção dos productores era a ruina do proprio monopolio. D'ahi o perigo de combinações desta natureza, e o seu caracter necessariamente transitorio segundo a lição dos economistas.

Pela segunda vez pedia S. Paulo o soccorro da União para consolidar operações a prazo curto, que realizara. O mercado segundo a opinião dos especialistas, mantinha-se indeciso ante a duvida de que o governo de S. Paulo pudesse deter por longo prazo as 6.994.920 saccas que possuia. Adquirida a segurança de que o Estado não se veria coagido a dispor immediatamente do grande stock, a desconfiança desappareceria e os compradores entrariam sem receio no mercado.

Ao ver da Commissão de Finanças devia o Senado, autorizar o endosso. O interesse da União achava-se preso ao exito do plano concebido pelos tres Estados e executado pelo de S. Paulo.

Na valorização do café existia, por certo, interesse immediatamente regional. Nem valiam artificios de argumentação para velar evidente verdade. Mas não era menos certo que o desastre do plano valorizador repercutiria profundamente na economia publica em geral, e conseguintemente nas finanças publicas, acarretando, sem duvida alguma crise intensa de que só mediante ingentes sacrificios o paiz se restabeleceria.

Acreditava a Commissão que, se apezar do endosso, o mallogro do plano, acaso se verificasse, diffundir-se-iam estes effeitos nefastos por um periodo mais longo, attenuando-se deste modo a sua acção. Era de toda a conveniencia para o Estado de S. Paulo, e para o paiz, que a valorização, dado o aspecto que assumira, se encaminhasse com as cautelas necessarias, sem duvida, mas decisivamente, para a sua liquidação.

A proposição da Camara, conservava ao plano da valorização o feitio proprio. Apenas transformava as medidas complementares do plano em outras tantas garantias dos interesses da União. Embora não approvando o caracter de algumas des-

sas medidas, pensava a Commissão que a proposição devia ser approvada *in totum*.

Na sessão de 5 de dezembro entrava o projecto da commissão em primeira e segunda discussão declarando o Dr. Candido Barata Ribeiro que se absteria de votar.

Passou logo a proposição a terceira discussão por se considerar materia urgente.

Rompeu o debate o Dr. Francisco Sá, Senador pelo Ceará, para justificar os considerandos do voto vencido.

Julgava tão illusorias a esperança e a promessa de se solverem agora, definitivamente, as difficuldades creadas pela aventura commercial da valorização quanto o haviam sido aquellas em que se baseara o emprestimo de £ 3.000.000, de 1907.

A retenção do stock, dos sete milhões não impediria ou antes aggravaria a influencia depressora sobre os preços da safra de 1909-1910.

Tal consequencia não seria evitada pela diminuição coerciva das exportações. A prohibição não fazia mais do que deslocar o stock formado pelos cafés produzidos e não exportados, sem impedir a influencia necessaria de nova repreza sobre as cotações.

Tanto mais perniciosa tal influencia quanto as disponibilidades do producto que a haviam determinado teriam de ser sustentadas por condições de menor ressitencia, quaes os recursos dos lavradores, sobrecarregados ainda pelos grandes onus do capital immobilizado e a armazenagem da mercadorias.

A crise seria portanto, em vez de conjurada, aggravada pelo proprio adiamento artificial de fatal desenlace.

Era inconstitucional o dispositivo relativo á conservação da sobretaxa pois investia a União da autoridade de regular direitos que a Constituição conferia privativamente aos Estados de tributar a exportação.

Era a operação enorme e tornar-se-ia sobremodo pesada aos já tão consideraveis encargos da União.

A Francisco de Sá succedeu na tribuna o senador bahiano Severino Vieira:

Fora muito melhor declarou que se deixasse a crise de S. Paulo resolver-se pelos processos naturaes. Haveria vencidos, victimas cahiriam na luta. Do curso natural das leis economicas, surgiria a solução da crise.

Se ella houvesse sido deixada exclusivamente a cargo dos

productores de café, encontraria solução como ia tendo a do assucar nos Estados do Norte.

A desvalorização do producto, poderia concorrer poderosamente para a ampliação do consumo e depois, passada a tormenta, deveria advir situação muito melhor em substituição dos males creados pela super-producção.

Com o processo, posto em pratica, acontecia que, os productores estavam á espera dos beneficios da Valorização, e estes elles os estavam pagando antes de se aproveitarem delles, de modo bem penoso e afflictivo.

Admirava-se pois se que já não houvesse occorrido dentro do proprio Estado de S. Paulo verdadeira revolta contra a *loucura da valorização*. Protestava além de tudo contra a inconstitucionalidade do projecto em debate.

Quem, no Senado, a este moveu formidavel opposição foi Barata Ribeiro que, já em 1906, tanto se assignalara pelo ataque vehemente á approvação do Convenio de Taubaté.

Encetando longo discurso timbrou em lembrar que como homem idoso nascera e crescera com a geração para a qual o Brasil era o café e o café o Brasil. Deste modo de pensar discordava aliás o actual presidente da Republica que na sua plataforma presidencial não se referira de modo especial á questão cafeeira.

Contestou formalmente que o endosso fosse facto decorrente da lei do Congresso que obrigava a União a esta responsabilidade: a lei 1449 de 26 de dezembro de 1905.

Notava-se que o proprio Estado de S. Paulo, segundo o Convenio eximira a União, como os Estados contractantes, de todo e qualquer esforço, e responsabilidade neste sentido. A lei em questão não dera base ao esdruxulo Convenio de Taubaté desamparado por toda a legislação nacional.

Não autorizara o Convenio, nem mesmo nenhum Estado a entrar em accordo com outros, para resolver a questão da crise cafeeira sob o ponto de vista industrial e commercial.

Cogitara apenas de autorizar o Presidente da Republica a entrar em accordo com os Estados productores para resolver sobre as providencias adoptaveis no sentido de promover o alargamento do consumo, melhoria de preços etc. etc.

Passou Barata Ribeiro a fazer detida analyse dos artigos do Convenio servindo-se das palavras das mensagens presidenciaes paulistas.

Valeu-se dos termos do Dr. Jorge Tybiriçá para indagar da differença de 23.976 contos de réis entre o preço da compra do stock e as despezas da valorização, differença enorme.

Que comprehendia? quotas de juros? commissões de emprestimos? transportes?

Assim frisava de quanto ficariam desfalcados os 15 milhões, a cujo endosso ia a União prestar-se.

Atacou fortemente o senador carioca ao Conselheiro Antonio Prado por se envolver nesta transacção quando outróra fora adversario da valorização.

Se o Presidente da Republica havia pouco, andava tão desinteressado do café como agora se mostrava afoito em defender o endosso?

E como Severino Vieira lhe observasse que se tratava de uma viravolta de opinião retrucou-lhe Barata affirmando que o Chefe do Executivo claramente demonstrava vacillar. Não queria encampar a responsabilidade decorrente da acção do Legislativo.

Era summamente injusto que o Thesouro Federal, assumisse tão grandes encargos por causa dos lavradores de café quando vivia o Nordeste horrivelmente flagellado pelos horrores da Secca, argumento que aliás não cabia de todo quando se discutia uma questão de caracteristicas nitidamente commerciaes e não de um fornecimento de soccorros.

Afiançou Barata que continuaria S. Paulo a pedir dinheiro de tempos a tempos, para o atirar ao tonnel das Danaidas da Valorização.

Não tinha coragem para enfrentar a situação; e estoicamente resolver o problema do trabalho.

Era, portanto, victima da incomprehensão do momento social que atravessava.

Cahira ferido pela imprevidencia que lhe creara a situação difficil em que se debatia.

Quanto tempo seria preciso para poder o governo paulista libertar-se do stock? E isto quando a manutenção deste consumiria sommas colossaes.

Os proprios paladinos maximos do endosso como Guanabara e Serzedello não haviam conseguido responder ás interpellações a respeito do prazo possivel, ou provavel, da liquidação do stock. Os meios coercivos da producção eram drasticos além de inconstitucionaes.

Estabeleceu o orador similes absolutamente inadequados ao caso como o do exercicio profissional, demonstrando assim que lançava mão de taes argumentos como verdadeiro recurso de tribuna.

Tão vehemente a objurgatoria que chegou a qualificar as medidas de restricção de alvitre immoral e iniquo fazendo

resurgir, como providencia quasi civilizadora, o regimen tyrannico do feudalismo medieval!

E não haveria além de tudo perigo em incentivar-se a concorrencia exterior reanimada pela alta dos preços?

Não era crivel que, quando S. Paulo tivesse limitado, á força a exportação dos seus cafés, para que os preços augmentassem, não era crivel que a America Central ou outras regiões deixassem de aproveitar-se das novas circumstancias creadas pelo estado brasileiro á custa da liberdade constitucional da Nação e da propria, em detrimento do direito de propriedade de seus filhos e habitantes! (sic)

Os calculos da Valorização não tinham a menor base estudada a serio, afiançou peremptorio.

As providencias até então tomadas para forçar a alta nada de bom haviam trazido.

Não havia na historia commercial e industrial do Globo a respeito de qualquer mercadoria e objecto de commercio que fosse caso algum em que se conseguisse augmentar o consumo pela majoração de preços.

Tão apaixonado o senador fluminense que chegou a sustentar verdadeiros paradoxos.

A razão por que na Europa se inventavam, todos os dias, meios de fabricar café artificial era obvia, a carestia do café porque o lavrador brasileiro não se queria resolver a produzil-o barato!

Quando o café se vendia outr'ora a 3$000 se crystalizara a riqueza nacional.

Tornara-se elle o ponto de partida de todas as grandes reformas, e aspirações nacionaes.

Abrira nas terras virgens as estradas de ferro que vinham ao littoral, pondo-as em communicação com os povos civilizados.

Promovera todas as reformas commerciaes e industriaes do paiz; e fora até o introductor, de mão forte, do systema metrico, e assim por deante.

Pois bem, nesta phase notavel, vendia-se café a 3$500 a arroba!

Proseguindo na sua campanha paradoxal chegava o exaltado opposicionista a prophetizar que collocados em situação penosa pelo encargo do pagamento da sobretaxa poderiam os lavradores paulistas ver-se a braços com a concorrencia dos cafeicultores do Espirito Santo, da Bahia e até do Ceará! Isto quando a lavoura espiritosantense era reduzida a da Bahia ainda menor e a cearense muito exigua.

S. Paulo, sacrificando a liberdade, alterando na sua essencia constitucional o direito de propriedade, não conseguiria realizar o seu intento!

Depois de tão grande sacrificio, ficaria peor do que antes e além do mais pobre e deshonrado (sic).

Haveria outro perigo ainda.

Para fazer frente ao serviço de juros da divida dos 15 milhões precisaria o seu governo taxar, mais pesadamente ainda, os contribuintes e isto podia leval-os ao desespero talvez até á revolução (sic).

E era a União quem forçava a esta super-taxação! inflingindo séria humilhação a um estado da Federação a quem autoritariamente dizia: de hoje em deante não tendes o direito de tocar na taxa de cinco francos com que gravastes a vossa população agricola, a quem empobrecestes, porque esta é a garantia do dinheiro que vos empresto para vos fingirdes de rico! (sic).

Dando outro rumo a sua verdadeira objurgatoria allegava Barata Ribeiro que S. Paulo, estado livre da Federação Brasileira, produzia muito café para com elle constituir tres quartas partes da riqueza da Nação.

E o resto quem fornecia?

A prodigiosa e espontanea fertilidade das terras do Brasil, a Divina Providencia?

Não! o lavrador de assucar, abandonado as proprias forças; o exportador de cacau, condemnado a lavrar a terra e regal-a, com o suor do rosto, os plantadores de fumo que, graças á incuria do Governo, haviam perdido o monopolio do producto, vivendo expostos a uma concorrencia ingrata, o plantador de algodão e por ultimo os exploradores de novos mundos, sepultados nas terras invias da Amazonia, affrontadores das iras do tempo e da insalubridade de regiões desconhecidas, para enriquecer a Nação que os abandonava aos azares inclementes da morte! (sic)

Tal a paixão de Barata Ribeiro que chegou a lançal-o em injustificavel attitude.

Aos demais brasileiros das terras pobres a voz da Miseria segredaria que eram os destinados á dizimação pela fome! Que se consolassem com o saberem que os cofres de S. Paulo regorgitavam a custa do seu suor. Os stocks de café se avolumavam e mantinham-se de pé empilhados, graças aos milhões para os quaes concorriam com o seu trabalho! Ficassem satisfeitos porque era a Nação que detinha o monopolio do café, monopolio aliás de verdadeira phantasia!

Continuando neste diapasão quando havia pouco affirmava que não nutria a minima má vontade contra o Estado de S. Paulo, proferiu Barata Ribeiro verdadeiras enormidades.

Que vinha ao caso que o Brasil produzisse muito? e o Estado de S. Paulo a maior parte desta safra?

Contribuia com as tres quartas partes, a metade ou a totalidade dos orçamentos federaes? Pois bem ainda assim não se justificaria o sacrificio da Nação em seu beneficio.

Continuando na serie de suas increpações aos paulistas, á valorização e até ao café, annunciou Barata Ribeiro a opinião de que ao seu ver não poderia Ferri, o famoso criminalista, jamais haver dito que o café se destinava a substituir o alcool, pela mesma razão de que o alcool jamais substituiria o café.

Tal affirmação consagrava verdadeira utopia.

Era preciso, sobretudo, que o café fosse bom e barato, coisa que começava por não se dar no proprio Brasil, no proprio Estado de S. Paulo. Alli por exemplo, a não ser no centro de sua capital, não se bebia café e sim qualquer beberagem repugnante, como aliás, se dava no Rio de Janeiro, onde se bebia cevada (sic) como café.

Café de café! concordou a apoiar um aparte. Curioso entre parentheses que, estando no Rio de Janeiro, houvesse o senador carioca affirmado que as falsificações dos torradores se operasse por meio da cevada quando ninguem ignorava que ellas eram feitas sobretudo por intermedio do milho e da carnaúba, como a cada passo documentavam as diligencias policiaes.

Lembrava Barata Ribeiro que apezar da enorme baixa do genero continuava o varegista a vender a chicara por inalteravel preço.

E augurando uma situação de prosperidade para São Paulo, declarou que isto se daria quando a seu principal genero se deixasse plena liberdade havendo os seus agricultores reduzido o custo da producção, e atirado grandes massas nos mercados por baixo preço. Tal circumstancia influiria sobre a compra porque logo se duplicaria ou decuplicaria (sic) o consumo.

As reducções de preço que os grandes compradores auferiam nos mercados productores, desappareciam nas riquezas colossaes adquiridas pelos intermediarios, graças á especulação.

Quando o café baixasse de preço sem arruinar o agricultor, garantindo-lhe larga compensação do trabalho, deixaria de excitar o apetite da especulação, impondo-se pelo preço aos

que agora o recusavam. Tornar-se-ia a bebida universal! Desse dia em deante haveria por tal modo vencido os mercados que faria desfallecer o especulador! Assim voltaria este os olhos para outros horizontes onde divisasse maior messe de vantagens. Era isto que S. Paulo devia promover.

Pretendeu Barata Ribeiro ainda estabelecer um simile com o caso do milho nos Estados Unidos, cuja producção avultara de tal modo que o cereal baixara a preços infimos, chegando até a innundar os mercados brasileiros.

D'ahi lucros immensos, a principio, e a crise formidavel da super-producção, provocando o collapso de colossaes fortunas. Fôra então que os americanos se haviam voltado para a creação dos suinos, em enorme escala, afim de resarcirem prejuizos.

Isto do Brasil querer vencer a crise cafeeira por meio de operações financeiras não passava de rematada loucura. E solemnemente affirmou Barata que a lei a se votar fôra dictada pelos capitalistas europeus.

Era um dos seus artigos copia fiel da imposição de certo grande prestamista estrangeiro, cujo nome já apparecera na imprensa.

A difficuldade de S. Paulo não era passageira como se assegurava. Não resolveria a crise o novo emprestimo. Dos 15 milhões, 12 já haviam sido empregados. Sobravam, quando muito tres, sem contar as despesas. Não davam para comprar sequer metade do stock agora tido como indispensavel a se retirar das praças e manter o preço em alta, aspiração que nunca conseguiria S. Paulo realizar.

Mandasse o Governo, por intermedio dos seus representantes na Europa, atirar o café, do famoso stock aos mercados de grandes nações que o não conheciam como a Russia, o Japão, a Inglaterra e a China, a preço permittindo que todo o mundo o bebesse.

O cancro que devorava S. Paulo proseguiu Barata Ribeiro vinha a ser o da terra inculta das grandes propriedades, matava-o o latifundio! (sic)

Esquecia-se o iracundo oppoente que a densidade da população paulista era então de menos de doze habitantes por kilometro quadrado apenas.

Voltando a carga recordou o que vira na infancia, no tempo do apogeu da lavoura fluminense e em casa de fazendeiro vassourense. Enriquecera elle com café a 3$500 por arroba, lá pelos annos de 1859! havia meio seculo portanto e em plena vigencia do regimen servil.

Opulentara-se o fazendeiro, extraordinariamente, e dispunha de verdadeiro e rico solar, rodeado de parque com viveiros e tanques. Vivia faustosa senão prodigamente entre pratas, linhos e sedas.

Pois bem, o café a 3$500 creara este fausto. Sobre elle assentava a exuberancia luxuosa daquelles dispendios extravagantes.

O café, que se vendera a 23$000, depois a 14$000, o café que se vendera antes a 8$000 e 9$000 a arroba, não dera siquer para esboçar de longe a phantasia quasi inverosimil dessa riqueza.

Com prejuizo do seu valor commercial, era o grão preparado por machinas absolutamente rudimentares; em grandes circulos abertos no solo com um eixo a que se atrellava um burro guiado por um negro. Beneficiava-se o grão. Burro e negro ficavam confundidos pelo latego, que a ambos estygmatisava.

Passara o beneficio a ser feito por machinas que privavam o producto de todas as impurezas, preparando-o para entregal-o ao mercado, em varios typos da mesma qualidade, sob formas differentes, porém aperfeiçoadas pelos processos industriaes que o transformavam, dando-lhe, quasi, o aspecto de productos de origens diversas. Melhoraria immenso pois. Na desorganização do trabalho residia a causa dos males que mais flagellavam a lavoura paulista.

Era o que S. Paulo não queria ver voltando-se contra os que clamavam, para que se convertesse á verdade.

Matava-lhe a producção, o salario do operario, fossem grandes ou pequenas as colheitas, estivesse o preço da mercadoria alto ou houvesse baixado á ruina do lavrador.

Era o salario do trabalhador advena que naturalmente correspondia ás ambições que trouxera da patria ao dizer o ultimo adeus á terra em que deixara preso o coração, o lar, a familia.

O que ainda sobremaneira entorpecia as forças vivas do E. S. Paulo vinha a ser a vastidão das terras improductivas. (sic)

E para remediar uma situação nascida da desorganização do trabalho, pregava-se em uma Republica que se dizia livre, a tyrannia que repugnava á consciencia de homens livres, a condemnação do trabalho!

O czarismo empregava processos deste teor. Impunha aos camponezes entregar ao fisco as colheitas salvo quanto á minima parcella destinada a não os deixar morrer de fome.

Solemnemente apregoou Barata Ribeiro aos seus pares que a acceitação do endosso por parte da União representava pura e simplesmente a escravisação absoluta do E. de São Paulo.

Ficava elle privado das liberdade auferidas com o regimen republicano!

A União se arvorara em verdadeiro Brenno a lhe clamar sinistro *vae victis!*

Só lhe restava a elle, orador, naquelle momento de indescriptivel angustia, como cidadão brasileiro, ao ver periclitar a liberdade e autonomia de um Estado da Federação, bradar: Deus salve o Estado de S. Paulo! (sic)

Reforçando os argumentos de Barata Ribeiro a quem contestara Urbano Santos, subiu á tribuna Severino Vieira para lembrar que inilludivelmente acceitara o governo paulista verdadeira *capitis diminutio*.

Na sessão de 9 de dezembro de 1908 respondia o senador paulista Dr. Alfredo Ellis aos seus collegas pelo Districto Federal e a Bahia.

E fel-o num discurso cheio de ironias.

Começou lembrando a attitude de Barata Ribeiro decorria das causas annunciadas no proloquio popular do *odio velho não cansa*.

Tal o seu rancor que não trepidara em offender aquillo que o Estado de S. Paulo mais prezava: a hombridade, a coragem e a dignidade. Apontara-o ao Senado como se um mendigo, fora de rastros e mãos postas a implorar uma esmola.

Querendo crear affrontoso símile chegara a dizer que Minas Geraes podia dar leis a todas as nações do mundo em materias de lacticinios!

Se tal se publicasse na Europa, seria tomado como galhofa.

Tres minusculos paizes — a Hollanda, a Suissa e a Dinamarca produziam, em lacticinios, dez vezes mais do que o E. de Minas.

Aconselhara o Senador Barata Ribeiro que o Estado de S. Paulo lançasse o seu stock de café no interior da Russia e do Japão e dividisse a propriedade, acabando com os latifundios. Ao mesmo tempo mostrava-se contrario á immigração e ao Estado increpava de ter terras despovoadas e improductivas.

Accusava-o de imprevidente, por consentir que se alargassem as plantações de café, e censurara-o acremente ao

mesmo tempo por ter jugulado a producção, cerceando a liberdade do lavrador. Assim se chegava a este resultado: Era São Paulo preso por ter e não ter cão!

A administração paulista fora accusada de haver declarado em documento publico official, quando pedira tres milhões esterlino, que de mais dinheiro não precisaria para a valorização.

Simplesmente porque acreditara nas informações tidas como positivas e categoricas, de que a taxa de cinco francos, e o stock seriam sufficientes com o endosso da União, para o levantamento do emprestimo dos quinze milhões esterlinos.

Seria crivel, que S. Paulo com os infimos recursos de que dispunha, houvesse podido comprar de sete a oito milhões de saccas?

Não era claro, não era evidente que os tres milhões esterlinos não bastavam, a não ser para pagar a porcentagem dos warrants e os juros das quantias adeantadas a prazo curto? Havia portanto, necessidade de uma grande operação, e esta já prevista na lei orçamentaria de dezembro de 1905 e reproduzida na lei de meios de 1906. Se tivesse reapparecido no ultimo orçamento, teria sido dispensavel a autorização do Poder Legislativo, porque o Presidente da Republica poderia perfeitamente autorizar o endosso pleiteado.

Não era o caso de se dizer que a União sentia jubilo em ver onerado um Estado da Federação. Não! devia ter orgulho de ver, na Federação Brasileira, um Estado que podia apresentar garantias para emprestimo de tamanho vulto.

Desconhecia Barata Ribeito a tal ponto o que pretendia discutir que chegara a affirmar só existirem dos quinze milhões esterlinos um saldo de dois milhões e pouco, mostrando assim presumir que o emprestimo se fizera ao par!

O emprestimo se realizara por constituir verdadeira questão de honra, para S. Paulo, que sem hesitar o levantara arrostando-se, para tanto preciso fosse, o ultimo sacrificio, por estarem em jogo o credito e o nome paulistas.

Para pagar compromissos que se contrahira, porque o stock de café era de S. Paulo; atrás delles como um cortejo funerario, iriam os despojos, não do Estado só, mas talvez da propria Republica.

Convencidos os baixistas de que podiam apoderar-se, mais cedo ou mais tarde, desse stock, haviam empregado todos os meios para a reducção do consumo e evitar que as praças da Europa e dos Estados Unidos se abastecessem nos principaes mercados desfalcando os respectivos depositos.

Era o problema complexo.

Ao lavrador importava o preço do café; ao E. de São Paulo e á União principalmente, a massa global da safra e o preço desta massa, porque o café, não havia duvida, constituia a principal riqueza do Brasil o principal factor para o intercambio commercial universal.

O café podia ser, na opinião do senador carioca, verdadeira praga, para elle no mundo inteiro não existia riqueza comparavel á lavoura paulista cafeeira.

Maior estoicismo e abnegação precisavam ter os lavradores de S. Paulo do que os antigos bandeirantes.

Não fossem fortes e não teriam resistido ás agruras da crise, que havia mais de 10 annos tão duramente os attribulava.

Duas coisas, porém, nunca haviam deixado de fazer: instruir os filhos e manter os cafezaes em plena producção.

O plano do Convenio de Taubaté não se realizara por falta de dinheiro. Se os tres estados houvessem realizado o emprestimo de quinze milhões, estaria este ouro entrado em especie, servindo de lastro á Caixa de Conversão. Assim, não teria o paiz chegado a tão seria situação.

A' actuação do governo paulista em relação ás compras de café deveria ter acompanhado a do Governo Federal no sentido de promover alargamento e augmento do consumo em paizes como a França, a Italia, o Imperio Austro Hungaro onde as falsificações e os succedaneos prejudicavam immenso a venda do genero.

Mas a União nada fizera. Agora era de justiça que se agradecesse a S. Paulo os sacrificios realizados em prol do Brasil.

Viera o Estado de S. Paulo pedir o endosso da União, exclusivamente por obediencia a exigencias de banqueiros europeus. Apresentara, porém, como garantia, a sobretaxa, que, cobrada sobre a média da exportação actual, devia produzir cincoenta milhões de francos ou dois milhões esterlinos.

Esta somma, bastaria, para costear não só aos juros estipulados, como a uma amortização equivalente a um milhão esterlino annual.

Inferia-se dahi, que, se porventura, o stock desapparecesse, mesmo assim S. Paulo, pagaria juros e capital do emprestimo dentro de poucos annos. Pois bem, além de tão notavel garantia, o Estado ainda entregava em penhor os sete milhões de saccas adquiridas não com o espirito de lucro, mas para evitar imminente ruina.

Este stock, mesmo por preço infimo, daria para cobrir

a importancia do emprestimo. Queria isto dizer que no Brasil nunca se esboçara transacção alguma, com tamanhas garantias. Apezar disto o endosso exigido, não por S. Paulo, mas pelos banqueiros estrangeiros, fora guerreado! Tantas amarguras trouxera á representação paulista, obrigada a assistir ás investidas e doestos atirados contra a nobilissima unidade da Federação Brasileira que representava!

Entretanto tinha a União o maximo interesse na realização do emprestimo. Valera o café do Brasil, sempre, de 1,6 francos a 2 francos por kilogrammo. Attingira muitas vezes 2,2 e 2,4 sem que desta alta o consumo se resentisse.

Tomando como média o typo 7, basico da exportação americana verificava-se que em média o kilo se vendera a 1,2.

A média da exportação brasileira de 1903-1904 a 1907-1908, doze milhões de saccas de 60 kilos correspondiam naquelle momento a 352.800.000 francos ou £ 21.311.000.

Vendido o kilo a 1,20 renderia a safra 865 milhões de francos ou £ 34.560.000. Dahi um prejuizo de £ 13.248.500 ou 211.976 contos de réis.

A producção média do Brasil de 1890 a 1895, fora de 6.500.000 saccas valendo £ 26.000.000.

Agora com 12 e meio milhões de saccas se obtinham apenas £ 21.311.500. O prejuizo annual em moeda do paiz attingia 84.616 contos ou em dez annos 850.000 contos de réis!

Como cruzar S. Paulo os braços se a sua economia se alicerçava sobre o café? E a União poderia deixar o Brasil passar á condição de paiz de mendigos?

Era ella, portanto, tão interessada na questão quanto S. Paulo e o seu concurso deveria accentuar-se promovendo, por todos os meios e modos, o alargamento do consumo.

Admittia Ellis que a crise estava resolvida, embora ainda houvesse dois ou tres annos de preços baixos. Mas o Brasil conservaria o monopolio cafeeiro, questão essencial!

Era este o problema: produzia o Brasil mais do que o resto do Mundo, consumia, e a causa principal desse desequilibrio fora S. Paulo? Cabia a este portanto, o emprego de medidas tendentes a remediar o mal, prohibindo novas plancões de café, por meio de elevados impostos. Assim jugulara a producção e por outro lado, como o consumo augmentava annualmente de 450 a 500.000 saccas tornara-se o equilibrio certo em breve prazo.

Exigia o consumo a mais 500.000 saccas annuaes. O Governo do Estado o verificara tendo a tal respeito enviado, por intermedio da Associação Commercial de Santos, ás differen-

tes praças estrangeiras, um questionario. Eram as respostas accordes, não só em relação á Europa como aos Estados Unidos.

Os informantes e consules brasileiros declaravam que o consumo do café na França, na Allemanha, na Italia e em outros paizes da Europa, assim como nos Estados Unidos, crescia de 3 % annualmente.

Ora, com o augmento, de 500.000 saccas annuaes sendo o consumo de 17 ½ a 18.000.000 seguia-se que dentro de dois, tres ou quatro annos exigiria o mundo uma producção de 20.000 saccas. Nesta occasião não haveria café sufficiente para o consumo e os preços infallivelmente subiriam.

Acresceria uma circumstancia que nem todos conheciam: se nesta época o governo paulista suspendesse a execução da lei prohibindo novas plantações de café e recomeçasse o plantio, seriam precisos 6 a 7 annos, no minimo, para a producção dos novos cafeeiros apparecer nos mercados quando já o consumo houvesse augmentado de 3 a 4.000.000 de saccas pelo menos e o mundo exigisse não 20 milhões, mas 23 ou 24 milhões de saccas.

Nessa época qual seria a prosperidade do Brasil se porventura pudessem os seus cafés alcançar preço correspondente ao que antigamente conseguiam?

Todos os problemas financeiros nacionaes estavam resolvidos e o Brasil voltaria a ser o grande paiz do futuro; o colono delle não fugiria por ahi não encontrar trabalho e elementos para constituir peculio, patrimonio, coisa que lhe seria impossivel na patria. Ahi se deparava a solução para o povoamento do solo brasileiro.

Nada mais eloquente como justificativa da intervenção Federal do que aquillo que naquelle momento se dava: o decrescimo apavorante dos saldos da balança commercial brasileira.

Fôra de £ 19.244.723 em 1901 para baixar a uma média de £ 13.609.536 no hexennio seguinte. Pois bem nos dez primeiros mezes de 1908 cahira a £ 5.348.452! 42 por cento apenas do menor saldo do octennio de 1901-1908!

Ora o relatorio do Ministro da Fazenda declarava peremptoriamente que o Brasil precisava de uma remessa annual minima de £ 10.490.832 assim discriminada.

Sociedade anonymas estrangeiras (não todas).	£ 2.858.802
Serviços de emprestimos estaduaes e municipaes	£ 1.231.940
Companhias estrangeiras de seguros	£ 200.000
Passageiros para o Exterior e outras remessas	£ 600.000
Despezas, ouro, do Governo Federal	£ 5.600.000
	£ 10.490.732

Havia a *remessa invisivel* que o ministro calculara em £ 5.468.000 e elle orador queria crer exagerada reduzindo-a á metade.

Assim o exodo do ouro do Brasil admittia duas parcellas.

Remessa visivel . . .	£ 10.490.832
Remessa invisivel . . .	£ 2.734.030
	£ 13.224.832

Ao deficit de £ 7.876.410 só cobriria a maior valia da exportação e esta só se poderia valer do café dado o collapso da borracha.

Apartearam os representantes da Amazonia ao senador paulista frisando que a crise seringueira tivera origem diversa. Não provinha de super-abundancia da offerta como acontecia com o café.

Muitos dos oppoentes ao endosso, affirmou o Senador Ellis, viviam a apregoar que se formaria, dentro em breve. novo e grande stock de café paulista, nascido da productividade das lavouras.

A eliminação dos cafés inferiores corrigiria tal inconveniente.

O Estado de S. Paulo, podia sem duvida, com a maxima facilidade, adquirir de 6 a 7.000.000 de saccas de cafés baixos, empregando a terça parte da somma apurada com a venda dos cafés finos do stock. A entrega dessas partidas inferiores poderia realizar-se nas cabeças de comarca, para se fugir ás despezas de transporte.

Os stocks existiam como apparelhos imprescindiveis de compensação e regularisação do escoamento dos productos. Tal o caso do petroleo da Standard Oil, da prata das minas norte americanas, dos diamantes sul africanos.

Salvara Cecil Rhodes graças a processo identico a situação do diamante que entretanto, ninguem pretenderia ser genero de primeira necessidade.

Se o Estado de S. Paulo, se seus dois consignatarios do Convenio de Taubaté houvessem logo, podido levantar o emprestimo almejado outra já seria a situação.

Terminando disse o senador paulista varias durezas a Barata Ribeiro a quem acusou de postergar o axioma do bom senso popular: mais conhece o tolo no seu do que o avisado no alheio.

Proferira verdadeiros disparates quando quizera demonstrar que o lavrador paulista vivia, como o mujick russo, avassalado ao peso do despotismo, por não conseguir mais plantar café.

Podia o despotismo russo ser muito cruel, mas não inepto nem imbecil.

Quem acreditaria que um agente do poder publico da Russia fosse ao mujick e lhe contasse que o excedente do necessario á alimentação não lhe pertencia e sim ao Governo? Claro estava que o camponez apenas produziria o necessario ao seu sustento. Seria rematada inepcia por parte do governo que tal processo adoptasse.

O mesmo absurdo se podia verificar no simile pretendido com a crise americana do milho, coisa que nunca occorrera. Mero romance! affirmou.

O milho constituia nos Estados Unidos um dos principaes alimentos. Producto desdobravel em muitos outros não podia por consequencia, gerar crises.

Quanto á comparação com o que o senador carioca vira na sua infancia na fazenda de um grande landlord fluminense, havia exactamente meio seculo, acaso pretendera levantar um hymno á escravidão? para demonstrar que o trabalho escravo era mais barato que o livre? ou então quiçá ouvira cantar o gallo, do famoso proloquio?

Mesmo em 1858, com o braço servil, uma fazenda colhendo dez mil arrobas a 3$000 (o que significava uma lavoura de 200.000 pés) e um valor de 300 contos de réis para a propriedade, não poderia render 35 contos de réis liquidos. Haveria a descontar ahi o custoso transporte para o Rio de Janeiro, a commissão, o ensaque, o embarque, o que exigiria 1500 por arroba na melhor hypothese.

Restariam 20 contos liquidos correspondentes a um juro,

sobre o capital, de 6,66 por cento. Onde pois estes lucros fabulosos?

Se acaso devesse o fazendeiro, com os juros altos do tempo, em que a taxa de doze por cento era corrente, onde iria parar? Onde arranjar dinheiro para a compra das cambraias de linho e das sedas que haviam deslumbrado a infancia do senador carioca?

Muito havia quem affirmasse que a crise devia resolver-se por forma muito simples: liquidar, liquidar a todo o transe, porque os fortes venceriam.

Mas, os fortes eram o Brasil. Nenhum paiz do mundo conseguiria produzir café pelos seus preços.

O lavrador mexicano gastava de 9$000 a 12$000 por arroba, ao passo que o brasileiro poderia produzil-a por 4$000.

Além de possuir terras fertilissimas, e cultura já feita, dispunha de systema ferro-viario, completo, portos de mar, apparelhados, etc.

Os fortes, portanto eram os cafesistas do Brasil.

Depois, liquidar, como na outra casa do Parlamento se dissera seria equivalente, por exemplo, a um cidadão que tendo subido com difficuldade a uma torre alta, achasse mais facil para descer, precipitar-se ao sólo.

Outro representante da Nação, expendera que, realmente a situação era contristadora para a Lavoura, mas que o Estado e a Nação nada tinham que ver com ella! Desappareceria o lavrador, mas o Estado e a Nação continuariam a receber o valor das safras!

Esse parlamentar mentalmente não passava então em revista a historia do cavallo do inglez, e suppunha que, mesmo sem comer, o lavrador, em plena miseria, se deixaria despojar, continuando na faina de tratar os cafezaes até o momento de os entregar ao credor.

Quanto ao que Barata Ribeiro expendera ao declarar que S. Paulo abdicaria das attribuições de Estado confederado para se transformar em terra de captivos só podia responder com a phrase proferida no Golgotha: *Perdoae-lhes, Senhor, elles não sabem o que fazem.*

Havia tambem quem affirmasse o estado de obsecação, loucura e cegueira do Estado de S. Paulo.

Feliz obsessão, que impedira que um Estado torturado por longa crise de um decennio tivera ainda coragem e forças para apurar de seu trabalho 85.000:000$000 afim de os offerecer á colmeia nacional.

Approvado por grande maioria o projecto que autorisava o endosso não tardou elle a subir á Presidencia da Republica de quem recebeu immediata sancção.

Constituia esta circumstancia grande victoria dos promotores do Convenio de Taubaté e dos defensores das medidas de defesa do café tão malfadadamente intituladas de Valorização.

CAPITULO XIII

Apreciações sobre a marcha da Valorisação — Prognosticos gravissimos de Leroy Beaulieu — Observações de P. Denis

A primeiro de agosto de 1908 publicava *L'E'conomiste Français,* em lugar de honra, e com o maior destaque, extenso artigo de seu redactor chefe.

E este não era senão o mais reputado dos economistas francezes de seu tempo, um financista de fama mundial, e enorme, Paulo Leroy Beaulieu, tido como um dos mais doutos financistas do Universo.

Versava o artigo de tão celebre autor sobre a valorização do café brasileiro.

"Havia dezoito mezes, declarava Leroy Beaulieu que o Brasil fazia uma experiencia das mais interessantes para o conjuncto do mundo civilizado."

Havia-se arvorado em negociante de mau negocio. E era de receiar e até parecia certissimo! que a sua aventura ia desandar. Só restava saber se tal empreza acabaria em derrocada absolutamente ou se concluiria apenas com graves prejuizos, na melhor hypothese.

Paiz de vinte milhões de almas, quando muito, esparramadas em enorme superficie, era o Brasil uma *federação de laços frouxos* onde o nucleo civilizado mais rico, e portanto mais importante, dominava. Era elle o bloco constituido pela capital da Republica e os Estados de S. Paulo e Minas Geraes. Já tinha commercio exterior assaz avultado que lhe podia servir de base estabilisadora, economica e financeira. Devia porém grandemente no Exterior, dividas do Estado e de particulares. Infelizmente sua economia toda era dominada por um unico artigo de capital releva: o café que representava metade de sua producção.

As causas da crise em que se debatia vinham pura e simplesmente da super-producção cafeeira. Della decorrera a va-



lorização que o celebre economista malsinava a lhe prophetizar proximo e fragaroso fracasso.

Um anno antes relatava, em junho de 1907 estava o Estado de S. Paulo exhausto *àbout de ressources* com as compras de café que já fizera. Assim fora forçado a fazer ponto nestas acquisições. Apezar de ter tido a seu favor a grande depressão de colheita de 1907-1908 a baixa dos preços continuava desoladora e prenunciadora de sombrio futuro. O Commercio desinteressava-se do café *personne n'ose s'engager sur cette marchandise et l'on n'opère qu'au jour le jour.*

Tão critica a situação que o Banco de França acabava de declarar que não descontaria mais warrants de café brasileiro. a mais de 40 francos por 50 kilos, adeantando 75 por cento sobre este valor. Tal decisão ecoara do modo mais desagradavel nas praças e nas regiões cafesistas, sobretudo nestas onde causara enorme sensação.

Assim todo aquelle enorme plano, todas aquellas intervenções de emprestimo, compras avultadissimas, constituição de colossaes stocks redundaria dentro em breve em completa ruina.

Baixara o preço do café de vinte por cento de 1906 a 1907, de tres a quatro por cento de 1907 a 1908, attingindo o minimo das cotações dos ultimos vinte annos!

Era que a presença do stock paulista apavorava o commercio. Estava concentrado em mãos de um só em vez de se achar entre as de diversos. Repetia-se o fatal e celebre caso do Syndicato do Cobre em 1890 de tão nefasta memoria, cujo descalabro de tal modo perturbara o commercio do metal, com a sua derrocada, que annos e annos haviam passado antes que elle se reorganizasse sobre bases estaveis, deixando atraz de si as mais consideraveis ruinas.

Seria uma dura lição para S. Paulo e espelho para governos não se metterem em aventuras para as quaes lhes faltavam qualquer competencia e quando estas não podiam inspirar confiança alguma commentava asperamente o celebre economista francez.

Passando a aconselhar ao Brasil advertia-o Leroy Beaulieu que deixasse da monomania do café. Tratasse dos outros productos de sua exportação do cacau e do algodão, da mineração do ferro e da hulha. Não fosse tão soffrego, tão precipitado. Não tendo quasi população tratasse de angariar grandes correntes immigratorias. Nada mais nefasto do que a realização de emprestimos sobre emprestimos exteriores mui-

tos delles para a realização de obras adiaveis e por vezes sumptuarias, portos, avenidas, urbanização exagerada etc. etc.

Era preciso não ir com tamanho açodamento, tamanha *sede ao pote.*

Estes paizes novos, de immensas riquezas latentes recordam certos herdeiros de grandes fortunas que vão gastando por conta daquillo que deverão herdar, em data que não podem fixar.

Mais paciencia! mais methodo! admoestava o illustre economista.

Esquecia-se o severo admoestador de uma circumstancia que no emtanto era absolutamente capital. Haviam as operações de defesa do café impedido a torrentosa depressão das cotações da arroba que a continuar teria levado ao desespero e á ruina a lavoura brasileira e produzido a desorganização absoluta de um patrimonio de valor incontrastavel no conjunto da riqueza nacional brasileira.

Oppuzera a barreira a mais efficaz a uma desorganização de extensão imprevisivel, de consequencias imprevisiveis em sua nefariedade, a uma transferencia de valores que parecia inevitavel e de resultados imprevisiveis sob o ponto de vista sociologico, a uma destruição dos resultados de trabalho intelligente penoso e tenaz de longos annos cuja amplitude seria absolutamente não só dolorosissima como catastrophica.

O dique opposto a depressão interna da arroba, impedira a cessação do custeio dos cafesaes, o abandono das lavouras, o exodo das populações um collapso da economia nacional e dos mais graves.

Não haveria o que se lhe comparasse. Immenso sobrepujava a crise da libertação da população rural a 13 de maio de 1888, trouxera enormes prejuizos aos lavradores fluminenses e mineiros, compensados, em grande parte, sob o ponto de vista do conjuncto da economia brasileira pela resistencia da producção paulista, já esteiada pela colonisação estrangeira dos cafesaes.

Não enxergava Leroy Beaulieu em seu cassandrismo falho o que percebera contemporaneamente outro economista seu compatriota cuja reputação era aliás minima em relação á sua, P. Denis.

"Os promotores da chamada valorização só visavam salvar a grande lavoura cafeeira. Se o conseguissem nenhum sacrificio teria sido demasiado."

E isto desde os primeiros dias elles o haviam obtido: em 1907, em 1908, em 1909 continuaram os cafesaes paulistas

carpidos e colhidos: não se interrompera o rythmo do seu trabalho.

Mas é que Denis viera examinar *in situ* os aspectos capitaes da questão que Leroy Beaulieu analysava livrescamente, apenas para ver estrondosamente desmentidas, algum tempo mais tarde, suas prophecias pontificaes.

A questão monetaria brasileira preocupou seriamente a P. Denis em 1908, como se reflete em seu *Le Brésil au XX eme siècle*. Consagrou-lhe o economista francez bom numero de paginas.

Depois de frisar quanto para um paiz novo como o Brasil era importantissimo dispor de saldo positivo de balança commercial, quanto maior possivel, lembrava P. Denis ser muito difficil avaliar qual seria o exodo da moeda que do Brasil voltava ao Estrangeiro sob a forma de juros: dividendos e manutenção de viajantes. Deste saldo dependia a alta do cambio, indice positivo de enriquecimento do paiz. A inflação exagerada trouxera enorme baixa cambial que se reduzira muito com a politica do *funding loan*.

Havia correntes de opinião fortes a favor da alta e da baixa cambial, o mil réis não se desvalorizara internamente de modo sensivel.

Houvera fluctuações violentas, violentissimas mesmo em 1900 quando a politica do *funding* não pudera ainda provocar resultados efficientes palpaveis. Era preciso fazer a estabilização sob bases razoaveis. E este resultado se obtivera com a creação da Caixa de Conversão que o economista francez gaba sobremaneira. O Presidente Affonso Penna abrira-a a 5 de dezembro de 1906 sob os moldes da Caixa Argentina.

Havia porém uma differença o papel da caixa brasileira era de emissão especial, quando o da argentina não o era. Os portadores do papel brasileiro conversivel tinham a certeza de receber sempre, em troca, moeda metallica e os argentinos não. Assim o dinheiro brasileiro constituia realmente um titulo de deposito.

O perigo do systema brasileiro observava era que os dois papeis não se confundiam o conversivel e o inconversivel; ficava o primeiro guardado nas caixas dos bancos como se fosse verdadeira moeda de ouro.

A caixa, freio poderoso contra a alta, actuava com desvantagem no caso da baixa. Louva P. Denis a politica do Presidente Penna cujo ministro da fazenda soubera responder com precisão intelligente e perfeita probidade aos argumentos pessimistas dos inimigos do novo apparelhamento.

Ao ver do auctor francez: "a creação da Caixa de Conversão parecia ter aberto ao Brasil nova era economica. Havia dois annos que a taxa cambial vivia pelas vizinhanças de 15 ¼ d. Conquistara o Brasil uma estabilidade monetaria indispensavel ao programma nacional alheio á especulação e fundido no trabalho regular agricola, industrial e commercial.

Esta estabilidade fructificaria de modo mais benefico dentro de curto prazo quando a experiencia demonstrasse que era duradoura, convertendo-se então em poderoso elemento de renovação.

Estudando o panorama economico financeiro do Estado de S. Paulo em 1908 fez P. Denis os maiores elogios aos paulistas que haviam encaminhado para o amanho do sólo a energia de seus maiores os bandeirantes. "A conquista do sólo pelos agricultores, observa, foi rapido como um verdadeiro raid".

As diabases cafeeiras haviam sido os jazigos capitaes para a formação da riqueza paulista que, em 1875 se preparara para grande surto, acentuado, sobretudo após 1885 num verdadeiro paroxysmo até 1900 surto cuja consequencia immediata fora o crescimento da excellente rede ferroviaria e cujo reflexo o prodigioso crescimento da capital paulista.

Os governantes do Estado, havia decennios já, tinham como principal escopo de governo o fornecimento de braço abundante as culturas cafeeiras. Quando o governo federal deixara de subvencionar a immigração paga o Estado o fizera por conta propria.

Os governos paulistas queixavam-se de que eram mal escolhidos os immigrantes pelos recrutadores e por isto estabelecera um commissariado geral seu para em Genova examinar a qualidade dos advenas destinados ás fazendas.

Procurava este commissariado reduzir quanto possivel o numero de entradas de solteiros. A presença da prole era o melhor modo de se assegurar a estabilidade do colono.

Apezar de todas as vantagens os immigrantes não bastavam ás exigencias de agricultores.

Em 1906 de 34.326 immigrantes introduzidos nada menos de 11.396 haviam sido localizados nos cinco grandes municipios de Ribeirão Preto, São Simão, Jahú, S. Carlos e Avaré.

Havia em 1902 cerca de seis annos que o progresso das culturas se interrompera; os recem-chegados apenas serviam para preencher os claros deixados pelos que partiam. O seu contingente se distribuia entre as diversas regiões de Estado em proporção que pouco variava anualmente.

Ainda em 1905 assignalava um relatorio consular italiano:

duzentas familias de colonos italianos, dispondo de boas economias, haviam deixado o municipio de Santa Rita de Passa Quatro por nelle não encontrarem terras disponiveis á venda.

A pequena propriedade ainda não conseguira dominar o regimen fazendeiro como productor de café e o Estado de S. Paulo conservava o facies typico. o mais nitido talvez no mundo moderno, de paiz de grande propriedade.

No Estado se verificavam duas circumstancias: a existencia de uma aristocracia rural e a predominancia persistente da antiga raça paulista.

"Se as velhas familias haviam conservado a propriedade da terra roxa era isto justo. A' sua actuação capital no desenvolvimento de industria cafeeira, a sua energia e a sua actividade deviam os paulistas não haver perdido tal patrimonio."

Trinta annos mais tarde não poderia P. Denis emittir taes conceitos, tão grande fora a transformação operada. Duas causas haviam predominado em tal phenomeno o enorme acrescimo da população do Estado de S. Paulo e o enfraquecimento da producção nas zonas de velhas lavouras, ainda agravada pelo flagello da broca.

Dahi a subdivisão territorial forçada, para o que muito poderosamente concorreria a enorme valorização do sólo, sobretudo nas vizinhanças dos nucleos urbanos. Em muitos dos grandes municipios cafeeiros do Oeste succederia o que já se passara no Norte paulista diminuia o cafesal mais e mais em proporções cada vez mais notaveis cedendo areas á polycultura cada vez mais acentuada.

A maioria da população agricola paulista, observava Denis, em 1908 era italiana.

Fazendas havia, e muitas, inteiramente colonisadas por peninsulares. Em certos municipios a população itala era mais numerosa que a dos brasileiros e estrangeiros das diversas nacionalidades, vivendo lado a lado. Entre 1891 e 1897 os italianos forneceram tres quartos senão mesmo quatro quintos da immigração total.

Em 1901 segundo o *Bolletino dell'immigrazione italiana* haveria em S. Paulo de 650 a 700 mil italianos. Em 1905 esta cifra era tida como insufficiente pelos dados officiaes do Reino. Além dos 568.000 italianos, trazidos directamente de accordo com as informações do Secretario da Agricultura, saldo positivo, havia a considerar as entradas pelas fronteiras de Minas Geraes.

Continuavam extremamente prolificos e Denis entendia que em 1909 os italianos e italo brasileiros seriam um milhão.

Entre elles notara o economista francez fortes tendencias á nacionalização, sendo vehementes as forças assimiladoras brasileiras que não deixavam margem ao receio de um perigo italiano. Nas affinidades linguisticas residiam os maiores estimulos para esta nacionalisação dos immigrantes da Peninsula. Era frequente verem-se italianos natos não conseguirem mais exprimir-se no idioma natal falando uma algaravia italo portugueza pittoresca.

Era a que encontraria a sua expressão tão espirituosa em Alexandre Marcondes Machado, creador de verdadeiro typo litterario o conhecido Juó Bananere.

Faziam os paulistas o maior elogio aos colonos italianos, diziam-nos tão sobrios quanto operosos. Aliás haviam os peninsulares encontrado admiravel habitat em S. Paulo. O gosto cego pela terra, a loucura de propriedade immobiliaria não lhes invadia o sangue como ao camponio francez.

Os paulistas haviam por vezes pensado em restringir a immigração italiana mas o proprio governo regio se antecipara em 1922 prohibindo a immigração gratuita para o Brasil o que provocara as iras dos paulistas. Tão habituados se achavam a entrada de immigrantes subvencionados que não comprehendiam o que havia de irregular nesta seducção de trabalhadores estrangeiros por agentes seus. Pleno direito cabia pois ao governo de Victor Manuel III.

Graças a esta decisão baixara immenso a entrada de italianos, cahindo dos 56.000 de 1901 aos 28.000 de 1902 e aos 9.000 de 1903. Houvera depois annos em que tinham sahido mais emigrantes do que entrado immigrantes. Voltaram-se os contractadores para os portuguezes e hespanhoes sobretudo para estes que começaram a avultar nas fazendas.

A suppressão da corrente immigratoria italiana, determinada pela visita do Sr. Adolfo Rossi, delegado especial do governo de Victor Manuel III, para estudar *in loco* as condições da vida de seus compatriotas em S. Paulo, e o decreto de 1902, della decorrente seguira de perto o inicio da grande crise cafeeira.

Como teria este collapso actuado sobre as populações ruraes operarias?

Verificara-se entre 1895 e 1906 que muito pouco haviam variado os preços do trato de mil pés e o do alqueire colhido, ao passo que o da arroba declinara enormemente.

Ao mesmo tempo com a politica Campos Salles-Murtinho, subira notavelmente o cambio. Se o trabalhador nacional não

percebia as fluctuações cambiaes o mesmo não se dava com o italiano que tinha, como os europeus em geral, a superstição do ouro. Assim até 1908 affirmava P. Denis a situação financeira dos colonos não peorara.

A prohibição do plantio de novas lavouras era lhes mais sensivel. Nas terras virgens recem-desflorestadas eram as colheitas incomparavelmente mais abundantes. As roças nos cafesaes davam muito menos. E muitos fazendeiros se oppunham agora a que os seus colonos plantassem nas lavouras, o que os obrigava a duplo trabalho mesmo quando tivessem areas grandes á sua disposição.

Notava-se positivo movimento de centripetismo urbano o que augmentava a desvalorização das lavouras.

CAPITULO XIV

Resenha economico financeira de 1909 — Posição mediocre do café — Crise aguda da borracha — Projecto de bolsas de café — Proseguimento das operações de Valorisação — Projecto Glycerio sobre a sobretaxa — Dados estatisticos sobre o movimento cafeeiro de 1909 — O Congresso de Genebra, as fraudes alimentares e os succedaneos do café

Em sua resenha financeira de 1909 declarou o *Jornal do Commercio* que a perspectiva financeira dos dois ultimos exercicios não fôra brilhante. As cifras da receita e despeza federaes haviam sido segundo os dados officiaes.

Annos	Ouro	Papel
1907	107.869:087$000	316.377:186$000
1908	88.809:560$000	273.655:618$000
Totaes . . .	196.678:653$000	590.032:804$000
1907	66.060:067$000	360.274:423$000
1908	61.892:758$000	384.132:627$000
Totaes . .	127.953:425$000	744.407:050$000

Donde o saldo ouro de 68.725:228$000 e um deficit em papel de 154.374:246$000 o que após a convenção do saldo ouro deveria dar um deficit geral, para o bienio, de .... 30.668:836$000. Mas o retrospectista affirmava que este deficit devia na realidade ser muito maior. Calculava-o em .... 94.909:558$000. Eram más as perspectivas economicas geraes do paiz. Soffrera a borracha terrivel depressão.

Para manter-se, tivera a industria assucareira de lançar mão de processo anti-economico e prejudicial aos interesses do consumidor brasileiro, entregando ao consumo, e a preço



arbitrariamente taxado, a quantidade apenas de que estrictamente carecia, despejando o resto por qualquer preço nos mercados exteriores.

A herva-mate, não obstante ter sido em 1909 exportada em maior quantidade do que em 1908, produzira, entretanto, resultado pecuniario menor, em relação á unidade que lhe servia de medida.

O cacau, em 1909 tambem fornecera contingente á exportação maior do que em 1908. Produzira, em valor, quantia não só relativamente como em absoluto menor do que no anno precedente.

O fumo, embora exportado, em 1909, em quantidade muito maior, quasi dupla da de 1908, dera todavia resultado em dinheiro relativamente menor.

Dos nove principaes artigos da producção brasileira, que alimentavam quasi a totalidade a exportação, só tres, as pelles, os couros e o algodão, haviam em 1909, evoluido em condições de não atrahir reparos.

Sarcasticamente expendia o reparador:

"Super-producção tem sido o motivo em que se tem procurado fundar de modo exclusivo, a baixa do café; crise americana o que se applicou á borracha. E' para os outros, para o assucar, o cacau, o fumo, a herva-mate, crise de que?"

Crise, para todos sem exceção, de falta de capital e credito para operar a resistencia aos embates entre a offerta e a procura, falta inilludivelmente decorrente e do modo mais directo, do excesso de impostos e encargos absorvendo toda a margem de lucro do productor.

Em taes circumstancias, não fôra difficil aos compradores fazer baixar os preços dos productos da exportação nacional. Que succederia se se aditasse a possibilidade de, dentro do proprio Brasil, organizar-se uma offerta ficticia, discricionariamente susceptivel de ser augmentada até quanto conviesse aos baixistas para levar ao maior aviltamento, de imprevisivel limite, a cotação dos productos, que ainda restavam vestigio da riqueza dos velhos tempos de prosperidade e abastança?

Em determinadas occasiões appareceria quem vendesse nas bolsas brasileiras, dez, vinte, trinta, cincoenta ou cem mil saccas de café a entregar. Quem o compraria?

Do excesso desta offerta ficticia decorreria a baixa de preços. Ante tal aviltamento não faltariam simulados altistas para fechar negocios que afinal não teriam de se liquidar nem mesmo talvez por differença, e feitos apenas com o intuito de se registrarem cotações officiaes.

Era na base de excellentes cotações que iriam depois apoiar-se os compradores, desta vez de verdade e sem fantasias, para comprar por preços miseraveis, o resultado da producção e do trabalho brasileiros.

Amargamente expendia o severo censor:

"Que importa a exigencia de depositos, em uma caixa de liquidações, ou em outra parte, para garantia das oscillações de valor de um genero, em relação aos negocios desta fórma effectuados em bolsa? Não é escasso o dinheiro entre os agentes das praças estrangeiras, e vale a pena o sacrificio momentaneo do empate que o lucro é certo e vantajoso."

Pensava-se, e desde muito, na instituição de bolsas de mercadorias e era projecto fundar-se o ministerio da Agricultura Industria e Commercio. Existia até autorização do Parlamento para esta creação.

Mas a Associação Commercial do Rio de Janeiro se oppuzera tenazmente ao projecto relativo ás Bolsas. E o decano e grande orgão da imprensa periodica brasileira depois de apoiar com o peso de seu prestigio os modos de ver da Associação o verberava asperamente.

"O espirito de copiar e imitar os grandes paizes, cujo meio differe, entretanto, fundamentalmente do nosso, tudo quanto nos parece grandioso, é sem duvida o movel que determina os que neste momento promovem, a creação de uma bolsa de mercadorias no Rio de Janeiro, sem reparar talvez que por traz delles se agitam, frementes, interesses restrictos e pessoaes, ardendo em desejos de ver organizado este apparelho que ainda mais lhes assegure o dominio e a posse das fontes da producção e do commercio no Brasil; e o deslumbramento que os fascina sobe ao ponto de taxarem de atrazo e retrocesso a voz prudente que os adverte dos perigos da jornada."

E terminava invocando a autoridade de um chefe de estado de grande nação.

"Renunciar á bolsa de mercadorias — dizem elles, equivale a desistir do automovel por medo do desastre accidental."

Pois sim; mas ninguem anda de automovel, sem ser rematadamente louco, onde não ha estradas adequadas, e onde só existem precipicios.

"No maior dos grandes centros de negocios, onde as bolsas assumiram extraordinarias proporções, onde o progresso attinge o apogeu, donde a luz se irradia pelo mundo a illuminar os barbaros, como nós, que não se deixam cegamente arrastar pelo brilho fascinante da civilização, ha um barbaro eminente, um retrogrado altamente collocado que, embora fun-

dado em differentes razões que se ajustam ao seu meio e ás circumstancias actuaes do seu paiz, pensa exactamente como nós."

O Presidente Taft, segundo o testemunho insuspeito de um economista da fama de Yves Guyot, pretendia prohibir as operações a prazo sobre o trigo e outros productos agricolas.

Fosse o Brasil acoimado de atrazado. Ninguem poderia com argumentos e factos demonstrar o contrario do que com base solida affirmava o reparador.

Fallando da crise da borracha trouxe o Retrospecto suggestivo quadro das cotações das acções das companhias plantadoras da *hevea amazonensis,* no Extremo Oriente. Varias apresentavam seus titulos valorizados de quinhentos, mil e mil duzentos por cento!

A 18 de outubro de 1909 abriu-se em Genebra o segundo Congresso da Cruz Branca cujo escopo era a repressão das fraudes alimentares.

Entre os dois mil congressitas figuraram doze delegados do Brasil apenas.

Era firme intenção dos brasileiros, nesse Congresso, obter a declaração de que sómente ao grão de café devia caber tal denominação, conforme já se deliberara no primeiro congresso. Assim tambem se devia considerar (café bebida) exclusivamente o preparado em que só entrasse aquelles grãos, torrado e moido. Assim officialmente se combatia a pretenção sustentada pelos industriaes francezes, de que devia ser tambem considerada café a mistura de chicorea ou qualquer outra substancia similar.

O Syndicato de Defesa do Café apoiaria os esforços dos brasileiros.

Tal intuito manifestado antes da reunião, dera lugar ás reflexões ironicas de importante industrial francez, membro do Congresso.

"Os brasileiros deviam fazer-nos, em sua casa, o que desejam que lhes façamos na nossa: perseguir e extinguir as dezenas de fabricas existentes no Rio de Janeiro, e onde se falsificam os productos europeus, misturando-lhes até ás vezes drogas nocivas á saúde publica."

Os debates sobre tal assumpto duraram mais de duas horas, acceitando o Congresso 3 por cento de corpos extranhos nos cafés crús communs e 5 por cento nos escolhidos, bem como a coloração, na proporção de 1 por 1.000 por meio de substancias inoffensivas.

Quanto aos cafés torrados, foi acceita a proporção de

5 por cento de agua e declarada facultativa a *enrobage* de 2 por cento de assucar ou qualquer outra substancia inoffensiva.

Prohibiu-se a venda de cafés deteriorados ou em estado tal que se tornasse prejudicial o seu consumo.

Quanto ao café, bebida, ao cabo de ardoroso debate em que fallaram varios defensores da chicorea, e outros do café puro, salientando-se os discursos dos professores Roux, Caseneuve, Hulbron, do representante do Syndicato da Defesa do Café e ainda outros oradores, approvou-se por 118 votos contra 87, a operação regular da mistura da chicorea, desde que houvesse um minimo de 5 por cento de café puro.

A noticia que a tal respeito veiu ao Brasil causou verdadeiro espanto da imprensa e do publico.

A proporção era tão mesquinha que induzia a crer em erro de transmissão. A admittil-a como verdadeira expressão do que se resolvera provocava verdadeiro escarneo por provir de um Congresso cujas finalidades era exactamente reprimir as falsificações.

Informação ulterior esclareceu que a proporção de café, não se relacionava á quantidade de chicorea empregada, comtanto que a porcentagem na infusão não fosse aquem de cinco grammas de café por cem grammas de agua.

O Congresso votou a prohibição da venda de *malt* (farinha de cevada grelada) bolota, castanha e outros produtos analogos sob o nome de café, quanto não cumprida a obrigação de declarar nos envolucros a composição precisa do produto, o que constituia flagrante contradicção ao que fôra assentado com referencia á chicorea.

Os delegados da Missão Brasileira de Expansão Economica, Drs. Hans Heilborn e Francisco Guimarães apresentaram formal protesto. Lembraram que o Congresso era internacional e como tal não podia ter por fim a protecção da industria nacional de pequeno numero de povos.

Propuzera-se a fazer a suppressão das fraudes em generos alimenticios e productos pharmaceuticos, e defender os alimentos puros.

Ora a mistura da chicorea ao café para bebida, como operação regular, era contraria a tal definição, constituindo fraude por consequencia. Permittia aos vendedores de café fornecer aos clientes bebida que não merecia este nome, visto como não era café puro. Assim protestavam contra o que fôra votado sob o nome de operação regular, immediatamente após a definição de café — bebida.

As resoluções do Congresso da Cruz Branca, desfavoraveis aos productos de pureza garantida e principalmente ao café, provocaram forte reacção da parte de importante grupo de consumidores e hygienistas. Protestaram contra taes decisões fundando uma nova liga, denominada *Liga do Alimento Puro,* destinada a defender a doutrina contraria ás decisões do Congresso, quanto á venda de productos alimentares em estado de absoluta pureza.

Divulgou-se então que na França, Inglaterra, Allemanha, Austria-Hungria, Russia, Italia, Grecia, Rumania, Suecia, etc. contavam-se mais de mil fabricas, produzindo, aos milhões de kilogrammas, *surrogats* de café em cuja confecção entravam chicorea, figos, etc. mas ou menos desagradaveis ao paladar e sempre nocivos á saúde dos consumidores.

Até na propria Capital do Brasil a *Kathreiner Malzkaffee Fabrike* da Allemanha, conseguira registrar sua marca para *café de cevada e de trigo,* o que provocara em S. Paulo justa critica.

O secretario da Junta Commercial do Rio defendera-a allegando que a marca era de origem estrangeira, registrada no paiz de origem. Não podia a Junta portanto denegar o registro senão nos casos do decreto de 24 de setembro de 1904. Acrescia a circumstancia de não ser um registro novo o da marca do registro já effectuado em 22 de novembro de 1894.

Nem por isso o facto era menos clamoroso comentava a imprensa por mais que se justificasse, perante a burocracia e as leis vigentes. O bom senso é que não podia admittir e comprehender que no paiz do café, vivendo a reclamar contra a industria de falsificação de seu producto no estrangeiro, pudesse haver disposições regulares em que se fundasse semelhante absurdo!

O commercio exterior do Brasil em 1909 accusou as seguintes cifras:

	Contos	ou libras
Importação de mercadorias . .	592.437	37.111.748
Importação de esp. monetarias .	139.630	8.777.694
Exportação de mercadorias . .	1.016.590	63.724.440
Total	1.748.658:693$000	109.613.882

Houvera enorme augmento em relação a 1908, nada menos em computo global, de 473.331.017 ou £ 29.825.456.

Concorrera o café com mais de cincoenta por cento da exportação nacional: 52,5.

Sem querer referir-se ás operações valorizadoras, coherente com a attitude mantida no combate sem treguas ao convenio de Taubaté dizia o articulista do *Jornal do Commercio* que o coefficiente do valor official do café exportado, fôra em 1908 de 29$094 e em 1909 de 31$626 por sacca.

Embora opprimido, havia largos annos, pelo baixo nivel persistente dos preços, denotava a resistencia que pudera oppor aos embates repetidos da adversidade. Já não era licito agora duvidar que, em mais ou menos tempo, conseguiria transpor, inteiramente, os estorvos creados pelo excesso repentino da producção e a defeituosa organização do commercio. Esta impedira e continuava a impedir o augmento do consumo para se refazer o equilibrio entre a offerta e a procura.

Não se corrigira, nem se corrigiria a não ser talvez em futuro remoto, o vicio do apparelho commercial cafeeiro. O decrescimo das colheitas dos ultimos annos, resultado fortuito e espontaneo das condições climatericas, alliado progressivo de augmento do consumo, derivado da expansão do uso do café, conseguira elevar as cotações a nivel mais elevado, dando origem a uma situação menos premente.

Não queria de todo o articulista conceder ás operações da valorização a minima interferencia na melhoria da crise.

Não havia remedio porém senão ceder ante a evidencia dos factos.

Effectivamente, examinando as estatisticas verificava-se que o supprimento visivel do café no mundo, ao terminar o anno de 1909, era de 16.564.000 saccas das quaes, porém, estavam no Brasil, 1.550.000 ficando para os demais mercados 15.014.000. Destas, porém, achavam-se recolhidas e pertenciam ao Governo de S. Paulo, 6.842.374, ficando, pois, disponiveis para o consumo geral — 8.171.626.

Assim o governo paulista detinha 40 por cento do stock mundial.

O consumo reclamaria, até o fim de junho de 1910, cerca de 1.500.000 de saccas mensaes ou em 6 mezes, nove milhões.

Resultaria d'ahi, pois, pequeno deficit de 828.374 saccas.

No anno de 1910-1911 calculava-se que a colheita do Brasil não excedesse de 12.000.000. A dos outros paizes productores costumava ser de 3.500.000, o que perfazia um total de 15.500.000. Mas o consumo exigia cerca de 18.000.000 de saccas. Deveria pois apresentar-se novo deficit de 2.500.000 saccas, ao todo cerca de 3.328.000 nas duas colheitas.

Onde se iria buscar este café? Evidentemente no stock da valorização. Certo seria que, dentro de seis mezes, o supprimento visivel se encontraria consideravelmente reduzido e limitado talvez a pouco mais do que constituia a reserva paulista.

Ora esta só seria vendida em determinadas circumstancias e por meio de parcellas restrictas.

Viu-se o retrospectista obrigado a confessar que se lhe afigurava favoravel a perspectiva dos mercados de café, tendo-se em vista, além de tudo, que a safra proxima seria muito pequena.

O Senador Francisco Glycerio apresentara em sua camara um projecto autorisando o Governo da Republica a entrar em accordo com o de S. Paulo acerca dos emprestimos do Governo Federal de £ 3.000.000 e estadual de £ 15.000.000 de modo a se poder effectuar a reducção da sobretaxa de cinco francos a um nivel sufficiente ao serviço de juros e amortização.

Continuaria a vigencia das mesmas garantias até então correntes quanto á responsabilidade do Estado e da União mas seria revogada a lei prohibindo as novas plantações e limitando as exportações de café.

Se o Presidente da Republica entendesse conveniente o resgate immediato dos emprestimos poderia fazel-o sob as mesmas responsabilidades e garantias do Estado de S. Paulo.

Allegava Glycerio que a sobretaxa era pesada á lavoura paulista.

O lavrador de S. Paulo não a supportava, sómente. Tinha de retirar do valor bruto da producção o necessario para o pagamento dos colonos, o beneficiamento do genero, os carretos, os fretes carissimos, ferroviarios. Ainda pagava commissão aos correspondentes e o imposto de 9 por cento *ad valorem* na exportação, além do que lhe cobravam as Docas de Santos.

Qual o saldo que lhe ficaria pois?

O valor official do café era de 4$600 por 10 kilos e sobre este valor arrecadado o imposto, mas de facto a média dos preços não excedia 3$600. Assim a sacca pagava, com este imposto, e a sobretaxa, 25 por cento do valor real.

Havia ainda uma lei paulista decretando com o intuito de reduzir a exportação do café e portanto a sua offerta nos mercados do consumo o maximo da exportação. Neste exercicio, fôra de 9.500.000 saccas.

O lavrador que em 1909 não pudera fazer as remessas a tempo, teria de pagar mais de 20 por cento *ad valorem* isto é,

50 por cento do valor do prodûcto para o exportar. Imposição verdadeiramente barbara!

Declarou Glycerio que as leis limitadoras da exportação e das plantações eram aliás inconstitucionaes e um dos seus adversarios taxou-o de incoherencia pois se assim com effeito occorria como é que tres annos antes se mostrara elle exactamente tão apologista das operações valorizadoras?

O Governo de S. Paulo pelo orgão officioso, o *Correio Paulistano* desautorisou o senador, declarando que elle agira sem consultar os altos poderes de seu Estado.

E o *Jornal do Commercio* fiel á antiga campanha anti-valorizadora commentou:

Pena é que tão tarde se lembrasse o senador paulista de apregoar a inconstitucionalidade das leis estaduaes que limitam a plantação e a exportação do café e a exorbitancia dos tributos que, em seu proprio dizer, elevam a 50 por cento do valor, a carga barbara que opprime o mais importante producto do seu Estado. Cerrou ouvidos, muito antes disto quando esses mesmos argumentos foram expressos pelos que cumpriam o dever salutar de combater as idéas e o plano que elle então defendia e cujos grandes defeitos agora proclamava, sem ao menos a sinceridade de uma *mea culpa* no exordio.

E argumentava: sendo de 6.842.374 saccas o stock da valorização representava o valor de sacca £ 2,3s,10d preço pelo qual devia ser vendida para pagar integralmente os 15 milhões de emprestimo. Pelas cotações então vigentes a sacca do disponivel valia £ 2,4s,7d.

Ora, o café em deposito era de qualidade superior ao typo 7, em seu conjuncto, devendo portanto, conseguir melhor preço.

Admittindo, porém, que o vendessem por tal preço, resultaria, depois de resgatado o emprestimo de quinze milhões, um excesso de 9 pence por sacca, ou £ 256.589 correspondentes a todo o stock. Addicionada esta quantia ao saldo da sobretaxa até então arrecadada, seria mais que sufficiente para pagar á União o emprestimo anterior de 3 milhões.

Seria acaso nestes termos licito promover prorogação do prazo do emprestimo ou quaesquer outras medidas que retardassem esta liquidação?

Não era evidente e positivo que o interesse geral do Estado de S. Paulo e do Brasil reclamava que, em vez de taes delongas, fosse aproveitado sem hesitação este ensejo, emquanto não sobreviessem chuvas prolongadas a promover nova safra colossal a provocar novo desequilibrio grave?

As operações corriam bem o commissario do Estado de S. Paulo na Europa, Dr. Francisco Ferreira Ramos e os banqueiros encarregados de negociar o stock da valorização annunciavam a venda firme de 500.000 saccas até junho de 1910 e talvez de 1.100.000 em todo o anno.

A S. Paulo Pure Coffee Company proclamava que o consumo do café crescera notavelmente. O Centro do Commercio do Rio de Janeiro declarava a seu turno que a nova safra se annunciava fraca porque os cafesaes se achavam em muito más condições.

Em Minas crescia o movimento cooperativista dos productores municipaes e estaduaes. Mas o *Jornal do Commercio* censurava o seu modo de operar.

Desvirtuava-lhes por completo a missão de interferir na distribuição mais directa do café, no sentido de trazer para o Brasil uma parte mais consideravel do producto liquido da sua venda difinitiva aos que o consumiam. Para tanto fôra preciso que a sua acção se exercesse principalmente no Exterior, não vendendo nos portos de chegada o café que remettera mas indo collocal-o adiante, entre intermediarios mais proximos ao consumidor e a preços mais elevados que indicassem a suppressão de alguns dos outros intermediarios que os precediam na extensa serie, em parte superflua, dos que viviam a se occupar com o café.

As cooperativas mineiras, porém, em vez de prestar este serviço, que, embora difficil e demorado, seria de grande alcance economico no sentido de pouco a pouco augmentar a influencia commercial do Brasil na venda do seu melhor producto — estavam contribuindo para tornar inattingivel tal ideal. Esforçavam-se por supprimir exactamente os intermediarios internos, matando assim o pouco que ainda restava de um commercio outróra organizado e prospero. Embora restricto o ambito da sua actividade, podia desenvolver-se e, em cooperação com os productores, levar o café mais directamente ao consumo com resultados mais compensadores para todos.

Criticava-se a persistencia dos governos dos tres grandes estados cafeeiros em manter as sobretaxas. A tal respeito exprimira um reparador acerbamente que Minas allegava o serviço das cooperativas que fundara, como compensação á lavoura em troca da sobretaxa de tres francos por sacca, que lhe impuzera.

S. Paulo procurava attribuir a alta dos preços do genero á influencia do plano de valorização, para igualmente descul-

par-se do pesado tributo de 5 francos por sacca com que, á guisa de protecção, sobrecarregava a sua agricultura. O Rio de Janeiro, nada tendo a allegar, limitava-se a vetar pura e simplesmente, o projecto de lei que supprimia tal imposto, sem mesmo dar outra razão para o acto, a não ser que precisava do dinheiro, decorrente deste imposto para diversas despezas do Estado.

Verberava-se o que já os governos haviam arrancado á lavoura para satisfazer a politica valorizadora.

	Contos de réis
S. Paulo	86.268
Minas Geraes	14.638
Rio de Janeiro	2.860
Total	103.767

Além de elevar a 5 francos a sobretaxa primitiva de 3 francos, o Estado de S. Paulo, por lei de 25 de agosto de 1908, limitara em determinados quantidades a exportação de café do porto de Santos, instituindo um imposto addicional de 20 % *ad-valorem* sobre todo o café exportado, depois de attingido, em cada anno, o maximo legal.

Como na execução de taes medidas, não tivesse sido exceptuado o café mineiro, a transitar pelo Estado de São Paulo, em busca do mercado de Santos, o Governo de Minas apresentara reclamações que, não tendo sido attendidas, deram lugar á denuncia do accordo existente de 1895 pelo qual competia ao Estado de São Paulo a cobrança dos impostos mineiros. Passara tal cobrança a ser feita, pela Alfandega, em virtude de accordo celebrado com o Governo Federal.

Posteriormente, porém, haviam os dois governos estaduaes chegado a um ajuste provisorio.

O Estado de Minas Geraes á espera da decisão do Poder Judiciario, e comquanto considerasse inconstitucional a interpretação dada pelo de S. Paulo á lei federal de 11 de junho de 1904, pela qual o Estado de S. Paulo considerava incorporados á sua riqueza os cafés provenientes de territorio mineiro ou remettidos á praça de Santos, alli negociados e baldeados com outros, para a formação dos typos usuaes daquella praça, resolvera no intuito de conciliar, os interesses dos dois Estados e da lavoura mineira, admittir, como medida provisoria, que o Estado de S. Paulo arrecadasse os impostos de exportação

e a sobretaxa, decretados pela sua legislação, entregando ao Thesouro mineiro a importancia correspondente a 8 e meio por cento *ad valorem,* calculados pela pauta de Santos, e a sobretaxa de 3 francos estatuida na legislação mineira.

Em seguida á organização deste *modus-vivendi,* propoz o Estado de Minas uma acção ordinaria, perante o Supremo Tribunal Federal, para annullar as instrucções do Governo de S. Paulo.

As cooperativas mineiras queixavam-se amargamente dos commissarios cariocas.

Em Santos grande celeuma levantou a apparição de uma empreza de armazens geraes alli constituida por algumas casas inglezas. Os commissarios paulistas dispondo porém de maiores recursos do que os seus colegas de classe fluminenses, resolveram simplesmente *boycottar* taes casas, o que, segundo se dizia, teria como represalia apresentarem-se ellas directamente a fazer compras no interior do Estado.

Os Srs. Duuring e Zoon em fins de 1910 calculavam as safras universaes, já vendidas, deste modo (em milheiros de saccas).

	1907-1908	1908-1909	1909-1910
Santos	7.208	2.886	11.375
Rio de Janeiro .	3.409	390	3.750
Victoria	478	108	300
Bahia	213		100
Total do Brasil .	11.303	12.917	15.525

E quanto ao resto do mundo:

	1907-1908	1908-1909	1909-1910
Java	200	236	183
India e Ceylão .	190	210	250
Venezuela . . .	706	675	845
Costa Rica . . .	283	146	190
Mexico	255	375	505
Guatemala . . .	760	479	680
Salvador	490	450	450
Nicaragua . . .	135	120	130
Haity	375	400	300
Totaes . . .	3.394	3.051	3.533

Assim haviam sido estes os confrontos:

Safras	Brasil	outras procedencias	Totaes
1907-1908 . . .	17.303	3.394	14.697
1908-1909 . . .	12.917	3.051	15.968
1909-1910 . . .	15.525	3.533	19.058

A estimativa para as safras de 1910-1911 vinha a ser a seguinte:

	Saccas
Rio	2.625
Santos	8.250
Victoria	200
Bahia	100
Brasil	11.175.000

A colheita extra brasileira se avaliava em 3.270.000 saccas sendo pois a safra mundial de 14.445.000 saccas.

Em 1909 foi este, segundo o Retrospecto Commercial do *Jornal do Commercio* o movimento exportador dos dois grandes portos brasileiros:

Mezes	Santos	R. de Janeiro	Media typo 7 por ar. réis
Janeiro	1.327.967	254.742	6.228
Fevereiro	1.424.289	108.247	6.807
Março	562.464	233.517	6.986
Abril	8.397	112.664	7.300
Maio	3.114	97.248	6.750
Junho	1.397	115.691	6.486
Julho	1.074.181	274.713	6.115
Agosto	1.610.983	389.679	5.651
Setembro	1.582.728	389.406	5.958
Outubro	2.052.837	329.862	6.702
Novembro	2.068.463	277.196	7.074
Dezembro	1.853.066	296.320	7.137

No hexennio de 1904-1909 fôra este o movimento universal das vendas cafeeiras nas principaes praças:

Annos	N. York	Havre	Hamburgo	Londres	Santos	R. de Janeiro
1904.	25.324.000	9.669.000	5.487.000	6.625.000	4.764.000	1.870.000
1905.	21.225.000	8.150.000	4.754.000	3.547.000	4.358.652	1.343.000
1906.	17.663.000	9.211.000	6.485.000	2.762.000	7.125.700	1.340.000
1907.	9.754.000	7.153.000	6.452.000	2.330.000	9.306.037	1.847.000
1908.	6.973.000	3.635.000	4.253.000	1.610.000	5.995.213	2.148.000
1909.	7.020.000	5.041.000	5.093.000	2.146.000	7.650.634	1.908.000

Os totaes das safras mundiaes assim se computavam:

Em 1904	53.950.000
Em 1905	44.086.152
Em 1906	44.587.200
Em 1907	36.822.037
Em 1908	24.614.713
Em 1909	28.859.134

CAPITULO XV

Desenvolvimento das operações da Valorisação — Dados da mensagem do presidente Albuquerque Lins — O movimento cooperativista cafeeiro em Minas Geraes

Na mensagem de 1909, ao Congresso, o Presidente de S. Paulo, Dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, declarou que considerando quanto a propaganda do café interessava tanto a S. Paulo, como á União e aos demais Estados productores, solicitara a attenção do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para a conveniencia de um convenio regulador da acção dos Governos Estaduaes interessados.

Tal inicativa merecera o melhor acolhimento do Governo Federal. Haviam-se estabelecido as bases sob as quaes deveria ser feito o serviço de propaganda.

O valor do café da Valorização existente (7.531:955 saccas) era de 252.290:800$000 o saldo da despeza com as operações 78.788:814$000, a serem amortizados nos Exercicios seguintes com o producto da sobretaxa.

O passivo da operação correspondia a 291.276:202$000 ou £ 18.211.600, assim pois já se previa um lucro de Rs. 39.803:412$000.

A despeza escripturada pelo Thesouro sob a rubrica *serviço da defesa do café* em vista das contas de Banqueiros ou consignatarios, importara em Rs. 101.279:423$648 ahi incluidas as despezas com o lançamento do grande emprestimo de £ 15.000.000.

Todas estas despezas teriam de ser cobertas com a sobretaxa de 5 francos que, durante o exercicio, produzira fcs. 32.279.329.000 e merecera do Thesouro o maior cuidado para que em tempo opportuno pudesse constituir um relatorio especial, que seria presente ao exame da Assembléa.

Para a consolidação definitiva do stock dos cafés adquiridos realizara o governo paulista, a 11 de dezembro de 1908, um emprestimo de £ 15.000.000, com os Banqueiros J. Henry

Schroeder & C., de Londres, a Banque de Paris et Pays-Bas e a Société Générale de Paris.

Realizado ao typo liquido de 85 %, com a garantia especial do producto da arrecadação da sobretaxa de 5 francos por sacca de café exportado, e o stock dos cafés pertencentes ao Estado, existentes na Europa e nos Estados Unidos, deveria o producto da venda destes cafés ser applicado no resgate dos titulos do emprestimo, que se esperava estar inteiramente liquidado dentro de dez annos.

Em virtude do disposto em lei de 9 de dezembro de 1908, o Governo Federal dera a sua garantia para a execução do contracto deste emprestimo.

Como complemento á sua realização celebrara-se com os banqueiros emissores, a 11 de dezembro de 1908, um contracto especial instituindo um Comité encarregado da conservação e fiscalização do stock pertencente ao Estado de S. Paulo, e de pagar e liquidar, por intermedio dos banqueiros, todos os encargos sobre elle existentes, até a data do contracto. Ficara ao mesmo tempo, encarregado de continuar a pagar todos os seguros, despezas de armazenagens e quaesquer outras.

Encarregar-se-ia o Comité, tambem, da venda e liquidação de todo o stock, em nome e por conta do governo paulista, por meio de leilões publicos ou de propostas de compra, em carta fechada.

As vendas deveriam ser de 500.000 saccas em 1909-1910; 600.000 em 1910-1911 e 700.000 em 1912-1913. E em seguida, 700.000 saccas annualmente, até a liquidação total do stock.

Fóra destas quantidades minimas, poderiam em qualquer tempo, ser fornecidas ao commercio as quantidades de que este precisasse, tomando por base o preço de 47 francos por 50 kilos, *good average,* e 50 francos para o typo superior Havre.

Compunha-se o Comité de sete membros, quatro designados por J. Henry Schroeder e C. de Londres, dois pela Société de Paris, e um pelo governo de S. Paulo, sendo que este ultimo dispunha do direito de véto — com effeito suspensivo até deliberação final, que, neste caso, teria de ser proferida pelo Presidente do Banco de Inglaterra.

Era o Comité em 1909 constituido pelos representantes de J. Henry Schroeder & C. da Société Générale, Theodoro Wille & C. dos Srs. Hermann Silcken, Eduardo Bunge, Visconde des Touches e o Dr. Francisco Ferreira Ramos, como delegado interino do governo de S. Paulo.

Haviam sido entregues ao Comité 6.842.374 saccas que constituiam o que se designava no commercio sob o titulo de Stock da Valorização.

O restante, composto em sua quasi totalidade de cafés armazenados em Santos, S. Paulo e Rio de Janeiro, se excluira do contracto, para ser liquidado como o Governo achasse mais conveniente. Estava aliás já em grande parte vendido.

Para o contracto do emprestimo de £ 15.000.000 e do contracto que regularizava a liquidação do stock de muito haviam valido os bons serviços do Conselheiro Antonio Prado, a quem o Governo confiara este importante serviço, e a quem endereçava publicos agradecimentos.

Comprommettera-se o Estado de S. Paulo a limitar a sua exportação a nove milhões de saccas em 1908-1909, nove milhões e meio em 1909-1910 e dez milhões em 1910-1911.

E esta medida fora executada plenamente na safra terminada em 30 de junho de 1909 e, comquanto não se houvessem justificado os temores de muitos, com relação a sua execução, convinha que o Congresso habilitasse o Governo com as autorizações precisas para qualquer solução que melhor consultasse os grandes interesses ligados a este assumpto, tanto no Paiz como no estrangeiro, de accordo com os contractos existentes.

A lei de 19 de outubro de 1906 autorisara o Governo paulista a conceder garantia de juros de 6 % até o capital maximo de 4.000:000$000, empregado na construcção de armazens geraes, que se organizaram nos termos da Lei Federal de 21 de novembro d e1903. Em virtude desta autorização, contractara o governo paulista com a Companhia Paulista de Armazens Geraes, com séde em Santos, a concessão de garantia de juros até o capital de 800:000$000, para a edificação de dois grandes armazens, um alli e outro em São Paulo.

A mesma Companhia em junho de 1908 contractara com o Governo o estabelecimento de tres outros grandes armazens geraes junto ás estradas de ferro Paulistas, Mogyana, e Sorocabana, ahi despendendo 1.200:000$000.

Outros pretendentes havia-se apresentado solicitando a concessão do favor, legal, mas não tornado effectivos com o Estados os seus contractos. Em 1909 só funccionava o armazem de Santos.

Havia em 1909, e em S. Paulo, dezenove bancos de custeio rural fundados de accordo com a lei de 29 de dezembro de 1906. Para o capital de cada um concorrera o Estado com 50 apolices. A 31 de dezembro de 1908 os contractos de em-

prestimo com os lavradores orçavam por 2.362:374$000 e as operações pareciam dever desenvolver-se auspiciosamente.

O governo paulista acceitara para a fundação do Banco de Credito Hypothecario e Agricola a proposta dos banqueiros Loste de Paris.

Installara-se o Banco em S. Paulo, a 14 de junho de 1908, começando a operar a 14 de setembro seguinte. "Ficara assim satisfeita uma das mais justas operações da lavoura do Estado", observava o Presidente Lins.

A propaganda externa do café caminhava. O contracto com Johnston & C. para a Inglaterra já estava em execução. O de Rio Midzuno e Monteiro não. Encontrara muitos obstaculos e os concessionarios haviam pedido prorogação de prazo.

O negociante Charles Hú em duas exposições em França fizera distribuição de café brasileiro e proficuo reclame intelligente do genero.

A acção do Governo, no anno de 1908, limitara-se, pois ás operações indispensaveis para defender o stock de seus cafés, mantendo-se inteiramente fóra da offerta nos mercados.

Em 1909 o presidente de Minas Geraes Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes lembrava as palavras de seu antecessor, Dr. João Pinheiro da Silva. Assim relatava ao Congresso Estadual quanto se esforçavam os poderes publicos do Estado por cumprir as promessas sobre a reversão da sobretaxa á Lavoura.

Os resultados já colhidos mostravam claramente o acerto das medidas tomadas. E, facto sobre modo auspicioso! os lavradores, comprehendendo as disposições administrativas que visavam amparar-lhes os interesses, haviam acudido ao appello dos poderes publicos, organizando-se em associações agricolas constituidas por elementos de primeira ordem.

Podia-se affirmar que á excepção de um ou outro, os principaes municipios da Matta de Minas possuiam cooperativas emquanto no Sul e Leste do Estado já se ia iniciando a organização de associações identicas.

Até fins de março, de 1909, cerca de 18 municipios dos de maior producção tinham Cooperativas perfeitamente regulamentadas.

O movimento era pois, bastante animador; o espirito de associação ia encontrando acolhida entre os lavradores mineiros, cumprindo notar que além das diversas cooperativas municipaes — unicas acceitas pelo decreto — que na Argentina havia dezenove districtaes confederadas áquellas.

O numero de associações augmentava dia a dia, graças á lealdade com que o Governo procurava dar cumprimento á lei, e aos bons resultados das transacções.

De facto, as cooperativas que primeiro haviam tomado parte activa, no movimento aproveitando as regalias legaes como as de Cataguazes, Rio Branco, Ponte Nova, S. João Nepomuceno e Leopoldina, não só haviam recolhido os adeantamentos necessarios a acquisição de machinas de rebeneficiamento do café, como ainda encontrado facilidade para a obtenção de emprestimos destinados ao impulsionamento dos negocios sociaes.

Os armazens nas praças exportadoras do Rio e Santos, e nas importadoras de Antuerpia e Napoles, a manutenção de agentes no Paiz eram as providencias que de um lado facilitavam a organização e funccionamento das Associações Agricolas e do outro contribuiam para demonstrar, nos centros consumidores, a superioridade do café brasileiro.

Auxilios haviam sido distribuidos para a manutenção de seus agentes na Europa. E, até ás Cooperativas de Leopoldina e Rio Branco reunidas, para um acção conjuncta por certo, mais efficaz, concedera-se auxilio para a manutenção de torrefações na Belgica.

Representavam as garantias assim fornecidas adeantamentos dos premios a que as cooperativas tinham direito, quer apresentando ao mercado typos melhores de café, quer procurando colocal-o em mãos de intermediarios mais proximos dos consumidores.

Verificada qualquer das hypotheses, iam se lhes creditando os premios alcançados.

Já diversas se estavam preparando para amortizar o valor dos adeantamentos recebidos. Haviam vendido num anno 14.858 saccas das quaes 6.102 na Belgica e Italia, prenuncio auspicioso.

Suas contas revelavam notavel differença sobre as das casas commissarias a de 329 rs. por arroba nas vendas feitas no Brasil e 235 nas realizadas no Exterior.

Promettera-se ao lavrador melhor remuneração dos esforços com a economia resultante da despeza com os intermediariose tal promessa subira além da expectativa.

Deixava o resultado bem claro que não houvera sómente reducção de despezas e sim tambem vendas mais compensadoras.

As sabias previsões do Presidente fallecido saudoso au-

tor do plano, haviam-se pois, mathematicamente concretizado em factos.

O lavrador, recebendo mais 4$946 por sacca em virtude da venda directa, embora pagasse a sobretaxa de 3 francos, recolhia ainda o lucro liquido de 3$050.

A reversão da sobretaxa se fazia pois, duplamente, por intermedio dos premios e lucros obtidos.

Fora o Governo de Minas convidado pelo da União para, com os de S. Paulo e Rio de Janeiro, collaborar num plano systematisado de propaganda do café e nomeara seu representante o Dr. Ribeiro Junqueira, deputado federal.

CAPITULO XVI

Depoimento autorisado sobre as condições da lavoura paulista em 1909 — O relatorio Gomes Teixeira — Lavouras em decadencia — Perspectivas de producção

Interessante depoimento o que, em 1909, publicou abalisado cafesista, Izidro Gomes Teixeira, sobre a productividade das lavouras paulistas e das zonas tributarias do porto de Santos, sob o titulo *Estatistica do Café e cafesaes*. Seu ensaio constitue valioso adminiculo, complementar para as conjecturas a serem feitas sobre o exito da Valorização.

Avaliador de safras desde longos annos, por conta de uma das maiores casas cafesistas do mundo, Hard Rand & C. declarou dividir os cafesaes em quatro categorias.

Eram os da primeira os plantados em terras fracas improprias *leiteiraes, catanduva* e *cerrados*. Até os 12 e 14 annos produziam, cahindo depois em completo anniquilamento. Dahi por deante só poderiam produzir bem estercados, sempre, de tres em tres annos, o que não seria possivel por completo, em face do que custavam para o que produziam.

Esta condição ir-se-ia aggravando-se as cotações de café continuassem como estavam. Entretanto estes cafesaes já haviam produzido muito.

Mas actualmente davam enorme prejuizo, a consumirem o resultado dos talhões em bom estado. Muitas fazendas havia com cafeeiros em terras fracas, e o resultado dos de terras boas servira aos fazendeiros para não abandonarem por completo o trato embora muito diminuido dos talhões de terras fracas.

Havia zonas quasi que inteiras, onde estes cafeeiros attingindo ás idades de 12 a 14 annos, estavam de tal fórma anniquilados que se apresentavam avariados e fracos, como se fossem pequenas arvores do campo condemnadas a não produzirem, se continuasse o mesmo trato que tinham.

A principal especialidade de uma lavoura era a qualidade

das terras, que sempre alimentavam os cafeeiro, mesmo com trato mediocre, ao passo que as terras fracas só os sustentavam até os 12 e 14 annos. O plantio do cafesal em terra boa valia quasi tudo e em terra ruim nada.

As lavouras em decadencias provinham não só de terras exgotadas, como em grande parte de podas mal feitas, e especialmente da existencia de plantações de milho nos cafesaes, causa de grande anniquilamento.

Muitos fazendeiros haviam recorrido á poda julgando poder assim renovar as lavouras. Muita desillusão dahi lhes proviera.

O cafeeiro podado brotava de modo a formar um pé em 2 a 3 annos. Fraco, carregava a ponto de secar depois dessa carga, pois ficava a arvore quasi imprestavel. Havia milhões de cafeeiros no Estado de S. Paulo nestas condições.

A póda era de grande vantagem quando feita em arvores fortes, plantadas em terra boa, ou então estercadas para se robustecerem.

Convinha podar antes da vegetação de agosto ou setembro, e o mais junto da terra que pudesse ser; desbrotar quando os brotos estivessem de 2 ou 3 palmos, serviço a ser realizado por quem entendesse. Era preciso deixar um ou dois brotos no lugar mais bem collocado do tronco, e dos mais viçosos que houvesse, tendo-se o cuidado a que não viessem outros depois destes.

Assim sendo era o resultado garantido, pois em 3 annos ficaria formado um pé de café que por 10 ou 12 produziria como se fosse novo.

Evitar-se-ia a póda se todos os annos fosse limpo o cafeeiro, tirando-se-lhe os galhos seccos, as palmas e os ladrões, de modo que a arvore se formasse sempre para cima.

Era muito pouco o trato nestas condições nas lavouras, e por isto o cafeeiro ia decahindo.

Especialmente o bourbon, que dos 8 aos 12 annos começava a deitar no chão os galhos,chamados *saias* vindos de uma palma chamada vulgarmente *Ladrão,* de modo que a tal palma produzia por 2 ou 3 annos muito e acabava tirando toda força da arvore em cima. Ficava esta completamente gasta na parte superior e embora em terra boa, decahia.

Tambem concorria para a decadencia dos cafesaes, a plantação de cereaes, e especialmente a do milho que quando começava a secar, prejudicava muito os cafeeiros.

Alguns fazendeiros achavam impossivel evitar tal inconveniente por não terem terras para colonos. Se continuasse tal

plantação poder-se-ia contar com um enfraquecimento de taes lavouras de 10 % para os annos seguintes, progressivamente.

Os fazendeiros dos municipios de S. Manuel e Jahú eram os unicos que haviam totalmente conseguido impedir as plantações, de tal auferindo grande resultado; nos outros municipios apenas algumas fazendas evitavam o plantio nas lavouras.

Por isto o numero de annos em decadencia augmentava não só entre os de terras fracas, como mesmo nos de terras boas.

Os cafeeiros da terceira categoria, de um a oito annos, eram os plantados a partir de 1901, depois da lei de prohibição das lavouras novas, e as replantas das lavouras falhadas.

Estes cafeeiros, salientes em quasi todos os cafesaes, em maior ou menor quantidade, e pela sua media de idade e capacidade, ainda poderiam produzir mais de 40 % do que agora, dahi a 3 annos, quando chegassem á completa formação. Pois como média, observando-se em todas as zonas, terras e climas, a completa formação do cafeeiro occorria aos 10 annos.

Os cafesaes da quarta categoria os de firme producção. em terras boas e regulares, bem tratadas podiam dar até 90 arrobas por mil pés, desde que o tempo corresse bem e as floradas fossem aproveitadas.

Ao ver do nosso autor o cafesal paulista equivalia a 657.351.724 arvores.

Distribuiam-se as lavouras do seguinte modo:

	Terras fracas	Em decadencia
Mogyana	14.450.000	20.400.000
Paulista	56.300.000	50.650.000
Sorocabana	18.850.000	10.900.000
Bragantina	1.000.000	2.000.000
Central do Brasil	10.000.000	12.000.000

As lavouras de firme producção e as novas seriam:

Mogyana.	193.243.929	49.500.000
Paulista	145.627.000	45.400.000
Sorocabana	65.748.300	20.200.000
Bragantina	17.306.000	3.000.000
Central	16.224.500	2.000.000

Nos municipios do Sul de Minas tributarios de Santos haveria uns sessenta milhões de cafeeiros dos quaes 25 de firme producção e 32 de lavouras novas. No norte do Paraná uns 3 milhões, o que nos parece exagerado.

As lavouras da primeira categoria em terras fracas não podiam ter cargas boas, porque, se produziam um anno, falhavam 4 e 5 só conseguiam, quando muito, apresentar um anno em que a producção fosse razoavel.

Nas lavouras em decadencia, dentro dos mesmos quatro annos, convinha saber que entre ellas existiam muitas quasi em abandono. Pouco haviam contribuido para a média dos quatro annos. Attendendo ao estado actual, era muito facil prever que para o futuro sua producção seria nulla, desde que continuassem a ser tratadas do mesmo modo. Para se fazer idéa destes cafesaes, e quanto concorreriam para a producção média da zona, convinha avaliar o seu estado de depressão.

Das lavouras novas para se avaliar quanto poderiam produzir dentro dos quatro annos, não se poderia esperar mais do que 50 % das que já fossem formadas e dando como as lavouras de firme producção, uma média de 80 a 90 arrobas por mil pés. Isto seria o que podiam ter produzido nos quatro ultimos annos, e poderiam produzir para o futuro, se as condições de tratamento continuassem as mesmas vigentes. Seria até preciso tratamento melhor do que o actual, porque só havia metade bem tratada quer quanto ao amanho da terra quer quanto ás arvores.

Os cafeeiros decadentes e de terra fraca, na safra grande de 1906 a 1907, haviam produzido mais do que a sua capacidade, porque tinham falha de carga datada de 3 a 4 annos, o que dera para um descanço completo das arvores. Haviam-lhes sido muito propicias as continuas chuvas daquella época apezar do tratamento fraco das lavouras que consistira em ligeiras carpas, apenas servindo para não deixar os talhões no matto.

Assim, com os auxilios naturaes de descanço e tempo proprios, estes cafesaes se haviam refeito e produzido muito em 1906-1907. Isto difficilmente se repetiria, mesmo porque a excessiva carga dos cafeeiros em 1906-1907, causara maior anniquilamento das arvores que não tendo depois trato especial, não tinham conseguido readquirir forças.

Quanto á producção futura, dependia ella naturalmente do trato que pudessem ter, os cafesaes. Julgava o Sr. Teixeira não ser facil, tal coisa. Pelo contrario pensando nas condições financeiras dos seus possuidores e no que estas lavouras

gastas podiam dar para cobrir as despezas, com os preços vigentes nos mercados, não havia o menor estimulo ao bom trato.

Se se classificassem as lavouras pelas idades, o systema não daria resultados, porque os cafeeiros plantados em terra boa, e sempre bem tratados, produziam até os 80 e 100 annos, como os novos.

Examinara o articulista cafeeiros nessas condições, lavouras de trato bem feito, estercadas, podadas e desbrotadas convenientemente. Pois bem, forneciam producção firme igual ás novas.

Cerca de quarenta por cento, apenas, das lavouras paulistas eram bem tratadas em todo o Estado, cafesaes onde os fazendeiros faziam como queriam, não se sujeitando á vontade dos colonos.

As demais sessenta por cento eram simplesmente carpidas, entregues ao arbitrio dos colonos e em proveito destes.

Recebiam elles 60 mil réis pelo trato annual de mil pés obrigavam-se a trazer os cafesaes no limpo, tendo o direito de plantar nos cafesaes.

Para evitar o matto de crescer nos talhões, carpiam numerosas vezes por anno, raspando muito a terra. Assim endurecia ella ficando uma crosta dura e vidrada no sólo, onde as chuvas não podiam penetrar. Por isto não creava matto, mas tambem não nutria os cafeeiros.

Em terra boa, os terrenos levavam mais tempo para endurecer e vidrar, mas em terra secca eram rapidos estes resultados nefastos. Dahi os cafesaes em decadencia completa, porque o sol banhando a terra vidrada, a endurecia e seccava ainda mais, reflectindo o calor nas arvores com grande prejuizo da vegetação.

Era deste modo que os colonos cumpriam o contracto de trazer o cafesal no limpo! Não acontecia assim nas fazendas de terra boa, quando bem tratadas e com as carpas fundas. Revolvia-se o sólo efficazmente. Tinha o colono que carpir, fundo, virando sempre a terra de modo que as chuvas não corressem, antes infiltrando-se no chão, donde provinha mais vegetação no sólo, sendo tambem tal vegetação a dos cafeeiros que se conservavam sempre frescos, enfolhados e lustrosos para a bôa producção.

Acontecia ainda que o colono, com o direito de plantar sempre uma carreira de milho, no meio de cada fila de cafeeiros, levava o anno todo a puxar o esterco, raspando até por baixo do cafeeiro, para o centro da rua, onde ia plantar

a graminea. E assim, só visava proteger o milho, facto commum, em metade das lavouras do Estado e decorrente da má situação financeira dos fazendeiros.

Ainda acontecia no serviço de poda, que metade dos lavradores, o praticavam sem que os cafesaes estivessem nas condições de o supportarem, dahi resultando estragarem-se as arvores. O cafeeiro só dispensava a poda, quando desbrotado, livre dos galhos seccos, para não se entouceirar. Nestas condições nunca precisaria ser podado.

Quando o contrario se dava iam-se accumulando os brotos a formar muitos galhos, e entouceirando-se o pé de café de tal forma que por falta de arejamento, não podia produzir.

A accumulação de galhos em cada pé prejudicava a todos. Um galho livre produzia relativamente mais que dois reunidos, dois mais do que tres e assim progressivamente.

Mesmo em terras fortes e boas, existiam muitas lavouras onde o accumulo de galhos produzia baixa grande de producção, por falta de luz, sendo preciso podar para se renovar a arvore, o que em muitos casos seria de total proveito.

Muitos fazendeiros, alguns por negligencia, outros por carrancismo e outros ainda por não conhecerem o resultado das podas bem feitas, só haviam visto o resultado de taes operações effectuadas sem as condições indispensaveis á melhoria das arvores.

Assim não queriam podar, temendo máos resultados.

Assim tambem muitas lavouras, por falta de cuidados adequados, mantinham-se com producção pequena.

As lavouras em terras fracas, ninguem admittiria que futuramente fossem estercadas e tratadas. Estercando-se as de terra boa eram os proventos dobrados, como que não existiria esterco sufficiente para as tratar bem.

Seria rematada loucura adubar lavouras de fraca producção.

Todas as do Estado haviam, até então, produzido muito, com trato quando muito regular, porque, aproveitando terras ainda novas, e as idades de natural producção maior achavam-se os fazendeiros ainda esperançosos da occorrencia de annos de melhores preços.

Haviam empregado tudo o que podiam para arranjar meios e aguentar taes lavouras, para com os preços altos dellas tirar resultado.

Existiam muitas fazendas, possuindo parte dos cafesaes em terra boa, e parte em terras seccas. Verificava-se que o resultado destas era absorvido pelas despezas dos cafesaes fra-

cos. Os fazendeiros por lhes parecer que isto diminuiria o valor das fazendas, não se resolviam a abandonar as más lavouras. Convinha lembrar que já muitos não pensavam do mesmo modo, passando a comprehender os resultados reaes.

Quem geralmente ia ao interior paulista ver cafesaes visitava quasi sempre fazendas formadas e boas, onde as condições não eram as existentes em todas as lavouras do estado.

Para se adquirir boa opinião geral, o que não se conseguiria em poucos annos, era preciso viajar muito pelos diversos climas e zonas paulistas.

O estercamento dos cafesaes, por meio de covas de irrigação, vinha dando muito bom resultado, embora muito lento, só se adaptando a terrenos mal feitos e até rodadores. Tornava-se util á adubação dos talhões.

Ainda muito pouco divulgado estava tal processo.

Os adubos para os cafesaes, eram limitadissimos em relação ao que reclamava a manutenção dos talhões. A palha de café, chegava para uma quarta parte das lavouras, quando a empregavam como era preciso.

Apenas metade das fazendas aproveitava a palha na outra metade era ella queimada. Os fazendeiros por difficuldades de conducção, não conheciam o beneficio do resultado que tal adubo produz. Muitos o realizavam de modo tão mal feito, que não podia por isso trazer bom resultado. D'ahi o julgarem de pouco valor tal tratamento.

Os estabulos, para aproveitamento do esterco, ainda eram em geral muito resumidos.

Mostrava-se o processo muito dispendioso, e muito poucos fazendeiros estavam habilitados a utilisal-o sendo que muitas fazendas o tinham como meio de luxo e ostentação.

De modo geral a grande maioria das fazendas paulistas dispunha de escassos meios para poder estercar os cafesaes.

Era absolutamente innegavel que o factor da grande producção do cafeeiro, provinha da força da terra em que vivia. Mesmo nas terras fortes esta qualidade, com o correr dos annos e a acção do sol, ia desapparecendo de modo que era preciso auxilial-a por meio de adubação.

Vinha-se argumentando desde muito com o desapparecimento das chuvas criadoras em tempo proprio, e a devastação das mattas.

Nas zonas cafeeiras, o sol tornava-se mais ardente, desseccando muito a terra, com grande prejuizo das lavouras por abafar a vegetação, de modo que os que já estavam em terras seccas e os não estercados, não offereciam resistencia a esta

acção esterilisadora, cujo reflexo sobre a producção geral do Estado se apresentava consideravel.

Muitos municipios, posuiam terras boas e terras fracas. Serviam de comparação para se estabelecer uma base de producção futura, em relação a outros nas mesmas condições de terras, mas cuja época de producção era diversa .

Estes municipios com producção média de 90 arrobas por mil pés, nos cinco annos antes da safra grande, tinham passado a produzir cincoenta arrobas apenas devido ao facto de que cerca de metade das lavouras se achavam um anno antes da safra, melhores. Depois disto ficariam as arvores outra vez muito fracas e assim só poderiam produzir novamente após tres ou quatro annos de descanço.

Convinha notar que a falta de chuvas, em certo tempo, não fazia mal aos cafesaes, especialmente aos de terras boas, e mesmo a todos de terras novas.

A maior carga nos cafesaes, fôra precedida da maior secca, a qual causara geral terror, muitos se lembrariam da que precedera a safra de 1901 a 1902.

Em abril de 1900 começara tal secca que se prolongara até setembro; os cafesaes despidos de folhas pareciam seccos, envaretados. As commissões viajando no interior, haviam formulado opinião acerca da ausencia de producção para a safra futura, à vista da apparencia dos cafeeiros.

Por esta razão, grande fôra a alta no mercado; mas contra a espectativa geral, as arvores haviam se refeito ora mais ora menos, porque a secca occorrera em tempo proprio, em que as arvores tinham a seiva na raiz.

Quando se renovara a vegetação, o que se fazia em agosto e setembro tempo proprio, quando chegaram as chuvas e com ellas a vegetação se fizera mudança rapida vindo as folhas quasi junto com os botões e as flores. Duas floradas, em setembro e outubro, haviam provocado a grande carga de que resultara a safra grande de 1901 a 1902.

Eram exemplos de que as seccas fazem muito mal ás lavouras, quando de agosto em deante, época em que as arvores tem vigorosa vegetação e portanto precisam de humidade na raiz. E' entretanto a secca, mesmo em tempo proprio, em relação ás lavouras fracas e em terra fraca, de pouco proveito, e até prejudicial.

Com as lavouras boas e em terra boa, preparam o cafeeiro para uma boa floração uniforme, que pela consistencia da arvore, é toda aproveitada.

A producção paulista em 1910 concluiu o nosso autor

dependia do trato, que não devia ser unicamente o que vinha sendo em geral, contentando-se muitos fazendeiros em ver os cafesaes no limpo, o que conseguiam porque raspado o sólo, não se creava matto.

Era preciso que elles fossem estercados, tivessem carpas fundas e proveitosas a receber a humidade para refresco da terra; tirar, por completo, das lavouras as plantações de milho e outros cereaes, repartir, limpar e desafogar os cafeeiros para se arejarem além de se podarem as arvores racionalmente. Ahi então as boas cargas seriam sempre firmes.

O augmento e diminuição da producção se mostraria para o futuro de accordo com o trato.

Este depoimento sincero de um homem que tinha tão longo contacto com as plantações das diversas zonas paulistas, mercê de sua posição de avaliador de uma casa da importancia de Hard Rand, criava um documento valioso para o esclarecimento do futuro incerto ainda, para muitos, das operações da Valorização.

Não se repetiria tão cedo aquella immensa carga de 1906 a 1907 que provocara a grande crise de super-producção como apregoavam os que ignoravam a verdadeira situação das lavouras de S. Paulo e por este motivo acoimavam as operações de defesa do café de verdadeira cartada a mais incerta e a mais ameaçada.

Voz autorizada de applauso ás operações da defesa do café foi a de Edmond Thery abalisado economista francez (1855-1925) no *L'E'conomiste europén* que redigia. Procurou contestar os ataques contra ellas levadas a effeito por numerosos orgãos da imprensa européa sobretudo ingleza.

Justificou a attitude do governo paulista. Era preferivel affirmou transgredir um principio de economia politica do que deixar perecer o proprio estado.

Bastava estudar imparcialmente todos os elementos da questão para comprehender que o Estado de S. Paulo nada mais fizera do que imitar o exemplo das grandes nações que desde muito defendiam, de todos os modos, possiveis e imaginaveis, os seus respectivos productos, preponderantes em sua economia nacional.

Prudentemente restringira a sua producção cafeeira, preparando dest'arte um periodo de transição que progressivamente devia conduzir ao equilibrio normal entre a producção e consumo mundiaes.

"Em face da colheita phenomenal de 1905-1907 e de seus resultados desastrosos o governo de S. Paulo não dispunha de

outro meio ao alcance além do de intervir directamente nos mercados."

"Não possue o Brasil capitaes sufficientes para que os cafeicultores e os commerciantes de café possam tomar a iniciativa de medidas defensivas, como por exemplo tão facilmente procedem os norte americanos, em relação ao algodão e ao trigo, ao aço, ao cobre, ao petroleo. Assim incumbia naturalmente ao Governo organizar a resistencia, indubitavel como era que uma baixa tão violenta e duradoura do café reduziria o Estado de S. Paulo a uma situação infinitamente mais grave do que a das demais regiões productoras.

Não se podia negar a anormalidade dos meios adoptados pelo governo paulista para manter os preços pelas proximidades dos da producção. Mas a enorme safra de 1906-1907 creava uma situação anormal nos mercados. Assim antes de os adversarios atacarem tão ferozmente, como vinham fazendo á intervenção paulista seria de toda a justiça que indicassem as medidas a serem tomadas pelo governo de S. Paulo contrariamente áquella que adoptava.

"Seja como for estamos hoje em presença de um facto consummado; os mais severos criterios nada podem fazer. A questão se resume em saber se a obra gigantesca de valorização de café se poderá liquidar sem perdas por parte do Thesouro do Estado de S. Paulo e sem prejuizos para os cafeicultores brasileiros."

Assim no dizer do abalisado economista francez o governo de S. Paulo se vira na ineluctabilidade de proceder como procedera. Mas só o futuro diria se o exito coroaria ou não a aventura finnaceira a que tivera de arriscar-se.

CAPITULO XVII

O minudente e consciencioso estudo de P. Denis sobre a valorisação — Analyse de A. Lalière sobre o mesmo assumpto — Impressões optimistas

Dentre as analyses e criticas que desde os primeiros tempos appareceram sobre as operações de Valorização nenhuma talvez haja sido fructo de tão acurado exame quanto a de P. Denis em seu *Le Brésil au XXe. Siècle,* datada de 1909.

Este economista francez, de justa e consideravel nomeada, estudou o nosso paiz sob numerosos aspectos, demorada e criteriosamente observados, analysando-lhe a vida politica e economica, a questão monetaria e cambial, a colonisação européa e a influencia do elemento de origem afra, as condições do Nordeste e da Amazonia. Deteve-se sobretudo no exame do panorama paulista que lhe prendeu fortemente a attenção.

Causou-lhe verdadeira admiração o que os governos paulistas haviam feito no sentido da obtenção de braços europeus para a lavoura do café. Reputavam as despezas e sacrificios feitos neste sentido muito pouca cousa em relação ao desenvolvimento da cultura cafeeira e dos lucros dahi decorrentes.

Poucos espectaculos vira o mundo moderno iguaes ao que provocara este governo incumbindo-se de importar, massas de trabalhadores ruraes. E assim S. Paulo de 1887 a 1906 recebera 1.200.000 immigrantes quando neste ultimo millesimo não contava ainda tres milhões de almas.

A facilidade de braço e credito permittira a enorme expansão da lavoura de S. Paulo. A crise cafeeira trouxera mal estar acentuado entre os colonos. Alarmados com a reducção das colheitas os fazendeiros das zonas velhas prohibiam ou pelo menos restringiam e muito a permissão do plantio de roças entre os renques dos cafeeiros decadentes. Ora o plantio nas lavouras reduzia muito o trabalho dos colonos e augmentava-lhes os proveitos. Havia imminente perigo de desorganização do trabalho rural.



Vira-se pois o governo paulista coagido a emprehender medidas de defesa de seu grande producto. A valorização era a decorrente natural de uma politica de protecção que com singular e notavel continuidade os paulistas haviam seguido desde meiados da decada de 1880-1889.

Ao dar conta aos seus leitores do que era a Valorização declarou Denis agir objectivamente. Não pretendia atacar nem defender o governo paulista.

A valorização provocara numerosas polemicas e precisava ser observada imparcialmente. Em suas linhas geraes consistira numa muito avultada operação financeira ousadamente emprehendidas pelos politicos de São Paulo.

Mas o que se tornava notavel vinha a ser seu caracter de verdadeira innovação em materia de economia politica, nova forma de intervenção proteccionista de um governo num campo commercial.

Havia muita gente que não comprehendia as determinantes da actuação paulista. Para ella a valorização era legitima cabeçada. No proprio Brasil encontrara encarniçados inimigos. Tivera o infortunio de encontrar entre estes e na primeira linha o *Jornal do Commercio* o orgão mais poderoso da imprensa nacional, com enorme influencia nos meios politicos financistas e commerciaes do paiz.

Na Europa, em Paris, o jornal xeno brasileiro *Le Brésil* se distinguira pela extrema malevolencia em relação ás operações de defesa.

Ainda em julho de 1907 declarava-se absolutamente convicto de que a Valorização não passava de legitima aventura, verdadeira especulação aerea aleatoria como mais seria impossivel. Quem applaudiria ver um Estado entregar as suas finanças ao acaso ou a graça da Divina Providencia? O Estado de S. Paulo havia sido soberanamente imprudente em haver jogado tal cartada."

Criteriosamente observa Denis que taes apreciações não podiam ser senão as de um julgamento summario de um processo de que o publico não conhecia os autos.

Para o economista francez a crise cafeeira decorrera exclusivamente da super-producção. Se o cafesal antigo do Brasil, anterior a 1890 envelhecera notavelmente e até em grande parte se aniquilara, em muitas regiões do Globo o mesmo se dera, e occorrera concomitantemente a immensa expansão da lavoura paulista.

O Ensilhamento fornecera potente alavanca ao acrescimo do cafesal pela abundancia de capitaes á procura de emprego

e o cambio baixo creara um regimen de protecção intensivo e geral.

Havia subido immenso o preço da arroba e a renda da terra attingira um nivel fabuloso.

Era o tempo entre parentheses em que uma fazenda de menos de trezentos mil pés, apenas, e sem lavouras novas, em zona montanhosa do Estado do Rio de Janeiro, pertencente a um nosso parente, e com media baixa de producção, dez mil arrobas, puzera ás mãos de seu proprietario, em seis annos de 1890 a 1896 nada menos de mil contos de réis liquidos. E isto sem que o fazendeiro fosse poupado. Pelo contrario. Relatou-nos um filho de grande lavrador paulista, de tal época, expressiva historieta, occorrida em 1892.

Achava-se com seu Pae em Paris e fora visitar um seu parente, grande fazendeiro tambem. Em casa deste encontrara diversos outros parentes igualmente abastados lavradores em S. Paulo.

Falava-se em café e na mina de ouro que era então o cafesal quando surgira uma visita. Dirigindo-se aos circumstantes abruptamente lhes declarara o recem-chegado:

— Esperava eu que a minha lavourinha de .... me desse este anno uns cento e cincoenta contos e põe-me no bolso quatrocentos! Vejam as contas de venda que recebo!

— Ficamos todos tão aturdidos, relatou-nos o nosso informante que o silencio completo se fez na roda como se houvessemos tido o conhecimento de uma catastrophe.

Nesta época, commenta P. Denis, cada fazendeiro era um nababo e todos queriam ser fazendeiros. E assim se explicara a ancia dos paulistas pela extensão das lavouras.

Terra virgem e fresca havia em profusão, e maravilhosamente fertil. O que faltava era o trabalhador. Dahi o appello ao braço europeu sobretudo italiano. E este se convertera em agente poderoso e immediato do alargamento cafeeiro a todo o transe.

Viviam estes advenas do café como jornaleiros, carpidores e colhedores assalariados, e ao mesmo tempo como que proprietarios, plantando cereaes que lhes eram proprios e vendiam com grande vantagens. Ora nestas condições tornara-se logico que não quizessem ficar em lavouras velhas e procurassem terras novas e nestas plantassem novos cafesaes.

O estabelecimento destas lavouras era-lhes de toda a conveniencia. O cafesal novo dava-lhes durante quatro annos a posse de uma terra de derrubada onde colhiam optimas colheitas cerealiferas.

Estabelecera-se um circulo vicioso: crescia o cafesal dos fazendeiros e eram elles que cedendo á instigação dos colonos que receiavam perder aggravavam a crise da super-producção se avizinhara celeremente.

Em 1902 existiam no Estado de S. Paulo 530 milhões de cafeeiros dos quaes 135 com menos de quatro annos.

Falando do imperio exercido pelo café sobre a vida de S. Paulo lembrava Denis que noventa por cento da economia paulista correspondiam ao cafesal. As proprias industrias alli subsistiam em virtude do escoadouro fornecido pelas zonas ruraes que viviam da colheita e das cidades que viviam do commercio cafeeiro.

A crise do café compromettia o orçamento do Estado extraordinariamente e ainda não só o equilibrio de todo o Brasil. A grande Republica sul americana não tinha ainda quasi capitaes accumulados. Sua prosperidade decorria do saldo positivo da balança commercial. Era elle o meio da satisfação dos compromissos exteriores e da conservação do valor de sua unica moeda a fiduciaria.

Sem a exportação cafeeira que seria da vida economica brasileira? como poderia o paiz adquirir estes elementos primordiaes de civilização que sua industria não estava habilitada a produzir?

"A crise cafeeira, declara P. Denis peremptorio não é uma questão que se restrinja aos estados productores, affecta a toda a União. E' pois facil comprehender-se como os poderes federaes foram levados a intervir na Valorização.

De 1885 a 1896 prosperara sempre a lavoura cafeeira do Brasil. Em 1897 com a grande colheita avolumara-se o stock a altura de 6 milhões de saccas. Dahi a baixa notavel até 1900 em que os preços reagiram. Nesta primeira phase a lavoura pouco soffrera. Apezar da grande baixa cambial o mil réis resistira intensamente e as cotações se haviam baixado em ouro conservavam-se firmes em moeda nacional.

A partir de 1901 é que com a enorme safra, e o consequente e colossal avolumamento dos stocks a situação dos lavradores ficara progressivamente insuportavel.

O supprimento mundial de onze milhões mantinha-se apavorante. Surgira no horizonte a avalanche da safra monstro de 1906-1907.

Nada mais comprobatorio da sabedoria dos governantes paulistas do que a prohibição do plantio. Se ella não se tivesse effectuado quaes seriam os volumes das colheitas seguintes aggravando a já tão temerosa crise?

Em 1902 surgira o projecto Quintino Bocayuva que P. Denis analysa.

Haveria um preço minimo em ouro por arroba. Para o manter os quatro grandes estados cafeeiros colligados obrigariam os exportadores a pagar um imposto igual á differença entre este nivel minimo e a cotação mais baixa occorrente no mercado.

Assim sendo não se encontraria negociante que tivesse vantagem em exportar café abaixo do curso legal, pois teria de pagar taxa tanto mais pesada quanto houvesse deprimido seus preços de venda.

Objectara-se que poderia occorrer a greve dos compradores. Ficaria a safra encalhada deixando os productores em pessima situação. Para este periodo de collapso e á espera de que o commercio adquirente se visse forçado a reencetar as operações a União adeantaria a todos os productores cinco mil réis por arroba o que exigiria uma emissão de 60 mil contos de réis.

O projecto commenta P. Denis não lograra resultado pratico algum. A Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro discutira com competencia a provar quanto eram os recursos previstos insufficientes. Uma emissão de 60 mil contos não comportava fazer face aos encargos que sobre ella tombariam. Tornara-se necessario emittir o triplo. Ora, seria impossivel fazel-o após os sacrificios penosos do quatriennio Campos Salles.

Além de tudo apresentava a Sociedade Nacional de Agricultura, objecção muito mais grave. Se o Estado offerecesse aos lavradores uma subvenção por sacca depositada, enorme seria a affluencia nos armazens nacionaes, provocando uma especie de monopolio de Estado que tornaria o commercio impraticavel aos particulares, contrariando-se assim o livre exercicio das funcções sociaes. Ter-se-ia o Estado commerciante o que não seria desejavel.

O remedio para a crise objectara a Sociedade Nacional de Agricultura seria a organização da producção e o desenvolvimento do syndicalismo agricola.

Esta corrente de opiniões dominante na aggremiação fluminense mantivera-se fiel aos seus principios após o fracasso do plano de Q. Bocayuva e fora a motivadora da opposição por ella feita ás tendencias de onde surgiria a Valorização a que deram vigoroso combate muitos dos membros da Sociedade.

Com toda a propriedade frisa P. Denis quanto de 1901

a 1906 a bibliographia cafeeira se tornou immensa, desenvolvida pela aggravação da crise. "Occorreu tal abundancia de brochuras, e artigos que ninguem pode ter a esperança de vir a ter conhecimento de todo este papelorio."

Queriam muitos dos economistas, daquella phase peritos, especialistas e improvisados que o Brasil se defendesse por meio da intensificação da propaganda a todo o transe, da guerra aos succedaneos e sobretudo da reducção dos direitos aduaneiros. As mais extravagantes idéas se manifestaram em letras de forma. Havia quem preconisasse o combate ao chá até nos centros de sua producção ao Extremo Oriente! E havia tambem quem quizesse obrigar os inglezes a deixar o chá pelo café immediatamente!

Era o phenomeno o mesmo que occorrera quando a França se vira nas aperturas da crise viticola. Mas a estes devaneios respondia a logica imperturbavel dos factos. A lenta gradação do consumo do café que attingia cerca de quinhentas mil saccas de acrescimo annual continuaria imperturbavel. Não haveria propaganda capaz de precipitar tal progressão.

Segundo corrente aconselhava a actuação sobre a producção, a limitação da exportação pela retenção, e até a queima do producto.

Terceira corrente queria mover guerra sem treguas aos exportadores. Os lavradores formariam syndicatos para a venda directa de suas colheitas na Europa e na America, no Oriente, tornando-se seus proprios exportadores.

Havia pontos de accordo entre todos: a continuarem as cotações baixas, os productores succumbiriam e o governo precisaria agir antes que a selecção natural imposta por adquirentes estrangeiros inexoraveis houvesse provocado tremenda catastrophe economica financeira na lavoura brasileira e sobretudo paulista.

Observa P. Denis que o governo de S. Paulo agira com prudencia: Depois de estudar detidamente o problema verificara que um unico meio era viavel a acquisição de grande parte do stock mundial.

Contava com a diminuição da producção que lhe parecia fatal e precisava intervir porque tal genero de operações não poderia ficar a cargo de particulares, sobretudo lavradores cheios de compromissos para com os seus commissarios, circumstancia que forçava a affluencia dos cafés a Santos ao mesmo tempo.

O mal maior seria o beneficiamento feito pelo Brasil aos seus concorrentes mas o perigo se apresentava muito redu-

zido desde que após a viagem de estudos do Dr. Augusto Ramos aos paizes cafeeiros hispano americanos se soubera que nelles reinava angustiosa crise e a cafeicultura estava em condições de não avolumar o stock mundial. Conservaria a lavoura paulista o commando dos mercados, com enorme vantagem, não havendo o menor interesse em se manter o preço da sacca de café abaixo de 60.000 réis.

Attribue o autor francez capital importancia ás observações e conclusões de Augusto Ramos. Nunca seria exagerado louvar-se o alcance de sua viagem de estudos aos paizes cafeeiros. Fora ella que persuadira ao governo paulista a viabilidade do plano da defesa. *Ce voyage a été le pivot de la Valorisation,* escreve Denis.

Deliberada a intervenção apparecera logo a promessa formal de emprestimo mas desde que tivesse o endosso da União. Assignara-se então o Convenio de Taubaté que levantara enorme celeuma por parte dos anti intervencionistas, cujo orgão principal o *Jornal do Commercio,* se irritara sobretudo por causa do projecto da Caixa de Conversão que entendia provir de verdadeiro desplante federativo visando usurpar attribuições do Governo da União.

Mas o futuro presidente Affonso Penna era partidario da fundação da Caixa, que considerava mecanismo essencial para a reorganização financeira do Brasil.

Ao lado dos não intervencionistas figuravam elementos do maior peso entre elles o chefe da casa dos banqueiros tradicionaes do Brasil, Lord Rothschild.

No Estado de S. Paulo a assignatura do Convenio causara geral enthusiasmo; em Minas e Rio menos; na capital da Republica reinava a inquietação. Temia a opinião publica a inutilização da obra de Campos Salles e Murtinho.

Dizia-se que a unica coisa positiva era a sobretaxa arrancada á Lavoura. Ia começar a colheita da safra immensa de 1906-1907, e o governo paulista agindo com cautela, certo de que o convenio era inviavel, introduzira modificações importantes no texto do accordo, de Taubaté. Baixara-se o nivel do preço minimo entre os limites de 32 a 36 mil réis por sacca.

Em outubro de 1906 tornara-se a situação em S. Paulo gravissima. O governo paulista não conseguira o endosso da União, havia uma catadupa de café a despejar-se sobre Santos, baixavam os preços e a producção paulista se via ante a ruina immediata.

Agira o governo de S. Paulo com a maior decisão, não executando senão de longe o plano de Taubaté. Dispuzera a

principio de 3 milhões de libras apenas. Recorrera então a warrantagem dos cafés comprados. Em fins de 1906 apenas havia comparado dois e meio milhões de saccas. Precisara comprar cafés relativamente finos, nunca abaixo do typo sete, o que alvorotara os lavradores mineiros, fluminenses e outros productores de cafés geralmente baixos.

Ante a grita o presidente Affonso Penna autorisara o Banco do Brasil a fornecer seis mil contos para a compra das escolhas. Mas tudo isto era insufficiente e o Presidente procurara obter de Lord Rothschild um emprestimo de cinco milhões esterlinos para as operações de valorização. Recusara-se o banqueiro do modo mais cathegorico a collaborar neste negocio que qualificara de mera aventura.

Em junho de 1907 declarava o presidente de S. Paulo que o seu governo ia cessar as compras. A situação era terrivel, a baixa persistia mas o governo paulista estava com os recursos esgotados e a catadupa cafeeira continuava a affluir. Precisara o governo recorrer á direcção das estradas de ferro para diminuir o rythmo do despejo da safra em Santos.

Em junho de 1907 possuia o Estado de S. Paulo cerca de oito milhões de saccas que lhe haviam custado mais de 400 milhões de francos.

Desta enorme massa um quarto estava pago. O resto fora fornecido pelas firmas que haviam effectuado as compras por conta do Estado e que se haviam coberto dos respectivos avanços por meio da warrantagem. A liquidação do stock daria um prejuizo de cincoenta milhões, naquelle momento pelas cotações correntes.

Verificara-se curiosissima analogia: os cafés de São Paulo só valiam o preço do dia porque não podiam ser vendidos!

Ora a conservação do stock custava ao orçamento estadual uma despeza de seus trinta mil contos annuaes, enorme para o volume da receita.

Recorrera o Presidente Tibiriçá a medidas extremas, arrendando a Estrada de Ferro Sorocabana o que lhe trouxera um reforço de dois milhões esterlinos, immediatos, solicitara um emprestimo á União de mais tres milhões, advogado calorosamente.

Vinham noticias estatisticas sobre a safra de 1907-1908 sobremodo favoraveis aos valorizadores. Em face desta deficiencia de colheita o Congresso Nacional decidira-se a encarar a Valorização com mais confiança, apasiguara-se Lord

Rothschild que acabara encarregando-se da collocação do emprestimo dos 15 milhões esterlinos solicitados por S. Paulo.

Em maio de 1908, antes dos primeiros lotes chegados a Santos subiam os preços! Começaram a apparecer pedidos de cafés finos que não existiam em parte alguma monopolisados que se achavam pelo governo de S. Paulo. Firmavam-se as cotações permittindo a soltura de partidas grandes, relativamente alliviadoras dos stocks.

A especulação andava ainda desorientada sem saber como procederia o comité e este suspendera as suas vendas esperando a safra de 1908. Annunciava-se mais uma colheita deficitaria.

Escrevendo em fins de 1908 synthetisava o economista francez: "Seja como for parece-nos que na Europa houve inquietação excessiva em relação á valorização. Possue São Paulo recursos sufficientes para retardar a liquidação de seu stock e poder vendel-o de accordo com as suas conveniencias."

Se ainda era impossivel medirem-se os resultados definitivos da valorização e os encargos que imporia ás finanças paulistas era pelo menos illogica julgar o Governo de São Paulo como um mercador vulgar e a Valorização como um negocio normal.

Os homens do governo que os haviam emprehendido só visavam um fim exclusivo: salvar a grande lavoura cafeeira. Se o conseguissem nenhum sacrificio teria sido demasiado."

Os fazendeiros, testemunha P. Denis, mostraram-se fidelissimos ao governo paulista. A grande safra de 1906-1907 deixara-lhes saldo apezar dos preços baixos.

Este saldo, elles o deviam as operações preliminares da Valorização, servira ao escoamento normal dos cafés colhidos neste anno. O seguinte, 1907, decorrera-lhes muito mais duro e muito poucas fazendas haviam deixado de dar deficit. Mas os fazendeiros se tinham mantidos corajosos sem protestos contra a sobretaxa, confiantes plenamente no governo paulista.

Terminando as considerações que a inspecção dos factos lhe suggeria em fins de 1908 indagava. P. Denis seria a safra de 1906-1907 ou não o apogeu da producção brasileira?

Se esta crescesse passaria a Valorização a ser verdadeira catanada desfechada no vacuo.

Havia dois elementos de resistencia e triumpho: a prohibição do plantio e o envelhecimento do cafesal antigo. Continuara-se a plantar fora do territorio paulista mas pouco. Em Minas por exemplo excellente relatorio do engenheiro Carlos

Prates encarregado do censo cafeeiro demonstrara que as lavouras novas corrspondiam apenas a um decimo do cafesal mineiro. E este plantio não representava propriamente uma extensão de culturas mas uma consequencia da necessidade em que se achavam os fazendeiros de Minas de fazer replantas e renovar lavouras em virtude da natureza de seus chãos e a mediocridade de mão de obra de que podiam valer-se.

Não era aliás crivel que cafesal paulista se propagasse ainda numa occasião em que a cultura mal remunerava o custeio, como o demonstravam os calculos e argumentos dos economistas de S. Paulo numa demonstração de sinceridade tão incontestavel quanto sua profunda experiencia das coisas agricolas.

Uma falha se notava é que não se estudara uma reforma radical de organisação vigente da industria cafeeira. Os estudos destes especialistas limitavam-se exclusivamente ás condições actuaes da grande cultura. Com a pequena propriedade, o retalhamento das grandes fazendas não declinara o valor do custeio. A pequena propriedade dispunha sempre de recursos — e recursos inacreditaveis — forças secretas para resistir ás crises.

Sob o ponto de vista sociologico seria talvez prejudicial a Valorização retardando uma revolução economicamente vantajosa da organização agricola paulista.

Era o latifundio a que a Valorização soccorria dogmatisava o economista francez ao terminar por este conceito.

"Quando se pensa que determinada medida realizou a protecção de uma nação o que realmente fez foi proteger determinada classe."

Publicou-se em 1909 em França (A. Challamel) volumosa monographia *Le café dans l'État de Saint Paul* (Brèsil), da lavra de um engenheiro agricola, lente da cadeira de Productos commerciaes e Technologicos no Instituto Superior de Commercio de Antuerpia, Sr. A. Lalière.

Era uma das obras mais solidas que sobre a cafeicultura até então se publicaram pela abundancia de informações, a honestidade da pesquiza, o interesse pelo assumpto lealmente apresentado ao publico.

E com a especialisação de que se referia, exclusivamente, á lavoura paulista outra ainda não apparecera de tal porte. Divide-se em seis secções: producção, cultura, beneficiamento do café, factores economicos de producção, commercio de café em S. Paulo e valorização do café.

Está cheio de diagrammas, estatisticas, gravuras e mappas e o volume apresenta-se magnificamente illustrado.

O historico de Laliére é muito interessante e significativo pelo facto de partir de observador estrangeiro.

Depois de explicar que de 1885 a 1896 o preço do café se mantivera relativamente alto subindo de 70 francos por 50 kilos por vezes a 120 e 132 francos expõe aos leitores que dahi decorrera a prosperidade da lavoura paulista. A colheita grande de 1897-1898 trouxera o primeiro desequilibrio serio no commercio cafeeiro, elevando o stock mundial a perto de seis milhões de saccas. Dahi a baixa sensivel das cotações com pequena reacção aliás insufficiente, em 1900. Haviam os lavradores comtudo pouco soffrido com esta primeira queda pois justamente em 1897 e 1898 havia occorrido a maior depressão cambial brasileira, continuado o mil réis estabilisado, internamente, porém.

Tomara o plantio da rubiacea enormes proporções e as lavouras novas ainda não haviam começado a *chegar*.

Mas subitamente occorrera a grande colheita de 1901 a 1902 e o consumo não conseguira digerir o excesso da producção. Subira o stock mundial a 11.500.000 saccas. Ora, como a politica Campos Salles Murtinho se processava, a revalorização da moeda brasileira e os preços de café expressos em dinheiro brasileiro se mantiveram firmes. Peiorando a situação cahiram as cotações a 30 francos por 50 kilos em 1903 a baixa se acentuou ainda mais. Occorrera porém a reacção de 1904-1905 de modo que os preços subiram de novo a 40 e 50 francos. Mas os stocks se mantiveram intactos e em fins de 1906 representavam 11 milhões de saccas, ou fossem sete decimos do consumo mundial de um anno.

Circunstancias climatericas favoraveis como nunca occorrera iam provocar terrivel crise prenunciando a colheita immensa de 1906-1907 muito maior do que a de 1901 a 1902 que já dera 10.166.000 saccas.

Como medida de precaução lançara o governo paulista em 1902 o imposto prohibitivo de dois contos de réis por alqueire paulista de lavouras novas, lei que deveria vigorar por cinco annos e fora prorrogada em 1907 por igual prazo.

Mas chegara tarde a medida legislativa. Deveria ter sido votada um quinquiennio antes. Assim não obstou aos resultados da colheita fantastica de 1906-1907, a safra grande, como se tornara universalmente conhecida e lembrada pelos paulistas.

Não era possivel, annota Lalière que o governo paulista deixasse que com a chegada desta abortiva safra, começasse a

actuar a obra da selecção natural provocadora dos soffrimentos e da miseria geral.

Andara com a maior prudencia. Antes de agir fizera com que um emissario em cujo criterio depositava a mais justa, a maxima confiança examinasse bem as condições de producção entre os maiores concorrentes do Brasil. Fora elle o Dr. Augusto Ferreira Ramos cujo relatorio da sua viagem de 1904 e 1905 enunciou conclusões positivas: viviam os concorrentes hispano-americanos affectados pela baixa dos preços quanto os brasileiros dispunham de mão de obra mais cara e mais rara e menos efficiente do que em S. Paulo. E de organização agricola muito inferior á paulista. Fora pois, o Dr. Augusto Ramos o verdadeiro technico da Valorização.

O estudo das medidas destinadas a combater a crise crearam como era natural, em S. Paulo, uma atmosphera especial. A idéa da valorização amadurecera com lentidão; a 24 de agosto de 1903 Alexandre Siciliano apresentava o seu primeiro projecto a que Lalière classifica *dos mais interessantes*.

Affirma o autor belga que o governo paulista teria executado logo o plano do grande industrial de S. Paulo se não houvesse sobrevindo a enorme colheita de 1906-1907 que excedera toda e qualquer previsão.

O projecto Siciliano consistia em auxilio pelo governo brasileiro a um consorcio bancario que comprasse, por determinado preço, toda a safra do paiz, encarregando-se de a collocar. Este preço, fixado previamente, augmentaria, annual e gradualmente. O governo pagaria ao Syndicato, por sacca de café exportado, 2,50 francos, 3 e 3,50, no primeiro triennio, graças a uma sobretaxa de exportação.

A safra abortiva de 1906-1907 levara o governo paulista a agir deliberadamente antes que os cafés della procedentes chegassem aos portos de embarque. Descreve Lalière os primeiros passos da valorização da forma que expuzemos, e apoiado no texto de P. Denis, a que as vezes corrige aliás. Erroneamente affirma que a Caixa de Conversão "orgão de incomparavel utilidade era de origem paulista, havendo sido lembrada em 1903 por Augusto Ramos, quando sabemos todos que é adaptação do apparelhamento argentino da mesma especie.

Recorda Lalière o primitivo fracasso da idéa da creação da Caixa no Congresso Nacional, as difficuldades encontradas pelo governo paulista para levar avante as suas compras, o momento critico dos primeiros dias de 1907 quando se levantou a grita dos productores de cafés baixos que reclamavam

o não pagamento da sobretaxa, visto como seus productos não eram adquiridos; a especie de terror causado no publico brasileiro pela carta de Lord Rothschild a declarar que não queria lançar a sua casa em aventura de tal jaez, etc.

O periodo realmente critico fora o de fevereiro a junho de 1907 em que o governo paulista declarou que cessaria de comprar.

Fôra prematura e apressada a valorização e o Estado de S. Paulo deveria ter contemporisado. Mas é que tambem estava exhausto de recursos. Devia mostrar o seu scepticismo em relação ás declarações do presidente Jorge Tibiriçá quando este affirmara que o escopo de seu governo apenas fora retirar do mercado o excesso da safra de 1906-1907.

A situação melhorara em meiados de 1907 e os Rothschild mostravam-se muito melhor dispostos em relação á valorização. O autor belga, assim como o francez, nada falam da intervenção de Sielcken tão apregoada por Ukers como decisiva e que realmente deve ter sido do maior peso.

Louva Lalière o criterio e a sinceridade das compras paulistas feitas com todas as precauções necessarias e versando sobre typos de primeira qualidade como cafés finos.

Havia na Europa, relata Lelière, muito má vontade contra a valorização. Assim um orgão de prestigio do *Bulletin de Correspondance* do Havre, de 19 de fevereiro de 1908, dava acolhida a uma noticia de um de seus assignantes, a declarar que a maioria das saccas dos depositos trazia as marcas officiaes, existindo porém nada menos de 2.634.000 saccas que poderiam ser vendidas sem que fosse possivel saber qual lhes seria a procedencia. Era o que acontecia para todos os cafés fluminenses. Em regra geral os sabidos de Santos traziam a marca G. E. S. P. (governo do Estado de S. Paulo) e P.S.P.

Tambem não traziam marca de especie alguma outros cafés enviados á ordem. Diz Lalière que, em geral, o commercio não tinha confiança na importancia de stocks da valorização. Teria sido de toda a vantagem fazer a maior publicidade em torno dos nomes dos consignatarios entre os quaes se arrolariam firmas enormes como Arbuckle Brothers, Crosmann e Sielcken, Theodoro Wille, o Comptoir Commercial Anversois, Bunge & C. J. Henry Schoeder etc.

Relata o autor belga que quando o Estado de S. Paulo annunciou a primeira venda relativa a uma partida do seu stock redobrou a vehemencia dos adversarios. Annunciaram elles em altos brados que esta venda era o inicio de tremenda

derrocada. Ia o Mundo, edificado, assistir ao justo castigo dos violadores insensatos dos mais solidos principios economicos.

Alguns destes inimigos de diversas praças, sobretudo da do Havre, (dá a entender Lalière) apregoaram que trariam a Valorização *de canto chorado*. E não eram dos menos importantes estes irreductiveis adversarios.

Foram elles provavelmente que induziram o Banco de França a declarar que não acceitaria warrants sobre os cafés de S. Paulo acima de 40 francos, por 50 kilos, decisão que causou gèral espanto. Em todos os tons se trombeteava que os preços do genero iam cahir em profundo resvaladouro.

Que se passou entretanto? indaga o economista belga. Triumphou S. Paulo graças ao criterio de seus compradores. A primeira partida posta á venda constante de 305.160 saccas era composta de cafés soberbos que causaram geral e intensa admiração. Como verdadeiro pasmo de todos em vez de se negociar a 40 francos attingiu logo 50 alcançando até melhores preços.

"Um negociante que assistiu a estas vendas em Hamburgo escreve Lalière, disse-nos que jamais vira tão bellos cafés."

Era a primeira victoria obtida. A 28 de novembro de 1908, os 8.474.623 saccas do Estado de S. Paulo estavam reduzidas a 6.994.920 e os preços se mantinham. Gabava-se o governo de S. Paulo de haver retirado o excesso da safra abortiva de 1906-1907 affirmava o Secretario da Fazenda, Dr. Olavo Egydio de Souza Aranha. "Podia-se considerar restabelecido o equilibrio de mercado mundial. O que convinha era consolidar, uma vez por todas, tornando-a estavel, esta situação feliz, adoptando-se um conjuncto de medidas que permittisem ao Governo conservar o seu stock alheio aos mercados até que as necessidades de consumo se tornassem imperiosas impondo a sua venda."

Mas a manutenção deste enorme stock custava grandes sommas dahi a necessidade das medidas adoptadas por instigação do novo presidente paulista, o Dr. Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, que representou tão preponderante papel no conjuncto das operações de defesa.

Escreveu Lalière no momento em que o Estado de São Paulo negociava o grande emprestimo de £ 15.000.000 e o Congresso Paulista, em julho de 1908, acabava de votar a lei limitando a exportação a nove milhões de saccas, para a safra de 1908-1909. Este dispositivo era realmente da maxima importancia e do melhor alvitre para refrear a super-producção.

Estavam sendo lentas as negociações para o emprestimo dos quinze milhões esterlinos, para a qual se podia aliás esperar o endosso da União.

Caberia aos capitaes francezes um terço do total, que seria tomado pela Société Générale a Banque de Paris, e a Banque de l'Union Parisienne.

Esta somma observa Lalière não representava a sahida de capitaes e sim serviria para o reembolso de adeantamentos já feitos, e desde muito, sobre o stock consignado e warrantado em França. Um outro terço se reservava á Inglaterra cabendo grande quota tambem ao mercado allemão por intermedio do Banco Bleischroeder.

Este emprestimo de consolidação, emittido sobre a forma de bonus decennaes seria empregado para o reembolso dos emprestimos feitos por Schroeder, o National City Bank of New York e o Governo Federal.

Entende o economista belga que se apresentava cheio das melhores garantias, garantias quadruplas, as rendas e o credito do Estado de S. Paulo, o stock hypothecario de quasi sete milhões de saccas, de cafés finos, quasi sempre, a sobretaxa e o endosso federal brasileiro. Seria necessario mais?

Assim nos primeiros dias de janeiro de 1909 observava Lalière que "a valorização se apresentava sob aspecto totalmente diverso, deixando entrever pelas condições com que se apresentava, uma solução favoravel a S. Paulo."

"E se agora é interessante verificar-se uma viravolta de idéas, realizada a partir do convenio de Taubaté, torna-se justo prestar homenagem aos homens de governo de S. Paulo que com tamanha habilidade quanto com tamanha energia souberam levar de frente tão grande operação."

Faz notar o economista belga que o commercio, não quanto a algumas excepções, sempre encarara com desconfiança a valorização cujo stock enorme provocou o travamento dos mercados constrangendo as transacções.

Mas se era verdade que a Valorização provocara a estagnação momentanea dos negocios não era mais certo que o commercio acabaria tomando algumas vantagens da operação paulista."

Cita o nosso autor a opinião de grande mercador do Havre: "A valorização presta serviços tanto aos commerciantes quanto aos consumidores. Sem elle teriam os preços cahido a 20 francos por cincoenta kilos o que teria desmoralizado o mercado emquanto mais tarde em virtude de abandono do plantio pelos lavradores arruinados teriam os preços subido para

nivel bem mais alto do que aquelles em que a Valorização os collocara."

Até 1909 não vemos estrangeiro que haja estudado a valorização com tamanha copia de dados quantos o economista belga, professor no Instituto Superior de Commercio de Antuerpia, a quem vimos acompanhando.

Consagra um dos capitulos da sua notavel obra ao estudo dos factores sobre as quaes o Estado de S. Paulo se baseou para intervir na valorização.

Não se lançara levianamente o grande estado a tão grande aventura. Antes de emprehender tão avultada operação financeira os homens de governo que dirigiam os destinos da agricultura de sua terra, baseiavam-se sobre certo numero de factos intimamente ligados ao exito de sua intervenção protecionista.

O exame cuidadoso exhaustivo das estatisticas levara-os á convicção de que a media da producção mundial annua de café era sensivelmente compensada pelo consumo que, nos annos de colheita falha chegava ás vezes a ser superior á producção.

Dahi se deduzia que para um periodo sufficientemente extenso, os annos de super-producção nada mais faziam do que manter a producção media á altura do consumo servindo para preencher os claros creados pelas safras insufficientes. Estudaram depois o augmento de consumo. Este crescia de anno para anno e este augmento, constante e regular, estava em condições de assegurar, dentro em breve prazo, o esgotamento dos stocks provindo dos annos de plethora.

Assim o ponto de partida das operações paulistas de defesa fora o estudo das estatisticas, o exame das condições da producção e consumo e do estado dos mercados.

Os adversarios objectavam que os valorizadores saccavam muito contra o futuro, baseavam calculos e esperanças em simples previsões e conjecturas. Já calculavam pequenas as safras que se seguiriam a de 1906-1907. Não se realizassem taes previsões e tudo se esboroaria. Os valorizadores, certos destas pequenas safras, já affirmavam, em seu optimismo exagerado, que, em 1912-1913, o supprimento mundial estaria reduzido a sete ou oito milhões de saccas, quantidade necessaria, apenas, para assegurar a regularidade das transações commerciaes.

Até que ponto é possivel acceitar esta opinião? pergunta Lalière. Não se podia pôr em duvida que ás grandes safras acompanhavam pequenas. Ainda ultimamente as lavouras paulistas de tal tinham dado o exemplo. Após a enorme colheita de 1901-1902 haviam vindo as de 1902-1906, quatro colheitas

fracas. Porque não se daria o mesmo com a safra grande de 1906-1897?

"Eis o que o conhecimento, hoje profundo, da cultura cafeeira permitte suppor que os factos já aliás demonstravam parcialmente o economista." E com effeito que se vira a safra de 1907-1908 mal passar de cincoenta por cento do que fora a anterior 7.203.000 saccas em contra posição aos 15.392.000 da colheita precedente.

Em fins de 1908 ninguem ignorava isto. A commissão avaliadora da safra corrente, composta de tres agricultores, experimentados Dr. Nabor Jordão, Joaquim L. Fraga e Luiz A. de Almeida. Calculara a safra em 4.936.250 saccas, com erro muito pequeno pois a safra exportada de 1907-1908 constava de 2.457.830 saccas resto da anterior e mais .... 4.745.170 vinda de 1907.

Assim a safra paulista se reduzira de dois terços. Zonas houvera em que esta retracção fora muito maior. Assim, como já lembrámos no municipio de Limeira podemos dar um testemunho pessoal. Na fazenda Tabajara, de propriedade do Dr. Antonio de Souza Queiroz, ás 37.000 arrobas de 1906 a 1907 se contrapuzessem as 5.000 da safra seguinte!

E por toda a parte, na zona em que tanto vivemos, o mesmo se deu.

A colheita paulista de 1908-1909, a ultima com que Lalière argumentou apresentava-se mediocre. Oscillaria entre oito e nove milhões de saccas. A exportação pela Guanabara daria dois e meio milhões de saccas. A commissão avaliadora affirmava que a safra paulista orçaria entre oito a oito e meio milhões de saccas.

Tudo fazia crer dizia Lalière que a safra de 1909-1910 seria apenas media. Se a zona da Paulista promettia boa safra e a da Sorocabana excellente a da Mogyana que era a mais importante annunciava-se muito fraca. O acrescimo esperado na Paulista provinha de que nella se achavam muitas lavouras novas que vinham *chegando*.

Explicando aos seus leitores europeus que poderiam exprimir scepticismo acerca de previsões abrangendo tamanha antecipação dizia ainda Lalière que já antes de fins de 1907 existiam elementos para se calcular que a safra de 1908-1909 seria apenas media. Haviam occorrido chuvas extemporaneas e inopportunas e o inverno de 1907 em vez de ficar secco tivera grandes chuvas derrubadoras das floradas.

Em janeiro e fevereiro de 1908 haviam, em compensação, falhado as chuvas. Assim positivamente verificara-se um

bafejo da sorte para os planos dos valorizadores. Continuaria este favor da *sorte varia?* Quem poderia responder a estas conjecturas?

O que convinha salientar era a pertinacia e a continuidade de vistas dos governantes de S. Paulo atravéz, por vezes, de momentos sobremodo criticos. Pretendia só vender quando as cotações houvessem realmente chegado a um ponto por elles julgado satisfatorio. Não se mostravam açodados ao lançarem aos mercados a primeira pratida de 305.160 saccas. Apenas haviam correspondido ás instancias do commercio. Mais tarde venderam a segunda partida esta de 1.174.000 saccas mas isto só quando tenham visto o supprimento mundial decrescer positivamente e recebido offertas favoraveis. Eram aliás cafés comprados em mercados europeus.

Apezar de tudo restavam ao Estado nada menos de sete milhõs de saccas, stock enorme que lhe impunha grandes despezas. Perseveraria? Tudo fazia crer que sim. Previa-se a liquidação da valorização para a safra de 1912-1913. Mas não haveria algum obstaculo que ainda a fizesse terminar mal, muito mal mesmo? Os valorizadores, com Francisco Ferreira Ramos á testa, inabalavelmente affirmavam que não. A partida para elles estava ganha.

Frisa Lalière a circumstancia de que Ramos vira os prognosticos confirmados pelos factos. No seu livro que tanto se diffundira na Europa: *La valorisation du café au Brésil* obra de 1906, emittira previsões baseadas em hypotheses. Agora elle Lalière podia contrapor-lhes dados exactos formaes das estatisticas do mundo cafeeiro para as duas safras de 1906 a 1907 e 1907 a 1908 confirmadoras dos calculos do engenheiro brasileiro.

Se S. Paulo durante os primeiros annos da vida nacional brasileira exportara muito pouco café a cultura da rubiacea. a partir de certa época tomara immenso impulso, como seria desnecessario recordar.

Lembra Lalière as medias quadriennaes anteriores ao convenio de Taubaté, da exportação de Santos.

	Saccas
1885-1886 a 1886-1889	2.001.894
1889-1890 a 1892-1893	2.941.345
1893-1894 a 1896-1897	3.473.946
1897-1898 a 1900-1901	6.350.000
1901-1902 a 1904-1905	8.023.755

Esta ultima cifra da producção paulista deveria ainda elevar-se a vista da grande massa de lavouras novas que estavam chegando.

E com effeito no quadriennio seguinte 1905-1906 a 1908 e 1909 subiria a 9.457.098 saccas. Em fins de 1909 os valorizadores desafiavam que este numero fosse excedido. E prognosticavam até o seu decrescimo: A safra grande de 1906 a 1907, allegavam, havia esgotado, de tal modo, as lavouras que dahi nellas resultara extraordinario numero de falhas. Entende o agronomo belga que havia, por parte destes inconvenciveis partidarios, obstinação além dos limites acceitaveis. As replantas attenuariam os prejuizos e, depois, desenvolvera-se, no Estado de S. Paulo, a cultura intensiva. Assim admittia que a media do quatriennio de 1909-1910 a 1912-1913 ainda se elevaria de uns cinco por cento attingindo, em numero redondos, dez milhões de saccas.

Em presença de tão elevada producção como se comportariam os mercados? Apezar da propaganda tão pequena que, praticamente, se diria nulla o consumo de café crescera sempre no Universo. Se entre 1881 e 1885 fora de 9.670.000 saccas por anno, em termo medio, já orçara por 10.835.000 de 1891 a 1895, subindo a 13.250.000 entre 1896 e 1900; a 15.835.000, entre 1901 e 1905. Já andava por 17.250.000 em 1909.

Muito avultara em um quarto de século. Os numeros indices são com effeito eloquentes.

1881-1885	100
1891-1895	112
1896-1900	137
1901-1905	163

A cifra de 1904 representava o numero indice 178 sobre a media do primeiro quatriennio F. Ferreira Ramos, especialista da maior autoridade, em assumptos cafeeiros, calculava que o consumo, por si só, sem o menor esforço, de propaganda crescia de 3 a 4 por cento annualmente. Na phase de 1912 a 1913 attingiria a 19 milhões de saccas.

Assim qual a situação provavel do mercado em 30 de junho de 1913?

A 30 de junho de 1908, o stock mundial visivel era de 14.132.000 saccas, a safra de 1908-1909 dava 15.197.400 que sommadas ao numero precedente daria 29.329.000. Desta somma o consumo tomaria 17.250.000 retendo a 30 de junho de 1909, em numero redondos 12 milhões de saccas.

Quaes os fornecimentos provaveis de S. Paulo entre esta data e o mesmo dia de junho de 1913? quarenta milhões de saccas.

E o resto do Universo? Constava que a media de producção do resto do Mundo orçaria por 7.334.000 saccas. Entendia Lalière que seria demais elevado. Tendia a afrouxar. Bastava examinar o que se passava no Brsil. O porto do Rio de Janeiro exportava menos e menos. No Estado do Rio de Janeiro havia notavel decadencia cafeeira. A Matta mineira tambem decahia. E' verdade que em Minas Geraes, onde não havia lei de limitação de plantação, surgiam lavouras novas mas sem que dahi proviesse notavel incremento da producção.

O engenheiro Carlos Prates acabava de realizar rigoroso inquerito sobre as condições cafeeiras de Minas, as lavouras novas seriam um decimo das velhas. O esforço dos fazendeiros se limitava a conservar a producção antiga pelo plantio de cafesaes novos, vendo-se a braços com disposições desfavoraveis da producção pela natureza das terras e á má qualidade de mão de obra de que dispunham. Assim Minas quando muito se limitaria a manter o nivel antigo.

Quanto ao Espirito Santo a sua producção era pequena ainda. Que subisse bastante! daria cifras pouco elevadas. A Bahia ainda estava peor.

Na America hespanhola as condições eram desfavoraveis e não permittiam que se fizessem antecipações optimistas a respeito de acrescimo das safras.

Entendia o nosso agronomo e economista havia manifesta exageração nos calculos dos avaliadores das safras extra paulistas quando para ella admittiam a cifra media annual de 7.334.000 saccas assim distribuidas pelas diversas procedencias brasileiras e não brasileiras.

Rio de Janeiro	3.206.400
Victoria	360.000
Bahia	189.400
Mexico e republicas da America Central	1.481.400
Colombia e Venezuela	921.000
Haiti	345.200
Antilhas	74.000
Indias Orientaes	627.000
Arabia e Africa	129.600
Total	7.334.000

Queria o professor de Antuerpia ser prudente, comtudo, reduzindo esta media, de muito pouco, a sete milhões. Assim as safras mundiaes de quatro annos dariam um total de 68 milhões de saccas, que sommadas aos doze milhões do supprimento visivel chegariam a oitenta milhões. O consumo no quatriennio seria em:

	Saccas
1909 de	17.650.000
1910 de	18.050.000
1911 de	18.450.000
1912 de	18.850.000
Total	73.000.000

Eram portanto os prognosticos a 1 de julho de 1913: "producção 17 milhões de saccas consumo 18.850.000. Stock disponivel sete milhões apenas! Estaria portanto nesta data a crise cafeeira completamente resolvida e o café viria abrir-se deante de si era nova de larga prosperidade. Terminando a sua analyse expende o economista belga:

"Mesmo que as previsões dos valorizadores não se realisem na medida por elles esperada estará a valorização a perigar?

Pensamos que não. Com effeito a super-producção eventual que poderia occorrer no Estado de S. Paulo, nos annos proximos, perdeu a importancia sob o ponto de vista da valorização. A lei votada em julho de 1908 ultimamente pelo Congresso paulista mandando cobrar os direitos de vinte por cento *ad valorem*, sobre todo o café exportado, além de certo numero, limitando a safra exportavel, doravante regula as sahidas de Santos."

Ao ver de Lalière esta lei exerceria o mais poderoso controle sobre a situação dos mercados mundiaes. Os excessos das safras paulistas, retidos no Brasil, não poderiam provocar a baixa do genero nos mercados estrangeiros.

Os argumentos de que a valorização provocaria a concorrencia de outros paizes e regiões cafeicultoras achava-os o professor de Antuerpia inacceitaveis.

A producção extra brasileira não parecia crescer, não poderia mesmo crescer. "Quem ousará na hora actual, inverter grandes capitaes na cultura de um producto cujo preço tanto baixou?"

E' interessante verificar se Lalière foi ou não propheta de bom agouro valendo nos-dos dados da estatistica da producção e do consumo mundiaes no quatriennio que elle analysou.

Annos	Safras de S. Paulo	Safras do Brasil	Safras Mundiaes
1909-1910	12.124.000	15.324.000	19.125.000
1910-1911	8.458.000	10.848.000	14.524.000
1911-1912	10.580.000	13.037.000	17.374.000
1912-1913	9.471.000	12.131.000	17.046.000
Medias	10.158.000	12.840.000	16.767.000

Annunciara-se que S. Paulo daria nas quatro safras 40 milhões de saccas e produzira 40.633.000, errando-se por menos de 1,7 a mais. Previra-se para a producção brasileira e mundial uma entrega de vinte e oito milhões e esta só attingira 27.431.000. Assim os 68 milhões da producção annunciada pelo economista belga foram realmente 68.064.000! Mas brilhante não poderia ter sido um vaticinio que correspondia a um erro a mais de nove centesimos millesimos!

Examinemos agora as previsões sobre o consumo.

Annos	Consumo mundial
1909-1910	18.217.000
1910-1911	17.171.000
1911-1912	17.454.000
1912-1913	17.123.000
Total	69.961.000

Enganara-se Lalière, bastante, em relação á capacidade de absorpção mundial de café. Previra um consumo, no qua-

driennio, de 73 mlihões de saccas quando este não attingira 70. Errara pois por 4,2 %.

Assim o stock por elle previsto a 1.º de julho de 1913 seria de dez e não de sete milhões de saccas.

E realmente tal se dera. Os supprimentos visiveis tinham baixado bem pouco menos como se vê do quadro.

Safras	Stock
1909-1910	13.732
1910-1911	11.085
1911-1912	11.005
1912-1913	10.288

Mas o que Lalière não poude precisar, exactamente, de accordo com a parte optimista do seu calculo mas que elle antevia seguro e onde não se enganou era a grande melhoria dos preços do café que a 1.º de julho de 1913 traria real desafogo á lavoura brasileira. Assim a existencia dos stocks de dez milhões de saccas não pesava sobre as cotações no sentido de as deprimir.

Anno	Preços medio do G. A. rs.	fcs.
1909-1910	3.800	45
1910-1911	5.850	62
1911-1912	7.550	80
1912-1913	6.900	79

Interessante o confronto entre este quadriennio e o anterior.

Annos	Stocks (m. de sac.)	Preços rs.	frs.
1905-1906	9.702	4.250	47,
1906-1907	16.380	N. cot.	41,5
1907-1908	14.132	3.450	42,5
1908-1909	12.820	3.400	42,
1909-1910	13.732	3.800	45,
1910-1911	11.085	5.850	62,!
1911-1912	11.005	7.550	80,!
1912-1913	10.288	6.900	79,

Em 1910 appareceu publicado na prestigiosa série dos Manuaes Hoepli da grande casa editora de Milão o livro *Il caffé* de autoria do Sr. Bruno Belli, conceituado homem de negocios de S. Paulo e ahi residente já antes de 1889.

Ha neste volume interessante capitulo sobre a valorização assumpto *cuja historia exigiria livro de grande tomo* só para se resumir *per summa capita* quanto sobre elle se imprimira e quasi diariamente, escreve.

Fazendo o apanhado dos principaes projectos de defesa do café diz o autor italiano que forçoso era convir quanto tantos cidadãos animados positivamente de boa vontade, ao estudarem o complexo-problema, só haviam conseguido como que provar a sua intenção de perturbar a attenção publica. A critica, certamente, não se elevara á altura do seu escopo.

As tentativas de projecto monopolio de commercio de café pelo Estado (a primeira das quaes datava de 1895, no periodo aureo dos preços da arroba) haviam sido repellidas. Em 1897 causara sensação a declaração do conselheiro Antonio Prado de que os preços eram remuneradores. Em 1898, ainda, uma Associação Commercial tentava explicar ao ministro da Fazenda que a baixa não era devido ao augmento de exportação não passando de estorvo, aliás transitorio das manobras dos baixistas estrangeiros. No anno anterior Joaquim F. de Lacerda cafesista de renome a cujos trabalhos o Congresso Nacional mandara transcrever em suas actas, negara que houvesse super-producção!

Contrariara-o o General Quintino Bocayuva que pretendia restringir a exportação fluminense.

Em 1899, como a situação se aggravasse, seriamente, haviam apparecido as primeiras observações realmente criteriosas a proposito da situação economica paulista. Destaca Belli entre estes observadores o Dr. Augusto Carlos da Silva Telles, professor na Escola Polytechnica de S. Paulo, o Dr. Francisco Malta, parlamentar e homem de governo. E depois em 1901 surgira a série de estudos do Dr. João Pedro da Veiga Filho, professor na Faculdade de Direito de S. Paulo, a formular um projecto de lei da defesa do genero.

Em 1901 haviam feito muito ruido o projecto de Vicente de Carvalho, apoiado pelo Dr. Luiz Pereira Barreto, homem de enorme prestigio. Mas nada de concreto se fizera até então.

Em 1902 os dois irmãos Augusto e Francisco Ferreira Ramos se vinham destacando notavelmente pelas suas publicações na imprensa em S. Paulo e no Rio de Janeiro.

Appareceu o primeiro projecto Vicente de Carvalho e ao

mesmo tempo lançou-se dentro em breve vencedora de se prohibirem plantações novas.

Queria o economista brasileiro que houvesse uma acção diplomatica por parte do Brasil para que se estendesse, a todo o Globo, semelhante providencia.

O Congresso cafeeiro de New York em 1902, que nascera da decisão do Congresso Pan Americano do Mexico no mesmo anno, parecia uma excellente occasião para semelhante tentativa.

No Congresso da Lavoura reunido no Rio de Janeiro, propuzera o Dr. Mattoso Camara, financista prestigioso, que se emittisse largamente para combater a depressão das cotações. O Dr. Gabriel Prestes, mais ou menos pela mesma época, apresentara um projecto valorizador, de intervenção official. Admittia um imposto differencial no sentido de se garantir ao café um preço minimo superior a cinco mil réis por dez kilos.

Ao mesmo tempo se verificava como os emprestimos á lavoura pelo Banco de Credito Real e da Republica, haviam falhado. As inscripções hypothecarias não garantiam nem a metade dos capitaes empregados.

Cada vez mais se tornava a situação angustiosa.

Começara então a actuação de Alexandre Siciliano cujas primeiras idéas, já em 1903, haviam merecido do Dr. Veiga Filho caloroso applauso. "Não attentava contra a concorrencia geral nem pretendia monopolio ou vantagens pessoaes affirmava.

Reunia em si outras suggestões felizes a de Vicente de Carvalho taxando fortemente os cafés baixos, a de Augusto Ramos prohibindo o plantio.

A entrevista concedida por Siciliano ao *Estado de São Paulo*, a 28 de agosto de 1903, causara enorme impressão. Provocara uma série de applausos vehementes dos Drs. Silva Telles, e Augusto Ramos, de numerosos orgãos da imprensa como especialmente a *Revista Agricola*, a *Gazeta Commercial e Financeira* etc.

Mas tudo andava lentamente; em 1905 publicava Siciliano outro trabalho sobre o seu projecto baseado em attenta observação estatistica.

Em sessão da Sociedade Paulista de Agricultura, a 25 de fevereiro deste anno, pronunciou, o industrial italo-paulista sensacional discurso. Entendia que se não se apresentasse syndicato bancario para metter hombros á empreza da chamada valorização que o governo paulista o fizesse.

Attingira a crise ao seu apice. Annunciava-se a immensa safra de 1906-1907 e não havia tempo a perder.

Continuavam as suggestões. Nestor Rangel Pestana, diretor da *Noticia* promovera uma série de intervenções com as maiores autoridades economicas e financeiras do meio paulista. E estas entrevistas haviam provocado intensa attenção. O Dr. Augusto Ramos que acabava de voltar de sua viagem de inspecção aos paizes cafeeiros americanos affirmava reiterava a sua crença inabalavel na preponderancia de S. Paulo nos mercados. O grande industrial Antonio Alvares Penteado, voltava-se para as operações de alargamento do consumo.

O Dr. Adolpho Pinto, em série de artigos no *Estado de S. Paulo,* incitava o presidente Jorge Tibiriçá a levar avante o projecto valorizador sem hesitações nem esmorecimentos, applaudindo largamente o plano Siciliano.

O Dr. Antonio Candido Rodrigues, que era dos combatentes de primeira linha, declarara então que ao seu ver considerava a questão de defesa um dever do Estado. Mas opinava pela creação immediata de grande banco de credito agricola.

O grande fazendeiro G. Mortari e o engenheiro E. Loschi aventaram a idéa de uma grande usina de rebeneficiamento produzindo typos constantes a serem facilmente reconhecidos. Ao mesmo tempo advogavam a prohibição da sahida dos cafés baixos.

Na assembléa estadual fluminense o Dr. Sylvio Rangel ao mesmo tempo apresentava o seu projecto do estabelecimento de larga rede de syndicatos e cooperativas agricolas, simplificando o mecanismo das permutas e favorecendo aos productores.

Louva Belli os esforços extrenuos, em favor da valorização, por parte do Dr. Jorge Tibiriçá seu secretario da Fazenda Dr. M. J. Albuquerque Lins e seu secretario da Agricultura Dr. Carlos José Botelho. "Hanno lavorato con tutto impegno e con ogni sforzo per raggiungere lo scopo."

Lançara o Dr. Tibiriçá a candidatura do Dr. Albuquerque Lins a sua successão certo de que elle asseguraria a politica cafeeira encetada numa continuidade indispensavel. E triumphara de uma dissidencia cujo candidato fora o ex-presidente do Estado e da Republica Dr. Manuel F. de Campos Salles.

Triumphante a candidatura Albuquerque Lins escolhera o novo presidente para Secretarios os Drs. Olavo Egydio de Souza Aranha e Antonio Candido Rodrigues, para os departamentos da Fazenda e da Agricultura. Ao primeiro, e com toda a exação, chama o *Deus ex machina* da Valorização, como in-

termediario entre o governo paulista e o Federal de negociações tão prolongadas quanto cheias de tropeços como por exemplo aos do endosso do emprestimo de quinze milhões esterlinos.

Angustioso se apresentava o periodo presidencial de Albuquerque Lins, de baraço ao pescoço em materia cafeeira. Precisava providenciar com toda a presteza e segurança, pois o café ameaçava despenhar-se torrencialmente, do planalto sobre Santos onde dentro em breve se veria cotado pelo preço do mais infimo cereal.

Não havia mais tempo para se constituir o consorcio bancario advogado por Siciliano. Vira-se o governo paulista pois forçado a fazer socialismo de estado. Ao convenio de Taubaté prejudicara muito a desintelligencia dos seus consignatarios. Assim Minas Geraes se retirara da acção e o Rio de Janeiro a imitara.

Historia Belli as operações da Valorização de 1908 a 1910, explica os diversos entendimentos financeiros, as applicações das sommas provenientes dos emprestimos, descreve os stocks dos diversos portos, menciona o nome do comité dirigente, na Europa e Estados Unidos, coisas que o leitor já conhece.

Concluindo declara:

"Viu-se o governo paulista na mais critica situação no decorrer das operações de defesa. Soube porém superar as difficuldades quando por exemplo o Banco de França instigado pelos baixistas declarou só poder dar 40 francos por 50 kilos de café warrantado."

Não estava fora das probabilidades que a taxa vigente de vinte por cento *ad valorem,* sobre os cafés baixos, tendente a restringir a exportação ao maximo se encontrasse completada por uma imposição *in natura,* sobre as escolhas no sentido de se as expulsar dos mercados, quanto possivel.

As idéas de Vicente de Carvalho continuavam a fazer adeptos e a mensagem presidencial paulista de 1909 deixava transparecer umas tantas modificações no sentido do maior represamento dos maus cafés.

A questão da sahida das escolhas voltava a ser muito ventilada pela imprensa. Era duro que coubesse ao Estado de S. Paulo o peso todo das operações regularizadoras do mercado cafeeiro mundial. Tivera porém de se conformar á fatalidade das coisas. Achava B. Belli que a modificação do projecto Siciliano não abalara o seu schema principal. A hesitação dos poderes federaes, larga e persistente, em conceder o

endosso ao emprestimo de quinze milhões esterlinos servira de optimo resfolego aos baixistas.

Esta hesitação afinal vencida tambem prejudicara as condições do emprestimo.

Para a eliminação dos cafés baixos o Estado de São Paulo se ainda não chegara á adopção das medidas extremas de Vicente de Carvalho já em todo o caso tomara decisões contrarias ao direito privado como fosse a que prohibira ás estradas de ferro os despachos directos para Santos.

Augurava o publicista italiano que a valorização provocaria attracção de capitaes e braços para o Estado de S. Paulo. Acreditava firmemente na resurreição da prosperidade cafeeira. Os capitaes não iriam procurar outras zonas onde não havia organização nem reinavam as condições excepcionaes da região paulista. Organização que permittira o enfrentamento da crise paulistana ou antes a crise brasileira. As forças caudinas pelas quaes estava passando o café eram da mesma natureza tantas outras flageladoras de muitos outros productos em tantas outras épocas.

O Estado de S. Paulo com a rica producção em crise a esta veria superada. Talvez mais facilmente do que se pensava e mais rapidamente, como por exemplo por intermedio da melhoria da producção.

Outróra quando no Brasil tudo era muito mais singelo, terminava o reparador, num surto de optimismo, dizia-se que a Providencia á noite remediava os erros e as deficiencias commettidas pelo homem durante o dia. Agora já os brasileiros muito mais organizados saberiam defender as riquezas e recursos naturaes de sua Nação e os de S. Paulo. Agora pelo menos se operara energica e intelligentemente sobre o café "che se vuole e si saprá valorizzare," affirmava categorico o ensaista italiano.

CAPITULO XVIII

Observações de P. Denis e A. Lalière sobre as condições da lavoura cafeeira em 1909 — Dados estatisticos — Operações de propaganda

E' *Le Brésil au XXeme siècle* de P. Denis, sem contestação possivel, um dos melhores livros escriptos sobre o nosso paiz, em principios de nosso centuria pela abundancia, criterio e honestidade das observações e conceitos.

No inquerito, tão meticuloso quanto intelligente, que o seu autor realisou sobre as condições de trabalho nas lavouras cafeeiras paulistas encontra-se um quadro realmente digno de apreço.

Acompanha as passadas dos immigrantes de Santos aos cafesaes e observa-lhe a vida nas fazendas e o seu depoimento se apresenta sobremodo interessante.

Na enorme hospedaria da Immigração de S. Paulo, viu-os recem-chegados ao Brasil procurados pelos fazendeiros. Era esta hospedaria verdadeiro mercado de mão de obra, pois os preços dos contractos subiam e desciam de accordo com a maior e menor presença de fazendeiros desejosos de obter pessoal.

Nada mais liso do que taes transacções. Era o mercado publico e os colonos tinham plena liberdade de entre si procederem ao cotejo das offertas.

Achou-os Denis bem mais espertos do que se poderia suppor. Espertos e informados. Conheciam os usos do paiz, a tabella media dos salarios, ou porque já houvessem estado em S. Paulo ou porque se achassem bem industriados por parentes e amigos. Os contractos de locação de serviço se faziam por um anno. As vezes se inscrevia o prazo ao alto das cadernetas das contas reciprocas entre fazendeiros e colonos. Mais frequentes eram porém os contractos verbaes.

Querendo dar aos immigrantes mais garantias creara em 1906 o governo paulista o Departamento da Immigração e

Trabalho, fiscal das transacções concluidas na Immigração, intermediario entre os lavradores e os trabalhadores.

Os primeiros indicavam ao Departamento quantos colonos desejavam e as condições que lhes eram offerecidas. Permittia-se-lhes tratar directamente com os immigrantes e concluida a transacção o contracto que a elles dizia respeito se registrava officialmente pelo Departamento que o archivava, delle dando copia ao colono.

Como dispuzesse de Patronato Agricola funccionava como tribunal arbitral e a sua autoridade era grande, tendo ao seu dispor meios de contenção da maior efficiencia como fosse a prohibição dos faltosos de se servirem da Immigração para o renovamento de pessoal.

Apreciou Denis as formulas usadas para os contractos com partes impressas e outras em branco e texto redigidos com o maior apuro de precisão.

Notara-se que a meiação constituia formula que no E. de S. Paulo tendia a eliminar-se de per si, embora ainda em Minas corrente.

Eram os contractos simples e precisos: o Estado e o fazendeiro compromettiam-se a transportar o futuro colono, sua familia e bagagens, gratuitamente, por estrada de ferro até a estação mais proxima da fazenda e dahi até esta. O fazendeiro forneceria aos seus futuros operarios morada, pasto para creação, terra para roças, sem obrigação de adiantamento salvo para os dias imediatos á chegada e em caso de molestia.

Os animaes e as colheitas dos colonos passariam a garantir a divida dos colonos a quem se permittia plena liberdade de comprar onde bem entendessem.

O numero de carpas annuaes se fixava no contracto, pagando o fazendeiro um tanto pelo trato do milhar de pés, outro tanto por alqueire de 50 litros de café colhido e ainda outro tanto por jornal de camarada quando necessario.

O serviço de replanta se incluia entre as obrigações dos colonos. Se estes a tanto se recusassem por qualquer motivo, e a outros indispensaveis ao bom trato dos cafesaes teria o fazendeiro direito a uma indemnisação por parte dos contractantes faltosos.

Havia obrigação mutua da observancia de um prazo de trinta dias para a dispensa do colono e o desligamento deste da fazenda. A extensão das roças dos colonos era tambem fixada contractualmente.

Notou Denis grande uniformidade de aspectos na lavoura paulista nas numerosas fazendas que visitou, uma como que

nullidade de variedade dentro de um apparelhamento mais ou menos vultoso e aperfeiçoado, installação de terreiros e tulhas, mais e menos luxuosa, segundo a importancia das fazendas e os recursos dos fazendeiros.

"Por toda a parte o mesmo aspecto pittoresco, os enormes terreiros nivelados sobre o solo de terra roxa batida, a mesma população obreira de roupas avermelhadas (a libré da terra roxa), os mesmos habitos de trabalho, os mesmos gestos, preoccupações e folguedos."

Indicam-nos estes conceitos que o viajante só conheceu o oeste paulista.

As casas dos colonos que muitos supporiam esparsas pelos cafesaes constituiam de accordo com a importancia da fazenda, uma aldeiola de construcção regular que não apresentava a desordem dos arraiaes da Europa. Não era realmente senão uma cidade operaria assim como os colonos não passavam de proletarios ruraes.

As casas de tijolos ou de barro, caiadas de branco, seriam mediocremente confortaveis mas como o clima de S. Paulo fosse sobremodo suave e a vida dos trabalhadores quasi sempre ao ar livre havia ahi notavel compensação para esses europeus habituados ao inverno.

Achou Denis razoavel a alimentação dos colonos dos cafesaes. Se o pão era raro, por falta do plantio do trigo e do centeio havia a polenta, o feijão e a mandioca. Cada fazenda formava pequeno circulo fechado com uma especie de autarchia pelo proprio abastecimento. Della sahiam raramente os colonos cuja existencia decorria laboriosa.

Na terra roxa, bem irrigada pelas chuvas o matto crescia abundante nos cafesaes exigindo a repetição das carpas, ás vezes seis por anno. Calculava-se que um homem podia em media tratar de dois mil pés. Era o café muito exigente impondo a presença de população densa. Os carpidores não passavam de meros serventes. Não se lhes podia confiar operações delicadas como por exemplo a poda. Se esta lhes fosse confiada a morte dos cafeeiros seria infallivel tal a brutalidade com que manejavam a foice e a machadinha. Precisavam os lavradores recorrer a operarios especializados.

A grande superioridade da lavoura paulista decorria da circumstancia da maturação homogenea das colheitas. Não se tornava necessario repassar os cafesaes uma e varias vezes como na America Central, o que trazia notavel reducção do custeio. Na época da colheita o trabalho como se militarizava. Pela manhã avisados pelo sino do administrador da fazenda os

colonos espalhavam-se no cafesal, voltando em hora por este fixada cansados e sobrios de gestos.

Aos domingos, cessava o trabalho e organisavam-se jogos, a morra e outros de cartas, italianos. As mulheres entregavam-se a infindavel tagarelagem. Iam alguns trabalhadores a cavallo ás fazendas proximas, á cidade vizinha, visitar parentes ou estudar as ensanchas da melhoria da sorte alhures.

Em 1908 encontrou Denis os seguintes preços de custeio: de 60 a 80 mil réis pelo trato de mil pés, jornal de camaradas a dois mil réis, os proventos deixados pela colheita eram aleatorios, dependiam da maior e menor abundancia da safra. As despesas dos colonos se reduziam a quasi nada quando havia saúde. O que a elles interessava acima de tudo era o rendimento a auferirem das roças. Frequentemente deixavam uma fazenda por outra que lhes pagava menos pelo trato de mil pés porque o novo patrão lhes permittia o plantio do milho no cafesal.

E' que esta questão de alimentação se tornava da maxima importancia num paiz de transportes caros como o Brasil. Os colonos tinham mercado certo nas cidades e fazendas vizinhas, para o excesso de suas colheitas.

O abastecimento do trabalhador rural se fazia nessas vendas ou *negocios* vizinhos de sua fazenda, em terras e mesmo em casa dos fazendeiros onde havia um sortimento que desafiava qualquer enumeração indo das chitas e ao sal, á polvora e ao kerozene, á ferramenta agricola.

A venda era propriedade do fazendeiro; alugava elle o predio e tirava aluguel elevado representando não somente o valor locativo da casa como o privilegio commercial que a ella se prendia, especie de imposto commercial indirecto lançado sobre os colonos, a feitio de organização, algo feudal, ainda, da propriedade rural paulista.

O habito do fazendeiro commerciar por si a custa de seu pessoal desapparecera geralmente de S. Paulo.

Teve Denis boa impressão geral da disciplina interna fazendeira. Os lavradores não governavam com excesso de autoridade. Não soube de casos de abuso do poder nem de multas injustificaveis.

O papel do fazendeiro desdobrava-se: precisava impor a sua autoridade para obter a regularidade de trabalho e ao mesmo tempo manter a ordem e a paz dentro da população heterogenea que regia. Tinha pois funcções policiaes, já que a policia publica era deficiente nas regiões ruraes. Cabia ao fazendeiro cuidar da protecção dos direitos de cada qual.

Assim muitos colonos preferiam viver em fazendas onde reinava disciplina severa de que decorria a justiça.

Notou Denis que se individualmente se mostravam os colonos turbulentos, senão, muitas vezes, violentos, collectivamente, offereciam em geral aspecto de notavel docilidade.

Já houvera paredes, mas de muito pequeno alcance e sem grande propagação. Um dos meios de que lançavam mão os lavradores para combater o espirito grevista consistia na prohibição de se associarem, não lhes tendo sido até então, difficil manter tal interdição.

Num pessoal ignorantissimo, analphabeto mesmo, de linguas e nacionalidades differentes não existia, sequer em germen, o espirito associativo.

O desenvolvimento das associações operarias de tendencias socialistas operara-se na cidade de S. Paulo mas sem repercussão nas fazendas. Assim no Estado não existiam syndicatos de operarios agricolas. Os contractos entre lavradores e colonos não tinham caracter collectivo e sim individual.

Uma população recem immigrada, pouco coherente, muito mal radicada no solo não constituia terreno favoravel á formação de um partido de reivindicações sociaes, observava Denis com toda a propriedade.

Os ajustes de contas se faziam geralmente semestraes. Acontecia muito frequentemente que os colonos se achavam em debito pois o fazendeiro fornecera adeantamentos e uma familia recem-chegada, estava sempre assaz endividada.

Mas o lavrador não podia fazer grandes adeantamentos porque as garantias offerecidas pelos devedores vinham a ser minimas.

As dividas para com o patrão não eram sufficientes como outr'ora para prender, os trabalhadores á fazenda. Se muitos clandestinamente se retiravam ou mesmo fugiam não é que vissem ameaçada a liberdade pessoal e sim porque queriam salvar a pequena tralha que o patrão poderia apprehender para se cobrir.

Todos os colonos estavam pois livres quando occorria o ultimo pagamento annual. Após a colheita; vencia-se seu contracto. Estes proletarios que nada ligava ao solo onde mal haviam vivido um anno, só retomariam o serviço se alhures não encontrassem contractos mais vantajosos ou se o genio aventuroso não os levasse a procurar mais longe melhoria de futuro.

Ao acabar a colheita ficavam os fazendeiros em grande inquietação, pois grande massa de trabalhadores ruraes se convertiam em bandos de verdadeiros nomades.

O mez de setembro trazia verdadeira angustia aos lavradores, até mesmo aos mais generosos. Informou o Director da Immigração do Estado a Denis, que annualmente havia um deslocamento de 40 a 60 por cento do pessoal colonisado. Embora fosse difficil determinar que grau de exactidão teria tal affirmativa não haveria certamente exageração affirmando-se que pelo menos um terço dos colonos se deslocava nas lavouras cafeeiras.

Em setembro movimentavam-se pelas estradas, quasi sempre a pé, o homem a carregar alguns cacarecos e a mulher algum recem-nascido.

Pesado *handicap* era para a industria cafeeira esta instabilidade da mão de obra. Já muito antes da colheita vivia o fazendeiro preocupado com a imperiosa necessidade de preencher os claros futuros de seu pessoal. Despachava pelas fazendas vizinhas, ás cidades, agentes recrutadores; empregava colonos espertos a quem promettia premios, a tanto por cabeça de trabalhador angariado.

Afinal, desapontado, recorria ao auxilio do serviço official de immigração, mas isto lhe trazia pessoal inexperiente que precisaria affeiçoar ao cafesal por mezes e mezes.

A instabilidade dos trabalhadores constituia o traço mais frisante da vida rural paulista. Reflectia tudo quanto havia de original, e artificial, até no desenvolvimento precipitado da grande cultura cafeeira.

Mas nas cidades o reflexo de crise cafeeira se accentuara e muito. Havia em diversas dellas grande desvalorização de immoveis. Assim a confiança dos colonos no futuro paulista diminuira bastante.

Começara o exodo a acentuar-se quer para a Europa, quer para a Argentina. No triennio de 1904-1906, vinte e oito mil immigrantes tinham voltado á Europa e mais de vinte mil rumado para a Argentina. Esta corrente preoccupava muito a attenção dos paulistas que pela primeira vez viam verificar-se um phenomeno já bem conhecido nos Estados Unidos e no proprio Rio de Prata.

Em 1906 o annuncio da *safra grande* trouxera muitos colhedores de café que haviam realizado bons proventos. A colheita de 1907 annunciara-se muito fraca e a solicitação do braço restricta. O cambio alto favorecia a sahida. A campanha dos agentes de navegação e dos cambistas fizera desviar a corrente. Mas se a crise fosse vencida restabelecer-se-ia a immigração para o Brasil.

Notava-se nas lavouras de S. Paulo visivel falta de bra-

ços. Não vinham mais as familias numerosas de outróra e os hespanhoes eram muitos menos agrupaveis do que os italianos, que frequentemente constituiam verdadeiras tribus chamando a si por vezes o trato de dez mil arvores.

Recorriam os fazendeiros aos serviços dos camaradas nacionaes pagos por jornal, realizando trabalho mal feito com salarios altos. Alguns lavradores recorriam aos meios mecanicos os fazendeiros precisavam augmentar o numero de seus bois carreiros. Occorria ahi porém um como que circulo vicioso. Se para o trato diminuia o numero de braços estes vinham a fazer falta no tempo da colheita.

Assim os fazendeiros se viam atrapalhados com a manutenção do seu pessoal. Os colonos sobremodo amigos da independencia recusavam, systematica e peremptoriamente, contractos por mais de um anno de prazo. Bem sabiam quanto delles dependiam os lavradores e quanto a curteza dos prazos constituia uma garantia de consideração e do bom tratamento por parte dos patrões.

Passara a ser coisa rara ouvir-se falar de fazendeiros pagadores remissos como outr'ora houvera. Dest'arte se encadeavam as coisas e a crise empobrecendo o Estado de S. Paulo reduzia o numero de immigrantes tornando-se indirectamente uma das causas tendentes a melhorar a retribuição da mão de obra agricola.

Apontou o economista francez grave defeito a seu ver da immigração subvencionada. Não sendo proprietarios os colonos não se radicavam ao solo. Manter-se-iam nas lavouras emquanto os fazendeiros fossem generosos para com elles. Se a crise se prolongasse ou se accentuasse dar-se-ia a desorganização profunda de uma sociedade rural em via de se construir. Impediria a absorpção normal, já a bom caminho, de numerosos elementos alienigenas que a lavoura cafeeira trouxera ao Brasil.

Assim S. Paulo para proteger a sua industria cafeeira fora levado a adopção de medidas por vezes arriscadas.

Em 1909 quando P. Denis visitou o Brasil e estudou as condições economicas paulistas ainda, era muito pequeno o parcellamento da grande propriedade agricola.

Em 1905, escrevia, a estatistica da Secretaria da Agricultura do Estado arrolara 56.931 propriedades ruraes cobrindo 120.000 km. quadrados o que daria uma media de pouco mais de 200 hectares para cada sitio. Verificara-se porém que as de até 24 hectares eram 3.605, 2.322 e 2.602 nas zonas da Mogyana, Paulista e Sorocabana onde as dez vezes maiores

vinham a ser respectivamente 2.113, 1.824 e 2.154 o que mostrava a importancia de regimen latifundiario.

Caso typico o do municipio de Ribeirão Preto com trinta milhões de cafeeiros distribuidos por 285 proprietarios. Cada um destes precisava dispor de pessoal de 50 a 100 trabalhadores.

Entende Denis que a subdivisão territorial paulista fora reforçada pela extensão da grande cultura cafeeira, trazendo o encarecimento excessivo das terras cafeeiras.

A fazenda exigía grande apparelhamento e grandes capitaes para a montagem; era typica da industria em larga escala. Com a elevação das terras vedara-se ao colono a acquisição das terras e os operarios agricolas se viram encantoados na sua condição de assalariados. O fascinio dos lucros de café com os seus enormes resultados prejudicara tambem e muito o progresso da subdivisão do solo.

A crise cafeeira, os inconvenientes de uma monocultura excessiva haviam aberto muito os olhos aos paulistas e já se divisavam os signaes de uma polycultura fructuosa e de uma colonização mais intensa.

Já havia, aqui e acolá, timidos ensaios de cooperativismo agricola mas factos recentes, allegava o autor francez, demonstrava o vigor do regimen latifundiario.

Ha na obra de A. Lalière, quadros sobremodo interessantes, illustrativos dos resultados de uma grande lavoura, em optimas condições, numa zona sobremodo productiva, como era S. Manuel: a Fazenda Boa Vista do Sr. Lupercio Teixeira de Camargo.

Referem-se ao decennio agudo da crise, convindo lembrar que as suas lavouras estavam em condições excepcionaes.

ANNOS	Annos de safra	Lavouras formadas	Lavouras novas	Colheitas em @	Medidas por mil pés	Indices das colheitas
1897	97-98 . . .	180.000	104.000	40.600	225	100
1898	98-99 . . .	180.000	104.000	11.600	64	28
1899	99-90 . . .	200.000	120.000	50.560	253	124
1900	00-01 . . .	304.000	16.000	38.000	125	94
1901	01-02 . . .	320.000	66.000	71.000	221	174
1902	02-03 . . .	320.000	60.000	34.500	101	85
1903	03-04 . . .	320.000	82.000	50.580	158	124
1904	04-05 . . .	320.000	82.000	45.600	142	I12
1905	05-06 . . .	380.000	22.000	43.000	106	105
1906	06-07 . . .	380.000	22.000	72.000	190	177
1907	07-08 . . .	380.000	22.000	36.000	94	88

Tratava-se como vemos de uma propriedade de producção absolutamente abortiva, em condições excepcionaes, cuja media de producção fora extraordinariamente maior do que a da immensa maioria das fazendas do Estado de S. Paulo.

Os seus orçamentos assim se apresentavam:

Annos	Receita	Despesa	Saldo	Preço da arroba	Indices do preço da @	Indice dos saldos
1897	422:240$	85:200$	337:040$	10$400	100	100
1898	100:920$	85:200$	15:720$	8$700	83,6	4,6
1899	376:672$	96:000$	280:672$	7$450	71,5	83
1900	307:800$	96:000$	211:800$	8$100	77,8	62
1901	365:650$	114:000$	251:650$	5$150	49,5	74
1902	163:875$	114:000$	49:875$	4$750	45,8	15
1903	247:842$	120:600$	127:242$	4$900	47,1	37
1904	257:640$	120:600$	137:040$	5$650	54,3	40
1905	193:500$	120:600$	72:900$	4$500	43,2	21
1906	331:200$	120:600$	210:600$	4$600	44,2	62
Totaes	2.827:299$	1.072:800$	1.754:499$			

Assim a media annual dos lucros do decennio fora de 175:450$000, magnifico para uma propriedade relativamente pequena com uma media de arvores a produzir de 350.000.

Mas é que a immensa maioria dos fazendeiros paulistas não podiam contar com estas condições de productividade dos cafesaes de Boa Vista.

Nada mais instructivo do que o confronto das columnas dos indices.

Annos	Indices das colheitas	Indices dos saldos
1897	100	100
1898	28	4,6
1899	124	83
1900	94	62
1901	174	74
1902	85	15
1903	124	37
1904	112	40
1905	105	21
1906	177	62

Assim em 1900 quando as lavouras novas estavam na força da producção a colheita quasi fora igual a de 1897 o rendimento da fazenda soffrera uma diminuição de 38 por cento. Peor ainda em 1901 em que para uma colheita avantajada de quasi 75 por cento rendera um quarto menos. Ainda muito peor o anno seguinte em que os quinze por cento a menos de colheita corresponderam a 85 a menos nos lucros, em relação ao anno padrão. Em 1903, um acrescimo de quasi um quarto correspondera a uma perda de mais de 60 por cento. As colheitas de 1904 e 1905 sobrepujando de 12 e de 5 por cento a de 1897 haviam sido contrabalançadas por um prejuizo de 60 e de quasi 80 por cento. E se em 1906 a Boa Vista dera um saldo inferior ao do anno padrão de 38 por cento é que a sua producção quasi chegara a 18 por cento daquelle indice.

E entretanto o exemplo escolhido pelo economista belga era o de um grande lavrador sem compromisso algum trabalhando em solo de extraordinaria fertilidade. Quantos em 1906 haveria como elle em todo o Estado de S. Paulo? Muitissimo poucos sabido que innumeros fazendeiros tinham as propriedades hypothecadas e dispunham de medias de producção baixa.

A carta que a 14 de dezembro de 1907 escreveu o Sr. Camargo ao autor do *Le café dans l'E'tat de Saint Paul* informava-o que a sacca lhe ficava a 24$400 assim distribuidas por arroba:

	Réis
Trato do cafesal	1.200
Colheita	1.000
Transportes ao terreiro	100
Gastos de terreiro	250
Beneficiamento	350
Transporte á Estação ferroviaria . .	150
Frete a Santos	1.250
Carretos em Santos	150
Usura dos saccos	50
Commissão do commissario	200
Administração	600
Reparação, despesas geraes	600
Imprevistos	200

Ora, a sacca a 24$400 correspondia a 38 frs. 12. Que ficaria pois ao productor? Accusou o Sr. Camargo fortemente aos governos de haverem descuidado da questão de propaganda para a absorpção dos excedentes da producção brasileira. A lei da prohibição do plantio ainda não fizera sentir os seus effeitos. Apezar da premencia da crise havia lavradores que ganhavam dinheiro mas estes só eram muito raros: os que possuiam medias superiores a 100 arrobas por mil pés. O preço do custeio por arvore era de 300 réis annuaes. Assim os seus quatrocentos mil pés para não se sentirem diminuidos na producção precisavam absorver 120 contos de réis.

Elle proprio fazendeiro na Boa Vista, desde 1890, comprara a propriedade com 36.000 arvores formadas apenas e 80.000 a chegar quasi sem bemfeitorias com as lavouras muito mal tratadas. Invertera na fazenda grandes sommas nas suas diversas installações. Só nos 22.308 metros quadrados de terreiros gastara muito largamente numa época de mão de obra escassa e cara.

Pagava em 1907 cem mil réis annuaes pelo trato de mil arvores, 400 réis por alqueire de cincoenta litros de café colhido, dois mil réis por jornal extraordinario. Os cem mil réis referiam-se ao colono a quem se deixava plantar no cafesal. Não sendo assim 120.000 réis. Examinando as cadernetas dos colonos da Boa Vista encontrou Lalière saldos credores em seu favor geralmente.

Assim por exemplo um delles que tratava de 5.635 arvores formadas e 4.320 novas, quasi 10.000 portanto, fizera, em 1905, um lucro de 481$760 réis e em 1906 outro de 555$660

relativo ao que recebera da fazenda pois ahi não se computava o que pudera dar-lhe o producto das roças de cereaes e a creação dos animaes domesticos.

"A situação dos colonos nas fazendas de S. Paulo, expende o economista belga é geralmente boa e se as condições contractuaes parecem ás vezes draconianas ellas não são cumpridas á risca."

Aliás com fazendeiros conscienciosos e colonos só tinham que gabar a sua installação.

O Dr. J. Michel, agronomo francez, lente contractado da Escola de Agricultura de Piracicaba Luiz de Queiroz onde regia a cathedra de agricultura, homem de grande competencia e perfeitamente ao par das condições agricolas do Estado de S. Paulo informou aliás a Lalière o seu applauso á situação do colonato paulista.

E o professor de Anvers depois de frisar que numerosos colonos tinham economias boas, tornando-se proprietarios ruraes, declara que achou o systema de colonização paulista "um dos mais perfeitos, com vantagens sobremodo numerosas."

O regulamento elaborado pelo Dr. Carlos Botelho, o ex-secretario da Agricultura do Presidente Jorge Tibiriçá mostrava-se realmente pratico. O Commissariado Geral de Immigração de Antuerpia, dirigido pelo Dr. Francisco Ferreira Ramos, admiravelmente organisado, sob o feitio mais pratico, estava em condições de fornecer aos candidatos a transmigração ás terras paulistas toda a sorte de informes uteis e honestos.

Apontou o Dr. Michel a Lalière um caso que classificou de novidade. Os colonos que desejavam engajar-se ao serviço da fazenda de Montevideu em Araras não se entendiam com o fazendeiro e sim com os seus compatriotas já radicados na fazenda. Era a estes que incumbia esclarecer as condições de trabalho ao recem-chegado.

Louvava Lalière, em 1909, os esforços dos governantes de S. Paulo em favor da propaganda do café. Não se haviam limitado aos esforços da defesa commercial do grande producto do seu Estado. Decidiram tambem trabalhar efficazmente para o augmento do consumo, tornar conhecida do mundo todo a superioridade dos cafés paulistas, lutando, quanto possivel, contra as fraudes, as falsificações e elevação indebita dos preços pelos intermediarios. Esta propaganda activa constituia a consequencia logica da Valorisação, seu corollario e complemento.

Pelo decreto de 29 de janeiro de 1908, do presidente Jorge Tibiriçá, referendado pelo secretario da Agricultura, Dr. Car-

los José Botelho, estabelecera-se um regulamento de propaganda prevendo a attribuição de premios ás emprezas que animassem o augmento de consumo do café paulista no estrangeiro ou lhe proporcionassem novos escoadouros.

Este decreto decorria da disposição legislativa de 4 de junho de 1906 e fora posta em vigor em virtude de um artigo de lei de 27 de dezembro de 1907 autorisando o governo a gastar até setecentos contos de réis para iniciar a propaganda. Creara-se uma commissão directora do Serviço de Propaganda de café, annexa á Secretaria da Agricultura.

Incumbir-se-ia de estudar as condições economicas dos mercados, os meios de se intensificar o consumo e combater as fraudes, falsificações e succedaneos, fiscalizar as emprezas que recebessem favores do Estado para tal fim, organizar exposições ambulantes de propaganda por todos os meios, pelas campanhas de imprensa e de rua, sessões cinematograhicas, etc.

Compor-se-ia de quatro membros, de nomeação do presidente do Estado e proposta da Secretaria da Agricultura. Ficariam dois, permanentemente, em S. Paulo e os demais percorreriam os paizes estrangeiros a serviço da Propaganda. As subvenções para esta se cifrariam a prazos nunca excediveis de cinco annos, podendo ser em moeda ou em especie num maximo de vinte por cento de capital da empreza ou particular que se propuzesse a recebel-o quando em moeda. Quando em café tornava-se necessario que o primeiro supprimento já houvesse sido empregado.

Taes auxilios seriam dados de preferencia a emprezas nacionaes ou que contassem em sua organização elementos productores nacionaes.

As condições para que os candidatos se habilitassem ao recebimento das subvenções seriam submetter-se á rigorosa fiscalização do Estado ás instrucções da commissão superintendente, organizar nas capitaes e outras cidades previamente escolhidas installações de torrefacção modelares, vender café sempre do Estado de S. Paulo e authenticado, em envolucro, por etiqueta official, offerecer os typos de café crú, torrado, em grão, ou moido, segundo dispositivos da commissão.

Findo o prazo qualquer vendedor poderia continuar a commerciar, valendo-se da marca que escolhera mas sem o carimbo official, que seria monopolisado por elle durante todo o tempo do contracto e toda a zona das operações.

As subvenções se dividiriam em duas quotas: alugueis de custeio de installações e expediente até trinta por cento do total, e serviços da propaganda.

Além da subvenção concedida mais especialmente ás torrefações os estabelecimentos de demonstração de café moido ficavam autorizados igualmente a pedil-a quando operassem em esphera de acção das emprezas mais importantes subvencionadas pelo Governo embora resalvando-se os direitos destas. A 16 de março de 1908 assignaram-se dois importantes contractos com a grande firma Edward Johnson de Santos e Joseph Travers and Sons de Londres para a propaganda no Reino Unido. Versava um prazo de cinco annos. O outro com Rio Midzuno e Raphael Monteiro seria por tres annos para o Japão.

Entendia o governo paulista agir com toda a prudencia. Escolhera para terreno de propaganda os paizes de consumo limitado e onde pudesse elle desenvolver-se sem causar prejuizos pela concorrencia do commercio já estabelecido como no caso do Rio da Prata.

Em relação aos demais paizes limitar-se-ia á publicidade ordinaria. Não era o commercio official que se tinha em vista e sim apenas auxiliar os propagadores do consumo do café paulista pelo preparo conveniente do genero.

Mas pretendia sobretudo lutar contra as especulações da fraude e que persistia em attribuir aos bons cafés brasileiros procedencias de Moka e Java, Haiti, Porto Rico e Guatemala, quando o nome Santos cobria os cafés inferiores.

Negociantes havia, e muitos, que, com o maior descaso, baldeiavam, simplesmente, optimas partidas paulistas para saccos de Java que remettiam para a Hollanda. Outros faziam o mesmo com saccos de Porto Rico cheios de cafés de Santos. *Extra prime, soft green, soft yellow, very large bean!* Um cumulo de imprudencia commercial! Se ao menos estes burlões addicionassem o nome Santos as denominações vendendo Moka-Santos, Java-Santos, Guatemala-Santos poderiam justificar-se lembrando aos consumidores que taes cafés eram do typo das velhas marcas e que estavam habituados.

CAPITULO XIX

O anno economico financeiro de 1910 — Melhoria da balança commercial — Alta do café — Projecto de elevação de taxa cambiál para a Caixa de Conversão — Campanha em favor de tal medida — Victoria dos altistas — Aggravação da crise seringueira — Prenuncios pessimistas de J. P. Calogeras

Ao iniciar a resenha economica financeira relativa a 1910 frisava o *Jornal do Commercio* que o espirito publico ficara sobremodo alarmado com a questão da renovação presidencial decorrente da campanha civilista.

Logo, porém, que em março se se effectuara a eleição presidencial confirmada depois pelo reconhecimento do Marechal Hermes da Fonseca assegurando-se assim, constitucionalmente, a successão ao mais elevado posto da administração publica, a nuvem rapidamente se desvanecera e os espiritos se haviam volvido a preoccupações de outra especie.

Era sob o ponto de vista do homem de negocios que o analysta expunha com a maior sinceridade quanto se comprehendia e justificava que mesmo os mais extranhos e avessos á politica, se preoccupassem de saber quem ia governar e como se propunha a governar. Isto desde que, em meio do desenvolvimento economico incontestavel do paiz, por um lado não se reduziam impostos e gravames, e por outro avultavam as dividas, ampliavam-se despezas desequilibrando-se os orçamentos o que dava origem a uma situação em que dos contribuintes novos encargos e maiores sacrificios seriam exigidos para concerto de erros e descuidos.

Haviam os dois exercicios transactos deixado deficits assaz consideraveis 76.539 contos de réis o primeiro, 59.377 o segundo, num total de 135.917:212$000. A balança commercial brasileira do triennio apresentava os seguintes dados:



Annos	Importação	Exportação	Saldos
1908	567.271	705.790	138.519
1909	529.437	1.016.590	424.153
1910	567.749	740.560	172.811
Totaes . . .	1.727.457	2.462.940	735.483

Assim era-nos favoravel a balança commercial assignalando-se vultosas entradas de capitaes estrangeiros.

Em	£
1908	28.000.000
1909	20.277.176
1910	32.787.143
Total	81.064.319

Esperava-se maior inversão ainda.

Frisava o analysta que em pleno desenvolvimento dos dois factores — exportação e capital novo estrangeiro, dando lugar á maior offerta de letras, o resultado logico e natural era a elevação da taxa cambial. Forcejara esta por vencer o nivel da estabilização, determinando haver-se attingido o maximo dos depositos. Em seguida ultrapassara este nivel, assumindo desde então, e emquanto o não impedira a interferencia dos especuladores, a expressão correspondente á evolução que se operara.

Um soberano que até então se comprara por 16$000 passara a custar 15$000, e até 13$333; parecia que em boa e sã doutrina, e até perante o elementar bom senso, ninguem poderia discrepar da opinião de que se marchava no sentido mais favoravel ao paiz, desde que, a preços sempre decrescentes era dado adquirir tudo quanto fornecia a importação ao consumo brasileiro.

Este effeito dos elementos economicos que assim fôra possivel congregar, traduzia-se, immediata e inilludivelmente, no augmento da força acquisitiva do meio circulante e portanto no do valor da unidade monetaria nacional.

Assim nos quarenta milhões de libras da importação nacional haveria um decrescimo de 106.680 contos annuaes. Isto sem falar na reducção dos direitos relativos á diminuição do agio referente á quota ouro.

Existia porém forte corrente sobremodo infensa á elevação da taxa cambial brasileira. A estes baixistas verberava o *Jornal do Commercio* lembrando-lhes juizos falsos, allegadores da ruina do paiz, desbarato financeiro, negação do credito, desmantelo das classes productoras e muitos outros argumentos ruidosos tendentes a vivamente impressionar a maioria "constituida aliás pelos que não sabiam porque não liam."

Apparentemente, eram os lavradores que reclamavam.

Mas atraz delles, estavam os apregoadores e promotores da existencia e prosperidade das industrias á sombra dos direitos proteccionistas, exigidos, em crescente alta, á multidão dos consumidores. Na ascensão cambial percebiam ligeiro diminuir da protecção, não só porque os direitos decresciam no barateamento da quota ouro, mas porque declinava o proprio custo do similar estrangeiro, fornecido pela importação.

Assim no interesse collectivo contrariavam os interesses de um grupo que só visava o bem proprio e não o do paiz.

A combater a demonstração clara e concludente da vantagem de subir o cambio como factor da vida, barata, os arautos do desvalor da moeda oppunha os mais extranhos argumentos. Em primeiro plano sobresahia o pretendido prejuizo que theoricamente anteviam para a lavoura no decahir dos preços papel, correspondente á alta cambial damno computado em duzentos ou trezentos mil contos.

No emtanto, depois dos factos consumados, as estatisticas demonstravam quanto era falso, errado, este argumento essencial dos baixistas."

As cotações do café que em abril, antes da alta, tinham oscillado entre os extremos de 6$700 e 7$500 por arroba para o typo, 7, achavam-se elevadas em novembro, depois da alta, aos extremos de 8$800 e 11$200 na mesma base.

Eram estes os dados dos dez ultimos exercicios financeiros da União reduzidos a receita e despeza federaes ouro e papel e desprezadas as fracções de conto.

Annos	Receitas	Despezas
1900	307.914	433.554
1901	296.812	334.517
1902	320.412	297.721
1903	373.320	363.179
1904	369.039	463.466
1905	401.025	374.868

1906	431.684	424.104
1907	512.792	498.942
1908	428.007	495.615
1909	446.135	199.878

Correspondiam os totaes dos dez exercicios:

As receitas a . .	3.887.144:983$332
As despezas a . .	4.185.848:821$745

e as medias decennaes:

Da receita a . . .	388.714:498$333
Da despeza a . .	418.584:882$174
Do deficit	29.870:383$841

Este deficit se reduziria de 9.327:372$371 e portanto a 20.543:911$120 se delle se deduzissem os saldos dos depositos recebidos e pagos durante o decennio. Em 1909 haviam sido estas as cifras orçamentarias dos estados desprezadas as fracções de conto:

Estados	Receita	Despeza
Amazonas	16.845	14.483
Pará	19.039	17.527
Maranhão	2.727	3.500
Piauhy	1.355	1.286
Ceará	3.602	3.380
Rio Grande do Norte . . .	1.252	1.333
Parahyba	1.891	1.997
Pernambuco	9.941	10.046
Alagoas	2.752	2.795
Sergipe	1.643	1.850
Bahia	9.520	9.463
Espirito Santo	3.840	3.807
Rio de Janeiro	8.597	8.228
S. Paulo	56.659	67.757
Minas Geraes	19.782	25.123
Paraná	8.925	9.355
Santa Catharina	2.014	2.105
Rio Grande do Sul	14.476	13.136
Goyaz	2.402	2.942
Matto Grosso	619	946
Total das receitas estaduaes	187.893:540$291	
Idem das despezas	201.096:852$264	

Em 1910 assim se computavam os encargos nacionaes:

Divida ext. fundada (£ 87.286.317-9-9)	1.309.294:762$300
Divida interna fundada	566.237:600$000
Divida interna fluctuante	256.546:647$390
Papel moeda circulante	621.005:255$500
	2.753.084:255$190

A circulação monetaria brasileira accusava os seguintes dados em fins de 1910.

Notas inconversiveis	621.005:255$500
Notas conversiveis	303.990:250$000
Total	929.995:505$500

O balancete da Caixa de Conversão num total de Rs. 1.982.179:835$708 accusava como principaes elementos um encaixe de ouro de 303.990:335$708 correspondente á emissão feita e material para emissão opportuna de 1.584.000 contos havendo notas a emittir no valor de 72.402 contos correspondendo a encaixe equivalente.

O total das diversas especies em deposito equivalia a £ 18.999.395. Como a Caixa de Conversão, desde o inicio das operações, recebera depositos em abundancia, dahi provindo como que uma situação de emporio financeiro propuzera Leopoldo de Bulhões, então ministro da fazenda novos moldes e á vista do que fôra ella realmente instituida em época em que a tendencia do cambio para a alta se apoiava, não em elementos ephemeros e occasionaes, mas em alicerces robustos, constituidos pela propria economia publica.

Modificação a seu ver proveitosa no mecanismo do apparelhamento seria elevar-se a taxa cambial da Caixa, de 15 para 16 d. dando-se execução ao disposto da lei, quanto ao troco dos bilhetes emittidos a 15 d.

Permittir-se que a Caixa recebesse os depositos que apparecessem, sem limitação do maximo.

Conferir-se ao Poder Executivo capacidade legal para proceder a successivas elevações da taxa cambial estabelecida na Caixa, de accordo com as condições geraes do paiz, o desenvolvimento da actividade industrial, em todos os seus ramos, a valorização crescente do papel-moeda, e a massa de ouro que solicitasse deposito.

Restituir ao fundo de garantia a sua funcção originaria, marcada pela lei de 20 de junho de 1899.

Os altistas mostravam-se descontentes achando que o cambio poderia ascender a taxas bem mais elevadas.

Os bancos dirigiram uma representação ao Ministro da Fazenda mais ou menos tendente a advogar a causa do cambio baixo, tanto quanto talvez a da indemnização aos portadores das notas da differença entre a taxa da respectiva emissão e a que viesse a ser adoptada.

A Sociedade Paulista de Agricultura, e o Centro Agricola de S. Paulo enviaram á Camara telegrammas concitando-a a impedir a modificação da taxa, cuja elevação consideravam verdadeiro desastre. A Associação Commercial de Santos despachou ao Rio uma commissão para entender-se com o Presidente da Republica sobre o mesmo assumpto.

O Conselheiro Antonio Prado presidente do Centro Industrial de S. Paulo em telegrammas ao ministro da Fazenda acenou com os enormes prejuizos divisados pelas industrias paulistas.

Rispidamente respondeu Leopoldo de Bulhões que a questão não dependia de solução, estava solvida pelos factos. A taxa de 16 d. proposta pela Commissão de Finanças da Camara, apenas consagrara a situação vigente das praças. Não eram provaveis prejuizos incalculaveis. Haviam os productores resistido e até se desenvolvido no quatriennio Campos Salles, quando a taxa ascendera de 5 d. a 12 d. E ainda no quatriennio Rodrigues Alves quando fôra de 12 a 18 d.

A alta cambial poderia causar incommodos passageiros incomparavelmente menores do que as vantagens geraes do paiz, resultantes da valorização geral da circulação. Graças a esse progresso continuo conseguira o Brasil chegar á florescente situação em que se encontrava.

Os bancos continuavam porém a fazer certo boycott contra as notas da Caixa. Chegou o do Brasil a declarar que as receberia em pagamento sem limitação alguma; em conta corrente sem juros e para restituir na mesma especie; em letras nas mesmas condições.

Tal o receio da praça que se paralysou o mercado de titulos, havendo intervenção do Governo foi retirado o alarmante aviso.

A 12 de maio, communicava o ministro da Fazenda que o limite maximo das emissões conversiveis estava prestes a ser attingido.

Era obvio que a lei da Caixa fixando a relação de 15

pence, adoptara algarismos inferiores á situação economica geral.

O Banco do Brasil, em 1906, se batera para evitar o nivel de 12 dinheiros (que a principio se queria adoptar para a Caixa). Interviera depois para augmentar o preço do ouro no mercado, afim de livrar o Governo e a praça de prejuizos oriundos de differenças fortes de mais entre a taxa no mercado livre e a do novo estabelecimento.

Comprimido o cambio por este ultimo, emquanto não preenchido o maximo de emissão, fôra durante tal prazo detida a marcha ascensional e normal desse indice da riqueza publica. E essa fôra, e ainda era a funcção propria da Caixa, de accordo com os seus caracteristicos officiaes, nunca apparelho quebrador do padrão de 1846 e sim instrumento regulador da ascensão progressiva, prudente e calma, da cotação do papel-moeda circulante, relativamente ao ouro.

Esse lado benefico da creação de 1906 cumpria porém ser mantido e methodizado com previdencia.

Desde outubro de 1909 apezar de andarem por seis milhões esterlinos, apenas, os depositos da Caixa, o cambio, no mercado livre, manifestara tendencias á alta, em virtude das condições da exportação. O desejo aliás natural de aproveitar a margem entre a cotação da praça e a da Caixa induzira a importar grandes partidas de ouro amoedado á razão de 16$ por libra, quando no commercio se encontrava até a 15$700.

E assim se dera o subito crescimento dos depositos.

A limitação da exportação cafeeira, produzira beneficos resultados. Graças a ella se desviaram para o Norte, sommas avultadas que normalmente ficariam em S. Paulo no gyro das cambiaes do café permittindo ,na Amazonia, a requisição de largos stocks de cambiaes produzidas pela venda, a preços excepcionaes, de enorme safra de borracha.

Affirmava Leopoldo de Bulhões que incontestavelmente, a situação actual era o producto natural, antes attenuado do que artificialmente favorecido, das condições economicas do paiz.

Não havia como negal-o ou procurar voltar a indices inferiores de riqueza. A taxa de 16 d. não podia estar mais em causa, e della não havia como recuar.

Realizara-se uma das previsões da lei de 1906. Cumpria executal-a lealmente sem idéas preconcebidas, com calma. O primeiro degráo para o advento das taxas mais altas estava conquistado pelo progresso natural e espontaneo do Brasil.

Eram de todo infundados os receios de possiveis prejuizos por parte do thesouro.

No Congresso de Lavradores, reunido em Juiz de Fóra e em julho de 1910, a corrente dominante mostrara-se muito infensa á elevação da taxa, sendo contrario a tal opinião o seu Presidente Dr. Antonio Carlos de Andrada.

Na Camara dos Deputados o parecer de Barbosa Lima, como um aditivo de Homero Baptista mandava elevar a taxa a 16 dinheiros. Contra elle se oppunha uma representação do Senado de S. Paulo. O cambio continuava porém a sua marcha ascencional.

No Senado o General Francisco Glycerio formulou um projecto marcando 16 d. para o recebimento do ouro pela Caixa mas limitando o seu deposito a cincoenta milhões esterlinos. Em torno deste projecto houve forte debate, querendo alguns que fosse de 40 milhões e outros superior aos cincoenta do projecto. Subira o cambio a 18 d. mas como houvesse incerteza acerca do rumo provavel das disposições legislativas ficara o mercado largamente perturbado.

O Banco do Brasil chefiava a corrente altista a declarar que não só não concederia taxa alguma a especuladores como se achava preparado para resistir á investida dos baixistas que por meio de golpes violentos pretendiam forçar a queda do mil réis.

Mas a attitude do Senado infundia desconfiança e receio desenvolvendo os baixistas desabalada campanha. Contra elles continuava Bulhões a bater-se. A 28 de setembro pronunciou um discurso que causou notavel sensação.

Depois de um retrospecto do panorama financeiro do Brasil indepedente e referir-se aos ingentes sacrificios do governo Campos Salles de que procedera a reconstrucção economica nacional allegou quanto eram promissoras as condições do paiz.

A borracha reagindo contra a crise depressiva dos preços de 1908, subira a cotações surprehendentes, e contava, no Banco do Brasil, um ponto de apoio para resistir, efficazmente, ás especulações baixistas de certos mercados intermediarios.

O café com a diminuição dos *stocks* e o augmento do consumo via subir as cotações a um nivel não attingido, havia quasi um decennio.

Os valores da exportação ascendiam progressivamente de 36 milhões em 1902, a 63 milhões em 1909, e já tendo attingido a 31 milhões nos sete primeiros mezes do millesimo corrente de 1916.

A vida nacional normalizara-se,e a folga da existencia individual era revelada, como progresso do padrão, pelo crescimento da importação, de 23 milhões a 37, sendo já de 25 milhões, no exercicio corrente.

Tudo, pois, indicava a volta, a passos largos, ao periodo de sanidade economica e financeira, que precedera a grande crise de 1889-1892, e, permittira ao Imperio, máo grado graves difficuldades internas e externas e a verdadeira revolução social de 13 de maio manter durante todos os 43 annos de vigencia da lei de 1846 taxa cambial media superior a 24 *pence*.

Argumentava o eminente financista:

Expoente de uma situação economica real, a que interesses acaso podia ferir a alta do cambio?

Aos agricolas? A lavoura do café, por circumstancias peculiares aos seus mercados via augmentados os creditos em papel, diminuidos os encargos em ouro, quer os referentes á sobretaxa de cinco francos e á tarifa movel, quer aos contractos de salarios estipulados em metal, ou aos onus hypothecarios em moeda estrangeira. Havia quem avaliasse a economia, que da alta cambial resultava para a lavoura, em somma superior a 12.000 contos annuaes.

Aos da industria extractiva? Mas se a borracha tinha a sua exportação normalizada com os recursos que lhe proporcionava o Banco do Brasil cuja esphera de transacções na Amazonia era intenção do Governo ampliar pelo augmento do capital destinado ao saneamento de tão importante producto do commercio internacional brasileiro!

Quasi todos os generos de exportação estavam com os preços unitarios em alta, não obstante a elevação da taxa cambial.

Depois de se referir a situação das classes productoras tranquilisava Bulhões aos industriaes. Não havia motivo algum para alarme.

A este discurso respondeu o Centro Industrial do Brasil a denunciar que o ministro pretendia elevar a taxa para as novas emissões da Caixa de Conversão a dezoito dinheiros. E peremptoriamente declarava que ás idéas de Bulhões se oppunha verdadeiro clamor nacional.

Assim o documentavam os pronunciamentos de todo o Estado de S. Paulo, cuja riqueza agricola fornecia cerca de quarenta por cento da exportação do paiz; o Congresso Agricola de Juiz de Fóra, reunindo lavradores de todas as regiões de Minas Geraes, as manifestações recebidas do Estado do Rio de Janeiro pela defesa da producção nacional, todos esses

signaes de protesto contra a politica do Ministro da Fazenda estavam mostrando que toda a lavoura encarava com terror os passos por elle dados para alterar a situação que encontrara estabelecida e começava a constituir uma reparação a tantos annos de crise e quasi de desespero.

Quanto as que o ministro allegara em seu discurso (como se assumpto de tanta magnitude pudesse conter zombaria!) contando entre as vantagens obtidas pela lavoura graças á alta do cambio, *os salarios estipulados em metal,* não se esquecesse elle de que a enorme massa dos trabalhadores agricolas não era paga senão em papel moeda, regulando preços que ha muitos annos, de modo algum, haviam soffrido com a alta do cambio.

Emquanto o productor via baixar sensivelmente a somma de papel pela qual trocava o ouro, fructo da exportação, conservavam-se immutaveis todas as suas despezas de salarios, impostos e transportes.

Já com a depreciação do mil réis varios productos de exportação soffriam crise insuportavel. Assim o manganez já quasi cessara de apparecer na lista dos embarques. Assim o Centro se declarava em absoluto antagonismo com as idéas de Bulhões.

Continuava a luta entre o Banco do Brasil e os estrangeiros cujas taxas eram differentes das suas.

O cambio sobre Londres cuja media fôra em janeiro 15, 7/16 attingira em junho a 16, 11/32, em agosto 17, 1/16 em outubro 17, 3/8 havendo negocios a 18, ¼.

A 15 de novembro de 1910 devia empossar-se o novo Presidente da Republica o Marechal Hermes da Fonseca e o *Jornal do Commercio* a elle dirigia caloroso appello defendendo as operações do Banco do Brasil e verberando os baixistas que a seu ver lançavam mão de todos os recursos nefastos ao paiz.

Operações de credito, ao que se contava, haviam sido realizadas no proposito de jogar na baixa cambial valores alienados no mesmo intuito. Dahi a depressão das apolices e outros papeis de facil venda, a diminuição dos saldos de caixa dos Bancos em S. Paulo, onde, o dinheiro, outr'ora abundante, já escasseava.

Além disso, differiam-se todas as transacções que poderiam aproveitar do cambio baixo, retrahia-se a offerta de letras de exportação, reduziam-se os negocios de café.

As entradas no Rio e em Santos, apezar de preços incom-

paravelmente melhores diminuiam, a ponto de apresentarem differença de 60 por cento, das de igual periodo de 1909.

Imagine-se até onde levaria a derrocada se fraqueasse, um só instante, a resistencia do Banco do Brasil.

Tal a importancia da offensiva baixista que trouxera verdadeiro alarma á direcção dos bancos estrangeiros operando no Brasil.

A nomeação, para a pasta da fazenda, do senador mineiro Dr. Francisco Salles veiu desvanecer as esperanças da corrente altista. Era a ella infensa o novo ministro.

O vice-presidente em exercicio, Nilo Peçanha, transmittira ao Congresso Naeional uma exposição da campanha cambial.

E como synthese de seu modo de ver propunha que se substituisse a taxa de 16 d. pela de 18 a seu ver a preferida pela situação economica. Mas o novo ministro da fazenda actuara de modo a fazer com que de 16 a 30 de novembro viesse a taxa de 18 1/34 a 16 ¼.

A Camara e o Senado depois de debate relativamente curto aprovaram um projecto de lei que o Presidente da Republica sanccionou a 31 de dezembro de 1910 elevando a 16 d. por mil réis a taxa da Caixa da Conversão, restaurando os fundos de garantia e resgate do papel-moeda fazendo cessar as emisões da Caixa quando os bilhetes emittidos attingissem um total de novecentos mil contos de réis ou fossem sessenta milhões esterlinos.

Contra o projecto protestou, por carta, vehementemente, Joaquim Murtinho que se achava convalescente de grave enfermidade.

Achava despropositado o limite de 60 milhões esterlinos a que qualificava de *formidavel* e em antagonismo com as idéas expostas pelo proprio Marechal Hermes em sua plataforma presidencial.

De nada valeu o autorisado protesto. A 31 de dezembro de 1910 promulgava-se o decreto n. 2.357 que a mesmo tempo restaurava os fundos de garantia e resgate do papel-moeda e ao mesmo tempo elevava a 16 dinheiros a taxa para a emissão da Caixa de Conversão. Cessaria esta de emittir quanto o total de suas notas attingisse novecentos mil contos de réis.

Em 1910 já impressionava seriamente á opinião publica o que se estava passando no Extremo Oriente com o plantio da hevea.

O Brasil precisava, dizia um articulista, preparar-se para a concurrencia que se affigurava inevitavel e não remota, collocando-se, a tempo, em condições de poder conservar o

predominio até então mantido não se deixando embahir pelas palavras nescias dos que opinavam pela impossibilidade da perda desse predominio.

O governo paraense pensava em incentivar o plantio da euphorbiacea que já começara a se fazer havia 14 annos na peninsula malaia. Já nesta época havia 38 milhões de seringueiras correspondentes á applicação de £ 12 milhões. Esperavam as trezentas e tantas companhias, maiores e menores, lucros fabulosos e proximos.

Ao encerrar-se o anno de 1910 circulavam 303.890:250$ de notas da Caixa de Conversão contra diversas moedas entre as quaes avultavam os esterlinos, num total de £ 9.811.013.

Entre os mais convictos vigorosos e terriveis adversarios da Valorização arrolou-se o eminente J. P. Calogeras, como já tivemos occasião de lembrar.

Em sua notavel *La politique monetaire du café* publicada em 1910 analysa a crise de super-producção e o convenio de Taubaté que acoima, de inicio, de *infeliz intervenção official,* englobando sob o mesmo qualificativo o da caixa de Conversão. Desinteressara-se o Governo de Rodrigues Alves da primeira, *positivo acto de fraqueza* e recusara formalmente collaborar no segundo. Mas o Congresso obedecera a Affonso Penna, sol nascente, deixando se arrastar a fazer *dilettantismo financeiro*. A obsessão dos preços minimos dominava desde muito os cerebros. Muito custava convencer aos brasileiros, ou antes, aos paulistas, que a super-producção traria as mais ruinosas consequencias.

Relata Calogeras, com minudencia, os diversos incidentes da valorização, as primeiras compras do governo paulista, as reclamações da lavoura fluminense e mineira a respeito dos cafés de typo baixo, a tentativa do Governo Federal, em 1907, de vir em auxilio do de S. Paulo e a recusa dos Rothschild, os diversos e mallogrados ensaios, no mesmo sentido, com outros banqueiros *pour cette spèculation immorale* a pertinacia dos dirigentes de S. Paulo em proseguirem nas compras, a situação artificial por estas creada, a luta parlamentar contra o endosso da União ao emprestimo dos quinze milhões esterlinos, etc.

Commentando a victoria dos valorizadores, ao escrever em 1910 dogmatisava Calogeras analysando os resultados da venda das primeiras partidas do stock de S. Paulo:

"O fracasso do plano da valorização foi, pois, completo, segundo as previsões de todos os economistas que o estudaram e combateram o seu resultado final veio a ser o entrava-

mento dos negocios, a variação das cotações falseadas pela existencia dos stocks, não no sentido da alta, a liquidação ruinosa das operações, funesta ao Estado de S. Paulo, as sobrecargas fiscaes sobre os productores. E ao Brasil legou, por mal de peccados, a Caixa da Conversão."

A tal proposito expende Calogeras que a razão estava com Rodrigues Alves "firme e tenaz na defesa das doutrinas economicas sadias" e não com Affonso Penna *álias homem impolluto,* mas imbuido de exagerado temor sobre a influencia das oscillações cambiaes sobre a organização productiva do paiz, confundindo effeitos e causas, disposto a crear novo organismo destinado apparentemente a estabilizar as taxas quando traria fatalmente a complicação e o transtorno da evolução monetaria brasileira.

Os annos trariam o desmentido as presagas antecipações de Calogeras.



CAPITULO XX

Movimento de exportação cafeeira em 1910 — Alta brusca e sensivel nos ultimos mezes deste anno — Operações da campanha de valorisação — Alargamento do cooperativismo mineiro — Projecto Alberto Sarmento sobre a reunião da conferencia internacional para a defesa do café

O mercado de café em 1910 apresentou para o Rio de Janeiro os seguintes dados de exportação: 2.762.331 saccas.

O movimento das entradas dos dois principaes portos veio a ser este:

Mezes	Rio de Janeiro	Santos
Janeiro	194.879	182.425
Fevereiro	179.039	138.126
Março	181.834	160.630
Abril	147.101	152.254
Maio	102.125	145.102
Junho	102.723	303.175
Julho	194.500	1.041.438
Agosto	280.836	1.475.109
Setembro	321.173	1.888.497
Outubro	261.299	1.322.653
Novembro	231.754	917.727
Dezembro	269.072	569.372
Totaes	2.466.351	8.296.508

O supprimento visivel mundial em fins de 1910 era de 14.106.000 saccas ou menos 2.458.000 do que em igual data de 1909 o que vinha a ser promissor.

Quanto ao movimento de embarques dos nossos dois principaes portos assim se deu.

Mezes	Santos	Rio de Janeiro
Janeiro	3.403	147.000
Fevereiro	8.554	176.000
Março	7.554	169.000
Abril	3.749	141.000
Maio	8.820	110.000
Junho	1.515.599	119.000
Julho	3.871	117.000
Agosto	1.226.531	184.000
Setembro	1.460.000	246.000
Outubro	714.549	181.000
Novembro	1.169.310	194.000
Dezembro	717.182	167.000
Totaes	6.835.122	2.038.000

Os preços extremos por arroba dos typos 6 a 9 de Nova York foram:

Rio de Janeiro:

Typo 6	6$700 a 11$500
Typo 7	6$500 a 11$400
Typo 8	6$300 a 11$300
Typo 9	6$100 a 11$200

Accentuou-se a alta no seguinte trimestre sobretudo nos dois ultimos mezes.

Em Santos o typo 7 por 10 kilos oscillou entre 4$100 em janeiro e 7$500 em dezembro accentuando-se a alta igualmente nos dois ultimos mezes, alta brusca que de 5$700 se elevou a 7$500.

Em 1910 era o vice presidente Coronel Fernando Prestes de Albuquerque quem apresentava ao Congresso Paulista a mensagem annual, a 14 de julho.

Comunicava que, a 31 de dezembro de 1909, possuia o Estado, 6.816.711 saccas de café fôra o stock um anno antes de 7.531.955, assim se haviam vendido 735.939 saccas tendo havido pequeno acrescimo de 20.595 saccas de varreduras.

A sobretaxa arrecadada pelo governo de S. Paulo produzira frs. 67.761.861.

A conta geral da despeza com a defesa do café em 1909 attingira 37.309:298$000 representados pelos gastos de arma-

zenagens, seguros, juros, conversão concerto de envoltorios, quebras de rebeneficio (quasi 12 mil contos) coupons pagos, differenças de typo, sellos etc. (12.522) liquidação de conta de operações de mercado a termo (3.302) juros das contas e commissões nas c/c dos consignatarios correspondentes do mercado a termo (1.815) despesas com o café em poder do Comité (3.860) etc.

O saldo devedor da conta de despezas, a 31 de dezembro de 1908, era de 78.788 contos. Assim o total dos gastos vinha a ser 116.098, delle devia deduzir-se o valor da sobretaxa (41.632), o producto da venda das varreduras (1.006). Ficava como saldo devedor de 1910 a somma de Rs......... 73.459:383$688.

Cingira-se o governo paulista rigorosamente ás estipulações do contracto de 11 de dezembro de 1908. Assim, em 1910, apenas vendera 500.000 saccas, em base media superior a cincoenta francos por sacca.

Continuara a ser mantido, em 1919, o limite de 9.500.000 saccas de café, estabelecido para a safra de 1909-1910, em virtude do contracto acima citado.

Com o temor de uma grande safra, precipitara-se extraordinariamente a exportação, de tal forma que, antes de fins de dezembro de 1909, já estava inteiramente attingido o quantum marcado no contracto.

Comquanto este facto não houvesse trazido embaraços notaveis na vida economica do Estado declarava o Coronel Prestes, continuava elle a pensar que se tornava indispensavel achar-se o Governo sempre apparelhado para poder tomar, em momento opportuno, a solução que melhor consultasse os interesses ligados á regularização do escoamento das safras.

Na mensagem ao Congresso estadual mineiro de 1910 mostrava-se o Presidente Dr. Wenceslau Braz P. Gomes satisfeitissimo com o progresso do movimento cooperativista.

A execução do Decreto n. 2.180, que creara as Cooperativas Agricolas, ia sendo não só perfeitamente comprehendido como conseguindo completa acceitação. Demonstrava-o não só o augmento de taes associações, como tambem o valor das transacções levadas a effeito.

Podia-se affirmar que, á excepção de poucos municipios, todos os demais da zona cafeeira possuiam Cooperativas regularmente organizadas ao todo 53 das quaes 23 municipaes e o resto districtaes.

Decuplicara o movimento.

O movimento das transacções que em 1908 fora de....

14.278 saccas de café, no valor de 378:891$460, subira no exercicio findo, a 118.805 saccas valendo 2.896:237$013. Não se computara ahi o resultado ainda não apurado de 14.670 saccas negociadas nas praças consumidoras.

Ao passo que das primeiras transacções haviam participado apenas quatro cooperativas e uma firma commercial, nas ultimas contavam-se dezoito das primeiras e uma firma commercial.

Do café expedido 83.758 saccas haviam sido vendidas no Rio de Janeiro, apurando as Cooperativas a media liquida de 5$300 por arroba, 35.149 saccas tinham sido remettidas ás praças estrangeiras e das 14.670 já vendidas apurara-se a media de 6$365 por arroba, verificando-se assim a differença de 1$065 por arroba a favor das vendas directas o que representava cerca de 62.500:000$000 recebidos a mais pelos lavradores.

A' medida que as Cooperativas iam entrando em actividade, tambem o Governo, dentro dos limites estabelecidos pela lei, satisfazia as exigencias reclamadas pelo serviço.

Assim, no exercicio findo, empregara 413:661$386 em premios conferidos ás Associações Agricolas e manutenção dos differentes departamentos que a Secção comportava.

Por conta de taes premios já fora creditada ás Cooperativas a importancia de 17:122$000, ficando ellas ainda devedoras de 208:307$200.

A criação do Credito Agricola mostrara-se muito proveitosa a estas instituições, quer quanto á abertura de credito em conta corrente, quer relativamente a adiantamentos feitos por este estabelecimento sobre os cafés depositados nos armazens do Governo, na importancia de 2.408:173$000.

Para a regulamentação do serviço de exportação, o Governo do Estado acabava de requerer ao Governo da União a venda de 2.500 metros quadrados de terreno, no Rio de Janeiro, junto á estação da Leopoldina Railway afim de construir um armazem cuja falta se mostrava sobremodo sensivel á exportação de café.

A terceira Conferencia Internacional Americana, reunida no Rio de Janeiro em 1906, em sua resolução de 23 de agosto, recommendara a celebração de nova Conferencia Internacional Americana para o fim de se adoptarem medidas efficazes em beneficio dos productores de café.

O vice presidente em exercicio, Nilo Peçanha, em mensagem de 16 de novembro de 1909, remettera ao estudo da Ca-

mara dos Deputados a exposição do Ministerio das Relações Exteriores, sobre este e outros actos.

Um anno mais tarde vinha ao plenario daquella casa do Parlamento o parecer da Commissão de Diplomacia e Tratados autorisando o Presidente da Republica a promover essa conferencia, que deveria adoptar medidas efficazes em beneficio dos productores de café, tendo por fim combater a crise que affectava aquella grande riqueza dos paizes americanos.

Delle foi relator o deputado Alberto Sarmento, havendo o voto vencido do deputado João Simplicio.

Lembrava o parecer o que o Dr. Augusto Ferreira Ramos expendera.

"Produzir, sem poder vender convenientemente, equivalia a não saber produzir."

Depois de ligeiro historico da questão cafeeira abordava o parecer o caso da valorização, cujo exito já ninguem poderia contestar, mesmo os que mais se haviam empenhado em combatel-a no Brasil ou no estrangeiro.

Bastava lembrar que com a repreza de seis a sete milhões de saccas, virtualmente arredadas do mercado e que, pouco a pouco, em épocas opportunas, iriam sendo vendidas, vigoravam preços de 60 francos no Havre, apezar da consideravel existencia mundial de 14.000.000 de saccas, quando ainda havia poucos annos, com uma existencia de 12.000.000 de saccas, occorriam as cotações de 30 a 35 francos.

Antes de se empenhar na grande campanha de 1906, pensara o governo paulista em operar uma concentração de esforços, não sómente entre os productores nacionaes, como tambem delle fazendo comparticipar os demais paizes cafeeiros, principalmente os hispano-americanos.

Não o permittira porém, a urgencia do momento, pelo que só haviam entrado no accordo da defesa economica nacional os tres Estados do Convenio de Taubaté.

Estes mesmos, sómente por pouco tempo, se haviam conservado unidos, como era de sobra sabido.

Mas, a campanha estava quasi vencedora, não se achava comtudo cumprida, de modo definitivo, a missão dos paizes productores, longe disto.

Era possivel, porém, que nova crise surgisse. Assim era preciso que os interessados se preparassem para que se acaso se renovassem os desequilibrios, pudessem ser elles attenuados na intensidade e duração.

A concentração commercial, apoiada em forte reserva

capitalista, era sem duvida o meio mais aconselhado para se resolverem as crises da superabundancia.

Convinha, porém, advertir que tal meio só poderia ser efficaz e destituido de riscos, quando se disciplinasse a producção, sob o ponto de vista da quantidade e da qualidade, e da organização estatistica e mercantil.

Sem a limitação das culturas, e sem a segurança de que aos demais paizes cafeeiros, falleciam elementos para augmentar a producção, era claro que, empenhando-se na valorização, teria o governo paulista jogado cartada por demais arrojada e incerta.

No emtanto, fôra com absoluta segurança de exito que operara graças ao estudo prévio do problema, sob todos os aspectos, e ás medidas preparatorias de que cautelosamente se rodeara.

Muito mais prompta e facil lhe teria sido a missão, se com elle houvessem collaborado os demais Estados cafeeiros e, com maioria de razão, os demais paizes productores do mundo.

Tornara-se indispensavel completar-se a obra iniciada. Dominados pelo mesmo pensamento, se congregassem as nações interessadas na producção cuidando seriamente de estudar as varias questões que envolviam tão grande industria.

Presentemente, as que mais urgiam eram as referencias á estatistica da producção e ao alargamento do consumo.

Seria de alta conveniencia que se pudesse, com antecipação, conhecer a producção approximada de cada paiz.

Uma commissão internacional, poderia tirar grande partido em favor dos productores e influir na acção dos mercados, tomando em devido tempo providencias adequadas.

Eram notorias a deficiencia e as falhas das estatisticas.

Dahi a necessidade inadiavel de se as completarem e corrigirem.

Convinha lembrar que a approximação dos interessados, influiria para o aperfeiçoamento industrial, do genero.

Entre a America hespanhola e o Brasil notava-se certa divergencia no trato das lavouras e no beneficiamento do producto, demonstrara o Dr. Augusto Ramos em sua *A Industria Cafeeira na America Hespanhola.*

Muito teriam, portanto, a lucrar os paizes interessados com a permuta de idéas e informações.

Tambem no mundo consumidor mostravam-se bem delimitadas as preferencias entre o café brasileiro e o hispano-americano, entre os cafés duros e os brandos ou doces.

Sob este ponto de vista ainda uma directriz bem apparelhada de conhecimentos e informações poderia influir beneficamente.

Os paizes cafeeiros, sobretudo os do Novo Mundo, precisavam pois, entender-se muito seriamente para a defesa e prosperidade de sua industria commum.

Nada lhes faltaria para a segurança do exito com uma cooperação intelligente.

Eram poucos os paizes cafeeiros americanos, affirmara o Dr. Sarmento, e nelles a producção só se poderia avolumar no Brasil ou antes só em S. Paulo.

Passados 10 annos ou pouco mais entrariam, talvez, as lavouras hispano-americanas no lento declinio da producção.

Sob o ponto de vista da super-producção, jamais poderiam influir para abarrotamento dos mercados.

Não se mostrava o deputado paulista possuidor de dom divinatorio, ao que vemos. Não contava com o surto colombiano.

O interesse dos hispano-americanos residia em fazer accordo com o Brasil, no sentido de a este se facilitar a tarefa de regulador dos mercados a um preço razoavel, não produzindo senão o necessario para o consumo.

O interesse brasileiro consistia conseguir dos demais productores a mais proveitosa collaboração, no trabalho de alargamento dos mercados.

Desse modo se conciliariam todos os interesses.

Já em 1902 o Congresso dos paizes cafeeiros do Occidente, reunido em Nova York, recommendara a reunião da conferencia. A quarta Conferencia Pan Americana, reunida em Buenos Ayres em 1910 renovara o voto expresso na Terceira. Assim recommendara o parecer que se autorisasse o governo a promover nova conferencia internacional dos paizes americanos productores de café, a reunir-se em S. Paulo e a despender cem contos de réis, para este fim.

Não teve o projecto Sarmento nenhum andamento, porém.

CAPITULO XXI

O anno economico financeiro de 1911 — Alta cambial sensivel — Esgotamento da emissão da Caixa de Conversão — Melhoria notavel das cotações cafeeiras e das condições estatisticas do café — Campanha movida nos Estados Unidos contra a alta do producto — Alta cafeeira e cambial no Brasil — Operações de valorisação — Propaganda paulista e mineira

Ao encetar o *Retrospecto Commercial* de 1911 dizia o analysta que antes do mais queria prestar a mais commovida homenagem a Joaquim Murtinho, fallecido no decorrer daquelle millesimo, o grande therapeuta das finanças nacionaes, o seguro dignosticador da terrivel crise brasileira de 1898 ao declarar que ella se assentava em duas bases "uma comprehensão falsa do patriotismo e uma pletora não menos falsa de capitaes."

Entendia o reparador que a politica do paiz se afastava dos ensinamentos do grande ministro. Era innegavel, o notavel surto economico do Brasil. Em pleno florescimento economico tendo vencido os obstaculos da super-producção expandiam-se-lhe as fontes de producção. Era o que demonstrava o augmento das rendas publicas e o do commercio exterior. Entretanto o paiz se encontrava na imminencia de nova crise financeira!

Esta crise, não decorria da decadencia economica, e sim do excesso exagerado das despezas e do acrescimo extraordinario *de modo a já attingir as raias da inconsciencia, da divida publica nacional.*

Tornava-se necessario chamar para tal estado de coisas a attenção dos que legislavam e governavam. A continuarem nesta attitude de prodigalidade, acabaria tal situação fatalmente por affectar a vida economica do paiz e dar com o credito publico por terra.

Augmentara notavelmente a despeza federal e haviam se



ampliado as emissões financeiras correndo já cerca de um milhão de contos de papel inconversivel.

No decennio 1901-1910 as medias annuaes (papel e ouro convertido em papel haviam sido em contos de réis).

Receita . . .	409.774
Despeza . . .	435.066
Deficit . . .	25.223

Mas o alarmante era que este deficit provinha sobretudo do ultimo triennio: duzentos mil contos contra 132.000 nos sete primeiros annos e contrabalançados em parte pelos saldos de cinco exercicios na importancia de 82.000 contos.

A circulação fiduciaria em fins de 1911 era de 991.002:632$ mas 378.483:010$, correspondiam á emissão conversivel.

Continuavam as discussões entre altistas e baixistas de cambio.

Leopoldo de Bulhões accusado de haver provocado a alta das taxas, lançando mão do fundo de garantia, protestava, no Senado, contra a imputação que lhe faziam e explicava que nesse periodo, o cambio subira por uma razão intuitiva. O preço do kilo da borracha subira de 3$ e 5$ a 19$! a arroba do café a 12$, avultados capitaes estrangeiros haviam sido introduzidos no paiz, para a compra de acções de emprezas de viação ferrea, e, assim, necessariamente o cambio teria de subir como succedera.

Esgotada a emissão da Caixa de Conversão, (que era o que podia conter a ascensão cambial) o cambio attingira 18 d.

O Banco do Brasil impedira a baixa para que a jogatina não reapparecesse, mas fizera-o por conta propria, sem auxilio algum do Thesouro. Quando se dera a crise de setembro, motivadora de uma corrida, o Banco, declarara carecer de amparo do Governo recebendo do Thesouro tres milhões esterlinos emprestados e já aliás pagos.

O deputado fluminense Erico Coelho propoz á Camara que se iniciasse o resgate das notas da Caixa da Conversão emittidas sob a base de 15 d. por mil réis mandando reduzir a vinte milhões esterlinos o maximo da emissão concedida á Caixa. Mas seu projecto foi rejeitado.

Assignalara-se em 1911 a melhoria notavel das cotações cafeeiras.

A grande alta de preços do ano anterior, accentuou-se durante o anno. Assim tendo sido de 13 3/8 cents. por libra a mais elevada cotação do disponivel, em 1910, no mercado de

Nova York, registrou-se em 1911 a de 16 cents. para o typo Rio e 16 ¼ para o typo Santos.

No mercado carioca a mais alta cotação do typo 7, em 1910, fôra 11$400, a de 1911 elevou-se a 14$300 por arroba.

Dos dados estatisticos de G. Duuring & Zoon, se evidenciava, que o supprimento de café nos mercados europeus e americanos decahira successivamente, em 1911, de 10.242.000 saccas em janeiro, a 8.308.000 saccas em setembro, augmentando, dahi até dezembro, a 9.118.000 saccas.

Ainda assim, este fôra o menor supprimento registrado nessa época e nos ultimos cinco annos.

A differença entre as existencias do principio e do fim do anno, correspondia a cerca de 10 %, e o supprimento mundial visivel se conservara mais ou menos estavel, apresentando em dezembro pequena differença em relação ao mez de janeiro anterior.

As 13.566.000 saccas do supprimento visivel, verificadas em dezembro, eram tambem a menor expressão numerica registrada, nessa época, dos ultimos cinco annos.

Notara-se além de tudo um decrescimo successivo das entradas nos grandes mercados exteriores durante o quinquiennio de 1907-1911 sendo que em 1910 a 1911 as vendas haviam sobrepujado as entradas coisa não verificada nos tres primeiros annos.

Annos	Entradas	Vendas
1907	21.706.000	18.337.000
1908	17.037.000	18.184.000
1909	20.772.000	19.674.000
1910	15.363.000	18.214.000
1911	15.495.000	16.680.000

Assim os excessos de umas sobre outras haviam sido (das entradas sobre as vendas).

Em 1908	3.369.000
Em 1909	1.098.000
Total	4.467.000

E das vendas sobre as entradas:

1908	1.147.000
1910	2.851.000
1911	1.185.000
Total	5.183.000

Dahi um deficit para o quinquiennio de 766.000 saccas. A prestigiosa casa Nortz & C. do Havre affirmou em 1911 que o consumo de café augmentara constantemente de 62 por cento sobre os cafés de 1891, ou fosse uma média de 31 %, annual. Baixara consideravelmente o supprimento visivel universal no ultimo triennio.

Assim cahira de primeiro de janeiro de 1910 a primeiro de janeiro de 1912 de 16.676.000 a 13.589.000 saccas.

O governo de S. Paulo graças ao seu grande stock tornara-se portanto o regulador dos mercados.

Reunira-se em 5 de janeiro a commissão encarregada do manejo do café do Estado de S. Paulo, presidida pelo Barão Bruno Schroeder.

Resolvera que entre 1 e 30 de abril fossem vendidas.... 1.200.000 saccas de café. Durante o anno não se fariam outras vendas do café do Estado. A venda em abril effectuar-se-ia nos diversos mercados onde se achavam armazenados os cafés de S. Paulo, e segundo as necessidades das respectivas praças.

Ao terminar o mez de fevereiro, a commissão determinara ainda as seguintes cessões a serem effectuadas a primeiro de abril:

Em Nova York, 300 mil saccas; Hamburgo, 125 mil; Havre, 112 mil; Antuerpia 25 mil; Rotterdam, 20 mil; Trieste 13 mil e Marselha 5 mil.

As seiscentas mil saccas restantes do stock seriam cedidas no Havre a 22 de abril, por preço nunca inferior a 75 francos, typo *good average*.

Effectuara-se o que se havia decidido, nas datas indicadas ficando assentado que só em 1912 se realizariam novas vendas.

O deposito da *valorização* estava reduzido a 5.142.374 saccas.

As perspectivas da nova safra eram as seguintes: ..... 13.000.000 para o Brasil das quaes 9.650.000 para Santos e 2.500.000 para o Rio de Janeiro e 4.000.000 para os demais paizes productores, total 17.500.000 saccas.

Continuava pois, a ser boa a perspectiva commercial do café.

Segundo o *Boletim do Syndicato Geral da Defesa do Café,* publicado em 18 de junho, em Paris, o consumo mundial de café, em 1910, fôra de 18.810.000 saccas. Affirmava a revista que a diminuição em confronto com 1909 era apenas apparente, o consumo recorrera ás reservas invisiveis, já agora completamente esgotadas. Na realidade, a quantidade de saccas consumidas em 1910 subira a mais de vinte milhões.

A alta consideravel dos preços provocara como de esperar agitação entre os cafesistas estrangeiros, notando-se, na França, visivelmente, o intento de compelir o Estado de São Paulo a vender a sua reserva.

Nos ultimos dias de outubro, em Paris, declararam-se em parede cerca de duzentos corretores das torrações de café. Allegavam que o augmento de 30 por cento nos preços do artigo faria diminuir o consumo, reduzindo, por conseguinte, a modesta commissão que auferiam.

Em 16 de dezembro publicou o *Boletim do Syndicato Geral da Defeza do Café* um artigo protestando contra a campanha dos especuladores, tendente a lançar sobre o Governo do Estado de S. Paulo a responsabilidade da alta do café e a fazer com que o commercio a varejo desprezasse o café brasileiro.

O articulista demonstrou por meio de cifras que a alta era perfeitamente natural. Devia-se não a mysteriosas manobras, mas á falta de café que em breve se faria sentir no mercado e ás grandes reducções soffridas pelo stock. Sem a valorização affirmava, seriam as cotações muito mais elevadas, porque os especuladores haviam de ter o cuidado de açambarcar todo o disponivel. Era muito natural que os directores da valorização não lançassem nos mercados todo o seu café.

Não era entretanto, presumivel que essas investidas impressionassem o Governo de S. Paulo, porquanto, ainda em principio de dezembro se noticiara que estavam sendo redigidas instrucções aos seus delegados segundo as quaes só seriam vendidas, em 1912.700.000 saccas do seu stock.

Tambem nos Estados Unidos as operações da valorização produziram reacções dignas de nota. Em abril, na Camara dos Representantes, a Commissão de Justiça relatou uma indicação do Sr. Norris, representante do Nebraska, pedindo inquerito sobre a situação do café.

Esta indicação, passada sem discussão, era dirigida ao Procurador Geral, afim de que se relatassem as investigações

porventura feitas sob sua ordem e que houvessem revelado que o Governo do Brasil ou qualquer outra entidade entrara em conchavo com alguma corporação dos Estados Unidos, de modo a incorrer em violação da lei *anti-trust* de Sherman, tendente a crear um monopolio na industria do café.

Appellou o representante do Estado de Nebraska para o Procurador da Confederação pedindo o mais severo inquerito sobre as manobras do trust cafeeiro dirigido pelo Brasil.

E vehemente affirmou que em seu inquerito sobre o trust do café, encontrara constantes provas que o levavam a crer quanto o Brasil se preparava para organizar outro trust mundial afim de dirigir os supprimentos de borracha bruta. Era quasi inconcebivel a sobrecarga com que já haviam sido gravados os consumidores de todo mundo pelo trust do café. Já dobrara realmente o preço do genero. Ninguem poderia calcular os milhões ganhos pelos directores do corner. Os productores haviam sido beneficiados, mas tudo que os factos demonstravam era que provavelmente a sua participação de lucros fôra muito pequena em relação á dos banqueiros financiadores da operação.

Continuando no ataque aos organizadores e suppostos beneficiadores do trust cafeeiro acrescentou o senador Norris, que de todas as zonas da Confederação Norte Americana recebera denuncias graves sobre as manobras açambarcadoras e os prejuizos causados é economia nacional.

O povo dos Estados Unidos consumidor de cerca de metade do café do mundo, era o que mais soffria.

Da mesma fórma, no caso do *trust* da borracha, seria o principal pagador porque consumia mais borracha do que qualquer outro paiz. Se o plano de valorização fôra acceito pelo mundo, quanto ao café, não havia razão plausivel para que o Brasil não repetisse manobra agora em relação á borracha. Mais uma vez o cordato povo americano, nação de gente de bom genio, pagaria a conta!

Os Estados Unidos superentendiam o fornecimento mundial do algodão e cobre, por exemplo. Era muito natural que da mesma fórma o Brasil fizesse com o café e a borracha. Produziam os norte americanos as mercadorias, mas as vendiam ao mundo em mercado franco sem nunca pensar em disto tirar vantagens injustas. E realmente, os grandes productores dos emporios mundiaes da Confederação norte americana mostravam mais disposição para reduzir os preços com intuito de conquistarem os mercados estrangeiros do que para os augmentar e extorquir do dinheiro do comprador estran-

geiro. O consumidor americano victima do *trust* allemão, da potassa, e do *trust* brasileiro do café, e ainda do *trust* de seus proprios instrumentos de agricultura, não podia ser sobrecarregado pelos preços que approuvasse aos açambarcadores ditar-lhes.

O grande acervo da riqueza nacional americana era tido como verdadeiro sangradouro pela avidez dos monopolistas.

Assim elle Norris voltaria á tribuna e á carga se o Departamento do estado da Justiça não acudisse em defesa do consumidor norte-americano.

Um simples cotejo de preços da sacca mostra quanto a situação do café melhorara no decennio de 1902 a 1911:

	Réis	ou £	ao cambio medio
1902	31.150	1,54	11, 55/64
1903	29.728	1,47	11, 61/64
1904	39.061	1,99	12, 1/8
1905	30.005	1,98	15, 25/32
1906	29.959	1,97	16, 1/32
1907	28.939	1,82	15, 5/64
1908	29.095	1,82	15, 1/64
1909	31.605	1,98	15, 5/64
1910	39.644	2,74	15, 5/64
1911	53.875!	3,58!	16, 5/32

Ascensão do preço da sacca e ascensão do cambio portanto. O movimento das vendas de café nos cinco principaes mercados havia sido:

	Saccas
Em Nova York	19.424.500
No Havre	15.546.000
Em Hamburgo.	13.580.400
Em Londres	3.004.000
Em Santos	5.191.571
No Rio de Janeiro . . .	1.634.000
Total	54.980.471

Houvera portanto enorme recrudescencia de negocios, pois em 1910 só se haviam negociado 35.997.117 saccas. Era a cifra a mais alta do octennio, passara acima da de 1904:

53.950.000, sobrepujando mais de um milhão a de 1904 e muito mais do dobro a de 1908 (24.614.713).

Fôra este o movimento do porto do Rio de Janeiro:

Mezes	Entradas	Sahidas
Janeiro	176.022	168.252
Fevereiro	116.122	92.785
Março	95.109	112.794
Abril	66.037	126.865
Maio	76.893	147.240
Junho	119.252	124.493
Julho	217.196	201.187
Agosto	261.606	260.173
Setembro	310.439	345.915
Outubro	289.285	271.107
Novembro	214.928	142.860
Dezembro	161.634	215.886
Total	2.104.524	2.209.571

Havia accentuado renascimento commercial cafeeiro como indicavam as cotações dos typos de Nova York.

O 6 fechava em dezembro com os extremos de 12.000 a 12.800 quando em janeiro se cotara entre 11$400 a 11$900, e ainda em 1908 entre 5$200 e 5$900. Eram os confrontos os mais auspiciosos.

Typos	1911		1910		1908	
6 . . .	10$000	14$600	6$700	11$500	5$200	5$900
7 . . .	9$900	14$400	6$500	11$400	4$800	5$600
8 . . .	9$800	12$200	6$300	11$300	4$500	5$300
9 . . .	9$700	14$000	6$100	11$200	4$200	5$000

E em Santos por dez kilos o mesmo typo 7:

1911		1910		1908	
5$800	7$600	4$100	7$600	3$100	3$700

o disponivel, typo 7, Rio, subira sempre e muito na bolsa de Nova York de 5 15/16 — 63/4 cents. em 1908 a 8 ¼ —

13 5/8 cents. em 1910 para attingir a 11 7/8 — 16 ¼ cents. em 1911.

Duuring e Zoon fazenda a resenha de 1911 diziam que as entradas na Europa haviam sido de 9.642.000 saccas e nos Estados Unidos 5.853.000, havendo se vendido 10.447.000 na Europa e 6.223.000 na confederação norte americana. Assim se explicava a baixa das existencias a 31 de dezembro sobre as de 1.º de janeiro.

Na Europa 1.110.000 saccas.

Nos Estados Unidos 380.000 saccas.

O supprimento visivel universal baixara ao findar o anno de 601.000 saccas sobre o de 1910 e de 3.232.000! sobre o de 1907.

O consumo na Allemanha, França, Austria, Inglaterra e Suissa subira de 5.673.000 saccas a 6.255.000 ou fossem 582.000 saccas o que representava um acrescimo medio annual de 1,42 por cento.

Era indiscutivel o triumpho decorrente de regularização das vendas impostas pelo comité que manobrava atravéz do governo paulista.

Na mensagem ao Congresso do Estado de S. Paulo, em 1911, dizia o Presidente Albuquerque Lins que a arrecadação da sobretaxa de cinco francos produzira 21.656:988$000 dos quaes 485:833$000 devidos ao Estado de Minas Geraes e 6:340$000 a particulares. Assim se haviam empregado no serviço de defeza de café 21.164:814$000.

Fizera-se regularmente o serviço de juros e amortização dos emprestimos destinados á defeza do café, tendo-se amortizado em 1910, £ 25.000.000 a 1.º de janeiro de 1911 correspondia a £ 12.197 e a 1.º de julho immediato a 9.347.000.

Nada mais auspicioso, pois!

O stock da valorização baixara a 6.305.133 saccas a 1.º de janeiro de 1911 valendo 212.744:435$000, preço de custo. Verificara-se porém outro facto tambem sobremodo auspicioso.

Auscultando os mercados pudera o comité vender seiscentas mil saccas a preços muito satisfatorios sem que tivesse havido o menor reflexo no sentido da depressão das cotações. Assim o stock, em fins de abril de 1911, cahira a 5.105.133 saccas. O serviço dos armazens geraes continuava bem e as operações do Banco Hypothecario e do Credito Popular, funccionavam com a maior regularidade, tendo prestado serviços á lavoura do Estado, e conseguido não tornar effectivo a garantia de juros, por parte do Estado, no 2.º semestre de 1910.

Por lei de 5 de dezembro de 1910, autorizara o Congresso

a elevação do capital garantido e bem assim outras medidas atinentes ao desenvolvimento da acção do Banco.

Os serviços de propaganda continuavam lentos porém. Fizera-se novo contracto para o Japão com o Sr. Rio Midzuno assim como resolvera o Governo auxiliar o emprehendimento do Sr. A. Galeão Carvalhal em Barcelona. A S. Paulo (Brasil) Pure Coffee Comp. Ltd. que funccionava na Inglaterra pouco fazia porém. Num anno apenas importara 4.687 saccas.

Entre ella e o Governo de S. Paulo haviam surgido diversas difficuldades.

Em 1911 explicava ao Congresso Estadual o Presidente Julio Bueno Brandão que em Minas Geraes se operava a reorganização dos serviços de café.

Com a recente organização da Secretaria da Agricultura, creara-se a *Directoria do Commercio e Expansão Economica*, a qual superintendia todos os serviços correndo pela *Secção do Café* e as agencias commerciaes existentes, dentro e fóra do Paiz, entre as quaes figurava o serviço relativo ás Cooperativas Agricolas, além do que dizia respeito ao commercio propriamente dito. Era por este motivo que a ella ficava, tambem subordinada a Junta Commercial.

O que continuava no mais franco progresso era o cooperativismo cafeeiro. O numero de associações operando subira a 25 esperando-se dentro em breve o funccionamento de mais tres entidades desse genero.

A grande quantidade exportada, que, de 1909 a 1910, attingira 118.805 saccas, de 1910 a 1911, subira a 231.645, o que representava quasi o dobro embora com a sahida de uma safra das mais reduzidas.

Apuradas estavam as contas de venda de 186.157 saccas, no valor de 6.920:222$604, sujeitas ás despezas de Rs. .... 1.472:773$549. Ficara o excesso em stock nos armazens do Rio e da Europa.

Este movimento ascendente, que se verificava nos processos commerciaes, realizados pelas associações dos lavradores, devia ser assignalado como digno de promissoras esperanças, e por elle o Governo se interessava com a maxima solicitude.

Effectivamente, com o seu auxilio, já diversas Cooperativas haviam levantado emprestimos no valor de 459:000$000, a juros de 6 % ao anno. Sob sua responsabilidade haviam-lhe sido adeantados, no decurso de 1910-1911, importancias equivalentes a 6.375:637$360, garantidas pelos cafés depositados

nos armazens officiaes e abonados premios de rebeneficiamento no valor de 38:500$000 e feitos adeantamentos para a acquisição de machinismos, rebeneficiadores do café, no valor de 87:500$000. Achavam-se installados os serviços nas praças do Rio de Janeiro, Santos, Victoria, Antuerpia, Hamburgo, Havre e Genova, para o bom desempenho das transacções commerciaes e que importavam em 339:749$052. Incluiam-se ahi 60:000$000, pagos como premios ás Cooperativas, para a manutenção de agentes commerciaes, prepostos de seus serviços.

Na área das obras do porto do Rio, escolhera-se o terreno e contractara-se, a construcção de um armazem com capacidade para 125.000 saccas de café, situado em ponto accessivel ás Estradas de Ferro Central e Leopoldina, e nas proximidades do cáes, de modo a se eliminarem todas as despezas de carreto que tanto oneravam as mercadorias.

Os encargos assumidos pelo Governo com este estabelecimento elevavam-se a 372:000$000.

Os poderes publicos, portanto, affirmava o Presidente de Minas mantinham-se fieis aos compromissos assumidos procurando, com o maximo esforço, fazer com que revertesse o producto da sobretaxa do café, em beneficio dos proprios lavradores. E se toda a renda arrecadada não tomava tal destino, devia-se isto, em grande parte, ao fato de não se achar ainda toda a lavoura cafeeira constituida em Associações Agricolas, pois de accordo com o decreto de 4 de janeiro de 1908, era por intermedio destas que o Governo procuraria fazer a reversão da sobretaxa.

CAPITULO XXII

Observações de origem estrangeira sobre as questões cafeeiras brasileiras — G. Clémenceau, d'Anthouard de Wasservas, Lord Bryce e outros reparadores

Na bibliographia xeno brasileira cabe bastante destaque ao nome do barão Anthouard de Wasservas que representou como ministro plenipotenciario a França em nosso paiz.

Era homem sobremodo inclinado ao estudo das questões economicas e financeiras e de seus estudos e observações deixou volume sobremodo apreciavel: *Le progrès brésilien*, publicado em 1911.

Nesta obra consagrou extenso capitulo ao exame dos nossos principaes productos de exportação. E como de esperar deu ao café o principal lugar em longas paginas.

Documentou-se largamente recorrendo á bibliographia nacional e estrangeira, valendo-se da documentação estatistica, abundantemente.

Falando da valorização de 1906 a ella mostra-se infenso, grandemente infenso mesmo, muito embora se tenha deixado levar a redigir um topico em notavel contradicção com o resto do seu arrazoado, como dentro em breve veremos.

Recorda que o Ensilhamento provocara a enorme expansão dos cafesaes e que nos primeiros annos da grande baixa cambial de 1890-1898 os cafeicultores não se haviam resentido dessa grande depressão monetaria.

Reproduz depois o que E. de Laneuville observara outróra entre os brasileiros se havia firmado enganosa mentalidade a saber: acabaria o seu paiz o possuidor por assim dizer unico, universal da cultura do café. Obrigaria os seus concorrentes a abandonar a producção da fava arabica ante a impossibilidade da luta com uma região a que a Providencia concedera o privilegio do monopolio natural.

Mas já em 1897 se desenhara uma reacção anti brasileira que dentro em breve se tornara brutal. Rapidamente desappa-

recera a prosperidade illusoria de 1890-1896. Dahi queixas e recriminações diariamente a se avolumar e pedidos de soccorro ao governo do paiz.

O remedio era um unico a este mal estar cada vez mais penoso: a diminuição da producção por parte dos lavradores. Mas este remedio heroico estava acima das forças humanas.

Os fazendeiros, escreve o diplomata e economista francez, em vez de recitarem e reiterarem o *mea culpa* mais contricto, assumiram attitude aggressiva.

Passaram a accusar todo o mundo, a torto e a direito, quando eram os unicos ou, pelo menos, os principaes responsaveis por este estado de coisas.

A extraordinaria sêde de enriquecer, rapidamente, os havia levado a dar aos cafesaes desarrazoadas áreas sem se incommodar com as consequencias de um alargamento immenso de producção e das difficuddades da collocação de tamanha amplificação das safras.

Uma das mais graves accusações da lavoura brasileira visava as tarifas alfandegarias de varios paizes. Eram ellas as grandes barreiras oppostas ao alargamento do consumo. Convinha fazel-as ruir. E o desatino de certos individuos os levava até como que a accusar os consumidores da causa da crise. Para taes toleirões a super-producção se devia exclusivamente á attitude dos consumidores refugantes de um augmento da taxa de consumo *per capita*.

Começara o governo brasileiro a insistir junto aos de diversas potencias pedindo reducções aduaneiras. E até certo ponto conseguira alguma coisa, sobretudo com a França e a Italia.

Muito mais proficuo, escreve Anthouard de Wasservas seria tratar de solver serios problemas internos como fosse tratar da melhoria dos processos da cultura e do beneficio do grão, das condições de credito agricola, da reorganização do commercio que vivia sob moldes archaicos ou prejudiciaes. Conviria muito tambem cuidar da melhoria do vulto dos da mão de obra, escassa e cara que era a brasileira.

Mas cada vez mais se accentuara a crise e tornara-se pungente. E a opinião publica instigada pelo clamor de uma classe da maior influencia como a dos lavradores de café premia os governantes de modo cada vez mais forte.

Assim se começara a pensar na *valorização*, palavra escolhida com infelicidade pois o que se tinha em vista era a defesa do producto sobre bases razoaveis não se visando avul-

tados lucros. A occurrencia de tal operação não constituira novidade alguma.

Era medida mais politica do que economica esta que os governos brasileiros, estaduaes, pleiteavam.

Os proprios fazendeiros praticavam em escala, maior e menor, conforme suas posses e o volume das safras, operações no genero daquella que se queria forçar o Estado a executar sob largos moldes.

Costumavam reter nas tulhas ou nos armazens dos commissarios quotas maiores e menores das safras, quando as cotações não os satisfaziam.

Mas como a grande, a maior parte dos fazendeiros estava endividada e destituida de qualquer resistencia financeira precisara recorrer á collectividade nacional para se safar do atascal aonde a lançaram a imprevidencia e o optimismo exagerados.

Era simplissimo o mecanismo da operação: far-se-ia a retirada do excesso da safra para se equilibrarem producção e consumo. Crear-se-ia como que um reservatorio regulador no genero desses *chateaux d'eau* das redes de distribuição de agua.

O combate ao phenomeno depressivo effectuar-se-ia em larga escala visando effeitos e causas: tratar-se-ia constantemente de melhorar as condições da producção e as do credito, da acquisição de novos mercados, etc.

Reconhece Anthouard que as operações da valorização de 1906 não foram encetadas levianamente: houvera estudo das bases sobre as quaes se contava para o exito do *corner*.

Mas a tudo dominavam tres idéas fixas: a convicção de que o Brasil dominaria os mercados, de que era fatal a alternancia de uma grande safra e duas ao menos ou até tres pequenas, assim como o continuo crescimento do consumo.

Bases frageis e incertas escreve o diplomata economista francez.

Encetara-se a compra dos cafés pelo Estado de S. Paulo e 1907 decorrera cheio de grandes apprehensões sem que se houvesse notado melhoria das cotações.

Em principios de 1908 os mercados consumidores mostravam-se inertes muito embora houvesse positivo deficit do genero. Morrera a especulação alimentadora das transacções e os baixistas de todo o mundo moviam enorme campanha a Valorização.

Mas os recursos do Estado de S. Paulo eram insufficientes para uma operação de tamanha monta. Precisara elle recorrer aos capitaes estrangeiros. Atroavam aos ares os grandes

commerciantes de café protestando contra os banqueiros que forneciam recursos a S. Paulo, em detrimento, diziam elles, dos interesses dos consumidores.

De maio a junho de 1908 apenas conseguira o governo paulista vender 305.350 dos 8 e meio milhões de saccas de seus cafés represados. Mas tivera de parar porque se assim não procedesse iria prejudicar a collocação da safra de 1907 a 1908, o que traria immensos transtornos á economia não só á estadual como á nacional.

O que porém preoccupava, e muito, ao governo paulista, era a attitude dos banqueiros exigindo o endosso federal para os seus supprimentos. Fôra então que precisara de garantia nacional para um emprestimo de £ 15.000.000 ao mesmo tempo que limitava a exportação a nove milhões de saccas para a safra de 1908-1909, a nove e meio para a seguinte e a dez para a de 1910-1911.

Continuava o coro das objurgatorias. No estrangeiro se verberava a presumpção dos paulistas em pretender tomar dinheiro dos proprios consumidores para os obrigar a comprar mais caro o genero que lhes queriam impor por preços arbitrarios.

Os jornalistas da corrente baixista proclamavam, em todos os tons da solfa, que a valorização, além de artificial, era anti commercial e anti economica.

Acenavam aos especuladores com o perigo terrivel de se fecharem negocios quando, de um momento para outro, podia ruir, qual castello de cartas e precipitar-se sobre os mercados aquella colossal catadupa de saccas de café que levaria os preços unitarios a miserrimo nivel. Dahi decorrera a retracção da especulação vivificante do commercio. Cessaram as transacções quasi por completo.

Reiterou Anthouard de Wasservas os seus pontos de vista.

A unica base firme do Brasil, o seu grande trumpho seria a estabilização da exportação. O resto era aleatorio: a alternancia de grandes e pequenas colheitas e sobretudo a majoração larga e rapida do consumo. Duvidava immenso que este fosse capaz de absorver os excesso das novas safras.

Assim a seu ver falharia por completo a Valorização, soffrera um fracasso.

Occorre no texto do autor francez interessante e vehemente contradicção entre os conceitos de assaz extensa série de paginas e uma nota sobremodo expressiva que a elles acompanha.

A redacção desta nota revela uma dyschronisação entre o texto e ella.

Temos a impressão de que a primeira data de 1908 e que o autor redigiu a sua nota em 1910 ao preparar os originaes do livro para os entregar aos prelos, de onde sahiram, em 1911. E realmente é extranho que em tal nota relate d'Anthouard que em 1910 já baixara o stock a sete milhões de saccas e que as despezas do serviço de valorização, juros e custeio tinham passado de 50 a 30 milhões de francos. A estas cobria a percepção da sobre taxa de cinco francos e tão folgadamente que já se antevia a amortização rapida dos emprestimos paulistas!

No emtanto prosegue o nosso autor, além das causas extrinsecas para o *échec* da valorização havia outras e serias de ordem intrinseca e moral.

Braço caro, custeio caro, colheita cara, processos de beneficiamento rotineiro, provocando a entrega de um producto quasi sempre mal preparado, inferior, ignorancia das conquistas recentes da agronomia cafeeira, esgotamento das terras, incomprehensão do problema da adubação das lavouras cujos primeiros ensaios haviam sido geralmente maus eram, entre outras causas, os factores da depressão cafeeira do Brasil.

Havia porém outro ainda de ordem moral e muito serio: o absenteismo dos fazendeiros em sua exagerada centripetação urbana.

Entregavam as fazendas a administradores ignorantes e atrazados. Não professavam em geral nem elles nem os filhos este amor dos seus maiores á terra. Não eram, como os camponios europeus, invencivelmente radicados ao solo.

O que ainda resguardava o cafesal brasileiro é que não se via affectado por inimigos capazes de o damnificarem seriamente. A saúva vinha a ser o seu adversario mais sério; mas assim mesmo de relativa efficiencia malefica.

Passando a estudar as condições de custeio em 1906 dizia o barão Anthouard de Wasservas que em S. Paulo, no anno de 1900, orçava por 160 réis por kilo. Subira sempre. O *Centro Industrial do Rio de Janeiro* o avaliava em 820 réis ou fossem 4.200 por arroba em 1906. Admittia Augusto Ramos que levados em conta os factores juros (aliás muito modicos, no Brasil, de seis por cento) e amortização subiria o kilogramma a 397 réis ou fossem quasi 6.000 réis por arroba.

Mas entre os fazendeiros affligidos por hypothecas este preço unitario attingira 526 réis ou fossem 6.312 réis por arroba, isto na melhor hypothese.

Uma arroba (a estudar-se um caso concreto) sahida, das lavouras do Amparo a uns 220 kms. do porto de embarque valia no Havre a frs. 23,78 ou fossem cerca de 15.000 réis.

A valorização pretendia vender a sacca a 54 francos ou cerca de 33.000 réis ou pouco mais de 8.250 réis por arroba. Havia pois grande margem para lucros.

O que fazia enorme mal ao commercio cafeeiro dizia ainda o diplomata vinha a ser a série dos intermediarios. Convinha supprir o commissario assim como o exportador que a elle ditava leis draconianas. Grandes beneficios traria ao Brasil o advento e o desenvolvimento de um cooperativismo intelligente.

Grande ingenuidade a do Brasil quando julgava poder jugular os mercados e desbancar a concurrencia estrangeira, com a sua cultura rotineira, o seu producto mal preparado e caro, o seu commercio entravado por nuvens de intermediarios, por elementos parasitarios avultados.

Acabaria succumbindo. A limitação da exportação não obviaria aos males e era medida em nada recommendavel. Convinha e precipuamente deter a super-producção.

Um grande commerciante do criterio e experiencia e valor de F. Nortz recommendara calorosamente á lavoura brasileira a formação de syndicatos agricolas, alheios por completo á politica, forte propaganda, activa, intelligente dos cafés brasileiros. Os intermediarios auferiam naquelle momento enormes proventos.

Na productividade dos solos cafeeiros brasileiros, immensa, residia um elemento de victoria absolutamente notavel.

A taxação do producto como fretes, carretos, commissão, saccaria, capatazias, impostos, avaliada em 20 réis por kilo era excessiva e convinha reduzil-a.

A nota que o Barão de Anthouard, por descuido, acrescentou ao seu texto de 1908, não synchronisado para 1911, mostra que o diplomata se revelou propheta de mau agouro. Verificar-se-ia para o triennio de 1911-1912 a successão das safras pequenas, uma media de 8.161.000 saccas inferior de quarenta por cento á safra de 1906.

Circumstancia de maior peso e que ao autor francez escapou encarar foi o resultado interno da valorização, a conservação dos preços em nivel que não permittiu a ruina completa de lavoura como parecia imminente a vista do que desde os primeiros annos do seculo se vinha processando. Ante as perspectivas de verdadeira avalanche de café a correr do interior paulista em direcção a Santos, sem que houvesse a menor

regularização desta torrente os resultados seriam, fatalmente, o aviltamento absoluto das cotações a um ponto tal que toda a economia brasileira, esteiada sobretudo na riqueza cafeeira viria a soffrer tremento collapso.

Com suas *Notes de Voyage dans l'Amérique du Sud,* publicadas em 1911 referiu-se Clemenceau á valorização, ao descrever impressões de sua estada em fazendas. Qualificou-a de *golpe de audacia sem precedente* operação de "socialismo de Estado a outrance, em vias de dar certo contra a espectativa dos economistas. Elle, reparador não aconselharia comtudo que se repetisse levianamente. Era de crer que houvesse havido grande opposição ao se desfechar este golpe tão arriscado em que os prejuizos poderiam ter se cifrado em centenas de milhões de francos e tão notavelmente denotava o extraordinario complexo de audacia e raciocinio por parte dos homens do governo do Brasil."

Coubera a leaderança e a *honra perigosa* da operação ao presidente de S. Paulo, Jorge Tibiriçá e ao Sr. Augusto Ramos fazendeiro fluminense (sic).

No anno seguinte sahia a lume o livro do Visconde Bryce sobre a America do Sul que se reporta por vezes ao café, de que conheceu uma fazenda fluminense, decadente, da zona de Cantagallo. Nelle não ha referencia á Valorização.

Visitando a fazenda Santa Cruz, em Araras, onde assistiu ás manipulações do beneficiamento, diz Clemenceau que a casa grande, imponente, e seus jardins, muito bellos, appareciam *sem vida* porém.

A' escravidão succedera alli a colonização italiana. As cidades attrahiam os fazendeiros agora transformados em meros proprietarios desfructadores de rendas. Cabia o governo dos colonos ao administrador da propriedade. Reunidos em aldeiolas, as chamadas colonias, o trabalho destes operarios era arregimentado como o dos da industria.

Vivendo no desasseios pareciam prosperos, em todo o caso. Por parte se viam creanças e leitões. Estes ultimos ás vezes eram reconheciveis porque acabavam de sahir de algum riacho ou tanque.

Mas não havia muito em que confiar pois á margem destes os espreitavam as terriveis mandibulas dos crocodilos (sic!!).

Nos trabalhos da fazenda toda a familia tomava parte. Homens, mulheres, creanças com o mesmo ardor se entregavam ao serviço dos campos, cinco ou seis vezes por anno.

O italiano prolifico como era encontrava no solo pau-

lista grandes vantagens. Davam-lhe terra para o milharal, o feijoal e o mandiocal de que vivia e ainda parte para o gado. E ainda lhe concediam permissão para plantar entre os renques do cafesal.

A época da colheita era, para toda a colonia, a grande azafama. Deplora Clemenceau o espectaculo das queimadas que, no emtanto, os brasileiros "contemplavam indifferentes, já sopesando os lucros que lhes traria o futuro cafesal a ser plantado no lugar onde se praticara o morticinio selvatico das bellezas florestaes," e onde vira enormes madeiros, já centenarios, que valeriam milhares de francos.

Parece incrivel que um homem da mentalidade extraordinaria de Clemenceau se haja deixado influenciar por alguma brincadeira de mau gosto como esta que certamente decorreu de algum desses individuos que vivem a dar expansão ao espirito negativista pretendendo pilheriar a proposito de tudo.

Que outro não poderia ter sido o engraçado inventor do exercito de crocodilos dentro do tanque da fazenda de Santa Cruz de Araras, avidos, á espreita dos descuidados filhos de colonos e dos imprudentes leitões. Transplantação evidente de uma paizagem africana, feita pelo *Tigre* para a terra roxa.

A proposito de Clemenceau, lembremol-o e do café escreveu Antonio de Alcantara Machado em 1927 interessante historia, em sua *Preciosa rubiacea*.

Noticiando o que o *Tigre* publicara em 1927 uma série de artigos sobre o Brasil em *Les Nouvelles littéraires* e que o embaixador brasileiro em Paris lhe agradecera estas paginas tivera o autor brasileiro a curiosidade de saber o que teria sido esta série digna dos elogios diplomaticos. Encontrara uma historieta absolutamente imprevista: relatara Clemenceau que tinha por amigo certo fazendeiro do Brasil que lhe enchia a despensa de café e acabava de o visitar. E isto lhe recordara um facto de sua permanencia no Brasil. Conhecera durante sua viagem um grande lavrador que nunca deixara de viver no meio de seus cafesaes. Jamais sequer avistara o mar. Pois bem, todos os annos, fazia vir de Paris uma companhia dramatica, fartamente provida de indumentaria e scenarios para representar em sua fazenda as peças de Voltaire!

Este caso da representação voltaireana leva grandemente a palma á dos crocodilos de Araras, devoradores de leitões e de colonozinhos, força é convir e inspirou a Antonio Alcantara Machado uma série de considerações espirituosas, synthetisadas em feliz apreciação: a mentira nascera da gratidão.

Em 1910 publicou-se em Paris um livro sobre o Brasil

que fez bastante falar de si a obra de Latteux: *Au pays de l'or et des diamants,* obra do Dr. Latteux, Chefe de laboratorio na Faculdade de Sciencias da Universidade de Paris, viera em missão ao nosso paiz em 1909 por incumbencia do Ministro de Instrucção Publica, de seu paiz.

Falando da Valorização emittiu observações moderadas. Os resultados de grande operação continuavam incertos. Estavam as opiniões divididas e havia muitos observadores sobremodo pessimistas.

No emtanto as circumstancias positivas do momento pareciam dar razão aos valorizadores. As colheitas supervenientes á da *Safra Grande* de 1906-1907, haviam vindo reduzidas de accordo com as previsões. A que se achava em andamento seria mediocre. Já haviam subido as cotações e serios indicios surgiam de que se o governo paulista soubesse agir com prudencia venceria a campanha.

Em 1910 engraçadamente dizia J. Burnichon em seu *Le Brésil d'aujourd'hui* que com o café do Brasil se dava mais ou menos o mesmo que com os vinhos de Bordeaux. Recebia o grande porto gascão annualmente enorme volume de vinhos da Argelia.

A declaração desta procedencia não vinha porém a ser das coisas que mais enthusiasmavam os bebedores de vinho, ao passo que o rotulo *vinho de Bordeaux* tinha effeitos magicos sobre os consumidores. Assim os vinhos argelinos sahiam das adegas bordalezas com *um certificado de registro civil, muito mais retumbante e vendiam-se sob rotulos mais sonoros.*

Da mesma traça usavam os vendedores de café. Impingiam ás boas donas de casa *mokas, haitis, bourbons* e *martinicas,* cafés finos e cafés ordinarios, quando em geral quasi tudo não passava de Santos e Rio.

Em 1906 consumira a França 98 milhões de kilos de café, dos quaes 50 do Brasil. De Moka, do verdadeiro, do arabe, só havia chegado aos portos francezes um trezentos avos do fornecimento total!

Com os Estados Unidos a desproporção ainda maior se mostrava.

A grande Confederação que comprava 250 milhões de kilos de cafés moka e Java no emtanto só realmente importava dez milhões das duas procedencias!

Dera o café immenso mas as mais bellas medalhas tinham reverso. Viera a super-producção nefasta aos fazendeiros que só dispunham de suas safras, sempre precipitados para a vender, inteiramente desarmados perante a ganancia dos especula-

dores. Fora então que os poderes publicos haviam intervindo e assignara-se o convenio de Taubaté.

Fóra do Brasil fôra a valorização apreciada severamente e quasi universalmente condemnada como contraria a todos os principios de uma economia politica sadia. Nella enxergavam os reparadores uma quintessencia da applicação do socialismo do Estado.

Financistas e economistas predisseram o seu mallogro. E com effeito os resultados da experiencia não vinham sendo felizes. Convem lembrar comtudo que o nosso autor escrevia a 6 de abril de 1908.

A base de compras de 50 frs. por 50 kilos tivera de baixar para 42. As cotações cahiam a 40 e 35, a 22 francos em junho de 1907. A compra dos oito milhões de saccas do stock paulista não dera resultado pratico algum. Havia como que produzido effeito contrario ao esperado. O governo cessara de comprar — facto curioso e as cotações tinham reagido para 40.16 francos em junho de 1908.

Se os partidarios da Valorização proclamavam que se não houvessem occorrido as compras a baixa seria muito mais nefasta, economista da autoridade de P. Leroy Beaulieu já calculavam o prejuizo do Estado de S. Paulo em mais de 60.000 contos de réis.

O Estado de S. Paulo era assaz rico para tentar tal experiencia que serviria de aviso a outros. Já os productores do Norte do Brasil reclamavam valorizações para o assucar, o cacau, à borracha, sobretudo para esta que se achava em pavorosa crise.

Era o velho remedio que se preconisara em França no momento do encalhe dos vinhos. Processo commodo este! ironisava Burnichon. Todas as vezes que os cidadãos empurravam para o Estado negocios alheios ás attribuições deste não demorava que se verificasse que o arranjo não trazia vantagens nem para o Estado nem até para os proprios cidadãos.

Se ao menos commettessem tal erro sómente em materia de industria e commercio!

Declara o autor francez que encontrou os brasileiros assaz descrentes de sua antiga confiança na intervenção official nos mercados. Agora faziam os mais ardentes votos para que as safras fossem reduzidas. Tal qual como na França meridional de outr'ora os vinhateiros temiam immenso que os vinhedos carregassem. Falara-se em arrancar as vinhas e plantar pinheiros em seu lugar. Pois era o caso de se promover o arranque dos cafesaes.

Inclinavam-se porém, os productores brasileiros a appellar para a propaganda.

Achava Burnichon excessiva a taxação alfandegaria franceza do café. Valia nada menos do que o triplo do valor actual do kilo no paiz productor.

Visitando L. A. Gaffre, notavel orador sacro o Brasil, em 1910, escreveu em suas *Visions du Brésil* diversas paginas assaz interessantes sobre os aspectos cafeeiros paulistas.

Permaneceu alguns dias em S. Gertrudes enorme fazenda do municipio de Rio Claro outr'ora pertencente ao Marquez de Tres Rios e então propriedade do Conde Eduardo Prates.

Lá havia então um milhão de arvores e o autor francez declara que a media de sua producção attingia cem mil arrobas, o que nos parece provir de engano de apreciação devendo esta media ter sido mais baixa.

Pagava o fazendeiro de S. Gertrudes, cujas magnificas installações o viajante sobremodo encarece, setenta mil réis pelo trato do milheiro de pés e quinhentos réis por alqueire colhido.

Uma familia laboriosa e dispondo de numero razoavel de braços podia realizar boas economias dentre de um prazo de dez annos.

Se o Brasil devia muito aos italianos, commentava Gaffre, convinha lembrar que estes, a seu turno, tambem, immenso deviam ao paiz que os abrigara.

Já em 1910 havia no paiz innumeros antigos immigrantes largamente enriquecidos e millionarios, filhos destes advenas chegados aos portos brasileiros em situação de verdadeira miseria.

Sob o titulo *Le Brésil em* 1911, escreveu o jornalista francez Rougier impressões de sua viagem ao nosso paiz.

Demorou-se em S. Paulo onde procurou obter informações extensas sobre a valorização, a execução do convenio de Taubaté, e as consequencias que já se iam verificando das operações de defesa do café.

Mostra-se criterioso e informado. Classifica a valorização de medida criticavel sob o ponto de vista economico mas imperiosamente dictada para salvar da ruina immediata a lavoura, esteio da riqueza nacional brasileira.

Reconhecia que a situação dos fazendeiros decorria muito de sua imprevidencia e optimismo exagerado das épocas prosperas. Haviam gasto o que não podiam em despesas sumptuarias e viagens á Europa, ausentando-se das fazendas, e demonstrando aversão á economia dos lucros obtidos.

Se era exacto que agora demonstravam querer como que em verdadeiro cumulo sobrepor-se ás leis economicas universaes, invenciveis, irresistiveis, por outro lado sua ruina imminente poderia trazer ao Brasil imprevisiveis consequencias catastrophicas.

Allegavam que o papel dos seus governantes era principalmente o de se opporem á inexorabilidade das leis naturaes economicas procurando attenuar-lhes os effeitos por meio de uma série de medidas defensivas.

Refere o publicista francez que do então presidente de S. Paulo Dr. Albuquerque Lins, ouvira que em vesperas do convenio era a situação cafeeira tão má que não parecia poder agravar-se ainda.

Haviam-se encetado as operações de defesa e tinham occorrido momentos de dubieza e incerteza de rumos muito crueis em 1907 e 1908. Se acaso não se verificasse o decrescimo das colheitas successivas á *safra grande* a safra immensa de 1906 a 1907 estaria a partida irremediavelmente perdida.

Ao ver do publicista agira o governo de S. Paulo com todo o criterio e prudencia. Nunca pretendera grandes altas do genero, apenas preços razoaveis para a estabilização do mercado. E isto se demonstrava de modo mais exuberante. Desde que havia tendencia exagerada para a alta o governo paulista mandava vender parcellas mais avultadas do seu stock no sentido de refrear tal ascensão.

Verdade é que a Fortuna decididamente sorria aos valorizadores. Já era tempo dos cafesaes estarem refeitos da enorme carga de 1909-1910, como todos esperavam. E isto não viera. E mais ainda a safra surgira inesperadamente má.

E além disto faziam se sentir os effeitos da sabia lei da prohibição do plantio.

Diziam os adversarios intransigentes da valorização que ella só serviria para favorecer os concurrentes do Brasil.

Isto era um argumento *ad probandum*, ao ver do analysta. O futuro daria a resposta a tal arguição. Mas o que convinha lembrar era que em 1906 a situação cafeeira impuzera terriveis aperturas á lavoura e a valorização a esta restituira a vida impedindo o desmantelo das fazendas e o abandono dos cafesaes.

Recorda Rougier que, ao envez do que muitos diziam, as bases da operação haviam sido attentamente estudadas durante largos annos. E o presidente Jorge Tibiriçá o leader da valorização, a cada momento e com inabalavel confiança lembrava que sua longa experiencia de fazendeiro lhe recordava apenas

a occorrencia de safras abortivas com largos intervallos em 1888, 1901 e 1906.

Resumindo impressões declarava Rougier que os paulistas em 1911, tinham e com toda a razão, a maior confiança no exito da valorização. O futuro justificaria plenamente as medidas que haviam salvo sua riqueza publica, da ruina immediata. No S. Paulo de 1911, o café tudo dominava, era o unico esteio solido de economia publica.

Ao seu ver os proprios consumidores não deveriam ser antipathicos ao que fizera o governo paulista. Houvera occorrido a fatal catastrophe da ruina paulista e teriam os preços do varejo grande baixa, durante algum tempo. Mas ao cabo de algum tempo, com a desorganisação da producção, dar-se-ia a deficiencia da offerta e sabe Deus então o que teria de pagar a procura ante a fome universal do café, cada vez mais imperiosa ante o alargamento do consumo.

Terminando expendia J. Rougier: Fora a operação muito menos aleatoria do que os seus inimigos pretendiam. E os seus verdadeiros adversarios eram os especuladores do termo que realmente a odiavam *Etpour cause!*

Os velhos fazendeiros, com o antigo presidente Jorge Tibiriçá á testa, tinham a convicção inabalavel de que os annos de espigas granadas e das espigas chochas se succederiam infallivelmente na lavoura cafeeira. E assim occorrera. A' enorme safra de 1906-1907 haviam-se seguido duas outras muito fracas.

A concurrencia estrangeira diminuira. Haviam produzido as lavouras extra brasileiras, de 1901-1902 a 1905-1906, quasi 23.500.000 saccas e no quinquiennio seguinte cinco milhões menos. Assim o stock dos cafés do Estado de S. Paulo, já tinha baixado de 10.688.000 saccas em 1907 a 7.086.000 em 1910. Calculava-se que em fins de 1912 seria de 5.100.000.

Em 1911 notou Rougier havia comtudo novamente motivos de inquietação. Seria a safra de 1911-1912 muito grande como muitos supunham de accordo com a marcha normal das coisas e da lavoura, achando-se como se achavam os cafesaes muito repousados?

Havia muito quem receasse a reproducção da colheita abortiva de 1906-1907 mas o consenso geral, acalmando os pessimistas, affirmava que ella não se repetiria.

Notou Rougier a existencia de correntes antagonicas nos meios economicos brasileiros. Havia intervencionistas fanaticos e não intervencionistas tenazes.

O futuro que ainda não se aclarara diria com quem se achava a razão.

Em todo o caso a sua opinião era que a série das operações da Valorização demonstrara que o plano desta não fôra tão isento de graves aleatorios como pretendiam os seus exaltados corypheus.

CAPITULO XXIII

Inquietação crescente a proposito da crise seringueira — O contingente cada vez mais valioso da contribuição cafeeira em 1912 — Prospera situação economica geral do paiz — Boa perspectiva cafeeira — Proseguimento da campanha anti valorisadora nos Estados Unidos — Declarações inamistosas de um membro do governo norte americano e revide do embaixador brasileiro — Repercussão de tal campanha em França e na Allemanha — Visita de grandes "roasters" norte americanos ao Brasil — Accentuada melhoria da situação cafeeira

O retrospectista do *Jornal do Commercio para* 1912 reconhecendo boa a situação economica do paiz, assignalava a inquietação existente a proposito da baixa da borracha. Clamava contra o avolumamento da despeza donde surgia elevado deficit orçamentario. E queixava-se da carestia da vida.

A tal proposito apontava o seguinte quadro relativo aos productos capitaes do consumo em 1889 e 1912, sendo de 100 os numeros indices de 1889:

	1889	1912	Indices
Arroz por sacca	11$050	24$500	217 %
Carne secca por kilo . . .	$245	$770	314 %
Feijão por sacca	13$000	21$250	163 %
Farinha de trigo por sacca.	13$500	23$000	171 %
Assucar por kilo	$265	$530	200 %
Milho por sacca	3$450	8$200	218 %

Assim de modo geral o preço dos generos dobrara. O encarecimento attingira os alugueres e o resto acompanhava a alta geral.

Attribuia o analysta a elevação do preço á majoração dos direitos alfandegarios e outros estabelecendo curiosa tabella

destas taxas de 1869 a 1912. Assim se verificavam colossaes augmentos como por exemplo os segunites:

Generos	1869	1912	Indices
Arroz (k.)	10 rs.	215 rs.	2150 %
Batatas (k.) . . .	5 rs.	107 rs.	2140 %
Trigo (k.)	5 rs.	12 rs.	240 %
Milho (k.)	10 rs.	40 rs.	400. %
Assucar (k.) . . .	82 rs.	496 rs.	604 %

Os tecidos acompanhavam esta alta geral:

Algodão liso (k.)	350 rs.	8$062	2303 %
Casimira (k.)	2333 rs.	10$750	460 %
Baeta de lã (k.)	450 rs.	2$729	606 %

Entre 1869 eram estes os augmentos dos direitos alfandegarios tomando os primeiros como indices.

	1869	1887	1890	1896	1900	1912
Alimentação	1000	1931	1909	4565	4700	7710
Vestuario	1000	1555	1684	3648	4828	6371
Habitação	1000	1982	2391	4911	4677	7113
Saude	1000	1714	1755	21104	15239	20048
Medias	1000	1795	1935	8557	7361	10400

Assim em quarenta e tres annos as tarifas alfandegarias haviam decuplicado e em extraordinarias proporções sobretudo desde 1889.

Dahi a alta dos preços geral, e a da elevação da vida.

Fiel á sua campanha contra a Caixa de Conversão allegou o analysta que quando, em consequencia das emissões exageradas de papel-moeda, tristemente caracterizadoras dos primeiros annos da republica, viera a circulação a achar-se abarrotada de numerario, muito além das necessidades, não deixara de verificar-se a profunda alteração do nivel dos valores, consideravelmente agravada graças ao concurso do protecionismo refletindo no extraordinario augmento das tarifas alfandegarias.

Assim tambem quando, por meio da Caixa de Conversão, as emissões de papel embora conversivel, tinham elevado de seiscentos mil a um milhão de contos a massa de numerario

circulante, antes não podia ser o resultado desta inflação senão o augmento geral dos preços o encarecimento da vida que naquelle momento oprimia os brasileiros.

Não havia ahi novidade, nem surpreza, mas simplesmente confirmação do que o Jornal previra e annunciara quando imprudente e erradamente, se tratara de elevar, a faculdade emissora da Caixa até sessenta milhões esterlinos, ou novecentos mil contos, de fórma a diluir em successivas emissões os resultados economicos que logica e naturalmente deveriam provocar ascensão da taxa cambial.

Fechara-se o orçamento federal para 1912 com deficit.

Fora a receita	590.061:483$000
E a despeza	662.211:587$000
Donde o deficit de	72.150:104$000

A divida externa em 1912 não augmentara senão pelo acrescimo de dois milhões esterlinos em letras do Thesouro, emittidas como antecipação de receita e a serem resgatadas até julho de 1913. Crescera porém, a interna com emissões de apolices, num total de 155.000 contos.

A inflação monetaria viera assim alliar-se á de apolices para ainda mais deprimir o nivel dos valores.

Assim tambem fôra deficitario o computo dos orçamentos estaduaes.

Receita	200.779:150$000
Despeza.	233.379:767$000
Deficit	32.600:617$000

A situação economica do paiz continuava prospera, porém, com bom saldo de exportação.

Importação. . . .	1.025.653:766$000	ou £ 68.376.918
Exportação.	1.141.355:881$000	ou £ 76.089.723
Total	2.166.999:647$000	ou £ 144.466.641

Jamais se vira, nas estatisticas brasileiras, tão avultadas cifras. A rede ferroviaria augmentara de 961 kms., sendo agora de 22.286 kms. Estavam em construcção mais 3.840 havendo com estudos approvados mais 5073. Crescera muito o movimento maritimo, o numero de immigrantes e a entrada

de capitaes estrangeiros no paiz que superava £ 24.754.550. Assim eram excellentes as perspectivas. Convinha porém restabelecer o equilibrio entre os dois termos do orçamento, promover a valorização do meio circulante proporcionalmente ao desenvolvimento dos factores economicos, suavisar a vida cara procedendo á remodelação equitativa do systema tributario de modo a, sem diminuição consideravel da receita, tornar possiveis grandes reducções nas tarifas aduaneiras, programma opportuno, elevado e patriotico, no momento em que se começava a cogitar da successão presidencial.

Convinha ainda lembrar que os encargos do paiz haviam avultado, e não pouco, desde 1898.

Neste anno eram estas as cifras demonstradoras do acrescimo.

Divida externa £ 34.063.730 — £ 94.316.600
Divida interna 595.737:300$000 — 642.652:600$000.

Assim devia o Brasil em 1912 mais que em 1898.

Divida externa . .	894.289:500$000
Divida interna . . .	47.115:300$000
Divida fluctuante .	120.849:678$000
Total.	1.062.849:678$000

Havia ainda 607.025:525$000 de papel inconversivel e a Caixa de Conversão emittira 406.035:800$000 correspondentes a £ 25.780.402 ao cambio de 16 d. Desta somma Rs. 19.329:768$000 não estavam lastrados e representavam a responsabilidade decorrente da mudança de taxa de 15 para 16 d. annunciada pelo Thesouro Nacional.

Continuava boa a perspectiva commercial do café embora não se houvessem mantido, em 1912, os preços elevados registrados no anno precedente. O typo 7, disponivel, que em 1911 attingira em Nova York 16 cents. (o do Rio de Janeiro) 16 ¼ cents. por libra o de Santos fora cotado entre os extremos de 13 ¾ cents. e 16 1/8 cents. para o Rio e 13 3/4 cents. e 16 1/8 cents. para o de Santos.

A mais elevada cotação, attingira 14$300 por arroba, em 1911; ao passo que em 1912 o maximo apenas fora 12$800 declinando ainda mais, para o fim do anno, o nivel geral dos preços.

O suprimento aos mercados dos Estados Unidos e da Europa cahira para, no fim do anno, chegar a 8.653.000 sac-

cas. Mas como em fins de 1911 fôra de 9.118.000 notava-se pequeno decrescimo; 465 mil saccas.

O suprimento visivel mundial assim se calculava:

Em janeiro	13.167.000
Em junho	10.965.000
Em dezembro	13.437.000

Em 1912 ainda se verificara um conjunto de vendas superior ao das entradas 17.297.000 saccas vendidas ou..... 465.000 a mais.

Em referencia ao quinquiennio, porém, o *deficit* verificado entre a totalidade das entradas e das vendas, elevava-se a 4.550.000 saccas.

Os paulistas mantinham-se attentos ao movimento dos mercados.

A 25 de janeiro de 1912 realizou-se a reunião annual da commissão incumbida de dirigir o deposito do café do Estado de S. Paulo, proveniente da Valorização. As vendas a se effectuarem durante o anno foram fixadas em 700.000 saccas; 400.000 em Nova York e 300.000 na Europa. Estas assim distribuidas: 120.000 em França, 100.000 na Allemanha, 30.000 na Hollanda, 40.000 na Belgica e 10.000 na Austria. Estas vendas effectuaram-se ao preço de 83 francos por 50 kilos e acima, ficando o deposito reduzido a 4.542.374 saccas.

Minguava o stock da valorização a olhos vistos. A safra de 1912-1913 não se mostrava abortiva 2.500.000 para o Rio de Janeiro e 6.895.000 para Santos; total 9.395.000 ou 10.500.000 para todo o Brasil e 14.500.000 para o Universo.

Taes os calculos do Centro Commercial do Café e do Rio de Janeiro e da Associação Commercial de Santos.

Occorreu porém sério incidente que poderia ter tido graves consequencias fazendo desmoronar os planos da Valorização.

Telegramma de Nova York annunciara em maio, que attendendo ás denuncias de que os syndicatos de café infringiam a lei Sherman contra os *truts*, resolvera o Governo abrir os respectivos processos iniciando-os pela da valorização brasileira de accordo com os termos da petição, apresentada a respeito pela *Court of Claims* daquella cidade.

Nessa petição, pedia o tribunal ao Governo que o systema adoptado pela valorização brasileira fosse declarado illegal,

ordenando-se a venda dos grandes *stocks* de café della decorrentes.

A petição accusava o *comité* da valorização brasileira de limitar as vendas do café em todo o mundo e reter o producto provocando a alta do preço *de modo injustificavel e desarrazoado.*

Como uma das providencias preliminares do processo obtivera o *Attorney Regional* mandato provisorio para impedir que o Sr. Sielcken, membro do *comité* dispuzesse das 930.000 saccas de café depositada na *Dry Dock Company.*

Iniciado o processo, foi o Sr. Sielcken, ouvido em depoimento a respeito da contribuição de banqueiros norte-americanos no emprestimo de quinze milhões feito pelo Estado de São Paulo, com endosso do Governo Federal.

No correr do depoimento declarou o denunciado nada haver parecido com *trust* de café nem nos Estados Unidos nem na Europa. Ninguem poderia provar, que como membro da commissão de valorização ou consignatario de café por ella remettido, houvesse violado qualquer lei americana.

A petição do processo contra o syndicato de valorização dizia que o facto de no Brasil ser elle legal não justificava os actos dos seus membros, tendentes a limitar a venda do generos nos Estados Unidos.

Acrescentava que as despezas com os diversos emprestimos contrahidos pelo Estado de S. Paulo, mostravam quanto o fim da operação não fora trazer proventos aos productores, tendo-se visto o povo obrigado a pagar os lucros realizados por limitado numero de individuos.

Proseguindo, declarava que o effeito immediato da valorização fora a retirada do mercado de 10.868.266 saccas de café e a subida dos preços de 7 ½ cents a 14 ¾ por libra.

O emprestimo concedido a S. Paulo pelo banqueiro Henry Schroeder, de Londres, e National City Bank, de Nova York em 1908, custava áquelle Estado mais do que devia custar, por causa dos descontos motivados por outras despezas. E o de 75.000.000 de dollares, concluido em 1908, com o mesmo Sr. Schroeder e a Societé Générale de Pariz custava 3 ½ cents. por libra de café pelo Governo de S. Paulo retido nos seus *stocks.*

Por isto se via que o Brasil, continuava a petição, poderia ter pago muito menos do que pagara, concedendo-se-lhe mesmo um premio conveniente se o café tivesse chegado a razoavel preço....

Terminava a petição por citar varias passagens das leis

dos contractos do Estado de S. Paulo ractificadas pelo Governo Federal, na parte concernente á Valorização.

O Embaixador do Brasil, logo que o facto se tornou publico, interpoz protesto diplomatico, perante o governo americano, contra o sequestro do café e em repetidas conferencias passou a esforçar-se para resolver amigavelmente a questão.

Teve enorme repercussão no Brasil, e no mundo dos negocios em geral, certo incidente havido em um banquete da Pan American Society em que o Secretario, do Estado, Sr. Philander Knox proferiu um discurso onde surgiam certos topicos provocadores de immediata revide do embaixador brasileiro presente á festa.

Disse o Secretario do Estado que as intenções dos Estados Unidos em relação a todas as Republicas americanas se revestiam de dois sentimentos: amizade e harmonia. O seu desejo unico éra a paz, e a prosperidade. Não desejam os Estados Unidos senão vencer industrialmente e que com elles vencessem todos os povos da America. E depois de alludir ás operações de Valorização:

"Ninguem melhor poderá apreciar a nossa politica, verdadeiramente pan-americana do que os representantes dos Governos americanos acreditados em Washington: expendeu a seguir."

"Queremos ver todos os paizes da America cada vez mais fortes e engrandecidos.

Para isto, porém, se torna necessario que a boa vontade presida ás nossas acções, de modo reciproco. E' preciso mutua comprehensão da lealdade, e que toda intenção malevola seja varrida por parte das nações para dar logo a uma confiança geral."

Retrucou-lhe o Embaixador immediata e sentidamente:

"Tencionava dizer-vos tudo isto ou pelo menos, parte disto, quando as esperanças em uma nova éra nas nossas relações commerciaes receberam rude golpe, com o endosso pelo Governo dos Estados Unidos, da doutrina algo arbitraria e inteiramente revolucionaria de se pagar aos outros, não o que pedem pela sua mercadoria, mas o preço que os Estados Unidos, isto é, os negociantes americanos quizerem."

Surgia esta doutrina nova e os Estados Unidos pareciam dispostos a impol-a, até mesmo com sacrificio de uma velha amizade internacional.

No empenho de estabelecer o direito de se immiscuirem com a propriedade de Estados estrangeiros, certos funccionarios do Governo da Confederação haviam chegado ao ponto de

proclamar perante um Tribunal de Justiça americano a perda da soberania daquelle Estado estrangeiro e isto com muito descuido da consideração devida a uma Nação amiga, confinante dos limites da descortezia internacional.

Assim os sul-americanos ainda muito tinham que aprender dos novos processos americanos tratando com nações estrangeiras, assim como os Americanos muito necessitavam aprender para encontrar o caminho dos corações dos povos do continente meridional terminou o Dr. Assis Brasil.

Reflectiu-se este incidente sobre o pleito judiciario.

Dias depois anunciava-se estar resolvida de modo mais satisfactorio a questão do stock da valorização, ficando afastado o receio de complicação internacional que parecia iminente. Os juizes não quizeram deferir o pedido de aprehensão autorizando por outro lado, o Sr. Sielken e a New York Dock Company a dispor livremente do café contra o qual fora expedido mandado de retenção.

Considerou o tribunal que os elementos da questão eram demasiado complicados para que se justificasse tal interdicção antes dos debates sobre o fundo da materia.

Isto, entretanto, não significava de fórma alguma o termo do processo. Em fins de novembro de 1912 estavam sendo preparados os respectivos autos para sua continuação, ao mesmo passo que, por outro lado proseguiam as negociações por via diplomatica para se chegar a uma definitiva solução.

Em janeiro de 1913, finalmente, foi dada como virtualmente terminada a questão, devendo ser posto á venda o café existente nos Estados Unidos, ao passo que o Governo americano, por seu lado, desistiria do processo iniciado.

Ainda nesse mesmo mez, effectivamente, tendo-se realizado a reunião annual da commissão a cuja guarda estava entregue o deposito da Valorização, deliberava esta vender as 930.000 saccas existentes nos Estados Unidos, e mais 300.000 saccas na Europa, sendo, pois ao todo 1.230.000 saccas.

Assim, todo o café que o Estado de São Paulo possuia nos Estados Unidos, se vendeu a setenta e oito compradores de vinte Estados, cessando todo o motivo da acção intentada.

Diminuindo, desse total de saccas 1.230.000, passou o stock da valorização a comprehender cerca de 3.302.374 saccas.

Houve do incidente norte americano reflexo europeu mais bulhento do que realmente asustador.

Em junho, o deputado Raul Briquet fundamentou perante a Camara dos Deputados de França, uma noção relativa á alta

do preço do café e á retenção dessa mercadoria pelo *Comité* da valorização nos portos francezes.

Começou o Sr. Briquet por declarar que o encarecimento do genero impressionava profundamente o Partido Socialista, como prejudicial á classe operaria. Ora, esta alta não obedecia a causas naturaes, mas simplesmente a manobras da Valorização.

Desde 1907, subira de 41 francos por 50 kilos a 87 francos. Estudou em seguida a questão das colheitas e fez o historico da Valorização. Analysou os emprestimos feitos por parte dos banqueiros e capitalistas francezes como a *Banque de Paris e a Société Générale*.

Analysou o deputado Briquet a composição cosmopolita do Syndicato.

Referiu-se aos depositos de café no Havre e Marselha, e accumulou algarismos relativos ao *stock* existente e ao consumo do café em França.

Perante todos estes manejos, que faziam o Governo e o Parlamento francezes? Contentavam-se em invocar implacaveis leis economicas e em levantar as mãos ao céo, lamentando a impotencia contra tal especulação.

Declarou então que ia offerecer ao Governo os meios de esmagar os especuladores e açambarcadores.

Bastava recorrer ao Regulamento das Alfandegas, exigindo o pagamento do imposto sobre os cafés depositados. Isto forçaria o Syndicato a vendel-as. Quanto á ameaça de se reexportarem os cafés, a que se referira o jornal *Lé Brésil*, era ella apenas ameaça... Deveria o governo verificar se o Syndicato poderia, ou não, leval-a a effeito. As despezas da reexportação o forçariam a liquidar parte do stock. E se o Governo francez representasse em termos energicos e firmes, seria o Syndicato o primeiro a procurar arranjo liquidando parte do *stock*, o que abaixaria os preços. Se o Governo, porém, entendesse que os regulamentos aduaneiros lhe não permittiam intervir poderia comtudo intimidar a Societé Générale com resultados positivos.

Desenvolveu o deputado Briquet este argumento constantemente interrompido por apartes. E em seguida invocou o exemplo dos Estados Unidos onde julgava haver sido condemnatorio o caso da valorização.

Citou trechos de cartas de negociantes do Havre, referindo-se ás manobras dos especuladores, principalmente de um venezuelano certo Sr. Berisbelmia, que, açambarcara 57.000 saccas. A intervenção do Syndicato dos Torradores provocara

a alta do assucar, consequencia da do café. Com a alta, diminuira extraordinariamente o consumo do café, soffrendo o Thesouro, em dois mezes, perda superior, a dois milhões de francos de impostos. O proprio Exercito estava sendo attingido pela alta, pois cada soldado tinha direito a 10 grammas de café *verde* por dia.

Argumentou depois com os lucros da valorização. Pediu a completa isenção de direitos para os cafés das colonias francezas, e terminou invocando a intervenção activa do Governo para fazer passar o seu projecto pedindo ao Ministro do Commercio para declarar o que tencionava fazer contra os manejos da Valorização.

O interpellado Ministro, Fernand David, rebateu facilmente ao Deputado Briquet, demonstrando a inconsistencia da sua argumentação.

Traçou o historico da Valorização, para depois perguntar; sendo ella uma operação legal que podia fazer o Governo francez... "Onde estavam taes manobras de especulação?" expendeu.

Demonstrou que a quantidade de café retida no Havre, embora liquidada, talvez apenas influisse momentaneamente nos preços do mercado.

"Não via o que se pudesse criticar no procedimento dos financeiros francezes representando os interesses dos prestamistas francezes portadores dos *bonus* de S. Paulo, que estavam ás mãos de toda a gente. Não via por que se procurasse querella com um Estado independente agindo em relação aos productos do seu territorio para defender os interesses geraes sob a sua salvaguarda."

Em seguida rebateu a possibilidade de se empregarem medidas alfandegarias, para obrigar o pagamento de direitos.

Isso não diminuiria os preços, sobrecarregados então pelos mesmos direitos.

Assim se destruia a argumentação do Sr. Briquet. A existencia do *stock* não exercia influencia alguma sobre os cursos livres dos mercados.

A Camara de Commercio do Havre lhe dera a seguinte informação:

"Se o Governo *boycottar* os cafés neste porto, elles irão para Hamburgo e Antuerpia e assim perderemos os fretes e os lucros percebidos com este trafico."

Depois de outros argumentos logicos, terminou o Ministro:

"Tudo poderemos fazer para intervir amigavelmente en-

tre os defensores dos interesses aqui expostos e os de outros interesses perfeitamente legitimos. O Governo desempenhará com satisfação este papel e promete tambem occupar-se da questão dos cafés das colonias, embora isto não tenha importancia capital, porque taes cafés representam 2 % do consumo total da França. Entretanto, tem este facto enorme importancia quanto ao desenvolvimento das nossas colonias. O Governo, não acceitando no fundo, a proposta Briquet, nada tem a objectar se a Camara a enviar á Commissão Aduaneira."

A imprensa franceza pouco disse sobre o assumpto. Apenas o *Jornal des Debats* metteu a bulha o *socialismo* do Estado paulista, considerando a therapeutica socialista uma grande tributaria da homeopathia...

A Commissão Alfandegaria da Camara dos Deputados regeitou porém a proposta Briquet, mas ao mesmo tempo convidou o Relator a lembrar ao Governo a vantagem da proposta isenção de direitos para o café das colonias francezas.

A Allemanha, influenciada pelo precedente americano e o exemplo francez não quiz ficar atraz, no terreno das reclamações. Apezar dos altos preços do café devidos em grande parte, senão principalmente, á elevação dos direitos de entrada, em novembro formularam-se amargas queixas contra estes preços aos quaes se atribuia o desenvolvimento de succedaneos cada vez mais numerosos.

A chicorea era empregada em larga escala. Criticou a imprensa fortemente o apoio que os bancos allemães haviam dado á politica de restricção da producção e exportação do café e censurou o Governo por não haver procurado impedir o damno que dizia estar sendo feito á nação allemã em beneficio do Brasil.

Estas queixas foram sem duvida o prologo de medidas propostas mais tarde e já no decurso de 1913, no *Reichstag* contra o café da valorização, e que, entretanto, não lograram melhor exito do que as suggeridas nos Estados Unidos e na França.

Acontecimento auspicioso o que se verificou em França. Um deputado, Damour e diversos de seus collegas promoveram uma campanha em favor da diminuição dos direitos da entrada do café. Neste sentido consultaram as diversas camaras de commercio do paiz tendo recebido respostas favoraveis. E algumas dellas das mais importantes como as de Marselha, Bordeus e Lille não se limitaram a apoiar o projecto Damour. Tomaram a iniciativa de dirigir-se ao Governo da Republica pedindo-lhe que acceitasse a proposta.

A melhora dos preços e a alta assignalada continuava a fazer com que, pela primeira vez quiçá, procurassem os grandes *roasters* americanos verificar *in situ* as condições dos productos brasileiros.

Assim procuraram conhecer, na intimidade, o mecanismo da producção brasileira visitando o Estado de S. Paulo.

A entrevista que lhes concedeu o então presidente do Estado, Conselheiro Rodrigues Alves, teve notavel repercussão.

Recebendo os torradores yankees felicitou o presidente da Republica de 1902 a 1906 pela iniciativa tomada de observarem as condições de producção, processos de exportação, e ao mesmo tempo, conhecer a situação que forçara São Paulo, ás providencias da Valorização. Era possivel, que ellas não tivessem encontrado assentimento geral, mas o Estado agira com convicção e estava zelando os justos interesses de seus productores ameaçados de prejuizos consideraveis, e a segurança de que não infringia normas no commercio mundial, pois tudo se praticava com a maior publicidade, tendo sido adoptadas algumas providencias de caracter radical entre outras a que tributava, de modo quasi prohibitivo, a plantação de novos cafesaes.

Como vemos o presidente paulista de 1912 continuava coherente com o que expendera na presidencia da Republica.

Assim affirmava que a essas providencias restrictivas, mais que á existencia dos depositos de café brasileiro no exterior, devia-se o levantamento dos preços do producto.

Affirmou o Conselheiro Rodrigues Alves que havia lido com attenção o memorial apresentado em nome dos torradores de café, impressionados com a alta do producto com consequente diminuição do consumo e o augmento das falsificações do genero.

O Governo de São Paulo acompanhava, com muito interesse, este phenomeno commercial e tudo faria em favor do desenvolvimento do consumo e pureza do producto.

A safra paulista começava a ser exportada. Iria animar os mercados do mundo, os quaes nada teriam que receiar, do café da valorização retidos nos depositos nunca para fins especulativos e commerciaes de qualquer natureza.

Os delegados americanos encontrariam por parte do Governo todas as informações desejadas para ficarem conhecendo a situação dos productores de café em S. Paulo, certos de que, por parte do Brasil não havia senão os melhores desejos de agradar á grande nação Norte-Americana, que recebia sem impostos e consumia em porção consideravel a producção brasileira.

Terminou affirmando que, tinha a honra de accusar o recebimento do memorial, sentindo muito que a recente situação creada em Nova York contra o *comité* da valorização, não lhe permittisse ir além destas affirmações. Confessou que não sem grande magoa vira o Estado de S. Paulo posta em duvida a legalidade de seus processos e a seriedade de seus intuitos. Possuia porém a intima convicção de que o incidente não teria a menor influencia nas relações de amizade existentes entre os dois paizes.

Continuavam severas as medidas de fiscalização da exportação em S. Paulo.

Tendo diversos negociantes das praças do Rio, Santos e S. Paulo solicitado do secretario da Fazenda do Estado, uma decisão que interpretasse a lei sobre a exportação, declarou esse titular que a taxa *ad valorem* devia ser rigorosamente applicada com relação aos cafés baixos da producção paulista, quando despachados para embarque, com destino a portos estrangeiros. Devia-se exigir a prova de pagamento sómente do imposto de 9 % com a sobretaxa de 5 francos quando taes cafés fossem embarcados em vapor nacional ou de cabotagem, consignados a portos brasileiros, ficando entendido, porém, que a escolha e congeneres qualidades não seriam admittidos á Exportação, nem mesmo para os Estados da Republica, sem o pagamento do acrescimo, de 11 % no pagamento do imposto.

Entre os fracassos financeiros de 1912 dois foram consideraveis affectando os meios paulistas a quebra da Companhia Exportadora de Café, com séde em Santos, causando elevados prejuizos, e o do Banco Agricola de S. Paulo, que allegava ter tido grandes prejuizos com a baixa de café, quando a realidade fora outra, dizia a imprensa.

Em vez de operar em transacções de credito com a lavoura, tinha-se apparelhado em empreza registradora de negocios de compra e venda a entregar no mercado.

Annunciava-se fraca a safra de 1912-1913 em S. Paulo. Soffrera o cafesal geadas assaz fortes, em setembro, mas, sobretudo, vira-se castigados por ventos frigidos muito intensos e prolongados. Seria a colheita quando muito igual á de 1912, e as arvores, muito sentidas, não ficariam tão cedo refeitas declaravam os peritos.

Mas a lavoura, em geral, estava satisfeitissima com os preços pois se a sacca attingira o preço médio de 53$876, em 1911, chegara em 1912 a 57$811. Cinco annos antes valera metade apenas: 28$931.

CAPITULO XXIV

Dados estatisticos sobre a exportação e as cotações cafeeiras em 1912 — A mensagem presidencial de S. Paulo e o caso do Senador Norris e do Deputado Briquet — Organisação prospera da propaganda mineira

Os preços extremos, por arroba, dos typos de Nova York no Rio de Janeiro foram em 1912:

Typo 6	11$900 — 13$500
Typo 7	11$600 — 13$300
Typo 8	11$300 — 13$100
Typo 9	11$000 — 12$900

As cotações extremas do typo 7 (por dez kilos) haviam sido em Santos 6$800 e 7$800 e os embarques em 1912 os seguintes:

Mezes	Rio	Santos
Janeiro	109.841	1.327.967
Fevereiro	157.941	1.424.289
Março	214.779	562.464
Abril	154.332	8.397
Maio	118.065	3.114
Junho	96.110	1.397
Julho	166.723	1.074.181
Agosto	226.271	1.610.983
Setembro	312.477	1.582.728
Outubro	419.441	2.052.837
Novembro	283.749	2.068.463
Dezembro	248.355	1.853.066
Totaes	2.508.074	13.560.866

O movimento do mercado de café no Rio de Janeiro



por arroba de typo 7 em confronto com a taxa de cambio particular sobre Londres a 90 dias de vista accusou os seguintes dados:

Janeiro	11.500 — 12.900	16 2/8 — 16 17/64
Fevereiro . . .	12.100 — 12.500	16 9/64 — 16 13/64
Março.	12.200 — 12.900	16 3/16 — 16 9/32
Abril	12.500 — 12.900	16 15/64 — 16 1/4
Maio.	12.300 — 12.600	16 5/32 — 16 1/4
Junho	12.900 — 13.300	16 5/32 — 16 15/64
Julho	12.500 — 13.100	16 13/64 — 16 7/32
Agosto	11.900 — 12.600	16 5/32 — 16 13/64
Setembro . . .	12.300 — 13.100	16 3/16 — 16 1/4
Outubro	12.400 — 13.200	16 7/32 — 16 23/64
Novembro . . .	11.900 — 12.600	16 11/32 — 16 13/32
Dezembro . . .	11.600 — 12.300	16 17/64 — 16 3/8

Assim aos extremos do preço do café 11.500 — 13.300 haviam correspondido minimas variações cambiaes de 16 1/8 a 16 26/64 entre £ a 14.883 a 14.688. Assim para uma differença por arroba de 1.800 correspondera outra cambial de réis 195 apenas.

Em Santos occorrera quasi a mesma coisa.

Mezes	Typo 7 (por 10 k.)	Typo 4 (por 10 k.)	Cambio
Janeiro . . .	6.600 — 7.500	7.300 — 8.200	16 1/16 — 16 9/64
Fevereiro . . .	7.300 — 7.500	8.000 — 8.300	16 1/16 — 16 1/18
Março	7.500 — 7.800	8.200 — 8.500	16 1/8 — 16 5/32
Abril	7.700 — 7.800	8.400 — 8.500	16 3/16
Maio	7.500 — 7.700	8.200 — 8.400	16 3/32 — 16 1/8
Junho	7.500 — 7.800	8.200 — 8.500	16 3/32 — 16 5/32
Julho	7.500 — 7.800	8.200 — 8.500	16 5/32 — 16 1/8
Agosto . . .	6.900 — 7.500	7.800 — 8.200	16 1/8 — 16 5/32
Setembro . .	7.600 — 7.800	8.100 — 8.700	16 1/8 — 16 5/32
Outubro . . .	7.600 — 8.200	8.300 — 8.900	16 5/32 — 16 9/32
Novembro . . .	7.200 — 7.600	7.900 — 8.300	16 9/32
Dezembro . . .	6.900 — 7.200	7.600 — 7.900	16 1/4 — 16 9/32

Segundo Duuring e Zoon o movimento do commercio de café nos principaes mercados exteriores havia sido em 1912:

	Europa	Est. Unidos	Total
Entradas . . .	9.924.000	6.908.000	16.832.000
Vendas . . .	10.475.000	6.822.000	17.297.000
Existencias . .	6.223.000	2.430.000	8.653.000

Continuava o decrescimo auspicioso do supprimento visivel segundo se auferia, dos stocks a 31 de dezembro de 1912 e dos annos anteriores.

1912. . . .	13.437.000
1913. . . .	14.566.000
1910. . . .	14.167.000
1909. . . .	16.637.000
1908. . . .	15.886.000

Entretanto em alguns mercados mais importantes não houvera augmento de consumo. Assim os mesmos Duuring e Zoon notavam que em cinco paizes da importancia da Allemanha, França, Austria, Inglaterra e Suissa attingira elle um maximo de 6.693.000 em 1909 sendo o numero de 1912 exactamente 6.035.000.

Em 1912 occupou-se o Conselheiro Rodrigues Alves, em sua mensagem presidencial ao Congresso do Estado de São Paulo, longamente, da campanha que nos Estados Unidos se movia contra a alta do café.

Explicada por uma série de causas naturaes fôra attribuida, em alguns mercados do mundo, á influencia que sobre elles se dizia estarem exercendo os depositos pertencentes ao Estado de S. Paulo.

Os interesses commerciaes avultados, presos aos negocios de café nos Estados Unidos, e a pressão de ordem politica que, em dados momentos apaixonara vivamente a opinião do povo americano concorreram para criar certa desconfiança contra a natureza daquelles depositos e os intuitos do Governo paulista. Este se esforçara, sempre, comtudo, perante a opinião mundial, para fornecer todos os elementos de ajuizar, com segurança, da rectidão de sua attitude politica e economica.

Com o prestigio da palavra, e do cargo, solemnemente attestou o Presidente paulista que o Estado de S. Paulo jamais cogitara de valorizar os seus cafés, com animo de lucro ou especulação. Movera-o apenas o sentimento patriotico de salvaguardar valores colossaes empregados na cultura cafeeira e sobre os quaes repousava em grande parte o credito na-

cional. A sua attitude fora sempre exposta com a maior franqueza pelos Governos da União e do Estado e os seus intuitos apreciados com justiça e insuspeitamente nos maiores mercados do mundo.

Com relação aos Estados Unidos, sobretudo, buscara o Brasil, sempre, manifestar, com sinceridade, os melhores sentimentos de amizade. Não era licito imaginar que suas intenções pudessem ser mal comprehendidas ou deturpadas.

Historiou o Conselheiro Rodrigues Alves a grave questão surgida: a interpelação do congressista Norris, do Nebraska pedindo a actuação da Secretaria de Estado da Justiça, baseada na lei Shermann, contra os trusts, afim de reprimir a alta excessiva do café que ao seu dizer causava á economia americana prejuizo annual de cerca de 35 milhões de dollares. Está alta proviera das manobras do governo brasileiro concluiado com capitalistas americanos e europeus.

Approvada a proposta Norris agira o *Departament of Justice*. Explicava o Presidente de S. Paulo que se mantinha o Governo do Estado tranquillo, quanto ao trabalho destas investigações, que revelavam, aliás, alguma desconfiança contra sua attitude, quando surgira á noticia de que um dos Tribunaes de Nova York procedia contra os membros do Comité da Valorização, pondo em duvida, e de modo muito singular, a situação legal dos seus depositos.

Com o mais penoso constrangimento tomara o governo paulista conhecimento dos termos da petição dirigida em nome do governo americano ao Tribunal Districtal de Nova York. Da leitura de tal documento transparecia o receio de se processar a quebra dos grandes moldes que a sciencia politica creara para a completa segurança da justiça entre as nações.

O libello contra os comités accusado de attender contra os dispositivos da lei Shermann affirmava peremptoriamente que o plano da valorização fora organizado por individuos interessados em manter o café acima do preço, normal se as leis da offerta e procura seguissem o curso natural. Haviam sido taes os inductores do Estado de S. Paulo á decretação de leis e á formação de contractos, de que decorrera a reducção de quantidade de café expedida do Brasil.

Como os Estados Unidos consumissem 40 % de todo o café mundial e como o café fosse artigo necessario á subsistencia, qualquer lei que impedisse a sua importação, para os Estados Unidos em quantidades normaes, ou, por qualquer meio, procurasse elevar-lhe o preço, constituia uma restricção directa do commercio externo e internacional. Portanto o plano

da valorização se organizara com intuito lesivo dos principios incorporados na lei Shermann. E os convenios e conchavos dos diversos individuos detentores dos contractos do Estado de S. Paulo, estavam em desaccordo com as disposições daquelle.

O facto dos ditos conchavos não serem illegaes no Brasil embora tendo como comparticipe um Estado estrangeiro, não podia justificar o Comité de actos praticados nos Estados Unidos. Os diversos contractos haviam sido convenios certamente effectuados fóra dos Estados Unidos assim como as reuniões do Comité. No emtanto um dos réus, o Sr. Sielken, residia em Nova York, com escriptorio de negocios de café.

Assim o autor do requisitorio concluia: dizendo que as leis, contractos e convenções da valorização do café violavam a lei americana devendo ser declarados illegaes. Pedia a nomeação immediata de um depositario para tomar conta do café paulista alli em deposito para que fosse vendido sob as ordens do Tribunal!

Coubera ao Governo Federal defender a causa de São Paulo, noticiava o Presidente e o fizera de modo prompto e vigoroso.

E tudo fazia crer, pelas primeiras decisões conhecidas e as manifestações amistosas entre as duas Republicas que o incidente não affectaria a cordialidade das velhas relações do Brasil com a grande nação Americana, alcançando solução digna.

Renovara-se o incidente na Europa. Recordou o Conselheiro Rodrigues Alves a campanha do deputado Briquet no Parlamento Francez mas sem repercussão notoria sobre o governo e a opinião publica francezas.

Com o habitual e alto criterio commentou:

"Convem tirar dos factos os ensinamentos que delles decorrem naturalmente. Os Estados Unidos são o maior consumidor do nosso café, que entra livre de impostos em seu territorio. No commercio deste producto estão alli empregados grandes capitaes e ha dentro do Paiz e nas regiões cafeeiras vizinhas uma corrente favoravel á tributação ao genero. Não ha para o grande povo americano vantagem alguma em taxar um producto que hoje faz parte da alimentação publica, mas as exigencias da administração a pressão do homens politicos e dos interessados em negocios a insistencia dos pequenos productores de café, podem fazer surgir novas difficuldades, para as quaes se diz, nos Estados Unidos, que a amplitude da lei Shermann se presta admiravelmente. O productor deve estar vigilante e não confiar demais na acção dos poderes publicos

e no sentimentalismo dos povos amigos, quando se tornar intensa entre elles a pressão dos grandes interesses commerciaes e orçamentarios."

Era preciso trabalhar tal a lição invariavel da historia politica! — produzir bastante e do melhor, para que os productos brasileiros se impuzessem aos mercados de consumo. E, na ordem geral, fazer tudo quanto fosse necessario para que o desenvolvimento da riqueza e do credito publico não se perturbasse e a Republica se fortalecesse politica e economicamente, de modo a não ter o Brasil que recear da competencia dos outros productores achando-se em condições de assegurar e fazer valer os seus direitos quando contestados.

Em 1912 o numero de cooperativas cafeeiras de Minas Geraes subira a 32, dizia o Presidente Julio Bueno Brandão em sua mensagem ao Congresso.

E o movimento se desdobrava para outros productos. Já havia no territorio mineiro cooperativas de agricultores de arroz e algodão, fumo, productores de banha, polvilho, lacticinios, vinho etc.

A quantidade de café exportado pelas Cooperativas fora no curto periodo de junho a dezembro de 1911, de 251.908 saccas.

Ainda mais, convinha assignalar que, em doze mezes, a exportação attingira 118.805 saccas. Do simples confronto desses dois algarismos se deprehendia o grande augmento do movimento exportador das Cooperativas.

Desta quantidade de café, remettida pelas sociedades citadas, haviam sido vendidas no Rio de Janeiro 176.623! enviadas para Europa 20.892. Existiam em stock nos armazens do Governo a 31 de dezembro de 1910 no Rio de Janeiro 54.392.

Das saccas enviadas para o estrangeiro as contas de venda de quatro quintos tinham produzido 9$313, liquidos, por arroba.

Continuava o Governo a auxiliar, quanto possivel a estas associações. Haviam recebido 134 contos de réis dos cofres estaduaes e 380 do Banco de Credito Real de Minas Geraes.

Já agora, após a creação do Banco Hypothecario e Agricola, começavam a encaminhar as operações de credito com aquelle estabelecimento bancario, cumprindo notar, no emtanto, que o Governo não retirava os seus bons officios, junto do referido Banco, afim de que tivessem excellente exito as transacções effectuadas.

Os premios concedidos pelo Governo subiam a Rs...... 387:500$000.

Os armazens destinados ao movimento de exportação de cafés e mais generos enviados pelas Cooperativas, á praça do Rio de Janeiro, estavam quasi promptos, tendo concorrido para a demora da construcção, além de outros factos, a greve operaria da Inglaterra, que fizera interromper remessas de muitos artigos. Em novembro de 1911 realizara-se em Bello Horizonte o Primeiro Congresso dos Presidentes das Cooperativas Agricolas. Relevava notar que seus trabalhos haviam repercutido beneficamente fóra de Minas, e que o Governo demonstrara ainda, naquelle auspicioso certamen, a vontade de attender aos reclamos da Lavoura.

Ás sessões sempre presidira o Secretario da Agricultura.

Tanto quanto permittia a Lei do Orçamento procurava o Governo realizar as deliberações finaes do referido Congresso.

Os agentes commerciaes e officiaes das Cooperativas, no estrangeiro continuavam subvencionados. Despendera-se com esse serviço 97:040$080 ahi se incluindo os gastos de custeio das Agencias.

No mesmo intuito de facilitar o funccionamento das cooperativas, o Governo mantinha as Agencias estabelecidas nas praças do Rio, Santos e Victoria, sendo que a de maior movimentação fora sempre a do Rio de Janeiro.

CAPITULO XXV

A crise financeira de 1913 — Ataques á Caixa de Conversão — Declinio dos preços de café — Crise da Lavoura — Deliberações da Associação Commercial de Santos — Decisões sobre a saccaria e o registro de contractos de compra e venda do café a termo — Conselho de um grande banqueiro norte americano aos productores brasileiros sobre a regularisação dos embarques — A capacidade productiva da lavoura paulista em 1913 — Novo plano do governo paulista para a defésa do café — Desfecho da questão do Senador Norris — Opiniões de Rodrigues Alves sobre a crise — Bôa situação economica e feliz proseguimento das operações de defesa — O cooperativismo em Minas Geraes

Foi de crise o anno de 1913, declarava o retrospectista do *Jornal do Commercio* crise aliás esperada e prevista com precisão quasi mathematica.

Attribuia-se este impasse a verdadeiro turbilhão de despezas publicas sempre augmentadas, emprestimos externos, federaes, estaduaes, municipaes acrescidos e impensadamente accumulados, inflação monetaria inevitavelmente decorrente da Caixa de Conversão.

Este apparelho orientado para se conseguir uma solida estabilização da moeda e da taxa cambial attingira os seus fins a custa da instabilidade continua e crescente das demais utilidades e productos, sem que se exceptuasse a propria moeda fiduciaria do paiz. Assim *verdadeiro turbilhão* se caracterizava na desordem economica a que chegara o Brasil baixando sensivelmente os preços dos seus grandes productos de exportação ao tempo em que o proteccionismo abria fallencia com a ruina da industria protegida incapaz de seria competição com o estrangeiro periclitando perante um consumo que escasseiava, fabricando uma plethora de productos imperfeitos cujo elevado

custo de fabricação não permittia que procurassem nos mercados mundiaes, a sahida que no paiz não conseguiam.

De longe vinha a grita contra a vertigem das despezas, assignaladas pelos deficits orçamentarios. O Dr. Homero Baptista relator da receita verbava os dispendios excessivos motivados por emprehendimentos de toda a sorte.

Assim exclamava:

"Os recursos, têm limites. Não dimanam de inesgotavel manancial. O apparelhamento para esse mundo de dispendios exige muito dinheiro, ouro para as compras feitas no exterior; papel, em notas ou titulos, para as despezas feitas no paiz. Em relação aó Thesouro, é certo que as rendas têm augmentado nestes ultimos annos, mas de poucos milhares de contos, por exercicio, não bastando, todavia para o descomunal desdobramento das despezas. O appello ao credito tambem tem limites e o proprio credito tambem tem limite — no proprio credito, na possibilidade do prestamista. Não poderiam ser muito grandes as ensanchas para os gastos. Effectivamente pouco tardava para que, no interior, as apolices ficassem sem tomadores e decahissem, e no exterior, surgissem difficuldades para os emprestimos."

Houvera uma corrida seria á Caixa Economica do Rio de Janeiro e tudo se aggravara com a depressão grande dos preços da borracha, sensiveis os do café . Fora mister recorrer aos depositos metalicos da Caixa de Conversão cujos fundos haviam ficado desfalcados, de seis milhões esterlinos, denunciava o parlamentar riograndense.

Os inflacionistas não descansavam na faina de promover emissões novas inconversiveis. Achavam a Caixa da Conversão muito rigida e queriam amoldal-a.

Tal apparelho, outróra considerado perfeito, automatico, agindo ao impulso natural dos factores economicos, passava a ser julgado emperrado, alheio ás conveniencias do momento, restringindo a circulação pela retirada de notas em troca do ouro que emigrava, quando, pelo contrario deveria ter a necessaria elasticidade para fornecer ao mercado o subsidio de numerario que este reclamava.

Esqueciam, porém, que isto consistia na renegação de argumentos já por elles proprios adduzidos e tendentes a demonstrar a perfeição da Caixa como factor da estabilização cambial e regulador indefectivel da circulação monetaria. Se taes argumentos prevalecessem, o que delles se devia naturalmente inferir era que os movimentos de expansão e retracção da Caixa constituiam o indice seguro indesmentivel das ver-

dadeiras circumstancias do organismo economico e financeiro do paiz, segundo as quaes havia a moeda fiduciaria de ampliar-se ou restringir-se á medida dos appellos da circulação. Reprimir ou alterar tal funcção equivaleria a mutilar um apparelho instituido com tão grande enthusiasmo e tanta fé pelos que haviam passado a clamar por novas emissões de papel inconversivel.

Não havia alternativa possivel ou a Caixa de Conversão era realmente o mecanismo admiravel preconizado por seus adeptos, regulando com precisão e acerto as funções do cambio e da circulação monetaria, — ou não era, e então cahiam por terra, esboroados, desfeitos, todos os argumentos enunciados em sua defesa.

Ante a primeira alternativa, mais não cabia aos que pediam a emissão de papel-moeda do que confessar o erro rendendo-se á indicação do apparelho instituido, segundo a qual a opportunidade não consistia em emittir, mas em comprimir a massa de numerario em circulação.

Acaso perdurasse a segunda, apreciando-se a conveniencia de ampliar-se, ou não, o meio circulante, ficava praticamente demonstrado que, mesmo no entender dos seus adeptos, a Caixa de Conversão não resolvera o problema monetario precisando, ser alterada, transformada ou substituida.

Fugindo ao dilema, autorizavam, implicitamente, a crença de que se não levaria a estabilização a effeito quando a Caixa de Conversão despejasse a jacto continuo papel na circulação; rigida, insensivel, careceria de immediato correctivo, a saber emittindo mais papel, e sempre mais, quando lhe era preciso resgatar as notas entregando o ouro que o mercado reclamava.

E se taes reclamos, fossem attendidos, o apparelho monetario do Brasil se tornaria originalissimo, capaz apenas de emittir e nunca de resgatar, quaesquer que fossem as circumstancias do momento, deixando a perder de vista, em pleno seculo XX, o systema de Law e o regime dos *assignados,* a que não haviam faltado fervorosos adeptos.

Os deficits do ultimo triennio se haviam avolumado sendo:

	Contos de réis
Em 1910	99.777
Em 1911	132.470
Em 1912	148.605

O do quinquiennio attingira 453.239 contos havendo um augmento de divida externa de £ 36.183.143 e interna de 116.924 contos o que tudo reduzido a papel dava 659.471 contos.

Convinha comtudo lembrar que a receita nacional tambem se avantajara notavelmente.

	Contos
1910	508.268
1911	547.102
1912	604.250

Verberava o *Jornal do Commercio* as tendencias cada vez protecionistas das tarifas alfandegarias lembrando ao mesmo tempo que Leopoldo Bulhões continuava a sua campanha contra a Caixa da Conversão. Já a 13 de dezembro de 1913 existiam 130.014 contos de notas suas não garantidas por deposito metallico de modo que o papel inconversivel nacional subira de 601.653 a 731.668 contos. Destruia-se o esforço de Joaquim Murtinho!

Vivera o Brasil, proclamava Bulhões, e prosperara, de 1822 a 1906, sem Caixa de Conversão. Sem ella se teria resolvido o problema monetario caso houvesse sequencia, na administração do paiz. As grandes nações conheciam tal apparelhamento. A Inglaterra em 1819, os Estados Unidos em 1879, tinham-se liberto do curso forçado sem Caixa de Conversão.

De tal mecanismo não haviam lançado mão a Italia, a Russia, a Austria, para corrigir os inconvenientes do curso forçado e manter a estabilidade da moeda circulante. Nem a tal expediente tinham recorrido até paizes pequenos como a Grecia que ainda recentemente entrara no regimen da circulação metallica pelo resgate do papel inconversivel e elevação do cambio ao par.

Se a Caixa de Conversão não houvesse sido inventada em 1907, os saldos em ouro do Brasil que ella recebera e convertera em 400.000 contos papel, teriam valorizado a moeda e elevado o cambio ao par. O Banco do Brasil, mantidas as normas da politica financeira Campos Salles — Rodrigues Alves, seria banco emissor de fundo metallico, regulador da circulação, podendo, como os seus congeneres, defender a reserva de ouro do paiz. Estaria o Brasil no regimen da conversão, em regimen normal, apparelhado para attenuar e resistir ás crises commerciaes.

O *Jornal de Economia Politica* secundando o financista goyano depois de estudar as diversas phases do papelismo brasileiro, de 1850 em deante, dizia que em 1913 se dera a quinta perturbação do inflacionismo que coroava a sua obra collocando o Brasil em situação angustiosa, tornando-se precizo trabalho intenso, persistente, para levar a novos niveis a vida economica e financeira da Nação.

Os preços de café, em 1913, declinavam sensivelmente, havendo occorrido mesmo momentos de grande depressão. Mais de dois mil réis por arroba, de 1911 a 1913.

O supprimento visivel crescera de 13.437.000 saccas em fins de dezembro de 1912 para 13.665.000 em igual época do anno seguinte. No emtanto a safra que se annunciava para 1913-1914 era razoavel 3.250.000 para o Rio de Janeiro 9.844.000 para Santos.

Em março acentuava a imprensa de S. Paulo que devido ás repetidas baixas tinha diminuido consideravelmente a procura, do disponivel havendo mesmo excesso de offerta de propriedades agricolas, cujo valor declinara a um terço do que vigorava cinco mezes antes.

O Secretario da Agricultura do Estado de S. Paulo sabedor de que havia lavradores tencionado importar sementes de café *robusta* provenientes de paizes onde era vulgar a infestação pela *Hemileia vastatrix* pedira ás autoridades federaes, pelo Ministerio da Agricultura que se tomassem providencias contra a possibilidade da invasão do terrivel mal no cafezal sadio do Brasil e incumbira, então, o Dr. Edmundo Navarro de Andrade de estudar as condições dos cafesaes da Malasia sobretudo os de *Robusta*.

A Associação Commercial de Santos em sua resolução de 23 de abril de 1913 determinou: substituir o typo official da saccaria novo typo apresentado á Associação Commercial, em tudo igual ao primeiro, mas augmentado em cinco centimetros na altura.

Continuariam porém em vigor os outros typos adoptados para os cafés de qualidades especiaes.

O novo typo 4 official, teria duas listas de cor, proximas á ourela da bocca do sacco, devendo a primeira ser coberta pela costura e a segunda ficar visivel, qualquer que fosse o espaço occupado pelo café ensaccado.

Cada fabrica deveria registrar, na Associação Commercial a côr dos frisos dos respectivos saccos.

O barbante, empregado na costura, seria o da melhor qua-

lidade existente nos mercados, não inferior á marca e typo registrados na Secretaria da Associação Commercial.

Uma commissão de tres membros, fiscalisaria os saccos e o barbante, afim de evitar a contra-facção dos typos officiaes.

O novo typo official, ficaria adoptado a partir de 1 de janeiro de 1914, não se admittindo deste dia em diante, café ensaccado em saccos para cereaes e para fins de exportação.

Mais tarde se prorogou o prazo concedido. Tomou a Associação diversas providencias muito importantes para melhorar a organização dos negocios cafeeiros. Assim legislou sobre o horario das operações de compra e venda de disponivel e do termo, das reclamações sobre entregas de café etc.

Os cafés a termo, no regimen dos contractos garantidos por depositos e margens, seriam entregues em armazens geraes.

A verificação do peso e saccaria dos cafés a termo, no regimen dos contractos garantidos, se faria por intermedio das Companhias de Registro, que creariam para tal fim, uma secção especial.

Para as despezas desta cobrariam as companhias uma taxa especial, sobre todos os negocios garantidos registrados não excedendo de cinco réis por sacca, repartidamente pagos pelo vendedor e o comprador.

Exceptuavam-se naturalmente os casos imprevistos de greve e outros excepcionaes.

A Associação Commercial só se obrigaria a dar, diariamente a base do typo 6 de accordo com o preço que a commissão de base verificasse para este typo, na média dos negocios diarios.

Importante deliberação era a que se referia á composição de cada serie de mil saccas vendidas. Nella não podia, entrar mais de 100 saccas do typo 2, mais de 250 do 6, nem mais de cento e cincoenta saccas do typo 7, ficando a média não inferior a cinco, nem superior a tres, estipulada a differença de duzentos réis, de typo a typo, e observadas as demais condições até então vigentes para esta especie de negocio.

O *visto* nas ordens de entrega de café vendido, disponivel, ou a termo, não importava na declaração de que a respectiva factura estivesse paga.

O peso do café e o estado da saccaria só poderiam ser verificados nos armazens do vendedor, dentro do prazo da factura, no acto da retirada do café.

Estas resoluções entrariam em vigor a 1 de março de

1914 salvo quanto a que se referia á composição que esta deveria vigorar desde 1 de novembro de 1913.

Outras resoluções importantes versaram sobre o registro dos contractos de compra e venda de café a termo. Deviam ser as mais rapidas, até ás 9 horas da manhã, do dia util immediato ao da operação trocando os intermediarios, entre si, o competente documento probatorio no acto do fechamento do negocio.

Os intermediarios responderiam, entre si e perante os operadores, pela effectividade da transacção até a conclusão de todas as formalidades exigidas pelas Companhias de Registro.

Aos prejudicados caberia denunciar á Associação Commercial o nome dos infractores de taes condições e a Associação levaria taes nomes ao conhecimento das Companhias de Registro pedindo-lhes que não mais aceitassem negocios propostos pelos faltosos.

As infracções de qualquer resolução da Assembléa Geral, em assumpto de ordem geral da praça, seriam punidas com a suspensão das relações commerciaes da praça com os infractores.

A propagação no Brasil, ou transmissão para o exterior, de noticias diffamatorias do credito nacional, seriam punidas com a suspensão temporaria, ou definitiva, das relações commerciaes da praça com a firma autora ou transmissora de taes boatos.

A Associação Commercial fiscalizaria, por intermedio de uma commissão de tres membros nomeados pela Directoria, com funcções permanentes durante o mandato da mesma, o cumprimento das suas resoluções ficando a commissão com plenos poderes para advertir e, no caso de reincidencia, propor á Directoria a cominação da pena de suspensão das relações commerciaes da praça com o infractor ou infractores.

Grande impressão causou a carta que grande banqueiro e commerciante de café norte americano escreveu ao Governo de S. Paulo em maio de 1913 dando conselhos aos productores brasileiros.

Nada havia, no seu entender mais nefasto do que a remessa, por grandes volumes, das safras, logo nos primeiros mezes de producção. Ora, no primeiro semestre de cada anno commercial, despejavam-se do Brasil 80 % ou mais das safras. Dizia o autorisado conselheiro que os plantadores de algodão faziam aliás a mesma coisa nos Estados Unidos, perdendo enormemente com tal pratica. Isto se dera quando o algodão era vendido a 5, 6, e 7 cents. a libra.

Haviam as safras do algodão passado a ser vendidas mais racionalmente e o preço do producto se mantivera facilmente entre 10 e 12 cents.

Quando uma safra qualquer se vendia precipitadamente, todo o mundo acreditava ser a producção muito maior que realmente era.

Tornava-se, pois, do maior alcance possivel que os proprietarios de cafés enviassem seu producto para Santos por um prazo de 9 mezes, pelo menos, em lugar de 6 mezes.

Era de opinião de que se o café se remettesse de fórma racional, e fosse lançado ao mercado em 6 mezes, os preços realizariam uma media de 20 por cento a mais.

Num estudo feito pelo Dr. Nabor Pacheco Jordão, muito ao corrente da producção do commercio cafeeiro, paulista haviam apparecido considerações sobremodo illustrativas.

As safras paulistas de doze annos decorridos de 1901 a 1912 davam as seguintes médias:

	Saccas
1901-1904	8.221.354
1905-1908	9.249.788
1909-1912	9.780.750

Assim sendo não se verificara ainda a successão immediata de duas grandes colheitas. Jamais se vira uma colheita de dez milhões succeder a outra. Assim a de 1902, que fora de 10.165.044 haviam seguido a de 1903 (8.349.783) e a seguinte (6.397.441). As de 1905 e 1906 haviam sido fracas (7.422.758 e 6.982.885). E' verdade que a de 1907 subira a uma cifra enorme (15.390.509) mas logo depois a de 1908 baixara a menos de 50 por cento da anterior (7.203.000).

As lavouras productoras das colheitas dos ultimos 12 annos não mais attingiriam a média de dez milhões e esta média tendia a ficar estacionaria ou mesmo a declinar.

De 1906 em diante haviam sido abandonados muitos milhões de cafeeiros existindo 400.000.000 de pés de café de idade superior a 30 annos.

As lavouras plantadas de 1896 em deante já teriam alcançado o maximo desenvolvimento. E sabiam todos que depois de 10 a 18 annos de idade as arvores produzem bem um anno falhando no immediato.

O Boletim da Associação Commercial de Santos publicou no decorrer de 1913 um quadro interessante sobre as remes-

sas de onze safras paulistas de 1903-1904 a 1913 a 1914. Por elle se verifica que, entre fins de setembro e meiados de outubro de cada anno, haviam entrado em Santos as metades dessas safras pondo de parte diminutas differenças. Mais ou menos em trinta dias haviam sido attingidos os limites de dois terços das safras, indicicio evidente da falta de condições para resistir ás imposições de comprador, naturalmente, interessado em comprar pelo menor preço possivel.

Cogitava o governo paulista da reorganização do Banco de Credito Hypothecario e Agricola do Estado de S. Paulo, de que já se cuidava desde 1910, ficando autorisada a emissão de cincoenta milhões de francos ou trinta mil contos de réis.

O governo expuzera, então, o novo plano de defesa do café, que descansava em diversos apparelhos commerciaes.

Para o Café disponivel — Armazens geraes, com capacidade para grandes depositos.

Orgão bancario, com recursos fortes para desconto de *warrants* e redesconto de titulos ou ordens agricolas.

Café papel (negocio a termo) — Bolsa de mercadorias, em que se declarassem as operações realizadas.

Corretores, estabelecendo a responsabilidade das operações.

Caixa de liquidação, para garantir a effectividade das operações effectuadas.

"Com estes apparelhos fortemente organizados e além disso conjugados os esforços do Estado, dos lavradores, dos banqueiros, dos commissarios e das companhias de estradas de ferro — temos a mais inabalavel convicção, declarava o Secretario da Fazenda do Estado, de que Santos seria o regulador mundial das cotações de café, e por essa fórma ficaria repousada em bases firmes toda a economia do Estado."

Entendia o abalisado reparador que com uma boa organização das instituições attinentes ás operações de compra e venda a prazo, liquidaveis ou não por differença, se chegaria ao desejado resultado de impedir que a má fé, a agiotagem, o jogo simples de azar, interferissem no movimento real das permutas, perturbando-o, diminuindo-lhe as vantagens em beneficio de pescadores de aguas turvas aventureiros protegendo-se deste modo efficazmente os productores.

Mas para que tal apparelho fosse solido e a organização boa, afigurava-se essencial que não se alicerçasse em medidas de excepção e coerção, não visando processos e regras espe-

ciaes, differentes das que no mundo inteiro, vigoravam, no regimem da liberdade e da concurrencia.

N/o que dizia respeito ao banco, haveria serio erro technico em occupar-se elle simultaneamente, de operações de desconto e redesconto e de emprestimos a longo prazo sobre hypotheca de immoveis.

Quanto á Bolsa de mercadorias, ás operações nella effectuadas, aos attributos da validade destas e quanto ás caixas de liquidação, sua organização e funcções, muito havia que dizer e debater. No capitulo *Cotação de mercadorias* convinha accentuar que o quê já se pedira e obtivera do Congresso Federal não era de molde a inspirar aplausos, nem se afastava dos processos de intervenção arbitraria caracteristicos da valorização de Taubaté.

A aplicação de meios de excepção podia e devia provocar a apposição de processos congeneres. Era a luta, e luta perigosa, porque no Exterior, mas em estreita ligação com os elementos que no Brasil operavam, dispunham os interessados em comprar café por preços baixos de recursos que o Brasil não possuia. Não seria pois difficil prever, quem seria o derrotado.

Agitavam-se pelo Mundo diversas campanhas contra os preços altos do café. Assim na Allemanha no Reichstag o deputado catholico Erzberger clamava vehementemente contra as manobras valorizadoras a pedir que o governo imperial as guerreasse. Não encontrara grande éco porém, quer nas rodas governamentaes, quer mesmo na imprensa.

O *Berliner Tageblatt* depois de observar que a valorização datava de 1906 extranhou que a iniciativa partisse de um deputado do Centro, quando justamente fora este partido que em 1912 votara a elevação dos direitos de entrada de café, medida que contribuira poderosamente para a alta de preço do producto.

Não obstante, porém, o deputado Macken, tambem do Centro, declarou que a valorização promovida pelo Brasil, prejudicara enormemente o commercio allemão. De 1910 a 1912 perdera elle nada menos de cento e cincoenta milhões de marcos. E ainda existiam em deposito na Allemanha, cerca de quatro milhões de saccas.

O Governo de S. Paulo é que lucrara com esta operação, vinte milhões de marcos.

Chegara, porém, o momento de obrigar o *Comité* da valorização a por á venda o seu *stock,* devendo para isto o Governo do Reich intervir junto do de S. Paulo.

Conviria que procurasse entender-se com os da França e Belgica, para uma acção commum, se não fosse possivel um accordo. Neste caso, não restava outro recurso senão prevalecer-se o Governo da lei contra os *trusts*.

O Ministro do Interior Sr. Delbruck cortando a discussão declarou que o governo não achava opportuno discutir o assumpto.

Encontrou o governo paulista defensor no Parlamento na pessoa do deputado socialista o Sr. Molkenbuhr observou elle que as grandes oscillações do café não passavam de phenomeno muito natural. Exactamente o mesmo processo que se dava na Allemanha, com a exploração usuraria das carnes e cereaes.

"Se interveirdes junto do Estado de S. Paulo — rematou o orador socialista — bem poderá elle responder-vos: *Estaes fazendo o mesmo.*"

Nos Estados Unidos terminou favoravelmente, em 1913, a acção movida contra o comité da valorização.

O embaixador do governo de Washington, em nota especial ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil communicou que o *Attorney General,* contentando-se com as seguranças dadas pela nossa chancellaria, por intermedio da Embaixada do Brasil, de que as vendas de café brasileiro realizadas naquella Republica haviam sempre sido operações legitimas e reaes, tornava publico que o governo americano não proseguiria no processo intentado com relação á Valorização.

Mas era o Senador Norris tenaz e conseguiu que os seus pares approvassem um requerimento seu pedindo a publicação de todos os documentos relativos a este processo.

O *Attorney General,* recusou porém enviar ao Senado copia da correspondencia recebida pelos Departamentos de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Justiça, relativa á solução dada pelo governo americano á questão, allegando que a publicação desses documentos era incompativel com o interesse publico.

Afinal, em fins de maio de 1913 chegou ao Brasil a noticia de que a Côrte de Appellação dos Estados Unidos rejeitara o recurso do governo americano contra o *comité* da Valorização do café.

Na mensagem presidencial de 1913 ao Congresso do Estado de S. Paulo, declarou o Conselheiro Francisco de P. Rodrigues Alves que dois grandes factores de depressão economica haviam impressionado nos ultimos mezes. a escassez de numerario para o movimento dos negocios e a baixa do café nos mercados do Paiz e do Exterior.

Não surprehendera a crise de dinheiro. Via-se bem que a abundancia de capitaes produzida pela alta do café, e quasi sem collocação durante certo periodo de 1912, não teria longa duração.

Em vez de se prevenirem, com o tempo e prudencia, contra a carestia esperada, tinham os capitaes começado, a acceitar collocações em prédios e terrenos pagos por exagerados preços e a se immobilizarem em negocios exigindo grande massa de fundos para o custeio. O volume da importação de 1912 mostrava bem a extensão dos compromissos então contrahidos.

As exigencias do primeiro semestre, sempre de fraca exportação e grande saques dos lavradores para acudirem ao serviço da colheita do café, haviam concorrido para tornar mais delicada a situação das praças e dos Bancos.

A essa serie de causas muito ponderaveis para o exame do estado economico, conviria não esquecer que as praças da Europa se tinham fechado aos negocios, aguardando o termo das questões que traziam em sobresalto as praças principaes de varios paizes. Ficara o commercio privado de consideravel massa de numerario para a circulação dos valores e a insolita elevação da taxa de juros na Europa revelava bem claramente a gravidade da situção.

Os negocios de café, demandando grandes capitaes para o seu giro, não podiam deixar de soffrer o influxo desta grande pressão monetaria. As agitações de ordem politica traziam os animos inquietos, alarmando por seu turno, a marcha regular dos mercados.

Com a entrada da safra de 1913-1914 e as providencias adoptadas pelos institutos de credito, declarava o Presidente esperar que todas as difficuldades desappareceriam.

O que porém era imprevisivel vinha a ser a depressão das cotações cafeeiras:

Pareciam todos os elementos favoraveis á conservação dos bons preços. Para a perturbação dos mercados havia em primeiro lugar, concorrido a acção do Governo Americano contra os membros do Comité da Valorização. Por ella incitados tinham os baixistas de todos os mercados organizado contra o café, formidavel campanha. Na praça de Santos, como nas do Exterior, talvez desprevenidamente, havia se accentuado o movimento da baixa, exagerando-se os negocios a termo. Deixaram estes de ser operação commercial legitima, para constituir especulação ou jogo de pessimas consequencias.

Como era natural, em torno della geraram-se numerosos

boatos visando facilitar o interesse dos jogadores. Ora se exageravam as esperanças da nova safra, ora se denunciava o estado de fraqueza da praça, em consequencia da situação, precaria de certos estabelecimentos commerciaes.

Para perturbar os mercados, nada de mais efficaz e os elementos sadios do commercio de Santos bem fariam se conseguissem crear séria resistencia a esse trabalho especulativo, até extinguil-o. Seria o meio de não perder a grande praça commercial paulista, o prestigio de que sempre gozara.

Na faina da arremettida violentissima contra as conquistas da valorização haviam os baixistas lançado mão de todos os meios. Assim apregoavam prodigiosa producção do café *robusta,* que ameaçava desequilibrar os mercados de consumo com a grande invasão de um producto que ia ser, segundo se affirmava, muito abundante e de facilima producção.

Ao ver do presidente de S. Paulo raras vezes, na verdade, se havia feito a reunião de tantos elementos influindo sobre os preços de um producto essencial. Não sabia mesmo se o café soffrera em outro qualquer periodo, mais violento ataque.

A despeito de tudo, a situação economica do Estado de S. Paulo mantinha-se prospera. Com as rendas em notavel incremento, consideravel movimento de importação e exportação em 1912 verificava-se quanto a vida industrial progredia. Além do café, as culturas do arroz, do algodão e de varios cereaes tendiam a desenvolver-se.

Quanto á situação do café, havia bôas esperanças de alta, pois além de serem os stocks mundiaes pouco importantes, seria a safra paulista menor do que se esperava, receando-se ainda, para enfraquecel-a a influencia depressiva do mau tempo, além de que a colheita de 1914-1915 se annunciava pequena.

Apontou o Conselheiro Rodrigues Alves um ponto fraco da defesa do café que annos mais tarde provocaria a maior attenção dos especialistas: a regularização das remessas.

Grandes commerciantes de café affirmavam que a situação dos mercados seria mais favoravel se em vez de ser o producto das safras expedido quasi em sua totalidade no segundo semestre, fossem as remessas distribuidas com regularidade por todo o decurso do anno. Não seria facil aos productores attender a tão justa sugestão, mas poderiam, de accordo com os intermediarios commerciaes e as emprezas de transportes, ir preparando o terreno para depois da regularização desde que ella viesse a influir sobre a elevação e estabilidade dos preços.

Respondendo á arremettida dos baixistas, procedera o governo paulista com a maior cautela.

Tendo de promover, de accordo com os contractos decorrentes da Valorização, em principios de 1913, a venda de certa quota de saccas julgara prudente preferir para essa operação o café depositado em Nova York, para demonstrar dest'arte, ao Governo Americano, o firme proposito de não contrariar as leis dos Estados Unidos, não obstante considerar injustiça a acção judiciaria, movida contra o Comité.

A venda se fizera, de conformidade com as resoluções, em Londres, e segundo os precedentes adoptados para taes operações. O producto dessa venda daria para a liquidação definitiva do emprestimo de 15 milhões esterlinos.

O stock da valorização que a 1.º de janeiro de 1912 era de 5.103.468 baixara a 4.377.903 em virtude da venda de 723.565 saccas que produziram 63.346.941 francos. Rendera a sobretaxa 45.312.472 frs.

Juros e amortizações haviam sido pontualmente satisfeitos. Do grande emprestimo de Lbs. 15 milhões, com resgate dos titulos em 1912, no valor de Lbs. 3.270.000 restavam Lbs. 4.577.080.

Mas o que era muito auspicioso é que se haviam vendido já em fevereiro de 1913 1.235.675 saccas a preços muito satisfactorios, assim baixara o stock da Valorização a apenas 3.142.228. Valia mais de nove milhões de esterlinos.

Ufano dizia o Conselheiro Rodrigues Alves:

"Quem compulsasse os annuarios financeiros mais conceituados e percorresse as tabellas comparativas das finanças dos diversos povos, chegaria forçosamente á conclusão de que o Estado de S. Paulo, simples parte integrante da Federação, estava em condições muito auspiciosas. Pouco os paizes senhores de situação financeira igual a essa e que neste momento gozasse de tal credito."

Sua divida apresentando-se muito reduzida ante os recursos que possuia, postos de lado os emprestimos mais antigos em via de liquidação o que não lhe perturbaria a vida, porque tinha ainda deante de si prazo folgado. O ultimo emprestimo, o de 7 e meio milhões, não era, em ultima analyse, uma antecipação, porque o stock do café do Estado, valia mais de nove milhões esterlinos, situação pois bastante lisonjeira, não obstante as difficuldades que no momento a outros povos attribulavam.

Em 1913, declarava o Presidente Bueno Brandão ao Congresso Mineiro que decorrido um quinquiennio do inicio do movimento cooperativista cafeeiro em Minas Geraes podia dizer-se que o cooperativismo caminhava, com tal ou qual lentidão, propria das novas idéas, quando inoculadas em meio social carecedor de preparo para as receber e assimilar.

Aliás, não era somente no Estado que tal phenomeno se verificava. No Velho Mundo tivera o systema muito que lutar, antes de implantado e definitivamente acceito.

Examinado numa percepção ampla do conjuncto, o cooperativismo agricola de Minas progredira a ponto de poderem os mineiros sentir-se justamente orgulhosos, ante o espectaculo dos alicerces solidissimos, do futuro edificio da perduradora cooperação nacional.

Estudado, porém, nas intimidades da vida e funccionamento, convinha lembrar que ingentes esforços, ininterruptos serviços eram ainda necessarios, por parte do governo e da lavoura, identificados, para que as Cooperativas, organizadas sob os melhores auspicios da protecção governamental, se encontrassem perfeitamente regulares em suas funcções, escoimados dos desvios naturaes dos que se iniciavam inexpertos e bisonhos. Algumas destas fundações no emtanto, já podiam servir de modelo, quer pela organização quer pelo funccionamento regular e legal.

O governo, valendo-se do Decreto de 22 de julho de 1911, dilatara a esphera da acção da lavoura, estabelecendo as bases em que se fundavam as Cooperativas, não sómente de café, como tambem de lacticinios, fumo, algodão e de todas as culturas e industrias capazes de prosperar no territorio do Estado, dada a variedade das diversas zonas productivas e o impulso de seu povo activo e emprehendedor.

Sob outros e multiplos aspectos encaravam os poderes publicos e estudavam com carinho, esta magna questão economica, que não era simplesmente de interesse regional, e sim, immediatamente, do Paiz inteiro.

Assim sentira a necessidade de regulamentar o serviço sempre crescente da Agencia Official das Cooperativas, do Rio de Janeiro.

Infelizmente haviam occorrido nessa repartição irregularidades e abusos. Puniria o governo com rigor os faltosos e responsaveis. Reformaria a Agencia Official com o novo regulamento elaborado e cujos fins eram: protecção á agricultura, instrucção technica, commercial e industrial ao lavra-

dor, para conseguir que, mais dias menos dias, a lavoura mineira se emancipasse abroquelada na fortaleza inexpugnavel da cooperação.

O numero de cooperativas regionaes crescera. Quatro, novas, se haviam installado em 1912. Eram ellas agora trinta e seis.

CAPITULO XXVI

Analyse de Miguel Calmon ás operações da Valorisação — Reiteração de argumentos de 1907 — Previsões pessimistas desmentidas pelos factos

Dentre os homens do governo do Brasil contemporaneo destacou-se a bella e culta intelligencia de Miguel Calmon como um dos mais irreductiveis adversarios da Valorização.

No Parlamento discutiu, com grande copia de argumentos, superiormente apresentados, documentos reunidos do modo mais probo.

Publicando em 1913 o bello volume dos *Factos economicos,* que teve larga repercussão, voltou a tratar do assumpto continuando a mostrar-se sobremodo infenso ás operações de defesa paulista.

Assim affirmou, segundo as suas previsões de 1907:

1.º) — Os preços do café só teriam alta se, em virtude de estações desfavoraveis, sobreviessem safras más consecutivas;

2.º) — A execução do convenio suscitaria represalias dos governos estrangeiros;

3.º) — O consumo se restringiria sensivelmente com a alta de preços;

4.º) — A producção de café nos paizes estrangeiros cresceria em virtude da valorização do producto, e do plantio de variedades novas mais resistentes, que permittiriam generalizar o café como cultura auxiliar.

Pretendeu demonstrar que até aquella data tudo quanto avançara viera a realizar-se.

Em relação aos preços do café: o preço medio da sacca

que oscillara entre 29$400 e 37$400 entre 1903 e 1904 descera a 22$200 e 20$800 em 1907 e 1908 para apenas attingir 26$000 em 1909.

Em 1910 graças ao volume insignificante da safra fora a 35$000 e em 1911 a 38$600.

O proprio governo de S. Paulo fizera a maior parte das suas compras de café a preços bastante inferiores aos promettidos no Convenio, o que dera ensejo a se eximirem os Estados de Minas Geraes e do Rio de Janeiro ás obrigações com elle contrahidas.

Repetira-se pois mais uma vez o que consignavam os factos cafeeiros do Brasil em 1863, 1873, 1887, 1893 e 1904 sem que se houvesse recorrido a processos artificiaes. Deve ahi entre parentheses ter havido erro de imprensa no texto de Calmon, 1893 em vez de 1890.

Parece-nos este argumento unilateral, esquecendo-se o illustre autor de uma indagação que se impunha. Que teriam sido as cotações em 1907-1908 não fora a retirada do excedente da safra monstro de 1906-1907? Em vez de 22$200 e 20$800 por elle apontados quinze, doze, dez mil réis por sacca? E qual a situação do productor sobretudo paulista?

Passando ao segundo item lembrava Calmon que a Allemanha, após o Convenio sobrecarregara o seu imposto de entrada de 20 marcos por cem kilos. E a opinião publica nos Estados Unidos se agitara exigindo tambem majoração das taxas aduaneiras. E o mesmo se dera na França.

Referia-se o illustre autor dos *Factos economicos* ás campanhas do deputado Norris, do Nebraska, no Congresso Nacional dos Estados Unidos, e do deputado Briquet na Camara Franceza, campanhas que não conseguiram resultado algum aliás, como alhures relatamos.

Passando a justificar o seu terceiro item apresentou Miguel Calmon os dados do *De indische Mercuur*, publicação hollandeza, a que encampou.

Citando o *Statistical Abstract of the United States*, para 1912, e o *Statistisches Jahrbuch für das Deutsche Reich*, para o mesmo anno allegou Calmon que o consumo do café por habitante decrescera nos ultimos annos nos Estados Unidos e tivera insignificante augmento na Allemanha.

Assim para a grande confederação fora:

Em 1896 a 1900 de 10,10 £
Em 1901 a 1905 de 11,62 £
Em 1906 a 1910 de 10,30 £

Pois bem no primeiro anno do quiquiennio seguinte cahira a 9,27 libras. Na Allemanha verificavam-se os seguintes numeros no mesmo periodo 2,69 kgm. 3,00, 2,99 e 2,79. Depressão portanto em 1911 sobre a media do quinquiennio de 1906-1910.

As tabellas para o chá e cacau accusavam de 1896 a 1911 um accrescimo de 10 grammas de chá por habitante anno, de 47 grs. para o cacau.

Não comprehendemos os motivos para alarme que dahi adviriam com esta entrada annua de 700.000 kilos de chá, de 3.090.000 kilos de cacau no imperio de Guilherme II.

Ainda poderemos allegar que certamente enorme proporção do theobroma teria tido como destino a utilização sob a a forma de confeitos e bombons. Assim nos parece que nesta allegação do illustre ministro Dr. Affonso Penna entrava certa dose de preconceitos. Defendendo a sua quarta proposição appellava Miguel Calmon para uma serie de dados estatisticos.

O conjuncto de producção das Indias Hollandezas, Phillipinas e colonias inglezas da Oceania decahira notavelmente de 1901-1902 a 1910-1911. Fôra de 648.000 saccas nesta safra attingindo a 947.000 em 1903-1904, para cahir a 502.000 em 1907-1908 a 406.000 em 1909-1910 e 447.000 em 1910 a 1911. Mas as estatisticas calculavam que se ia levantar notavelmente com as plantações novas sobretudo do *robusta*. Era calculada em 675.000 para 1911-1912 e 1.010.000 para 1912-1913.

A America extra brasileira que em 1902 produzira .... 2.823.000 saccas chegara a 3.081.000 em 1907, e 3.358.000 em 1909, a 3.117.000 em 1911.

Mas já se avaliavam as safras de 1912 e 1913 em...... 3.750.000 e 3.500.000 saccas. Vinha a pello objectar-se ao illustre politico em primeiro lugar que os dados do ultimo biennio eram todos hypotheticos ainda. Mesmo que viessem a realizar-se houvera insignificante augmento de sua mais alta avaliação 3.750.000, para a de 1904 (3.506.000) quando Augusto Ramos estudara as condições da cultura cafeeira nos paizes hispano-americanos.

O mesmo se poderia objectar em relação á producção das Indias Neerlandezas e outras regiões oceanicas. A grande producção aventada para 1912-1913, as 1.010.000 saccas pouco differiam das 947.000 de 1903-1904.

O grande argumento de Augusto Ramos fora que a producção extra brasileira poucas ensanchas teria de se avolumar de modo consideravel. E como vemos, passados sete annos das primeiras operações de 1906 o que elle previra se realizara.

O argumento mais grave a nosso ver por Miguel Calmon apresentado era o da extensão do cafesal brasileiro.

As informações colhidas em todas as zonas do paiz que produziam café, não deixavam duvidas sobre o augmento da area plantada de cafeeiros, e nada podia caracterizar melhor esta tendencia do que os dados relativos a S. Paulo, recentemente publicados pelo grande cafesista Sr. Nortz, depois de ter percorrido grande parte do Estado de S. Paulo.

"Embora não esteja revogada a lei que prohibe fazer novas plantações e embora haja pessoas no Brasil que creiam que ella continuará a ser applicada, não encontramos plantador do interior de S. Paulo, que nos dissesse ir plantar uma certa quantidade de cafeeiros, geralmente numa proporção de 10 ou 20 % sobre os que já tinha escrevia Calmon.

A verdade é que de seis mezes mais ou menos, para cá, ha em S. Paulo verdadeira febre de plantar novos cafezaes, especialmente depois que os grandes fazendeiros descobriram que uma porção de privilegiados continuavam o plantio e elles eram enganados.

Por isto cita-se correntemente certa offerta de 2.750 contos de réis, feita por uma fazenda em Ilha Grande (Sorocabana), contendo: 550.000 arvores na força da producção e 275.000 que só produzirão do anno vindouro em diante.

Estas arvores foram plantadas ha quatro annos. Procura-se fazer plantações por toda a parte, em Baurú, Bebedouro, no Paraná, etc., onde os terrenos são ainda relativamente baratos. Planta-se muito no Paraná, porque o imposto de 5 francos por sacca que o Estado de S. Paulo cobra, lá não existe, sendo como uma especie de premio, de concessão aos plantadores de café.

Assim, embora os fretes de transporte sejam mais caros, mais vale plantar no Paraná que em S. Paulo, nos districtos limitrophes".

Acreditava Calmon que a industria cafeeira continuaria a progredir em Java.

Não havia disposição entre os lavradores para o abandono das plantações de café, como se acreditava no Brasil, continuando elles a empregar sérios esforços para as conservar e desenvolver.

Haviam os fazendeiros da grande ilha malaia recorrido ao *Coffea robusta* de que só em 1908-1909 haviam plantado 12.000 hectares o que poderia dar 250.000 saccas dentro em breve.

Dizia o boletim do *Syndicat Général de Défense du Café.*

Não deixa de ser arriscado fazer previsões em assumptos agricolas, quando se trata de precisar cifras de colheitas futuras, mas é possivel prever que, dentro de seis annos, as Indias Hollandezas não serão apenas um centro productor de pequena quantidade de café superior, mas tambem sério concorrente no mercado de cafés baratos.

E' de notar que o commercio, apezar de classificar o robusta entre os cafés inferiores, tem apreço pelas suas qualidades. Os negociantes não se cansam de louvar-lhe certos caracteristicos, como a torrefação facil e regular, que se torna muito vantajosa em virtude da perda minima de peso que soffre nessa operação.

Ainda porém se apresentava insignificante a importação do *robusta* na Europa mas como as lavouras da especie liberiana se propagavam em Sumatra e Borneu era crivel que dentro em poucos annos produzissem dois milhões de saccas.

As lavouras de *Coffea robusta* mais antigas de Java, que contavam nove annos de idade, estavam ainda em pleno vigor e produzindo sem o menor contratempo.

As plantações mais novas lindissimas, destruiam completamente a idéa de que o robusta não conseguiria manter durante longo tempo as excellentes qualidades productoras.

E' pittoresco o emprego deste *ainda* do primeiro topico applicado a lavoura de nove annos!

No mercado de Amsterdam o preço do robusta excedia em cinco por cento ao do café de Santos, argumento ainda de muito relativo valor pois bem se sabia que sob o rotulo Santos se vendiam escolhas das mais baixas, ao passo que os cafés finos do Brasil se escoavam sob nomes falsificados de velhas e reputadas marcas.

Assim da cerrada carga que Miguel Calmon fazia ás operações de defesa do café se abstrahiam os argumentos de tamanha importancia que eram os da estabilisação das cotações internas acuadas a verdadeiro precipicio economico em 1906. Assegurara-se a continuidade das operações da industria cafeeira do Brasil e este resultado em face da perspectiva de verdadeiro descalabro tinha capital valia.

Dizia o illustre homem do governo que em 1910 e 1911 as cotações haviam subido sensivelmente graças á escassez das safras. Esquecia-se jamais de que justamente fora um dos esteios dos valorizadores e esteio mestre a consideração da alternancia das grandes e pequenas safras.

CAPITULO XXVII

Aggravação da crise financeira pela occurrencia da Conflagração Mundial — As novas emissões de papel moeda de 1914 — O novo "funding loan" — Operações da Valorisação — O novo comité responsavel pelos stocks

Ao encetar a habitual e prestigiosa resenha economico financeira do paiz, em 1914 dizia o *Jornal do Commercio* que o anno anterior prenunciara para o millesimo seguinte uma tempestade que não tardaria em desabar.

A retracção do credito, da moeda circulante, dos negocios, o declinio do commercio interno e externo, a depressão do consumo, o encalhe da producção da industria manufactureira, a baixa dos preços dos generos de exportação, o decrescimo das rendas publicas, a sensação geral de opressão e mal-estar, eram outro tanto indicios vehementes de angustia que só tendiam a aggravar-se.

Como remedio a uma situação, já assaz penosa, havia vindo a principio cautelosa, e depois mais afoita, por ultimo desenvolta e sem rebuços, a nevrose inflaccionista que, sopitada desde a presidencia Campos Salles, reduzida ao silencio e á inacção a que a forçara a reconstituição das finanças e do credito em bases mais solidas e melhores encontrara afinal terreno fertil para outra vez germinar e crescer, envolvendo todas as fontes da energia, actividade, iniciativa, trabalho e producção do paiz, que, por instantes, havia tido a illusão de conseguir libertar-se da imposição do proteccionismo e do curso forçado.

Assim inscrever-se-ia 1914 entre os annos mais funestos da depressão economica occorrida no Brasil.

Viera a conflagração mundial aggravar tal situação, notavelmente. Bastava recordar a depressão das cifras de exportação.



	£
Em 1912.	76.091.000
Em 1913.	70.478.000
Em 1914.	54.768.000

E as entradas de capital estrangeiro acompanhavam esta grande baixa. No anno de 1913 attingira 49.645.000 libras para, em 1914, apenas chegar a seis milhões!

A economia brasileira achava-se portanto, desfalcada, em 1914 de cerca de cincoenta milhões esterlinos, ou 750.000 contos em relação ao millesimo precedente, sem que, por outro lado, os encargos publicos particulares, a solver, houvessem sido reduzidos nesta proporção.

Destes os fixos e certos tomavam o passo aos ainda indeterminados e assim se verificara que a importação se restringira até que de novo se refizesse o equilibrio do balanço de contas com o exterior.

Acompanhara ella aliás a baixa de sua confrontante no balanço commercial. Cahira de £ 67.166.000 em 1913 a £ 35.439.000 ou fosse de 1.007.459 contos a 561.210 contos.

Não era difficil avaliar o que essa grande e brusca diminuição de utilidades de fóra representava em sacrificios para os consumidores em geral, em um paiz onde mais de cincoenta por cento da importação consistia em artigos manufacturados e quasi uma quarta parte era constituida pelos que se destinavam á alimentação.

Verdadeira aragem de penuria, passava sobre o paiz, impondo a todas as classes e a todas as regiões parte do infortunio commum oriundo da catastrophe que a guerra determinara.

Contribuira, ainda, para aggravar tão difficil situação a baixa dos preços conjugada á diminuição da quantidade dos productos da Exportação, apresentando esta em 1914, comparada com a de 1913, differença, a menos, de 221.751 contos ou £ 18.338.000.

Em relação aos seus oito principaes productos notava-se o seguinte decrescimo:

Café menos — 1.996.725 saccas ou 171.933 contos.
Borracha menos — 2.763.988 kilos ou 42.296 contos.
Algodão menos — 6.986.459 kilos ou 6.368 contos.
Fumo menos — 2.407.387 kilos ou 984 contos.
Matte menos — 6.060.165 kilos ou 8.198 contos.

Couros e pelles menos 4.377.975 kilos ou 8.344 contos. Este total de sete parcellas subtractivas correspondia a £..... 19.027.762 ou 238.131 contos.

Apenas dois generos apresentavam accrescimo o assucar com 26.493.205 kilos e o cacau com 11.008.145 kilos ou fossem 5.794 contos de réis para o primeiro e 6.738 para o segundo ou ainda um total de 12.532 insignificante para se contrapor aos 238.131 das parcelas subtractivas.

As operações bancarias haviam naturalmente acompanhado a baixa geral assim como se dera tambem grande depressão nos lucros das industrias.

Inimigo acerrimo do inflaccionismo, como sempre, fora commentava amargamente o analysta que depois da primeira catastrophe de 1898, fechada a torneira das emissões de forma que parecia definitiva, pela revogação das leis de 1875, 1885, e 1893, disfarçara-se o inflaccionismo entre as medidas creadoras da Caixa de Conversão. Assim tambem no periodo comprehendido de 1905 a 1912, introduzira na circulação uma torrente de notas que embora conversiveis na base de cambio depreciado, nem por isso eram menos susceptiveis, de influir na alteração do nivel dos valores, continuando assim o meio circulante nacional a não ter uma das melhores qualidades caracterizadoras da boa moeda, a quasi completa e absoluta invariabilidade.

Quando, as circunmstancias haviam a principio determinado a cessação das entradas do ouro na Caixa e a correspondente suspensão das emissões, e, depois, o fechamento do estabelecimento, ameaçado de exhaurir-se pelas continuas, e cada vez maiores, retiradas de especies metallicas a que exigira a diminuição do meio circulante, começara a agitação entre os adeptos, muito mais numerosos e contumazes do que parecia, do papel-moeda. Recorrera a expediente commodo e facil para simular riqueza onde já se anteviam attribuir diversas difficuldades precursoras da bancarrota.

Fôra em agosto de 1913 possivel conter-se essa onda papelista que então aparentava contentar-se com uma emissão de cem mil contos.

No decurso de 1914, porém á medida que augmentara a pressão da crise e persistira o atrazo do Governo em pagar ao commercio avultadas contas de fornecimentos muitas das quaes já processados para serem attendidas, renovara-se o clamor com maior insistencia.



Repercutira nas differentes camadas interessadas na execução deste expediente que um deputado qualificara de nefastissimo. Nellas se contava tambem gente simples e ingenuamente convencida á força de ouvir maliciosamente repetir, de que não havia outro meio para vencer a crise e restabelecer o equilibrio das finanças do que o recurso á emissão.

Ao romper a guerra européa, um anno exacto após da primeira investida, a onda inflaccionista rompera os diques inundando o paiz. Não era mais de cem mil contos, a emissão pedida. Falava-se em quinhentos mil contos, senão mais, e esta exacerbação buscava apoio no publico clamando por solução urgente por parte do Governo.

A emissão final realizara-se na importancia de duzentos e cincoenta mil contos. Cem mil destinados aos bancos, sob a forma de emprestimos, e o resto affecto ás necessidades do Thesouro. Mas desta somma apenas parte relativamente diminuta se applicara ao pagamento das contas do commercio, na importancia de 37.695:048$452, papel, 2.208:007$108 ouro correspondente a 3.726:011$994, ao cambio de 16 d. tudo perfazendo o total de 4.421:000$446.

Dahi decorrera a inevitavel baixa cambial de 16 61/64 em 1913 para em 1914 14 63/64 ou fosse pouco mais de mil réis por libra esterlina o que representava um prejuizo de 50.038 contos para o saldo do paiz, somma avultada para o qual o café concorria com 29.316 contos.

A situação do grande producto é que visivelmente peorava. Nova York que em fins de 1911 pagara a libra de disponivel a 16 cents. e em fins de 1913, a 137/8 andava pagando em 1914 entre 6 1/8 e 9 ¾ cents. ou fosse uma média de 8 cents.

Era lamentavel o que assignalava o confronto seguinte para o typo 7.

Annos	Rio (a)	Santos (dez kilos)
1911 . . .	9.900-14.400	5.800 — 9.600
1912 . . .	11.500-13.300	6.800 — 8.200
1913 . . .	7.500-12.000	4.300 — 7.250
1914 . . .	5.800- 8.200	3.500 — 5.400

E no emtanto a posição estatistica de genero melhorara muito consideravelmente. Augmentava o consumo e o suprimento visivel mundial soffrera notavel decrescimo:

Em dezembro de 1911 fora de	13.566.000	saccas
Em dezembro de 1912 " "	13.337.000	saccas
Em dezembro de 1913 " "	13.665.000	saccas
Em dezembro de 1914 " "	10.091.000	saccas!

O *Comité* encarregado da venda de café por conta do governo do Estado de S. Paulo, annunciava, em janeiro de 1914, que nenhuma venda seria effectuada durante o anno.

Como, porém, em março se espalhassem boatos de que o governo paulista, para attender a difficuldades financeiras, estava vendendo o café, o secretario da Fazenda do Estado telegraphara ao seu representante na Europa, autorizando-o a declarar que não se vendera, nem se venderia café algum durante o anno.

Ainda em junho verificava-se este mesmo proposito por parte do conselho consultivo constituido para substituir o *comité* que se dissolvera, desde que fora resgatado o emprestimo de 1908, de £ 15.000.000.

A cargo deste conselho, composto dos senhores J. H. Schroeder & C. Crossman & Sielken, Theodor Wille & C. e o representante do Estado de São Paulo, se transferira o stock de café da valorização. Fôra de 4.377.903 saccas em fins de 1912, havendo 1.232.483 vendidas em 1913. Passara assim para 1914 o saldo de 3.145.420 saccas, armazenadas em diversos portos europeus.

Ao terminar o anno 1914, publicara-se a noticia de que tinham sido vendidas em Hamburgo 700.000 saccas desse stock, ao preço de 80 francos por sacca, ficando assim em deposito 2.445.420 saccas. Corria que outras 700.000 estavam sendo negociadas na Belgica, igualmente com o governo allemão, para o consumo de seus exercitos.

Mostrava-se razoavel a safra em perspectiva.

Para a região dependente da Guanabara avaliava-se em tres milhões de saccas e em 8.622.000 para a tributaria em Santos.

E o Centro do Commercio do Café do Rio de Janeiro gabava-se do acerto de suas previsões. No computo de vinte e quatro safras, num total de 14.850.000 occorrera uma differença minima, a menos, de 383.606 apenas ou fosse um engano medio annual, de menos de dezeseis mil saccas em tão grande volume.

A media do preço por sacca é que denunciava grande reducção.

	Réis
Em 1912	57.811
Em 1913	46.103
Em 1914	39.016

Em junho apresentou-se á Camara dos Deputados, do Estado de S. Paulo, um projecto de lei supprimindo o imposto de 20 % sobre a exportação dos cafés, de qualidade inferior ao typo 7; tendo esta iniciativa partido da Commissão de Fazenda.

O movimento de 1914 no Rio de Janeiro foi o seguinte:

Mezes	Entradas	Sahidas	Preço por @	Cambio m.
Janeiro	169.721	255.798	7.950	16 1/16
Fevereiro . . .	169.981	185.704	7.600	16 1/16
Março	153.631	211.347	7.400	15 51/64
Abril.	58.661	234.263	7.300	15 27/32
Maio.	143.483	173.163	7.500	15 29/32
Junho	199.020	200.230	7.700	16
Julho.	260.426	242.678	7.150	15 35/64
Agosto	110.242	176.398	6.050	13 31/64
Setembro . . .	114.173	105.727	6.050	11 19/64
Outubro	233.607	256.879	6.050	12 19/32
Novembro . . .	237.700	210.640	5.700	13 17/64
Dezembro . . .	298.922	236.486	5.950	13 9/16

Totaes: 2.149.567.

As vendas de café nas seis principaes bolsas mundiaes assim se regulavam:

Nova York 1913 — 22.507.000; Havre — 11.285.000; Hamburgo — 14.473.000; Londres — 3.103.000; Santos — 6.462.000; R. J. — 1.689.000.

Nova York 1914 — 7.095.000; Havre — 4.710.000; Hamburgo — 5.155.000; Londres — 1.317.500; Santos — 3.784.016; R. J. — 23.639.516.

Assim a conflagração mundial causara, como era obvio, immensa retracção de transacções. Fechadas as bolsas de café inclusive a de Nova York, só se haviam dado negocios fora dellas.

Os preços extremos por arroba dos typos de Nova York no Rio de Janeiro haviam sido:

Annos	n. 6	n. 7	n. 8	n. 9
1913 .	7700-12300	7500-12.000	7200-11700	6900-11.100
1914				

Em Nova York as cotações extremas do n. 7 disponivel do Rio de Janeiro e de Santos assim haviam sido:

Rio 1913 — 9-13 7/8 c.; Santos — 10 5/8 — 15 c.
Rio 1914 — 6 1/8 9 ¾ c.; Santos — 8 ⅜ — 12 ½ c.

As entradas e sahidas computavam-se para o Rio:

	1913	1914
Entradas	2.928.040	2.477.254
Sahidas	2.755.833	2.489.432

E para Santos:

	1913	1914
Entradas	10.109.457	8.246.804
Sahidas	10.238.601	8.504.919

Em Santos onde em agosto, ao irromper a guerra o mercado se paralysara as cotações extremas do typo 7, por dez kilos haviam sido 3.500 — 5.400 em decrescimo continuo pois em janeiro elle se cotara entre 4.900 — 5.400 para chegar em dezembro a 3.500 — 3.800.

A casa Freitas, Lima, Nogueira & C. avaliava o stock mundial a 1 de julho de 1914 em 11.298.000 saccas.

Duuring Zoon assim calculava em fins de 1914 a posição estatistica do café comparada com a do anno anterior.

Entradas para a Europa em 1913 — 12.127.000. Entradas para os Estados Unidos em 1913 — 6.365.000. Vendas para a Europa em 1913 — 11.075.000. Vendas para os Estados Unidos em 1913 — 7.076.000. Stock para a Europa em 1913 — 7.275.000. Stock para os Estados Unidos em 1913 — 1.709.000.

Entradas para a Europa em 1914 — 8.716.000. Entradas para os Estados Unidos em 1914 — 7.372.000. Vendas para

a Europa em 1914 — 11.658.000. Vendas para os Estados Unidos em 1914 — 1.506.000. Stock para a Europa em 1914 — 7.575.000. Stock para os Estados Unidos em 1914 — 4.333.000.

Total das existencias no Exterior:

Em 1913	8.198.000
Em 1914	5.839.000

Suprimento visivel mundial a 31 de dezembro:

Em 1913	13.141.000
Em 1914	10.091.000

A 19 de outubro de 1914 assignava-se em Londres o contracto de novo *Funding loan* entre o Delegado do Thesouro Nacional em Londres, Dr. Joaquim Ignacio Tosta e os Srs. N. M. Rothschild and Sons.

Dizia o Governo Brasileiro não se achar apparelhado para pagar, em dinheiro, os juros de alguns dos emprestimos de sua divida externa e muitos dos titulos por cujos juros era responsavel com os do Lloyd Brasileiro, os de rescisão de garantias de estradas de ferro, do porto de Recife etc.

Declarava ainda que os juros relativos aos varios emprestimos, devidos a 1 de agosto de 1914, ou em qualquer data subsequente até 31 de julho de 1917, não seriam pagos em dinheiro, sim, em titulos de *funding* vencendo juros de 5 % ao anno, titulos emittidos periodicamente. E quanto aos fundos de amortização e resgate dos mesmos emprestimos e tambem do de 5 % de 1903, ficariam suspensos até 31 de julho de 1927.

A emissão dos titulos do *funding* era de £ 15 milhões; garantidos pela segunda hypotheca das rendas da Alfandega do Rio de Janeiro e das demais do paiz se as primeiras fossem insufficientes.

Antes de 1 de agosto de 1917 não poderia o Governo brasileiro emittir emprestimo externo algum sem a annuencia dos credores do *funding* nem emprestimo externo cujos juros fossem pagos na Europa a cambios fixos.

Teria o Brasil a liberdade de resgatar ao par, em qualquer tempo, ou titulos então em circulação. A realização de qualquer nova operação necessaria a este fim, seria confiada á Casa Rothschild.

Teria o Governo a liberdade de applicar dois milhões e quinhentas mil libras em titulos do *funding* (importancia incluida na supramencionada de quinze milhões de libras) durante os tres annos, a terminarem em 31 de julho de 1917, nas estradas de ferro e obras portuarias que gozassem de garantia especial em ouro.

A celebração do *funding* federal fez com que muitos outros se apresentassem em perspectiva como os de Minas, Amazonas, Ceará, Pará, Bahia, a capital deste Estado, salientando-se a pontualidade de algumas outras circumscripções da Federação como S. Paulo e Rio de Janeiro a Prefeitura do Districto Federal e municipalidades como as de São Paulo, Santos e Recife.

Estes exemplos de pontualidade permittiram que, apezar das circumstancias do momento, se propagassem boatos de novas operações de credito em projecto, que aliás não se realizaram.

Taes os referentes a dois grandes emprestimos, successivos, na importancia total de um milhão de contos, que o Governo Federal estaria em vesperas de obter da Standard Oil Company, como antecipação de impostos a pagar por esta.

Taes tambem os de que delegado especial do Governo brasileiro procurava negociar, em Londres, grande emprestimo para tornar mais firme o estado do cambio, atoardas repetidas ainda em junho, approximadamente nos mesmos termos.

A imprensa européa criticou o segundo funding brasileiro por vezes acerbamente como por exemplo o fez a *Revue de la Banque et de la Bourse* de Pariz que o accusou de prejudicar muito largamente a economia franceza.

Em 1914, a 14 de julho, cabia ao vice-presidente em exercicio da presidencia do Estado de S. Paulo, Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, endereçar a mensagem annua ao Congresso estadual.

Expunha elle as difficuldades da hora presente.

A retirada, em larga escala, do ouro da Caixa da Conversão para pagar os saldos da balança de contas que, por conhecidos motivos economicos, se tornara desfavoravel, por sua vez concorria para diminuir o meio circulante.

Haviam estes factores tido deprimente influencia sobre o mercado de capitaes, tornando extraordinaria a retracção do credito. Jamais se haviam encontrado commercio e industria em tão delicada posição. Tambem contribuia, para este mal estar geral um desenvolvimento excessivo de operações impru-

dentes e de empresas mal estudadas que o abuso do credito havia alimentado no anterior periodo, graças á abundancia oriunda da alta do café. As liquidações se tinham precipitado e muitas fallencias se haviam registado.

A lavoura do café, especialmente, se vira grandemente attingida e prejudicada, com os rendimentos diminuidos, e principalmente, a lutar com os sérios embaraços encontrados pelos lavradores para conseguir recursos de custeio para as fazendas e a evolução dos compromissos anteriormente tomados. A necessidade de liquidar as colheitas mais forçava a baixa dos preços, e esta, por sua vez, influia desfavoravelmente sobre todos os negocios.

Felizmente, uma safra maior do que a calculada viera em parte resarcir os prejuizos, fornecendo recursos para os lavradores alcançarem a nova colheita. Proclamava o Vice-Presidente que em periodo tão cheio de apprehensões, a classe dos agricultores mantivera sempre a maior calma, attestando assim superiores qualidades de caracter e em espirito de resistencia á adversidade incomparavel.

Procurava o governo, do melhor modo, attender aos reclamos das classes duramente attingidas. Promovera o augmento do Banco de Credito Hypothecario e Agricola reforçando-lhe os fundos por meio de uma emissão de cincoenta milhões de francos de novas acções, devendo tal quantia ser entregue parte á carteira hypothecaria e a de credito movel. Iam as negociações em excellente pé quando se accentuaram as dificuldades provocadas pelo mal estar das praças européas cujos mercados se sentiam cada vez mais perturbados pela approximação de guerra que todos anteviam proxima.

Em mensagem especial, solicitara do Congresso o Governo, autorização para emittir emprestimo a longo prazo de cujo producto, grande parte seria destinada a auxilios especiaes ao commercio e á lavoura do café. O emprestimo definitivo, por circumstancias notorias, não fora ainda lançado e, assim taes auxilios não tinham podido tornar-se effectivo.

A vista do que occorria e receioso de influir desastradamente nas cotações deliberara o governo paulista não vender café em 1914.

Era aliás a situação do genero auspiciosa. Tudo fazia prever melhoria de preços. Pelos calculos officiaes da Secretaria da Agricultura, baseados em informações fidedignas, a safra a exportar para Santos pouco excederia de 8 e meio milhões de saccas, havendo por conseguinte, safra pequena. Comquanto fosse ainda cedo para se poder emittir opinião

segura sobre a futura florada, tudo autorizava acreditar, entretanto, que não seria ella abundante e que a safra de 1915-1916, não se apresentaria grande porque as condições climatericas não lhe haviam sido favoraveis.

A 31 de dezembro de 1913 continuava o stock a ser o de fevereiro daquelle anno 3.145.420 saccas.

Em junho de 1913 liquidara-se inteiramente o grande emprestimo de 15 milhões esterlinos. Restava o contrahido com o Governo Federal, já tambem reduzido agora a 2.490.544, cuja amortização e juros se vinha fazendo pela Caixa Commum, representando um total de 68.274:321$000, de letras do Thesouro ou lbs. 4.550.000.

Assim os encargos da valorização attingiam 7.040.000 de libras esterlinas.

Tendo sido amortizado o emprestimo de £ 15.000.000-0-0 dissolvera-se, em junho de 1914, o Comité encarregado da gestão do café pertencente ao Estado. Em sua substituição, e para auxiliar a liquidação do restante stock creara-se um Conselho Consultivo, composto dos Srs. J. H. Schroeder & C., Crossmann, Theodoro Wille & C., e o representante do Governo paulista.

Quanto á propaganda além da que estava a cargo do Commissario do Estado, limitara-se no estrangeiro, ás exposições de Gand e Lyon e a outra no Japão, cujo contracto ia sendo fielmente cumprido.

A Companhia *Café Paulista Goshikaisha* de Tokio trabalhava activamente pelo augmento do consumo no Imperio do Sol Nascente.

A Secretaria da Agricultura já coordenara elementos sufficientes para a elaboração de um plano geral de propaganda, atinente á conquista de novos mercados e dilatação do consumo nos paizes onde o seu uso estava estabelecido. Aguardava porém para os por em pratica, os necessarios recursos.

Enviara o Governo ao Oriente um delegado competnte afim de estudar, de modo preciso e positivo, o verdadeiro estado da lavoura cafeeira, no archipelago Malaio e nas Indias Inglezas: o Dr. Edmundo Navarro de Andrade.

Visitara demoradamente Java e Sumatra, onde maior fôra o incremento tomado pela cultura de novas especies, entre as quaes a de maior vulto a do *Robusta*: Ceylão e Célébes a Nova Guiné, assim como parte da Australia e Queenslandia, onde tambem se cultivava o café, em condições mais semelhantes ás do Brasil que ás das Indias Neerlandezas.

Dera o emissario conta de sua missão, em minucioso relatorio.

Para melhor aproveitar os resultados da viagem, fora autorizada a installação de pequena estação experimental de café, no Horto Florestal da Companhia Paulista em que, ao lado das variedades brasileiras seriam cultivadas outras das mais em evidencia de outros paizes productores. Ahi seriam estudadas, apenas, as questões mais faceis e cujo perfeito conhecimento podia trazer resultados immediatos e apreciaveis á lavoura cafeeira de S. Paulo. Esta estação permittiria comparar os resultados experimentaes com os obtidos no Instituto Agronomico do Estado.

A lei 1.416 de 14 de julho de 1914 creara a Bolsa Official e a Camara Syndical dos Correctores em Santos. A de numero immediato datada do mesmo dia e anno modificara o regulamento de exportação dos cafés baixos. A de numero 1.461 de 29 de dezembro ainda de 1914 regulamentara a pauta do imposto de exportação.

Em 1914 o presidente de Minas Geraes, Cel. Julio Bueno Brandão affirmava que o povo mineiro já comprehendera o grande alcance da cooperação das classes. Em todas as zonas do Estado se intensificava a organização de cooperativas, o que bem demonstrava quanto a iniciativa particular, para esse auspicioso commettimento, despertava forte e promissora, vindo ao encontro da patriotica orientação e das instigações dos governos mineiros, desde 1908.

No entanto, era necessario deixar bastante claro, que o numero destas Cooperativas agricolas não augmentara em crescendo capaz de provocar a admiração. Em compensação o Governo e o povo conseguindo que o funccionamento das existentes fosse cada vez mais regular e legal, activo e prospero, servindo de paradigma ás que se fundassem.

Cinco novas haviam começado a operar, em 1914, das quaes quatro de café. Cerca de quinze estavam em elaboração.

Premios já assaz vultosos se haviam distribuido em machinario e beneficiamento de café e sido vendidas 311.715 saccas, no valor de 11.583:917$847. Dessa importancia ...... 10.862:834$830 pertenciam ás Cooperativas, e 721:298$441 a particulares.

A agencia central recebera um total de 332.612 saccas, das quaes 306.719 das Cooperativas. O stock a 31 de dezembro de 1913, era de 72.718 saccas, das quaes das Cooperativas, 67.702.

Outrosim, com a lei de 18 de setembro de 1913, sobre

Caixas Ruraes do systema Raiffeisen, propriamente denominadas Cooperativas de Credito Agrario ou Rural, procurava o Governo dilatar, cada vez mais, o dominio da cooperação de classes, por meio das sociedades de credito, ao lado das de producção e de consumo.

Haviam sido remodelados e reorganizados os serviços da Agencia das Cooperativas do Rio de Janeiro. Prestava ella os melhores serviços á Lavoura.

O movimento dos armazens em 1913 incluindo-se 55.665 saccas, passadas do anno anterior, fora de 391.433, das quaes por sua vez, 72.118 se tinham transferido para 1914.

CAPITULO XXVIII

Reflexos da crise no Parlamento — Projectos de emissão de bonus — Analyses da situação por deputados dos Estados cafesistas — Exposição do deputado Palmeira Ripper sobre a situação da lavoura paulista em fins de 1914 — Analyse do problema cafeeiro pelo deputado Astolpho Dutra

Na sessão de 8 de agosto de 1914 o Deputado Victor Silveira, analysava o projecto Antonio Carlos de Andrada que propunha uma emissão de bonus até a importancia de 150 mil contos, destinados a solver os compromissos do Thesouro Federal. Fez-lhe algumas objecções, propondo que o Thesouro emittisse duzentos mil contos sobre a base do café e da borracha.

Tal emissão seria exclusivamente aplicada á compra do café existente em Santos e Rio de Janeiro e da borracha existente em Belém e Manáos, pelo preço resultante da média das cotações da primeira quinzena de julho de 1914.

Todo o café adquirido pelo Governo seria depositado nos armazens da Alfandega fluminense e a borracha igualmente nas capitaes da Amazonia, sob a guarda das agencias do Banco do Brasil.

Procederia o Governo, nas praças estrangeiras ou nacionaes, á venda dessas mercadorias, quando entendesse conveniente.

O producto seria exclusivamente aplicado no serviço dos compromissos externos nacionaes.

Vendidos todos os productos adquiridos pelo Governo, proceder-se-ia, dentro dos dois proximos primeiros exercicios financeiros ao resgate total da emissão.

Não teve tal projecto andamento porém.

Cerca de quarenta dias mais tarde ao se discutir, na sessão de 15 de setembro o projecto de moratoria o deputado mineiro Dr. Astolpho Dutra protestou contra a allegação de



que com a emissão de 250.000 contos destinados a por em dia os compromissos do Thesouro. Ficava a crise financeira conjurada.

Viria a emissão resolver a crise por uma de suas faces habilitando o Thesouro e os bancos á solução immediata dos compromissos urgentes. Em que, porém, a medida aproveitaria ás classes productoras do Paiz?

Qual das medidas do Congresso Nacional reflectiria, mediata ou immediatamente, em favor do desajudado productor de café, verdadeira alavanca do credito nacional, fonte verdadeira da riqueza publica? Nenhuma de taes medidas aproveitaria á lavoura cafeeira, cuja crise permanencia total.

Os lavradores que haviam lançado mão do credito para aproveitarem a safra estavam com os titulos vencidos e sem mercado para o seu producto, fechados, com a conflagração européa, os principaes centros importadores. Podia-se dizer que vivia o café sem preço no mercado. Se a lavoura fosse obrigada a lançar nova safra á praça, haveria verdadeira innundação de café a ser vendido por preços vis.

Os Estados Unidos, cujos centros mantinham relativa firmeza, entrariam então nas praças brasileiras levando a safra por preços tão baixos que se produziria então um desequilibrio geral na vida financeira do paiz. Como coagir o lavrador a entregar immediatamente a riqueza que accumulara e constituia um patrimonio nacional, sem preço, desordenadamente, á exploração dos poucos portos ainda abertos?

Era admiravel que se tranquillisasse ao Thesouro e aos poderosos, seus credores, deixando-se ao desamparo o productor da riqueza nacional.

E como o deputado Garção Stockler houvesse dito que a situação era a de *salve-se quem puder!* mostrando-se contrario á extensão da moratoria á lavoura exclamava o Dr. Astolpho Dutra:

"A lavoura do café é a essencia, a propria vida do Brasil. Se nada pede ao Poder Legislativo, será acaso logico que a abandonemos aos azares da sorte?"

Era pois a moratoria essencial ao lavrador até que o Congresso discutisse e resolvesse a crise cafeeira. Defendendo a producção nacional, compria-lhe o dever de defender o proprio credito, a propria honra, a prporia grandeza do paiz, que sem o café nada valia nem tão cedo valeria.

Como representante de Minas Geraes, e sobretudo como delegado immediato da zona cafeeira do seu Estado, vendo a causa dos seus representados em perigo, não podia faltar ao

dever de protestar contra as phrases e doutrinas erroneas do collega de bancada.

Ellas levariam á ruina os grandes servidores do paiz, que eram os lavradores de café, a quem não cabiam os privilegios e proventos dos serventuarios do Estado.

Assim ardorosamente defendia a moratoria aos fazendeiros, essencial aos lavradores de sua terra.

Proporcionar-lhe-ia uma folga, até que o Congresso ultimasse o estudo já iniciado sobre a crise, dando-lhe solução radical. Assim ficariam harmonisados todos os interesses legitimos em jogo na quadra tormentosa que o Brasil atravessava.

Na sessão de 21 de setembro o deputado paulista Dr. Palmeira Ripper explicava, como cafeicultor que era, o mecanismo da lavoura no oeste paulista.

O amanho do cafesal, á vista da carencia de braços, se fazia na sua quasi totalidade, ou pelo menos em grande proporção, pelo elemento estrangeiro, que ao Brasil aportava.

Quem ignorava tal particularidade?

A estes individuos prestava o lavrador de S. Paulo, desde logo, o concurso dos objectos de primeira necessidade, até dos utensilios de que iriam aproveitar para as primeiras manifestações da sua actividade.

Era-lhes ainda fornecida uma mensalidade para a manutenção pessoal e a dos seus, tudo a credito, exclusivamente, na confiança mutua estabelecida entre patrão e trabalhador, na esperança de que na colheita o colono pagasse com o producto do trabalho, então mais remunerador, a divida contrahida.

Ninguem julgasse, porém, que tal divida fosse immediatamente paga. Pelo contrario, vezes havia, e estas constituiam a maioria dos casos, em que o colono ficava dois, tres e mesmo quatro annos em debito para com o patrão.

Além do pagamento que este fazia, do numero de carpas, estabelecido por annuidade certa, de accordo com a idade do café e as condições especiaes do terreno, permittia o lavrador ao colono o plantio de cereaes, não só para sua manutenção pessoal como para negocio *a latere*.

Dava-lhe ainda o terreno para fazer a pequena criação. Além da annuidade das carpas recebia ainda certa quantia variavel conforme as zonas, por occasião da colheita, tendo como unidade de pagamento o alqueire, de cincoenta litros de café.

Além disso, era por vezes o colono chamado a fazer serviços, nunca gratuitos. Recebia, pagamento sempre pela tarefa extraordinaria.

Eram estas as relações entre patrões e colonos.

Convinha, sobretudo, não perder de vista o que representava, para o fazendeiro, a manutenção integral da sua lavoura.

Esta não era, como muitas outras, annua, em que o lavrador, se acaso passava annos de miseria, ou de pouca remuneração pelo producto do cultivo, abandonava-as, como no caso dos cereaes.

Não, o lavrador de café, escravizava-se ao grão de café que entregara á terra.

Os cuidados que elle exigia até a producção eram de todos os momentos, de todas as horas, de todos os instantes, preocupações de ordem meteorologica, de defesa contra as pragas entomologicas, a geada, o fogo e tantas mais.

Verdadeira pomicultura, o cultivo do café exigia certo numero de capinas, quatro ou cinco, indispensaveis á boa fructificação dos talhões. Se o lavrador precisasse diminuir o numero de carpas, para economizar, estava redondamente enganado, e absolutamente perdido. A reducção da colheita dahi decorreria em progressão geometrica.

Assim, sendo, o numero normal de carpas, cinco por anno, se o fazendeiro, por acaso, reduzisse o numero a quatro, a sua colheita teria immediatamente uma diminuição de 15 %; se, deixasse de fazer duas, essa proporção não seria de 30 %, como a muitos podia parecer, mas de 50 %! O cafesal não tratado durante um anno, precisava para se refazer, de muito mais trabalho, de muito mais cuidado, do que o formado de novo. Ninguem ignorava isto.

Pois bem, a situação actual era a seguinte, a conflagração européa, impedindo completamente que o fazendeiro obtivesse os recursos de que dispunha, baseados de um lado, no credito pessoal, e de outro na garantia real do producto, fizera com que os fazendeiros, em sua totalidade ou, pelo menos em grande maioria não pudesse fornecer ao colono a annuidade a que se tinha obrigado, e questão para este primordial, por ser questão de subsistencia.

O negociante local, que ao colono fiava, tinha por sua vez o credito diminuido pelas condições geraes do paiz. O colono ainda vivia do resto do credito do patrão, merecedor de uma confiança baseada em grande numero de relações commerciaes anteriores e no estricto cumprimento dos respectivos deveres.

Mas esta confiança iria logo desapparecer. Impedido o fazendeiro de fornecer dinheiro aos colonos, estes não encontrariam no pequeno negociante os fornecimentos de que pre-

cisavam, não por qualquer má vontade, mas porque o varejista a seu turno vivia do credito do grande negociante.

Assim, a situação não era sómente de embaraços commerciaes do momento, mas de verdadeira penuria. Dentro de curto prazo se as necessidades não fossem attendidas, seriam os colonos urgidos pelo estomago, a acceder, como era humano, ao convite á emigração, a elles facil, para paizes com immigração annua elevada, como os do Prata, attrahindo levas de europeus no momento da safra que depois desta voltavam á Europa, e levas agora impossibilitadas de viajar devido á conflagração.

Poderia o Parlamento ficar indifferente ante este exodo e deixar que, por agua abaixo se desmantelasse o que para a Nação significava um capital colossal, o fructo do trabalho de longos annos a somma enorme de sacrificios, de S. Paulo, e da propria União? E quando se tratava de gente já incorporada ao povo brasileiro?

Abandonar-se-ia pois esse capital formidavel constituido pela colonização da lavoura de S. Paulo, capital não paulista só, mas nacional? Não, não! Fazendo-o, não era a esta região da Federação que se prejudicava e sim ao Brasil, como nacionalidade.

Extraordinaria a resistencia do lavrador paulista naquelle momento de tamanha apertura.

Vindo de epoca de grande prosperidade, do café a vinte mil réis por arroba, cahira num gráo da maior miseria, precisara abrir mão das despezas sumptuarias, abster-se de todos os gozos que á vida traz a opulencia; limitar-se ao estricto necessario. Fora até á miseria absoluta, á retirada dos filhos da escola, ao ponto de mudar o modo de calçar e a maneira de vestir!

Mas, ao passo que, com stoicismo digno dos maiores louvores procedia deste modo, privando-se do necessario, do indispensavel, não deixava a sua lavoura de ter, pelo menos, uma carpa. Continuava ella ás vezes, tratada pelo proprio braço do proprietario quando o colono não podia trabalhar por falta de paga.

O resguardo do cafesal era imperativo nacional. Não perdesse o Brasil a supremacia, o monopolio de um genero de commercio mundial de tamanha importancia! As velhas regiões do Universo estavam a ver a sua producção exhaurir-se. Tal o caso de Ceylão por exemplo!

O futuro se desanuviaria para o Brasil, fatalmente.

A situação era de tal modo premente, que factos de ordem material, que pareciam não ter grande significado, reves-

tiam-se de importancia colossal. As estradas de ferro de São Paulo sabiam que a classe commissaria de Santos, até então fornecedora dos capitaes de que a lavoura precisava, haviam graças a difficuldades financeiras, deixado de fazer taes fornecimentos, chegando mesmo ao ponto de communicar aos fazendeiros que se achava firmemente resolvida a não retirar o café porventura remettido, e isto por falta de dinheiro para o pagamento de fretes!

Ora, este pagamento que pareceria uma quantia ridicula, era bem mais importante do que se afigurava. Por uma arroba de café, mais ou menos se pagava 1$000 de frete. Ao pobre fazendeiro, que não podia dar ao colono meios de subsistencia, muito menos sobrariam recursos para pagar o frete ferroviario, na incerteza, ou antes, na certeza de que seu café ficaria estagnado em Santos.

Não se achavam todos os fazendeiros preparados com recursos de ordem material para armazenar café em suas fazendas, porque nunca se cogitara da possibilidade da estagnação completa da safra no interior, de modo que todos os que tinham recursos para guardar um terço ou metade de uma safra grande, iam fazendo o enchimento das tulhas até o beneficio. Iniciado este, esvasiava-se a tulha e o espaço era preenchido por outra partida.

Quando muito, ao fazendeiro de grandes recursos, sobrava espaço na fazenda, em accomodação apropriada, para armazenar 30, 40 ou mesmo cincoenta por cento de sua safra, pois não era em qualquer parte que se podia guardar bem o café beneficiado, ou por beneficiar.

Ora, assim sendo, que occorreria? Uma consequencia summamente prejudicial aos lavradores; a diminuição do valor do producto, a influencia do máo acondicionamento sobre a qualidade de um genero, como o café, que, exigia todos os cuidados, e estes de tal ordem, que o excesso ou falta de tempo na secca tinha importancia capital.

Era urgentissimo accudir a tão premente situação não só a da lavoura paulista como a de Minas Geraes e Rio de Janeiro.

Não se tratava de advogar valorização alguma e sim a manutenção do *Statu quo*, impedir o exodo dos colonos, obstar á destruição de enorme parcella do patrimonio publico brasileiro.

Não se provasse ao Mundo que o Brasil constituia um amontoado de incompetencias.

Na sessão de 23 de setembro voltava á tribuna o Dr. As-

tolpho Dutra querendo novamente asignalar o grande perigo, não simplesmente pessoal para o productor, mas principalmente para o credito nacional, de se permittir que a lavoura cafeeira, urgida pelos compromissos inundasse o mercado com os seus productos anormalisando a offerta no momento exacto em que a guerra européa determinava o trancamento de muitas portas de consumo.

Era pois, a moratoria medida de prudencia que tranquillisaria a lavoura, apparelhando-a com a retenção da safra até que o Congresso Nacional, com a precisa reflexão habilitasse o Governo a intervir no mercado, imprimindo-lhe condições de resistencia, evitando o escoamento do producto por preços vis.

Quando, porém, se exigia tal intervenção por meio de uma emissão de papel-moeda, surgiam dissertações elegantes, malsinando o papel e demonstrando sua influencia na depressão da taxa cambial.

Esqueciam-se, porém, os dissertadores, de que a crise não era pessoal, do agricultor, mas principalmente nacional affectando intimamente o Thesouro. Um paiz que de braços cruzados entregava sua exportação á exploração dos mercados estrangeiros, attingira ao ultimo gráo de descredito.

Respondendo a um aparte do deputado rio-grandense Dr. Carlos Maximiliano de que o café continuava a sahir lembrou o Dr. A. Dutra que ainda felizmente não chegara a hora da avalanche se precipitar sobre os portos.

Quando se fallava na situação financeira do paiz, os oradores, os jornalistas, os parlamentares traziam logo a baila a questão do papel-moeda, apontando-o como causa determinante dos revezes financeiros do Brasil.

Para o credito do paiz aferido pela taxa cambial, exerceria melhor influencia a massa de papel-moeda em circulação ou o valor real da exportação?

Certamente, ainda, que se reduzisse a circulação-papel, a 500 mil contos, se a producção do Brasil fosse arrebatada por pouco mais de nada, viria o estrangeiro negociar como quem entrava com dinheiro em casa de necessitado, dando-lhe quasi nada pelo muito que lhe carregara.

Arriscava-se o Brasil a perder o seu preciosissimo monopolio cafeeiro. E como o deputado pernambucano Dr. José Bezerra Cavalcante interpelasse o orador para que lhe explicasse se era ou não um facto a venda na praça do Rio de Janeiro, do café a 6$300 a arroba, typo 7, e se nestas condições existiria crise para um producto que valia 50 % mais do que dois annos depois do Convenio de Taubaté? crise para um

genero cujo preço era cerca de 50 % mais do que o custo de producção, contestou o deputado mineiro explicando quanto o representante de Pernambuco se enganava. Suppunha que o preço bruto da mercadoria no mercado exportador, pertencia ao lavrador, que assim apurava o preço de metade da safra, de accordo com a cotação do mercado.

Recordou os muitos onus de producção, para o lavrador carreto das tulhas para as Estradas de Ferro, os fretes ferroviarios o carreto no Rio de Janeiro para a casa do commissario a braçagem, o aluguel das saccas, além do imposto de exportação 8 ½ por cento *ad valorem*.

O carreto em Minas para as estações na melhor hypothese ficava em 300 réis; ás vezes attingia em certas zonas, 600, 700 e até mil réis. O frete medio ferroviario era calculavel em 1.450 réis, o carreto, braçagem e aluguel da sacca mais 250 réis. Até ahi 2.100 réis de despezas por arroba. O imposto de exportação e a sobretaxa orçariam por 1.100, a commissão dos commissarios por 210 réis.

Assim as despezas da arroba de café da fazenda até a bordo dos navios orçavam no minimo em 3$400. Vendida a 6$400 restavam ao lavrador 3$000 liquidos. Mas o fazendeiro despendia metade da safra no custeio da lavoura, e da metade que apurava ainda conseguia salvar menos de 50 %!

Portanto, bem collocada a questão, não conseguia siquer embolsar o valor da quarta parte do que produzia. Ninguem exigira como se espalhava, que o Governo interviesse para garantir a compra do café por preços extraordinarios. Pedira-se apenas que viesse em garantia dum preço razoavel, de 7$000 por arroba, do typo 7, preço que embora não compensador, comtudo alentava a lovoura a esperar melhores preços.

A possibilidade do café descer muito abaixo de 7$000, não estava na circumstancia de sua desvalorização, que, em realidade, não existia, mas nas circumstancias da affluencia desordenada aos mercados, sem condições de resistencia.

A despeito da moderação com que, graças á moratoria, o café ia sendo exportado, mas baixara a 5$600. Era portanto, o caso do paiz se precaver contra situação ainda peor, quando, cessada a moratoria, o genero abarrotasse o mercado. Mas, se o prognostico sem contradictor se realizasse, se o café mantivesse o preço de 7$000, o Governo não faria a emissão, destinada exclusivamente a impedir a sahida do genero por preço a este inferior.

Graças á prorogação da moratoria, os lavradores, sabedores de grande reducção de preços e da inconsistencia do mer-

cado, tinham podido graduar a exportação, formando um stock pequeno, que não se aggravaria porque as entradas estavam sendo diminutas.

Nestas condições, saltava aos olhos de todos que os preços não haviam chegado ao infimo, graças á graduação da offerta. Era de prever-se, pois, verdadeira derrocada no dia em que, vencidos os titulos, os lavradores se achassem coagidos a remetter as safras em grandes partidas ou mesmo em massa.

Nesta occasião deveria o Governo intervir para evitar o fracasso, comprando o producto, não por valor phantastico, mas por preço modico, facilmente recobravel desde que armazenasse o genero para o revender gradualmente.

Para isto seria opportuna e efficiente uma emissão de papel-moeda.

Grande discussão se travou em torno do thema se o consumo decresceria ou não por causa da conflagração mundial, emittindo-se opiniões optimistas e pessimistas.

Insistiu o Dr. Astolpho Dutra a lembrar que o café vivia exclusivamente da propria força commercial. Suas crises não eram crises do producto; não procediam da superabundancia da producção, como se quizera insinuar, nem do estreitamento do consumo. Resultavam da fraqueza das praças brasileiras incapazes da menor resistencia para graduar a exportação.

A prova de tal era que os Estados Unidos compravam normalmente o café brasileiro para o re-exportarem com lucro. Tal o resultado que esta pratica commercial trazia aos mercados daquelle paiz, que alli se permittia a importação do café, livre de impostos.

E como o Dr. José Bezerra lembrasse que para allivio da lavoura deviam os governos de S. Paulo e Minas, abrir mão do imposto de exportação e da sobretaxa retrucou-lhe o representante mineiro que seria isto provocar verdadeira anarchia na vida financeira dos dois grandes estados.

Os adversarios da emissão previam a queda cambial a uma taxa absolutamente infima. Mas se não houvesse exportação onde iria ella parar?

Trabalhando pela defesa da producção nacional, trabalhava-se para a elevação da taxa cambial, cujo amparo sempre foram e ainda seriam por muito tempo, as letras de café. Bom cambio conseguiria o Brasil por meio de emprestimos externos, mas cambio apoiado em dinheiro estrangeiro ficticio e ephemero. Outros meios ficticios para forçar a alta cambial haviam sido engendrados e praticados, com grandes sacrificios

do Thesouro, mas não havia como negar que o meio natural e legitimo da prosperidade cambial consistia na importação do ouro em larga escala, por via da exportação valorizada. Quem o contestaria?

Ninguem advogara a nova emissão para despezas superfluas ou sumptuarias. O melhor era não haver papel-moeda e sim circulação metallica mas seria isto possivel, compativel com as condições do Brasil?

Mas como chegar á circulação metallica a não ser pela renda da producção, provocadora da fixação do ouro?

Lastima era que quando se tratava de amparar a producção nacional, aquelles mesmos que mais zelosos se mostravam pelo credito do paiz desertavam da tribuna, ou a ella subiam para dizer que o mal não tinha cura.

Muitos até consideravam o problema do café méro caso regional, denominando-o *Caso de S. Paulo!* Pobre paiz, o que, possuindo genero de exportação que soubera fazer a conquista definitiva de mercados estrangeiros, constituindo o mais forte e indestructivel vehiculo de ouro, cuja valorização exercia extraordinaria e decisiva influencia sobre todos os ramos da actividade nacional, não encontrava, em quadras angustiosas, senão a invencivel antipathia de alguns, o scepticismo de outros e o pessimismo de muitos!

O problema do café, não era regional e sim nacional.

E ninguem se esquecesse do quanto a exportação ainda era agravada pelos pesados e por vezes pesadissimos direitos alfandegarios de numerosos paizes ás vezes equivalentes ao dobro do preço da arroba no Brasil!

Amargamente expendeu o deputado mineiro ser realmente maravilhoso que o café vivesse e prosperasse, até a despeito de vexatoriamente tributado pelos Estados, sem o menor carinho da União, maltratado e antipatisado no seio do Parlamento Nacional.

Zombando de todos os inimigos e adversarios, de impiedosos parasitas o café, cada dia, por si proprio, pela força de sua fama mundial, conquistava mercados novos.

Assim sendo completamente descabida se apresentava a receita do deputado pelo Rio Grande do Sul, ao declarar que deante da crise transitoria do genero deveria o Brasil cruzar os braços e deixar passar o esquife!

Era o Estado de Minas solidario com o de S. Paulo na solução do problema. Mesmo em Minas, onde apenas uma faixa relativamente pequena do vasto territorio produzia café,

o interesse pela defesa do producto não se circumscrevia á zona cafeeira.

Acudissem pois os defensores da valorização do meio circulante em defesa da producção, porque esta se achava quizessem-no ou não, na mais perfeita dependencia do valor da exportação.

Na sessão de 1.º de outubro de 1914, voltando á tribuna, assignalou o Dr. Astolpho Dutra que a origem ou principal causa da crise do café: não era a falta de mercados nem o preço nos centros de consumo, porque todo o café brasileiro fôra consumido por alto preço.

O motivo do grande desequilibrio entre o preço, no mercado exportador, e o das praças estrangeiras, provinha da exorbitancia dos impostos aduaneiros cobrados por quasi todos os paizes importadores.

Eram arrazadores na Hespanha, França, Austria-Hungria, Italia, Portugal e Russia, fortes na Allemanha e Inglaterra, moderados na Dinamarca e Suecia, Argentina, muito modicos na Suissa, nullos nos Estados Unidos, Belgica, Hollanda.

Assim naquella época pagava o kilo de café de direitos de entrada na Hespanha 890 réis; em França 869; na Austria-Hungria 844; Italia 826; Portugal 680; Russia 601; Allemanha 314; Noruega 267; Inglaterra 223; Dinamarca 161; Suecia 106; Argentina 95; Suissa 12.

Na Hespanha a arroba adquirida por 7$000 pagava 13$353. Na França 13.935 réis!

Não havia superproducção! Era o uso do café tão disputado nos principaes paizes do mundo que, ao lado do consumo do genero verdadeiro, se consumia largamente o falsificado, e em tão larga escala que segundo algumas estatisticas, o falsificado equilibrava o verdadeiro na balança geral do consumo. Só a Allemanha possuia 500 fabricas de falsificação. A Italia possuia outras tantas, e assim por deante.

Não era o café verdadeiro suficiente para o consumo o que pareceria paradoxo aos olhos daquelles que consideravam as crises periodicas do genero no mercado nacional como corollario da super-producção.

Reduzidos os preços entre os consumidores, pela diminuição dos onus aduaneiros, o café verdadeiro se colocaria espontaneamente, excluido o falsificado, pela lei natural da concorrencia. Poder-se-ia chegar a este ideal pela permuta de favores aduaneiros e adopção de medidas repressivas da falsificação.

A União se descuidava de obter reciprocidades; a França e a Hespanha gozavam de verdadeiros favores para os seus vinhos e oleos e eram impiedosas para com o café! Portugal desfructava de indulgencia não menor. Isto não deveria continuar em semelhante pé!

Terminando reiterou o Dr. Astolpho Dutra temos em circulação 850 mil contos de papel, moeda, reduzamos esta cifra a 500 mil contos, a 400 mil. Pergunto se o café baixar a 1$000, supponhamos, ou se a exportação ficar totalmente sem solução, onde irá parar esse cambio, a que ficará reduzido o credito nacional?

Assim concitou os seus collegas, tão apavorados com a baixa cambial que se desenhava, a que olhassem principalmente para os alicerces do credito nacional, amparando as fontes productoras da riqueza, para que a questão financeira alcançasse solução natural, fundada em bases solidas.

Notavel attenção despertou então a divulgação de um trecho do parecer do deputado Dr. Carlos Peixoto ao projecto de orçamento da receita geral da Republica.

Depois de ligeiro historico sobre a crise cafeeira e declarar peremptoriamente que o maior productor do grão da rubiacea, o Estado de S. Paulo, tinha incontestaveis direitos, pela excepcional posição no conjuncto economico brasileiro, de influir poderosamente, em qualquer deliberação relativa á economia nacional expendeu o deputado mineiro que naquelle momento se renovava a perspectiva de outra e grave crise. Assim mais uma vez tinha incontestavelmente o grande Estado direito de reclamar para o assumpto a attenção solicita dos poderes federaes.

Desta vez o novo collapso estava intima e estrictamente ligado á propria crise brasileira e aos males subversores da situação economica, decorrentes em grande parte da guerra européa.

Era a situação do intercambio brasileiro angustiosa. A exportação passara em agosto de 1914 a 33 por cento do que fôra em 1913!

Quanto ao café mostrava-se a differença, baixara de 1.132.120 saccas para 396.333, de 55.449 para 13.565 contos: o preço em mil réis papel cahira cerca de 20 por cento.

Quanto, porém, ao aspecto por assim dizer immodificavel do phenomeno, seria sem duvida contraproducente alimentar, no animo do productor, a convicção de que o Estado podia artificial e arbitrariamente modificar as condições mundiaes de offerta e procura, contraproducente porque desse modo se

retardava a indispensavel e relativa conformidade dos interessados com a gravidade da situação, além de se impedir a execução de outras providencias, praticas e possiveis.

Insistia o deputado mineiro em repetir que o interesse especial do Estado de S. Paulo era tão directo e o seu concurso para a prosperidade de todo o Brasil tão importante, que a União não podia deixar de attender a estas duas circumstancias sempre que precisava resolver qualquer problema relativo ao commercio internacional da parcella mais avultada da exportação brasileira.

Emquanto na Camara se discutiam a conveniencia e a não conveniencia da emissão de 200 mil contos no Senado contemporaneamente era tratada a questão do amparo á lavoura.

Na sessão de 4 de setembro de 1914 o Dr. Alfredo Ellis, representante de S. Paulo, encetava os debates sobre o caso.

Em principios de 1914 era a situação do café excellente, declarou. Daria o Brasil para a safra de 1913-1914 doze milhões de saccas no maximo; o consumo mundial se avaliava em 19 milhões. Do stock da valorização não venderia o Estado de S. Paulo uma unica sacca. Aliás estava elle reduzido a pouco mais de 3.100.000 saccas. Achava-se a situação do café melhorada pela defesa decorrente do Convenio de Taubaté que permittira ao Brasil obter saldo em sua balança commercial depois do collapso da borracha, aggravado pela conflagração mundial.

Mas infeliz e justamente sobre o café, sobre o unico producto brasileiro de valor, recahia o effeito malefico da guerra européa.

As grandes potencias afastavam-se do mercado do café.

A Allemanha era um dos principaes clientes. Só ella importava cerca de dois milhões de saccas. Não as consumia, mas, atravez da Finlandia, reexportava para a Russia. A Belgica mostrava-se grande consumidor do café brasileiro, tanto mais quanto havia pouco annos supprimira o onus aduaneiro. A França vinha logo abaixo importando 1 ½ milhões de saccas.

Com a guerra encontrava-se o mercado exclusivamente dominado pelos americanos. Constava, de boa fonte, que os torradores tinham organisado um *trust* com o fim de comprar a safra brasileira, não pagando por ella mais de 10 a 12 milhões esterlinos, emquanto no varejo vendiam ao consumidor americano, pelos preços altos habituaes. Ainda reexportavam as sobras do consumo para os paizes que não podiam prescin-

dir do café. Assim apurariam lucro estupendo, não inferior a 25, 30 ou 35 milhões esterlinos.

Assim tinha o Brasil ouro e não podia defendel-o.

Sua producção valia 40 milhões para os estrangeiros e apenas 12 milhões para os brasileiros que perdiam a differença de 28 a 30 milhões esterlinos!

A cotação na praça de Santos, era então de 3$500 por 10 kilos não obstante a baixa do cambio e no Rio 6$000 a arroba, sujeita ao frete, ás commissões, ao imposto estadual e á taxa, em S. Paulo, de cinco francos, por sacca, e, no Rio, de tres francos. Que restava deduzidos, commissão e frete, retirado o imposto de cinco e tres francos e os 9 % do imposto estadual? Que restava ao productor? Como iria pagar ao colono?

A situação cada vez mais se entenebrecia.

Ao arrebentar a guerra já a crise bancaria, era tremenda.

Qual a situação das praças de Santos e do Rio de Janeiro?

Não tinham os commissarios recursos para o pagamento dos fretes ferroviarios devidos pelos cafés remettidos. Pela primeira vez nos annaes de S. Paulo, haviam as estradas de ferro suspendido o recebimento de cafés!

E assim, justamente, quando se iniciavam as primeiras remessas da colheita de 1914, rebentara a conflagração européa, determinando, indirectamente, a suspensão da remessa da safra por falta de recursos para pagamento de fretes.

Sustada a remessa da safra ficara o stock em Santos reduzido a um milhão de saccas de cafés de má qualidade, de qualidades baixas, restos da safra de 1913. Era esta a angustiosa situação paulista. Agora qual viria a ser?

Com a emissão ficaram mais ou menos desafogados bancos e commissarios, portanto, habilitados ao pagamento dos fretes e já havendo prevenido os lavradores a que enviassem os cafés. Ia começar portanto a descida da avalanche.

Attingiria 70, 89, 90 e 100 mil saccas por dia. Qual o resultado desta torrente?

Se antes já o café não obtinha cotação superior a 3$500, a que cahiria, já pela exigencia dos commissarios, já pelas necessidades dos lavradores, que precisavam sacar imperiosamente sobre esse café para pagamentos aos colonos?

Se elle ficasse sem preço, seria o lavrador o primeiro affectado directamente. Vir-se-ia arruinado. Não poderia o colono ser pago. Mas ficaria o descalabro circumscripto e limitado aos lavradores e colonos, ás classes sustentadoras da producção?

Não o proprio paiz seria rudemente affectado. O ouro brasileiro era o café. Desvalorizado o café, ficaria o Brasil sem ouro.

Onde obter 38 a 40 milhões esterlinos, para fazer frente a todos os compromissos nacionaes, deixando ainda algum saldo para a amortização, para o recolhimento de emissão ultimamente lançada?

Não era possivel cruzar os braços ante tão terrivel conjunctura.

Ad extremos morbis extrema remedia!

Só havia um recurso emittir sobre lastro café, para a compra de quatro ou cinco milhões de saccas.

Se o Governo comprasse um milhão, por 40 mil contos, iria vendel-os, infallivelmente, dada a escassez do café e o augmento de consumo, em virtude da guerra, por 60 mil contos, no minimo, podendo, então, com a sobra resgatar parte da emissão, ultimamente feita, sem lastro.

Propoz o Senador Ellis que o Congresso Nacional autorisasse o Governo a emittir até a quantia de 200.000:000$000, papel para a compra do café da safra de 1914.

A' medida que o Governo revendesse iria recolhendo a emissão até a sua completa extincção.

CAPITULO XXIX

O exito indiscutivel das operações da defesa — Opiniões de Simonsen — A valorisação nos Estados Unidos segundo Ukers — Historico de Trafton — A campanha do Senador Norris — O papel de Hermann Sielcken — Um depoimento de F. Ferreira Ramos

Analysando as operações da valorização de 1906 e as causas que a determinaram frisa Roberto Simonsen nos *Aspectos da historia economica do café* quanto o século XX se iniciou em regime de super-producção de café brasileiro.

A média do quadriennio terminado em 1900 accusara para a producção paulista 5.635.250 saccas. A safra 1900/1 fora de 7.988.000 e a de 1901/2, de 10.148.000. A producção brasileira triplicara em 11 annos!

Minas Geraes já ultrapassara desde 1896, em producção, o Estado do Rio de Janeiro. Na safra de 1901/2, Minas se apresentara com 2.929.000 saccas, contra 1.954.000 do estado fluminense.

Os stocks visiveis em mãos do commercio mundial duplicaram. O preço cahia em ouro e em mil réis. Surgiram varios alvitres para remediar aos males da super-producção.

O Estado de São Paulo decretou, em 1902, um imposto de dois contos de réis sobre cada alqueire de cultura de café novo. Era, de facto, prohibir novas plantações, dispositivo legal a vigorar por um quinquiennio, mas prorogado ao cabo de seu termo, por mais cinco annos.

Não evitou tal lei, todavia, que as plantações já existentes, devido a condições meteorologicas, favoraveis, produzissem a enorme safra paulista de 1906-1907, de 15.408.000 saccas, para um consumo mundial de 16 milhões.

Os preços em mil réis, em Santos cahiram para pouco mais de 3$000 por 10 kilos!

Examinemos os conceitos de tão autorisado autor sobre os resultados da valorização. Parecem-nos exactos.

O balanço financeiro da valorização, computado no seu credito a taxa de 5 francos, criada para os serviços de juros do emprestimo, apresentou saldo activo. O balanço economico da valorização tambem apresentou saldos positivos a favor de São Paulo, pois é incontestavel que a operação evitou grande baixa nos preços, o que iria desorganizar não só as finanças do Estado como as do proprio paiz.

Entende Roberto Simonsen impossivel negar-se haverem sido os consumidores os que pagaram pela melhoria dos preços de venda, parte do curso da operação. Não entrou o abalisado financista, em seu rapido escorço, na indagação daquilo que tanto fez correr tinta sobre o maior e menor vulto dos lucros dos intermediarios americanos accusados de manterem preços quasi imutaveis para o consumo quando, no emtanto, compravam cada vez mais baixo o producto brasileiro.

Terminando escreve o autor da *Historia Economica do Brasil.*

A experiencia demonstrou, no emtanto, que o armazenamento de grandes stocks de café no exterior, além de ser arriscado, constitue factor deprimente para os mercados, que sempre se acham sob a ameaça da concorrencia inesperada daquelles stocks.

Relatou-nos Francisco Ferreira Ramos, quando commissario do Estado de S. Paulo, na Europa e em visita que lhe fizemos em Bruxellas, que em certa occasião um dos proceres da politica nacional, a conversar numa roda de parlamentares paulistas disse-lhe em tom de gracejo: vocês de S. Paulo vão jogar, com esta historia da valorização, um poker muito perigoso em que de todo não me metteria.

— Está V. Ex. muito enganado retrucou-lhe um dos interpellados vivamente, pois estou certo de que (já que estamos falando de poker) se abrisse o jogo com uma quadra de azes, como nós, não recuaria ante os adversarios.

Indagando o interpellante quaes seriam estes azes esclarecera o deputado de S. Paulo: o inevitavel decrescimo das safras de seu Estado, o estacionamento senão o decrescimo da producção extra paulista, a prohibição do plantio de novos cafesaes, a regularização da exportação por Santos e a opposição feita aos cafés baixos.

Assim as ensanchas de victoria eram numerosas e positivas.

Na segunda edição do *All about coffee* de William. H. Ukers, onde ha muita coisa valiosa occorrem no capitulo *Cultivation and preparation in Brazil* numerosos e graves erros,

historicos, alguns transportados da primeira tiragem e outros nesta segunda occorridos.

Assim por exemplo o chanceller João Alberto Castello Branco é chamado advogado erra o autor americano a data da introducção do cafeeiro no Rio de Janeiro, redondamente, chama o hollandez Hopman inglez, chama a Furna Uchoa juiz, refere-se ao monge belga Molke como tendo sido o introductor do café no Rio de Janeiro, affirma que a primeira referencia da cultura cafeeira em S. Paulo é a de Bernardo José de Lorena, pensa que barbadinhos e capuchinhos sejam ordens diversas etc. etc. Além disto occorrem varios toponymos estropeados e estropeadissimos como Merouca (por Meruoca) Cuaragaguatatuba (sic).

Falando das operações de valorização de 1906 não menciona o autor americano o nome do presidente Jorge Tibiriçá, o que aliás corrige em outro capitulo de sua obra. Historiando as da primeira defesa affirma Ukers que ellas quasi levaram o Estado de S. Paulo á bancarrota mas acabaram altamente lucrativas graças ás defficiencias das colheitas após a safra grande de 1906-1907 e "ao genio de Hermann Sielcken o rei do café de Nova York que encabeçou o movimento bancario em prol da valorização arranjando um emprestimo de ...... 75.000.000 de dollars com banqueiros inglezes, allemães, belgas, francezes e norte-americanos." No capitulo *The story of valorisation* affirma Ukers que a Sielcken se deveu não ter havido o desastre completo da primeira valorização.

"Salvou os lavradores do Brasil da ruina e o governo brasileiro de provavel revolução e incidentemente ganhou para si, e seus companheiros de actuação, muito invejavel notoriedade."

Depois de referir que o primeiro *rei do café* nos Estados Unidos foi Benjamin G. Arnold (1817-1894) diz Ukers que o ultimo destes dynastas foi Hermann Sielcken, o ultimo "porque a mutação das condições actuaes jamais permittirão que um unico homem assuma nos Estados Unidos a dictadura dos negocios cafeeiros."

E' interessante o escorço biographico de quem tão grande papel representa na Valorização.

Filho de pequeno padeiro e nascido em Hamburgo em 1847 emigrou para Costa Rica em 1867 como empregado de um commerciante allemão. Vendo pequeno o seu futuro passou-se em 1869 para S. Francisco da California onde durante seis annos trabalhou para uma casa de lãs. Numa viagem pelo Oregon soffreu um accidente que quasi o matou e o levou a

andar curvo o resto da vida. Em 1880 estabeleceu-se em Nova York em modesto emprego, numa casa de vidros, e casou-se com a filha de um dono de restaurante. Sabia admiravelmente o inglez e o hespanhol e logo depois empregou-se na grande casa cafesista Crossmann & C. que fazia avultados negocios com a America Latina.

Mandaram-no como representante á America do Sul e durante varios mezes delle receberam extraordinarias contas de alargamento de negocios excellentes. Subitamente calou-se a ponto de o terem julgado morto. Subitamente reappareceu mas exigindo agora que lhe dessem sociedade na firma. Hesisitaram os Irmãos Crossmann mas Sielcken provou-lhes que por si só estava em condições de lhes fazer enorme concorrencia á vista das relações realizadas na America do Sul. Não tiveram remedio senão acceder. Interessado, em 1881, da firma W. H. Crossmann and Bros. passou a della ser socio em 1885. E durante 20 annos assegurou á sua sociedade prodigiosa vitalidade. Era verdadeiro talento commercial e financeiro.

Em 1904 com a morte de William Crossmann associou-se ao irmão deste, Jorge Crossmann, fundando-se a firma Crossmann and Sielcken que durante um decennio deteria o sceptro do mercado de café.

Accusaram-no de pender muito para os Corners e elle sempre se defendeu energicamente desta accusação. Tornou-se celebre na luta com os Arbuckle em 1887, na campanha da alta cafeeira, e por causa disto tornou-se o homem mais odiado e mais temido da Bolsa de Café. Envolveu-se em varios negocios grandes pois eram-lhe igulamente enormes a ambição e a energia.

Assim, explica Ukers, estava envolvido num grande negocio ferroviario quando surgiu a Valorização que acceitou com verdadeiro enthusiasmo apezar da resistencia encontrada nas leis do abastecimento nos Estados Unidos e na solicitação da interferencia no governo da União Americana.

"Havendo fallido a valorização, realizada pelo governo paulista e varios cafesistas, continua Ukers, mostrou Sielcken que ella podia ser levada a cabo sem a annuencia de qualquer negociante de café dos Estados Unidos excepto elle.

"Assim aproveitou uma opportunidade desde muito cobiçada, e a ensancha que lhe proporcionava de reger o commercio cafeeiro como um colosso."

Quando morreu seu socio Jorge Crossmann, em 1913, ve-

rificou-se que o capital de Sielcken na firma era de mais de cinco milhões de dollars.

Refere Ukers numerosas particularidades deste homem cujo nome na historia do café é tão notavel. Fala-nos de sua prodigiosa actividade e energia, incomparavel capacidade de trabalho, e polyglotismo excepcional, de seu amor acendrado aos Estados Unidos "terra que era a melhor do mundo porque nella os homens valiam pelo que eram e não pelo nascimento e os titulos."

"Durante largo prazo governou o mercado cafeeiro mundial como verdadeiro autocrata, como jamais se vira e provavelmente jamais se verá. Ao morrer, em 1917, muito graças aos abalos da Grande Guerra extinguiu-se a mais autoritaria e a mais cordealmente desapreciada figura dos fastos do commercio cafeeiro."

Historiando os grandes lances da historia commercial cafeeira nos Estados Unidos faz C. K. Trafton apanhado curioso sob a epigraphe *Coffee trade booms and panics* todos attinentes aos *corners* que se tentaram desde 1873. Principia pelos successos relativos á fallencia de Jay Cooke, a chamada *Jay Cooke panic*, em que o preço dos cafés do Rio cahiu, num só dia, de bolsa, de 24 a 15 cents.

Deste mesmo anno datou a fundação da poderosa Companhia Commercial Allemã com sede em Frankfort e agencias em Londres, Rotterdam, Antuerpia e no Brasil. Exerceu sobre os mercados cafeeiros a maior influencia durante mais de oito annos realizando optimos proventos, controlando os mercados productores e consumidores.

A primeira grande campanha altista americana fora a de 1880-1881, quando occorreu o collapso do primeiro largo consorcio commercial cafeeiro da confederação chefiado por O. Kinball, B. Arnold, Bowie e Dash fundadores do chamado Syndicato.

A super-producção provocada pelos preços excellentes de 1870 em deante trouxe em 1880 a queda dos cafés do Rio de 14 ¼ a 16 ¼ cents, no principio do anno, a 12 ¾ em dezembro e a 9 ½ em junho de 1881.

Tendo morrido Kimball precipitou-se o Krach em dezembro com a fallencia de Arnold e Bowie Dash com passivos de mais de um milhão de dollars. Durante semanas e semanas não houve mercado de café. E os prejuizos totaes das firmas do syndicato andaram entre cinco a sete milhões de dollars. Em 1884 houve curioso incidente. Verificara-se em julho de 1883 um movimento altista que levara o preço dos cafés Rio

de sete a onze e meio cents. havendo depois violenta reacção para 9 ¼ em dezembro e 8 ½ em março de 1884.

Como não houvesse cabo telegraphico directo do Brasil para os Estados Unidos e se tivesse interrompido o que servia Portugal os representantes das casas brasileiras viram-se forçados a fazer pausa receiosos de prejuizos durante a interrupção.

Em 1886 começou a operar-se grande *boom* cafeeiro altista que se prolongou por 1887 e 1888. Subiu immenso o preço do typo 7 Rio.

Em junho de 1886 cotava-se a 7 ½ cents. attingindo em 1.º de junho de 1887 a nada menos de 22 ¼ para dezembro!

De repente invocando-se nova perturbação telegraphica occorreu o panico de onze de junho cahindo o termo a 18,65 e depois a 16.

Houve, para a época, enorme volume de vendas, nada menos de 412.000 saccas. Foram-se depois gradualmente restabelecendo as coisas, sobretudo quando se soube do volume da colheita brasileira de 1888-1889.

Mantiveram-se os preços altos pelos ultimos annos do seculo XIX. Em setembro de 1891 certo Jorge Kaltenbach rico especulador, residente em Paris, associado a tres individuos, seus agentes no Havre, Hamburgo, Antuerpia, pretendeu forçar a baixa quando o café se achava a 17 ¼. Em principios de 1893 estava o preço a 15. Deixaram os socios de Kaltenbach de comprar mas elle continuou a fazel-o levantando os preços a 17 7/10. Passava em certa occasião, por já ter ganho mais de um milhão de dollars mas em maio de 1893 falliu e com elle mais de trinta firmas de Havre, Hamburgo, Rotterdam e algumas de Nova York.

Em 1895 novo corner, agora do ex-dictador venezuelano, o famoso Guzman Blanco, que deixara o poder com uma fortuna de mais de quatro milhões de libras esterlinas. Chegou a comprar 200.000 saccas Havre e mais ainda em differentes entrepostos. Conseguiu fazer uma alta e ganhar alguma coisa mas acabou sahindo com serios prejuizos deante da vigorosa reacção dos baixistas.

Outros corners mais pequenos foram tentados. Um delles foi designado pelo titulo pittoresco de *boom* da peste bubonica.

Causou-o a interrupção do transito maritimo e dos desembarques em virtude da quarentena imposta aos navios vindos do Brasil onde lavrava a peste. Occorreu este corner de setembro de 1899 a julho de 1900. O typo sete oscillou entre 4 ¼ e 8 ¼ para depois estabilisar-se a 5.

Em setembro de 1901 nova tentativa, provocada pelas remessas tardonhas do Rio e Santos. Nella se envolvera a casa Crossmann mas de repente viera verdadeira torrente de café brasileiro e como ao mesmo tempo, no Havre, se notasse vigorosa opposição haviam os altistas recuado.

Começara depois a era da super-producção e a desmoralisação do mercado cafeeiro que em junho de 1903 attingiria ao auge sob a forma dos 3,55 cents. offerecidos por libra de grão, a cotação mais baixa jamais registrada no Universo.

Phenomeno geralmente observado, escreve C. Krafton, é que quando os preços attingem niveis extremamente baixos, ou altos, o pendulo da balança põe-se em direcção opposta e rapidamente.

Metteu-se no negocio do café o rei do algodão D. J. Sully alliando-se a Sielcken e acompanhado por grandes firmas cafeeiras. Assim atirou-se ao mercado fazendo enormes compras. Como por exemplo a 4 de fevereiro de 1904 em que adquiriu coisa jamais vista, um lote de 555.000 saccas. Foi o que chamaram o *Southern Boom*. Subiram as cotações de 11 a 18 cents. Reinou immensa movimentação bolsista, fluctuação violenta, lucros ephemeros e perdas desastrosas. Dias houve com vendas de um milhão de saccas. A gente do Sul, com Sully á testa, muito perdeu mas não tanto pois Sielcken e sua gente a ella acudiu.

No *All about coffee* relata Ukers (2.ª ed. pag. 460) as operações da valorização de 1906 e conta que o primitivo plano fracassou em virtude da sua não encampação pelo Governo Federal. Dahi o retrocesso de Minas e Rio de Janeiro ficando S. Paulo persistente porém em proseguir a campanha.

Reanimaram-se as operações com a acceitação do plano formulado por Sielcken em 1908 donde proviera a idéa do emprestimo de 15 milhões esterlinos ou 75 milhões de dollars. Dahi a constituição do comité da Valorização com o Dr. Francisco Ferreira Ramos em Antuerpia o visconde des Touches no Havre, a Societé Générale em Paris, a casa Theodoro Wille em Hamburgo, Sielcken em Nova York, Eduardo Bunge em Antuerpia e o Barão Bruno Schroeder em Londres. Este comité entrara em actividade e emittira *bonds* que haviam sido rapidamente subscriptos. Apezar do volume do negocio, e da relativamente grande safra de 1909-1910, conseguira o comité valorizar a sacca de dez dollars entre 1904-1911.

Reconhece Ukers que a valorização de 1908 que elle chama *Sielcken Valorization* teve como resultados a estabilidade dos mercados no Brasil, fornecendo aos lavradores a

assistencia de que necessitavam para evitar o desastre de que os ameaçava a super-producção.

Relata o autor americano que a valorização de 1906 fora no Brasil segunda tentativa official neste genero e não a primeira como se poderia pensar. A antecedente redundara em fracasso. Segundo elle occorrera em 1870 havendo o Governo Brasileiro comprado café, largamente, na praça do Rio de Janeiro em lugar de cambiaes quando precisara fazer fortes remessas de valores para o Exterior.

Quem vendera este café fora a firma G. Amsincke & C. mas ninguem soubera na certa quaes haviam sido os resultados da operação. Corria porém que redundara em pesadas perdas.

Ha talvez ahi engano de informação e confusão com as operações de 1882-1884 do chamado *Syndicato* que tantos prejuizos trouxeram aos seus comparticipantes quer da praça do Rio, quer da de Santos como já relatamos.

Se o governo imperial houvesse tentado este corner as reminiscencias de tal operação (sobretudo tendo sido ellas desastrosas) teriam occorrido frequentes por occasião das polemicas ardentes provocadas pela discussão dos planos valorizadores de 1906 a 1908.

Expoz C. Trafton a opposição violenta do Senador Norris ao comité de Valorização (*Tea and coffee Trade Journal* vol. XXXIX, 563).

Subira o café nos mercados americanos de 8 5/8 cents. a 13 ¾ para o typo Santos 4. Em principios de 1916 o senador G. W. Norris, do Nebraska, inesperadamente pediu inquerito parlamentar para um caso que a seu ver estava causando ao consumidor americano um prejuizo de 35 milhões de dollars annualmente.

O Altorney General (Procurador da Republica) ficou encarregado de verificar se havia ou não trust cafeeiro.

Qualifica o articulista tal inquerito de "indagação feita com grande demora, pois encontrou muitos tropeços a remover, collocados por aquelles que acreditavam ser contra as regras da politica internacional pesquizar muito acuradamente sobre a comparticipação do Governo do Brasil em toda esta historia."

A politica muito se envolveu no caso mas afinal começou o inquerito a 18 de maio de 1902 contra os membros do Comité da Valorização e a Nova York Dock & C. Requereu-se o confisco das 746.539 saccas então armazenadas nas docas novayorkinas mas este sequestro foi denegado.

Neste interim o senador Norris apresentava ao Congresso

um projecto de lei autorisando o Governo a apprehender as importações de café quando se provasse que havia restricção do commercio cafeeiro.

Soffreu o projecto tremenda opposição de muitos e proeminentes cafesistas e torradores mas apezar de tudo triumphou sendo convertido em lei em fevereiro de 1913. Era um completo impecilho a qualquer schema de valorização futura tanto quanto pudesse envolver qualquer comparticipação da vida economica americana.

A primeiro de dezembro de 1912 o Procurador Geral da Republica Wickerham acceitou as declarações de plena boa fé feitas por Sielcken, por intermedio de seu advogado, que aliás tambem representava o Governo Brasileiro. Consentiu que o deposito de café da valorização em Nova York fosse vendido até 1 de abril de 1913 a compradores de boa fé. Se assim acontecesse cessaria a acção governamental.

Subindo á presidencia Woodrov Wilson, o novo Procurador Geral da Republica fez publica declaração de que havendo sido feitas declarações por parte do Governo do Brasil, com perfeita lealdade, de que o combinado se realisara tanto ao pé da letra como com a maior lisura, antes da data fixada pelo seu antecessor fora vendido o café em deposito a oitenta compradores distribuidos por trinta e tres cidades. Assim a acção não proseguiria. No Senado Federal voltou Norris á carga atacando duramente o que elle chamava *the international coffee trust*.

Affirmou o representante de Nebraska que as vendas haviam sido ficticias; nada mais houvera do que transferencias e distribuições entre colligados em torno de Sielcken. Assim appellou para severa actuação do Departamento de Justiça citando factos e os nomes dos indigitados compradores.

A 7 de maio de 1913 o Procurador Geral Mac Reynold recusou-se a remetter á Commissão de Justiça do Senado os papeis relativos ao processo contra os valorizadores por ser o caso incompativel com o interesse publico. Todavia enviou alguns. A Secretaria de Estado procedeu do mesmo modo mas os documentos não foram levados ao conhecimento do publico.

Assim se encerrou o incidente apezar dos brados vehementes do Senador Norris que requereu a eleição da uma commissão de inquerito constituida por parlamentares e chegou a allegar que o Procurador Geral havia manuseado um tijolo de ouro:

Quanto a Sielcken limitou-se o grande cafesista teuto americano a affirmar peremptoriamente que o processo não

passava de malentendido inicial sendo materia passada em julgado, perante a opinião publica, que o Governo seria derrotado no pleito judiciario. E levou a sua arrogancia a offertar 5.000 dollares de premio áquelle que lhe desse e ao publico uma explicação inteligente e comprehensivel da lei Norris!

Historiando a primeira valorização affirmou Trafton, em novembro de 1920, que a operação não sossobrara graças a tres circumstancias fortuitas a diminuição das safras, o genio de Hermann Sielcken e a Guerra Mundial conclusões arrojadas e absolutamente contestaveis. A começar pela observação de que já ao estalar a conflagração mundial estava triumphante a manobra paulista.

Explica o autor americano as causas da super-producção, os motivos que levaram os brasileiros ao desvario de um plantio absolutamente exagerado, a ponto dos tres milhões de habitantes de S. Paulo, durante seis annos de 1890 a 1896, não plantarem arroz, feijão, milho devorados pela febre cafeeira. Interessante é que nesta phase a população paulista seria pouco mais da metade dos tres milhões!

Fora de 1896 a 1897 que a *loucura de São Paulo* começara a ser gritante applicando o Governo do Estado os processos constante do proverbio que fala de trancas e casas roubadas. Prohibira plantações novas. As hypothecas acabrunhavam os fazendeiros a industria cafeeira estava em vias de mudar de mãos transferir-se dos brasileiros para os europeus. Os pequenos lavradores estes se achavam absolutamente desesperados e do desespero para a Revolução só havia um passo.

Fora então que o governo estadual interviera e operara segundo as inspirações dos Drs. Tibiriçá, Albuquerque Lins e Augusto Ramos.

Neste periodo inicial mantivera-se a tudo alheio "o genio financeiro que haveria de levar o Estado novamente a ser a terra de Promissão", affirma o articulista americano. Contentava-se em seguir os acontecimentos e observal-os com a sua extraordinaria visão adquirindo profundo conhecimento do problema e dos methodos de fazer dinheiro no momento opportuno.

Eram os intentos da valorização bons mas em theoria maus. Seu schema nada tinha de novo e não havia precedentes que lhe augurassem exito. Mostrava-se a situação desesperadora e parecia justificar a applicação de um remedio desesperado.

Conta o Sr. Trafton uma série de coisas conhecidas a insufficiencia dos recursos de S. Paulo, a recusa dos Roths-

child em cooperar na aventura financeira. E depois delles a de uma serie de banqueiros maiores e menores.

Fora então que o representante de S. Paulo, se voltara para grandes cafesistas num momento em que Sielcken julgara conveniente fazer uma estação de repouso em sua magnifica propriedade de Marienbaden perto de Baden-Baden. Em agosto de 1906 o emissario paulista batera-lhe a porta pedindo-lhe soccorro. Soara a hora de triumpho do grande cafesista!

No *Ward's Work* narrou Robert Sloss esta entrevista de tão grande importancia na historia do café.

— Que pretendem os Srs. de mim? indagara Sielcken e o emissario paulista lhe dissera com a maior franqueza: o financiamento para de cinco a oito milhões de saccas de café. E começara a catechisal-o: com a retirada desta massa os preços dobrariam fatalmente. Mas Hermann Sielcken sacudia a cabeça muito sceptico.

— Não ha a menor ensancha de exito. Nem haverá quem de parte alguma do mundo forneça tal assistencia se os fazendeiros de S. Paulo persistirem em ter colheitas tão ridiculamente exageradas.

Objectou-lhe o interlocutor que as safras futuras seriam fatalmente menores, muito menores.

— Por preço assaz baixo eu seria capaz de levantar fundos para pagar oitenta por cento do valor da sacca á base de sete cents. por libra de café Rio typo 5. Atemorisou-se o mandatario do governo de S. Paulo. O seu governo, contou, promettera aos lavradores pagar um cent. por libra acima da cotação corrente e este era mais ou menos oito cents. Afinal a proposta de Sielcken fora a melhor e o commissario paulista a acceitara. Dahi em diante foi elle quem encabeçou o negocio; conseguiu a collaboração de uns tantos grandes cafesistas, e até a de seus antigos rivaes os irmãos Arbuckle. Consentiram em adiantar oitenta por cento da somma necessaria á acquisição de dois milhões de saccas, á razão de sete cents. por libra. Se os preços viessem abaixo de sete o governo de S. Paulo pagaria as differenças aos negociantes, por ordem telegraphica. Se fossem acima dos sete cents. cessaria as compras.

Mas comprados os dois milhões de saccas verificara-se que a operação representava uma *gotta d'agua num balde*.

Mas Sielcken persitira em seu apoio arrastando-o de outros. Conseguiu convencer a Schroeder grande banqueiro de Londres e diversos cafesistas proeminentes da Europa. E as-

sim o governo de S. Paulo adquirira perto de nove milhões de saccas.

Em fins de 1907 havia elle açambarcado metade do supprimento visivel mundial e os preços se mantinham muito pouco acima de seis cents. por libra. Estava praticamente fallido o governo paulista. Fora então que Sielcken conseguira demover os Rothschild de sua vontade passando a carga dos negociantes aos banqueiros.

Fora tambem então que os Rothschild haviam imposto condições ao governo brasileiro. Uma lei nacional prohibia novas plantações sob grave multa e decretava-se a limitação da exportação fixando-se-a em dez milhões de saccas.

Em fins de 1911 as cotações estavam a 13 cents. dera-se uma valorização superior a cem por cento em dois annos!

Evidentemente a valorização em mãos dos banqueiros transformara-se numa operação dourada segurissima. Mas como?

Explica o especialista a quem vimos acompanhando:

Nos cinco primeiros annos após a conferencia de Baden Baden a producção mundial fora de noventa milhões de saccas e o consumo excedera a esta massa de quatro milhões. E os banqueiros ainda detinham nunca mais de cinco milhões. E no emtanto os preços haviam subido de cem por cento em dois annos nas cotações da New York Coffee Exchange. Ora dos preços desta bolsa e da habilidade das entregas dos mercadores dependia o valor das cotações universaes. Ahi estava o segredo do comité da valorização: não lançava os seus cafés nas Bolsas, recusando-se terminantemente a fazel-o.

Na Europa leiloava os cafés e se não havia offerta desejaveis era comprado entre banqueiros. Nos Estados Unidos annunciara-se em circular impressa que os cafés da valorização só seriam vendidos com a condição de que o comprador não os lançaria á Bolsa de New York.

A leaderança deste movimento assumiu-a Hermann Sielcken, intransigentemente recusando vender aos negociantes da Bolsa. E Arbuckle Brothers foram sempre por deante comprando largamente como se quizessem fazer um corner proprio. Revendiam o café habilmente em vendas particulares, mediante contracto escripto, prohibindo a apresentação destas partidas á Bolsa ou a revenda a quem assim procedesse. A Bolsa indignada mandara proceder a inquerito mas deste nada resultara. Desde que o Comité conseguira realizar 25 milhões de dollars num anno fizera remover a restricção da concorrencia dos cafés da valorização á Bolsa de Nova York

Assim mesmo se soube que nem H. Sielcken nem Arbuckle Brothers concorreram á Bolsa.

Em 1911 o triumpho era completo. Estava o café a 16 cents. Assim segundo o autor americano a maior gloria da campanha deve reverter a Sielcken, valorosamente secundada pelos Arbuckle.

O seu relato deixa a desejar por conter varias inexactidões algumas muito serias, como a confusão relativa á lei estadual de prohibição do plantio que elle qualifica de federal attribuindo-lhe data sobremodo errada. A intervenção de Sielcken junto aos Rothschild é tambem contada como se o prestigio do grande cafesista fosse o unico determinante da movimentação dos grandes banqueiros em prol da defesa de café quando sabemos que foi o endosso federal que os levou a tomar tal attitude.

Mostra R. Sloss ignorar o lado brasileiro da grande operação. Em todo o caso o seu depoimento é valioso como attestado da valia de collaboração de Sielcken.



CAPITULO XXX

A situação economico financeira do Brasil em fins de 1915 — Os reflexos da conflagração mundial, sobre o paiz — Emissão de 350.000 contos de réis — Pedidos de auxilios para a lavoura cafeeira — Actuação parlamentar de Cincinato Braga — Confisco dos stocks da Valorisação pelo governo allemão — Difficuldades para a exportação do café brasileiro

Historiando as condições sob as quaes decorrera o anno de 1915, dizia o retrospectista do *Jornal do Commercio* que a depressão desde 1913 occorrida, profundamente affectara o organismo financeiro do paiz com reflexo directo e natural sobre o economico, parecendo ter attingido o maximo em 1914. Ainda perdurara em 1915, denotando a continuação de um estado morbido cujo termo não se podia ainda divisar.

As causas de tal estado provinham, ao ver do articulista, muito e muito, das *circumstancias precarias e até alarmantes* dos cofres publicos, após a emissão de letras do Thesouro de que havia a resgatar 13.627 contos ouro e 57.440 papel, apezar da emissão de quatrocentos mil contos de papel inconversivel. E' que o Thesouro devia de atrazados 18.286 contos ouro e 211.407 papel.

A taxa cambial, espelho do modo pelo qual evoluem os factores monetarios, financeiros e economicos, cahira de 16 d. em que ha muito se achava estabilizada, ao minimo de 10 ½ d. em 1914 apezar de consideravelmente diminuidas as requisições de fundos para pagar no exterior importação reduzida a menos de metade e o serviço da divida publica quasi todo suspenso e em moratoria.

O commercio exterior que chegara em 1913 a 2.095.864 contos ou £ 139.324.000 baixara para 1.452.076 contos ou £ 91.109.000. A exportação cahira de 1.069.642 a 877.442 contos ou de £ 70.910.000 a £ 54.784.000.

Para acudir ás exigencias do movimento economico e

financeiro com o Exterior, tivera a Caixa de Conversão de despejar ouro na importancia de 147.034:947$304 ou £..... 9.802.329 em 1913 e 159.100:679$426, ou £ 10.606.712, em 1914, perfazendo no biennio o total de 306.135:626$730 ou £ 20.409.041 ouro todo ou quasi todo exportado.

Profunda a depressão do movimento bancario geral do paiz.

Na Caixa da Conversão, apezar de tudo haviam ainda sido retiradas £ 4.215.128 em 1915 ouro todo exportado, ficando o seu lastro existente representado por £ 5.015.396 apenas.

O movimento bancario, produzira-se de forma a apresentar depositos e dinheiro em caixa augmentados com operações de emprestimos e descontos positiva indicação de retracção do credito. Verificava-se, portanto, persistencia de situação desfavoravel ao desenvolvimento das fontes de trabalho e producção.

Apezar da grande inflação eram estas cifras inferiores ás de 1913 como se evidenciava do quadro.

Annos	Depositos	Emprestimos e Descontos	Caixa
1913	728.435	734.762	214.272
1915	713.243	538.521	341.183

A exportação é que apresentava grandes saldos sobre a importação.

Annos	Contos	ou £
1913	37.420	2.496.000
1914	302.808	18.459.000
1915	536.694	27.986.000

Este excesso só podia animar os que superficialmente examinavam as estatisticas exultando diante de avultados e suppostos saldos a favor do paiz e seu activo economico, observava o analysta, partidario ferrenho da alta cambial.

Grave erro, praticavam, deslumbrados pela miragem formadora da doutrina falsa segundo a qual é um paiz tanto mais rico quanto mais exporta e menos importa velhas idéas de Necker e sua escola no seculo XVIII além de anachronicas erroneas.

Decorriam do chamado *systema mercantil* condemnado pela

Economia Politica baseadas na falsa crença de que os saldos de exportação deveriam sempre liquidar-se pela remessa de especies ouro, e no preconceito de que só taes especies constituiam riqueza.

Dahi a conclusão de que para o enriquecimento do paiz conviria crear e oppor obstaculos á importação e favorecer a exportação. Dellas decorrera o proteccionismo ainda agora no Brasil, a base do desenvolvimento e da prosperidade da industria manufactureira.

Verberou o financista o criterio dos que se intitulam os orientadores da economia brasileira e no emtanto não passavam de atrazados misoneistas desconhecedores dos estudos de economistas illustres como João Baptista Say e Frederico Bastiat pulverisadores dos argumentos dos velhos tratadistas, perante os factos da vida moderna, com a civilização industrial intensa decorrente da era, da machina a vapor e dos combustiveis.

Chegara Bastiat a proclamar que o lucro duma nação na balança do sommercio vinha do excedente das importações, constituidas em geral de materias primas, sobre as exportações.

Era o caso de se objectar ao reparador, porém, que o Brasil não estava de todo nas condições ainda de se contrapor ás grandes nações pois o seu apparelhamento industrial ainda se mostrava por assim dizer rudimentar. Tinha portanto, que ser acima de tudo, exportador de materias primas.

O argumento serio a empregar-se era que os seus principaes productos, apezar da grande elevação das massas exportadas, tinham os preços de unidade quasi estacionarios em presença da baixa cambial sendo que os dois principaes haviam soffrido notavel queda.

Era o que decorria do exame da tabella relativa ao quinquennio de 1911-1915.

Productos	1911	1912	1913	1914	1915
Café saccas . . .	53.876	57.811	46.103	39.016	36.368
Borracha k. . .	6.195	5.709	4.296	3.380	3.861
Algodão k. . .	1.004	928	925	928	1.051
Assucar k. . . .	169	178	181	212	244
Fumo k. . . .	786	871	836	874	835
Cacau k.	705	753	803	752	1.248
Matte k. . . .	482	502	542	459	472
Couros k. . . .	849	932	952	905	1.495
Pelles k.	3.477	3.566	3.578	3.277	3.147

Assim apezar da forte depressão cambial notava-se baixa de preços das pelles, do matte, insignificante alta do algodão, do fumo. O assucar subira de 50 por cento mas a quantidade exportada era insignificante. O cacau mais do que isto mas tambem o volume de sua exportação se mostrava muito reduzido, 5,3 da exportação total. Os couros maior volume representavam mas ainda assim constituiam pequena parcella da exportação global brasileira pois elles e as pelles nella entravam por 7,5 % apenas.

Reflectia muito o *Jornal do Commercio* as idéas e os pontos de vista de sua clientela principal, o commercio fluminense importador, que pendia sempre para a alta e a estabilisação cambiaes.

E assim aos resultados auferidos pelos exportadores contrapunha os tropeços apresentados aos importadores. Queixava-se dos prejuizos do commercio importador e dos industriaes, havendo declinio geral dos dividendos distribuidos quer os dos bancos quer os de companhias diversas.

A conflagração mundial de tal modo perturbava a existencia das nações occidentaes leaders da civilisação que o reflexo de tamanha crise não podia deixar de se dar no Brasil

. Desarvorado, mesmo antes da guerra, seu rudimentar e defeituoso apparelho financeiro, não tardara que por sua vez se lhe desequilibrasse tambem, e profundamente, o ainda por organizar apparelhamento monetario. Quatrocentos mil contos de papel-moeda inconvertivel lançados á circulação em dois annos, haviam superado sem duvida, muitos e graves embaraços do momento. O refazimento da delicada situação em que assim se collocara o paiz era muito difficil. Talvez até não fosse mais possivel o restabelecimento do relativo equilibrio monetario anterior.

Era certo que as rendas publicas pareciam tender a augmentar, mas lentamente pela majoração dos impostos e em moeda depreciada. Ainda em 1914, porém, o declinio fora sensivel em referencia ao biennio precedente.

Correria mal o exercicio de 1915 com notavel decrescimo em relação ao de 1914 e enorme differença com o de 1913.

Não havia probabilidade da realização de novos emprestimos. Na estatistica do capital estrangeiro, relativa a 1915, o paiz figurava com um zero que exprimia bem a depreciação de seu credito no exterior. Devia o reparador comtudo observar que os capitaes do Universo só voltavam suas aplicações para as despezas de Guerra como demonstravam os casos dos

Estados Unidos e da Hespanha, a enriquecerem immenso sob tal situação.

Augmentara enormemente a divida externa agora em £ 106.787.203 e cujo serviço de juros teria de ser retomado em meiados de 1917, exigindo annualmente 57.556:536$396, ouro ou £ 6.475.758.

Ao cambio de 1 1/16 d. vigente em fins de 1915 seria a despeza em papel de 133.000 contos annuaes.

Quem poderia dizer, com segurança, em que nivel o cambio se encontraria por occasião da retomada destes compromissos?

Boa politica, mas de effeitos lentos, promover-se o acrescimo de exportação.

O que então se impunha era a questão financeira; corte de despezas, revisão de contractos, suspensão de todos os gastos rigorosamente não inadiaveis; a pratica da mais severa economia para se obter o immediato equilibrio entre a receita e a despeza, capaz de assegurar o recomeço dos pagamentos externos.

Uma prorogação da moratoria nacional corresponderia a augmento consideravel da divida externa, já tão avultada.

Receiava muito o articulista nova e grande inflação papelista. Previa-se para 1916 um saldo ouro de 11.722 contos e um deficit papel de 70.315. A média decennal do deficit de 1905 a 1914 attingira a 78.098 contos que realmente representavam 83.046 contos se se levasse em linha de conta o valor dos saldos dos depositos recebidos e pagos durante o decennio.

Uma mensagem presidencial ao Congresso Nacional sobre materia economica e financeira assignalava o esforço do Governo para conseguir que fosse revogada pelas nações belligerantes a inclusão de varias mercadorias brasileiras na lista dos contrabandos de guerra.

Mas o facto mais grave era a exclusão de largas areas da Europa do commercio com o Brasil, avaliando-se só para o café, em mais de quatro milhões de saccas a quantidade sequestrada sem possibilidade de collocação a preços remuneradores.

Tanto mais extraordinaria tal situação, quanto as estatisticas provavam as condições excepcionalmente favoraveis do mercado deste producto. Não restava duvida de que, em taes circumstancias estavam artificialmente agindo contra o Brasil as leis da offerta e da procura, quando por seu jogo natural em phase normal, seriam altamente compensadoras suas consequencias pelo reflexo nos preços.

Comprehendia-se o interesse, por parte do Governo, de seguir attentamente o mercado do principal genero brasileiro de permuta internacional, a bem da manutenção de importantissima verba do activo no intercambio nacional.

Depois de largo debate parlamentar foi o Executivo autorisado a emittir 350.000 contos de réis.

O Dr. Cincinato Braga que defendia tal plano do qual um dos itens vinha a ser a concessão de auxilios á lavoura cafeeira proclamava quanto era má a situação economica do paiz. Em ouro decahira o valor da sacca nos ultimos tres annos de 34.073 a 17.000 réis Ainda em 1914 valia 24.293. A borracha baixara de 50 por cento, as pelles de 33 por cento!

E no emtanto havia criticas contra o amparo a prestar-se ao café! clamava o parlamentar paulista, criticas não razoaveis. Grande numero dellas decorria de antipathia gratuita contra o Estado de S. Paulo.

De inicio convinha lembrar que a lavoura do café não se achava exclusivamente em mãos de paulistas, dentro de cujo territorio innumeros outros brasileiros exploravam honradamente esse ramo do trabalho nacional, já como proprietarios de fazendas já como trabalhadores ruraes. Remettiam muitos destes para seus Estados de nascimento, total ou parcialmente, os lucros auferidos. Com este intuito chegavam todos os annos a S. Paulo na época das colheitas levas de trabalhadores braçaes de outras circumscripções. O trabalho do café não era pois trabalho exclusivamente paulista. Era tambem dos filhos de outros Estados: era trabalho nacional.

Fóra de S. Paulo produziam café, Minas Geraes, Paraná, Rio de Janeiro, Espirito Santo e Bahia. A exportação por Santos, chamada paulista, era tambem mineira e paranaense.

Certamente o Estado de S. Paulo dentre de todos, vinha a ser o maior productor. Mas, tambem para os outros Estados igualmente productores, guardadas todas as relatividades, a defesa do producto, tinha importancia, relevante e vital, para a sua situação economica e financeira.

Tal operação financeira para o amparo de uma producção economica, esteio principal da Nação toda, deveria de direito caber á União e no emtanto ia pesar exclusivamente sobre os hombros de S. Paulo, sem o menor risco, sem a menor corresponsabilidade para os demais estados cafeeiros, e da União, ante possivel insuccesso das operações planejadas.

Quanto á União, havia mais do que isto; auferiria sobre o seu capital, a titulo de juros, lucros que, para S. Paulo, po-

deriam talvez representar acrescimo de prejuizos. Era a operação tão favoravel que nenhum dos outros Estados cafeeiros, nem a propria União, a disputava para si, nem no todo nem em parte!

Era o café o grande armazem de ouro de que necessitava o Brasil. Os auxilios a serem prestados a S. Paulo não correspondia a munificiencia alguma feita ao Estado.

Tratava-se de operação financeira, trazendo vantagens reciprocas ao Estado e á União. As operações de defesa do café em 1916 não haviam abrangido os lavradores de S. Paulo e sim os lavradores de café de todos os productores do Brasil. Não carecia demonstração o facto de que a defeza dos preços em uma das praças, importava em sua defeza simultanea em todas as demais ex-vi da trivial solidariedade dos mercados.

Esta funcção de defeza da producção nacional deveria e devia sensatamente, paternalmente, economicamente, politicamente, ser exercitada pela União, que aliás assim já procedera em relação á borracha. Os riscos e perigos da operação deveriam pois caber á União a cujo cargo estava a defeza de interesses não só de um Estado, mas de toda a Nação.

Entretanto S. Paulo assumia só os compromissos todos de tal defeza. Como serviço patriotico, só elogios merecia. Mas, como operação interesseira ou lucrativa era ella tão boa que nem a União, nem nenhum dos Estados a queria!

Não pensavam os governantes do Brasil prevalecer-se da situação anormal do commercio mundial para impor aos consumidores estrangeiros os vexames, de uma ambição desregrada. Entendiam apenas defender os productores dos prejuizos que a especulação illegitima, aproveitando-se de medidas da guerra, lhes queria assacar.

A intervenção official nos mercados se operava de tres modos: pela actuação directa nos mercados; a warrantagem; a organização cooperativista entre productores para a regularização da offerta e a determinação dos preços.

Cada qual destes processos tinha minudencias particulares. Parallelamente a cada um delles, como operação antes commerciaes do que outra coisa, devia acompanhal-as o segredo commercial, sempre que não fossem manejadas por ingenuos. Por estas razões, o projecto deixava essa parte confiada ao prudente arbitrio do Governo.

Levantara-se no Parlamento a suspeita de que o Estado de S. Paulo não estava em condições de poder realizar tão avultada operação offerecendo garantias capazes de isentar a União de qualquer prejuizo.



Affirmou o deputado paulista que o Estado sempre tivera e continuava a ter em dia o serviço normal da divida externa. Os juros de suas apolices de divida interna continuavam pontualmente pagos, mantendo na praça cotações invejaveis não obstante as asperezas da crise vigente.

A perfeita contabilidade de seu thesouro declarava que o patrimonio estadual valia 255.263 contos de réis. Devia o Estado no Exterior £ 20.328.711 mas desta somma £ .... 11.356.000 de dois emprestimos feitos por J. H. Schroeder & C. constituiam o resto dos compromissos da primeira valorisação.

Mas as vendas dos stocks de Hamburgo (1.200.000 saccas) e Antuerpia (717.000) o valor do do Havre (1.216.000) excediam aos onze milhões de libras dos creditos de Schroeder. Só o stock do Havre valia mais de £ 7.000.000. Estava esta somma retida na Allemanha e seria liquidada com a paz.

Como £ 5.485.000 de dois emprestimos feitos pelo Dresdner Bank e o outro da Sorocabana Railway tivessem o serviço de juros feito pelos saldos da Sorocabana, mais que sufficientes para isto, o Estado devia na realidade £ .... 3.503.000, cujo serviço annual se fazia com £ 210.000 quantia correspondente ao cambio de 12 a 4.200 contos apenas.

A divida interna do Estado fundada e fluctuante attingia a 110.000 contos, cujo serviço importaria em cerca de 8.000 contos annuaes. Donde: —o serviço annual de divida interna e externa chegava a 12.200:000$000. A renda do Estado consignava duas rubricas — papel e ouro. A renda arrecadada em 1914 fora de 65.711:403$000 e a ouro de francos — 40.209.726.

Reduzindo a ouro o papel ao cambio de 12, via-se que correspondia a réis 31.930:522$000.

Assim a totalidade da renda annual em papel-moeda chegava a 97.641:925$000.

Se estas considerações financeiras não permittissem uma operação a descoberto de trezentos mil contos —então melhor valeria não trabalhar.

Apezar desta esplendida situação, o Estado de S. Paulo não cogitava em face da União de uma operação a descoberto, isto é, baseada no seu credito puro, e simples. Os recursos que a União forneceria em consequencia do projecto em debate, seriam garantidos: — pela responsabilidade plena do Thesouro do Estado: a renda ouro da sobretaxa, assim que em parte ou no todo estivesse ella desembaraçada: a caução do café prompto para embarque, valor ouro em qulaquer mercado do mundo.

Foi então que o deputado paulista revidando increpações tendentes a demonstrar que o interesse de S. Paulo não era senão um interesse nacional apresentou uma estatistica que no tempo causou profunda sensação. Demonstrou que a Provincia e depois o Estado de S. Paulo em cincoenta e oito exercicios financeiros, de 1856 a 1914, contribuira para os cofres nacionaes com um excesso de um milhão quinhentos e vinte e nove mil e vinte contos, saldo entre a receita arrecadada em seu territorio e a despeza nelle effectuada pelos governos Geral e Federal.

Este saldo, se avolumara immenso, sobretudo desde a proclamação da Republica. Bastava dizer que de 1889 a 1914 attingira mais de 1.400.000 contos cabendo ao periodo imperial pouco mais de cem mil. Era injusta a animadversão ao Estado que se constituira em verdadeira escola republicana havendo dado a Nação tres presidentes do estofo de Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves.

O projecto que autorisava emittir mais trezentos e cincoenta mil contos de réis e realizar operações de credito mediante a emissão de titulos papel ou ouro foi sanccionado pelo Presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes a 28 de agosto de 1915.

Houve alguns protestos sobretudo no Senado, por parte de Sá Freire e a opposição vehemente de Leopoldo de Bulhões que, anti-papelista irreductivel, declarara "acreditar que o Presidente da Republica não assumiria a grave responsabilidade de lançar 350.000 contos na circulação monetaria do paiz, abrindo mão do cumprimento do seu programma, se o fizesse seria para crear uma situação incomportavel e conduzir o Brasil a situação deprimente de solicitar a prorogação do *funding* o que provavelmente lhe seria negado."

No Rio de Janeiro as exigencias dos credores em atrazo do Thesouro haviam creado penosa atmosphera. Reflectia-se no Parlamento onde chegou a apparecer um projecto mandando vender proprios nacionaes para com o producto desta alienação se liquidar o deficit orçamentario e assim se attender ao serviço da divida e á reconstituição dos fundos de garantia e resgate.

Mas o total do valor dos proprios arrolados não attingira a cem mil contos. A divida nacional subia a 4.480.333 contos sendo a externa de 2.135.744 e a massa de papel-moeda a 982.089.

Houve no decurso de 1915 a declaração de varias insolvencias estaduaes e municipaes mas ao mesmo tempo diversas

administrações e das mais salientes do paiz honraram os compromissos de juros como os governos do Estado de S. Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Districto Federal, as Prefeituras de S. Paulo, Santos e Recife, etc. como já frisamos.

Continuava desassocegado o mercado financeiro com o annuncio do lançamento de novos emprestimos, exteriores. Havia grita por parte de certa imprensa financeira européa sobretudo em França. Os credores francezes se agitavam advogando para si um funding especial.

Veio ao Brasil uma missão financeira franceza presidida pelo senador P. Baudin cujo chefe viu as suas apreciações sobre o estado financeiro vivamente criticadas por jornalistas e parlamentares.

Ao findar o anno notava um articulista que a circulação fiduciaria do Brasil passara de 664.792 contos em 1906 a 1.076.649 em 1915. Augmentara pois de 62 por cento. A massa de papel conversivel, 40,1 por cento em 1912 cahira a 8,78 por cento. Verificava-se porém que o total autorizado ainda era insufficiente para liquidar os encargos do Thesouro. Os 250.000 contos emittidos em 1914 estavam esgotados.

Falava-se em nova emissão sob a base de mercadorias de consumo universal, depositada e submettida a fiscalização dos agentes do Governo.

Sem que se tratasse propriamente de syndicar a exportação do café, uma emissão deste genero teria entretanto de considerar ao mesmo tempo a propria circulação e o valor da mercadoria exportada, aventava um articulista de renome.

Certamente não era o café que entrava na categoria dos generos de consumo universal; comprehendia-se neste rol o cacau, o assucar, as pelles etc. Mas nas combinações a considerar muito provavelmente não se trataria senão do café pela circumstancia não só de que este artigo era o mais importante na massa das exportações como porque delle por assim dizer possuia o Brasil o monopolio natural.

O processo não constituia novidade. Mais ou menos fora já posto em pratica na Republica Argentina. E mesmo no Brasil, antes da crise actual, mais de um plano surgira assente no mesmo programma.

Tambem se falava em emissão bancaria de que se encarregaria o Banco do Brasil, em vez de emissão do Estado, tendo como base o ouro da Caixa da Conversão.

A Associação Commercial do Rio de Janeiro reclamava, instantemente, dos poderes da Republica, diversas providencias allegando que os gastos do quatriennio 1910-1914 haviam im-

menso compromettido o commercio fluminense fornecedor de enormes sommas ao Thesouro e quantias de que se achava em desembolso.

Assim pedia:

Auxilios para a lavoura em geral, especialmente a do café, — base principal da economia nacional; para o commercio e as industrias, facilitando-se o redesconto de titulos pelo Banco do Brasil e o resgate dos já emittidos pagamento pontual dos juros da divida interna fundada e pagamento em dinheiro das dividas do Estado; e ainda cobertura para os deficits orçamentarios do exercicio e do futuro.

Falava-se muito na conveniencia da adopção de um projecto elaborado pelo Dr. Cincinato Braga segundo o qual se faria uma emissão de 250.000 contos.

Cento e cincoenta mil iriam por séries, para o Thesouro de S. Paulo a titulo de emprestimo da União ao Estado, pagando este os juros de 3 % pelo prazo de cinco annos.

A emissão seria garantida com o café que o Governo paulista retirasse do mercado e metade da taxa de cinco francos, quando o Governo a libertasse, da garantia do emprestimo da valorização.

A medida que o Governo dispuzesse do café, retirado do mercado, o papel da emissão seria incinerado. Quanto ao auxilio aos demais generos de producção nacional, delle se encarregaria o Banco do Brasil. Os cem mil contos a elles destinados teriam por base consolidados ouro.

O Governo Federal ante o volume das reclamações ia effectuando o pagamento dos compromissos metade em dinheiro metade em titulos preferenciaes. O Banco do Brasil procedia com todo o acerto e efficiencia operando em assaz larga escala.

Commentava o *Jornal do Commercio* que o Governo precisava convencer-se de que a solução da crise, não podia provir apenas da melhoria apparente da situação do Thesouro, melhoria problematica, se as praças do paiz não lograssem respirar um pouco, libertando-se da asphyxia permanente, provindo da falta de credito, com reflexos sobre o erario publico a determinar por sua vez, a depreciação das rendas, o empobrecimento da nação, pela decadencia, e ruina do commercio lavoura e industria.

A situação não estava propriamente aggravada pois as cotações do café iam felizmente subindo.

As ultimas vendas em Santos mostravam-se promissoras.

Assim S. Paulo cujos governantes haviam revelado positiva previdencia e descortino, estava tranquillo sem motivos por emtanto proximos para receiar que os manejos baixistas o prejudicassem.

Da emissão de 1914 cem mil contos haviam sido emprestados a cerca de 20 bancos avultando os fundos fornecidos ao Banco do Brasil (22.600 contos), Banco do Commercio e Industria de S. Paulo (20.000) e Banco de Credito Real de Minas Geraes (10.000).

O cambio medio cahira bastante, mas não exageradamente, aliás, de 16 7/64 em 1913 a 14 39/64 em 1914 e 12 9/16 em 1915.

Em 1915 não melhoraram as cotações do café e em relação ás do millesimo anterior.

O disponivel typo 7 attingiu por arroba:

	1914	1915
Rio de Janeiro . . .	5$800 — 8$200	5$300 — 8$100
Santos	5$800 — 8$500	5$400 — 7$500

Mas a posição estatistica do genero continuava boa. As existencias haviam baixado de 5.839.000 em 1914 a 5.513.000 em 1915 embora as entradas neste ultimo anno houvessem subido de mais de um milhão e meio.

O supprimento visivel mundial crescera um pouco (de 10.091.000 a 10.272.000).

O deposito de café da valorização, pertencente ao Estado de S. Paulo, era de 3.145.420 saccas ao iniciar-se 1914, e tendo sido vendidas em Hamburgo 700.000 saccas no decurso desse mesmo anno, ficara para principios de 1915, o saldo de 2.445.420 saccas, assim discriminado: Hamburgo, Bremen e Trieste 510.004 saccas, Antuerpia 717.931 saccas; Havre, 1.126.585 saccas.

Tendo sido requisitados pelo Governo allemão os *stocks* constantes das duas primeiras parcellas, no total de 1.228.835 saccas, restava sómente disponivel o do Havre.

Era sabido, entretanto, que a somma dessa requisição e que se dizia importar em cerca de 120 milhões de marcos, ainda estava por ser paga ao Estado de S. Paulo.

As estimativas para a safra de 1915-1916 eram para o Rio de Janeiro 2.750.000 saccas; para Santos 11.376.000,

ahi entrando 810.000 saccas mineiras e 25.000 paranaenses. O total da colheita brasileira seria de 14.126.750 saccas.

O Centro de Commercio de Café do Rio de Janeiro queixou-se ao Governo de que o mercado do Rio de Janeiro se via inundado por cafés baixos de procedencia paulista. Protestou a Sociedade Paulista de Agricultura contra tal allegação. Assim tambem o Centro de Commercio e Industria de São Paulo. Era completamente falsa a imputação. Bastava lembrar que S. Paulo dispunha de um stock de 70.000 saccas de escolha apenas quando fora accusado de despejar 500.000!

As aperturas da guerra maritima haviam restringido notavelmente os transportes e o presidente do Estado de S. Paulo, Conselheiro Rodrigues Alves, depois de alludir ao trabalho diplomatico dos poderes federaes no sentido das nações belligerantes não cercearem o commercio cafeeiro, escrevia:

"A exportação da ultima safra fez-se com a possivel regularidade, não obstante a gravidade da situação mundial. Algumas providencias dadas pelos poderes publicos se deve boa parte desse resultado. Para a exportação da nova safra, que está começando, surgem receios de outra ordem."

Das notas fornecidas pela estatistica e acceitas por informações que della decorriam, deveria ser considerada excellente a situação do café pois a producção do genero era inferior ás necessidades do consumo e assim seria em condições normaes. Como, porém, alguns mercados continuavam fechados ao commercio e para outros havia restricções mais ou menos rigorosas, se a acção da diplomacia não conseguisse a liberdade de entrada do café reinaria um desequilibrio entre a offerta e a procura, que a especulação exploraria, deprimindo os preços. Este desequilibrio poderia desapparecer se os fazendeiros se dispuzessem a regular as remessas e as estradas de ferro não precipitassem os transportes.

Reconhecia o presidente que muitos fazendeiros estavam em serias difficuldades financeiras, mas grande fracção da lavoura paulista poderia, sem grande sacrificio, não precipitar as remessas ao littoral.

A Associação Commercial de Santos reclamava contra as medidas do governo britannico restrictivas do commercio cafeeiro.

Assim a Hollanda só poderia importar 60.000 saccas mensaes Genova estava pejada de café que não sahia; o Havre se limitava a comprar para simples consumo. A situação tornava-se muito seria e cheia de apprehensões.

O Ministerio das Relações Exteriores preveniu o Governo

Paulista em julho de 1915 que a França concederia reexportação com transbordo em Marselha, para todo o Oriente proximo e a Grecia. A prohibição porém seria mantida para a Scandinavia e os Balkans como medida para se apertar o bloqueio dos Imperios Centraes. O ministro brasileiro em Londre fez ver ao Governo britannico quanto a interrupção das relações commerciaes com o Norte da Europa prejudicava o Brasil privando-o de mercados que lhe adquiriam cerca de tres milhões de saccas como se escandinavos e os Paizes Baixos.

Em novembro veio excellente solução ás reclamações brasileiras, mandando o Governo inglez retirar o café da lista dos contrabandos absolutos de guerra e passando-o para a classe dos condicionaes. Isto equivalera a dizer que o café podia continuar a ser vendido para os paizes neutros do Mar do Norte e do Baltico, mediante certas garantias que o Governo inglez exigira.

Taes requisitos consistiam essencialmente em que, uma vez entrado o producto ao alcance da jurisdicção britannica, verificassem as autoridades que os carregamentos do café se destinavam a firmas daquelles paizes, não suspeitas á Inglaterra, cuja lista fora fornecida pelo Ministerio das Relações Exteriores. Exigia-se que os carregamentos não pertencessem a inimigos da Inglaterra; não fossem reexportados, directa ou indirectamente, para paizes inimigos e que as suas quantidades não excedessem á capacidade normal do paiz a que se destinavam.

Observadas taes condições, pensava o Governo Inglez que não haveria difficuldade alguma para o café assim exportado, declarando entretanto que não podia assumir compromisso algum, quanto á attitude a tomar sobre consignações de quaesquer mercadorias antes que estas estivessem dentro da sua jurisdicção.

Eram as mesmas, providencias adoptadas para o commercio com a Hollanda, cujo Governo por exigencia do britamico adoptara a creação do *Oversea* trust, conjuncto de firmas hollandezas não suspeitas ao Governo britannico.

CAPITULO XXXI

A influencia do deperecimento da lavoura paulista sobre a situação commercial cafeeira — Protesto de Alfredo Ellis no Senado Federal contra asseverações de banqueiros — Relatorio de Cincinato Braga sobre a situação do café

Um articulista do *Estado de S. Paulo,* em outubro de 1915 e em rapida synthese chronologica explicava as diversas phases do grande surto cafeeiro paulista e a influencia por elle exercida sobre o commercio da rubiacea.

1870-1871 — Grandes geadas em S. Paulo. As cotações se elevaram mantendo-se de 1871 a 1879 na média de 100 francos e attingindo, em 1874, a 148 francos.

1881 — Começaram a produzir as novas lavouras paulistas feitas durante a alta, com braços provenientes de outras Provincias antes da abolição; baixa das cotações a 40 francos.

1887 — Pequena safra em São Paulo, consequencia da falta extraordinaria de chuvas, trabalho desorganizado de vesperas da Abolição, paralyzação de novas plantações durante seis annos, devido á baixa do preço a 45 francos. Reflexo immediatamente sobre as cotações que ascenderam a 125 francos.

1888 — Safra abundante em S. Paulo fazendo cahir o preço por poucos mezes a 65 francos. Em agosto verificara-se que metade da safra não se colheria devida á Abolição e ás chuvas extraordinarias durante a colheita. As cotações cahiram a 106 francos.

1896 — De 1887 a 1895 entraram em S. Paulo 612.000 immigrantes italianos. Não havia estatistica segura, mas calculava-se que, em 1887, existiam na Provincia 180.000.000 de cafeeiros. Com as cotações a 132 francos, e media de 100

francos, de 1887 a 1896, dinheiro a 6 %, colonos entrando até aos 100.000 por anno, haviam sido plantados em S. Paulo cerca de 500.000.000 de cafeeiros. As plantações mais importantes começaram em 1890 e, seis annos depois, em 1896, quando principiavam a produzir as plantações feitas pelos colonos italianos, as cotações cahiram a 55 francos, para em 1903, chegaremos a 29 francos, permanecendo quatorze annos na média de 40 francos.

1910 — Durante esses quatorze annos o consumo que em 1896 fora de 10.900.000 saccas, elevara-se em 1910 a 18.000.000. O stock mundial, em 1896 de saccas 2.500.000 subira em 1907 a 16.400.000. Dahi em diante fora sempre cahindo, até chegar, em 1910, a 13.900.000, e em, 1911 a 11.000.000 quando o preço se elevara a 70 e 90 francos.

A Conflagração mundial, como era de esperar, perturbara immenso o movimento total das vendas de café nos grandes mercados. Fora de 59.519.796 saccas em 1913 attingindo cifra até então jamais igualada para cahir em 23.639.516 em 1914. Presenciara 1915 cifra tambem jamais igualada desde longos annos; 16.531.938 saccas apenas assim discriminadas Nova York: 6.755.000; Santos 6.731.938; Rio de Janeiro, 2.440.000 e Havre 605.000!

Os preços extremos dos typos de Nova York haviam sido no Rio de Janeiro por arroba.

Typo	1914	1915
6	5.900 — 8.500	6.200 — 8.900
7	5.800 — 8.200	5.800 — 8.500
8	6.200 — 7.900	5.400 — 8.100
9	4.800 — 7.600	5.000 — 7.700

Apezar dos tropeços oppostos á navegação sahira mais café da Guanabara, da safra de 1914-1915 de que da anterior 3.371.132 saccas contra 2.964.754. Augmentara e muito a importação européa.

	E. Unidos	Europa	Diversos	Totaes
1914 . . .	909.514	1.030.704	549.214	2.489.432
1915 . . .	851.497	2.710.037	707.157	4.268.691

Em Santos as entradas tambem haviam avultado muito.

De 8.246.804 saccas em 1914 tinham passado a 12.140.739 no anno seguinte. As sahidas foram respectivamente 8.504.919 e 11.723.850.

As cotações extremas do typo 7 por kilos haviam sido:

Em 1914	3$500 — 5$400
Em 1915	3$600 — 5$000

Assim a média de preços por kilogramma baixara de 514 a 470. Mas os stocks represados em Santos é que estavam em continuo declinio. O de 30 de junho de 1907 havia attingido 1.943.058 para chegar a 2.030.000 tres annos mais tarde. Baixara a 1.153.175 em 1913, a 608.536 em 1914 a 501.083 em 1915.

G. Duuring & Zoon affirmavam que em dezembro de 1915 as existencias eram de 3.530.000 na Europa e 1.983.000 nos Estados Unidos ou um total de 5.513.000 saccas havendo pequeno declinio sobre as de 1914: 326.000 saccas.

Mas o supprimento visivel augmentara um pouco 181.000 saccas. O Santos Superior se cotava melhor por sacca de 112 libras inglezas; passara de 45 s. 6 d a 51 s 6 d.

A mensagem do Cons. Rodrigues Alves ao Congresso Paulista em 1915, á abertura da sessão annua assignalava a delicadeza da situação financeira geral, do paiz e sobretudo paulista provocada pelas consequencias da Conflagração mundial, cerceadora do commercio cafeeiro, e ameaçadora do stock da Valorização.

A situação dos stocks de Hamburgo e Antuerpia tornava-se delicada exigindo repetidas providencias para que não perigasse o direito de S. Paulo sobre o valioso deposito.

Era indispensavel dispor desse café. Conseguira o Governo vender em boas condições, o de Hamburgo, mas o liquido da venda, aliás muito avultada somma, fora collocado em um dos grandes bancos de Berlim, esperando opportunidade para ser entregue aos banqueiros de Londres representantes de S. Paulo.

Com o stock de Antuerpia, receiava-se igual embaraço. Este café, garantia emprestimos do Estado ainda a serem liquidados.

Os alvitres, suggeridos para o levantamento de tal deposito não tinha ainda produzido resultado. A lei de 92 de dezembro de 1914, autorizara o Governo do Estado a levantar até

50 mil contos de réis, por meio de apolices de seis por cento, capital e juros ouro, emittidas á taxa de 16 d. para constituição do fundo especial da lavoura e commercio de café, podendo aplicar-se no serviço de amortização e juros o producto livre da sobre-taxa ouro. Lembrara o Governo paulista aos banqueiros de Londres e de Berlim a conveniencia de serem os titulos do emprestimo de £ 7.500.000 — substituidos por outros da emissão autorizada por aquella lei, até a somma proveniente da venda do café, de modo que esta importancia pudesse ser paga directamente, por intermedio de banqueiros de algum paiz neutro. Ficaria o governo paulista assim com recursos para serem aplicados aos fins da dita lei, e o producto da venda não iria parar em mãos de credores de paizes em guerra com a Allemanha. Não fora porém acceito o alvitre.

Suggerira, então o Governo paulista, visto existirem tomadores allemães daquelle emprestimo, que fossem comprados os seus titulos, realizando-se deste modo parte da amortização desejada. Accaso dahi decorresse saldo, este seria pago por intermedio de banqueiros insuspeitos.

Solicitara o Estado de S. Paulo a intervenção do Ministro do Exterior para solver tão delicada e custosa pendencia.

Lembrava o Presidente Rodrigues Alves que o Estado continuava a trabalhar, a produzir largamente cereaes, assucar, algodão mas sobretudo não havia ainda motivos para arrependimento a que os paulistas se houvessem consagrado, com tamanho afan, á plantação de café a grande riqueza de seu Estado e do Brasil.

Nenhuma zona existia mas apropriada a essa cultura do que S. Paulo com a fertilidade por vezes extraordinaria das suas terras, a excellencia de um producto que encontrava acceitação nos maiores paizes do mundo.

Assegurada a sua preeminencia, seria um crime não aproveitar as condições excepcionaes do sólo. Reparos podia causar o não o ter o Brasil dominado completamente a concorrencia de competidores, que gozavam de vantagens inferiores na exploração do producto. Quem podia produzir, em grande, um genero de primeira necessidade e consumo mundial, representando extraordinaria riqueza devia fazel-o com esforço sempre crescente, podendo confiar no resultado do seu trabalho.

Estava a lavoura paulista embom pé mas a expedição da safra de 1915-1916 causava apprehensões geraes. Calculava-se que a producção mundial se elevaria a 19 milhões de saccas

para um consumo de 20 milhões. A situação seria magnifica em condições normaes.

Mas a guerra subtrahira mercados importantissimos como os de Hamburgo, Antuerpia e Trieste.

Tratando da necessidade cada vez mais imperiosa de se fazer a regularização do escoamento das safras recordou o Presidente Rodrigues Alves as palavras de uma grande autoridade em assumptos de commercio cafeeiro:

"Se o Estado de S. Paulo, que é o regulador do mercado de café para o mundo inteiro, insiste em mandar para o mercado, em seis mezes, 90 % de suas safras dentro de certa média de annos, virá isto causar uma differença no preço de 2 cents. por libra, equivalente a mais de 10 shilings por sacca, produzindo o *deficit* annual (em uma safra média de 10 milhões de saccas) de £ 5.000.000. Estará S. Paulo bastante rico que passa perder essa quantia por anno, simplesmente porque o seu modo de commercio é irrazoavel e contra todo o senso commum?"

Podia o Brasil perfeitamente conseguir que apenas 60 % da colheita de café fossem negociados dentro dos seis primeiros mezes, e o resto nos semestres consecutivos. O que não podia nem devia fazer era negociar 90 % nos primeiros seis mezes contra 10 % no segundo semestre, sem soffrer um prejuizo no valor total de sua colheita de nada menos de £...... 5.000.000 annuaes.

Situação identica existira nos Estados Unidos com as colheitas de algodão, mais tarde offerecido e vendido, tanto nos mercados estrangeiros como nacionaes, em um decurso total de doze mezes e não dentro de seis. Poderia o Brasil negociar as suas colheitas por semelhante fórma? Não viria todo o fazendeiro do Estado de São Paulo a dahi soffrer consequencias? Não haveria bastante criterio e intelligencia no Paiz, em geral, para comprehender e agir nessa conformidade?

Era pois preciso que os particulares auxiliassem a actuação do Estado.

A situação financeira do Brasil já muito critica aggravara-se immenso com a guerra. A sahida do café em Santos no principio da conflagração, baixara de oitenta por cento.

Tratava o Governo de facilitar os embarques autorizando o pagamento da sobretaxa ouro em notas da Caixa de Conversão e até em papel inconversivel por taxa prefixada, por não haver cambiaes para taes pagamentos. Com todas estas providencias escoara-se, felizmente, a safra inteira de café, o que normalisara quasi toda a vida economica do Estado.

Nunca tão favoravel fora a situação do café. As autoridades mais competentes no assumpto calculavam e reputavam o consumo superior á producção.

Convinha não esquecer principalmente as difficuldades da sahida e estas só podiam ser contrabalançadas pela regularização da offerta.

Mas uma vez ia o café notavelmente valer ao Brasil. Sua safra renderia 50 milhões esterlinos. Ora como a importação nacional fosse de uns trinta só do café receberia o paiz um saldo de vinte, solido fundamento para a situação cambial, e, portanto, para as finanças nacionaes. Bastava esta simples ponderação, para determinar medidas governamentaes em defeza de tal privilegio, producto que no decurso de insolita crise constituira o sustentaculo das finanças de uma nação.

As operações da valorização continuavam em bom pé apezar de tudo. Vendidos os stocks de Hamburgo e do Havre (1.216.585 saccas) que valiam mais de quatro milhões de libras. Assim possuia o Estado de S. Paulo mais de onze milhões de libras para cobrir a sua divida externa especialmente contrahida para a Valorização. Liquidadas as operações ficaria o Estado de S. Paulo devendo no Exterior pouco mais de 3 milhões esterlinos.

O emprestimo de 1908 com o Governo Federal se reduzira a 2.157.359.

Na sessão de 14 de janeiro de 1915 subiu á tribuna do Senado o Dr. Alfredo Ellis que discorreu sobre interviews concedido em Londres pelos grandes banqueiros: Rothschild and Sons e Schroeder & C. ao Sr. Medeiros e Albuquerque.

Ao seu ver fôra a casa Rothschild muito leal. Continuara a manifestar a sua má vontade para com todo e qualquer processo valorizador.

Verberou o senador paulista, asperamente, aos banqueiros allemães. Havia auferido grandes proventos com a valorização do café, deveriam pois conhecer melhor a situação do producto e nunca se mostraram infensos á emissão projectada do papel-moeda para a defeza deste.

Declararam, que os preços eram remuneradores, que as cotações baixas de 1906, determinadoras da Valorização, não tinham ainda sido attingidas, coisa que podiam asseverar, com segurança, porquanto tambem eram fazendeiros em S. Paulo.

Contestou o Dr. Ellis que o fossem, eram porém accionistas de grande empreza cafeeira a S. Paulo Coffee Estates.

Assim formalmente declarava, que os preços actuaes não

só não eram remuneradores, como pelo contrario, estavam abaixo do custo da producção.

Ou os Srs. Schroeder vendiam o café da *S. Paulo Coffee Estates* a uma freguezia especial, principesca ou régia, que lhes pagava preços excepcionaes, ou então haviam descoberto a pedra philosophal resolvendo o problema de colherem sem pagar ao colono e sem despezas.

Tinha experiencia propria, o seu café, produzido com a maxima economia, custava-lhe 4$500 por arroba.

Fossem accrescentados a este preço, o frete ferroviario, as commissões, o preço do sacco e o transporte. O café, para dar algum lucro, precisava ser vendido a mais de 6$500 por arroba. O excedente de 6$500 é que representava o lucro do productor.

Era admiravel que homens como os Srs. Schroeder, com tamanhas relações financeiras com o Estado de S. Paulo, se animassem a avançar, levianamente, proposição de tal ordem, verdadeiro erro crasso filho de profunda ignorancia.

Como é que os preços remuneravam quando generos annuos como o arroz e o feijão se vendiam mais caro do que o café? O arroz ao cabo de cinco mezes de plantio dava de 25 a28 mil réis quando o café apenas alcançava 20!

Os preços eram, sarcasticamente aparteou o senador João Luiz Alves, remuneradores para os intermediarios e não para os productores.

A lavoura de café verdadeira pomicultura, continuou o senador Ellis constituia fonte de continuas despezas e preoccupações.

Diziam os fazendeiros que, "no dia em que alguem lançava um caroço de café á terra escravizava-se, nunca mais tinha socego, nem descanso, porque a planta exigia cinco limpas por anno; e se, porventura, por desidia ou abandono, ou mesmo por falta de recursos, o lavrador deixasse de dar á lavoura as mondas precisas e necessarias, a safra futura resentir-se-ia, e de fórma tal que o abandono de um anno forçava o fazendeiro a um tratamento excepcional durante dois annos, antes que o cafezal produzisse sufficientemente para cobrir as despezas e remunerar o capital que representava.

Além de difficil era a cultura cafeeira sobremodo dispendiosa. O custeio em S. Paulo exigia no minimo, só para a conservação dos cafesaes 75.000 contos de réis. A despeza total das fazendas orçava por cento e oitenta mil contos annuaes. A isto era preciso acrescentar os juros do capital empregado no immovel, juros que num paiz de escassos capitaes vinha a

ser nada menos do que doze por cento capitalisados de seis em seis mezes. Isto quando não attingiam 15 e 18 por cento!

Assim, calculando por baixo, uma safra de dez milhões de saccas em 1915 demandava um custeio de 255.000 contos.

Os Srs. Schroeder não precisavam de café. Banqueiros archimillionarios, ignoravam por completo o valor da questão. Verificava-se por este calculo, que, pelas cotações actuaes, haveria grande deficit para a lavoura brasileira.

E como o senador Metello lembrasse que os banqueiros conheciam as letras do café a descontar redarguiu-lhe o Dr. Ellis que a somma de 255 mil contos era a minima, necessaria á producção de uma safra de 10 milhões de saccas.

Qual o preço, qual a cotação necessaria para se cobrir e remunerar esta somma colossal? O preço, a cotação devia, pelo menos, attingir a 6$500 por arroba ou 26$ por sacca, para que o lavrador conseguisse pagar o custeio e ter os juros de 10 %, correspondentes ao capital. Recompensa e remuneração de trabalho, lucro nenhum! O lavrador só o auferia quando o preço excedia de 6$500. Porventura a cotação vigente correspondia a 6$500? Não, era de 4$000 por 10 kilos ou 6$000 por arroba. Destes 6$000 era preciso descontar o frete ferroviario, os 3 % de commissão ao commissario, o custo do ensaque, carreto, seguro, armazenagem e outras verbas de gasto ainda.

Ora, depois de tudo isto, qual o lucro do lavrador, se destes 6$000, não sufficientes ao custeio da producção, ainda tinha de deduzir a importancia do frete, em média, 4$000 por sacca? Além dessa deducção e das outras que restava pois ao misero lavrador?

Com uma serie de ironias commentou o senador Ellis a autoria de um plano de valorização que lhe havia attribuido o Sr. Medeiros Albuquerque decorrente dos commentarios do barão Schroeder, chefe da grande casa bancaria.

Declarara este maliciosamente que nunca se ouviria uma dona de casa dizer que os generos alimenticios estavam baratos, nem um fazendeiro achar que o café andava bem pago.

Ora ninguem talvez tivesse colhido tantos proventos da valorização de 1906 como os Srs. Schroeder. Affirmavam elles que não se devia tratar de valorizar o café porque os preços actuaes ainda não haviam descido ás cotações de 1906. Não se lembravam, ou não sabiam, que naquella época, o café custava mais barato, por não serem os salarios tão elevados.

Com as cotações baixas, os lavradores haviam reduzido os salarios dos colonos. Em logar de pagarem, como actual-

mente, 100$, 110$, e 120$ pelo tratamento de mil cafeeiros, pagavam 70$, 75$ e 80$, no maximo. Depois da alta de 1912, os colonos, com justa razão haviam reclamado augmento e este fôra de 25 a 30 %. Queria isto dizer, portanto, que agora o café custava mais. Naquelle tempo com os salarios baixos, poderiam os fazendeiros vender o café a 5$, sem lucro, porém sem prejuizo, agora, não porque o café lhes custava 30 % mais. Vendendo por menos de 6$500 por arroba via-se o lavrador positivamente, sacrificado.

Isto demonstrava que os banqueiros ignoravam este facto, aliás importantissimo, apezar de se gabarem de sua qualidade de fazendeiros em S. Paulo.

Nada havia de commum entre a chamada valorização e o projecto de emissão. Este fôra ditado pelas condições excepcionaes creadas pela guerra mundial e a navegação paralysada, a inexistencia de compradores para dois milhões de saccas, bloqueados como se achavam alguns dos mais importantes mercados mundiaes. Declarava o Sr. Schroeder que a seu ver uma emissão de papel sobre lastro de café, parecia-lhe coisa cheirando a emissão de moeda falsa.

E ao mesmo tempo affirmava que, a seu ver, era a situação financeira do E. de S. Paulo superior á da propria União.

Era o caso de S. Paulo liquido. Unico no mundo. Nenhuma nação, mesmo entre as mais ricas, poderia só com um genero de sua producção cobrir toda a sua divida exterior. Era esta a situação privilegiada de S. Paulo.

Assim as declarações do Sr. Schoeder mostravam-se contraproducentes. Era o primeiro a declarar que o café collocara S. Paulo em excepcional posição, acima das nações mais ricas do mundo. Como portanto, declarava que a emissão sobre lastro de café constituia emissão de moeda falsa? Porque collocava o café a S. Paulo, que o produzia, em situação excepcional? Porque valia ouro, simplesmente!

Fazia a riqueza do Estado de S. Paulo, riqueza solida, tanto que collocara o Estado em logar excepcional, financeiramente, como o unico capaz de levantar, em tão difficil quadra, um emprestimo no estrangeiro. Como se vinha, pois affirmar que era falsa a emissão sobre lastro desse café? Quanto illogismo! Se o café valia ouro, a nota sobre elle emittida devia valer ouro, não podendo ser confundida com a nota falsa.

Os Estados Unidos procedera-se a uma emissão de notas do Thesouro sobre grande numero de artigos da producção nacional. Porque razão não faria o Brasil o mesmo em rela-

ção ao café, á borracha, ao algodão, ao fumo, ao cacau e aos seus demais productos?

Na sessão da Camara dos Deputados de 16 de agosto de 1915, apresentou o Dr. Cincinato Braga relatorio sobre o caso do projecto de emissão de papel-moeda.

Lembrou que os Alliados consideravam tanto o café como a borracha, artigos de contrabando de guerra. Havia crise da borracha não só porque a producção do Extremo Oriente supplantara a do Brasil, como porque a guerra afastara os mercados da Allemanha e da Austria cujos pedidos correspondiam a uma somma avultada, nada menos de 36.500.000 kilos.

Em relação ao café era a situação inteiramente outra:

O predominio brasileiro no mercado mundial augmentava e consolidava-se dia a dia. Em uma producção geral de dezenove milhões de saccas, concorria o Brasil com quinze. Qualquer alta do artigo aproveitava pois e principalmente aos brasileiros.

Nunca fôra tão favoravel a situação do café, declarava o Conselheiro Rodrigues Alves presidente de S. Paulo a acrescentar quanto a defeza do genero constituia questão eminentemente nacional.

A safra brasileira deveria dar 50 milhões esterlinos. Só ella produziria um saldo de vinte milhões em sua balança de commercio.

Notava-se grande florescimento economico no Estado de S. Paulo a reflectir nos demais da União graças ao intercambio commercial.

Mais de cem mil contos de saldo do seu commercio exterior de café, despendia-o S. Paulo nos demais Estados da União, para supprir seu consumo interno de artigos, que elles não produziam em quantidades sufficientes. Deste facto podia-se bem concluir quanto a desorganização da lavoura prejudicaria os proprios Estados não productores de café.

Outra perspectiva de prosperidade se abria.

A guerra européa estava transformando completamente as condições do mercado cafeeiro. Cerca de quinze milhões de combatentes, prohibido como se achava o uso das bebidas alcoolicas, faziam uso do café, ao qual se estavam forçadamente habituando. Finda a guerra reentrariam em grande maioria, para seus lares, continuando, e augmentando, com a familia, o uso de uma bebida que, praticamente, teriam reconhecido ser muito conveniente ao organismo humano.

Assim, o consumo, já agora superior á producção, deveria

augmentar depois da guerra, occasionando segura alta de preços.

Especuladores pecuniariamente poderosos de tal sabiam melhor do que os brasileiros e muito naturalmente estavam á espreita da presa. Conheciam as difficuldades financeiras em que se achavam atolados os lavradores do Brasil e dellas prevalecendo-se esperavam comprar-lhes a colheita a resto de barato, para a revenderem com bellos e infalliveis lucros, como se o Brasil fosse colonia, e, por cima de tudo colonia mal paga!

Era a producção mundial insufficiente para o consumo.

Desde quinze annos os stocks não haviam descido em todo o mundo a algarismos tão baixos como a 30 de junho de 1915.

Esta situação commercial apezar das grandes difficuldades da correspondencia telegraphica e da navegação, estava, contudo, permittindo o razoavel escoamento de toda a safra passada. O preço médio geral era de trinta e tres mil réis por sacca, até, que, cerca de tres mezes antes, soffrera o mercado tremendo abalo; quando os alliados haviam resolvido impedir completamente a entrada de café na Allemanha, Belgica, Austria e Turquia, considerando-o contrabando de guerra.

Estes paizes bloqueados consumiam normalmente nada menos de quatro a cinco milhões de saccas.

Era evidente, portanto, a necessidade de evitar que ao mercado, emquanto durasse a guerra, descesse este brutal peso morto de milhões de saccas evitando-se uma offerta das dezenove milhões de producção mundial, aos povos alliados e neutros, que só consumiam quinze.

Sem tal providencia, era a posição ideal para os especuladores poderosos. Adquiririam a safra actual por preços que ninguem poderia prever até onde iriam cahir.

Havia annos entrava o governo do Estado de S. Paulo, corajosamente, nos mercados para evitar formidavel desastre aos productores.

Era a então posição commercial do artigo diametralmente opposta á de 1915. Para um consumo mundial de cerca de quatorze milhões de saccas, havia offerta de vinte e um, tornando necessaria a retirada de sete, paulatinamente vendidas nos annos subsequentes de menores colheitas. Produzira a operação os bons resultados conhecidos.

Era de recordar-se que então o Estado de S. Paulo, pedira e obtivera o endosso da União para um emprestimo de quinze milhões esterlinos e pelo prazo de dez annos. Liquidara S. Paulo este compromisso em menos de metade do

prazo concedido; em quatro annos e oito mezes vira a União seu endosso extincto!

Ora este quinze milhões, ao cambio de 12, representavam trezentos mil contos. A operação a effectuar-se agora era de menos de metade do valor da passada.

Esta se effectivara com pleno exito em situação de plethora de producção, de excesso de sete milhões de saccas de offerta sobre o consumo. A de agora se effectuaria em situação inversa de insufficiencia da producção em face do consumo. De seu exito não era licito duvidar-se. Tendia apenas a corrigir uma situação artificial de ephemero excesso de offerta sobre a procura.

Tornava-se evidente que tal intervenção não devia collimar exagerada alta do genero, a ponto de poder prejudicar o futuro commercial do artigo. Mas, a Commissão tinha segurança de que tal não era o proposito nem do Governo da União, nem do Governo paulista. Um e outro cogitavam apenas de defender o preço médio que o café alcançara nos ultimos dois annos, anteriores á declaração de ser o genero contrabando de guerra.

Na sessão de 22 de agosto voltou o Dr. Cincinato Braga ao plenario para tratar dos auxilios á lavoura do café, responder a criticas contra o amparo a se lhe prestar, criticas a seu ver não razoaveis, nascidas de antipathia injustificada contra o Estado de S. Paulo.

Entretanto a operação financeira para o amparo dessa producção economica, esteio principal da Nação toda, deveria, de direito, caber á União e ia pesar exclusivamente sobre São Paulo, sem o menor risco nem corresponsabilidade para os demais estados cafeeiros e a União.

O grande manancial de ouro de que o Brasil necessitava era a lavoura do café e o seu principal reservatorio o mercado de Santos, suppridor de dois terços do ouro de que precisava a Nação, o grande reservatorio central, incomparavelmente maior do que alguns outros pequenos, que a todos os habitantes do Brasil suppria através das canalizações commerciaes, que eram as letras de cambio.

A reducção no volume desse manancial, a lavoura do café, iria até prejudicar muitissimo mais o que delle se achavam distantes, do que os que delle eram ribeirinhos.

Para as necessidades internas de S. Paulo, no pagamento de suas importações e de suas dividas, Santos, abastecia com sobra, mesmo que o café se mantivesse em baixas cotações.

Bastava recordar que, em 1914, S. Paulo importara 135.247 contos tendo exportado 386.762 contos.

Mas, tinha Santos de supprir recursos ouro a outras praças do Brasil.

Não se comprehendia portanto, que com olhos vesgos se encarasse a defesa, por conta e risco exclusivos de S. Paulo, de interesses communs a todas as praças do Brasil.

CAPITULO XXXII

Palavras do Presidente Delphim Moreira sobre a situação cafeeira em 1916 — A situação financeira do paiz ante a desordem causada pela Guerrra Mundial — Projecto para a creação de um grande banco central de emissão — Perturbação das operações da Valorisação — Negociações diplomaticas teuto brasileiras a proposito do confisco dos stocks de Hamburgo e Antuerpia

Na mensagem presidencial de 1916 tranquillisava o presidente de Minas Dr. Delphim Moreira da Costa Ribeiro a opinião publica, a proposito da situação do café.

Não podia o Brasil ter arrependimentos de haver consagrado especial culto ao café, producto de consumo mundial, pois em relação a elle estava collocado em condições privilegiadas e vantajosas em confronto com os povos seus concorrentes.

Convinha proporcionar ao café todos os meios e recursos de defeza e proteção. O grande e impressionante motivo de receio provinha das difficuldades possiveis da expedição das safras aos mercados de consumo.

A ultima escoara-se normalmente, tendo sido removidas todas as difficuldades criadas pela Guerra Mundial.

A nova colheita, segundo dados estatisticos, não chegava para attender ás necessidades do consumo. A conflagração européa, porém, não podera causar dissabores no tocante á diminuição do consumo, perturbação dos transportes e augmento dos seguros e fretes maritimos. Felizmente, os poderes publicos, especialmente o Governo de S. Paulo, haviam agido com efficacia e continuavam attentos e preoccupados com o grave problema da exportação do producto primordial.

Ao fazer a resenha economica financeira do anno de 1916 escrevia o retrospectista do *Jornal do Commercio* que tinha sob os olhos a inflexibilidade do vencimento do prazo do segundo *funding loan* brasileiro. Notava que esta segunda moratoria



se realizava sob condições bem mais favoraveis que a primeira, quando o governo brasileiro precisara, como em 1897, triplicar em moeda nacional o valor normal dos juros da divida externa.

Não poderiam jamais ser esquecidas a energia e a competencia, a coragem com que Campos Salles e Joaquim Murtinho haviam enfrentado e resolvido a situação, restaurando o credito e as finanças nacionaes, preparando elementos com que mais tarde o Governo, antecipando o prazo estipulado, reassumira o pagamento, em especie, dos juros da divida externa, ao mesmo passo que começava a realizar a conversão dessa divida, no sentido de a unificar em um só typo de juros, á razão de quatro por cento.

Nas condições vigentes em 1916 não tinha a situação para a complicar o excessivo agio do ouro, correspondente á depressão do cambio. Estava sendo compensada por outros elementos, taes como a diminuição da importação, a suspensão do pagamento, em especie, dos juros e amortizações da maior parte da divida externa, a cessação da remessa de rendimentos particulares, reduzida apenas ao numero bem menor dos capitalistas e proprietarios que ainda se conservavam ausentes do paiz, a retenção de parte consideravel dos lucros das emprezas estrangeiras operando no Brasil, assim como das economias dos immigrantes tornando-se aventuroso remettel-as aos respectivos paizes belligerantes.

Por outro lado, verificava-se o augmento do valor da exportação depois da grande queda soffrida em 1914, a caminho para alcançar a de 1913, resultando este facto não só de melhores preços dos principaes artigos brasileiros como do concurso de novos productos, principalmente das carnes resfriadas ou congeladas e feijão, cuja quantidade havia augmentado em extraordinarias proporções.

Por outro lado declinara immenso a importação. De £ 68.414.000 em 1913 para £ 30.133.000 em 1915 £ 40.291.000 em 1916.

A exportação de 1.063.642 contos ou £ 70.910.000 em 1913 se em 1914 baixara de vinte por cento já em 1915 subira novamente chegando em 1916 a 1.110.732 contos ou £..... 55.169.000.

Se a offerta de letras de exportação declinara de 22 por cento em compensação a procura das mesmas letras, para a importação, baixara de 41 por cento donde se verificara apreciavel saldo.

Não tivera pois, o segundo *funding*, para o perturbar e

complicar, o excessivo agio do ouro, correspondente á depressão cambial. Viera além disto, encontrar o paiz economicamente habilitado, por uma producção mais avultada, a resistir aos encargos relativos á solução desse compromisso; e até financeiramente dotado de maior receita e mais avultada somma de impostos, do que em 1898.

Teria sido preferivel talvez a generalização do *funding* a todos os compromissos externos do paiz, e não se emittir papel-moeda. Preferira o Governo o segundo alvitre. Assim o total de numerario inconvertivel em circulação subira a..... 1.137.527 contos.

A divida interna de £ 112.332.968 valia quasi um milhão de contos 998.640 contos e a externa 864.436 contos.

Os confrontos entre os encargos ao tempo dos dois fundings assim se apresentava:

	1898	1914
Divida externa £	34.697.300	112.332.968
Divida interna	546.081:600$	864.436:000$
Papel-moeda circulante . .	778.364:614$	1.137.527:250$

Os encargos do Thesouro Nacional em fins de 1916 equivaliam quasi a 2.246.438 contos.

Timoratamente exprimia o financista que muito grande vinha a ser na verdade, a sobrecarga de responsabilidades assumidos pelo paiz nos dezoito annos decorridos desde 1898, fazendo tremendo saque sobre o futuro.

Era necessario que o trabalho e a producção pudessem desenvolver-se com igual celeridade em correspondente proporção, para que a capacidade do organismo economico brasileiro conseguisse acompanhar esta evolução. Além disso por mais que alguem fosse ou pretendesse ser optimista, não havia como negar a distancia a que ainda se mantinha o desenvolvimento economico, da expansão tomada pelas emissões e operações do credito.

Haviam estas crescido durante o citado periodo, á razão de 97 %, emquanto o valor da producção do paiz, exportada em 1916, só accusava comparada com a de 1901, ponto mais remoto a que se reportava a estatistica commercial, um augmento de 35 ½ %. Ainda quando se tomasse por termo de comparação, em vez de 1916, o anno de 1912 em que mais avultara o valor da producção exportada, tal augmento não excederia de 83 ½ %.

Fiel as velhas idéas dizia o *Jornal do Commercio* que sempre haviam as crises brasileiras coincidido com o augmento inconsiderado do papel inconvertivel. Queixava-se da negligencia com que os congressos confeccionavam os orçamentos. A tributação incidia sobretudo sobre a importação e o consumo, que forneciam mais de tres quintos da receita.

Dahi immediatamente se evidenciava que a distribuição dos encargos fiscaes, por mais que tornasse comoda e facil a realização da receita, não se operava por igual e equitativamente sobre o conjunto dos contribuintes.

De 1902 a 1912 a producção exportavel, chegara a duplicar, emquanto a capacidade acquisitiva, ao impulso do capital novo, estrangeiro, afluido ao paiz, conseguira triplicar.

Sem exageros de optimismo que as circumstancias financeiras absolutamente não comportavam, era preciso no emtanto consignar que por felicidade do Brasil ainda a vida economica não fora gravemente affectada.

Notava-se avultado decrescimo na importação de generos alimenticios e a Grande Guerra fizera com que o Brasil exportasse generos que até então não haviam figurado nas listas de suas remessas para o Exterior como por exemplo as carnes congeladas. Representavam ellas muito largas parcellas.

A' reducção da importação se devia o desenvolvimento sobremodo consideravel da industria brasileira. Assim por exemplo a de textis que em 1905 produzira 165.439 contos havia, em 1915, dado 321.110 contos.

A' semelhança do que acontecia com a agricultura, da qual novos productos haviam sido cultivados, em muito maior escala, encontrando, com a guerra, extensa procura, a preços altamente remuneradores, assim tambem novas industrias iam surgindo no Brasil, ou as já existentes se ampliavam e transfromavam no sentido de supprir artigos cuja falta se fazia sentir nos mercados.

Não existiam dados estatisticos que permittissem reduzir estes factos a expressões numericas expressando melhor os resultados obtidos. Nem por isto, entretanto, deixavam, em conjunto, de exercer influencia sobre o organismo economico do paiz; o que significava era que a industria nacional apresentava a capacidade necessaria para assegurar o surto de nova phase de abastança, quando fosse a paz restituida ao Mundo.

Mas o *noli me tangere* dos governantes devia ser a observação muito attenta das oscillações cambiaes a exemplo do que fazia a Inglaterra, paiz credor e possuidor de enormes recursos. Preferia ella contrahir emprestimos, por vezes enormes,

a alterar as normas da conversibilidade do papel circulante afim de que o seu cambio não se afastasse sensivelmente dos limites do *gold point*.

O Brasil, vencidas as difficuldades do segundo *funding loan*, não podia recorrer a novos emprestimos — sem que com isso sobrecarregasse de modo formidavel — e talvez insupportavel — as rubricas orçamentarias dos serviços de divida.

Assim se impunha politica de economia a mais severa a que já se praticara sob Campos Salles e Murtinho. Ainda em 1915 fora o deficit muito consideravel (221.082 contos) embora já menor do que o de 1914 (319.108). No decennio de 1906-1915 era a média de 116.169.

A lavoura, a industria, o commercio sentiam a falta de capitaes circulantes e difficuldades de credito. Attribuiam muitos tudo isto á insufficiencia de numerario. Havia no entretanto, de facto, mais falta de credito do que propriamente de meio circulante.

Exigiam as inflações muita cautela nas transacções bancarias. Havia perigo de desequilibrio de contas num periodo em que as carteiras se saturavam de cauções e descontos, produzindo a paralysia do credito.

Em todos os paizes ricos tal crise se evitava, não pelas inflações de papel-moeda, mas pela creação de um banco central de redesconto com capacidade emissora, organismo que realisava em toda a economia nacional alta funcção reguladora do credito. Descongestionava as carteiras, fomentando assim a producção, facilitava o credito e mantinha a confiança. Afim de realisar tal papel, precisava ter a capacidade emissora, pois só com ella podia ter a elasticidade necessaria para attender ás circumstancias e restabelecer o credito quanto este se tornava mais urgente e prestante. Em um apparelho emissor de redesconto o systema bancario ficava limitado, e seus negocios se retrahiam exactamente no momento em que mais careciam de elasticidade.

Ninguem se deixasse levar pelas apparencias. As notas de um banco central não tinham a menor semelhança technica com as do Estado, com o papel-moeda. Era moeda verdadeira a representação de uma utilidade produzida a moeda fiduciaria simples titulo de credito que não representava riqueza adquirida. Se assim não fosse os paizes mais ricos seriam os que mais emissões haviam feito e, no emtanto era o contrario o que acontecia. Mas a riqueza solida dispensava as emissões de papel-moeda, nunca porém abriria mão das notas de um banco central.

Precisava o Brasil da creação de um Banco Central de Emissão, coisa de que a Argentina cogitava. O estabelecimento que no paiz poderia representar este papel era o Banco do Brasil. Mas para tanto precisava ser reorganizado. E' o que preconisava e estudava o seu presidente Dr. Homero Baptista sob geraes aplausos.

Para o equilibrio do orçamento falava-se em grande majoração dos impostos. Realizou-se a 10 de julho de 1916 na Associação Commercial do Rio de Janeiro grande assembléa em que tomaram parte as principaes entidades do commercio e da industria fluminenses.

Combinou-se a redacção de uma mensagem ao Congresso Nacional em que se pediria a estabilisação cambial á taxa de 12 d. e a transformação do Banco do Brasil em banco emissor.

Este memorial datado de 26 de julho seguinte dizia: "Para que um paiz possa proveitosamente trabalhar e organizar-se preciza, antes de tudo, possuir moeda que não varie de valor para que a base lhe não falte para todos os seus movimentos economicos."

Estes eram os sentimentos das classes representadoras. Emquanto se não fixasse, sob base solida o valor da moeda, e, portanto o cambio, que lhe reflectia as flutuações, nada se poderia construir de estavel no paiz, no campo economico, e consequentemente, em qualquer ramo de suas actividades.

Com effeito sem estabilidade monetaria para que cultivar a terra, se fortemente oscillava o preço de seus productos? Porque fundar fabricas? De que modo crear bancos e offerecer adiantamentos á lavoura e á industria se estas não poderiam contar com o valor da producção?

Como fixar e cobrar imposto em meio desorganizado e movediço? Affirmava-se que 16 d. não correspondia de todo ás disponibilidades em ouro do Brasil. Causou então grande sensação a affirmativa do Dr. Cincinato Braga de que no quadriennio de 1910-1914 haviam sido arrecadados 2.234.375 contos de réis e dispendidos 3.364.036 donde o deficit immenso de 1.128.961 contos de réis! Os dados officiaes reduziam porém esta cifra a 757.593 o que já era muito consideravel.

Puzera-se porém o Governo a cortar largamente despezas. Fora o deficit em 1915 de 145.705 contos e o de 1916 se avaliava em menos de 18.000.

O relator da Receita Dr. Carlos Peixoto declarava-se contemporaneamente convencido de que o Brasil não poderia e não deveria recomeçar a pagar, em agosto de 1917, os compro-

missos annuaes do Exterior, integralmente. Se o fizesse precisaria dispor de £ 8.500.000 o que sem duvida alguma produziria uma baixa cambial da maior gravidade para a vida financeira e economia do paiz, principalmente se se levasse em conta o vulto das letras do Thesouro a serem resgatadas.

Esta situação provocaria o recurso a novo *funding* dentro de quatro ou cinco annos. Conviria aproveitar das condições mundiaes procurando restabelecer e consolidar o equilibrio financeiro do Brasil empregando ao mesmo tempo os meios de estabilizar o cambio preparar a transformação da moeda, que seria a garantia mais segura para o seu saneamento e a transformação posterior da circulação de papel em circulação metallica.

Conveniente realizar seria, no dizer do Relator da Receita favorecer de um lado a diminuição progressiva do papel-moeda inconversivel, e de outro a emissão gradual de papel-moeda conversivel, aproveitando-se o stock de café existente no Brasil e na Europa. Poderia ser vendido, a preços vantajosos, principalmente porque a elevação de fretes nos transportes maritimos constituia, por si só, um elemento de preço, que não poderia tambem deixar de ser tomado em consideração.

A creação parallela de outro stock de café, em Santos e Rio de Janeiro, além de prestar auxilio indirecto aos productores, serviria de base á formação do lastro essencial ao funccionamento da Caixa de Conversão. Assim se prepararia o caminho para a transformação posterior do Banco do Brasil em banco de emissão com o respectivo lastro metallico.

O conselheiro Antonio Prado, contemporaneamente, mostrava-se adverso ao augmento de impostos entendendo que a prorogação do *funding* se lhe affigurava indispensavel. A Liga do Commercio do Rio de Janeiro movia grande campanha contra o augmento da quota ouro alfandegaria, a seu ver excessiva, iniqua até! Os industriaes tambem protestavam vehementemente contra o acrescimo dos impostos de consumo.

Continuavam os pedidos do novo *funding* partidos dos Estados. O cambio em 1916 pouco variara em relação ao do anno anterior. As oscillações haviam sido:

Em 1915	11 15/16 — 14 7/32
Em 1916	11 11/32 — 12 31/32

Na Caixa de Conversão o deposito ouro que em 1913 fora de £ 18.400.500 reduzira-se a £ 5.015.396, menos de

10 por cento do que existia no apparelho identico da Republica Argentina.

A depressão do commercio exterior, verificada em 1914, continuava a diminuir no decurso de 1916 como já começara a declinar em 1915.

Seu valor global tendo sido, em 1914, de 1.452.076 contos ou £ 91.109.000, expressava-se em 1915, por 1.704.444 contos ou £ 88.252.000 attingindo em 1916 1.919.000 contos ou £ 95.640.000.

Comparando estes algarismos ve-se que se obtivera um augmento no valor do intercambio de 215.462 contos ou £... 7.208.000 em relação a 1915, e de 467.830 contos ou £...... 4.351.000 quanto a 1914.

Assim mesmo ainda ficara aquem de 1913.

Em peso crescera sempre a exportação brasileira do quinquiennio sendo:

Em 1912	1.366.620
Em 1913	1.366.620
Em 1914	1.299.548
Em 1915	1.780.406
Em 1916	1.841.667

As cotações do café mostravam-se bem melhores comtudo do que em 1915 e 1914.

Assim quanto ao typo 7 se verificara em Nova York:

Annos	Disponivel do Rio	Disponivel de Santos
1915.	7 ¾ 9 c.	6 ½ a 80
1916.	7 1/2 10 1/8 c.	7 3/4 a 10 ¾ c.

Nos mercados europeus tambem se comprovara esta melhoria, assim como nos nacionaes.

	Rio @	Santos (10 k.)
1915	5.800 — 8.500	3.600 — 5.000
1916	8.000 — 11.400	4.400 — 6.000

O supprimento visivel mundial baixara a 7.091.000 saccas em junho de 1916.

O deposito do *café da valorização*, pertencente ao Estado de S. Paulo não se alterara de uma sacca durante o anno.

Além das 1.216.585 saccas armazenadas no Havre, havia mais de 57.651 saccas em Marselha, perfazendo o total de 1.274.236 saccas de café representando um valor de £ ..... 4.247.453-6-8.

Segundo o Relatorio do secretario da Fazenda, de São Paulo, concernente a 1915, o balanço do serviço de defeza do café, apresentava activo no valor de £ 10.951.895-1-11 e passivo no de £ 11.647.271-0-0 havendo assim deficiencia, do activo sobre o passivo, de £ 695.375-13-1, que o Governo de São Paulo contava solver com o producto da sobre taxa de café já arrecadada do exercicio de 1915 e continuando a ser arrecadada.

Na mensagem apresentada em julho de 1916 ao Congresso Legislativo, dizia sobre o assumpto o Presidente do Estado Dr. Altino Arantes que terminada a guerra teria o Estado o ensejo de liquidar completamente as operações da valorização, pelo pagamento integral de todos os compromissos, ficando, então, o Thesouro em condições de alliviar a lavoura paulista de pesados encargos vigentes e attender, quanto possivel ás suas justas aspirações.

A conflagração européa até então impedira a liquidação definitiva das transacções da valorização pondo em serio risco não só o café de propriedade de S. Paulo, armazenado na Europa, como tambem as sommas já resultantes das vendas e depositadas na Casa bancaria Bleischroeder, de Berlim, tudo no valor avultado de Marcos 124.445.362,05.

Fora indicada aos Banqueiros a conveniencia de ser este saldo transferido a algum estabelecimento bancario de paiz neutro. Responderam elles que tal transferencia não era permittida pelas leis da Allemanha, em estado de guerra, desde que o valor do café iria beneficiar credores de paizes belligerantes, onde vigoravam leis da mesma natureza.

Proseguindo a guerra e, portanto, aggravando-se as difficuldades; com a baixa do cambio allemão em depressão imprevisivel, solicitara o Governo paulista a intervenção do da União para conseguir:

a responsabilidade do Governo Allemão pela importancia do deposito;

a taxa de 5 % de juros, que era a paga aos credores do Estado, quando os banqueiros haviam promettido pagar .... 3 ½ %;

a fixação do cambio para a restituição da somma, que deveria ser o da época do deposito.

Perfeitamente justas e razoaveis se mostravam estas indicações, uma vez que não se fazia nem faria a restituição immediata do dinheiro.

O Ministro do Exterior communicara em fins de março que o Governo allemão assumia a responsabilidade do pagamento do deposito do Estado de São Paulo. Solução aliás pedida pelo Governo paulista.

A proposito do café depositado em Hamburgo a casa Theodoro Wille & C. retificara as noticias da imprensa affirmando que as compras do Governo allemão haviam sido feitas com toda a lisura estando o Estado de São Paulo senhor de um credito de 125 milhões de marcos pela massa de café comprado.

Ainda em 1916 o presidente Altino Arantes na mesma mensagem annua ao Congresso estadual lembrou que a Bolsa Official do Café, e a Camara Syndical dos Corretores de Café e a Caixa de Liquidação, creadas em 1914 não haviam ainda iniciado as operações em virtude de motivos de ordem superior.

A desejada ampliação do capital do Banco Hypothecario, Agricola de 50 para 150 milhões de francos não se verificara tambem devido as difficuldades do Exterior.

Era este o balanço da valorização a 31 de dezembro de 1915.

Os cafés armazenados em Marselha (57.657 saccas) e no Havre (1.274.236) valiam no momento £ 247.453-6-8; a importancia das vendas effectuadas de 1.832.530 saccas dos depositos de Hamburgo, Bremen, Antuerpia e Triestre £.... 6.100.202-17.

Portanto total em café £ 10.347.636-3-8. Encontravam-se em mãos dos banqueiros, em credito das contas do serviço dos emprestimos £ 604.238-18-3. Total 10.951.895-1-11.

Dos emprestimos externos havia em circulação £ ...... 9.384.200, do emprestimo federal £ 1.978.011 de debito com o Thesouro Nacional £ 285.000.

A differença entre o activo e o passivo da Valorização attingia £ 695.375-18-11.

Real causa de sobressalto, alarmou o commercio cafeeiro em 1916. Insistentemente correu que o Governo francez instigado pela Compagnie de Transports Maritimes ia prohibir a importação do café durante quatro mezes, de 1.° de maio a 1.° de setembro. Opportuna actuação do Governo Federal desvaneceu taes receios.

A safra de 1915-1916, aliás consideravel, vendera-se e

exportara-se por preços positivamente remuneradores notificou o presidente paulista. A de 1916-1917 annunciava-se promissora.

Devia o Brasil dar 13.500.000 e o resto do globo ...... 4.500.000 total 18 milhões. O stock mundial sendo de .... 7.400.000 haveria, á disposição do consumo, 25.300.000 saccas quando elle era calculado em 25.400.000.

Diziam os entendidos que o stock seria em 30 de junho de 1917: de 3.900.000 saccas. Convinha porém que o Brasil se não descuidasse.

A graduação da offerta pela regularização das entradas, a normalidade nos transportes maritimos; o restabelecimento das transacções com as praças consumidoras, o fornecimento de meios para a defeza do producto, nos mercados exportadores; a propaganda para a acquisição de novos e importantes centros consumidores, e o combate incessante ás falsificações concorreriam segura e efficazmente para a manutenção da alta do preço da principal riqueza paulista e brasileira.

CAPITULO XXXIII

A Conflagração Mundial e a expansão do consumo cafeeiro — A solicitação europea para a exportação de generos brasileiros — Actuação do Presidente Wenceslau Braz para o reequilibrio orçamentario — Panorama economico financeiro de 1917 — Queda notavel da exportação cafeeira

Encetando o esboço do panorama economico financeiro brasileiro do anno de 1917 declarava o retrospectista do *Jornal do Commercio* que, a seu ver, influira a Grande Guerra contradictoriamente no campo da Economia. Se creara difficuldades, tambem abrira perspectivas novas, proporcionando o desenvolvimento de actividades até então ignotas.

Apresentava aspectos inteiramente diversos dos provocados pela guerra antiga.

Emittia a seguir conceitos falsos, ao declarar que outrora o grosso das populações civis, das nacionalidades em luta se mantinha alheio ás operações bellicas. Soffria passivamente por meios indirectos. Nos tempos modernos a guerra já não era feita por delegação de um povo ás suas forças armadas e sim exercida pela nação em peso.

Não porque quasi toda a população masculina valida fosse chamada ás armas. Mas porque, além da que entrava em batalha, havia a que ficava a trabalhar, organizando os elementos da victoria. Não bastava formar exercitos, era preciso equipal-os, municial-os, armal-os, garantir-lhes o abastecimento e o das populações civis.

Outrora exercitos e povos em guerra viviam do material accumulado na paz. O belligerante que exgotasse em primeiro lugar tal stock tinha de se declarar vencido.

Passara a situação a ser diversa. Os exercitos, enormes, não podiam ser alimentados pela região em que operavam, tão vultosos eram que precisavam do trabalho da população civil para sua alimentação e municiamento. Para tanto se tornava

necessario não só ir buscar longe o que faltava como apparelhar o paiz para a producção.

Ha muito de exacto nestes conceitos e seria absurdo querer diminuir-lhes o valor, mas o que ao nosso ver não é exacto vem a ser a peremptoriedade das primeiras asserções.

Estas considerações iniciaes o retrospectista as emittiu seguidas de outras longas para explicar quanto as solicitações dos belligerantes nos paizes fornecedores de materias primas, cada vez maiores, interessava primordialmente ao Brasil e a outras nações que embora tomando parte relativamente activa na guerra, não desfalcavam o seu capital humano nem teriam de proceder á reconstituição de cidades, industrias e campos, mas a quem caberiam largas possibilidades a aproveitar. Era dever de honra para o Brasil fornecer naquelle momento materias primas e artigos de alimentação aos seus Alliados.

A collaboração economica, no dizer do Presidente Wilson mostrava-se tão importante quanto a militar.

Nos paizes com organização definida, antes da guerra, a restricção do commercio apparecia como medida provisoria, mas necessaria. O exemplo da Europa e dos Estados Unidos tivera logo imitadores entre as nações novas; a Argentina já prohibira, em principios de 1917, a exportação do trigo e outros cereaes, por suppor a safra insufficiente ao consumo interno. Entrara depois em accordo com os Alliados e o Brasil para o fornecimento gradual, e proporcional, das sobras e finalmente, em novos ajustes, estabelecera vendas em quantidades maiores, suprindo as restricções para o Brasil.

Neste houvera tentativa de imitação que aliás não procedia. Prohibira o Governo Riograndense a exportação do feijão, até mesmo para outros estados. Os prejudicados, apoiados no Supremo Tribunal Federal, que declarara inconstitucional semelhante medida, haviam conseguido a revogação da prohibição. Mas já ahi parte dos cereaes retidos estava bichado e fôra o prejuizo enorme.

Em S. Paulo e no Rio, discutira-se tambem tal prohibição, mas, para o estrangeiro. O secretario da Agricultura de S. Paulo chegara a sugerir tal idéa, mas os protestos haviam, felizmente sido opportunos e o projecto fora abandonado. Dahi em deante não se cogitara mais de tal.

Ao contrario, ao decretar o estado de guerra, o Presidente Wenceslau Braz, appellara para o paiz, pedindo a intensificação da cultura dos campos, não só para auxiliar os alliados como tambem baratear a vida.

O Dr. Antonio Carlos de Andrada, ministro da Fazenda,

em discurso de repercussão, na Sociedade Nacional de Agricultura, frisara com exacção que o problema do abastecimento e da riqueza do Brasil só poderia ser resolvido pelo augmento da producção, e da exportação.

Precisava o Brasil aproveitar aquelle ensejo excepcional para collocar sua producção e fazer dinheiro, intensificando fortemente plantações e a criação de gado.

Obtendo preços remuneradores e facilidade de transporte, multiplicaria o agricultor a producção. De uma safra para a outra, occorriam desdobramentos imprevistos, irrealisaveis na agricultura dos velhos paizes.

Em pouco mais de dois annos, triplicara o Brasil as safras de arroz, feijão, milho, batatas. E tudo indicava, que a colheita de 1918 seria o dobro da de 1917.

Assim, quaesquer que fossem as condições do mercado no sentido da alta e da procura, não convinha restringir o consumo. Tal limitação influiria desfavoravelmente na producção. Convinha justamente dar liberdade a todos os emprehendimentos agricolas e commerciaes, estimular, proteger a producção, facilitando-lhe o escoamento rapido.

O alto preço funccionava como verdadeiro premio. A cotação elevada fazia com que o productor augmentasse a producção e assim a abundancia acabaria contribuindo para a baixa relativa, compensando o agricultor que já teria outro apparelhamento lucrando pela ampliação dos seus trabalhos.

De 1910 a 1912 reinara prosperidade no Brasil a que viera interromper a crise financeira de 1913. Escrevia Victor Viana: Haviam emigrado avultados capitaes sobretudo inglezes, francezes e belgas invertidos em grandes obras governamentaes. Dahi certa estabilisação cambial pois as cotações dos grandes productos brasileiros tinham cahido sensivelmente.

A approximação da guerra mundial provocando o retrahimento do credito e a exigencia da liquidação de contas por parte dos prestamistas, a queda accentuada da massa e do preço da exportação nacional trouxera deficit á exportação e á balança commercial do paiz.

O governo do presidente Wenceslau Braz P. Gomes, ao encetar a sua gestão, a 15 de novembro de 1914 tivera de lutar com enormes difficuldades, recordava o economista.

Tudo estava desequilibrado no apparelho financeiro. A diminuição da receita e a quéda do cambio haviam obrigado a administração anterior a novo funding. Baixavam os titulos brasileiros accentuadamente nas bolsas européas. A presidencia anterior saccara de mais sobre o futuro.

O novo presidente com modestia e perseverança, esforçara-se por normalizar a situação. Precisara recorrer a novas emissões de papel, mas por outro lado reduzira as despezas ao estrictamente necessario. Assim encaminhava as coisas de modo a poder restabelecer o serviço da divida externa ao terminar o prazo do *funding loan*.

Assim realizara obra reparadora, grande e util. O Presidente Wenceslau Braz tal volume encontrara de compromissos que a sua totalidade seria de difficil avaliação.

Vira-se pois forçado a emittir papel como nenhuma outra administração brasileira.

A' crise commercial provocara immobilização dos capitaes. Era preciso fazer circular a riqueza, e renascer a actividade. A emissão impuzera-se então, como unico expediente cabivel. Emprestando aos bancos parte de notas emittidas, pagando aos fornecedores em atrazo com bonus, conseguira o Governo o descongestionamento das carteiras dos estabelecimentos bancarios e o restabelecimento do giro commercial. Os bancos, saturados de cauções e letras, recomeçaram as transacções e o augmento dos negocios tornara-se então notorio em todo o paiz. Renascera a confiança.

Emquanto o orçamento ordinario se reduzia e equilibrava-se, no seu periodo de elaboração e primeira aplicação, o extraordinario de recursos, de operações de credito crescia, afim de attender aos enormes compromissos que o Governo tivera de pagar.

Como o commercio e os consumidores restringissem ao mesmo tempo as compras principiara a balança commercial a oscillar em sentido favoravel.

A industria, em 1913, muito soffrera, mas vira em 1914 a abertura de promissoras perspectivas. E dahi em deante progredira notavelmente.

Os principaes artigos de exportação soffreram com a guerra, mas a procura de artigos novos estimulara outras producções compensando largamente as antigas.

Por este motivo pudera o Presidente da Republica, na mensagem de 1917, affirmar que o paiz se achava em periodo de franca convalescença.

O desenrolar dos acontecimentos da conflagração mundial impuzera ao Brasil enfileirar-se ao lado dos povos que combatiam os Imperios Centraes e esta circumstancia fizera com que seu commercio se visse fundamente perturbado como era aliás de esperar.

Fora de crise o exercicio de 1917 para os principaes pro-

ductos do paiz que ainda dominavam os quadros da exportação, quanto á quantidade e á qualidade. Em conjuncto, porém, de reparação, creação de valores novos, boas esperanças e perspectivas. Os novos artigos de exportação haviam amplamente compensado a diminuição, das vendas de café, borracha, herva-matte e a depreciação das respectivas cotações.

Assim haviam augmentado em quantidade, nos quadros da exportação, em relação a 1916, as carnes congeladas, o xarque, e diversos outros productos animaes, manganez, algodão, arroz, assucar, batatas, a propria borracha e o proprio cacau, a farinha de mandioca, o feijão, os fructos oleoginosos, as madeiras e milho.

Notava-se diminuição quanto ao café, cera de carnauba, fructas de mesa, herva-matte e madeiras. Em valor papel notava-se alta nas estatisticas em relação a 1916 das carnes congelada e xarque, pelles, diversos productos animaes, manganez, varios outros mineraes, algodão, arroz, assucar, batatas, cera de carnauba, feijão, sementes oleaginosas, milho e diversos artigos vegetaes. Baixaram o café, a borracha, o cacau, o fumo, a herva-matte as fructas de mesa, couros e o ouro nativo.

As cotações por unidade da carne congelada, couros, pelles, manganez, algodão, arroz, assucar, cera de carnauba, farinha de mandioca, feijão, sementes oleaginosas, herva-matte, madeiras e fumo haviam sido mais elevadas do que em 1916, mas as do café, cacau, ouro, fructas e fumo mais baixas. Houvera assim compensação. A exportação augmentara tanto em volume como em valor.

A do quatriennio de 1914-1917 dera ao Brasil um saldo positivo de 1.224:229$000 contos ou £ 63.942.000.

Infelizmente o valor medio da tonelada importada subira de mais de cem por cento e o da exportação decrescera como se podia ver do confronto.

	Importação		Exportação	
	Papel	Em £	Papel	Em £
1914. . .	161$000	10.2	557$000	35,8
1915. . .	208$000	10,7	574$000	29,7
1916. . .	307$000	15,2	601$000	29,8
1917. . .	422$000	22,4	580$000	30,5

Notara-se uma circumstancia em 1917, desde longos annos não assignalada: a queda da porcentagem do café no conjuncto da exportação nacional. Queda enorme se se exami-

nasse o que fôra esta depressão relativamente á posição do genero desde muitos annos.

O café em 1892 cobrira 70,4 da exportação total do paiz, a de 1911 a 1913 mantivera uma media de 61,7, e no triennio seguinte de 56,4. Bruscamente cahira para 36,1 em 1917.

Os oito principaes productos, que durante trinta e quatro annos, de 1822 a 1915 sempre haviam fornecido mais de noventa por cento, haviam, em 1916, baixado para 87,1, para cahirem a 73 em 1917.

Prova mais palpavel não podia haver da profunda perturbação trazida ao commercio universal pela Grande Guerra.

Eram os novos artigos, os de guerra que surgiam em nossas estatisticas, sobretudo as carnes congeladas, o xarque, o manganez, os cereaes com o milho, o arroz, e o feijão, os oleos, a farinha de mandioca, as batatas. O assucar beneficiara da devastação das usinas do Norte da França e da Belgica. O kilo que em 1913 valia 181 réis passara quatro annos mais tarde a 523 réis.

Alguns destes productos haviam tido notavel sahida relativamente á do exercicio anterior, como por exemplo:

	Toneladas 1916	Toneladas 1917
Carne congelada	33.661	66.452
Assucar	53.824	131.509
Arroz	1.124	42.590
Feijão	45.594	93.428
Sementes oleaginosas . .	15.319	31.106
Milho	4.832	24.047
Farinha de mandioca . .	4.771	18.498
Algodão	1.091	5.491

A' maioria dos grandes productos nada beneficiara a guerra, (ou quando muito pouco). Assim quanto ao café, borracha, cacau, fumo, matte como se deprehende do quadro:

Generos	Saccas 1913	Saccas 1917
Borracha k. . .	4.103	4.238
Cacau k. . . .	803	864
Fumo k. . . .	836	910
Matte k. . . .	542	538
Café sacca . . .	46.103	41.509

O asucar, como vimos triplicara e o algodão quasi isto (925 réis a 2.540 réis) os couros quasi haviam dobrado (952 a 1.868). Em compensação o manganez quasi quintuplicara (de 22.250 por tonelada a 107.503 réis).

Os novos productos de exportação haviam concorrido com cerca de 15 milhões esterlinos num total de 63 milhões.

Apezar da melhoria accentuada da situação economica financeira a crise permanecia penosa sob muitos pontos de vista.

Assim, o commercio, em meiados do anno, queixara-se da falta de numerario. Os bancos restringiam transacções; as caixas economicas, depois da queda das entradas e do augmento das retiradas de 1908, 1914 e 1915, começavam a receber novos depositos, o que demonstrava sobras de trabalho e portanto recrudescimento da actividade remuneradora.

Os diversos bancos funccionando no Brasil tinham, em janeiro de 1917, mais dinheiro em caixa do que em 1916.

Mas apezar disto, ou melhor por isto mesmo, o commercio sentia falta de numerario. Ao mesmo tempo, precisava o Governo recorrer a emissões de papel para attender ás despezas publicas.

O imposto de importação, base de toda a renda federal baixara muito e se o de consumo augmentara, o equilibrio não se pudera ainda estabelecer.

E a situação do café, sobretudo em S. Paulo mostrava-se desagradavel.

Os dirigentes da politica paulista pediam emissão nova para amparo do producto.

O desenvolvimento economico brasileiro apoiara-se na emigração de capitaes e braços europeus. Ora a guerra suspendera estas remessas, mas em compensação creara novas correntes commerciaes forçando o paiz a trabalhar para o abastecimento proprio.

As culturas de cereaes tinham alastrado; os Alliados realizado compras avultadas. Assim emquanto os productos tradicionaes soffriam, outros artigos começavam a ser procurados com afinco e os lavradores, diante das novas perspectivas que se apresentavam, desdobravam lavouras. Houvera assim um movimento novo e novos artigos de exportação não só cobriram o *deficit* do café, da borracha, da herva-matte, como fizeram com que o commercio exterior fosse augmentado em volume e valor.

Reagira a economia nacional. Mas não era possivel deixar que o café, base da exportação, se depreciasse em extremo, pela abundancia dos depositos não procurados porque a crise

viria dentro em breve prazo reflectir sobre todo o organismo brasileiro e inutilizar o esforço da multiplicidade de culturas. Dahi o facto dos dirigentes paulistas solicitarem o auxilio da União, para a sustentação dos preços. Pela lei de defeza nacional fora o Governo Federal autorizado a destacar 150.000 contos da nova emissão de papel-moeda para ajudar o Estado de S. Paulo no amparo das cotações do seu principal producto que ao mesmo tempo era o do Brasil.

Para a borracha se tinham destinado quinze mil contos para fins identicos.

A situação financeira do Brasil melhorava continuamente. Promettera o presidente Wenceslau Braz retomar o serviço de juros logo que expirasse o segundo *funding* e assim fizera.

Regularizou-se a situação financeira externa restabelecendo-se a confiança. Ao mesmo tempo conseguiu o Governo normalizar os pagamentos internos, usando largamente dos recursos para tal fim votados.

A liquidação da divida fluctuante exigiu penosos sacrificios.

De novembro de 1914 ao fim de 1917 emittiram-se em apolices 191.307:900$000, aplicados ao pagamento de contas, á construcção e acquisição de estradas de ferro, resgate de letras, etc.

Estas diversas operações, consolidando dividas e permittindo o pagamento de contas e resgate de letras, restabeleceu a confiança.

As novas emissões de 24 de agosto de 1914 a 28 de agosto de 1915 haviam montado a 700.000 contos de réis, de modo que o numerario em circulação, a 31 de dezembro de 1917, attingia 1.389.414:967$000. Assim mais que dobrara a partir de 1911 em que vinha a ser de 807.925:525$000.

As notas da Caixa de Conversão tinham o valor total de 94.559:530$000, quando em 1912 haviam sido de 406.035 contos de réis.

CAPITULO XXXIV

Aspectos da situação cafeeira em 1917 — Os arbitros para uma nova defesa dos preços — Opiniões de Siciliano — Suggestões de banqueiros e de associações commerciaes — Palavras dos presidentes de S. Paulo e Minas Geraes — Projectos de creação da Bolsa Official do Café em Santos e de uma Caixa de Liquidações — O convenio franco brasileiro para a compra de café — Echos parlamentares de tal ajuste

Jamais imaginaria, certamente, o retrospectista commercial do *Jornal do Commercio,* de 1906, que dez annos mais tarde, o seu successor, nas mesmas columnas onde elle doutrinara, haveria de exaltar aquillo que tanto deprimira e combatera: os principios da valorização de café e o convenio de Taubaté.

Depois de frizar quanto o Brasil era paiz falto de organização commercial o que lhe prejudicara muito o desenvolvimento economico dizia Victor Viana que os seus principaes productos de exportação tinham durante muitos annos soffrido os influxos das outras praças, sem que os proprios interessados tentassem a reacção necessaria.

Haviam os fazendeiros e os commerciantes de café de S. Paulo sido os primeiros a despertar. Tendo criado maravilhosa civilização rural, ajuntado formidavel riqueza, comprehenderam que não seria possivel continuar a trabalhar sem estudar todas as possibildades da producção e do respectivo escoamento.

Esta nova concepção salvara o paiz de tremendas crises. A valorização que tantas susceptibilidades doutrinarias offendera, no Brasil e na Europa, fora em dado momento excellente, pois evitara uma catastrophe. E os seus processos mais tarde de tal forma imitados que os plantadores de algodão do sul dos Estados Unidos, em sua ultima crise, nos pedidos de auxilio aos poderes publicos, tinham citado o exemplo das medidas resultantes do convenio de Taubaté!



Os estadistas, os fazendeiros, os commerciantes de café não mais haviam esquecido esta lição e desde então a industria cafeeira brasileira passara a ser explorada com consciencia e verdadeira comprehensão dos factos (sic).

Faltavam, ainda, era bem certo, recursos de credito para a realização de todas as medidas que a experiencia suggeria, mas não mais reinavam a despreoccupação e a ignorancia.

Em S. Paulo, tal concepção se generalizara. Os dados sobre o mercado de café, que os jornaes publicavam e as associações commerciaes e a Secretaria da fazenda affixavam, viam-se por todos discutidos. Raros os habitantes do Estado, possuidores de mediana cultura, que não pudessem discorrer com acerto a tal respeito. A quem viajasse por S. Paulo occorriam sempre surprezas agradaveis, ouvindo de qualquer interlocutor occasional considerações baseadas nas ultimas estatisticas.

Se as proprias pessoas que se dedicavam a outras actividades já iam tendo conhecimento do que se passava nos mercados de café, os profissionaes mostravam-se sempre ao par de todos os movimentos dos stocks e safras. Assim a especulação já não conseguia fazer o que dantes aventurava valendo-se da indifferença e da ignorancia.

Tudo indicava portanto, que, quando o systema bancario attingisse o indispensavel nivel o café brasileiro se defenderia, pela cooperação dos productores e commissarios, sem ter necessidade de appellar para os poderes publicos. Mas infelizmente o apparelhamento e credito ainda eram deficientes, rudimentares, no Brasil.

Eis os motivos que impunham a fundação de um banco central de redescontos e emissões. O commercio de café pelo vulto dos negocios, a antiguidade do funccionamento, a preponderancia do genero no mercado exportador do Brasil vinha a ser o unico realmente apparelhado do paiz. Bem diverso dos demais como os do fumo, cacau, borracha, etc.

O commercio cafeeiro ainda andava muito cheio de dependencias. Ainda precisava de largos aperfeiçoamentos. Constantemente novas attitudes e serviços se impunham, quer como propaganda do producto, quer como defeza deste.

Fechara a guerra diversos mercados habituaes e, difficultando o transporte, tornara moroso e deficiente o escoamento das safras. A tonelagem maritima diminuira muito com a guerra submarina e além disso os Governos em guerra preferiam aproveitar o que em navios restava, tanto quanto possi-

vel, para a conducção dos generos e materias primas a elles essenciaes.

Muito soffrera a safra de 1917-1918 com tal estado de coisas — se a iniciativa dos productores, commerciantes e governantes de S. Paulo não accudissem em tempo, appellando para a União. Esta não recusara o concurso como não poderia tel-o feito nessa emergencia excepcional.

As compras que o Governo Paulista estava realizando mediante os adiantamentos feitos pela União, com o producto da ultima emissão de papel-moeda; as acquisições a que a França se compromettera pelo convenio da cessão de navios do Lloyd Brasileiro, e o escoamento natural, embora difficil e moroso, garantiam até certo ponto, a estabilidade do mercado para a safra em andamento. A situação geral, depois de tantos esforços, tendia e fatalmente a melhorar porque as condições do mercado ficariam alliviados graças ás providencias tomadas.

Ia o Governo paulista continuar a comprar. Recomeçaram os agentes do Governo francez, em virtude do accordo, as compras que até o fim da safra deviam attingir dois milhões de saccas.

Tambem se anunciavam compras dos Estados Unidos no valor de um milhão de saccas. Assim se esperava o escoamento de toda a safra, de 1917-1918, só ficando no commercio as sobras da anterior.

Era portanto urgente não só tratar da defeza da safra de 1918-1919 como da construcção dos armazens necessarios á guarda de um stock que se calculava superior a cinco milhões de saccas.

O Conde Alexandre Siciliano, com a autoridade que todos lhe conheciam, e o prestigio de ter sido o promotor do plano de valorização de 1906, que o Governo paulista executara com pequenas variantes, apoiou, num *interview,* concedido contemporaneamente á *Fanfula* de S. Paulo, a necessidade de uma emissão para amparar a cotação do novo producto.

A praça de Santos já adeantara até março de 1918 cerca de 200.000:000$000 aos seus committentes no interior, o que mostrava a força de seus recursos. Mas, se a situação geral não melhorasse, se as novas acquisições não permittissem que os fazendeiros liquidassem compromissos, poderiam surgir embaraços os mais sérios capazes de desequilibrar toda a economia brasileira.

Eram as perspectivas auspiciosas, embora houvesse o grande tropeço de possivel falta de transporte, pois cada vez mais se intensificava a campanha submarina allemã.

Avaliava-se a safra paulista em 13 milhões de saccas. O Governo paulista comprara a 4$900 por dez kilos e era sabido, affirmava a Imprensa que já se haviam feito acquisições á base de 4.100! Por este preço não deixava o producto margem alguma ao productor. O governo estadual adquirira, de uma só vez, dois milhões de saccas, e tinha recursos para comprar outro tanto.

Agitava-se a Associação Commercial de Santos no sentido de se preparar a defesa da safra de 1918-1919.

O suprimento visivel, a previsão das proximas safras e outros dados mostravam que, depois da guerra, a situação certamente se normalizaria. Mas até lá não era possivel ficar numa indifferença capaz de acarretar grande prejuizos e inutilizar os sacrificios feitos para manter os preços da safra corrente.

O provecto banqueiro Sr. Numa de Oliveira chamava a attenção do commercio santista para as medidas a serem tomadas.

Era preciso, affrimava, defender a colheita de 1918-1919, o armazenamento das sobras desta e os da proxima safra. Não fosse a escassez da tonelagem, a colheita de 1918 não poderia provocar nenhuma inquietação. Mas com as difficuldades de transporte, cada vez maiores grande parte della poderia ficar retida nos portos.

Se a guerra terminasse logo, tudo podia ser liquidado rapidamente, porque a safra de 1918 seria pequena e as sobras de 1917 se escoariam para compensar assim as existencias.

Em nome dos exportadores, ainda, o Sr. Numa de Oliveira affirmou que, para a retirada do excedente das safras, perto de 6 milhões de saccas seria preciso lançar o Governo de S. Paulo mão de mais de cem mil contos para attender a novas compras e manutenção do *stock* total durante o tempo necessario á sua liquidação.

A conservação do *stock* impunha a questão do armazenamento. Estava o Governo paulista construindo e adaptando armazens de accordo com a Companhia Docas de Santos. Mas isso não bastava. Era muito preciso auxiliar o escoamento das fazendas garantindo os depositos nos portos.

"Na massa enorme que representa esta manipulação do café paulista, declarou o banqueiro, despender 2.000 contos em armazens provisorios representa uma gotta de agua no oceano, pois não passa de 1 % do total. Não despender repre-

senta a desorganização do serviço das estradas de ferro. Já nem fallemos da lavoura."

A assembléa de Santos aprovou a proposta do Sr. Numa de Oliveira, nomeando uma commissão de cinco membros, "para o fim especial de se entender com o Presidente do Estado e o Sr. Rodrigues Alves, e, por intermedio de ambos, com o Presidente da Republica, afim de pedir as providencias capazes de assegurar a defeza da safra corrente e da futura no caso de se prolongar a guerra européa."

Tambem se pediu solução para a crise do armazenamento dos cafés recebidos em Santos e não exportados.

A deficiencia de transporte occasionara a crise. O Governo paulista comprara parte de 4 milhões da safra corrente. A commissão nomeada na grande assembléa pleiteou a compra de mais dois milhões da safra em transito e de mais dois milhões da futura, da qual já se poderia exportar muito mais de 6 milhões de saccas, se persistissem, as condições anormaes creadas pela Guerra. Essas compras fariam sobremodo avultar o *stock* de Santos; dahi a necessidade de novos armazens.

As excellentes medidas de conjuncto trouxeram notavel desabafo á situação do café paulista. Os preços haviam sido de mil réis por dez kilos (de 4.500 a 5.500). A 1.º de julho de 1917 de 11.643.455 saccas entradas em Santos haviam seguido para os portos do destino 6.794.504, sido vendidas 2.958.000 ao governo estadual e 775.000 á França.

Com as encommendas dos Estados Unidos o disponivel se reduziria a um milhão de saccas de cafés inferiores.

O Governo paulista, reconhecendo que tal *stock* pouco prejudicava o mercado e considerando justa a protecção aos productores, na maior parte, da zona da Sorocabana, resolveu adquirir tambem cafés baixos. Seriam comprados mais ou menos de accordo com as cotações do mercado e assim se descongestionaria inteiramente a praça de Sontos, já ahi desafogada para receber a safra futura.

No Havre contemporaneamente se venderam em leilão os ultimos cafés da valorização de 1906, facto sobremodo auspicioso.

As 958.000 de saccas adquiridas pelo Governo paulista constituiam um *stock;* mas não um *stock* livre. Não estava por emquanto no commercio e a sua quantidade, embora elevada a quatro milhões pelo acrescimo dos typos inferiores, não se mostrava extraordinaria não ultrapassando as reservas naturaes.

Tudo indicava mesmo que, se a futura safra demorasse

e se mostrasse relativamente diminuta, as novas encommendas exigiriam a cessão do *stock* do Governo.

O cambio em 1917 manteve-se em extremos superiores aos do anno anterior. Em 1916 fluctuara entre 11 11/32 e 12 31/32 e em 1917 entre 11 25/32 e 13 25/32.

Nos mercados exteriores as cotações de café em 1917 foram um pouco melhores do que as do triennio.

Em 1917 fluctuara entre 7 ½ e 10 ½ cents. para o disponivel typo 7 do Rio de Janeiro e 8 5/8 a 10 7/8 cents. para o de Santos, do mesmo typo. Entretanto nos mercados brasileiros verificara-se depressão embora pequena, para o typo 7 e a arroba o que se explicava pelas difficuldades provenientes da Guerra.

	Rio	Santos
1917.	6.200 — 10.300	7.200 — 9.450
1918.	8.000 — 11.400	6.600 — 9.000

O suprimento visivel mundial subira um pouco em 1917. Em fins de junho deste anno attingira 7.778.000 saccas quasi mais setecentas mil do que em igual data de 1916 (7.091.000)

A exportação brasileira assim se descriminara pelos portos:

Santos	7.845.089
Rio de Janeiro	2.127.721
Victoria	529.965
Bahia	9.813
Florianopolis	5.144
S. Francisco do Sul . .	2.288
Pelotas	1.132
Recife	919

e mais oito portos num total de pouco mais de mil saccas.

Calculava-se a safra paulista para 1917-1918 em ..... 12.032.000 saccas ahi se incluindo 815.000 do Sul de Minas e 100.000 do Paraná.

Para o Rio de Janeiro a estimativa era de 4.000.000. A este proposito o Centro do Commercio do Rio de Janeiro publicou interessante quadro para demonstrar quanto se haviam verificado os seus prognosticos relativos ás diversas safras desde a de 1890-1891 até a de 1917-1918.

As estimativas haviam sido confirmadas dezeseis vezes em 28 occasiões.

As differenças a menos e a mais haviam por vezes sido de 20 por cento.

Na mensagem presidencial paulista de 1917 lembrou o Dr. Altino Arantes quanto a persistencia da grande causa perturbadora do commercio cafeeiro paulista e mundial: a conflagração européa, continuava a prejudicar e muito a economia do Estado.

Dois assumptos de capital relevancia preoccupavam então os poderes publicos trazendo as mais serias apprehensões ás classes productoras: a falta de mercado para o consumo da totalidade da safra corrente de café e a evidente escassez de numerario, para o jogo das transacções habituaes e defesa e fomento da riqueza agricola e industrial do Estado.

Bloqueados os grandes centros consumidores da Allemanha e da Austria Hungria; prohibida ou limitada a entrada de café na Hollanda, Belgica, Suecia, Noruega, Dinamarca e Russia; reduzidos, senão quasi eliminados, os meios de transporte maritimo, — só muito difficilmente poderia S. Paulo exportar e collocar nas praças estrangeiras dois terços sequer, da colheita em andamento.

Receiava-se, por isto, que o excesso desta sobre as possibilidades do consumo mundial, occasionasse grande baixa e incalculaveis prejuizos, que dahi derivariam para a lavoura e commercio exterior do Paiz, se, a tempo se não conjurasse o mal imminente, acertada e decisivamente.

Era preciso, que as sobras fossem temporariamente retiradas do mercado, afim de se poder graduar convenientemente a offerta assim se pondo, resistencia efficaz ás especulações baixistas.

Celebrada a paz e reabertos os mercados europeus, a procura e os negocios de café bem depressa se reanimariam e a mercadoria, arredada do commercio, serviria para reconstituir os supprimentos dos Paizes impossibilitados de importar graças á Guerra.

Confiava o Estado de S. Paulo no auxilio que lhe iria prestar o Governo Federal para a defesa de producção cafeeira. E assim já tratara de ver como tornaria praticos os meios facultados para tal fim.

Mostrou-se o Presidente paulista um tanto assustadiço com o progresso notavel das novas plantações o que já estava pedindo a adopção de medidas de natureza permanente, que — ao lado do barateamento das despezas de custeio e da facilidade de braços, transportes e capitaes — assegurasse um consumo correspondente a este acrescimo de producção. Tor-

nava-se necessario conquistar novos mercados para a venda do café, alargar os actuaes e defender o artigo contra os succedaneos e as falsificações.

Assim o Governo de S. Paulo concedera subsidios para propaganda nos Estados Unidos, Inglaterra, Hespanha, Russia e Japão, mantendo nas principaes capitaes européas commissarios encarregados da intensificação de tal campanha. Digna de todos os louvores iniciativa da Sociedade Promotora da Defesa do Café.

A 31 de dezembro de 1916, o activo da defesa do café e a sobretaxa eram de £ 12.229.469 das quaes £ 4.787.843 representadas por 1.182.869 saccas no Havre e em Marselha e £ 6.157.294 dos depositos de Bleischroeder.

Como o passivo de valorização fosse de 11.360.248-10-11 havia um saldo de £ 769.220-11-7.

Estava entretanto, habilitado o Thesouro paulista a resgatar opportunamente tal debito, com os recursos que já dispunha, quer em café armazenado na Europa, quer com as quantias em poder dos seus banqueiros na importancia de £ 12.229.469-2-6, sufficiente para solver todos os compromissos deixando ainda um saldo de £ 869.220-11-7.

Não era demais repetir a promessa, já feita pelo Governo paulista de liquidar definitivamente esta operação, logo que lhe fosse possivel.

Para tal precisava, comtudo, aguardar, o termo da conflagração européa.

Solvidas as reponsabilidades que oneravam a sobretaxa da defesa do café, cogitariam os poderes publicos e sem demora, de extinguir tal encargo, a pesar sobre a lavoura. Não fora elle incorporado ás rendas ordinarias do Estado, ou siquer, derivado para fim diverso do que lhe fora consignado. Assim a sua conservação não mais se justificaria, ao passo que da sua existencia adviria grande allivio e vigoroso alento á lavoura.

Declarou o Presidente Altino Arantes que o seu governo visando o desdobramento das fontes da producção paulista, a par das providencias relativas ao fornecimento de braços á lavoura, á facilidade e ao barateamento dos transportes, á reducção das taxas de docas e outros impostos pesando sobre o productor acuradamente estudava o estabelecimento e a remodelação dos institutos de credito, que mediante juros modicos, facultassem emprestimos a lavradores e industriaes subsidios destinados ao custeio das propriedades e á defesa dos productos.

O Banco de Credito Hypothecario e Agricola continuava a prestar grandes serviços pelo emprego dos capitaes proprios e de sommas obtidas, por emprestimo, do Thesouro do Estado e do Banco do Brasil.

Falando dos armazens geraes declarou o presidente que estavam destinados a prestar optimos serviços, como verdadeiros reguladores da offerta. Poderiam representar importantissimo papel na defesa da exportação contra os manejos dos especuladores e, ao mesmo tempo, amparar os productores, deante das difficuldades de transporte.

Depositadas as mercadorias nos armazens geraes, poderiam os respectivos proprietarios com facilidade, por meio de *warrants*, encontrar nos bancos as sommas de que necessitassem até alcançarem nos mercados preço remunerador para o producto ou o seu conveniente escoamento.

Convencido da utilidade destes estabelecimentos e do auxilio efficaz que poderiam prestar á lavoura e ás industrias, favoreceria até a garantia de juros para os capitaes. Ainda mais, procurara criar e remodelar institutos de credito capazes de supprir aos productores recursos pecuniarios por emprestimos, garantidos por titulos emittidos por taes armazens.

Era de toda a conveniencia, que elles tivessem melhor aproveitamento, e que as operações sobre *warrants* se generalisassem mais com o que se evitaria, mais facilmente, o sacrificio da producção e o prejuizo dos productores.

Certo de que convinha libertar a principal riqueza do Estado da especulação desabalada resolvera o Governo criar a Bolsa Official do Café de Santos e a Caixa de Liquidações.

Não convinha demorar por mais tempo a execução de uma lei, destinada a impedir a jogatina desenfreada ameaçando o fructo do labor honrado dos agricultores.

Com o applauso geral e grande proveito para a Lavoura e a garantia e regularidade dos negocios em Santos, estes dois institutos funccionavam com a maior regularidade.

Explicando aos membros do Congresso Mineiro, em 1917 o que havia sobre a situação do café, reiterou o Presidente Dr. Delphim Moreira que não havia motivos para arrependimentos por parte do Brasil pelo facto de haver consagrado ao café o maior culto. Representava elle sem duvida alguma a sua principal riqueza, e era, preciso proporcionar-lhe todos os meios de amparo.

Estava o café sendo victima dos succedaneos, das falsificações e da propaganda adversa, de tal modo que, na Ame-

rica do Norte, a media do consumo annual, por habitante, de 12 libras em 1915 passara a 10 libras.

Cumprindo fazer-se um movimento de reacção contra tal estado de coisas, a lavoura cafeeira paulista tomara a iniciativa de fundar a *Sociedade Promotora da Defesa do Café,* destinada á propaganda do producto nos Estados Unidos e outros paizes.

Minas não se poderia afastar deste plano de defesa; devia pois, concorrer, com uma quota proporcional, para a campanha a ser iniciada.

Por outro lado, a dedicada e prospera *Sociedade Mineira de Agricultura,* já applaudira a iniciativa paulista, e, com verdadeiro patriotismo promovia a incorporação dos fazendeiros de café de Minas á *Sociedade Promotora da Defesa do Café,* organizada no Estado de S. Paulo.

Um convenio franco-brasileiro para a compra de café trouxe nos ultimos dias da sessão legislativa de 1917 assaz vivos debates. Pediram os deputados Mauricio de Lacerda e Gonçalves Maia informação ao Governo sobre os termos de tal ajuste.

A 19 de dezembro de 1917 apresentou o primeiro requerimento para que o Governo dissesse, e com a maior urgencia, quaes os termos do Convenio com a França relativos aos navios allemães, nomes, numero e tonelagens dos barcos cedidos; condições relativas a sua nacionalidade, bandeira, matricula e equipagens, em face do Convenio e situação das demais companhias nacionaes em face do mesmo, quaes os termos do accordo sobre o café e se desses termos não resultava que a transacção devesse ser obrigatoriamente feita pelo Banco do Brasil.

Acompanhou-o o deputado pernambucano Dr. Gonçalves Maia. Pediu que o Ministro da Fazenda explicasse se graças a execução do Convenio já haviam sido iniciadas as compras de café e outros generos a que o Governo brasileiro se compromettera com o governo francez.

No caso affirmativo, se, não só na praça do Rio como em outras da Republica, fôra o Banco do Brasil, por si ou suas agencias o unico, intermediario dessas transacções ou se nellas, haviam intervindo, como taes, outros intermediarios, ou casas commerciaes.

Se no caso dessas operações terem tido outros intermediarios além do Banco do Brasil, quaes eram elles, bem como os preços das compras effectuadas, para o Governo por um e outros intermediarios.

Na sessão de 21 pediram os dois deputados urgencia para os seus requerimentos o que foi rejeitado por enorme maioria.

Já na sessão de 20 o deputado Alvaro de Carvalho asperamente respondia da tribuna a um artigo publicado no *Imparcial* do Rio de Janeiro, a tal proposito.

E explicava:

Encarregado o Estado de S. Paulo de fazer as compras de café no desenvolvimento do programma de defesa economica, incumbira desta missão, em seu proprio territorio a Recebedoria de Rendas, repartição publica, e no Rio de Janeiro, a Recebedoria do Estado de Minas Geraes.

Na transacção referente ao tratado franco-brasileiro, o Estado de S. Paulo, por orgão do seu governo, o Secretario da Fazenda, e pelos seus Deputados, na Camara Federal, outra coisa não fizera senão affirmar a utilidade e a necessidade da compra do café.

Convinha que os representantes da Nação, soubessem que o Estado não escolhera intermediarios e não tinha absolutamente responsabilidade nessa escolha.

Retrucou-lhe o deputado M. de Lacerda observando que o leader paulista eximira o governo de S. Paulo de qualquer ingerencia nas transacções.

Estas, que deviam ser feitas pelo Banco do Brasil, ao que constava, seriam ultimadas por uma das maiores casas cafesistas do Rio de Janeiro.

O Dr. Gonçalves Maia da tribuna declarou esperar confiante as explicações do governo. Pedira urgencia porque o Congresso ia encerrar os seus trabalhos e assumpto era grave. Seria o negocio feito pelo Banco do Brasil ou por particulares?

Collocava a questão unicamente no terreno dos factos, desejava saber se o caso era ou não verdadeiro. Se não verdadeiro nada teria a ver, felicitando-se por ter provocado tal informação; se verdadeiro queria que o Governo explicasse se estava, á custa da guerra e á custa dos nossos alliados, realizando uma tranquibernia (sic).

Assumiu o Deputado José Eduardo de Macedo Soares a responsabilidade do topico d'*O Imparcial* lastimando que o *leader* paulista personalisasse um caso ventilado na imprensa.

Voltando á tribuna declarou o deputado Lacerda que se tendo estabelecido no Convenio, que as transacções do café se effectuassem por intermedio do Banco do Brasil, arredar de taes negocios um banco conceituado junto ao Governo por largo credito de idoneidade e financeiro, não era, desde logo, louvavel. Dahi resultavam suspeitas, ao primeiro exame, sendo

de notar que se a transacção dos navios, era acaso condemnavel, a do café, embora pudesse desafogar de alguns milhões de saccas o mercado paralysado do producto, trazendo vantagem economica, indirecta, ao productor, deixava a desejar de fórma pela qual se ia realizar.

CAPITULO XXXV

Difficuldades do commercio brasileiro de café com a Food Administration — Campanha de H. Hoover — Um depoimento de viajante norte americano sobre a lavoura paulista

Em 1917, nos annos portanto, da Conflagração Mundial, os directores da Bolsa de Café de New York, declararam que a superintendencia dos negocios do Commercio de café seguiria as normas geraes estabelecidas pelo Governo dos Estados Unidos em relação aos demais generos.

Para evitar surpresas e desentendimentos desagradaveis o presidente da Bolsa recebeu mensalmente poderes da Directoria em cada uma de suas reuniões plenarias para suspender as transacções desde que as circumstancias assim o exigissem. Quando, em 1918, o Presidente Wilson anunciou, a 31 de Janeiro, que todos os negociantes de café crú deveriam ter autorisação especial para commerciarem a Bolsa se achava perfeitamente preparada. Encerraram-se as transacções á espera de informações ulteriores e assim devido ao alcance da visão dos Directores da Bolsa não occorreu panico de especie alguma.

Já em 1917 os alliados haviam parado completamente com as remessas de café á Allemanha através dos paises fronteiriços por onde se abastecia.

Diante do accumulo dos cafés retidos precisava o Brasil encetar novas operações de defesa. Os mercados europeus se achavam todos controlados pelos Governos só havia um livre, o dos Estados Unidos.

Mas como era natural as transacções baixavam cada vez mais ante o encarecimento dos fretes e a escassez de navios de transporte. Dahi a alta dos preços nos mercados. Os fretes do Brasil, de um dollar e vinte cents. por sacca haviam subido a quatro dollars. Reactivou-se a especulação e a alta se deu vigorosa.

A relativa barateza do café, a esperança de proxima paz,

a pequena differença dos preços de guerra para os da paz; as grandes encomendas da Europa eram outros tantos motivos provocadores de tal alta. Assim os mercados se animaram muito e previu-se notavel procura do genero.

A Superintendencia da Alimentação dos Estados Unidos já mostrara sua má vontade para com a liberdade de transacções, em relação ao assucar, cereaes etc. Assim não causou estranheza o acto do Presidente Wilson quanto ao café.

Reuniram-se os cafezistas, importadores, torradores, corretores, negociantes e nomearam uma commissão para se entender com a Superintendencia do que resultou um regulamento previo especial para o café, em junho de 1919, e afinal a annullação destas medidas especiaes em janeiro de 1919 á vista da assignatura da Paz. Criticas numerosas, muitas dellas caerbas foram feitas a este regulamento.

Louva Ukers, no All about coffee, e muito, a actuação do Sr. George W. Laurence, presidente da Bolsa de Café e Assucar de New York eleito para representar os cafezistas junto ao chefe do serviço da Divisão de Distribuição de Alimentação Publica. Apezar do fogo intenso da critica de muitos negociantes e torradores, jamais faltou aos seus deveres, mostrando admiraveis criterio, tacto e lealdade.

Entende Ukers ainda que a actuação da *Food Administration* a cuja testa se achava o futuro presidente Herbert Hoover provocou criticas numerosas e injustas, por parte dos interessados no commercio cafeeiro quando realmente elle nada mais fizera do que aplicar ao café o que fizera em relação a outros generos. Mostrou-se mesmo até mais condescendente do que em relação a outros artigos.

Marcou pequenas margens de lucros sobre os preços até então correntes, prohibiu revendas e permittiu transacções sobre stocks que durassem noventa dias. Entretanto nenhum outro artigo obtivera tal concessão; marcara-se, para os demais, prazos entre quarenta e sessenta dias.

A proclamação de 1 de novembro de 1917 da *Food Administration* avisara os cidadãos dos Estados Unidos que ella desejava, sobretudo, limitar os lucros commerciaes de modo razoavel e impedir a alta dos generos pela especulação, manter o mais rapido e estreito contacto entre os consumidores e os generos e limitar, quanto fosse praticavel, os contractos para futuras entregas.

Os preços sobre o café foram tabellados de accordo com a resolução da *Food Administration* e do *Coffee Committee* Partiram de base baixa e tornaram-se progressivamente eleva-

dos quando os *leaders* verificaram que se achavam diante de cotações realmente prejudiciaes.

Gaba Ukers a actuação destes dirigentes pela largueza de vistas e comprehensão dos interesses.

Ao Sr. G. Laurence declarou peremptorio Mr. Hoover certa vez á vista dos brados de protestos dos cafezistas, "os negociantes de café estão a se queixar da margem de proventos que lhes foi concedida. Quero vel-os satisfeitos e se seus ganhos não são razoaveis eu os porei onde devem ficar. Ao acabar a guerra quero que todo e qualquer negociante americano esteja em condições de continuar com o seu commercio e não se encontre em peor postura do que antes do começo della."

Foram as revendas prohibidas ou limitadas a uma só transacção, para se impedir a accumulação de lucros que acrescida em cada transferencia provocaria a alta dos preços para o consumidor.

Houve muito quem dissesse então que a guerra trouxera grande alta de preço para o café, graças á regulamentação governamental. Declara Ukers porém que não seria facil proval-o.

A 1 de janeiro de 1918 os stocks nos Estados Unidos eram de 2.887.308 saccas; o supprimento visivel mundial de 10.012.000 a que se deviam juntar os tres milhões pertencentes ao governo paulista.

Havia muito poucos motivos para se recear uma deficiencia de supprimentos. O que Herbert Hoover queria era, ao mesmo tempo, manter o dos exercitos americanos e dos seus alliados e estabelecer preços razoaveis para os consumidores nos Estados Unidos. Receiava que a alta rapida dos generos, trouxesse a elevação dos salarios, a intranquillidade geral aggravando-se a situação nacional numa época em que a mundial já tão penosa era.

Começaram as difficuldades em principios de 1919. O United States Shipping Board manobrado por interessados e especuladores levantou a questão de que café não era producto alimenticio. Não havia necessidade pois de se lhe reservar praça quando existiam tantas difficuldades de transporte para os generos essenciaes. Assim devia ser posto na lista das mercadorias prohibidas ou com restricções de consumo.

Redarguiu Hoover declarando que longe de tal era o café absolutamente essencial. Devia-se-lhe reservar tonelagem capaz de assegurar a constancia de um supprimento visivel nos Estados Unidos de um milhão e quinhentas mil saccas de café do

Brasil, no minimo. Ante a resistencia irreductivel do Ministro do Commercio rendeu-se afinal a Shipping Board.

Alguns mezes mais tarde chegaram aos Estados Unidos as noticias relativas ás grandes geadas de junho de 1918. Foram acolhidas com scepticismo, conta-nos Ukers. Era velho o processo dos especuladores altistas ao annunciarem exaggeradas noticias de geadas em São Paulo. Muitos havia que não mais tomavam a serio as *frost news;* destinadas a revolucionar os mercados.

Mas afinal se soube da realidade dos factos. Conheceu-se a extensão, a profundidade do fenomeno e as cotações subiram logo de dois cents. por libra de café Santos, dias seguidos a fio.

Os compradores americanos surpresos, indecisos, não se mostraram inclinados a acompanhar tão extraordinaria alta. Offertas de praça maritima foram recusadas e navios já apalavrados para o transporte de café dispensados. Entretanto as cotações continuavam a subir rapidamente, embora se mantivessem os compradores descrentes da geada.

Neste interim as operações de guerra se precipitavam e caminhava-se para o armisticio de novembro de 1918. A *Food Administration* fez então, muito pequenas compras. Quando se assignou o armisticio os preços subiram immenso: o Santos, typo 4, negociado a 8 ¼ cents. em maio, surgiu nas tabellas das cotações a 21 ½, com uma alta pois de duzentos e cincoenta por cento!

A Superintendencia da Alimentação decidiu em fevereiro de 1918, após o preciso assentimento por parte do comité da Bolsa de New York que se fixasse um maximo de 8 ½ cents. por libra, durante o mez local com um acrescimo que não excederia de quinze pontos mensaes a entregar em cada mez seguinte. Assim se admittira por exemplo que o preço em julho poderia ser 9 1/10 cents. Mas no emtanto chegando julho manteve-se um maximo de 8 ½.

Estava freiada a especulação mas com prejuizo do commercio observa Ukers. Verificou-se que teria havido vantagem em escolher-se base mais alta. Reinou real indifferença nos mercados embora se notasse decrescer a olhos vistos o stock norte americano que cahira a 2.445.000 saccas, a 1 de setembro, e a 1.857.260 a 1 de novembro.

E ainda havia pelo menos 500.000 saccas, armazenadas em New York, pertencentes a estrangeiros e innegociaveis.

Assim em outubro verificava-se verdadeira agudez de crise. Negociantes que se haviam inscripto como importadores

ou varejistas com a esperança de burlar as disposições tomadas contra os especuladores tinham limitado as vendas a lotes de 25 saccas ou menos do que isto até.

A primeiro de novembro de 1918 a *Food Administration* ordenou a liquidação de todos os contractos vigentes de compra e venda até o dia 9 do mesmo mez. E isto se cumpriu e o café, coberto por esses ajustes, foi entregue ao commercio.

A cinco de dezembro de 1918 foram abolidos os regulamentos de guerra e a Bolsa resolveu reabrir a 26 seguinte. As primeiras transacções versaram sobre uma base de 17 ½ cents. por libra ou 9 cents. sobre os preços de liquidação dos contractos. Houve logo depois uma reacção que trouxe a base a 15 ½ cents. Na opinião de muitos dos maiores cafezistas a Bolsa deveria ter permanecido fechada durante todo o periodo de guerra, havendo-se demonstrado a sua inefficiencia no decorrer deste lapso.

Na obra de Cooper (Clayton Sedgwick) auctor americano que escreveu em 1917 *The brazilians and their country* ha uma serie de paginas consagradas ao café no capitulo *In the land of the paulistas.*

Transmitte ao leitor a funda impressão que lhe causaram fazendas com centenas de milhares de cafeeiros, viçosos plantados na terra roxa.

Conta ao leitor que visitou uma propriedade cuja casa grande era simplesmente enorme e pertencia a um neto do fazendeiro que a edificara.

Causou-lhe boa impressão o aspecto dos colonos. Pareceram-lhe bem tratados e satisfeitos. Recebiam 600 réis por alqueire colhido de 50 litros e cerca de 120.000 por milheiro de pés carpidos.

Para alguem ser fazendeiro de café, de modo lucrativo, no Brasil, era preciso ter capitaes avultados. Não se recommendava a quem quer que fosse tentar a vida no Brasil mettendo-se na lavoura cafeeira.

E naquelle momento atravessava-se uma phase sobremodo lucrativa para os cafeicultores. Uma fazenda de 50.000 arvores, em boas condições, valia 125 contos de réis.

Estas 50.000 arvores produziam 240.000 lbs. ou fossem 7.500 arrobas, prova de que o cafesal era rico em producção.

O cafesal paulista 750.000.000 de arvores valia outros tantos dollars e o total das fazendas 900 milhões de dollars.

Produzia 12.194.000 saccas, 60 por cento do consumo universal. Havia nestas fazendas grande numero de estrangeiros de dez nações principaes.

Impressionou-se Cooper sobremaneira com os aspectos do progresso paulista.

Indo ao Paraná conversou longamente com o Presidente do Estado que se mostrava muito animado com o progresso do cafesal paranaense avaliado então em 6 milhões de arvores.



CAPITULO XXXVI

As condições economico financeiras do Brasil em 1918 — Enorme diminuição do movimento commercial — A campanha submarina e a crise de transportes — Situação do café — Representação aos governos para a padronisação da exportação cafeeira — Declinio accentuado da producção fluminense

O anno de 1918, ultimo do quinquiennio sinistro encetado em agosto de 1914, com as diversas declarações européas de guerra, foi, para o Brasil, menos prospero do que o anterior, immediato, sob varios pontos de vista.

A guerra attingira a sua phase mais intensa e assim as difficuldades da navegação cerceada pela campanha submarina prejudicaram notavelmente a exportação. Assim os saldos do movimento do commercio exterior brasileiro diminuiram consideravelmente.

As compras dos alliados não augmentaram para todos os productos, e sim apenas para alguns e a procura de genero alimenticios para a exportação encarecera a vida nas cidades, porque as altas cotações obrigavam a majoração dos preços.

Esta violenta requisição num paiz de producção limitada provocara serios disturbios economicos, observou Victor Viana em o seu apanhado annual do *Jornal do Commercio*:

O mal estar nas populações urbanas e industriaes fora-se accentuando, a ponto de levar o Governo Federal em junho de 1918 e a exemplo de outros paizes, a crear um Commissariado de Alimentação Publica, afim de fixar os preços maximos dos artigos de primeira necessidade.

O Commissariado estabelecera tabellas que até novembro vigoravam por 15 dias e essa intervenção dos poderes publicos no curso natural dos negocios produzira perturbações em todos os ramos commerciaes.

Os productores receiavam que os seus productos não en-



contrassem reputação remuneradora; as tabellas não permittiam a essencia da vida commercial.

Dahi a relativa paralysação das encommendas. Coincidindo esta perturbação com as restricções da exportação por deficiencia de navegação, occorrera menor movimento, commercial sobretudo no ultimo trimestre.

O Governo não poderia ter deixado de tomar taes medidas de emergencia, mas essas proprias alliviadoras dos consumidores das cidades, alarmaram os productores dos campos. Dahi a suspensão de suas encommendas, o que fizera entrar em crise não só as fabricas de tecidos como as outras.

Felizmente, nos ultimos mezes de 1918, tendo o Commissariado dilatado para tres mezes o prazo de suas tabellas, a confiança começara a restabelecer-se. Coincidindo este acontecimento com maiores compras dos Alliados, a situação geral se tornara mais auspiciosa, indicando que o anno de 1919 seria de franca prosperidade.

A assignatura do armisticio a 11 de novembro não melhorou immediatamente a situação, abriu comtudo perspectivas proximas de grande incremento nos negocios.

Essas perturbações na vida commercial, provenientes de uma situação anormal, não affectaram porém a regularidade dos negocios. Todos os outros indices demonstraram que a prosperidade do paiz seguia o seu curso ascencional não sendo as crises senão meros accidentes que não prejudicavam a marcha do conjuncto. Se o saldo commercial nas trocas commerciaes fora menor do que em 1917, a exportação augmentara. O movimento activo dos bancos accusava quantia muito maior, todos os negocios bancarios haviam tido maior procura, emquantos os descontos e as outras operações se desdobravam por todo o paiz, sendo cada vez mais raros os casos de falta de cumprimento de obrigações.

Não correspondeu 1918 ás grandes esperanças dos exportadores, muitos artigos que no biennio anterior tinham dado grandes esperanças parecendo destinados a procura crescente, principiaram a cahir. Varias causas contribuiram para tal resultado: a falta de transporte, a concentração das compras dos Alliados na Argentina a deficiencia da organização commercial brasileira e a intervenção perturbadora do Commissariado da Alimentação.

A crise de transporte prejudicou as remessas dos productos classicos do Brasil interrompendo o movimento ascencional de artigos novos de exportação, que tantas esperanças tinham despertado em 1916 e 1917. A concentração das com-

pras na Argentina tornou mais facil aos Alliados a acquisição daquillo que poderiam ter realizado no Brasil. Muitas encommendas foram cancelladas forçando a venda dos stocks accumulados com aquelle fim, precipitando a baixa dos preços.

A deficiencia da organização commercial e bancaria brasileira não permittiu que se aproveitassem as primeiras offertas systematizando-se as correntes já estabelecidas e a propria producção e a intervenção do Commissariado produziu a exportação de muitos artigos, desorientando culturas e expedições desanimando productores e exportadores, affirmava o reparador.

A falta de transporte já determinara a venda de productos accumulados para os Alliados, dahi provindo geral depreciação. A dilatação do prazo da tabella de preços maximos do Commissariado fizera renascer, relativamente, a confiança, ante a possibilidade da reiteração das operações; mas a perturbação persistira.

A procura de artigos de origem animal tão grande fôra no mundo inteiro que, apezar de todas estas circumstancias a exportação desta classe não se resentira no Brasil. Em 1918 tanto subira que compensara parcialmente o desfalque nos mineraes e vegetaes, evitando assim que o balanço brasileiro do exercicio se encerrasse com deficit nas trocas internacionaes.

O mesmo se dera com a farinha de mandioca. Precisando o Brasil de grande saldos de exportação prenunciava o retrospectista do *Jornal do Commercio* que se occorressem dois exercicios como o de 1918 ver-se-ia o paiz a braços com nova crise economica. Felizmente melhorara a situação nos ultimos mezes do millesimo.

O saldo deste anno fôra de 147.698 contos quando em 1917 attingira 374.437. E' que a importação subira muito e a exportação, em quantidade, baixara de 2.016.723 toneladas para 1.771.754.

Criticando estes factos escrevia o analysta:

Em 1916 e 1917 começara a producção a depositar grande confiança nos novos artigos de exportação, productos que nunca dantes o Brasil expedira e outros que deixara de exportar ou estavam antes da guerra reduzidos a insignificante sahida. Nesta categoria figuravam a banha, as carnes em conserva e frigorificadas, o xarque, o manganez, o algodão, o arroz, o assucar, as batatas, a mandioca, o feijão, as sementes oleoginosas, as madeiras, o milho, etc.

Pois desses productos só a banha, as carnes em conserva, a farinha de mandioca e as madeiras accusavam augmento em

1918. Entre os 25 principaes artigos de exportação os que mais haviam soffrido com a guerra, accentuando uma crise que já existia, achavam-se a lã, o algodão, a borracha, o cacau, o café, sementes oleaginosas, etc. Tres tinham decahido, mas tendiam a uma situação normal como as fructas de mesa, o fumo a herva-matte; dois se encontravam relativamente estacionarios, entre oscillações passageiras como os couros e as pelles; oito tinham ganho com a guerra, mas já em 1918 haviam perdido em relação a 1917: as carnes congeladas, o xarque, o manganez, o arroz, o assucar, as batatas, o feijão e o milho. Seis apenas viam avolumadas as vendas tendendo a desenvolver o seu commercio que progredira em 1918 em relação a 1917 a saber: a banha, as carnes em conserva, a cera de carnauba, a farinha de mandioca, as madeiras e os oleos.

O café é que embora encabeçando a lista das exportações, com grande vantagem sobre as demais, como fazia desde 1832, soffrera um decrescimo jamais visto havia mais de oitenta annos! Desde 1831! cahira a 31,1 da exportação total do paiz, porcentagem inauditamente baixa.

Tambem só haviam sahido 7.433.000 saccas contra .... 10.606.000 em 1917 ou fossem 352.727 contos de réis em 1.137.000 contos da exportação total.

A mensagem do vice presidente em exercicio, Delphim Moreira, em maio de 1919, ao Congresso Nacional expoz com abundantes dados a situação financeira do paiz.

Nos ultimos cinco annos, fora o Brasil obrigado a recorrer a grandes emissões; e neste particular nada mais fizera do que, sob modos e disfarces differentes, todas as outras nações, belligerantes e neutras.

Exigira a guerra mundial expedientes de occasião para enfrentar as despezas publicas extraordinarias. A paz porém seria assignada dentro em breve — éra tempo, portanto, de se cogitar, a serio, de um regimen novo que permittisse o paiz realizar obras de fomento, reparando ao mesmo tempo os prejuizos da inflação do meio circulante.

No ultimo quinquiennio emittira o Brasil mais de um milhão de contos de réis. Era innegavel que as condições do momento não toleravam solução diversa. Mas não era tambem possivel encobrir que tal situação se mostrava prejudicial á economia geral, deslocando os valores, encarecendo a vida, sem vantagem real para as transacções que não correspondiam em movimento á massa de papel em circulação.

O quadro estatistico orçamentario assim se apresentava (em contos de réis).

Annos	Receita ouro contos	Receita papel contos	Despeza ouro contos	Despeza papel contos	Deficit
1915 . . .	48.314	299.144	79.022	516.628	286.577
1916 . . .	61.272	339.174	84.133	496.080	208.341
1917 . . .	66.487	357.870	105.442	563.044	286.183

Fora preciso lançar mão de recursos extraordinarios, emissão de titulos, letras e de papel-moeda, na importancia de 267.000:000$000 para supprir as deficiencias da receita. Assim, emquanto a receita ia lentamente subindo as despezas augmentavam em maior proporção e só pelo uso de recursos extraordinarios fora possivel liquidar os compromissos assumidos. Isso se déra aliás pela mesma época, em todos os paizes, convinha porém procurar o melhor processo de sahir de tal situação, que não podia ter senão caracter provisorio.

Em principios de 1919 o papel-moeda em circulação attingira 1.700.113:735$. Em cinco annos vira-se o Brasil na contingencia de augmentar de 1.108.772:752$000 o valor nominal de seu papel-moeda.

Cumprira-se o que se dispuzera no contracto do segundo *funding loan.*

Os encargos do Thesouro Nacional, provenientes da grande crise de 1913-1914 e das consequencias da guerra, haviam sido solvidos e o serviço da divida externa regularmente restabelecido. A divida tanto externa como interna, não augmentara de maneira desproporcional; mas como todas as operações feitas para resgate e consolidação se baseavam nos recursos fornecidos pelas emissões de papel-moeda, a massa de notas de curso forçado em circulação attingira a quantidades até então desconhecidas. Em cinco annos entrara em giro mais de um milhão de contos de réis, grande divida resultante da crise e da guerra, principalmente representada nesta massa de papel, já enorme e infelizmente incessantemente augmentada. Este emprestimo indirecto e forçado fora o grande onus que os ultimos annos de perturbação haviam creado.

Occorrera a enorme geada de 24 de junho de 1918 attingindo centenas de milhões de cafeeiros. E como resultado immediato se dera violenta alta de preços. Assim haviam sido estes os extremos do typo 7 por arroba no Rio de Janeiro e em Santos.

	Rio	Santos
1917.	6.200 — 10.300	7.200 — 9.450
1918.	6.200 — 16.000	12.000 — 19.600

O supprimento visivel mundial segundo Duuring & Zoon era em principios de janeiro de 1919 de 8.552.000 saccas das quaes 5.054.000 em Santos (excluidos os cafés do governo de S. Paulo).

Alargara-se muito o consumo notavelmente com a guerra.

Assim eram estes os confrontos em saccas de 60 kilos:

Paizes	1914	1918
França	1.860.000	2.602.000
Italia	409.000	705.000
Reino Unido . . .	212.500	497.000
Estados Unidos . .	7.575.000	8.746.000

Até em paizes não belligerantes como:

Hespanha	230.000	305.000
Argentina	195.000	437.000

Assim as perspectivas se mostravam excellentes tanto mais quanto a safra de 1918-1919 castigada pela phenomenal geada seria muito pequena.

A tal proposito escrevia contemporaneamente um articulista, criteriosamente:

"O café é e será ainda por largo tempo o nosso primeiro producto, o regulador de toda a nossa economia. Mas não podemos mais, dado o proprio desenvolvimento das nossas transacções, viver exclusivamente do café.

Precisamos, portanto, estudar com muita calma todas as possibilidades, e procurar garantir o escoamento de todos os demais productos."

Para o proprio café, convinha systematizar ainda mais o seu commercio, impedir de vez as demasias de especulação, tratar de conservar o *controle* adquirido, pelo Brasil e organizar de modo permanente, e sem falhas, um serviço de informações que causava espanto ainda que não existisse.

De facto, não se tinha ainda conhecimento exacto e regular do que os concorrentes do Brasil faziam, do seu producto

e vendas. Ainda havia pouco os mais competentes especialistas divergiam completamente na avaliação do producto e existencia do artigo de outras procedencias.

Desprezava-se demais, no Brasil, este serviço de informações, que exigia organização definitiva.

Iam os grandes mercados soffrer alterações nos processos de compra e distribuição, convinha pois acompanhar tal evolução, buscando vender directamente tanto quanto possivel, não esquecendo jámais a necessidade de linhas especiaes de navegação e de communicação com os diversos mercados do Oriente.

Não podia mais o Brasil descançar nos methodos primitivos, que consistiam, afinal, em esperar o freguez, e nada mais. Tinha em geral, comprado o que lhe queriam vender, e vendido o que lhe queriam comprar. Convinha uma reunião geral dos tratados do commercio.

Os paizes latino-americanos, sem excepção, ainda não se tinham conseguido emancipar dos especuladores estrangeiros, da deficiencia de regimen bancario, da falta de capitaes carencia de organização. Dahi a grande irregularidade do escoamento de sua producção, o que prejudicava muitas vezes os melhores calculos, provocando, de quando em quando, crises commerciaes e economicas.

Era possivel pois demonstrar que um dos objectivos maximos da politica economica nacional devia ser a obtenção da estabilidade da exportação. Estabilidade de volume e valor, da procura, de modo a não sujeitar o producto a continuas oscillações desorientadoras.

Agora se ia travando a luta para o deslocamento dos *stocks* e convinha que governos e particulares acompanhassem com muita attenção a marcha dos pedidos e das cotações.

Em 1918 a Associação Commercial do Rio de Janeiro e o Centro de Commercio de Café da mesma cidade representaram aos presidentes de Minas Geraes e do Rio de Janeiro sobre a necessidade da efficaz defesa official de seus respectivos cafés na praça carioca. A segunda destas entidades endereçou extenso memorial sobre a situação da inferioridade de seus cafés em face das normas que regiam o mercado de Santos.

Notava-se singular anomalia: os mesmos typos apresentavam cotações diversas nas duas praças.

Tomando por base as cotações *fob* do café, typo 7, em Santos e no Rio de Janeiro, notava-se immediatamente, a situação grandemente vantajosa em que, se encontrava, no Rio de Janeiro, o café proveniente de Minas e do Estado do

Rio de Janeiro. Assim por exemplo na data da representação eram as cotações as seguintes:

Em Santos; typo 4, 12$200, por 60 kilos, ou 73$200 por sacca. Com as despezas do ensaque, carretos, capatazias, etc. acrescidas do imposto de exportação e da sobretaxa de 5 frs. despezas estas correspondentes a 1$560, e, todas ellas, pagas pelo exportador, attingia-se o total de 83$600 por sacca embarcada.

No Rio; typo 7, 10$600, por 10 kilos, ou 63$600 por sacca. Acrescentando-se as despezas acima, inclusive a sobretaxa de 3 frs. e o imposto de 8 %, pago pelo productor chegava-se ao total por sacca embarcada, de 88$600.

Havia portanto, entre as duas praças, uma differença, de 5$000 em sacca, ou de 1.250 em 15 kilos, isto sem contar os 8 % do imposto que oneravam o productor.

Nada justificava semelhante disparidade de cotações do mesmo producto e do mesmo typo, disparidade que prejudicava enormemente a praça da Capital da Republica, a lavoura mineira e a fluminense, e as proprias finanças dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes.

Procurava-se explicar tamanha differença com a allegação de que os mercados norte-americanos, os maiores compradores do Universo davam preferencia ao café *Santos*, por ser mais doce e aromatico. Tal circumstancia fora sempre reconhecida sem que, no emtanto, houvesse jamais influido para determinar tão grande desigualdade de preços. Para desfazer de prompto tal argumento bastava attender ao facto de se exportar por Santos boa parte do café mineiro, alli cotado pelo mesmissimo preço do paulista. E, se isto ainda não fosse sufficiente, poder-se-ia acrescentar que, da propria praça do Rio de Janeiro fora remettido café para Santos, afim de aproveitar as vantagens de preço mais remunerador, vantagens essas que de sobra cobriam todas as despezas do transporte.

Convinha, entre parentheses, lembrar que os cafés mineiros sahidos por Santos eram os afamados cafés do sul mineiro, da região lindeira de S. Paulo que sempre produziram partidas de primeira qualidade ao passo que a região tributaria do Rio de Janeiro remettia em geral amostras muito peores. Havia ahi excessiva generalização do memorial.

O Centro de Commercio entendia que a desvantagem dos cafés mineiros e fluminenses tributarios da Guanabara vinha do desamparo official quando era sabido que o Governo paulista cuidava com o maior zelo de sua producção.

Deante de grande margem de legitimos lucros assim offe-

recida pela praça de Santos, os exportadores nella estabelecidos entraram a fazer largas compras de café em Minas, em zonas agricolas muito distantes que nunca, anteriormente, haviam remettido café para aquelle porto, como por exemplo, Carangola, Muriahé, Piau, etc. Os lucros em questão eram taes que compensavam vantajosamente os fretes pesadissimos e as demais despezas feitas pela mercadoria que demandava tão longinquo escoadouro.

Não havia duvida que este deslocamento do Rio para Santos, trazia momentaneamente certas vantagens aos productores mineiros e fluminenses. Mas convinha insistir neste ponto, taes vantagens eram tudo quanto de mais ephemero havia. Não tardariam a ser, por completo neutralizadas. A geada, o *geadão* de 1918, quasi reduzira ao mesmo nivel duas safras a de Santos e a do Rio esperando-se 4 milhões da primeira, tres e meio da segunda. Era o momento para os dois governos, o mineiro e o fluminense, agirem como fazia o paulista entrando na praça do Rio com as suas compras. Em Minas calculava-se o total das lavouras em 150 milhões de cafeeiros, em geral creoulos ou *bourbon* para uma producção de 2.500.000 a tres milhões de saccas em media.

Outra coisa que se reclamava contemporaneamente era a uniformisação das unidades de venda; que em Nova York era a libra de grammas 453,6 negociada em cents. e fracções de cent. no Havre 50 kilogrammos, em Londres 112 libras do systema chamado *avoir du poids* ou fossem 50,802 ks. Estas 112 libras na pratica correspondiam a um *cent weight* ou c. w. t. ou ainda 50,750 k. Em Hamburgo vigorava a libra londrina de 112 com preço estabelecido em pfennigs.

No proprio Brasil não havia uniformisação! O Rio de Janeiro persistia nas cotações por arroba ou praticamente 15 kilos e Santos tudo calculava por dez kilos.

Como indice de quanto a lavoura cafeeira deixara de ser o grande esteio da economia estadual apresentam-se as mensagens presidenciaes do Rio de Janeiro.

Nos vinte exercicios decorrentes de 1906-926, em dezeseis desses documentos espelhadores da vida do Estado não se encontram referencias ao café e as vicissitudes tão varias de sua vida.

Na mensagem de 1918 o presidente Dr. Agnelo Geraque Collet occupou-se da tributação cafeeira mostrando a dessemelhança, entre a legislação fluminense e a dos Estados vizinhos. Isto prejudicava a renda fluminense pois, as guias dos cafés paulistas, espiritosantenses e mineiros, consumidos na Capital

da Republica, vendidos com abatimento, passavam a cobrir parte da exportação dos cafés fluminenses para os outros Estados e o estrangeiro.

Sendo grande o consumo do café na cidade do Rio de Janeiro, a superabundancia daquellas guias acabaria por cobrir quasi toda a producção fluminense, fazendo desapparecer a receita-ouro do Estado, indispensavel ao ver do presidente ao equilibrio orçamentario.

CAPITULO XXXVII

As tremendas geadas de 1918 — Relato official — Commentarios de Pereira Barreto e Ferreira Ramos — Voltam-se os lavradores paulistas para o plantio do algodão

Descrevendo o que haviam sido os terriveis resultados das *geadas de S. João* dizia o Presidente Altino Arantes em sua mensagem de 14 de julho de 1918 ao Congresso do Estado.

"Sobrevieram, com a violencia devastadora de tremendo cataclismo, as fortes geadas das madrugadas de 24 a 26 de junho ultimo, as quaes destruiram em poucas horas, a maior parte de nossos cafesaes; sacrificaram, por alguns annos, as fartas e promissoras colheitas do producto que representa o maior patrimonio do nosso Estado e de todo Brasil. Inutilizaram as plantações de canna, de mamona e de algodão e arruinaram as pastagens destinadas á criação e á engorda de nosso gado."

O grande flagello dissipara, assim as fundadas esperanças de proxima era de folgada situação economica e bem estar collectivo para o povo paulista.

Os immensos e incalculaveis damnos por elle causados, não se haviam limitado, entretanto, a attingir os lavradores que, de um momento para outro, tinham visto comprromettidos o seu capital e o fructo de seu incessante labor.

Estendiam-se a toda a economia nacional affectando gravemente ás finanças do Estado, porque — nunca seria demais repetil-o na agricultura, e, principalmente, na lavoura de café repousavam as rendas publicas e a riqueza nacional.

Fora profundo o golpe desfechado sobre as classes agricolas, já havia muitos annos, lutando com serias difficuldades, enormemente agravadas pela superveniencia da guerra européa.

A durissima provação não conseguira porém abater o animo inquebrantavel dos lavradores de S. Paulo. E elles receberam toda a assistencia dos governos Estadual e Federal.

Assignalando as possiveis consequencias do terrivel flagello acrescentava o Presidente:



"Além da ruina das differentes culturas e da diminuição das colheitas, as geadas acarretaram sensiveis abalos nas relações de facto e de direito, existentes entre patrões e colonos, entre creadores e devedores, entre commissarios e comitentes; ao mesmo tempo que vieram trazer serios embaraços ao commercio de café, na praça de Santos."

A restauração dos damnos materiaes, para o restabelecimento da normalidade das relações affectadas e o amparo do mercado de café impunha a decretação opportuna de varias providencias, cuja complexidade e efficacia reclamava a attenção urgente, mas, sempre reflectida, dos poderes competentes.

Assim se aventavam a prorogação dos prazos para a amortização das dividas hypothecarias, por entendimento directo entre os interessados ou por acto legislativo; o fornecimento, a juros modicos, de recursos sufficientes para o reparo e custeio das lavouras; a intervenção nos grandes mercados de café, para defender os preços contra a especulação baixista assegurando-se compensação, reduzida embora, á enorme diminuição das safras.

Impunha-se a pratica da largueza e facilidade de effeitos commerciaes; a equitativa modificação nos contractos de salarios agricolas, a intensificação de novas culturas nas areas occupadas pelos cafezaes damnificados; a distribuição systematica das sementes; a reducção de fretes ferroviarios e maritimos e outros encargos, oneradores da lavoura. — Eram este os alvitres que a mensagem suggeria para, mais rapida, e seguramente, minorar os calamitosos effeitos da vasta catastrophe e revigorar, a pouco e pouco, as fontes productoras da riqueza publica.

Terminando a sua exposição dizia o Presidente, appellar para o esforço, a energia e tenacidade dos paulistas, afim de enfrentarem, calma e resolutamente, o infortunio, tendo em vista a completa restauração das culturas de cuja propriedade dependia o progresso de S. Paulo e a fortuna do Brasil.

Attingidos, não dura mas durissimamente, pela formidavel *geada de S. João* de 1918 procuravam os fazendeiros paulistas de café auferir alguma compensação nas lavouras de algodão.

Intensificou-se immenso o plantio da malvacea cuja exportação cada vez mais minguara nos quadros annuos estatisticos. Assim no decennio de 1881-1890 fôra de 4,2 da exportação total do Brasil para cahir a 2,7 e 2,1 nos decennios seguintes.

Chegara em 1911 a 1,5 em 1915 a 0,5! e em 1916 a 0,2!!

Em 1917 subira a 8,2 em plena conflagração mundial. Se em 1913 haviam sido remettidos 37.424 toneladas valendo 34.615 contos, em 1917 apenas lançara o Brasil ao Exterior 5.941 toneladas no valor de 9.700 contos.

Voltou-se a actividade dos paulistas para o cultivo do textil recordando quanto o seu territorio a elle se prestara, outróra, em larga escala. Realizou-se em outubro de 1918 na capital do Estado uma conferencia algodoeira preparatoria. Lembrou Ferreira Ramos que segundo a autorizada opinião de Lourenço Granato a safra mundial de algodão de 1916-1917 fora de 270 milhões de arrobas das quaes 190 produzidas pelos Estados Unidos figurando o Brasil neste conjuncto com apenas 4 milhões.

Esta lavoura seria agora tanto mais justificada quanto a grande lavoura cafeeira se achava em grande parte, damnificada pela geada. Além de diminuir a safra de 1918-19 em cerca de 30 % reduzira a corrente a menos de 6 milhões de saccas.

E assim como o Estado do Texas, na America do Norte, era cognominado *King Cotton State* poderia S. Paulo ser denominado no Brasil: *O Estado Rei do Algodão.*

Era uma questão de iniciativa, perseverança, tenacidade e trabalho, e tal conjuncto constituia um dos mais bellos caracteristicos do *Bandeirante Paulista.*

Protestou o Dr. Henrique de Souza Queiroz, nesta occasião, contra uma medida, a seu ver inepta, do Commissariado de Alimentação Publica restringindo a exportação algodoeira o que trouxera aos lavradores de S. Paulo o immediato e lamentavel effeito da medida restrictiva decretada: o desanimo levado ao espirito de quantos, flagellados pelo cataclysma de junho, e acoroçoados pelo conselho official, appellando para as ultimas energias, se haviam entregue á cultura de algodoeiro, como a unica capaz de em menor prazo e até certo ponto, attenuar os incalculaveis prejuizos soffridos.

A restricção trouxera a immediata baixa no mercado interno da fibra.

Sempre alerta em relação a quanto se relacionasse ás questões economicas sobretudo ás cafeeiras aconselhava em 1918 o Dr. Luiz Pereira Barreto aos lavradores que para as replantas se valessem de sementes dos cafeeiros que haviam resistido á geada no meio das lavouras por ella damnificadas.

Era pela selecção que se aperfeiçoava a cultura; e, selecção não significava só produzir mais; e sim tambem: melhorar a qualidade, e melhor resistencia á acção prejudicial dos phenomenos meteorologicos que actuavam sobre o vegetal.

Outro conselho do mesmo scientista visava a defesa das culturas contra a acção devastadora das grandes ondas frias.

Tambem insistia para o resultado obtido como meio de protecção contra a geada conseguida por intermedio de cortinas de fumaça espessa.

Verificara-se exactamente então que a espessa neblina levantada do leito do Rio Grande e cobrindo o enorme cannavial do Coronel Francisco Maximiano Junqueira a este salvara do flagello da grande geada.

Chamou Francisco Ferreira Ramos contemporaneamente a attenção publica para a periodicidade notada em relação ás grandes geadas, um cyclo de 48 annos para as de maior intensidade. Assim houvera a de 1822 a de 1870 e agora a de 1918. Um subperiodo de 16 annos tambem se notara em que as geadas se mostravam mais intensas embora não tanto quanto dentro dos cyclos maximos.

Conheciam-se os *geadões* de 1822, 1870, 1918 affirmou o articulista, devendo ter occorrido geadas notaveis em 1838 e 1854.

Ao avançar semelhante proposição esquecia-se o distincto auctor de um desses flagellos enormes tão grandes quanto as de 1870 e 1918 o de 1842, cujos prejuizos haviam sido immensos determinando além de tudo, pela morte das arvores, incendio pavoroso e intermino. Começado á altura de Itú alastrara até a barranca do Paraná.

Recordava o Dr. Ferreira Ramos as conclusões de um astronomo inglez acerca da coincidencia que havia entre o apparecimento e desapparecimento das manchas solares e a variação periodica das precipitações aquosas sobre a Terra. Se de facto do Sol provinha o calor, — claro era que as perturbações na irradiação solar de que procediam as faculas, deviam influir sobre a climatologia. Segundo taes conclusões a Terra se via sujeita, em certas regiões, a periodos de annos chuvosos e de annos de secca. Tal periodo parecia variar entre 14 e 16 annos. Se assim acontecia, os annos de chuvas como os de 1904 e 1906, deviam começar a partir de 1919. Mas, se tal se verificava para as precipitações aquosas, porque não se daria o mesmo com as grandes variações thermicas da atmosphera terrestre? Se o Sol apresentava periodicamente na photosphera perturbações capazes de influir na irradiação não seriam taes variações a causa principal do periodismo das geadas?

Sobre o assumpto, immenso se escreveu então sobretudo em S. Paulo.

CAPITULO XXXVIII

Representação da Associação Commercial de Santos ao governo paulista — Imperiosa necessidade da defesa dos preços — Suggestões da Sociedade Paulista de Agricultura — Exposição da mensagem presidencial paulista de 1918 — As operações da valorisação de 1906 — Opiniões de Siciliano sobre a situação commercial do café — Inicio das novas operações de defesa

A grande assembléa geral extraordinaria da Associação Commercial de Santos, a 20 de março de 1918, representou ao governo do presidente Altino Arantes sobre as circumstancias anomalas em que se achava a sua praça. Uma commissão composta dos Drs. Antonio C. de Assumpção, Henrique de Souza Queiroz e A. J. Azevedo Junior redigiu um memorial em que se descrevia esta situação.

Armazenando cerca de seis milhões de saccas de café algarismos nunca attingidos e nem sequer imaginados — era ella de quasi asphyxia. Não havia em Santos um unico deposito vasio, e não raro era verem-se predios velhos, de ha muito condemnados pela hygiene, adaptados as pressas para receberem os cafés do interior.

O proprio Secretario da Fazenda do Estado, conhecendo *de visu* o que se passava requisitara grande armazem da São Paulo Railway e mandara adaptar para receber café, o grande e inacabado edificio da Immigração além de manter a despeito de tudo, grande quantidade de café, comprado e pago, em armazens de commissarios, seus vendedores — sem poder attender aos reiterados pedidos de retirada.

Tendo-se como certa a entrada de mais dois milhões de saccas da safra corrente; e, como muito pouco provavel a sahida de igual quantidade nos quatro ultimos mezes do anno commercial de 1917-1918, a perspectiva que se aprentava era de não poderem ser recebidos em Santos os cafés da safra nova que começariam a descer em julho de 1918.

Urgia, portanto, que, se por qualquer eventualidade tão commum nos tempos difficeis correntes, os dois milhões de saccas a serem adquiridas pelo Governo francez não tivessem de sahir nos proprios vapores cedidos á França, pelo Governo Federal, cuidasse o Governo Brasileiro deste assumpto com a maior attenção, construindo por conta propria, ou garantindo alugeis, ou juros aos particulares que quizessem empregar capitaes nestas construcções. Isto porque, positivamente, não seriam sufficientes os que a Companhia Docas fôra autorizada a edificar com capacidade para 200.000 saccas, numero que o proprio Governo levantara para 200 ou 220 mil saccas.

Declarava-se a Commissão convencida de que, depois de acabada a guerra, por motivos de ordem politica-social-economica-financeira — ainda por muitos annos seria Santos o mercado detentor dos maiores *stocks* de café no mundo. Não se poderiam considerar mal empregados os capitaes que procurassem tal collocação, ainda mesmo que os alugueis e as armazenagens baixassem ao justo nivel, de havia muito, excedido, e a tocar ás raias da exhorbitancia.

Tornava-se necessario que o Governo de São Paulo comprasse mais dois milhões de saccas até o fim da safra de 1917-1918 afim de que se tranquillisassem as operações da colheita em curso.

Advogava a commissão, se tanto fosse preciso, uma emissão com lastro café dando-se a esta mercadoria um valor convencional.

E nem sequer os perigos da inflação poderiam ser invocados, porque o papel-moeda emittido sobre tal lastro, seria recolhido á proporção que o café se exportasse e o ouro por elle representado fosse innoculado na circulação nacional.

Por esta forma, bem dizer mecanica, poderia o Governo Federal dar mão forte ao de S. Paulo, e este a seu turno dar á lavoura e ao commercio o auxilio que só elle estaria á altura de prestar, salvando-o da decadencia e da ruina, e exercendo uma das mais elevadas prerogativas governamentaes.

Dos 600 mil contos emittidos, a partir de 1914, apenas 80 mil haviam vindo para S. Paulo afim de ampararem a principal producção do paiz.

O café, unico producto de grande commercio mundial de que o Brasil quasi possuia o monopolio; precisava a todo o custo, ser defendido em sua posição privilegiada. Quem ousaria contraditar a verdade incontestavel do que elle nada perde das qualidades intrinsecas passados dez annos de armazenamento? Ainda naquelle momento se demonstrara positiva tal

proposição com os altos preços obtidos no Havre por partidas alli armazenadas desde o tempo da valorização.

Se a situação da praça de Santos era sobremodo solida nem por isto deixava de se achar tão pesada como nunca fôra e nas vizinhanças de uma conjunctura que podia tornar-se gravissima se lhe faltasse numerario.

Os 7 milhões da safra corrente, já vendidos, haviam produzido cerca de 210 mil contos; mas convinha não esquecer que os supprimentos que a praça santista fazia annualmente, á lavoura, andavam em mais de 160 mil contos. Estava-se em março, mez em que o custeio já se achava feito em sua maior parte. Só em fretes e despezas a cobrar achava-se retida em Santos consideravel somma.

Tornava-se urgente que o Governo augmentasse as compras para trinta mil saccas diarias, no minimo. Tambem se reclamava a extensão para seis mezes, do prazo maximo de quatro, então vigente, para as operações de saques do Banco do Brasil entre lavradores e commissarios, creando-se uma secção de redescontos bancarios.

Dispensada a exigencia, no momento irrealisavel, do lastro ouro, dar-se-ia a essa secção a faculdade de requisitar do Thesouro Federal uma emissão de papel-moeda, em proporção determinada, e mediante prévio deposito de titulos e effeitos commerciaes, em condições rigorosamente preestabelecidas por lei. A prompta instituição deste apparelho simplissimo viria trazer, para a economia nacional sem onus de qualquer especie, presente ou futuro extraordinarias vantagens. Não só a tranquillidade das transacções como a utilização de cerca de duzentos mil contos improductivos nas caixas bancarias pela impossibilidade de redesconto dos titulos de suas carteiras.

Advogava-se ainda a reducção na taxa dos juros e o maior esforço do Governo Federal para incrementar a navegação transoceanica. Interessou-se vivamente a Sociedade Paulista de Agricultura pelo estudo das consequencias economicas da geada de 1918 e dos meios de se restaurarem as lavouras por ella tão altamente damnificadas.

De tal estudo foram especialmente incumbidos dois homens de grande renome nos meios cafesistas o Dr. Francisco Ferreira Ramos e o Coronel Arthur de Aguiar Diederichsen.

Opinou esta commissão pelos seguintes alvitres:

Fornecimento de recursos aos lavradores, a prazos convenientes e juro baixo, para a reconstituição dos cafezaes e custeio de novas culturas.

Defesa do mercado de modo a assegurar á safra em anda-

mento, preços remuneradores, perfeitamente justificados pela situação actual do artigo.

Creação do Banco de redescontos.

Facilidade de transportes maritimos e reducção dos respectivos e exagerados fretes.

Importação pelo Estado de instrumentos agrarios e ingredientes contra as pragas, para a revenda aos lavradores, a preços de custo.

Acquisição, pelo Estado, para a revenda aos lavradores, sob preço reduzido, de sementes, como por exemplo as de algodão, forragens, fumo, pontas de canna, ramas de mandioca, batatas, etc. etc.

Occorria, finalmente, exhortar a iniciativa particular a organizar nos municipios installações industriaes para beneficio e enfardamento do algodão.

Para a reconstituição dos cafesaes era preciso avultada somma muito lifficil de se obter fora do paiz. Restava o recurso á emissão que o Governo Federal concedera á lavoura paulista, toda ella a ser lastrada pelo stock de café comprado em 1917.

Quanto á forma de distribuição dos auxilios recommendava-se a formula seguinte:
Devia elle ser fornecido pela carteira especial de um ou mais Bancos, que já operassem ou quizessem operar directamente com a lavoura.

O Estado receberia o dinheiro da União e o entregaria ao Banco, a juros estrictamente necessarios para cobrir as despezas da emissão — 2 por cento por exemplo — e o Banco a seu turno se obrigaria a fazer os emprestimos aos lavradores, a juros de 6 por cento, e em condições preestabelecidas no contracto que para este fim celebrasse com o Governo.

Os emprestimos deveriam ser feitos sómente aos lavradores prejudicados, pela geada, a prazos relativamente curtos, (um, dois e tres annos), em proporções verificadas necessarias para o serviço de reparação dos cafeeiros, e para o custeio da nova cultura que o lavrador entendesse explorar.

Sendo tal prazo relativamente curto, e destinando-se especialmente á reparação dos cafeeiros damnificados, e ao concomitante custeio da cultura intercalar escolhida, taes fornecimentos deveriam ser feitos em prestações, á medida das necessidades, podendo ser garantidos por penhor agricola de algodão, mamona, café, cereaes e outros productos, com reforço da segunda hypotheca e outras garantias subsidiarias, sempre que se tratasse de immovel já hypothecado, e não fosse possi-

vel, de accordo com o primeiro credor, obter a primeira hypotheca.

Tambem poderiam ser feitos emprestimos a prazo relativamente longos, sob garantia de primeira e especial hypotheca.

Outra medida imprescindivel a persistencia da defesa do café.

Acabara de se liquidar o ultimo *stock* da Valorização, em condições extremamente favoraveis ao Estado, não obstante os onus de toda a especie que haviam gravado a corajosa operação, no longo decurso de doze annos.

Mais impressionante e significativa era a experiencia recentissima da intervenção que acabava de fazer o Governo, no mercado de Santos.

Por effeito de tal operação tornara-se o Estado possuidor de consideravel *stock* de cerca de 3 milhões de saccas, compradas em 1917 e em principios de 1918, em Santos, á base de 4$900 por 10 kilos, em defesa de um mercado que, abandonado a si proprio, teria descido inevitavelmente a cotações miseraveis, devido aos entraves criados, pela guerra, á exportação, não obstante ser reconhecidamente boa a situação commercial e estatistica da mercadoria. Este *stock* já se achava enormemente valorizado, representando não só immenso serviço prestado pelo Governo de S. Paulo á lavoura e ao commercio de café como brilhante operação commercial que já lhe assegurava um lucro de mais de 20$000 por sacca, ou fossem mais de 60 mil contos de réis.

Tal lucro poderia ainda avantajar-se notavelmente se a guerra terminasse.

Não houvesse entretanto, o Governo de S. Paulo acudido, pressuroso e previdente, ao justo appello das classes productoras para defender o mercado, teria a safra de 1917-1918 sido liquidada, toda ella, a preços infimos, com enorme prejuizo para a riqueza paulista e sérias e graves perturbações de sua vida economica.

Acaso poderiam, em boa fé, os doutrinarios, *a outrance* malsinar a emissão que permittira tão intelligente e proficua despeza? Não se achava parte da emissão applicada á acquisição do café melhor lastrada que as mais cautelosas emissões feitas sob os moldes classicos do terço de lastro metallico?

Era de boa doutrina afastar-se, o Estado do campo das transacções commerciaes a serem reguladas pelas leis economicas. Mas tambem não se lhe permittiria cruzar os braços ante situações anormaes creadas por causas excepcionaes como entendera fazer o Governo de S. Paulo.

E os factos haviam vindo justificar tal modo de agir.

Sem qualquer intervenção do Estado estavam as cotações subindo a um nivel altamente animador e amplamente justificado pela actual situação do café.

A safra corrente, considerada pequena, seria ainda, segundo as ultimas previsões, inferior á avaliação primitiva.

Não excederia muito de 7 milhões de saccas, se é que até mesmo attingisse esta cifra. A vindoura, inteiramente sacrificada pela geada, parecia não dever attingir quatro milhões. Os estragos produzidos pelo extraordinario phenomeno climaterico impediriam safras grandes ainda nos dois annos subsequentes.

Diante de tal situação, só mesmo as condições de incertezas, difficuldades e obstaculos creados á exportação pela guerra permittiam admittir possivel baixa nas cotações correntes.

E era só mesmo no caso desta improvavel eventualidade, que se solicitava a defesa do mercado pelo Governo, afim de assegurar aos preços da safra, em andamento, uma cotação minima, que á Commissão parecia não dever ser inferior a 8$000 por 10 kilos.

Era de esperar que nem se precisasse realizar tal intervenção official. Se o Estado de S. Paulo comprasse mais um milhão de saccas, o que seria improvavel, ainda assim a media desta nova acquisição e o das anteriores estava muito dentro da grande margem que assegurava ao Estado brilhante lucro.

A fundação do Banco de Redescontos provocaria o immediato augmento dos recursos disponiveis, a reducção na taxa dos juros, a tranquillidade e a segurança na vida economica do Estado.

Em 1918 assignalava o presidente Altino Arantes ao Congresso Paulista a reducção do Stock da Valorização para 982.879 saccas valendo £ 4.680.375. O activo da operação, £ 11.107.461, sobrepujava de £ 2.110.938 o passivo.

Os tres emprestimos de £ 15.000.000 estavam reduzidos a £ 8.970.432.

Expunha o presidente o excellente pé da operação: julgara-se de toda a conveniencia a venda das 982.979 saccas ainda armazenadas na Europa, e esta operação fora effectuada com grande exito e assignalada por optimos preços. A 17 de junho de 1918 leiloara-se no Havre o resto do stock existente naquella praça.

De accordo com os contractos em vigor, o producto da venda se aplicara á amortização dos emprestimos a que os

cafés vendidos serviam de garantia, á espera da terminação da Guerra para se liquidar definitivamente esta operação.

As Caixas Economicas e os Bancos populares, fundados de accordo com os ensinamentos modernos, iriam desempenhar saliente papel na solução de importantes problemas economicos.

Já estavam criadas e funcionavam regularmente 65 caixas. Autonomas as da Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto e as demais annexas ás Collectorias locaes.

As economias do povo paulista depositadas nas Caixas Economicas não entravam para o Thesouro ou para as Collectorias a titulo de emprestimo, e receita eventual. Eram immediatamente recolhidas aos estabelecimentos bancarios encarregados de sua distribuição em proveito do desenvolvimento da economia publica.

Até 30 de junho ultimo era de 12.469:217$200 o total dos depositos feitos quasi todo aplicado áquelle fim.

As Caixas, os Bancos de Credito Popular entrosados com o grande banco de Credito Hypothecario e Agricola funccionavam em cooperação harmonica.

A expansão destes tres apparelhos combinados se fizera mais necessaria depois da grande geada, que tão profundamente havia ferido os interesses da lavoura.

Falando da necessidade de uma reforma bancaria dizia o Dr. Altino Arantes que a seu ver era ella imprescindivel. Grande mal o isolamento em que viviam os estabelecimentos bancarios. Precisavam consorciar-se em um centro commum. Havia grande estagnação de fundos em suas caixas pelos receios dos riscos da aplicação.

A criação de um instituto de credito central, onde os outros bancos encontrassem meios e garantias para a movimentação dos depositos e haveres, parecia a providencia aconselhada afim de que não faltassem os recursos e o credito, a juros modicos, de que tanto precisavam a lavoura, as industrias e o commercio.

Por meio de redesconto e da caução de titulos, endossados pelos bancos consorciados e originarios de transacções agricolas, industriaes ou commerciaes ou por meio de *warrants* representativos de productos de difficil deterioração — poderiam ser satisfeitas, com a elasticidade imprescindivel, as exigencias das classes productoras.

Cenvertidos em ouro os milhões de saccas de café adquiridos pelo Governo, poderia esta quantia ser aproveitada como lastro metallico do novo instituto.

Este ouro, assim transformado, caso as necessidades na-

cionaes não lhe impuzessem destino diverso, serviria de pedra fundamental para a grande obra da reorganização bancaria, base da reconstrucção economica e financeira do Paiz.

A catastrophe tremenda que acabava de flagellar a lavoura paulista, prodigiosa geada de 24 de junho determinando a necessidade imprescindivel de se proporcionarem aos productores agricolas as maiores facilidades possiveis em materia de credito, a juros modicos e prazos longos, para a restauração gradual das culturas, — tornava mais relevante e urgente tal assumpto, altamente recommendavel ao estudo dos poderes competentes.

Tornava-se premente problema o da defesa do café.

O bloqueio dos grandes centros importadores, a escassez de transporte e as restricções oppostas á entrada do producto, nos mercados europeus, criavam uma situação de graves apprehensões.

Calculada em 12.000.000 de saccas a safra de 1917-1918, difficilmente poderia S. Paulo exportar dois terços, sequer, deste total.

O excesso de producção sobre o consumo avaliado em 4.000.000 de saccas, viera trazer forte oppressão ás praças exportadoras, grandes baixas nos preços. E, dahi, incalculaveis prejuizos á economia nacional. Exigiam-se providencias opportunas e efficazes a serem postas em execução.

A retirada dos mercados exportadores do excesso previsto era o alvitre geralmente aconselhado, para que o resto da safra se escoasse sem maiores perturbações.

O Governo Paulista, attendendo ás justas solicitações dos productos e empenhado em que do esforço honesto dos lavradores se deparasse razoavel remuneração, procurava, com a maxima solicitude, combinar medidas tendente a impedir o sacrificio da safra em curso e conjurar imminente desastre.

Assim obtivera do Governo Federal um auxilio de 150 mil contos de réis para a defesa do café.

No contracto celebrado com o Governo da União, para a execução do plano combinado, o Estado de S. Paulo não figurara como um solicitante de emprestimo para satisfação dos seus compromissos ou de suas necessidades locaes; accentuava o Presidente A. Arantes e sim simplesmente, recebera do Governo Federal a honrosa incumbencia de promover a defesa do café, producto nacional por excellencia, com os recursos que lhe seriam fornecidos. Promptificara-se, como bom e honesto gestor, a prestar contas pormenorisadas das quantias recebidas, á proporção que fossem aplicadas aos fins exclusivos do

accordo. Ainda mais assumira todos os riscos da operação, com o compromisso de restituir integralmente ao Thesouro Nacional as sommas tomadas e garantidas pelo proprio Estado e cafés adquiridos, depositados nos armazens das Docas de Santos e em outros arrendados ou adrede edificados e adaptados pelo Governo.

A intervenção do governo estadual se fizera por intermedio dos apparelhos officiaes funccionando em Santos. A Recebedoria de Rendas, a Bolsa Official e a Caixa de Liquidação.

Mantido o preço minimo da cotação do dia e mediante classificação equitativa de todas as casas commissarias, baseada na proporção dos respectivos recebimentos, operara o Governo francamente no mercado cafeeiro, fazendo-o á medida da valia dos recursos fornecidos pela União para a compra do producto.

E tal occorrera ufanava-se o presidente paulista, sem preferencia por quem quer que fosse, sem intermediarios estranhos aos institutos officiaes, com a mais escrupulosa correcção e imparcialidade. Por intermedios dos institutos e a collaboração, solicitada, de todo o commercio de Santos, conseguira o Governo desafogar a praça santista, amparando a producção e tranquillisando os espiritos apprehensivos com a perspectiva de paralisação do mercado e aviltamento dos preços.

De tal modo benefica e efficaz a intervenção official no mercado que, ainda mesmo antes de concluida a Associação Commercial de Santos por intermedio da Commissão composta dos Srs. A. A. de Azevedo Junior, Drs. Antonio Carlos Assumpção e Henrique de Souza Queiroz, assim se pronunciara: "A Commissão, em nome da praça de Santos, rende ao Governo de Estado e ao seu operoso Secretario da Fazenda a mais sincera homenagem, reconhecendo o seu decidido esforço e a sua maior isenção de animo, na forma por que tem operado. Mais ainda, reconhece e proclama bem alto o inestimavel serviço prestado á nossa lavoura, sem o qual o nosso commercio estaria desmantelado, com aviltamento de preços, e a nossa lavoura completamente arruinada."

Com o mesmo proposito de defesa do café, o Governo do Estado, por intermedio da Recebedoria de Minas Geraes e dos Armazens Geraes, interviera na praça do Rio, fazendo acquisição de parte do stock alli existente dos cafés mineiros, fluminenses e espiritosantenses. A situação creada pela Grande Guerra em relação a sahida do café, fez com que em março de 1918 o Conde Alexandre Siciliano viesse a público affirmando,

com a sua grande autoridade em assumptos commerciaes cafeeiros que, ao seu ver, a crise tomara a maior gravidade podendo sobretudo affectar, immenso, a economia das classes pobres do Estado de S. Paulo. Baixara o café mais de trinta por cento, de 6$500 a 4$900 por dez kilos.

Abaixo destes limites, a producção já não era remuneradora. Dahi por diante seria ruinosa a situação dos fazendeiros.

O problema pois, devia ser encarado sob dois aspectos:

1.º) — Tornava-se preciso assegurar ao café vendido meios promptos e faceis de transporte;

2.º) — Era urgente impedir que o *stock* não vendido provocasse a desvalorização do producto.

O Governo Federal se actuasse sobre os governos alliados conseguiria melhorar a situação do café represado.

Assim como estava succedendo em junho de 1919, o stock represado corresponderia a uma cifra enorme: sete milhões de saccas não vendidas. Vender café abaixo de 4.100 era arruinar o producto. O unico remedio consistia em nova emissão não havendo nisto motivo algum para quem quer que fosse alarmar-se.

O café como o trigo, como o algodão, era ouro. Uma emissão, garantida, por este producto, não podia representar senão uma operação de caracter interno e transitorio que em lugar de enfraquecer fortalecia o valor da moeda nacional.

Podia a operação ser feita directamente pelo Governo Federal por meio de uma emissão garantida pelos stocks de café, ou pelo do Estado de S. Paulo. A este de accordo com a Constituição assistia o direito de solicitar, um emprestimo do Governo Federal, offerecendo as devidas garantias do pagamento e fiscalização.

Quaes as consequencias de tal operação?

Optimas, sob todos os pontos de vista afiançava o C. Siciliano.

O preço normal imposto pelo Governo seria sempre superior ás cotações vigentes, e em qualquer hypothese, impediria uma baixa além das mesmas.

Permaneceria a lavoura tranquilla retomando a economia do paiz a vida normal.

Se em todos os tempos se haviam lançado emissões de papel-moeda, sem as correspondentes garantia ouro, a emissão que se aventava, de 30.000 contos, garantidos por um producto real, equivalente ao ouro, não poderia influir no

cambio, nem alterar a situação monetaria nacional. Além disto, semelhante emprestimo contrahido, internamente e sem o onus de juros, só poderia ser vantajoso á prosperidade local.

Interpelado se pretendia advogar segunda valorização, como já o fizera em 1906, declarou Siciliano que assim era mas como medida de defesa do paiz contra uma crise immediata, tendo-se em vista ao mesmo tempo, acautelarem-se os interesses do estado para depois da guerra.

Assim se evitaria que outros fizessem á custa do Brasil, uma especulação que elle podia honestamente realizar por si só.

Naquelle momento, premido pela necessidade de vender, abria o Brasil mão do café por preço irrisorio, que já compromettia os interesses da lavoura. Se continuasse a baixar, representaria isto a sua ruina.

O mesmo café, comprado directamente pelo Estado e depositado nos armazens poderia ser vendido finda a guerra, a cotações bem superiores.

A duração das hostilidades não poderia preoccupar: pois o café adquire valor com o decorrer dos annos. E a sua conservação não exige locaes especiaes, mas apenas armazens muito simples, absolutamente vulgares.

O Brasil, possuidor de consideravel stock poderia no almejado dia da paz, realizar lucros notaveis, em lugar de permittir que isto se desse em Nova York, e por conta de outros perdendo elle o monopolio de seu grande producto.

Interpellado se o consumo de café, acabada a conflagração mundial, não decresceria em virtude da situação financeira critica dos belligerantes esgotados respondeu Siciliano categorico que pensava exactamente o contrario.

Antes da Conflagração mundial o consumo do café no Universo era de 21 milhões de saccas, approximadamente. A guerra porém, servira para difundir enormemente o seu uso e o gosto pelo genero.

Podia-se calcular que 30 ou 40 % apenas dos soldados combatentes delle faziam uso, em tempo de paz.

Apreciados os beneficios physiologicos da bebida, bem poucos seriam, e somente os de infima condição, os que a ella iriam renunciar.

Mesmo os Inglezes, que, por motivos inherentes á politica colonial, preferiam o chá ao café, já lhe reconheciam as qualidades e o apreciavam devidamente.

A Allemanha, a Austria, a Russia, a Belgica, a Rumania, a Turquia e a Bulgaria deveriam reabastecer-se em larga es-

cala porque durante a guerra haviam ficado impossibilitados de o fazer.

Só teria o Brasil a ganhar, pois, conservando um *stock* consideravel, após a guerra.

Fosse pois, exportado — concluiu Siciliano e o mais possivel, mas não a preços aviltantes e ruinosos. Alto se lhe mantivesse o valor o que equivaleria a manter-se alto o valor de toda a riqueza nacional. E sobretudo, não se perdesse de vista o que poderia ser a situação do Brasil depois da guerra, tomando-se desde logo todas as medidas para a protecção dos interesses nacionaes.

Em abono do que affirmava Siciliano espalhava a imprensa que o commando do grande exercito dos Estados Unidos adquirira em França enorme massa de café installando neste paiz dezeseis usinas de torrefação. Os correspondentes dos jornaes americanos, na Allemanha bloqueada, revelavam que, em 1916, acabara completamente a reserva cafeeira dos imperios centraes, apezar do recurso, cada vez maior, á addição da chicorea.

Começaram a apparecer os succedaneos em que sobretudo concorriam a aveia e a cevada torradas e perfumadas por productos chimicos derivados do alcatrão da hulha.

Depois não mais fora possivel usar dos cereaes que encontravam outro emprego. Assim os Allemães se haviam visto obrigados a procurar novos succedaneos. Uma variedade nova de café artificial — Kaffee-Ersatz-Ersatz — era feita por meio de bolotas e fructos da faia torrados, com pequena proporção de cevada para conseguir dar ao conjuncto vago gosto de café legitimo.

Era ainda comtudo bebida sã, menos agradavel ao paladar do que a sua antecessora, embora mais cara.

Este succedaneo tambem desapparecera ou só ficara limitado aos ricos. As bolotas e os fructos de faias começaram a rarear, porque serviam de alimento aos porcos. E assim se lançara ao mercado terceiro producto, cujos principaes ingredientes vinham a ser a cenoura e a beterraba!

Afinal, minimo fora o benificio real de toda essa procura de succedaneos. Todos estes productos vegetaes naturaes succedaneos grosseiros do café teriam o mesmo valor quando consumidos sob forma diversa. A unica vantagem delles decorrente fora a de dar satisfação approximativa de inveterados habitos.

Em fins de 1918 passado o armisticio espalhou-se no Brasil, com surpreza, a noticia de que o Syndicato dos Corre-

tores Officiaes de Café do Havre estava absolutamente indignado com a intervenção official brasileira nos negocios de seu ramo. Assim reunidos em assembléa deliberativa haviam estes intermediarios resolvido solicitar do Governo francez que cessasse immediatamente as compras no Brasil.

Fosse a liberdade completa restituida, e sem demora, ao commercio cafeeiro. Della decorria toda a franqueza das transacções sobre a mercadoria, cujo desenvolvimento era preciso, como no passado, realizar-se sem entraves ou privilegios.

A esta irada moção precedia uma serie de considerações tendentes a affirmar que os corretores se haviam submettido ás exigencias descabidas impostas pelos processos brasileiros durante a guerra mas tudo por mero espirito de patriotismo.

Chegara porém a hora da volta ás antigas normas.

O commercio do café no Havre era um modelo de actividade, dando satisfação a patrões, empregados e operarios, já sua organização dera provas occupando preponderante lugar no commercio mundial.

A suppressão da liberdade de importações em janeiro de 1918, em connexão com a convenção franco-brasileira, de caracter francamente anti-economico, fizera surgir em França uma categoria injustificada de privilegios do commercio. A ingerencia do Estado fizera desapparecer quasi completamente o *stock*, da praça tornando assim ultra-precario o abastecimento militar e civil. Levara o Havre a cahir na categoria de uma praça inimiga, como Hamburgo, quando se achava perfeitamente apto pelos proprios meios, para reparar as consequencias da intervenção governamental.

As disponibilidades do café no Brasil e de outras origens existentes no Mundo não permittiam não somente alimentar convenientemente o consumo francez, como tambem reconstituir o *stock*, instrumento da actividade e da prosperidade francezas.

Convinha agir depressa, aproveitando o periodo preparatorio da paz, emquanto o bloqueio protegia a França ainda contra a concurrencia dos inimigos permittindo-lhes tomar avanço certo sobre elle.

Assim em vesperas de desmobilização erà necessario crear trabalho para todos que iam reentrar nos lares. Tornava-se, portanto, criminoso destruir ou amortecer um ramo de negocio da importancia do commercio cafeeiro.

Intervindo novamente nos mercados em 1918 até 30 de julho comprou o governo paulista 3.073.585 saccas de cafés finos (typo 4).

A retirada do giro dos negocios de tão grande volume produziu como de esperar, os effeitos desejados, desopprimindo a praça, regularizando a exportação do resto da safra e suprindo a falta dos mercados europeus completamente cerrados.

Vendido, como se achava, todo o café da Valorização, existente na Europa, o stock formado pelo Governo em Santos e no Rio teria de ser em tempo opportuno, collocado a preços elevados, ficando então o Estado de S. Paulo habilitado a restituir integralmente ao Thesouro Nacional as sommas recebidas e que tão assignalados serviços haviam prestado ás classes productoras e á economia nacional.

A intervenção official impedira a derrocada do café. E o Governo Federal conseguira um accordo com a França em que se incluira, uma clausula estabelecendo, como compensação pelo arrendamento dos navios, de que o Brasil ia ficar privado para o transporte de sua producção, a obrigação da compra de dois milhões de saccas da safra em via de exportação.

Graças, principalmente, a esta serie de medidas, dissiparam-se as apprehensões que, sobre a sorte do café, desde 1917 se vinham avolumando não se confirmando os sombrios augurios dos pessimistas, pouco confiantes no vigor das forças economicas nacionaes e na acção dos responsaveis pelo governo do Brasil.

Os calculos sobre a safra haviam sido excellentes. Avaliada a colheita paulista de 1917-1918 em 12 milhões de saccas dera 12.133.930. Restavam vender 13.025.871 saccas em Santos. Destas haviam sido exportadas 7.370.115, compradas pelo governo paulista 2.949.454 e pelo governo francez 1.150.000. Havia á espera de embarque 965.062 restando em mãos dos commissarios apenas 590.610, sobretudo de cafés baixos.

Nada mais favoravel numa época como aquella de enorme perturbação maritima e sobretudo commercial.

Não era optimismo declarar-se que o termo do anno commercial-agricola de 1917-1918 encontrara situação incontestavelmente melhor do que o anterior, já porque a colheita era calculada em um terço menor do que a precedente e, finalmente, porque, além de não restar na Europa um só grão de café da Valorização, era o preço corrente destes artigos em Santos de 5$800 por 10 kilos, contra 5$000 um anno antes.

Amparado o café pelos poderes publicos, realizada a venda total da safra e do deposito restante no Havre, intensificada a cultura de cereaes, da canna, algodão e mamona, de-

senvolvida a pecuaria e expandindo-se, em suas multiplas fórmas, a industria fabril, abria-se para o paiz nova perspectiva de riqueza e auspiciosa phase de accentuada prosperidade.

O mercado de café nas duas principaes praças assim se movimentou em 1918:

MEZES	EXISTENCIAS		ENTRADAS		SAHIDAS	
	Rio	Santos	Rio	Santos	Rio	Santos
Janeiro	559.454	3.449.179	205.053	1.377.357	109.489	518.784
Fevereiro	618.355	3.869.846	182.869	1.110.695	120.449	538.376
Março	684.491	3.794.557	144.470	538.905	169.510	285.604
Abril	704.539	3.331.940	188.857	511.715	156.179	649.026
Maio	736.849	2.018.076	212.169	577.467	259.851	845.510
Junho	757.734	1.560.302	232.982	500.475	115.313	608.748
Julho	758.683	1.663.613	189.960	564.597	238.783	438.052
Agosto	773.581	2.079.356	128.051	684.997	181.179	282.426
Setembro	878.296	2.805.591	193.910	1.051.259	106.201	273.991
Outubro	892.208	3.385.592	120.935	842.045	85.637	325.762
Novembro	954.180	3.700.206	146.535	557.410	87.071	263.355
Dezembro	878.986	4.147.336	184.753	877.033	145.204	423.420
Totaes		35.805.594	2.124.554	9.173.986	1.774.866	5.453.044

Os preços extremos de café por arroba nos typos de Nova York, no Rio de Janeiro foram em 1918:

Typo n. 6	6.500 a 17.000!
Typo n. 7	6.200 a 16.100!
Typo n. 8	6.000 a 16.000
Typo n. 9	5.700 a 15.900

A alta se accentuara desde junho. Já as cotações em julho reflectiam as noticias da grande geada, dahi em diante houvera enorme subida de preços, contínua, até o fim do anno.

Da safra de 1917-1918 tributaria da Guanabara, avaliada pelo Centro de Commercio de Café e calculada em 4 milhões de saccas haviam entrado no Rio quasi tres milhões (2.993.126) mas sabia-se que 800 mil haviam ficado retidas no interior.

Em Santos o typo 4 por dez kilos se cotara muito significativamente.

Em janeiro a	4.900
Em fevereiro a	4.900
Em março a	4.900
Em abril a	4.900
Em maio de	4.900 a 5.300
Em junho de	5.400 a 6.100
Em julho de	6.000 a 7.600
Em agosto de	6.800 a 8.000
Em setembro de	8.100 a 9.000
Em outubro de	8.600 a 9.300
Em novembro de	10.900 a 12.000
Em dezembro de	11.000 a 13.100

CAPITULO XXXIX

As condições financeiras do Brasil em 1919 — Alta cambial — Elevação notavel das cotações — Avolumamento da exportação cafeeira — Excellentes perspectivas — A mensagem presidencial paulista de 1919 — As ultimas operações de 1916 e as novas da defesa do café

O novo presidente da Republica, Dr. Epitacio Pessoa, empossado a 28 de julho de 1919, em sua mensagem ao Congresso Nacional de 3 de setembro deste anno declarava que os ultimos cinco exercicios, os de 1914 a 1918, haviam se liquidado com o *deficit* de mais de um milhão de contos de réis exactamente, 1.029.442:103$417, cifra que ainda poderia crescer na liquidação final de 1918, cujas contas não se achavam todas apuradas ainda.

Esta enorme somma se saldara por meio de emprestimos externos e internos e emissões de papel-moeda, agravando a situação financeira do paiz e perturbando-lhe a vida economica, concorrendo para augmentar o custo da vida pela elevação geral dos preços ao passo que o papel-moeda de curso forçado cada vez mais se depreciava.

Naquelles cinco exercicios de insufficiencia de renda haviam sido utilisados todos os recursos de credito de que pudera lançar mão o Governo da Republica — o producto do arrendamento á França dos navios ex-allemães, na importancia de 104.960.633 francos 1.204.733:566$000 de emissões de papel-moeda.

Era preciso exercer inadiavel e severa compressão de despezas, como recommendava, instantaneamente o relator do projecto do orçamento para 1920, Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada tanto mais quanto havia certa desillusão a respeito da arrecadação orçada alto como succedera em varios exercicios, aliás como tambem em relação a todos os do quinquiennio de 1914-1918.



O cambio é que se mantivera sempre em alta no decorrer de 1919.

Haviam sido as taxas médias:

Em janeiro	13 15/64
Em fevereiro	13 5/32
Em março	13 1/4
Em abril	13 30/64
Em maio	14 27/64
Em junho	14 33/64
Em julho	14 33/64
Em agosto	14 5/16
Em setembro	14 1/2
Em outubro	14 23/32
Em novembro	16 31/64
Em dezembro	17 41/64
Media annual	14 17/32

O custo da vida no Brasil crescera bastante desde 1914 a 1919. No Rio de Janeiro por exemplo os generos alimenticios vulgares todos em alta, sem excepção, apresentavam augmento superior a setenta por cento.

As condições que haviam regido as finanças da União, em 1919 eram favoraveis no dizer de Victor Vianna no retrospecto do *Jornal do Commercio.*

Encontrara o governo do Presidente Epitacio Pessôa, situação financeira muito especial. A crise economica, em primeiro lugar, e a guerra logo depois, haviam diminuido a receita publica e provocado geral augmento de despezas. E mesmo quando a renda começara a crescer não correspondera aos gastos cada vez maiores, exigidos pelas necessidades da administração e ás urgencias de uma situação excepcional. Haviam as administrações anteriores abusado do papel-moeda e só por este meio deixado de suspender pagamentos.

Embora educado na rigida escola do Presidente Campos Salles, não podera o novo chefe de estado naturalmente cuidar somente da gloria semelhante á do cumprimento do primeiro *funding loan.*

Era a época outra, com novas exigencias. Mas trabalhando para o fomento das forças economicas do paiz, soubera, com intelligencia, moldar, tanto quanto possivel, ás ordinarias, as despezas de caracter permanente. Assim, nos poucos mezes

de administração, o credito publico se firmara e o cambio melhorara ao passo que os elementos de eqüilibrio orçamentario iam cada vez mais, se apresentando.

A opinião esclarecida do paiz acompanhava com interesse o que o Presidente vinha realizando para a normalização da contabilidade publica.

Com a valiosa collaboração do ministro da fazenda Dr. Homero Baptista, já conseguira estabelecendo o *empenho de verba* e a centralização da escripturação do Thesouro, impedir desperdicios até então consentidos com incompreensivel negligencia.

Os dados orçamentarios do quinquiennio haviam sido:

	RECEITA		DESPEZAS	
Annos	Ouro	Papel	Ouro	Papel
1915	48.314	299.114	79.022	516.628
1916	62.130	342.134	88.634	517.590
1917	65.966	368.001	105.454	571.239
1918	104.568	378.786	80.002	672.002
1919	80.007	401.652	57.873	514.044

TOTAES DO QUINQUIENNIO

	Ouro	Papel
Receita	361.387:618$162	1.789.779:591$775
Despeza	390.987:569$612	2.812.105:698$742

Houvera pois um deficit de 29.559:915$450 ouro e.... 1.002.324:907$000 papel que poderia ser maior pois ainda não se liquidara inteiramente o exercicio de 1919. Os dados da mensagem presidencial que fizera resaltar com verdadeiro enthusiasmo o extraordinario movimento commercial de 1919 faziam entrever situação economica e financeira positivamente auspiciosa.

Orçamentos e cambio marchavam em caminho do equilibrio indispensavel. Depois de tão violentas oscillações, não se emittira mais papel-moeda, e o Thesouro continuava a adquirir ouro, como determinava a lei Antonio Carlos, afim de se reconstituir o fundo de garantia das emissões que ia em ascensão.

Em 31 de março, subia a 55.275:621$331.

Com o cambio a subir, as apolices ganhando estabilidade e os titulos no estrangeiro a se consolidar e sem dispensar iniciativas, reorganizava o Governo as finanças procurando obter o equilibrio orçamentario.

O extraordinario avolumamento do saldo da balança commercial brasileira em 1919 provocara os commentarios de verdadeira legião de financistas e economistas mais e menos autorizados. Opiniões absolutamente dispares surgiam de todos os lados.

Passara o mundo inteiro por attribulado periodo de transição. O Brasil, graças á situação especial de sua agricultura e industria não soffrera, apezar de tudo, o mesmo abalo de tantos outros paizes. Nos productos manufacturados e, principalmente, nos generos de alimentação, os preços vigentes no Brasil não se mostravam dos mais altos e á proporção do augmento, em relação mesmo a nações como as da America do Sul, ficava abaixo da média geral.

Falando do excedente da balança commercial lembrou Victor Vianna que muitos exageravam o valor de tal saldo e outros, inbuidos de principios sãos mas mal aplicados asseguravam que as mercadorias se trocam por mercadorias e que portanto, não havia vantagem alguma na apresentação deste saldo.

Expunha o illustre articulista do *Jornal do Commercio* os seus modos de ver com moderação e criterio que se nos afiguram exactos.

Nos paizes do typo do Brasil, havia necessidade e vantagem de saldo da exportação sobre a importação, indispensavel para que o paiz pudesse satisfazer os compromissos do exterior, debito saldado com o excesso de valor das mercadorias expedidas sobre as recebidas.

Era preciso, porém, interpretar este saldo para que se lhe comprehendesse bem a significação.

No Brasil podia occorrer até um saldo *de miseria e de crise*. Depois de um desequilibrio faltariam os recursos para as compras no Exterior. E estas se retrahindo e diminuindo a



importação occorria saldo, por falta de recursos para comprar. Era um saldo de reparação, para pagar o que ficara em atrazo.

Mas o saldo proveniente de augmento de exportação mostrava-se sempre benefico. Dava margem ao serviço de juros e amortização dos emprestimos estrangeiros, robustecia o credito, fazia subir o cambio, e ao mesmo tempo, deixava recursos para maiores acquisições no Exterior. Não havia paiz tão completo que pudesse dispensar a collaboração economica dos demais. A' riqueza provinha da intensificação das trocas. Mas o Brasil precisava de saldos, para seu serviço de dividas, para adquirir aquillo de que necessitava para seu conforto e o seu apparelhamento technico de nação sem industria desenvolvida ainda. O saldo produzia automaticamente o augmento de importação no exercicio immediato, mas se a exportação crescesse no mesmo rythmo seria isto de vantagem a toda a nação.

Os saldos da balança mercantil haviam convertido os Estados Unidos, em cinco annos de guerra, de paiz devedor, em relação á Europa em paiz credor.

O do Brasil contribuia, além de tudo, para a valorização do meio circulante. Acaso persistisse avultado durante decenios inteiros acabaria saneando automaticamente a moeda nacional e permittindo sem esforço a sua conversão.

Havia exagero ao se affirmar que se o paiz deixasse de importar tal mercadoria ficaria com o valor a ella correspondente. Nem sempre. A producção nacional de um grupo de utilidades importadas augmentava a fortuna publica alargando as disponibilidades. Haveria por tanto, maior necessidade de conforto começando-se a importar outras utilidades para completar o apparelhamento civilisado brasileiro e o bem estar das populações.

Era possivel, saldo grande acrescido de fortuna. Mas na balança mercantil brasileira quando não havia emprestimo externo e entrada de material adquirido com o seu producto, era o deficit prenuncio certo de crise.

Saldo, com restricção do volume da importação, convertia-se em saldo de penuria de reparação, de *deficit*. Saldo, por augmento de exportação, instrumento civilizador, factor de progresso, riqueza e trabalho.

Nos paizes do typo social brasileiro podia, porém, dar-se o caso de uma differença a mais da importação sobre a exportação, e com outras significações. Em momento de grandes emprestimos ou da entrada de largos capitaes estrangeiros, as acquisições no exterior para montagem ou desenvolvimento do apparelhamento technico occasionavam excesso de impor-

tação constituindo entretanto, phenomeno benefico de progresso confiança e desenvolvimento, por preparar o augmento da producção.

O saldo de 1919 não fôra de tal genero, embora dos mais promissores, porque resultava do augmento do volume e valor da exportação.

Isto sem sacrificio do proprio desenvolvimento da importação.

Convinha porém primordialmente assignalar que este superavit provinha da melhoria immensa dos preços de café cuja sacca dobrara de preço.

Houvera coincidencia de elevação das cotações e avolumamento da safra exportada.

As 7.433.000 de 1918 haviam sido substituidas pelas 12.963.000 de 1919. Se o anno de 1918 dera £ 19.041.000 num total de 61.680.000 da exportação geral do paiz, o de 1919 deixara £ 66.081.000 para o total de 117.388.000. Tornara o café a recuperar o prestigio empallidecido pela baixa momentanea de sua porcentagem naquelle anno de 1918 de final da Conflagração mundial, com a navegação atlantica e oceanica tão perturbada pela guerra submarina.

Passara dos 31,1 % de 1918 aos 56,3 de 1919. E novamente depois de ligeira depressão, em 1920, attingiria as ordenadas altas de seu diagramma, de cincoenta, sessenta e setenta por cento durante tres lustros.

No commercio exterior de 1919 occorreram interessantes observações a consignar. Registrou-se em primeiro lugar, que o augmento do intercambio não fora tão occasional como parecera a alguns pessimistas, destes espiritos criticos com-prazendo-se em desfazer o contentamento alheio. Assim, quando se exaltara como prova de progresso economico, o desenvolvimento das transacções internacionaes acudiam a dizer que o facto não era deveras tão auspicioso, quanto se pretendia, sendo preciso, principalmente, destacar o que se devia ás cotações em alta do café.

Continuava este a ser o elemento primordial da economia brasileira.

Producto regularizador por excellencia só elle representava, na exportação em tempos normaes, 50 por cento do total das reservas nacionaes para o Exterior.

Aliás a alta, em parte produzida pela geada, fôra tambem obra resultante de uma politica systematisada.

A politica cafeeira, mais do que os phenomenos naturaes, deslocara para as praças do Brasil o commando dos mercados

do producto. Tivera a defesa por fim impedir que os preços se desvalorizassem e as praças estrangeiras se abastecessem, aproveitando das difficuldades dos productores.

Asim, o commando, o Controle decorrera da politica da defesa e não das consequencias de um cataclisma. Mas de facto a geada, reduzindo a productividade de vastas zonas, accentuara os resultados da politica praticada com perfeito conhecimento de intuitos e objectivos. De modo que o *record* do commercio obtido em virtude de tal defesa não constituira mero producto do acaso e sim o coroamento de esforços, o resultado esperado de uma acção consciente e coordenada.

Ao surto cafeeiro acompanhou o de diversos outros dos grandes productos brasileiros.

Mesmo excluindo o principal producto cujas remessas e valor haviam contribuido como nenhum outro para o *record* de 1919, este exercicio se apresentou de modo excepcional nos quadros da exportação.

Se o café fizera formidavel salto os demais productos, em conjuncto, apresentaram accentuado augmento. Excluido o café ainda assim 1919 batera o *record* no commercio exportador.

Os saldos da sua balança mercantil, garantiam maiores recursos para proporcionar ao paiz a capacidade acquisitiva para o seu melhor apparelhamento technico.

Percorrendo os dados do commercio exterior de todos os paizes notavam-se em 1919 grandes acrescimos nos valores, acrescimos muitas vezes mais ficticios do que reaes.

A moeda se desvalorizava por toda a parte e as utilidades subiam de preço. Entretanto a proporção da desvalorização era, no caso do Brasil, muito menor do que a do augmento. A da libra não attingira 30 por cento, nos momentos mais criticos; entretanto, o commercio brasileiro de exportação passara de 65 milhões de libras em 1913 a 130 milhões em 1919.

Tudo isto significava que, apezar do desconto da alta dos preços e do padrão da vida o valor da exportação no Brasil augmentara de facto o que não acontecera em muitos outros paizes.

O valor médio por tonelada exportada correspondia tambem a maior acrescimo sobre o da importada. Isto se devia, principalmente á alta do café, dos productos animaes, e mais alguns. Demonstrava-se que os artigos nacionaes não haviam ficado em má situação mau grado o movimento inflatorio.

Alguns dos productos que o Brasil só exportara depois da grande guerra estavam em declinio como as carnes conge-

ladas o arroz e o feijão. Mas em seu conjuncto verificara-se o augmento dos productos animaes e seus derivados, sobretudo os couros, a banha, etc.

Depois de recordar que sobre tres unicos productos, o café, os couros e o farello, incidiam os impostos de exportação e sobretaxa, sahindo livres de tal onus, os demais artigos da lavoura e da industria paulistas, lembrava o Presidente Altino Arantes, em sua mensagem de 1919, ao Congresso Paulista, que dos Estados da União, fôra S. Paulo talvez, o unico que quasi abolira uma taxação, geralmente apontada como o maior embaraço á expansão e ao desenvolvimento da riqueza publica e particular.

Ao legislar sobre a pauta para a cobrança do imposto sobre café, no exercicio de 1919, tres alvitres se antolhavam ao Congresso: manter a fixa existente, de 700 réis; adoptar uma média, entre a existente e o preço do kilo do café em vigor, cobrar o imposto sobre o valor real da mercadoria.

Onerado ainda o café com a sobretaxa de cinco francos, o Congresso, de accordo com o Governo, resolvera no intuito de beneficiar a classe agricola manter a mesma pauta de 700 réis. Isto quando o preço era de 1$200 por kilo. Em julho, o preço médio sobrepujava 1$800 por kilo, continuando, entretanto, a ser feita a arrecadação á base de 700 réis; o que significava, na realidade, a reducção do imposto de 9 %, praticamente, a menos de 4 %.

Determinara a lei de 31 de dezembro de 1918 que, supprimida a sobretaxa, automaticamente se restabelecesse a antiga cobrança do imposto de exportação, tomando-se por base, não uma pauta fixa, e, sim uma movel, de accordo com os preços vigentes do mercado.

A' vista, porém, da grande alta do café, tornava-se necessaria uma modificação na lei de modo que o imposto fosse cobrado dentro de limites harmonisando-se os interesses do Thesouro e os dos exportadores e productores.

Esperava o governo paulista liquidar, definitivamente, ainda em 1919, todos os compromissos assumidos graças ás operações da Valorização, para extinguir a sobretaxa.

Taes compromissos sommavam £ 30.500.000, reduzidos a 14 de julho de 1916 a £ 12.447.271. No ultimo triennio haviam sido amortizadas £ 10.184.260. Assim os compromissos do Estado subiam a £ 2.263.011 apenas devidos á União. Isto se liquidaria com os recursos de grande quantia em mãos dos banqueiros allemães.

A contabilidade do Thesouro paulista avaliava o saldo da

Valorização em £ 2.927.895-14-11. Mas como se pagara £ 1.891.000 em julho de 1919, com os recursos ordinarios o saldo real liquidados todos os compromissos attingira £ ..... 4.617.895, sem contar o inapreciavel serviço de sustentação das estações e de se haver sustado a demanda da lavoura cafeeira. Tudo dependia ainda, porém, da liquidação com Bleischroeder, os 147.255.342 marcos representando o stock do café confiscado pela Allemanha durante a Guerra. Fôra a delegação brasileira attendida na reclamação apresentada relativa ao pagamento integral da quantia acrescida dos juros de cinco por cento, e feita a conversão pelo cambio que vigorava ao tempo em que se fizera a operação attentatoria dos direitos de São Paulo. O lucro por aquella taxa em moeda nacional seria de 76.333 contos de réis.

Proseguindo as operações do plano de defesa do café, noticiava o presidente paulista que o governo de S. Paulo adquirira 3.073.585 saccas; 2.949.454 em Santos e 124.131 no Rio de Janeiro. E assignalava jubiloso que tal operação, além das vantagens trazidas á lavoura cafeeira redundara em consideravel lucro para o Estado e a União.

Confrontando-se os preços de compra e os posteriores, até a data da mensagem, a venda dos cafés deveria produzir um lucro de mais de 160.000 contos de réis quantia que de accordo com o contracto do emprestimo, repartiriam meio a meio a União e o Estado.

Os lucros que a este coubessem, seriam, de preferencia, aplicados em instituições beneficiadoras da producção, principalmente a dos lavradores contribuindo, assim os poderes publicos para a protecção e o incremento que as fontes da riqueza publica lhes deviam merecer.

Ao lado das providencias relativas ao supprimento de braços á lavoura, á facilidade dos transportes e ao ensino agricola e profissional, tivera o Governo a preoccupação de proporcionar, ás classes productoras e ao commercio, os capitaes necessarios ao desenvolvimento das respectivas lavouras, e industrias.

Continuava-se a cogitar da installação de um Banco de Redesconto. E a bancada paulista, ao Congresso Nacional, conseguira que o Parlamento aprovasse, o projecto de creação no Banco do Brasil de uma carteira especial dispondo de cem mil contos destinados a taes operações.

Mas ainda não se decidira o Governo Federal á installação desta carteira que, por certo, viria prestar inestimaveis serviços á lavoura, ao commercio e ás industrias.

Ao Banco de Credito Hypothecario e Agricola de São Paulo, continuava o Governo paulista a prestar todo o apoio.

Perto de 35.000:000$000 haviam sido postos á disposição do Banco, pelo Thesouro do Estado.

Com estes recursos e com os proprios, estava apparelhado para attender, em grande parte, aos reclamos das classes productoras.

Prorogara-se por cinco annos o contracto para a propaganda do café no Japão e no resto do Extremo Oriente, China, Mandchuria, Siberia.

O contracto para a propaganda na Hespanha começara a vigorar.

INDICE



CAPITULO V

CAPITULO VI

CAPITULO VII

CAPITULO VIII

CAPITULO IX

CAPITULO X

Pags.

CAPITULO XI

CAPITULO XII

CAPITULO XIII

CAPITULO XIV

CAPITULO XV

CAPITULO XVI

CAPITULO XVII

CAPITULO XVIII

CAPITULO XIX

CAPITULO XX

CAPITULO XXI

CAPITULO XXII

CAPITULO XXIII

CAPITULO XXIV

CAPITULO XXV

CAPITULO XXVI

CAPITULO XXVII

CAPITULO XXVIII

CAPITULO XXIX

CAPITULO XXX

CAPITULO XXXI

CAPITULO XXXII

CAPITULO XXXIII

CAPITULO XXXIV

CAPITULO XXXV

CAPITULO XXXVI

CAPITULO XXXVII

CAPITULO XXXVIII

CAPITULO XXXIX

Impresso nas Officinas
Graphicas dos IRMÃOS
PONGETTI — Rio de
Janeiro



